Alberto Sousa Lamy

1916 - 1959

volume 3

Monografia de Ovar

Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

MONOGRAFIA DE OVAR

Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

1916-1959

Volume 3

2.ª Edição, revista, actualizada e aumentada

Do Autor

- *Monografia de Ovar*. 2 volumes.
  Tipografia Guerra. Viseu, 1977.
- *Crónicas Vareiras*
  No *Terras do Var*, de 25/2/1983 a 10/1/1993.
- *Centenário da Imprensa Ovarense*. 1883-1983.
  Edição da «Sem Margem», 1983.
- *A Ordem dos Advogados Portugueses.*
  História, Órgãos, Funções.
  Edição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, 1984.
- *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar*
  Edição da Misericórdia de Ovar, 1984.
- *Advogados. Elogio e Crítica.*
  Edição da Livraria Almedina, Coimbra, 1984.
- «Datas da História de Ovar»
  No *João Semana*, desde 15/7/1985.
- «Dicionário da História de Ovar»
  No *Terras do Var*, de 25/12/1985 a 25/8/1992, e no *Notícias de Ovar*, desde 1/2/1996.
- *Monografia de Refojos*
  Freguesia do Concelho de Santo Tirso.
  Tipografia Guerra, Viseu, 1987.
- *O Visconde de Ovar (1782-1856)*
  Edição do Rotary Clube de Ovar, 1987.
- *A Academia de Coimbra. 1537-1990.*
  História. Praxe. Boémia e Estudo.
  Partidas e Piadas. Organismos Académicos.
  Edição do «Rei dos Livros», 1990.
- *Os advogados na Literatura Portuguesa*
  Edição do Rotary Clube de Ovar, 1992.
- «Cadernos de História»
  No *Jornal de Ovar*, desde 10/6/1994.
- *História da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar.*
  1896-1996 (1.º Centenário)
  Edição dos Bombeiros Voluntários de Ovar, 1996.

Para publicação:

- *Advogados e Juízes na Literatura e na Sabedoria Popular.* 3 volumes.
  Edição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

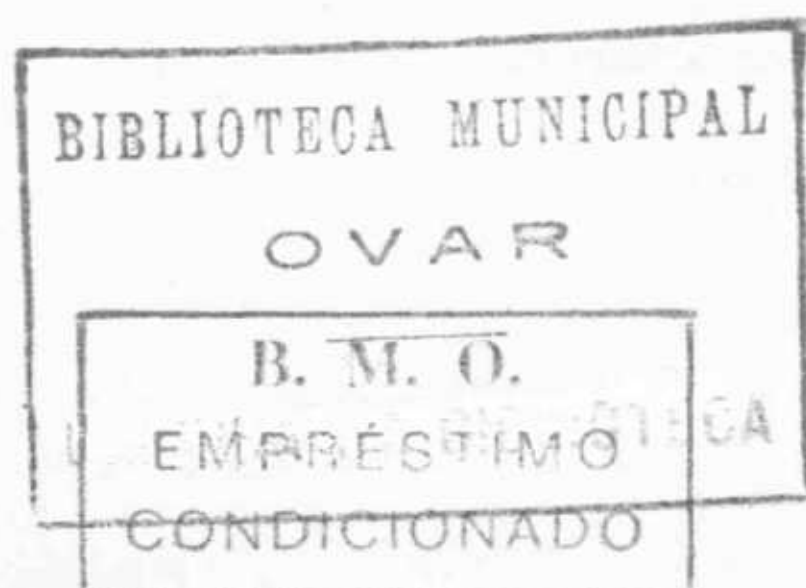
Alberto Sousa Lamy

MONOGRAFIA DE OVAR

Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

1916-1959

Volume 3

MUNICÍPIO DE OVAR

2001

Título: *Monografia de Ovar* – Volume 3
Autor: *Alberto Sousa Lamy*
Editor: Câmara Municipal de Ovar – *Divisão da Cultura, Biblioteca e Património Histórico*

Fotocomposição, Paginação Electrónica e Revisão de Textos:
PUBLIDIGITAL – Comunicação, Lda.
Capa e sobrecapa. Cláudio Micael
Impressão e Acabamentos:
Empresa Gráfica Feirense, S. A.
Tiragem: 2000 exemplares
Depósito Legal n.º 168338/01 • ISBN – 972-8174-21-7

Ignorar o que aconteceu
antes de termos nascido
equivale a sermos sempre crianças

CÍCERO

O bom historiador
não é de nenhum tempo
e de nenhum país:
embora ame a sua pátria,
nunca a lisonjeia em nada.

FÉNELON

CAPÍTULO XXI

DA ENTRADA DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA À LIBERTAÇÃO 1916-1919

A agitação social (1916-1918). As subsistências

Graves repercussões teve a declaração de guerra à Alemanha. A carestia dos géneros, fez-se sentir de uma maneira inquietante nos princípios de 1916, acentuando-se de dia para dia, em Ovar e no concelho, a crise dos géneros de primeira necessidade.

É o grave problema das *subsistências*!

Por *subsistências* entendia-se, vulgarmente, a alimentação e o vestuário que cada indivíduo era obrigado a adquirir para se manter como ser vivo e produtor na comunidade (*A Discussão*).

Os géneros de primeira necessidade encareceram, depois tornaram-se raros e, finalmente, desapareceram. O povo de Ovar perdia horas percorrendo as mercearias e os talhos e regressava muitas vezes de mãos vazias a casa, embora oferecesse preços fabulosos.

No final de 1916 a Junta de Freguesia de Ovar apelava para o comércio ao ter conhecimento de que grandes quantidades de milho eram remetidas para fora do concelho, elevando o preço deste pela escassez que se fazia sentir.

O custo elevado da sustentação e a falta de alimentos trouxeram a turbulência social (1916-1918) ao concelho:

Fevereiro de 1916

dia 13

Os povos das freguesias de Arada, Cortegaça e Esmoriz esboçaram um protesto contra a subida do preço do milho. Na última freguesia mais de mil pessoas, reunidas ao toque de sino, reclamaram, em atitude ordeira, o barateamento do milho.

Intervieram, para manter a ordem, o Administrador do Concelho Isaac Júlio Fonseca da Silveira e uma força de Infantaria 24 comandada pelo sargento Cruz.

dia 20

As freguesias de Válega, Ovar e Maceda secundaram as reclamações já havidas em outras freguesias do concelho quanto ao elevado preço do milho.

dia 21

Reunidos ao toque de sino, populares excitados e em sobressalto, da freguesia de Válega dirigiram-se para Ovar, de manhã, para reclamar perante a autoridade administrativa o tabelamento do pão. Agrupados ao operariado da fábrica Peixoto, Filhos, Limitada, tentaram assaltar a estação do caminho-de-ferro, dado que se afirmava que aí se achava milho despachado por negociantes de Ovar, com destino a outros pontos do País.

Segundo *A Discussão* (de 27 de Fevereiro de 1916), «o chefe da estação reclamou o auxílio da autoridade administrativa, pelo que do quartel do 3.º batalhão de infantaria 24 saiu uma força para garantia e guarda das mercadorias existentes no cais da estação. O sacristão da igreja matriz, como receasse que os manifestantes assaltassem a torre da mesma com o fim de tocar os sinos a rebate, depositou as chaves do templo na mão do sr. administrador. Não eram infundados os seus receios, pois que os populares, como vissem que lhes estava vedada a entrada para a torre, serviram-se de uma escada que encostaram à capela do SS. Sacramento, para cujo telhado subiram, e daí, naturalmente pelas consolas que sustentam os fios da iluminação eléctrica, passaram para o telhado do corpo principal da igreja, donde seguiram para a torre, e, o que depois lhe era facílimo, começaram então a tocar o os sinos a rebate».

Expulsos da igreja, os manifestantes seguiram novamente para a estação, mas, por volta das 14 horas, regressaram e escalando pelo mesmo processo a torre da igreja tocaram novamente os sinos a rebate. «Foram também tocar a rebate os sinos das capelas de Santo António e das Almas dos Campos».

Um grupo de operários, que se tinha reunido no Largo Almeida Garrett, dirigiu-se, então, para os Paços do Concelho. Engrossado com novos elementos, quando chegou à Praça da República, já o grupo era constituído por centenas de pessoas, que foram recebidas na sala da Câmara e, depois de discussões, retiraram na melhor ordem.

Para o *João Semana* (de 5 de Março de 1916), «a autoridade interveio e estiveram iminentes factos de gravidade que se não deram devido à prudência do digno comandante do 3.º Batalhão do 24, sr. major Pires. Estabeleceu-se então que o milho se ficasse vendendo à razão de 800 reis por 20 litros e o pão deste cereal a 50 reis o quilograma».

dia 22

Às 18 horas a vila foi novamente alarmada pelo toque a rebate dos sinos da igreja e das capelas de Santo António e Almas dos Campos. Tratava-se dum protesto dos operários das oficinas do caminho-de-ferro, tendo ficado retido na estação, por ordem superior, um vagão de milho pertencente ao negociante José Maria Rodrigues de Figueiredo, que estava para seguir para fora do concelho.

De noite, comissões de vigilância procuraram impedir a saída clandestina de milho e feijão.

dia 24

À tarde, em Esmoriz, «constando que na estação estava um vagão de milho para sair, um numeroso grupo de indivíduos invadiu-a, arrombou o vagão e carregou em

carros com os sacos de cereal para casa do regedor. Verificando-se aí que continham feijão e não milho, a multidão dispersou» (*A Pátria*, de 2/3/1916).

Julho de 1916
dia 9

Pescadores do Furadouro, sob o pretexto de protestarem contra o elevado preço da farinha, cometeram vandalismos no mercado da hortaliça: roubaram as pobres vendedeiras e inutilizaram os produtos ali expostos à venda.

Dezembro de 1917
dia 15

No início da noite, juntaram-se no Largo Almeida Garrett operários.

Chegaram a tocar o sino da Igreja Matriz, mas a rápida intervenção da autoridade e de uma força de Infantaria 24, constituída por 13 praças pôs termo ao toque e fez dispersar o ajuntamento.

Maio de 1918
dia 9

Um grupo numeroso de pescadores do Furadouro dirigiu-se a Ovar, reclamando das autoridades farinha ou pão por preço mais baixo do que se estava pagando no mercado. Apresentadas as suas queixas, retiraram na melhor ordem.

As autoridades procuraram não só reprimir as manifestações mais violentas como terminar com as causas que as originavam, tendo sido a venda de géneros pela Câmara o principal remédio adoptado:

Açúcar
1916

A Câmara consegue um vagão de açúcar e vende-o a $38 centavos o quilo (vendia-se a 1$00 e $80). Dando-se um assalto ao açúcar, passa a ser vendido a 250 gramas, mensalmente, por cada pessoa de família.

1918

A Câmara pós a venda 1.875 quilos.

1919

A distribuição pela Câmara de açúcar só a 5 das 7 farmácias de Ovar, foi criticada pela *Defesa* (de 16 de Setembro): «As duas restantes, ou sejam a de Manuel Joaquim Rodrigues e Carlos Baptista, foram excluídas porque... *não merecem a confiança da câmara e esta não tem contemplações com TALASSAS, nem quer nada com eles*».

Arroz
1917

É vendido ao povo, a $22 centavos o quilo, na Administração do Concelho.

Centeio

1917

Na sessão da Comissão Executiva de 9 de Abril resolve-se adquirir centeio.

Milho

1916

A câmara consegue 4 vagões de milho colonial. Em Março o celeiro municipal, sito num armazém da Rua Gomes Freire, foi saqueado quando se procedia à venda pública de milho, em grão ou farinha, por preço relativamente módico. Os populares apoderaram-se de sacos de farinha.

A Comissão Executiva, na sessão de 3 de Abril, decidiu adquirir milho e vendê-lo em farinha, por sua conta, especialmente às famílias pobres, operários e jornaleiros. O preço por cada medida de 20 litros é de 1$02 (milho colonial).

Ainda neste ano foram distribuídos ao município mais 10 vagões de milho exótico.

Em 1914, o dr. Pedro Chaves pediu ao governo, no Parlamento, urgência na venda de milho, sendo de opinião que este cereal devia dar entrada no País livre de direitos, sendo posteriormente entregue às Câmaras Municipais que procederiam à sua venda mediante uma pequena percentagem.

1917

A Câmara requisitou 2 vagões de milho colonial ao Ministro do Trabalho, vendendo-o a 2$00 por alqueire (sessão da Comissão Executiva de 9 de Abril), e comprou 2 outros vagões de milho em Paredes de Coura.

Em Outubro, a convite da Câmara e no seu salão nobre, reuniu-se um grande número de lavradores para discutir e fixar, definitivamente, o preço do milho. Ficou combinado que o preço se mantivesse a 2$00 por cada 20 litros.

1918

Chegam alguns vagões de milho para a Câmara.

Pão camarário

1917

A Câmara, na sessão da Comissão Executiva de 9 de Abril, resolve fornecer pão às classes menos abastadas. Para tanto, começou a cozer pão de milho, por sua conta, na antiga padaria de José Maria Dias de Resende, no Largo Mousinho de Albuquerque, vendendo-o a $09 centavos o quilo aos que apresentassem atestado de pobreza passado pelo regedor. É o *pão político*, barato e tabelado.

Trigo

1917

A Comissão Executiva resolve adquirir farinha de trigo fora do concelho.

Além da venda a preços módicos, no seu celeiro, de açúcar, arroz, milho em grão ou farinha, e pão, a Câmara procurou solucionar a escassez de géneros alimentares

combatendo, com o auxílio das autoridades os açambarcadores. Desde 1916 que se começaram a fazer sentir as actividades destes, principalmente nos dias de praça, em S. Tomé e em frente aos Paços do Concelho. Segundo *O Ideal Vareiro* (de 1 de Agosto de 1916), «nos dias de praça há uma certa gentinha, que na ânsia de abarcar este mundo e o outro, logo às primeiras horas da manhã, lambe com quase tudo o que o lavrador ou produtor manda ao mercado. E depois, esses géneros, como ovos, galináceos, frutas, legumes, que se poderiam compram por preços razoáveis, são vendidos por essa tal gentinha com uma subida de preçário desmarcado».

Em 1917 chegaram a Ovar 4 fiscais do ministério do trabalho para apreenderem milho em alguns estabelecimentos da vila e na freguesia de Válega; a 10 de Abril desse ano o Administrador do Concelho apreendeu no cais da Ribeira, dentro de um barco, 17 sacos de farinha de trigo que sem guia de trânsito, clandestinamente tentavam sair pela via fluvial para fora do concelho.

Os particulares procuraram também melhorar ou resolver o problema das subsistências: por um lado, na noite de 24 de Abril de 1916, numa das salas do Grémio Familiar, foi criada a *comissão de assistência aos familiares dos expedicionários do 3.º batalhão de Infantaria 24*; por outro lado, foi criada, por iniciativa d'*A Pátria* e de Manuel Rodrigues Leite, a *Cooperativa União Familiar Ovarense* que abriu o seu estabelecimento, na Rua da Fonte, a 1 de Março de 1918.

Ovar foi a 1.ª povoação do País onde a ideia de assistência aos familiares dos expedicionários lançou desde logo fundas raízes. A comissão angariadora de donativos para as famílias pobres dos expedicionários do concelho era constituída pelos cidadãos dr. Alberto de Oliveira e Cunha, abade da freguesia de Ovar, dr. António Gonçalves Santiago, pelo Grémio Familiar, José de Castro Sequeira Vidal, pela associação dos bombeiros voluntários, José de Oliveira Lopes, como representante da Câmara Municipal, e dr. Pedro Chaves, o seu principal promotor.

A escritura da *Cooperativa União Familiar Ovarense* data de 25 de Dezembro de 1917 e foi lavrada nas notas do dr. António dos Santos Sobreira. Os seus estatutos esclarecem que se tratava de uma sociedade cooperativa de crédito e consumo, sob a forma *anónima de responsabilidade limitada*, com sede em Ovar mas abrangendo a sua área social todo o concelho; que a sociedade, formada por um número ilimitado de sócios e com duração por tempo indeterminado, era fundada para melhorar as condições económicas dos seus associados tendo, entre outros, por fins: adquirir e fornecer aos sócios nas melhores condições de qualidade e preços, géneros alimentícios, artigos, fazendas, artefactos e utensílios de uso doméstico; comprar para vender aos associados sementes e adubos agrícolas; facultar aos sócios determinado crédito pelas suas compras à cooperativa; contratar com estranhos fornecimento por conta própria dos géneros e artigos referidos, com desconto mais ou menos vantajoso para os sócios e para a sociedade.

Outro problema grave foi o da *chicória*, cuja cultura invadiu o distrito de Aveiro, diminuindo a produção do milho. Protestos, queixas e reclamações sucederam-se e, em 1917, no Parlamento, os drs. Pedro Chaves e Barbosa de Magalhães apresentaram um projecto de lei destinado a restringir a cultura da chicória, que veio a ser proibida, sem prévia licença do Ministro da Agricultura, pelo decreto n.º 3.971, de 24 de Março

de 1918. Naquele ano de 1917, em Maio, designadamente, ranchos de mulheres e de pequenos atravessavam a vila, de regresso da cultura da chicória dos lugares da Marinha e do Torrão de Lameiro.

«A notícia de que se estava nas vésperas de armistício e portanto nas vésperas da paz, provocou a saída à luz do dia e do balcão de géneros que até agora se dizia não haver nos armazéns e lojas de venda. O seu preço já se apresenta mais acessível! O medo da concorrência fez o milagre, não pensem lá que foi a chegada à última hora de vapores carregados de mercadorias coloniais ou estrangeiras. Enfim, as entranhas dos açambarcadores tendem a mostrar-se compadecidas da miséria do povo. Boa gente, afínal...» (*João Semana*, de 17 de Novembro de 1918).

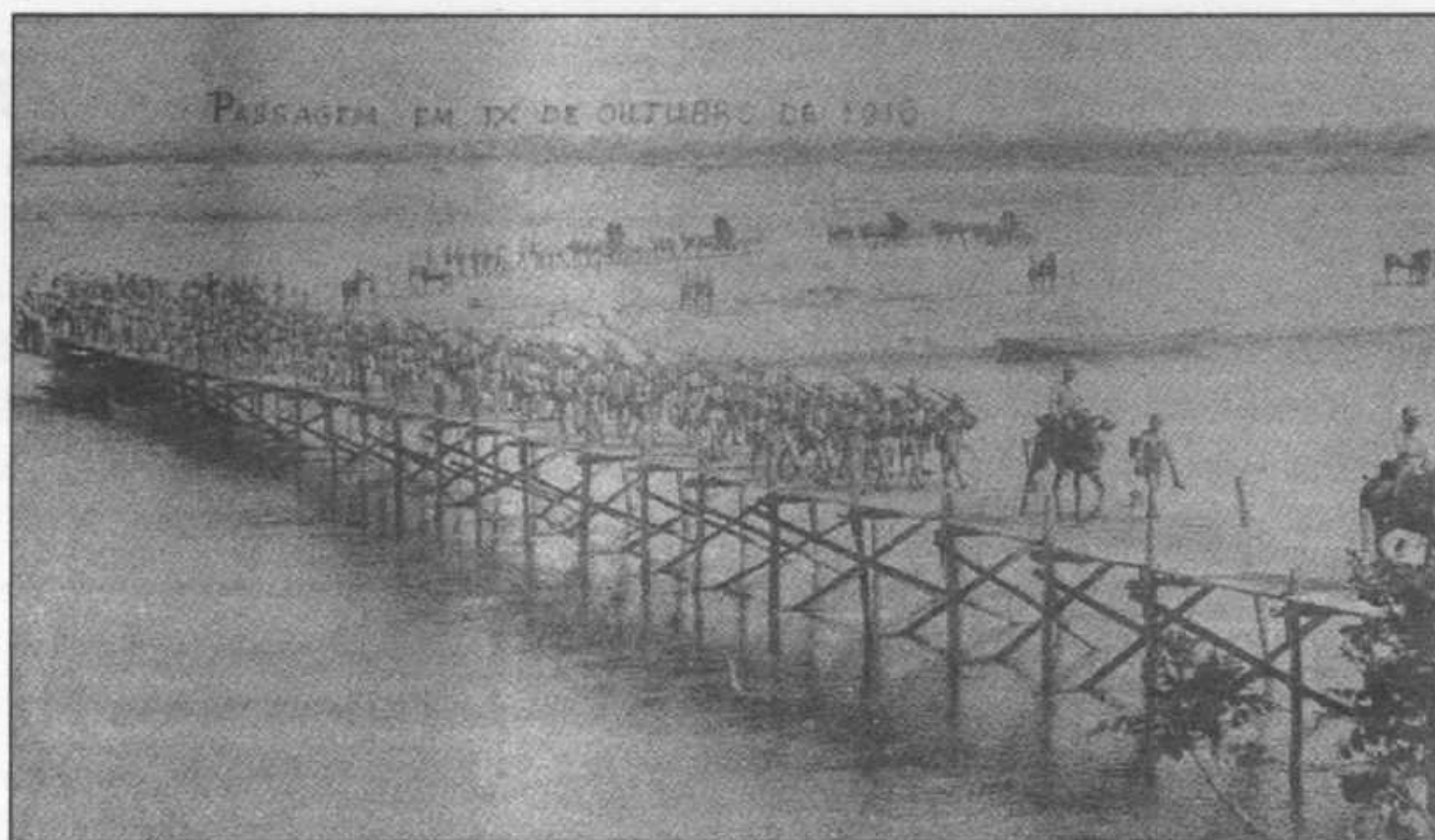
As campanhas de África (1916-1918). A campanha de França (1917-1918). As baixas do 3.º batalhão (178) e do concelho de Ovar (36). O primeiro aeroplano sobre Ovar (27 de Março de 1917). A lápide comemorativa dos Mortos da Grande Guerra (31 de Janeiro de 1921). Ovar festeja Gago Coutinho e Sacadura Cabral (18 de Junho de 1922). O Monumento aos Mortos da Grande Guerra (3 de Maio de 1925). Dirigíveis sobre Ovar (16 de Abril de 1930). Um avião a jacto no céu de Ovar (15 de Abril de 1953)

Antes da declaração de guerra à Alemanha, esteve na campanha de África o capitão de cavalaria António Pereira da Cunha e Costa, que regressou em 1915.

Em princípios de 1916 embarcou para Moçambique, como médico expedicionário, o dr. João Baptista Nunes da Silva, que regressou ainda nesse ano por doença.

Por decreto de 25 de Maio de 1916 foi constituída a terceira expedição a Moçambique, «a mais forte expedição que, concentrada, enviámos ao Ultramar», composta de 159 oficiais, 4.483 praças e 945 solípedes, e estando nela incluído o 3.º Batalhão de Infantaria 24, formado na sua quase totalidade por ovarenses (*Portugal na Grande Guerra*, direcção do general Ferreira Martins, vol. II, 6.ª parte – *A campanha de Moçambique*).

A 11 de Abril de 1916, tendo-se conhecimento em Ovar, pelo telégrafo, que as tropas coloniais haviam alcançado uma brilhante vitória na África oriental, conquistando Kionga aos alemães, organizou-se uma marcha *aux flambeaux* da Praça da República até ao Largo dr. Francisco Zagalo onde, da sacada do quartel do 3.º Batalhão de Infantaria 24, discursaram o seu comandante, major José Pires, e o deputado dr. Pedro Chaves.

Na noite de 23 de Abril de 1916 Ovar despede-se, numa grandiosa e imponente manifestação, a que se associaram mais de 6.000 pessoas, do 3.º Batalhão de Infantaria 24 que, comandado pelo major Pires, partiu para Mafra, donde seguiria para Moçambique a combater os alemães. Cerca das 21 horas saiu do quartel, seguindo em marcha pelas Ruas Elias Garcia, Gomes Freire e Largo Almeida Garrett, sempre vitoriado pelo povo que, concentrando-se depois na estação dos caminhos-de-ferro, se despediu do batalhão com vivas à pátria, aos aliados, ao exército, à armada, ao 3.º batalhão e morras à Alemanha.

O 3.º Batalhão de Infantaria 24 em Moçambique. Passagem em 9 de Outubro de 1916.
In: *Arquivo do eng.º Manuel Eugénio Gomes Rodrigues Leite*

A Varina, em Abril de 1916, esteve dia e noite em contínua e activa laboração, dada a encomenda de latas de conservas feita pelo governo e destinada ao abastecimento das forças expedicionárias a Moçambique.

A 28 de Maio do mesmo ano embarcou em Lisboa, também para Moçambique, Zeferino Camossa Ferraz de Abreu que, a 10 de Fevereiro de 1918, foi louvado pelo manifesto zelo e dedicação com que desempenhou o cargo de comandante de Etapes de Chomba.

Expedicionários em Moçambique
– à esquerda, o então tenente Manuel Rodrigues Leite.
In: *Arquivo do eng.º Manuel Eugénio Gomes Rodrigues Leite*

A 3 de Junho a terceira expedição, comandada pelo general Ferreira Gil, partiu da metrópole para África, a reforçar as tropas do major Moura Mendes. Os expedicionários do 3.º Batalhão chegaram a Lourenço Marques a 25 do mesmo mês, sem qualquer incidente.

No ano de 1916 foi louvado pelo general Ferreira Gil o 2.º sargento da 12.ª companhia José Valente da Fonseca, natural de Válega, pelo valor com que perseguiu o inimigo que fez um ataque a um comboio de víveres de cuja escolta era comandante e que, no dia 15 de Agosto de 1916, se dirigia para Nicknamaca.

Em 1917 foram louvados por serviços prestados em campanha, na ordem do quartel-general da expedição a Moçambique, os capitães Azevedo, Carvalhais e Sena Lopes, o tenente Oliveira e o 3.º sargento José Rodrigues de Pinho. Ainda em 1917, quando se achavam em Moçambique, foi promovido a capitão o tenente Manuel Rodrigues Leite e a tenente o alferes Dulílio da Silva Marques.

Seguiu para África ocidental, em 1917, o alferes miliciano Albino Borges de Pinho, que fez parte da coluna em operações na província de Angola e foi louvado no princípio desse ano, regressando à sua terra natal, Válega, em 1920.

De *pouca glória para o exército nacional*, a guerra, ao todo, custou «em África uns 5.000 mortos e mais de 10.000 feridos, entre europeus e africanos» (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, vol. II).

A 26 de Janeiro de 1917, dez meses após a declaração de guerra à Alemanha, partiram para França os primeiros contingentes portugueses. O 3.º Batalhão de Infantaria 24, após a África oriental, partiu a 22 de Fevereiro para Lisboa também com destino àquela república. Nesse ano embarcaram os médicos dr. João Baptista Nunes da Silva e dr. Domingos Lopes Fidalgo, este por se ter oferecido.

As perdas do exército português na memorável jornada de *9 de Abril* de 1918 foram «de cerca de 7.000 praças e mais de 300 oficiais, entre mortos e prisioneiros. O pedaço da Flandres, onde era o nosso sector, ficou nesse dia abundantemente regado com o sangue generoso de Portugueses, que souberam cumprir nobremente o seu dever, honrando a Pátria» (*Portugal na Grande Guerra*, vol. II).

Em 1922 foi festivamente comemorado o *9 de Abril* de 1918 com sessão solene no teatro, promovida pelo quartel do 3.º Batalhão de Infantaria 24; em 1926, na tarde de 9 de Abril, realizou-se um imponente cortejo dos Paços do Concelho ao Monumento do Largo dr. Francisco Zagalo, em comemoração da batalha do Lys, ofensiva alemã de extraordinária infelicidade para as tropas portuguesas, tendo discursado, entre outros, o dr. Pedro Chaves.

A 11 de Novembro de 1918 é o armistício, que em Ovar é comemorado com ruidosos festejos: foguetes, repiques de sinos, apitos de fábricas. A 1 de Agosto, de regresso a Moçambique, chegaram à vila militares do 3.º Batalhão de Infantaria 24, entre os quais Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, Manuel Rodrigues Leite e José de Oliveira Pinho.

Quantas perdas teve o 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria 24 na Grande Guerra?

Da placa existente, actualmente, nos Paços do Concelho, e que foi pertença desse batalhão, se infere que o mesmo teve 178 mortos, dos quais 21 do concelho de Ovar:

Campanhas	Anos	Postos	Totais	Do concelho de Ovar
Moçambique	1918	cap. milicano	1	0
Moçambique	1919	alferes	1	1
Moçambique	1916	sargentos	2	1
Moçambique	1918	sargentos	2	0
Moçambique	1916	prim. cabos	1	1
Moçambique	1917	prim. cabos	5	1
Angola	1918	prim. cabos	1	0
Moçambique	1918	prim. cabos	5	0
Moçambique	1916	seg. cabos	2	1
Moçambique	1917	seg. cabos	4	0
Moçambique	1918	seg. cabos	1	0
Angola	1917	soldados	1	0
Angola	1918	soldados	20	0
Angola	1919	soldados	1	0
Moçambique	1916	soldados	20	3
Moçambique	1917	soldados	55	7
Moçambique	1918	soldados	54	6
Moçambique	1919	soldados	2	0
Totais			**178**	**21**

Os 21 mortos (todos da campanha de Moçambique) do concelho de Ovar foram os seguintes:

1. Aníbal Lopes Barbosa (*alferes*)
2. Afonso Araújo de Oliveira Cardoso (*sargento*)
3. João Albano de Pinho Campos (*primeiro cabo*)
4. Manuel Pereira dos Reis (*primeiro cabo*)
5. Manuel Joaquim Pereira da Silva (*segundo cabo*)

Soldados:
6. António Francisco de Oliveira
7. António José de Almeida
8. António de Pinho Chibante
9. Augusto de Oliveira Amaro
10. Arnaldo da Silva Castro
11. Fortunato Alves
12. Joaquim de Oliveira Félix
13. José Francisco do Bem
14. José Joaquim dos Reis

15. José Maria Pereira de Mendonça
16. José Maria Pereira de Resende
17. Manuel Dias Borges
18. Óscar de Oliveira
19. João Albano de Pinho Campos
20. Manuel da Silva Rodrigues
21. Manuel Ferreira da Silva Cascais

E quantas perdas teve o concelho de Ovar na Grande Guerra?

As baixas totais atingiram o número de 36, sendo 21 mortos do 3.º Batalhão de Infantaria 24, já mencionados, e 15 de outros.

No padrão inaugurado em 1925 citam-se 33 filhos de Ovar mortos na Grande Guerra:

1. Afonso Araújo Oliveira Cardoso, *do 24* (*sargento*)
2. Aníbal Lopes Barbosa, *do 24* (*alferes*)
3. António Francisco de Oliveira, *do 24*
4. António Gomes de Resende
5. António José de Almeida, *do 24*
6. António de Oliveira Escadinhas
7. António Pereira Lopes
8. António de Pinho Chibante, *do 24*
9. António da Silva Lopes
10. António Valente Pereira
11. Arnaldo da Silva Castro, *do 24*
12. Artur Rodrigues Louro
13. Augusto de Oliveira Amaro, *do 24*
14. Bernardo José Duarte
15. Domingos Gomes Dapão
16. Fortunato Alves, *do 24*
17. Francisco de Oliveira Félix
18. Inocêncio Luís Pacheco
19. João Albano Pinho Campos, *do 24*
20. Joaquim Pereira dos Reis
21. José Francisco do Bem, *do 24*
22. José Maria Pereira de Mendonça, *do 24*
23. José Maria Pereira Resende, *do 24*
24. José Rodrigues Pichel
25. Manuel Augusto Soares Pinto
26. Manuel Dias Borges, *do 24*
27. Manuel Ferreira da Silva
28. Manuel Joaquim Pereira da Silva, *do 24* (*cabo*)
29. Manuel Lopes Valente
30. Manuel Pereira dos Reis, *do 24* (*cabo*)

31. Manuel da Silva Cascais, *do 24*
32. Manuel da Silva Rodrigues, *do 24*
33. Óscar de Oliveira, *do 24*

A estes devem-se acrescentar mais três, mencionados na placa do 3.º Batalhão de Infantaria 24:

34. João Albano Pinho Campos, *do 24* (*cabo*)
35. Joaquim de Oliveira Félix, *do 24*
36. José Joaquim dos Reis, *do 24*

No dia 27 de Março de 1917, de manhã, passou sobre o lugar da Marinha, da freguesia de Ovar, um aeroplano do exército a grande velocidade e a grande altura, de Lisboa para o Porto. A *primeira aeronave na atmosfera de Ovar*, que era pilotada pelo capitão de artilharia Norberto Guimarães que se fazia acompanhar dum oficial da marinha também aviador, impressionou vivamente a população, dando a olho nu a impressão duma grande gaivota.

Segundo o *João Semana* (de 8 de Abril de 1917), «o povo da Marinha, que deu conta da travessia do aparelho devido ao barulho do motor, ficou muito assustado, receando ser instrumento de guerra alemão, destinado a bombardear as povoações que atravessasse».

Em 1917, foi torpedeado, afundando-se no Golfo da Gasconha, o vapor ex-alemão *Ovar*, quando da Inglaterra regressava com carvão.

A lápide comemorativa dos mortos da Grande Guerra foi descerrada no átrio do quartel do 3.º Batalhão de Infantaria 24, no dia 31 de Janeiro de 1921, pelo Presidente da Câmara Municipal António de Oliveira Melo, seguindo-se uma sessão solene no teatro presidida pelo comandante do regimento coronel José Cardoso Pinto Queimado, secretariado pelo Administrador do Concelho Manuel Pacheco Polónia e pelo Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, tendo discursado, entre outros, o major Joaquim Gonçalves Peixão, capitão Manuel Rodrigues Leite, professores Ferraz e José Maria Cabral e o dr. Pedro Chaves.

Em 1956, dado o quase estado de abandono do antigo quartel, determinou a Câmara da presidência do dr. José Eduardo de Sousa Lamy transferir a placa para a parede do 1.º andar do átrio dos Paços do Concelho, à direita de quem sobe.

No domingo 18 de Junho de 1922 a população ovarense vibrou de entusiasmo, à tarde e à noite, festejando o bom êxito da 1.ª viagem em hidrovião de Lisboa ao Rio de Janeiro, levada a cabo por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Segundo o *João Semana* (de 25 de Junho de 1922), «despertou aqui muitíssimo entusiasmo a notícia da chegada ao Rio de Janeiro dos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 17 do corrente. Repicaram os sinos, apitaram as fábricas e oficinas por espaço duma hora e foram queimados alguns foguetes. No dia seguinte, domingo, realizou-se pelas 8 horas da noite uma marcha *aux flambeaux* com música em que se incorporaram em grande número elementos civis e militares da vila e alguns

carros alegóricos» e «na Igreja foi cantado às 8 horas da tarde um solene Te Deum em acção de graças, a que assistiu todo o clero e muito povo».

A Câmara Municipal de Ovar fez-se representar na chegada dos dois aviadores ao Porto.

Na sessão extraordinária de 15 de Julho de 1920 deliberou a Câmara, por unanimidade, mandar erigir um monumento em Ovar, no jardim do Largo dr. Francisco Zagalo, aos mortos da Grande Guerra do concelho, encarregando a Comissão Executiva de promover a construção do mesmo conforme projecto da Junta Patriótica do Norte.

A Comissão Executiva da Câmara Municipal tendo conhecimento, na sua sessão de 14 de Abril de 1921, da passagem na estação de Ovar do comboio especial que conduziria, de regresso ao Porto, os representantes das Nações Aliadas que tinham vindo a Portugal assistir à trasladação do Soldado Desconhecido para a Batalha, resolveu convidar todo o elemento oficial e o povo do concelho a comparecerem na estação a fim de saudarem os visitantes. No dia 15 daquele mês, pouco depois das 10 horas da manhã, teve lugar a imponentíssima manifestação aos representantes da França, Inglaterra e Itália, à passagem na estação do caminho-de-ferro de Ovar: gares apinhadas de povo, guarda de honra do 3.º Batalhão, duas bandas de música, que tocaram a *Marselhesa*, foguetes, sinos, apitos das fábricas.

Deram entrada na carruagem que conduzia os representantes – o marechal francês Joffre, o general inglês Dorrien e o generalíssimo italiano Armando Diaz – o dr. Pedro Chaves e Abel Domingues de Andrade, fazendo este último, em francês e em nome de Ovar, uma saudação. A recepção terminou com vivas e as bandas a tocarem o hino nacional.

Quase 5 anos depois da deliberação da Câmara, de 15 de Julho de 1920, no dia 19 de Abril de 1925, foi colocada a 1.ª pedra no *monumento* pelo Presidente da Comissão Executiva Manuel André de Oliveira Júnior. O monumento, que foi levantado por subscrição pública, tendo o seu construtor recebido 8.450$00 e tendo-se dispendido no total cerca de 13.000$00, foi inaugurado a 3 de Maio de 1925 com a maior solenidade: organizou-se um cortejo cívico que partindo dos Paços do Concelho se dirigiu para o Largo dr. Francisco Zagalo onde o comandante do Regimento de Infantaria 24, coronel José Cardoso Pinto Queimado, que representava o Ministro da Guerra, descerrou o padrão, tendo falado o dr. Pedro Chaves, que apelou para a união de todos os vareiros pelo bem da sua terra e extinção de ódios antipatrióticos, o Governador Civil, major António José Teixeira, o professor José Maria Cabral e o comandante do 3.º Batalhão major Zeferino Comossa, que afirmou:

«E se é certo que o acaso da sorte, bem avara para o 24 de infantaria, não permitiu que muitos dos seus soldados mortos tivessem a suprema ventura de o haverem sido por uma bala ou uma granada no campo de batalha, se bem certo é que a sua grande maioria morreu pela acção inclemente do clima, abrasados, delirados pela febre, certo é que também só pela Pátria, pela sua Pátria amada morreram. E não poucos foram! 178 nos acusa, na sua indiferença marmórea, a lápide daquele quartel».

No dia 11 de Novembro de 1968, em que se completaram 50 anos do armistício, tendo o governo decidido que a comemoração, até essa data circunscrita à homenagem aos mortos da Grande Guerra, passasse a abranger todos os mortos pela pátria, foi descerrada no *monumento* uma placa com os seguintes dizeres:

Monumento aos Mortos da Grande Guerra.
In: Boletim Informativo da Câmara Municipal, *n.º 1/1995*

«Aos Combatentes mortos pela Pátria
Homenagem dos Combatentes da Grande Guerra.
XI-1918 – XI-1968»

A 16 de Abril de 1930, Ovar foi sobrevoada, por volta das 8 horas, pelo célebre *Graff Zeppelin*; a 9 de Dezembro de 1935, ao alvorecer, cruzou o céu de Ovar o moderno dirigível *Hindenburgo*.

Finalmente, a 15 de Abril de 1953, o céu de Ovar foi atravessado, pela 1.ª vez, por um avião a jacto, o que causou a mais viva impressão, pelo facto de deixar traçado nos ares um rasto.

O poeta, historiador e dramaturgo António Dias Simões – a sua obra *Ovar – Biografias* – (1917-1918). A Famílias Dias Simões. Os poetas ovarenses

Poeta, historiador e dramaturgo, ANTÓNIO DIAS SIMÕES, democrático ferrenho, nasceu na Rua Fernandes Tomás, a 29 de Setembro de 1870, filho de Manuel Pereira Dias, natural de Penajoia, Lamego, e de Ana Soares Barbosa Simões, tendo casado, a 18 de Junho de 1896, com Leolina Pires da Silva, natural de S. Cristóvão de Nogueira, Cinfães, filha de Manuel da Silva Ferreira e de Maria Vieira.

Foi tesoureiro da Câmara Municipal (desde 4 de Dezembro de 1901), um dos fundadores do Colégio Júlio Dinis – sexo feminino –, aberto na Rua Coronel Galhardo a 10 de Outubro de 1911, e fundador, em 1912, do Colégio Júlio Dinis – sexo masculino –, na Rua da Fonte, falecendo com 52 anos, vitimado pela tuberculose, a 22 de Dezembro de 1922.

António Dias Simões. 1870-1922

Publicou em folhetim no semanário ovarense *A Discussão*, de 7 de Janeiro de 1917 a 8 de Setembro de 1919, *Ovar – Biografias*, trabalho editado na *Imprensa Pátria* (1917) e reeditado pela Câmara Municipal (1970).

Na sessão de 21 de Novembro de 1936 a Câmara Municipal deliberou dar o nome de *Rua António Dias Simões* à parte da Rua de Fernandes Tomás compreendida entre as Ruas de Castilho e dr. Manuel Arala, atendendo à localização da casa em que o escritor viveu.

De 27 de Setembro a 18 de Novembro de 1970 a Acção Católica de Ovar levou a cabo as comemorações do 1.º Centenário do nascimento do poeta, historiador e dramaturgo. Uma missa na Igreja Matriz, uma romagem à sepultura, no cemitério da cidade, o descerramento duma placa na casa onde nasceu, uma exposição biobibliográfica do homenageado no Museu de Ovar, a inauguração da *Sala de Música A. Dias Simões* na sede da Acção Católica na Rua Alexandre Herculano e uma conferência proferida, para o encerramento, no dia 18 de Novembro, no salão de festas do antigo colégio de N.ª Sr.ª da Esperança, pela dr.ª DEOLINDA CASCAIS LOPES PALAVRA, e intitulada *António Dias Simões – um perfil, sua vida e sua obra*, foram os números principais dessas comemorações.

Entretanto, e nesse mesmo ano, a Câmara decidiu reeditar *Ovar – Biografias*, a Acção Católica fundou a Tuna Musical António Dias Simões e o Orfeão resolveu dar à sua biblioteca o seu nome, tendo para esse efeito uma placa sido descerrada pelo vice-presidente da Câmara e Maria Amélia Dias Simões.

Família ovarense de Artistas, a *Família Dias Simões* descende de António Dias Simões, que casou com Maria Resende, da Praça.

O filho deste casal – José Simões de Resende –, da Rua das Maravalhas (mais tarde Travessa das Almas e, actualmente, Rua António Dias Simões), casou com Ana Dias Ferreira, da Rua de Sant'Ana.

Filho do casal José/Ana foi Tomé Simões de Resende, que nasceu a 15 de Outubro de 1799 e faleceu, com 74 anos, a 5 de Janeiro de 1874, tendo casado, a 3 de Junho de 1831, com Maria Soares Barbosa, do Cruzeiro da Poça. Foi *recebedor da comar-*

ca, recebedor do concelho, e Júlio Dinis, que frequentou assiduamente a recebedoria, refere-se a ele na carta, de 16 de Maio de 1863, endereçada ao seu amigo e confidente Custódio Passos, irmão do poeta Soares de Passos.

Filhos do casal Tomé/Maria:

– Ana Margarida

– Maria, «que morreu demente, o que foi atribuído pela família à acção dos missionários e em que alguns críticos pretendem ver a *Ermelinda*» (Egas Moniz, *Júlio Dinis e a sua obra*), a filha do Cancela, d'*A Morgadinha dos Canaviais*.

– Margarida

– Ana Soares Barbosa Simões, que nasceu a 15 de Setembro de 1832, e casou, com 26 anos, a 18 de Junho de 1866, com Manuel Pereira Dias, natural de Penajoia, Lamego, mas de pais ovarenses, e que foi recebedor do concelho. Esta Ana, por quem se terá perdido de amores Júlio Dinis (o médico *Daniel*), é a *Margarida* ou *Guida*, a pupila do Senhor Reitor, o único fruto do 1.º matrimónio de seu pai, e futura mulher de Daniel no romance cempesino *As Pupilas do Senhor Reitor*, a obra-prima de Júlio Dinis.

Esta Ana, com uma prima de Júlio Dinis, ensinou ao escritor algumas noções de costura, que este terá aproveitado para a *aula de costura* em *Uma família inglesa*.

O casal Ana/Manuel teve 4 filhos, dos quais três morreram tuberculosos; o outro foi o poeta, historiador e dramaturgo António Dias Simões (1870-†1922, com 52 anos, vitimado pela tuberculose), que casou (1896) com Leolina Pires da Sílva (†1950, com 84 anos), professora do Ensino Básico, natural de S. Cristóvão de Nogueira, Cinfães.

Filhos do casal António/Leolina:

– Dulce Dias Simões (†1936, de tuberculose), que casou com Augusto Maria de Quadros Abragão (†1978, em S. Lourenço do Bairro, Anadia).

– José Dias Simões, o *Zé Dias*, que nasceu em 1897 e faleceu, a 22 de Julho de 1934, vítima de tuberculose, tendo sido presidente da direcção da A.D.O. (1922), e mação (1930) na *Loja Beira-Mar*, de Ovar.

– Manuel Dias Simões, que casou com Margarida Ferreira Soares Gomes Dias Simões. Deste casal nasceu, a 4 de Novembro de 1925, em Ovar, Leolina Clara Gomes Dias Simões, que granjeou fama com o pseudónimo de *Clara de Ovar*; e, a 14 de Fevereiro de 1929, José António Gomes Dias Simões, o *Zeni*.

José Dias Simões. 1897-1934

Manuel Dias Simões.

– Maria Amélia da Silva Dias Simões, que nasceu a 18 de Novembro de 1900, e casou, a 3 de Junho de 1922, com Manuel José Gondin da Fonseca, natural do Rio de Janeiro e que faleceu nesta cidade a 22 de Julho de 1977, com 78 anos. Foi uma notável e apreciadíssima regente do Orfeão de Ovar, tendo falecido a 2 de Outubro de 1980, com 80 anos.

Seu marido, aquele Gondin da Fonseca, filho de Manuel José da Fonseca, natural de Válega, e de Edwiges del Gago Gondin da Fonseca, natural de Puebla del Caramiñal, Galiza, Espanha, foi um brilhante e erudito polígrafo do Brasil.

O Orfeão de Ovar descerrou uma lápide de mármore na casa onde nasceu, a 18 de Janeiro de 1981.

Filhos do casal Maria Amélia/Manuel José:

– Dr. António Manuel Gondin da Fonseca, que nasceu (1923) no Brasil, formou-se em medicina (1955), tendo casado com Lourdes Maria de Lemos Gondin da Fonseca.

– Edwiges Helena Gondin da Fonseca, que nasceu a 7 de Outubro de 1929, em Niterói, Rio de Janeiro, e, seguindo as artes musicais de sua mãe, regeu, com elevada competência, o Orfeão de Ovar. Tendo casado com Manuel Pinto dos Santos (*Sanfins*), que foi um categórico jogador do F. C. do Porto, veio a casar, em 2.as núpcias, com Humberto Rodrigues Gomes Pacheco, de quem teve três filhos: Luís Filipe, Maria Alexandre e arquitecto Rogério Paulo.

A *casa da Família Dias Simões*, casa de rés-do-chão, na Rua das Maravalhas (mais tarde Travessa das Almas e, actualmente, Rua António Dias Simões), foi recebedoria do concelho. Dois membros da família Dias Simões foram *recebedores do concelho*: Tomás Simões de Resende e seu genro Manuel Pereira Dias.

António Dias Simões, além de historiador e dramaturgo, foi também poeta de merecimento. É, assim, chegada a altura de se fazer referência aos poetas naturais de Ovar, aos naturais de outras freguesias do concelho e aos naturais de outros concelhos, directa ou indirectamente ligados com Ovar.

I. ***Poetas naturais de Ovar***:

- Frei Bernardino José do Espírito Santo (deve ter nascido no 3.º quartel do século XVIII e falecido nos fins do primeiro seguinte).
- Francisco de Oliveira Pinto (por volta de 1778-1850)
- dr. António Pereira Zagalo (1789 - Lamego, 1863)
- Lourenço Maria de Oliveira Vaz (1835-1883)
- dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo (1850-1910)
- António Dias Simões (1870-1922)

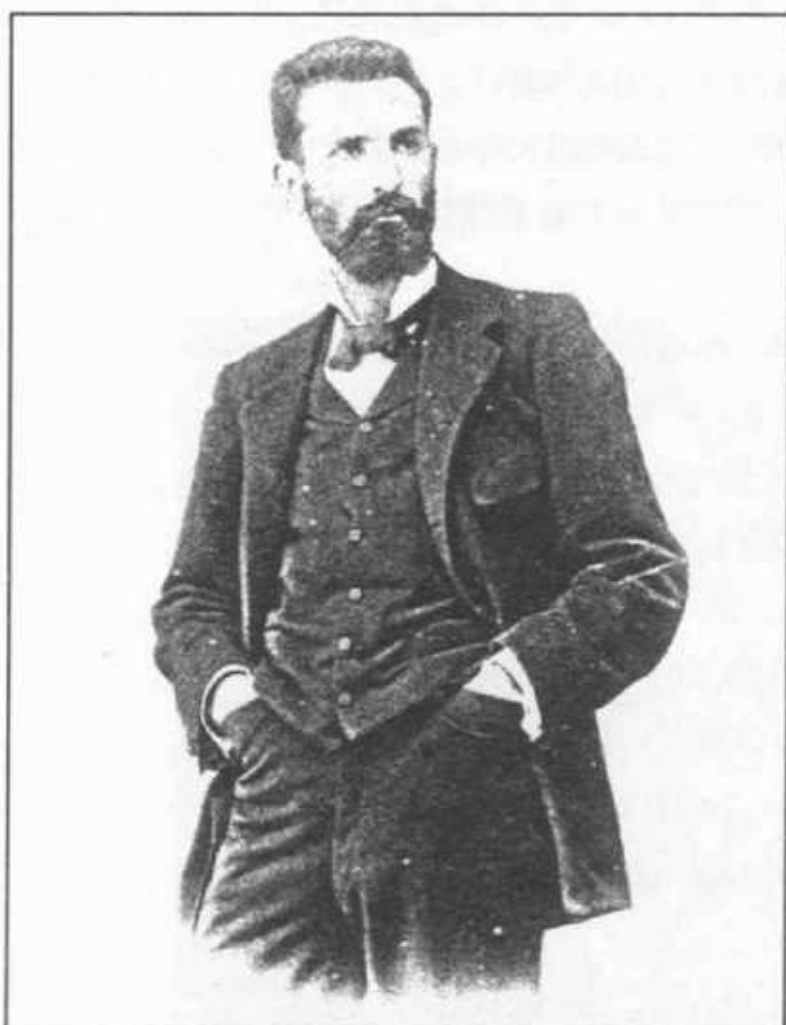
O meu retrato

Alto, de um metro e mais setenta e tal,
Magro de corpo e costas arqueadas,
Barbas à Cristo muito mal cuidadas,
Sorriso triste e olhar semi-mortal,

Sempre na lua em busca d'um ideal
Que o faz cair em teias enredadas
E preocupar com pequeninos nadas...
– Eis de mim mesmo o tipo original! –

Dizem que eu sou alguma coisa esperto
E eu teimo e afirmo aqui de peito aberto
Que isso não é, nem pode ser verdade.

Porque se o fosse, a Real Academia
Há muito tempo expor já me devia
Num bom museu, como alta raridade!

António Dias Simões, 14/4/1905

António Dias Simões. 1870-1922

Vareiras

E dizem que as sereias são um mito,
as filhas amorosas do Oceano...
Um mito! Mas eu sei que não me engano
ao vê-las, e por ver as acredito.

Pé nu, muito lavado e pequenito,
quadril escultural, busto romano,
uns olhos de perder um franciscano,
e um todo, enfim, original, bonito...

Eu vejo por aí quanta sereia
correndo como alvéolas sobre a areia,
rindo e cantando – doidas feiticeiras!

São elas, essas lindas raparigas
de formas ideais, puras, antigas,
as tentadoras e gentis vareiras.

ANTÓNIO DIAS SIMÕES, Março de 1903

– António Valente de Almeida (1878-1966)

História de Ovar

A tua história, minha terra, o que é?...
O que é teu foral manuelino?...
– Vejo Trabalho, Paciência, Fé
A encaminhar, fazer o teu destino.

Vejo o mar dominado, o mar vencido
Pelos teus barcos: – fostes, és pescador.
E vejo o teu chão magro convertido
Em viçoso jardim, mimosa flor.

Vejo o teu pinhal vestir areias,
E a revesti-las vejo o pão sagrado:
Que história de prodígio as tuas veias
Por terra-mar, paul têm gravado!

Vejo as tuas formosas raparigas
Que descendem, talvez, doutras de Atenas,
A viola que levas, as cantigas,
E as tuas esfolhadas – gozo e penas...

Vejo os teus oratórios consagrados
A Virgens, tendo ao colo os Seus Meninos;
E, pelos tempos fora, ora magoados,
Ora alegres os toques dos teus sinos.

Vejo os teus filhos, uns pelas fragatas,
Outros por estrangeiros continentes:
Impulsões ancestrais, forças inatas
Em busca de outros céus e de outras gentes.

Varões ilustres?... Sim, tu os tiveste
Em repartir seu pão e o seu manto,
Em espargir, nas trevas, luz celeste,
Curar a alheia chaga, o alheio pranto.

História, tudo a tem... Boa é a tua
Sem latrocínio, invejas por ninguém;
De ferros benquerendo o da charrua,
Que, aliada ao mar, te fez alguém!

ANTÓNIO VALENTE DE ALMEIDA, *Terra e gente das dunas*, 1955

– Manuel Mendes Tarrafa, *Mentarfa* (1894 - Porto, 1966)
– dr. António Augusto Baptista Fragoso (1903 - Vila Nova de Gaia, 1976)
– Luís de Sousa (1904 - Brasil, 1991)
– dr. António Rasgado Rodrigues (1905 - Algés, 1979)
– António da Costa e Silva, *Camanho* (1921-1989)
– Francisco Boanerges Gomes Cunha, o *Boanerges Parada* (1922 - Porto, 1979)

Boanerges Parada.
1922-1979

– Leolina Clara Gomes Dias Simões Segurado, *Clara d'Ovar* (1925)
– Emerenciano da Silva Rodrigues (1946)
– Manuel Ferreira Gomes (1948 – residente no Torrão de Lameiro)
– Áppio Cláudio Almeida (1952 – residente em Cantanhede)
– Manuel António Silva Costa, o *Manuel Ramos Costa* (1956)

Ovar é Ovar

Ó terra apaixonadamente
Vareira! Quanta glória
Abarcas em teu materno
Regaço!

É por isso que sempre que te canto

OVAR,
voam pássaros
Atordoados de emoções
Rente a meus olhos.

MANUEL RAMOS COSTA, *Inventar a cidade*, 1992

Manuel Ramos Costa

– dr.ª Joana Maria Muge Silva (nat. de Cimo de Vila)

II. ***Poetas naturais de outras freguesias do concelho de Ovar***:

– João Rodrigues de Oliveira Santos (S. Vicente de Pereira, 1832-1900)
– dr. Albertino Alves Pardinhas (Cortegaça, 1922)
– dr. António Maria Ferreira da Silva (Esmoriz, 1935)

Quem me dera ser d'Ovar

Quem me dera ser d'Ovar,
lá da terra natural;
Viver à beira do mar
No meio do areal.

Ouvir as ondas bramir
Em noites de temporal;
Ver a lua cheia vir
Das copas do pinheiral.

Ter nos meus versos a dança
Das ondas do alto mar,
E no meu peito a esperança
Das Primaveras de Ovar.

Percorrer de lés-a-lés
A terra à minha vontade;
Tomar café nos cafés
Mais bonitos da cidade.

Quem me dera ser de Ovar
Lá da terra natural,
Com toda a gente dançar
A chula no Carnaval.

ANTÓNIO MARIA FERREIRA DA SILVA, *Os meus versos*, 1991

António Maria Ferreira da Silva

III. ***Poetas naturais de outros concelhos***:

– dr. José Francisco Lourenço de Almeida Borges e Medeiros (Lisboa, 1835 - Ovar, 1934).
– dr. José Lopes Godinho de Figueiredo (S. Martinho da Gândara, Oliveira de Azeméis, 1853-1900).
– Manuel Colares Pinto (Lisboa, 1899 - 1954)
– Belmiro Duarte Silva (Cabo Verde, 1899 - 1979)

Ovar

É, esta, a minha terra, a linda Ovar
Que Terra alguma no País iguala.
É onde cai mais prata do luar,
Oiro do Sol e músicas da fala.

BELMIRO AZEVEDO, *Luzes na noite*

– Glória de Sant'Anna (Lisboa, 1925 – residente em Válega). Viúva do arquitecto Soares Pais.

Ovar em 1917

Através do *Almanaque Ilustrado* e dos semanários locais, pode-se ter, em 1917, um panorama geral da vila de Ovar, designadamente nos aspectos social, comercial e industrial.

Na vila existiam nesse ano:

Advogados	6
Agências bancárias, correspondentes de	5
Agências de seguros, correspondentes de	18
Agências de pólvora	1
Agências de vapores	2
Alfaiatarias	6
Alquilarias	5
Armadores de igreja	3
Armazéns e lojas de cereais	15
Armazens de móveis	1
Armazéns de ocas	1
Armazéns de ovos	2
Armazéns de sal	2
Armazéns de vinho	6
Barbearias	9
Bilhares	2
Caixotarias	1
Cereeiros	5
Chapelarias	1
Clero (padres)	11
Colégios	2
Companhas de pesca	4
Construtores civis	6
Construtores navais	7

Depósitos de cal 2
Depósitos (e oficinas) de calçado 4
Depósitos de farinhas 1
Depósitos de louça branca 3
Depósitos de máquinas de costura 2
Desnatadeiras 1
Escolas 7
Estâncias de madeira 5
Fábricas de cerâmica 1
Fábricas de conservas alimentares 1
Fábricas de energia eléctrica 1
Fábricas de moagem 1
Fábricas de Pão de Ló 2
Fábricas de serração a vapor 1
Farmácias 6
Ferrarias 1
Filarmónicas 2
Fotógrafos amadores 2
Funilarias 7
Garagem 1
Hospedarias 3
Jornais (semanários) 5
Lojas de fazendas 8
Lojas de retroseiro 3
Marcenarias 3
Médicos 8
Mercearias 30
Negociantes de lenha 1
Negociantes de pescado 8
Oficinas de calçado 6
Oficinas de instrumentos musicais 1
Olarias 11
Ourivesarias 4
Padarias 16
Penhoristas 1
Pichelarias 3
Pintores 2
Professores oficiais (primários) 11
Relojoarias 2
Salsicharias 3
Serralharias 4
Sociedades de recreio 1
Tabacarias 2
Talhos 8

Tanoeiros 3
Tascos 34
Teatros 1
Tipografias 2
Troncos de ferrador 3
Vacarias 1
Vidraceiros 2

Que se distribuíam, do seguinte modo, pela Praça da República, pelos largos e ruas principais da vila:

– *Praça da República* (Praça do Comércio, a Praça)
Localizavam-se nela o escritório do advogado dr. José Maria Marques de Oliveira Reis, a armação fúnebre de Aurora Folha, 5 armazéns e lojas de cereais (Bonifácio & Irmão, Flávio Ribeiro, João de Oliveira Martins, José Maria Rodrigues Figueiredo, e Santos & Ca.), o barbeiro António Pereira Camarão, os bilhares Cerveira e Vinagre, 3 lojas de fazendas (João José Alves de Cerqueira, João da Silva Ferreira, suc., e Silvério Lopes Bastos), o consultório do médico dr. João de Oliveira Baptista e a farmácia de seu filho Carlos Alcântara da Gama Baptista, 2 mercearias (António Conceição e Pinho & Irmão), a oficina de calçado de José Morais, a tabacaria *Havanesa*, de Joaquim Ferreira da Silva, suc., e o talho de José Fernandes da Graça.

Paços do Concelho, na Praça da República.
Edição Ramos e Camarão

– *Rua Cândido dos Reis* (Rua da Praça)
Com a alfaiataria de Aníbal da Cunha Farraia, o armazém e loja de cereais de Joaquim Correia Dias, o armazém de ovos de José Maria Rodrigues da Silva,

2 barbeiros (Joaquim de Oliveira e Salvador Ferreira), 2 farmácias (António Carmindo de Sousa Lamy, e Ernesto Zagalo de Lima), a funilaria de António Rodrigues da Graça Capoto, a marcenaria de José de Oliveira Barbosa, o consultório médico do dr. Alberto Augusto da Silva Tavares; 2 mercearias (José Maria Rodrigues da Silva e Manuel Valente de Almeida, suc.), 2 padarias (*A Panificadora* e a *Pátria*), a relojoaria de Augusto da Cunha Farraia, 2 lojas de retroseiros (Ângelo Gonzalez e Aurora Folha), o talho de Manuel António Lopes, e um tasco.

– *Rua Mártires da República* (Travessa da Praça)

Com o talho da Margarida Marques.

– *Largo Serpa Pinto* (Largo do Chafariz)

Situavam-se neste largo a alfaiataria de Guilherme Correia de Sá, a farmácia de Delfim José de Sousa Lamy, a hospedaria de Francisco Júlio, a loja de fazendas de Maria José de Oliveira Pinho, e a ourivesaria de Francisco Maria de Oliveira Ramos; na Praça da Hortaliça, existia o talho de Margarida Rosa de Jesus (viteleira).

Eram professores na Escola do Castelo Ana de Abreu Freire, António Augusto Correia Baptista e Gracinda Augusta Marques dos Santos.

Largo Serpa Pinto.
Edição Ramos e Camarão

– *Rua 31 de Janeiro* (Rua do Picoto)

Tinha neste rua o seu escritório o advogado dr. Francisco Fragateiro. Nela também se localizavam 2 armazéns e lojas de cereais (João Anselmo de Lima e Teresa de Oliveira Gomes), 1 armazém de vinhos (Afonso José Martins), a ourivesaria de Amália de Sousa, 2 tascos, e o tronco de ferrador de João Anselmo de Lima.

– *Rua Luís de Camões* (Rua de S. Tomé e Areal)

Com o construtor civil Domingos Lopes da Silva, a estância de madeira de Rosa Villôa, a ourivesaria de José Plácido Ramos, e a padaria de José Maria Dias de Resende.

No Areal achava-se a fábrica de moagens Soares Pinto & C.ª

– *Rua Antero de Quental* (Rua das Neves)

Além da Imprensa Pátria, com o semanário *A Pátria*, tinha o armazém e loja de cereais de Manuel Fernandes Teixeira, e um tasco.

– *Rua João de Deus* (Rua Direita das Ribas)

Com 2 armazéns de sal (Benardino de Oliveira Gomes e Rosa Gomes Cacena), a funilaria de Guilherme Correia, a mercearia de Nazareth Correia e um tronco de ferrador (Lima & Irmão).

– *Rua Heliodoro Salgado* (Rua de trás das Ribas)

Com o escritório do advogado dr. Joaquim Soares Pinto, o armazém de vinhos de Manuel Soares Pinto, e a padaria de Antónia Marques da Silva.

– *Rua dr. Manuel Arala* (Rua dos Campos ou das Almas)

Nesta rua situavam-se o armazém de ovos da viúva de António de Oliveira, 2 barbeiros (António Maria da Silva Miranda e Francisco de Oliveira), a ferraria de Francisco dos Santos Brandão, a loja de fazendas de Manuel da Silva Ferreira, 3 mercearias (António da Conceição, Manuel Lourenço Ferreira e Maria Gracia de Jesus), 4 negociantes de pescado (António Augusto Fragateiro, António Pinto Lopes Palavra, Manuel da Fonseca Soares, e Piedade Emília Pinto & C.ª), a oficina de calçado de Serafim Marques de Almeida, a oficina de instrumentos musicais de Manuel Pereira Cahó, a padaria de António de Oliveira Neves, o talho de Rosa Gomes da Silva Ribeiro, a tanoaria Oliveira Vaz (barriqueiro), e 2 tascos.

Na Escola dos Campos era professora Leolina Dias Simões.

No Bairro de S. José, José Rodrigues, o *Estarreja*, tinha a sua olaria.

– *Rua Marquês de Pombal* (parte da Rua de Sant'Ana)

Com a salsicharia de Zulmiro Rodrigues dos Santos.

– *Rua Júlio Dinis* (Rua de Sant'Ana)

Com 2 negociantes de pescado (Manuel dos Santos Soares e Margarida Cascais), um penhorista, o João da Costa Mendes, a salsicharia de Ana de Piedade, a serralharia de Francisco Maria Pereira de Carvalho), e 2 talhos (Ana Pereira dos Santos e António Luís de Sá).

– *Rua Castilho* (Rua dos Maravalhas)

Tinha 3 olarias (Francisco Maria Marcelino, José Rodrigues, o *Estarreja*, e Manuel Henriques Pereira).

– *Rua José Estevão* (Rua de S. Bartolomeu)

Com a alquilaria do Clemente, e o armazém e loja de cereais de Domingos da Fonseca Soares.

– *Rua Padre Ferrer* (Rua dos Lavradores e Rua da Oliveirinha)

Nas Escolas do Padre Ferrer eram professores primários Alcinda Isaura Camelo Braga e José Rodrigues Martins.

Nesta rua, onde se localizavam o armazém de vinhos de José Ferreira Mala-

quias, e a sede do semanário *O Ideal Vareiro*, tinha o seu escritório o advogado dr. António Gonçalves Santiago.

– *Rua dr. José Falcão* (Rua das Figueiras)

Com o escritório do advogado dr. José António de Almeida, a alfaiataria de Manuel de Oliveira Paulino, o armazém de vinhos Carrelhas & Filhos, sucs., o barbeiro Octávio Ferreira, o depósito de louça branca de Maria da Glória Neves, a farmácia de Manuel Joaquim Rodrigues, 2 fotógrafos amadores (Ricardo e António Henrique da Silva Ribeiro), 2 médicos (drs. António Pereira da Cunha e Costa e José Duarte Pereira do Amaral, este último subdelegado de saúde), 3 mercearias (Carlos Ferreira Malaquias, José Fernandes Villa, e Rosa Rodrigues dos Santos), 2 padarias (João Lourenço da Costa e Manuel Farraia), a serralharia de António Ferreira, a tanoaria de Carrelhas & Filhos, Sucs., e 3 talhos (António Tavares, Carlos Ferreira Malaquias e Maria Augusta de Carvalho).

– *Rua Alexandre Herculano* (Rua da Fonte)

Nesta rua tinha o seu escritório o advogado dr. António dos Santos Sobreira. Nela situavam-se, ainda, o Colégio Júlio Dinis (masculino), 4 construtores civis (António Rodrigues Martins, António Tavares, João António Lopes, e João da Pomba), a estância de madeira de João Ferreira Lamarão, a Filarmónica *Boa União*, a hospedaria de José António Alves Ferreira (*Jerónimo*), o inspector escolar José de Castro Sequeira Vidal, a marcenaria de Manuel da Silva Lopes, o *Palavra*, o médico dr. Salviano da Cunha e Costa, 3 mercearias (Jacinto Dias de Resende, José Maria Rodrigues da Silva Júnior, e Viúva Criosa), a oficina de calçado de Manuel Valente Pereira Rosas, a padaria de Ana Valente de Almeida, 2 serralharias (Evaristo Valente e Guilherme Nunes de Matos), o talho de José Alves Ferreira Ribeiro, 3 tascos, e a vacaria de José Alves Ferreira Ribeiro.

– *Rua Elias Garcia* (Rua da Graça e Pontes)

Rua eminentemente comercial, nela existiam a alfaiataria de Abel Guedes de Pinho, a alquilaria de José Loureiro, 2 armazéns e lojas de cereais (dr. António Zagalo dos Santos e Salvador a Irmão), o armazém de móveis de Francisco Peixoto Pinto Ferreira, 2 cereeiros (o mencionado Peixoto e a Viúva Salvador & C.ª), a chapelaria Venesa, de José Maria de Oliveira, a farmácia de Isaac Júlio Fonseca da Silveira, 2 depósitos e oficinas de calçado (Abel Guedes de Pinho e Cândido Ferreira de Azevedo), o depósito de louça branca de Ana Rodrigues Ferreira, 2 depósitos de máquinas de costura (Abel Guedes de Pinho e Francisco Peixoto Pinto Ferreira), 2 fábricas de Pão de Ló (a Celeste de Ovar, de Celeste Gomes Pinto, e a Ideal de Ovar, daquele Peixoto), 2 funilarias (Manuel Coelho da Silva, o *Capoto*, e Manuel Lourenço da Silva), o jornal (semanário) *O Ovarense*, a loja de fazendas de Manuel Rodrigues Pepolim, a loja de retroseiro de Manuel Penha, 6 mercearias (Francisco Peixoto Pinto Ferreira, Joaquim Leite de Sousa, Manuel Gomes Laranjeira, Seabra de Moura, Virgílio Gonçalves da Cruz, e Viúva Salvador & Filho), o negociante de pescado Joaquim Valente de Almeida, a oficina de calçado de

Rua Elias Garcia.
Edição Ramos e Camarão

Cândido Ferreira de Azevedo, a ourivesaria de Manuel de Oliveira Ramos, 2 pichelarias (Manuel Coelho da Silva, o *Capoto*, e Manuel Lourenço da Silva), a relojoaria de António da Cunha Farraia, a tabacaria de Francisco Peixoto Pinto Ferreira, 3 talhos (Margarida Rosa Leite, Seabra e Moura, e Vitorino Alves Ribeiro) a tipografia *Ovarense,* e o vidraceiro Francisco Peixoto Pinto Ferreira.

A firma *Abel Guedes de Pinho & C.ª*, nos n.os 100-106, era um caso à parte, com as suas motocicletas, bicicletas, máquinas de costura, máquinas de escrever, automóveis (marcas *Charron* e *Darraq*), máquinas falantes e discos, grande depósito de calçado, sapataria de consertos e obra nova, alfaiataria com os célebres gabões ou varinos de Aveiro e capotes à cavalaria alentejanos, garagem para pernoita de automóveis, com oficina de reparações e depósito de gasolina.

– *Rua Eça de Queirós* (Cal de Pedra)

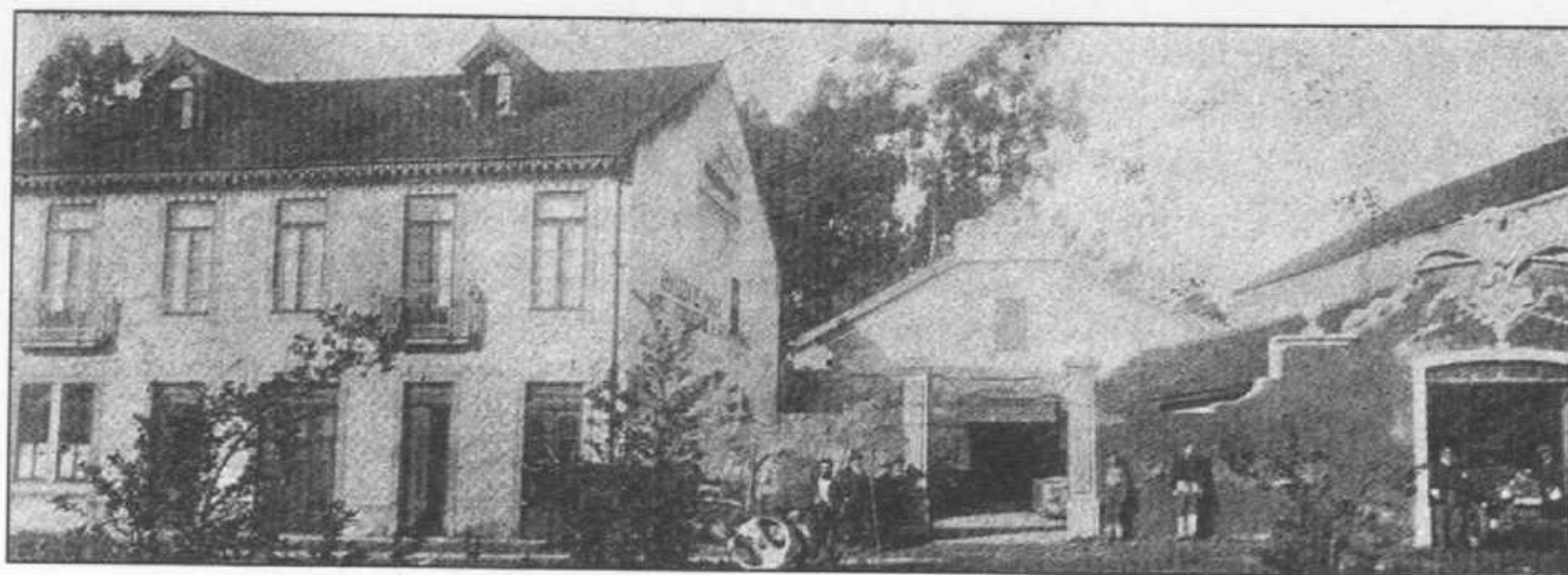
Sede do semanário *A Discussão.*

– *Olaria*

Na Escola da Olaria exerciam as professoras primárias Amélia Aurora Duarte Silva e Palmira Freire de Liz.

Na Olaria situava-se o Colégio ou Internato da Olaria.

– *Rua Gomes Freire de Andrade* (Rua da Estação)

Com a alfaiataria de Bernardo Correia de Sá, a alquilaria de António José de Oliveira Cadete, o armazém e loja de cereais de Francisco da Silva Brandão, a fábrica de cerâmica de Peixoto & Filho, a fábrica de energia eléctrica, a garagem de Francisco Peixoto de Pinho Ferreira, a mercearia de António da Silva Brandão, o talho de João António de Sousa, 3 tascos, e o tronco de ferrador Lima & Irmão.

Armazéns de vinhos de Manuel Rodrigues d'Almeida & Irmão (casa fundada em 1912), no Largo Almeida Garrett.
In: Turismo Magazine, *1933*

– *Largo Almeida Garrett* (Largo do Mártir S. Sebastião)
Situavam-se neste largo o depósito de farinhas de Manuel Gomes Laranjeira, a fábrica de conservas alimentícias Brandão & C.ª, a tanoaria de Manuel Rodrigues de Almeida.
– *Largo 19 de Junho* (Largo da Estação)
Com a alquilaria de Constantino Gomes de Pinho, 2 armazéns de vinhos (Francisco Rodrigues de Sá e Inácio e Manuel Rodrigues de Almeida), a caixotaria de Joaquim Pinto da Silva, a estância de madeira do mesmo, a hospedaria de Domingos Simões, e o talho de Joaquim Martins.
– *Estação*
Situavam-se na Estação 2 depósitos de cal (Manuel da Cunha e Silva e Manuel de Oliveira da Cunha), a fábrica de serração a vapor Gomes & C.ª, e a oficina dos caminhos-de-ferro.
– *Largo dr. Francisco Zagalo* (Largo de S. Pedro)
Localizavam-se neste largo a armação de igreja (armação fúnebre) de Maria Luísa da Silveira, o barbeiro João Pereira Mendonça, a cereeira Maria Luísa da Silveira, o depósito e oficina de calçado daquele João Pereira Mendonça, a funilaria de António da Silva Roma Capoto, o consultório médico do dr. João Maria Lopes, o Teatro Ovarense, propriedade da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar, o vidraceiro Augusto Barbas (junto ao quartel), e o talho de Joaquim da Silva.
– *Rua Coronel Galhardo* (Subida do Fragateiro, parte da Rua dos Ferradores da Arruela)
Com o armador de igreja Francisco de Matos, o cereeiro Francisco de Matos, o Colégio Júlio Dinis (feminino), o depósito e oficina de calçado de António da Fonseca Bonito, a marcenaria de Manuel Cunha, 2 mercearias (Francisco de Matos e J. M. M. de Matos), 2 padarias (J. M. M. de Matos e João Vicente Ferreira), a sede da Música Ovarense, e 3 talhos (Augusto Marques dos Santos, Francisco de Matos, e J. M. M. de Matos).

– *Rua Visconde de Ovar* (Rua dos Ferradores da Arruela)

Nesta extensa rua existiam a alfaiataria de António de Oliveira Nunes, a alquilaria de João Henriques da Silva, o armazém e loja de cereais de José Maria Curraleira, o armazém de ocas de Dionísio de Araújo Passos, o barbeiro Francisco Pereira Muge, 5 construtores navais (Francisco de Oliveira Gomes, João e Bernardino Gomes Silvestre, José de Oliveira Luzes, Manuel Ribeiro e Sebastião Ribeiro), o depósito de louça branca de Maria Borges de Pinho, a desnatadeira de Artur dos Santos, 2 estâncias de madeira (José de Oliveira Luzes e Manuel Ferreira Dias), 2 funilarias (António da Silva Ribeiro e José Rodrigues), a sede do jornal (semanário) *João Semana*, 2 lojas de fazendas (Maria Gracia Soares e Rosalina Muge), 7 mercearias (António Luís Gomes, António de Oliveira Moscoso, António Rodrigues Matos, José Gomes Ramilo, Manuel Ferreira Dias, Margarida Lopes Guilherme Brandão, e viúva de José Maria Rodrigues), a oficina de calçado de António Duarte Maravalhas, 3 olarias (Francisco António Ferreira Marcelino, José Ferreira Regalado, e Manuel Ferreira Regalado), 6 padarias (Ana Gazena, João de Pinho Valente, Joaquina Valente de Almeida, Manuel Neves, Miguel de Figueiredo, e Viúva de Manuel Lopes Guilherme), a pichelaria de José Rodrigues, e 9 talhos (Ana da Costa, António de Oliveira Moscoso, Avelino da Silva Guimarães, Francisco António Ferreira Marcelino, Francisco Gomes Ramilo, Manuel Ferreira Dias, Manuel Gomes Ravásio, Maria Valente da Fonseca e Viúva de José Maria Rodrigues).

Na Escola da Arruela era professora primária Maria Cândida Tavares.

– *Rua Rodrigues de Freitas* (Rua do Seixal)

Com o negociante de pescado João de Oliveira Faneco, e a olaria de João Gomes da Silva.

– *Rua Licínio de Carvalho* (Rua do Pinheiro)

Com a olaria de Carlos de Oliveira Campos, e o talho de Maria Custódia de Jesus.

– *Rua Camilo Castelo Branco* (Rua do Sobreiro)

Nesta rua existia a olaria de Manuel Dias de Resende, e a salsicharia de Rosa de Oliveira da Graça.

– *Rua Capitão Leitão* (Rua Velha da Arruela)

Com a olaria de Tomé Rodrigues Catorze.

– *Rua Ferreira Meneres* (Rua Nova da Arruela)

Nesta rua situava-se o negociante de lenha João Pacheco Polónia.

– *Largo Francisco Ferrer* (Largo de S. Miguel)

Na Escola de S. Miguel era professor primário Manuel José Patrício.

Na Lagoa de S. Miguel situavam-se o construtor civil Manuel Valente Pereira Cahó, o construtor naval João Bernardino de Oliveira Gomes, e o armazém e loja de cereais de Manuel da Silva Pais.

A Revolução de 5 de Dezembro de 1917. A câmara democrática da presidência do dr. Pedro Chaves e a Comissão Executiva presidida por José de Oliveira Lopes (2 a 26 de Janeiro de 1918). Ovar no Sidonismo – o Administrador do Concelho dr. Marques Reis (7 de Janeiro de 1918), e a Comissão Administrativa na ditadura da presidência do padre José Maria Maia de Resende (26 de Janeiro de 1918-1919). A Família Maia. O vice-presidente Joaquim Correia Dias. A Família Correia Dias. As eleições na República Nova (28 de Abril de 1918). Democráticos presos no Sidonismo (Outubro de 1918). As grandes epidemias de 1918 e 1919

A *Revolução de 5 de Dezembro de 1917*, contra o terceiro ministério democrático da presidência do dr. Afonso Costa, triunfando a 8 desse mês, instituiu uma Junta Revolucionária presidida por Sidónio Pais e a 9 dissolveu o Congresso, destituindo a 11 do cargo de Presidente da República o cidadão Bernardino Machado.

Mau grado o *João Semana*, a 4 de Novembro de 1917, declarar que «não oferecem garantias os demagogos que têm estado senhores dos cargos administrativos nestes sete anos de regabofe... democrático», e de pedir aos católicos que fossem às urnas, a verdade é que foram eleitos, sem oposição, nesse mês de Novembro os candidatos do partido democrático. E dado só ter sido apresentada a declaração dos candidatos do partido democrático, em face da lei de 1 de Junho de 1915 não se realizou o acto eleitoral, sendo proclamados pelo juiz de direito esses mesmos candidatos.

Esta Câmara *democrática*, composta por 16 vereadores, por força de lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916, tinha na presidência o dr. Pedro Ferraz Chaves, oficial do Registo Civil, e na vice-presidência João José Alves Cerqueira. Entre outros, eram vogais António de Oliveira Melo, José de Oliveira Lopes, Manuel André de Oliveira Júnior, e Manuel Valente Coimbra.

José de Oliveira Lopes. In: *Santa Casa da Misericórdia de Ovar*

A Câmara ficou constituída por:

funcionários públicos 1
industriais 1
lavradores 3
negociantes 2
proprietários 9

A 2.ª *comissão executiva da Câmara Municipal* ficou presidida por José de Oliveira Lopes, tendo como vice-presidente António de Oliveira Melo, e como vereadores:

António Duarte Pereira do Amaral, lavrador
José Pinho da Cruz, de Válega
Manuel André de Oliveira Júnior, proprietário
Manuel Fernandes de Sá Oliveira, proprietário, de Arada
Manuel Rodrigues Formigal, proprietário

A 7 de Janeiro de 1918 foi nomeado Administrador do Concelho um elemento retintamente conservador e monárquico, o dr. José Maria Marques de Oliveira Reis, de Válega.

Filho de Francisco Marques de Oliveira e de Ana Joaquina de Oliveira Reis, o dr. Marques Reis nasceu na freguesia de Válega, a 2 de Novembro de 1881, tendo casado com Maria da Conceição Teodora Reis, e, posteriormente, com Maria de Silva Borges.

Dr. Marques Reis.
1881-1950

Formando-se em direito (1911), foi no ano seguinte nomeado auditor administrativo do distrito de Castelo Branco, tendo, então, *A Pátria*, órgão local dos republicanos democráticos, dado os sentimentos aos republicanos de Castelo Branco por causa do espírito reaccionário do nomeado, que não garantia lealdade à República.

Foi Administrador do Concelho, de 7 de Janeiro de 1918 a 1919, no ministério *dezembrista* de Sidónio Pais. Na *traulitânia*, tomou posse, a 25 de Janeiro de 1919, do cargo de Conservador do Registo Civil de Ovar, substituindo o dr. Pedro Chaves. A posse foi-lhe dada pelo dr. Joaquim Soares Pinto. Tinha sido nomeado por alvará de 23 de Janeiro de 1919 do comandante da coluna enviada pela *Junta Governativa do Reino de Portugal*, tenente-coronel de artilharia João Carlos de Castro Corte-Real Machado. Este fez a nomeação em nome da Junta e no uso dos poderes que lhe tinham sido conferidos.

Advogado retintamente conservador, foi preso após a *traulitânia*, e, fugindo da cadeia de Ovar, veio a ser novamente preso, em Maio de 1919, em Válega. Amnistiado, foi solto em 1921.

Testemunha do padre Teófilo de Andrade, em 1928, aquando da questão da heran-

ça do dr. Joaquim Soares Pinto, *provedor* da Misericórdia de Ovar (desde 8 de Março de 1929 e desde 19 de Março de 1931), *notário* nesta cidade (desde 29 de Janeiro de 1931), *vice-presidente* da Câmara Municipal (desde 14 de Maio de 1931), o dr. Marques Reis morreu, com 69 anos, a 16 de Dezembro de 1950, na Rua Visconde de Ovar.

Na freguesia de Válega localiza-se a *Rua dr. Marques Reis*, a nascente da Estrada Nacional n.º 109, ligando a Rua Monsenhor Miguel de Oliveira à Rua da Corga do Sul.

Em Ovar, com a reacção antiparlamentar *dezembrista*, abriram-se novas e fundadas esperanças aos conservadores locais: os monárquicos aliaram-se aos *situacionistas* (republicanos conservadores e independentes), afastando do poder os democráticos, que foram os grandes vencidos. Os republicanos evolucionistas colocaram-se numa situação de reserva, não se comprometendo, aguardando os acontecimentos.

O *sidonismo*, que teve em Ovar e no seu concelho como principais colaboradores individualidades monárquicas ou aparentadas, obteve no País «o apoio directo ou indirecto, de grande parte do partido Unionista, a que Sidónio Pais pertencia» (OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*).

A 17 de Janeiro de 1918, de regresso à capital, passou na estação do caminho-de-ferro de Ovar o Presidente do ministério Sidónio Pais, que teve uma pequena manifestação, com reduzido número de pessoas.

O governo decreta a dissolução das câmaras municipais e a 26 de Janeiro de 1918 toma posse à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ovar, nomeada pelo Governador Civil do distrito (alvará de 21/1), de harmonia com o decreto n.º 3.738, de 10 daquele mês.

Comissão Administrativa presidida pelo padre José Maria Maia de Resende, tendo como vice-presidente Joaquim Correia Dias, e como vogais:

António Ferreira Alves, de Esmoriz
Avelino Rodrigues da Fonseca, de Válega
Carlos Ribas, de Cortegaça
Júlio Pereira Vinagre
Mário Tarújo Laranjeira

Como *substitutos*:

António André de Lima, Abade da freguesia de Esmoriz
Dr. Joaquim Soares Pinto. O *soba das Ribas* viria a substituir aquele Avelino Rodrigues da Fonseca a 9 de Dezembro de 1918.

Nato em Ovar, a 3 de Fevereiro de 1863, filho de Domingos Luís de Resende e de Joana da Silva Lopes Maia, o padre José Maria Maia de Resende ordenou-se a 3 de Agosto de 1892, celebrando a sua 1.ª missa a 10 deste mês.

Foi, desde 20 de Dezembro de 1896, primeiro capelão da Associação dos Bombeiros Voluntários, director d'*A Liberdade*, em 1910, e primeiro director do *João Semana* (1914-1917).

Padre José Maria Maia de Resende. 1863-1940

No dia 12 de Janeiro de 1897, seu irmão, Domingos Maia de Resende, disparou-lhe dois tiros de espingarda, quase à queima-roupa. Julgado a 17 de Agosto de 1898, o Domingos foi condenado em 6 anos de prisão maior celular, seguida de 10 anos de degredo, pelo juiz dr. Eduardo Braga de Oliveira.

Em 1899-1900 foi vice-presidente duma Câmara progressista presidida por António Soares Pinto; desde 26 de Janeiro de 1918 foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara *dezembrista*; em 1928, no caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto, testemunha a favor do padre Teófilo de Andrade, e, em 1931, foi vice-provedor da Misericórdia.

Faleceu, com 76 anos, a 15 de Janeiro de 1940, na sua casa de Cimo de Vila.

Família distinta da freguesia de S. João de Ovar, a *Família Maia* descende de Domingos Luís de Resende e de Joana da Silva Lopes Maia.

Filhos do casal Domingos/Joana:

– Padre José Maria Maia de Resende (1863-1940, com 76 anos), que foi o 1.º capelão dos Bombeiros, 1.º director do *João Semana* (1914-1917), e Presidente da Comissão Administrativa da Câmara *dezembrista* (desde 26 de Janeiro de 1918).

– Domingos Maia de Resende, que atentou contra a vida de seu irmão José Maria, tendo sido julgado e condenado (1898).

– Maria da Glória Maia de Resende, que casou com José Correia de Resende.

A filha do casal Maria da Glória/José, Palmira Maia de Resende, ou Palmira Marques Maia Godinho, casou com o sargento António Godinho Marques, filho de Manuel Godinho Marques e de Micaela Rodrigues de Oliveira.

Na sua casa em Coimbra, na Rua de S. Salvador, n.º 11, na cidade Alta, viveu o estudante Agostinho Neto, o futuro Presidente da República de Angola, que nos finais da década de 40 passou férias em Ovar, em Cabanões.

Filhos do casal Palmira/António:

– Dr. António Jorge Godinho Marques (1938-1972, com 34 anos), guitarrista da Academia de Coimbra, que se formou na Faculdade de Letras e casou (1965) com Ana Maria Simões da Silva Lopes Godinho Marques.

– Dr.ª Cecília Marques da Maia Sacramento, que nasceu em Cabanões (1918) e casou (1944) com o dr. Mário Sacramento (†1969).

– Lúcia Maia, escultora.

O comerciante e político Joaquim Correia Dias, filho de Francisco Correia Dias, negociante natural de Mesão Frio, e de Maria Clara de Oliveira Pinto, casou na Sé do Porto (1909) com Amélia da Silva Natária, filha de José Fernandes Sousa Vilas e de Maria da Silva Natária, irmã de Francisco de Oliveira Belo.

Foi vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal na ditadura de Sidónio Pais (desde 26 de Janeiro de 1918), *centrista* (1919) e *republicano liberal* (1919).

Aderiu ao *28 de Maio* de 1926 e foi vereador (de 26 de Maio de 1930) e vice-presidente (de 5 de Junho de 1930) duma Comissão Administrativa *nacionalista* presidida por Manuel Pacheco Polónia.

Fez parte da comissão local de apoio à candidatura do Almirante Quintão Meireles, nas eleições presidenciais de 22 de Julho de 1951, tendo falecido, a 3 de Fevereiro de 1954, com 67 anos.

Joaquim Correia Dias.

Filhos do casal Joaquim/Amélia:

– Amélia, que casou (1936) com Manuel Ferreira da Silva Oliveira Costa, de Cortegaça.

– António, que casou com Maria Dulce Lamy Laranjeira.

– Francisco

– Joaquim, que casou com Edite da Cunha Alegria, e faleceu a 12 de Dezembro de 1999.

– Laura

– Manuel Belo Correia Dias (1919-1987, com 67 anos), comerciante e grande jogador de futebol que casou (1947) com Maria Gonçalina Dias Nunes Branco.

– Maria, que casou com Fernando de Sousa Botelho.

Após dois ministérios *dezembristas* presididos pelo dr. Sidónio Pais – o governo constituiu uma ditadura com parcial observância da Constituição –, de 12 de Dezembro de 1917 a 11 de Maio de 1918, iniciou-se a 15 deste último mês uma experiência presidencialista, de tipo americano, tendo sido o Presidente da República, aquele Sidónio Pais, eleito por sufrágio universal e directo, a 28 de Abril de 1918.

É a *República Nova*, o consulado sidonista, o *presidencialismo régio*, que durará de 15 de Maio a 14 de Dezembro de 1918, data da morte de Sidónio Pais.

Na realidade, o governo do major Sidónio Pais foi «a primeira experiência política séria da extrema-direita portuguesa» (JORGE CAMPINOS, *A ditadura militar*, 1926/1933).

Pelo decreto n.º 3.997, de 30 de Março de 1918, Ovar pertencia ao *círculo n.º 14 (Oliveira de Azeméis)*, que abrangia 8 concelhos, elegendo 4 deputados, sendo um pelas minorias.

Marcadas as eleições de deputados, em número de 155, para 28 de Abril de 1918, a Comissão Municipal Republicana de Ovar, reunida a 15 desse mês, resolveu fiscalizar quanto lhe fosse possível a aplicação do dinheiro do município e aprovou as seguintes propostas: – «1.º – a abstenção perante o acto eleitoral no concelho, recomendando a todos os seus correligionários que não comparecessem às urnas; 2.º – considerar seus adversários políticos todos os que concorressem às urnas».

Em contrapartida, os semanários locais *João Semana* e *Ovarense* incitaram os seus eleitores, os conservadores e o povo de Ovar, a votarem pelo dr. Sidónio Pais, que tinha libertado o País da demagogia.

As eleições, que decorreram com total abstenção dos três grandes partidos da República mas com o concurso dos monárquicos, deram a maioria ao partido nacional republicano. No círculo n.º 14 foram eleitos três deputados governamentais e um monárquico.

O *presidente-rei*, que instituiu pela 1.ª vez em Portugal o sufrágio universal directo, aberto a todos, mesmo aos analfabetos – que constituíam, então, metade do corpo eleitoral, obteve 543.958 votos. A eleição presidencial realizou-se na mesma data das eleições dos deputados.

Para *A Pátria* (de 2 de Maio de 1918) as eleições não foram senão um simulacro, a 2.ª edição do *Solar dos Barrigas*: – «Nem uma palavra pronunciada ou escrita nos foi permitida. Pediram votos, de porta em porta, ameaçaram com tirar freguesias, despedir caseiros, lançar contribuições e até... com a excomunhão da igreja. Com tais ameaças, pedidos, insinuações, promessas, violências, vinho e pada obtiveram 660 votos, num recenseamento de 1.550 eleitores!!».

Para este semanário o Governador Civil do distrito de Aveiro, Vasco de Quevedo, mandou *convidar* a concorrerem às eleições sidonistas os funcionários republicanos filiados em partidos que tinham resolvido a abstenção eleitoral. «A esta infâmia só estabelecida para Ovar, respondeu o funcionalismo republicano com a abstenção mais completa».

Ainda segundo *A Pátria* (de 30 de Dezembro de 1920), o político dr. Fragateiro teria feito o protesto de lançar uma lista branca, «declarando depois na Praça que se

até aí votara com os democráticos por oposição ao Soares Pinto e gratidão ao dr. Chaves, era daí em diante democrático, *mais do que o próprio Chaves*».

Por ângulo diverso foram vistas as eleições da República Nova pelos republicanos liberais, que teriam sido uma vergonha para o partido democrático local. Assim, para *A Defesa* (de 2 de Maio de 1920), «os democráticos decretaram que não mais pertenceria ao seu partido, quem se atrevesse a votar na eleição sidonista: eles proclamaram e impuseram a abstenção. E o que sucedeu? As eleições nunca, no concelho de Ovar, foram tão concorridas então, tendo a fiscalizá-las todo o pessoal dirigente democrático. Todas as assembleias estiveram pejadas de eleitores. E até na freguesia de Válega onde tinha ou se dizia ter grande influência eleitoral o sr. José Oliveira Lopes, aí mesmo, a comparência de eleitores foi tão numerosa, que aquele cavalheiro quis, pelo choque que acabava de sofrer, abandonar o seu lugar. Então o povo manifestou quanto lhe era antipática a política despótica dos democráticos».

No consulado sidonista «um clima de repressão alargou-se a todo o País, com milhares de prisões, torturas e espancamentos» (Oliveira Marques, *História de Portugal*, 2.º vol.).

Em Outubro de 1918 foram presos em Ovar, à ordem do comando militar, o dr. Pedro Chaves e o capitão Manuel Rodrigues Leite, e, em Aveiro, o capitão Belmiro Duarte Silva e Virgílio Duarte Silva.

O dr. Pedro Chaves seguiu para a capital do distrito e foi solto horas depois; o capitão Manuel Rodrigues Leite seguiu preso para o Porto e esteve numa casa de reclusão desta cidade (um mês depois do seu regresso de Moçambique onde estivera mais de dois anos como expedicionário), sendo solto ao fim de 15 dias de prisão com a desculpa de que tinha havido equívoco pois procuravam o capitão *Santana Leite!*; o capitão Belmiro esteve preso no Porto longos meses, tendo sido libertado com a restauração republicana (13 de Fevereiro de 1919), sem que lhe tivessem organizado um processo, dado um despacho ou dito sequer o motivo porque é que estivera preso.

Ainda em 1918 foram presos o oficial da Administração do Concelho Manuel Alves, o *Moca*, por em sua casa haverem sido encontrados, numa busca nela efectuada, fulminantes, dinamite e outros materiais próprios para o fabrico de bombas explosivas, e um tal Guimarães, ferroviário. Seguiram ambos para Coimbra, a cujo comando militar foram entregues.

Na noite de 14 de Dezembro de 1918 é assassinado Sidónio Pais e a 16 o Congresso considerava em pleno vigor a Constituição de 1911; de 23 de Dezembro daquele ano a 27 de Janeiro de 1919 tomaria conta do País o governo republicano conservador de Tamagnini Barbosa.

Na sessão da Comissão Administrativa de 16 de Dezembro de 1918 o Presidente, padre José Maria Maia de Resende, propôs que a Câmara protestasse contra o assassinato, cobarde e traiçoeiro, do Presidente da República e exarasse na acta um voto do seu mais profundo pesar, o que foi aprovado. A 6 de Janeiro de 1919, ainda por proposta do seu Presidente, resolveu a Câmara, por unanimidade, mandar celebrar na Igreja Matriz, no dia 14 desse mês, uma missa de sufrágio pela alma do extinto Presidente da República, dr. Sidónio Pais.

O sidonismo veio novamente a lume em Ovar, após a *Monarquia do Norte* aquan-

do da grave polémica entre liberais e democráticos, entre *A Defesa* e *A Pátria*. O órgão local dos republicanos liberais acusou o então capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu de ter sido figura de destaque na situação sidonista, tendo sido incumbido de censurar os semanários da localidade, nomeadamente *A Pátria* que, apertada, se tornou num semanário quase noticioso. Ao sidonismo sucederam as Juntas Militares que teriam tido também o apoio do capitão Camossa.

Para *A Defesa* só o capitão Manuel Rodrigues Leite e o alferes Pinho recusaram qualquer entendimento com as Juntas Militares. O mesmo semanário lembrava ao capitão Sena Lopes aquele «mau quarto de hora que alguns democratas prepararam, quando o sr. Lopes era, no dezembrismo, comandante do batalhão».

O capitão Camossa é então defendido n'*A Pátria* pelos seus companheiros de armas que alegam que, quanto muito, só teria estado com as Juntas Militares uns 3 ou 4 dias, somente o tempo bastante para elas se desmascararem.

Esta defesa foi criticada, ironicamente, pelo órgão republicano liberal (*A Defesa*, de 16 de Maio de 1520): – «Novas cartas, santo Deus! O que a princípio tomámos por mera afirmação de dois ou três cavalheiros, a quem se solicitara a interferência para livrar um camarada duma entaladela, passou a ser a exibição dum batalhão inteiro a passar... a passar, em epístolas copiadas da primeira, pelas colunas dum jornal. Estamos ainda na primeira fileira, que vai já descendo aos alferes; faltam ainda os sargentos, os furrieis, os cabos, os soldados, os impedidos e os cornetas. É um nunca acabar, principalmente se chegarmos ao tempo da chamada dos novos recrutas, que também podem ter ordem de intervir com as assinaturas».

Consequência indirecta ou directa da Grande Guerra, eclodiram no País em 1917-1919 várias epidemias que originaram a morte a mais de 60.000 habitantes: o tifo (febre tifóide de tifo abdominal e tifo exantemático), endémico entre as comunidades de pescadores e algumas serranas do interior, e que eclodiu em Espinho nos finais de 1917 e voltou a grassar em 1919; a *gripe espanhola* que entrou em Portugal nos primeiros dias de Junho de 1918; a *gripe pneumónica* ou simplesmente *pneumónica*, «variedade de influenza particularmente maligna, sobretudo pelas localizações pulmonares», que se iniciou em Agosto de 1918; e a varíola.

Óbitos verificados no concelho de Ovar de 1916 a 1920

Ano	Óbitos
1916	644
1917	631
1918	945
1919	763
1920	588

O Estrela Foot-Ball Club (1 de Janeiro de 1918-1954). O Sporting Club de Ovar (1918). A visita do dr. Afonso Costa a Ovar (10 de Abril de 1918). O Colégio Ovarense (11 de Novembro de 1918-1929)

Fundado a 1 de Janeiro de 1918, oficializado a 1 de Janeiro de 1927, o Estrela Foot-Ball Club (1918-1954) foi o grande rival da Associação Desportiva Ovarense, sendo os seus torcedores especialmente operários.

A 1 de Março de 1931, com a maior enchente até então verificada em desafios desta natureza, inaugurou o seu novo campo de futebol, na estrada do Furadouro (este campo seria vendido em 1940), com um jogo entre o seu grupo e o da A.D.O., que este ganhou por 4-2.

Reunião festiva do Estrela Foot-Ball Club, nos inícios da década de 30 do século XX, presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, que tem ao seu lado direito o professor Manuel José Patrício.

O *Estrela* dedicou-se ao *tiro* e a sua associação – *sociedade de tiro n.º 59* –, presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, disputou provas em Ovar e em várias carreiras da província, obtendo boas classificações.

Entre outros, foram *presidentes da sua direcção*:

Manuel José Patrício (1930 e 1933)
Tenente Zeferino Barbosa Vaz de Castro (1930-1931)
Dr. José Eduardo de Sousa Lamy (1931-1934 e 1941)
José Ferreira Brandão (1934-1935)
Pelágio José Ramos (1936)
António Correia Lopes (1936-1939)

O Estrela Foot-Ball (fins de 1927, princípios de 1928), com Alfredo Alves à esquerda.
In: *EDUARDO LAMY LARANJEIRA*, O futebol vareiro, *1996*

E presidentes da sua *assembleia geral*:

José Augusto Lopes Fidalgo (1930-1931)
Dr. José Eduardo de Sousa Lamy (1933)
Carlos Ferreira Malaquias (1933-1938)
José Augusto Rodrigues de Pinho (1939)
Manuel Pacheco Polónia (1941)

O *Sporting Club de Ovar* (*Sportezinhos*) nasceu em 1918. Neste clube fundado por Manuel da Morga, jogaram o dr. Mário Pereira de Carvalho e Cunha, e os irmãos Evaristo e João Estarreja. O seu verdadeiro fundador foi, porém, para o dr. Eduardo Lamy Laranjeira, José Augusto Lamy Laranjeira, o *Zizi*.

O grupo de futebol dos Sportezinhos *em 1928, no Campo da Cadeia.*
Da direita para a esquerda, o 4.º é o dr. Mário Cunha, e o 5.º o Zizi.
In: *EDUARDO LAMY LARANJEIRA*, O futebol vareiro, *1996*

O dr. Afonso Costa, tendo saído do presídio de Elvas, veio passar algum tempo a Fiães, a casa do dr. Elísio de Almeida e Castro, republicano histórico que foi senador da República e Governador Civil de Aveiro. Um grupo de ovarenses deslocou-se, então, a Fiães para convidar o chefe do partido democrático a visitar particularmente a vila de Ovar, o que foi aceite.

O dr. Afonso Costa, tendo ao seu lado direito o dr. Pedro Chaves, no passeio pela ria, a 10 de Abril de 1918.
In: *Arquivo da Família Chaves*

A 10 de abril de 1918, acompanhado de sua mulher e filha, o dr. Afonso Costa deu um passeio pela ria na lancha da fábrica de conservas *A Varina* e num barco mercantil, sendo desfraldada no mastro da pequena flotilha a bandeira que encimou o barco dos republicanos de Ovar, aquando da célebre excursão destes à capital do distrito em 1909.

O dr. Afonso Costa, que ficou impressionado com a ria, almoçou perto da Torreira e visitou, no regresso a Ovar, a Misericórdia e a fábrica de conservas *A Varina*. Assistiram a esta festa *republicana* os drs. Pedro Chaves, Alberto Tavares e João de Melo, os cidadãos António Gaioso de Penha Garcia, António de Oliveira Melo, Fernando Artur Pereira (*Carrelhas*), Isaac Júlio Fonseca da Silveira, José de Oliveira Lopes, Lino Brandão, Manuel Coimbra, Manuel Moreira e Manuel de Oliveira Salvador, as cidadãs Alzira Gaioso, Celeste Carrelhas, Guaraciaba de Melo, Gumercinda Gaioso e Irene Chaves, e ainda os filhos do dr. Pedro Chaves.

A 11 de Novembro de 1918 abriu no edifício em que funcionara a secção feminina do Colégio Júlio Dinis o *Colégio Ovarense*, fundado pelos padres Manuel da Silva Brandão e António Augusto da Fonseca Soares e pelo professor António Augusto Correia Baptista.

Largo dos Combatentes da Grande Guerra, com o Monumento aos Mortos da Grande Guerra e o prédio, de dois andares, da Família Fragateiro, actualmente propriedade do dr. Alberto Sousa Lamy, onde funcionou o Colégio Ovarense.

Foram neste colégio professores os padres Manuel Lírio, que também foi director, e Miguel de Oliveira, este de 11 de Novembro de 1918 a 25 de Fevereiro de 1919.

Um desentendimento com o proprietário do edifício, Francisco de Matos, originou o fim do colégio em 1929.

O professor António Augusto Correia Baptista nasceu a 3 de Outubro de 1891, filho do fragateiro Francisco Correia Baptista e de Maria de Oliveira Moreira, casou (1913) com Maria Palmira Pinho dos Santos (†1967, com 80 anos, na Rua Dr. Cunha), e faleceu, a 30 de Março de 1973, com 81 anos.

Foi um dos fundadores, em 1918, do Colégio Ovarense e, em 1919, professor da Escola Conde de Ferreira, foi-lhe instaurado processo disciplinar por, sendo monárquico, se ter assim manifestado ostensivamente, durante a *monarquia do norte*.

Este professor emérito, que exerceu o seu magistério durante 44 anos, foi vogal da Comissão Paroquial de Ovar do partido republicano liberal (P.R.L.), constituída a 2 de Novembro de 1919.

Filhos do casal António Augusto/ /Maria Palmira: – Armando Correia Baptista, Augusto Amador Correia Baptista, Emília Augusta das Santos Amador, Ilídio Amador Correia Baptista, Manuel Correia Baptista, e Mário Amador Correia Baptista.

Professor Baptista.
1891-1973

O Presidente da Câmara dr. Joaquim Soares Pinto (6 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919). Paiva Couceiro restaura a Monarquia (19 de Janeiro). A prisão dos couceiristas. A acção dos ferroviários de Ovar (21 e 22 de Janeiro) – António Gaioso de Penha Garcia. Ovarenses recebem a tiro as tropas monárquicas (23 de Janeiro) – o Administrador do Concelho dr. Joaquim Soares Pinto (23 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 1919). A Monarquia do Norte em Ovar – o capitão Coentro. O vandalismo monárquico (23 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 1919). Emigrados políticos ovarenses em Aveiro (23 de Janeiro - 12 de Fevereiro). A campanha do Vouga e o capitão Zeferino Camossa. O Administrador do Concelho José de Basto (10 a 12 de Fevereiro). A libertação de Ovar (12 de Fevereiro) – o Doze de Fevereiro. O Administrador do Concelho dr. Alberto Tavares (13 de Fevereiro de 1919 a 1920). A Comissão Administrativa democrática da presidência do dr. Pedro Chaves (13 de Fevereiro a 12 de Agosto de 1919). Perseguições aos monárquicos couceiristas (Maio de 1919). A Torre e Espada à Vila de Ovar (25 de Junho de 1919) – Ovarenses galardoados com esta Ordem Militar

De 6 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919, compreendendo os 20 dias da Monarquia do Norte em Ovar (de 23 de Janeiro a 12 de Fevereiro), a vila será governada por uma Câmara presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto, tendo como vice-presidente o padre José Maria Maia de Resende.

No dia 19 de Janeiro de 1919 Henrique de Paiva Couceiro restaura a Monarquia em todo o norte do País, no meio de manifestações populares e com a adesão da quase totalidade das forças aquarteladas na cidade do Porto. Com a tropa formada, a bandeira azul e branca foi hasteada em Monte Pedral, proclamando-se a Monarquia. A Junta Governativa Monárquica, presidida por Paiva Couceiro, iria governar o norte do País, vigorando na cidade do Porto de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919.

É o *reino da traulitânia*! Nome depreciativo que se deu ao novo regime político; de *traulito*, pau, cacete. «Assim chamado pelo processo de espancamentos nas prisões, posto em prática pelo grupo dos *trauliteiros*» (HERNÂNI CIDADE, *História de Portugal*, vol. IV, 1946).

Paiva Couceiro, militar de grande coragem e prestígio, grande monárquico, foi, indubitavelmente, o mais perigoso e persistente adversário do regime republicano.

A notícia da proclamação da Monarquia no Porto foi conhecida em Ovar cerca das 16 horas, pelos passageiros que num trâmuei chegaram a esta vila. Por acaso estava na gare o aspirante miliciano de infantaria Manuel Pedro Rodrigues Pardal, «que ao ter conhecimento do facto, sem saber qual a atitude dos seus camaradas nem do resto do país, deu vários vivas à República!» (segundo outra versão, este oficial – alferes e não miliciano – do 3.º Batalhão estaria de serviço na estação do caminho-de-ferro de Ovar, comandando uma força).

Pouco depois das 16 horas, o capitão Manuel Rodrigues Leite que, acompanhado do dr. Pedro Chaves se dirigia da casa deste «para o centro da vila, soube a notícia por um cabo que, de bicicleta, o procurava, pedindo-lhe para chegar imediatamente ao quartel.

Que há? – pergunta.

– Meu capitão, foi proclamada a monarquia no Porto!

– Ah! sim, meu rapaz? Pois prepara o dedo e a pontaria e vamos a eles!

E seguiu para o quartel!

Era assim que estes, como os demais oficiais, recebiam a notícia. E foi por isso que quando» o capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu «reuniu o conselho de oficiais, todos resolveram defender a República até ao último homem do batalhão!».

Avisado imediatamente pelo aspirante Pardal o comandante do batalhão, capitão Zeferino Camossa, deslocou-se prontamente à estação com o capitão Bernardino Sena Lopes a informar-se detalhadamente do que acontecera.

Ao quartel acorreram «elementos civis que ofereciam os seus serviços e que foram aceites, visto que o batalhão contava apenas 70 praças e algumas estropiadas, recentemente chegadas de África. O batalhão fica de prevenção rigorosa, um grupo de civis e oficiais vai içar a bandeira nacional em todos os edifícios públicos e o correio é ocupado por ordem do comandante; distribuem-se patrulhas civis e militares, as passagens de nível da Ponte Nova e S. Miguel são guardadas enquanto a de S. João, menos importante, é fechada a cadeado. As ordens, terminantes, dadas às sentinelas, são: deixar entrar livremente toda a gente e não deixar sair ninguém, sem salvo-conduto. São enviados, logo após o conselho de oficiais, telegramas para o Ministério da Guerra, comando da divisão e para Aveiro, assegurando a fidelidade do batalhão à República» (Dr. PEDRO CHAVES, n'*A Pátria*, de 30 de Novembro de 1922. O senador ovarense, em carta dirigida ao director do semanário local, datada de 7 de Novembro, criticou a versão do monárquico ROCHA MARTINS, expressa no *ABC*, n.º 119, de 26 de Outubro).

Ainda nesse dia 19, à noite, reuniram-se sob a marquise que cobria a gare da estação dos caminhos-de-ferro os republicanos da vila. Esta reunião, para a defesa da República, ficou a dever-se principalmente a António Gaioso de Penha Garcia, a alma da resistência dos ferroviários de Ovar.

Coronel Manuel Rodrigues Leite. 1883-1955

Ovar foi, assim, «a primeira terra a sul do Porto que levantou o seu grito de revolta contra a traição militar daquela cidade, pegando em armas em defesa da República, e procurando embargar o avanço realista sobre o sul, o que conseguiu realizar» (*A Pátria*, de 3 de Julho de 1919).

O capitão Vítor Ribeiro de Meneses, fidelíssimo amigo de Paiva Couceiro que o nomeara Governador Civil de Coimbra, seguiu de automóvel, após a proclamação da Monarquia, em direcção a Aveiro com João Prefeito de Magalhães Vilas Boas, o dr. Joaquim Seixas (para Raúl Tamagnini, nas *Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga*, «era o Governador Civil monárquico, segundo uns, que fora nomeado pelo Couceiro para Aveiro, que eles supunham já nas suas mãos»), e dois polícias armados, a levar «*a nova* oficial dos acontecimentos aos correligionários».

Às 23 horas do dia 19 apareceu o seu automóvel à passagem de nível da Ponte Nova e «em obediência às ordens recebidas, foi-lhe facilitada a entrada e feito aviso de que não sairiam sem salvo-conduto. Vítor de Meneses *quis logo retirar* sem sequer entrar na vila, mas a sentinela impediu-lho; tinha entrado, já não sairia. Dirigiu-se a casa de Soares Pinto, onde pouco se demorou e certamente por conselho deste que bem conhecia o terreno, procurou a passagem de S. João, que supunha desguarnecida, sem ter sequer ido ao quartel. Isto é: procurou fugir» (segundo Rocha Martins, na *Monarquia do Norte*, 2.º volume, Vítor de Meneses «topara fechadas as cancelas do caminho de ferro; abrira-as, passara e fora falar ao dedicado monárquico Soares Pinto que lhe dissera estarem de prevenção as forças republicanas. Entregou-lhe as proclamações e quando tornou a querer afastar as grades foi convidado a ir ao quartel»).

Porém, o comandante do *batalhão de Ovar*, informado da entrada do automóvel, mandou imediatamente vigiar a passagem de S. João e quando o automóvel aí chegou foi rodeado pelo aspirante Manuel Pedro Rodrigues Pardal e por quatro soldados (para Rocha Martins, «rodeara-o um numeroso grupo armado; os seus polícias estavam à distância»).

«Troca-se o seguinte diálogo:

– Quem vem lá?

– Capitão Vítor de Meneses.

– Aqui aspirante Pardal. Traz salvo-conduto?

– Sim, sim, do coronel senhor Paiva Couceiro.

– Isso para cá *não pega*. Tem de ir ao quartel. Garante-me, pela sua honra, que não procura usar as armas que leva?

– Sim senhor.

E o automóvel segue, a passo, para o quartel, escoltado pela pequena força» (Dr. Pedro Chaves, n'*A Pátria*, de 30 de Novembro de 1922).

No quartel «o comandante, cercado de oficiais, recebe os prisioneiros. Interrogados, Vítor de Meneses diz:

– Como certamente sabem, a monarquia está proclamada no Porto, sem efusão de sangue e a esta hora certamente em todo o país. De maneira que o batalhão tem um de três caminhos a seguir...

– Alto! interrompe o major Camossa. Este batalhão tem um único caminho a

seguir e esse já o traçou: defender a República até ao último homem. E V. Exa. um único também a seguir: o da prisão. Considerem-se presos e entreguem as armas» (*Idem*).

Segundo ROCHA MARTINS (*A Monarquia do Norte*, vol. 2.º, 1923) «recebeu-o ali o capitão Zeferino Camossa a quem disse, que estando proclamada a monarquia, o convidava a render-se... Constituía uma grande audácia dirigir-se assim a quem comandava ou dispunha dum batalhão do 24. Era dum inaudito arrojo, ao sentir-se prisioneiro com os seus três companheiros, falar de tal modo a quem logo retorquia:

– Já consultei os meus oficiais que ficam fiéis à república... V. Exa. está detido... Entregue-me as armas que traz... a pistola...

– Não... não... não... entrego.

– Eu vou mandá-lo para Aveiro... Há-de gostar muito – chasqueou o oficial republicano.

– Mas não com os polícias que ignoram para que os trouxe... volveu o prisioneiro.

A voz do capitão Camossa subiu; chamou um alferes e três soldados e explicou:

– V. Exa. vai ser entregue ao comando militar nessa cidade!

Submeteu-se».

Para o tenente médico dr. ALFREDO BARATA DA ROCHA (*A Manhã*, citada n'*A Pátria*, de 20 de Março de 1919), Vítor de Meneses e os seus companheiros «entraram no quartel do 24 e, cheios de altiva fatuidade, como quem mede pelos outros a própria tibieza, procuraram o comandante do batalhão. Este apareceu, rodeado pelos seus oficiais. E travou-se então o seguinte diálogo entre o comandante e o Vítor de Meneses:

– V. Exa. é o comandante do batalhão?

– Eu mesmo.

– Venho declarar a V. Exa. que a monarquia está, a estas horas, proclamada em todo o país. É inútil a resistência. V. Exa. tem três caminhos a seguir...

O comandante do 24 não o deixou prosseguir, e, firmemente, singelamente, disse:

– Está v. exa. enganado. Eu só tenho um caminho a seguir: prender v. ex.as e defender a todo o transe, até ao último sacrifício, a República, a quem jurei defender pela minha honra de soldado, de acordo com os meus oficiais e soldados».

Acrescenta o dr. ALFREDO BARATA DA ROCHA que o capitão Zeferino Camossa, regressado pouco tempo antes das campanhas de África, «ignorava nessa altura o que se passava em Aveiro, não sabendo se a cidade estava em poder dos couceiristas».

Para RAÚL TAMAGNINI, o capitão Zeferino Camossa teve «uma atitude nobilíssima, própria de um português antigo, desses que honram uma raça». Segundo este, o capitão Vítor de Meneses e os seus companheiros, nas cancelas de Ovar, «a um factor, que lhes apareceu, armado, disseram querer entrar na vila para falar ao comandante do batalhão do 24. O factor não se comoveu nem se deixou intimidar e apontando-lhes a sua carabina deu-lhes voz de prisão. Como no entanto o Meneses persistisse em falar ao comandante, o factor disse-lhe que os acompanharia, indo eles à sua frente. Abrindo-lhe então a cancela de ferro, conduziu o carro com os prisioneiros ao quartel. Ali chegado e em presença do capitão Camossa, quando este lhe perguntou o que desejavam, o Meneses exclamou:

– Eu venho da parte de S. Exa. o sr. Coronel Paiva Couceiro, regente do reino,

participar-lhe que foi restaurada a Monarquia em todo o País e convidá-lo, portanto, a içar a bandeira azul e branca na fachada do quartel e...

– Perdão, interrompeu enfastiado o capitão Camossa, fazem favor de dizer o que desejam, *mas a sério*...

– Bem, volveu com ar de superioridade o Meneses, já vejo pela sua atitude que não quer acatar as ordens de que sou transmissor. Nesse caso, e aqui impertigou-se ainda mais o bonifrate, V. Exa. tem três caminhos a seguir...– O primeiro...

– Basta! atalhou com altivez o capitão Camossa. Caminhos tenho só um e esse está de há muito traçado: é defender a República até à última gota do meu sangue. Soldados, levem estes homens para o calabouço» (*Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga*, 1921).

Destes relatos referentes à prisão dos cinco *trauliteiros* e da apreensão do automóvel em que se fizeram transportar – do dr. PEDRO CHAVES, de ROCHA MARTINS, do dr. ALFREDO BARATA DA ROCHA e de RAÚL TAMAGNINI – não se pode concluir ao certo se o procedimento do capitão Vítor Ribeiro de Meneses foi um acto de heroísmo ou uma leviandade, mas pode-se inferir com segurança do republicanismo da guarnição militar de Ovar – o 3.º Batalhão de Infantaria n.º 24 –, designadamente da desassombrada coragem do seu comandante capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu e do capitão Manuel Rodrigues Leite.

No dia 20 de Janeiro o povo republicano da vila hasteou a bandeira verde-rubra no edifício dos Paços do Concelho, fazendo uma manifestação patriótica junto do quartel do 3.º Batalhão de Infantaria 24. Este, pela noite, «vendo a ineficácia do seu esforço aqui, isolado, numa localidade aberta», retirou em direcção a Aveiro, sede do regimento, deixando ficar no quartel um pequeno efectivo de 20 homens, comandado, pelo tenente Oliveira, «o necessário para, conjuntamente com os civis, repelir a entrada de qualquer grupo de *trauliteiros* mais audaciosos» (*A Pátria*, de 3 de Julho de 1919).

Capitão Vítor de Meneses. In: ROCHA MARTINS, A Monarquia do Norte

Na terça-feira, 21 de Janeiro, preparou-se o plano de defesa de Ovar. «A entrada, pelo norte, da vila principiou a ser guardada por civis armados e à tarde o pessoal das oficinas do caminho-de-ferro, embora mobilizado, preparou, cheio de dedicação e fé republicana, a obra de defesa de maior alcance para a presumida possibilidade de um avanço pela via férrea. Ao norte da estação os pontões foram destruídos e a linha levantada numa grande extensão» (*Idem*).

O não ter sido implantada a Monarquia muito além do Vouga deve-se em grande parte a António Gaioso de Penha Garcia e a cerca de 40 operários do caminho-de-ferro de Ovar que cooperaram com o seu chefe no levantamento de linha e no abatimento de pontes e se conservaram firmes no seu posto durante 22 dias nas margens do Vouga. *A acção dos ferroviários de Ovar* deu tempo a que o povo, exército e marinha republicanos, se concentrassem e se entrincheirassem nos arredores de Aveiro.

No dia 22 continuaram os cortes da linha do caminho-de-ferro.

O quartel do Batalhão do 24 de Infantaria.
In: *RAÚL TAMANGNINI,* Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga, *1921*

«Da destruição da via férrea resultou o atraso de 3 dias das tropas infiéis sobre o sul e este facto determinou que as forças então em Aveiro preparassem a defesa, escolhendo pontos estratégicos, e chamassem reforços que, é justo se diga, não chegaram com a presteza que era para desejar. Se não fosse, pois, a demora a que Ovar o obrigou com a sua resistência, que consistiu especialmente no corte das linhas férreas, o inimigo entraria inegavelmente em Aveiro dentro de pouco tempo e uma vez ali ninguém sabe até que ponto os acontecimentos se complicariam» (*A Pátria*, de 3 de Julho de 1917).

RAÚL TAMAGNINI (*Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga*, 1921) que, partindo da cidade do Porto em direcção à de Aveiro onde se concentravam todas as forças de região por ordem do governo, chegou nesse dia à vila de Ovar, pela praia, a pé, na companhia de Avelino Vaz, condutor de obras da Câmara Municipal, José de Jesus Alves, o *José dos Jornais* e o motorista Gaspar, relatou a acção dos ferroviários e o mais que se passou naquele dia 22 em Ovar:

«Quando estávamos quase a chegar a Ovar avistámos ao longe em uma grande recta da linha, um grupo de homens que por ela seguia, empurrando uns uma vagoneta sobre a qual se divisava um aparelho qualquer, enquando outros empunhavam carabinas. Caminhavam para nós e à distância de cerca de duzentos metros mandaram-nos fazer alto. Obedecemos levantando as mãos ao ar, para eles verem que não tínhamos intenções agressivas, e então um aproximou-se do nosso grupo para nos reconhecer.

Logo ele reconheceu o Avelino, o qual nos apresentou e disse ao que vínhamos. Soubemos então que era um troço dos operários da oficina dos Caminhos de Ferro Portugueses, de Ovar, que ia cortar uma das pequenas pontes por onde nós já havíamos passado, enquanto outro troço mais numeroso tinha ficado a cortar a linha mais abaixo, derrubando os dois grandes pontões de ferro, que estão quase à entrada da vila.

Com os que nós encontrámos vinha o sobrinho do sr. Gaioso, chefe daquelas oficinas, como seu tio um dedicado republicano. Disseram-nos que só nesse dia tinham recebido ordem do Governo para cortar a linha de forma que levasse pelo menos oito dias a reparar, a fim de evitar que passassem combóios com tropas monárquicas. Enquanto eles seguiram em direcção ao norte a cumprir as instruções recebidas, avançámos nós para Ovar. Efectivamente um pouco mais adiante lá estava o restante pessoal das oficinas, dirigido pelo Gaioso e auxiliado por numeroso grupo de homens da vila, tratando de deitar abaixo os dois pontões que estabelecem a passagem sobre o ribeiro.

Ali nos detivemos assistindo e auxiliando como pudemos essa manobra e confesso que me senti satisfeito quando as duas pesadas moles de ferro, uma após outra, tombaram com fragor no leito do riacho, porque assim tinha a certeza de que os combóios com tropas monárquicas não passariam para o sul.

O que nenhum de nós podia prever nesse momento era o que se deu depois: a traição ou cobardia do pessoal do Minho e Douro que se prestou em número de cerca de 200 a ir consertar a linha, levantando os referidos pontões!».

António Gaioso de Penha Garcia foi um dos 21 fundadores do partido republicano em Ovar (1907), tendo sido eleito, em 1912, para a Comissão Municipal republicana.

Penha Garcia.

Natural de Coimbra, filho de pais espanhóis, foi nomeado director-chefe das oficinas do caminho-de-ferro de Ovar no ano de 1913 (era desde a instalação destas subdirector), tendo casado com Rosa Gaioso.

Penha Garcia veio a abandonar o partido *democrático*, tendo ingressado, em 1919, no partido *republicano liberal* (eleito vogal da Comissão Municipal a 9 de Novembro).

Faleceu, a 2 de Julho de 1949, em Vila Nova de Gaia.

A filha de Penha Garcia, Gumercinda Gaioso de Penha Garcia, natural de S. Tiago, Torres Novas, casou (1924) com o engenheiro da C.P. Frederico de Quadros Abragão, que nasceu em Ovar, a 28 de Setembro de 1893, filho do escrivão e tabelião da comarca Frederico Ernesto Camarinha Abragão e de sua 1.ª mulher Raquel da Gama Barbosa de Quadros Abragão, e faleceu, a 17 de Junho de 1960, em S. Sebastião da Pedreira, Lisboa. O engenheiro Abragão, formado na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ingressou na C.P., vindo a trabalhar em Ovar nas Oficinas de Obras Metálicas.

Mas, continua RAÚL TAMAGNINI:

«Como quer que nos dissessem que o comandante do destacamento do 24, que ficara em Ovar como guarda avançada, destacamento que se compunha apenas de 20 homens, estava no quartel, para ali nos dirigimos. Declinámos a nossa identidade perante o comandante, que era o tenente Oliveira, e como este mostrasse desejos de re-

ceber quaisquer notícias da região de onde vínhamos, prestei-lhe todas as informações, de tudo o que eu sabia, principalmente em relação ao número de homens que estavam em Espinho e Esmoriz, informações que ele tomou por escrito para enviar ao comando de Aveiro. No quartel estava bastante gente da vila, todos republicanos que queriam armas para defender a República. É preciso notar que já havia devidamente armado, conquanto dispondo de munições, um grupo de 30 homens.

Ali, no quartel, encontrei o Dr. Pedro Chaves, antigo deputado, grande proprietário e influente político da localidade, que me apresentou ao dr. Alberto Tavares, médico na vila, homem de uma fina educação e de um trato afabilíssimo, o qual num requinte de amabilidade me ofereceu a sua casa para eu ficar, visto que nessa noite não poderíamos seguir para Aveiro».

Quando «entrámos de novo no quartel do 24, a sala, o gabinete do oficial de serviço e o corredor estavam cheios de gente. Ali se encontravam já todos os rapazes de Espinho, a quem o Camilo Montenegro pudera avisar e bem assim alguns de Gaia e Vila da Feira» e «saudações e efusivos abraços se trocaram nesse momento, entre os valorosos e leais defensores da República. Efectuou-se então uma reunião na sala do quartel a que presidiu o dr. Pedro Chaves e em que foram examinadas as possibilidades de defesa de Ovar e do que havia a fazer em caso de ataque.

Duas hipóteses havia a admitir: ou a vila era atacada por trauliteiros, ou por tropas regulares, em grande número. Se fosse atacada por trauliteiros os civis de Ovar que já estavam armados sob o comando do sargento milicano Abel de Pinho e mais os que comigo tinham vindo, que se pudessem armar auxiliariam a pequena força regular que ali tínhamos e resistir-lhes-ia, capturando-se se possível fosse. Se o ataque fosse feito por tropas regulares então a nossa missão era a de todos os postos avançados: fazer fogo para desnortear o inimigo, dando-lhe a impressão de que estava em frente de forças numerosas e ao mesmo tempo cobrir a retirada do destacamento e civis que recolheriam a Aveiro».

Entretanto, «tomavam-se medidas de defesa imediata da vila, sob as indicações do tenente Oliveira. Estabeleceram-se vedetas no pinhal que precede a povoação, estando este serviço entregue especialmente ao sargento miliciano Abel de Pinho, dono de um estabelecimento de bebidas da localidade e que foi, como se verá, um autêntico herói» (*Idem*).

No dia 23 de Janeiro os prisioneiros políticos que se achavam na cadeia de Ovar, os cinco trauliteiros presos na noite do dia 19, partem para Aveiro num comboio especial, tendo sido escoltados até à estação por civis ovarenses armados. Por sua vez, elementos civis, entre os quais Raúl Tamagnini, partem pela ria também para a capital do distrito.

Entretanto, segundo o alferes monarquico JOSÉ JANUÁRIO (*in: jornal de Notícias*, de 28 de Janeiro de 1919), «a coluna do tenente-coronel senhor Corte Real Machado saiu do Porto, em combóio até Esmoriz. Ao chegarmos ali, como medida de segurança, mandou-se seguir uma máquina de exploração que encontrou a linha cortada em vários pontos. Como seria moroso o serviço de reconstrução, e que de modo algum evitaria que tivéssemos nova surpresa, porventura desagradável, a coluna seguiu pela via ordinária, acompanhada de artilharia e cavalaria».

E, «ao aproximar-se a coluna de Ovar, duns grupos protegidos por uma saliência de terreno, partiram uns tiros. As nossas patrulhas da vanguarda responderam com energia, pondo-os em fuga».

Efectivamente, as tropas monárquicas foram recebidas a tiro nesse dia 23 de Janeiro, pouco depois do meio-dia, no lugar da Ponte Nova, por cerca de 30 republicanos civis comandados pelo sargento miliciano Abel Guedes de Pinho. «Estabeleceu-se o tiroteio de parte a parte e em face da superioridade de forças monárquicas, num efectivo de 1.500 homens, com quatro peças de artilharia e cavalaria, os civis retiraram, deixando estabelecida a confusão nessas forças, que chegaram por esse facto a preparar a sua artilharia para atirar!» (*A Pátria*, de 3 de Julho de 1919).

Grupo civil de Ovar com o seu comandante, o sargento Abel de Pinho (assinalado).
In*: Raúl Tamagnini,* Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga, *1921*

O pequeno efectivo do 3.º Batalhão ainda retido em Ovar partiu então, também, para Aveiro, a fim de se juntar à sua unidade, bem como os ferroviários e os elementos civis, que atiraram às tropas monárquicas, e «que durante as operações militares do sul continuaram a prestar os seus serviços de defesa com o mesmo entusiasmo e boa vontade» (*Idem*).

Segundo Raúl Tamagnini (*Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga*, 1921), «quando os civis retiraram do pinhal, depois de gasto o último cartucho e fugiram linha fora uns até Avanca, onde um combóio especial de Aveiro os foi buscar, e outros em direcção à ria, onde embarcaram para Aveiro, ele (*o sargento miliciano Abel Guedes de Pinho*) ficara ainda no seu posto junto à barraca da guarda da linha para poder dar o sinal combinado ao comandante do pequeno destacamento do 24 de infantaria, tenente Oliveira, sinal que consistia em dar três tiros seguidos para o ar, se a gente que aparecesse fosse numerosa. E de facto assim fizera, fugindo em seguida

para casa perseguido já de perto pelos trauliteiros, que o viram entrar na sua habitação».

Para o dr. ALFREDO BARATA DA ROCHA (*in*: *A Pátria*, de 20 de Março de 1919), «foi o bravo batalhão de Ovar quem primeiro fez frente aos monárquicos do norte e por uma forma tão decidida e brava que ele deve merecer a homenagem de todos os republicanos». Na verdade, «o bravo batalhão, reduzido a pouco mais de 100 praças, foi a primeira unidade republicana que aguentou o embate das tropas couceiristas. Sendo impossível a resistência em Ovar, o batalhão, sempre na melhor ordem e cheio do mais acendrado amor republicano, veio para Aveiro, onde organizou a primeira barreira imparável da República».

JOSÉ TAVARES (*in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XL, 1974) referiu-se, por sua vez, à «pequena, mas valentíssima guarda avançada de Ovar, com o Dr. Pedro Chaves à frente».

Na *aventura* da Ponte Nova houve temeridade, mesmo loucura, mas também houve fé, idealismo, e bravura!

«Após ligeiras escaramuças» (*Jornal de Notícias*, de 25 de Janeiro de 1919), as tropas monárquicas, entre as 12 e as 13 horas de 23 de Janeiro, «deram finalmente entrada na vila, estabelecendo o pânico na população e praticando actos de vandalismo» (*A Pátria*, de 3 de Julho de 1919).

Segundo o ajudante do tenente-coronel Corte-Real, o já mencionado alferes José Januário, «entre um verdadeiro delírio entrámos na vila onde se implantou a Monarquia, sendo a bandeira azul e branca saudada por toda a população com entusiasmo indescritível. As forças da coluna necessitavam de descanso, sendo por isso resolvido pernoitar ali. No dia imediato, após o rancho da manhã, puzemo-nos em marcha para Estarreja sem termos encontrado até lá a menor resistencia» (*Jornal de Notícias*, de 28 de Janeiro de 1919).

O comandante da coluna enviada pela Junta Governativa do Reino de Portugal, tenente-coronel João Carlos de Castro Corte-Real Machado, enviou da vila, às 17,45, um telegrama ao Presidente do ministério Paiva Couceiro: – «Após breve combate, entrámos em Ovar onde, em delirante entusiasmo, restaurámos a Monarquia». Este mesmo comandante, um dos componentes da Junta Governativa Monárquica, em nome da Junta e usando dos poderes que lhe tinham sido conferidos, nomeou, nesse dia 23 de Janeiro, Administrador do Concelho de Ovar, o dr. Joaquim Soares Pinto que perante ele prestou o respectivo juramento, tomando posse do cargo.

A *Monarquia do Norte* em Ovar iria durar de 23 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 1919.

Tenente-coronel Corte-Real Machado.
In: ROCHA MARTINS,
A Monarquia do Norte

Se os monárquicos relataram que entraram na vila num *delirante entusiasmo*, os republicanos afirmariam mais tarde – quando o puderam – que a coluna, depois de espalhar tiros a esmo, irritada com as honras da recepção do grupo de republicanos civis em vigilância na Ponte Nova, entrou em Ovar de espingardas aferradas, com as ruas desertas, a população foragida ou escondida pelo pavor.

Onde a verdade? Mais uma vez no meio termo.

Os dirigentes republicanos ovarenses, especialmente os democráticos, tinham fugido para Aveiro e terras vizinhas e os monárquicos, nomeadamente os filiados nos extintos partidos progressista e regenerador liberal, bem como os católicos, aceitaram de bom grado e com regozijo a restauração. A maioria da população, indiferente, aplaudiu os vencedores de hoje, 23 de Janeiro, como iria aplaudir os vencedores de amanhã, 12 de Fevereiro.

Os oficiais e sargentos ficaram em casas particulares (não nas dos republicanos), e os praças foram alojados em edifícios públicos e nas fábricas do Soares Pinto e do Peixoto.

No dia 24, a coluna monárquica parte de manhã rumo a Estarreja, onde é implantada a Monarquia.

Os republicanos locais alegaram, e com razão na maioria dos casos apontados, que as tropas couceiristas durante os 20 dias que ocuparam Ovar cometeram actos selvagens: – destruíram as bandeiras do regime deposto (a bandeira republicana hasteada na igreja paroquial foi apeada, rasgada a dente e calcada aos pés; às 13 horas do dia 23 de Janeiro um oficial monárquico graduado empunhou e desfechou o seu revólver, à frente dos soldados seus subordinados, contra a bandeira republicana que tremulava nos Paços do Concelho, à qual, posteriormente, foi dada uma descarga, arreada, vilipendiada, arrastada, feita em trapos; a bandeira da repartição civil foi queimada e o mesmo aconteceu à do quartel, depois de apeada. José Maria Ferreira Regalado, que assistiu à cena junto ao quartel e que a condenava embora monárquico, teve o cano de uma pistola encostado à cabeça por um oficial couceirista que lhe perguntou – *quem viva?!* –, julgando ser ele, por usar barbas nessa altura, um republicano!); despedaçaram os bustos da República (o que ornava a sala das sessões da Câmara Municipal, que foi atirado pela janela abaixo, e o da repartição do registo civil); arrancaram as placas das ruas e largos que tinham o nome de vultos republicanos ou que se referiam às datas gloriosas da República; invadiram edifícios públicos e casas particulares (a repartição do registo civil onde retiraram livros; o Centro Republicano que, arrombadas as portas e janelas, foi destroçado, partindo-se mobiliário e retratos; o estabelecimento e casa de habitação do republicano Abel Guedes de Pinho que comandara os civis no ataque às forças monárquicas na Ponte Nova, onde causaram prejuízos; a casa do dr. Pedro Chaves, onde fizeram requisições à mão armada de revólver em punho; e ainda as casas dos drs. Alberto Augusto da Silva Tavares e Domingos Lopes Fidalgo); assaltaram por duas vezes a Imprensa Pátria, então redacção do semanário republicano local, danificando-lhe utensílios tipográficos, empastelando todo o tipo, destruindo-lhe o mobiliário e artigos de papelaria, roubando-lhe livros (em consequência dos assaltos, que reduziram a um monte de ruínas o escritório, *A Pátria* não se pôde publicar por algumas semanas); saquearam o quartel do 3.º Batalhão de

Infantaria n.º 24, levando dinheiro, objectos de cozinha, roupas, calçado e objectos de adorno dos soldados; levaram da fábrica *A Varina* «grande quantidade de conservas, deixando requisições, assinadas pelo Soares Pinto, homem rico e talassa de categoria, na vila, que estava a fazer de administrador» (RAÚL TAMAGNINI, *ob. cit.*).

As tropas couceiristas insultaram, roubaram, agrediram (nomeadamente o criado da casa do dr. Domingos Lopes Fidalgo), exigiram de senhoras idosas e doentes a apresentação da bandeira republicana. Nas ruas e dentro das próprias casas a soldadesca infligiu toda a sorte de vexames a cidadãos que lhe apontavam como republicanos, obrigando-os a dar vivas à Monarquia, a beijar a sua bandeira e a ajoelhar-se perante ela.

A Defesa (de 21 de Março de 1920) afirmava que foram os democráticos Malaquias e Brandão «que deram o vinho com que se embriegou a desmoralizada soldadesca couceirista e de que resultaram os crimes e selvajarias, que sempre seriam lembrados com horror na nossa terra». Acrescentava que o democrático Brandão, no dia 24, ofereceu ao ditador realista vareiro os seus serviços políticos, como velho camarada de outros tempos, e o senhor Malaquias «deixava vitoriar a monarquia, no seu armazém dos Campos e solicitava os salvo-condutos do comandante da administração couceirista, a fim de conduzir para cá três pipas de azeite que tinha em Espinho e mandar para o Porto uns carros de arroz». O órgão democrático (*A Pátria*, de 18 de Março de 1920) replicou a estas acusações sob o título *Resposta pedida*: – «Não foram só os srs. António Brandão, José Ferreira Malaquias e Afonso José Martins que deram vinho às tropas monárquicas. Porquê? Pelo mesmo motivo que o viajante assaltado na charneca, na impossibilidade de reagir, entrega com as suas próprias mãos a carteira aos assaltantes. Alguns fizeram com gosto, bem sabemos...».

O comando monárquico levantou da tesouraria da fazenda pública a quantia de 4.000$00, mandou içar a bandeira monárquica nos edifícios públicos e meteu o carcereiro na enxovia.

Um dos comandantes das tropas monárquicas, o capitão ovarense Francisco Duarte Pereira Coentro, num discurso feito à varanda dos Paços do Concelho, teria chamado aos republicanos de *bandidos*, de *pulhas*, de *assassinos*.

Acusado pelos republicanos locais de ter proferido aquelas injúrias e de ter permitido condutas indignas à tropa monárquica em Ovar, o capitão Coentro endereçou, a 12 de Março de 1919, uma extensa carta ao seu cunhado João José Alves Cerqueira, republicano democrático. Nessa carta deu-nos a sua versão da *Monarquia em Ovar* e refutou os ataques que os republicanos lhe moveram (ALBERTO SOUSA LAMY, «O capitão Coentro e a Monarquia do Norte em Ovar», no *Notícias de Ovar*, de 16 de Setembro de 1998, e seguintes).

O Capitão Coentro.

Filho de António Gomes Duarte Pereira Coentro e de Rosa de Oliveira Gomes Coentro, proprietários da *casa do Carril*, o capitão Francisco Gomes Duarte Pereira Coentro casou (1912), na capela particular da Casa da Quintela, com Maria Adelaide da Silva Peixoto, filha do dr. António da Silva Peixoto e de Maria da Glória Pereira da Silva.

Em 1915, foi promovido a capitão e nomeado Administrador do Concelho de Paredes; a 23 de Janeiro de 1919, na *traulitânia*, foi um dos comandantes da coluna monárquica que invadiu Ovar, tendo discursado à varanda dos Paços do Concelho.

Veio a ser condenado, no Tribunal Militar Especial de Lisboa, em 1920, a 18 meses de prisão, tendo falecido a 6 de Março de 1947.

A 23 de Janeiro de 1919, elementos civis, entre os quais Raúl Tamagnini, partem de Ovar para a capital do distrito, pela ria, no gasolina do industrial de conservas Lino Coelho Brandão, que reboca um barco de vela carregado com conservas da fábrica *A Varina* destinadas às tropas republicanas.

Já no dia anterior aquele industrial, casado com Maria do Céu Carvalho Brandão, que esteve radicado em Ovar de 1908 a 1939, e que viria a falecer, a 16 de Janeiro de 1950, em Matosinhos, transportara conservas para Aveiro.

«Chegámos a Aveiro pelas 16,30. Com espanto soubemos que tinha sido pedido de Avanca um combóio para ir buscar vários civis que já ali se encontravam fugidos, porque o inimigo tinha entrado em Ovar.

Pouco depois chegavam os rapazes, que eram na sua maioria os do meu grupo, transportados por esse combóio e juntamente alguns de Estarreja que nos disseram então que, ainda quando nós estávamos no cais de Ovar, isto é, antes de largarmos, os couceiristas tinham surgido à vista dos civis que defendiam a vila. Estes despejaram até ao último cartucho enquanto um vinha avisar o tenente Oliveira, comandante do pequeno destacamento, o qual, em virtude da força atacante ser numerosa, retirou com os seus homens em direcção à ria, transportando armas e munições. Ali embarcaram para Aveiro, onde chegaram, sem novidade, bem como os drs. Pedro Chaves e Alberto Tavares, Avelino Vaz, Viriato de Almeida e outros de Ovar» (Raúl Tamagnini, *ob. cit.*).

Refere Rocha Martins (*A Monarquia do Norte*, 2.º vol., 1923), que em Aveiro, onde «se acolheram todos os republicanos de mais nomeada das circunvizinhanças tomadas pelos monárquicos», o dr. Pedro Chaves, «acompanhado pelos seus correligionários Alberto Tavares, dr. Lopes Fidalgo, Gomes Pinto, Guedes de Pinho, Oliveira Lopes, Gaioso, Manuel Moreira, Avelino Vaz, Viriato de Almeida, Alves Correia, Bastos Marques, e outros», narrou o sucedido na vila de Ovar: – «quizera-se resistir na região ovarina mas os realistas rechassaram os civis ousados e o tenente Oliveira que procurara levar ao combate meia dúzia de soldados contra as forças da monarquia».

No dia 31 de Janeiro, no Teatro Aveirense, realizou-se uma sessão solene comemorativa do *31 de Janeiro*:

«Constituiu-se a mesa sob a presidência de sr. Raúl Tamagnini, que é um dos emigrados do Porto que mais tem sofrido pela causa, secretariado pelos srs. Almeida Eça, representante de Estarreja e Oliveira Lopes, um benemérito de Ovar». Usaram da palavra, entre outros, os drs. Pedro Chaves, Barata da Rocha e Alberto Souto, sendo algumas passagens dos seus discursos coroadas com estrepitosas salvas de palmas. «Não se esqueceu ali também o capitão Belmiro, ainda sob *ferros de el-rei*, no Porto, nem a

merecida homenagem ao brioso oficial de cavalaria, o capitão Cunha e Costa» (*Campeão das Províncias*, 3.º suplemento ao n.º 6.621, de 1 de Fevereiro de 1919).

E continua RAÚL TAMAGNINI (*ob. cit.*):

«Tanto ao abrir como ao encerrar a sessão eu falei também saudando a cidade de Aveiro, a Bélgica da República, de que Ovar tinha sido a Liège e assim a esta como à sacrificada Estarreja enviei igualmente as minhas saudações».

Num dos camarotes «assistia à festa o valente capitão Camossa, que havia sido ferido no pescoço por um estilhaço de granada e que por isso se via com o pescoço empanado. Assistiu também o dr. Lopes Fidalgo chefe dos serviços de saúde, cargo em que havia sido investido pelo comando logo que ele se apresentou, o que fez vindo de Ovar, apenas os trauliteiros ali deram entrada».

Os drs. Pedro Chaves e Alberto Tavares estiveram nos campos do Vouga a falar com alguns oficiais da República, junto das trincheiras, durante a campanha do Vouga.

Entre outros, estiveram emigrados em Aveiro os seguintes democráticos naturais de Ovar ou nesta vila residentes:

Abel Guedes de Pinho
Dr. Alberto Tavares
Alves Correia
António Gaioso de Penha Garcia
António Godinho
Armando Oliveira Lopes
Bastos Marques
Carlos Pinho da Cruz
Dr. Domingos Lopes Fidalgo
José de Oliveira Lopes
Lino Coelho Brandão
Luís Ferreira Neves
Manuel Gomes Pinto
Manuel Moreira
Dr. Pedro Chaves

A cidade de Aveiro ficou republicana e no rio Vouga – que marcava então a fronteira entre o Reino de Portugal, ao norte, e a República, ao sul – as tropas republicanas tomaram posições na sua margem direita, em 23 de Janeiro, protegendo a capital do distrito.

Após vários combates, iniciou-se uma ofensiva das tropas republicanas que conquistaram Estarreja ao anoitecer do dia 11 de Fevereiro de 1919, após violenta preparação de artilharia, e ocuparam Oliveira de Azeméis e Ovar a 12.

O papel desempenhado pelos ovarenses na *campanha do Vouga* foi narrado pelo major BELISÁRIO PIMENTA («Lembranças duma campanha no Vouga», 1919, no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936):

«Em Aveiro concentrou-se, pois, a defesa da linha do Vouga debaixo do comando sereno e inteligente do então sr. Coronel José Domingues Peres. O rio era, a di-

visória; e com essa compreensão imediata e justa, é que se começaram a reunir elementos para contrapor à acção – e por isso a guarnição militar de Ovar abandonou a vila e recolheu a Aveiro; e por isso, também, em 21 de Janeiro de 1919 eu recebi ordem em Coimbra para seguir de noite para ali com algumas tropas de reforço de Infantaria e Artilharia.

Foi, de começo, uma defesa simples, quase elementar; a surpresa dos sucessos do Porto, dias antes, não dera tempo a preparação de resposta eficaz. E foi em Esgueira, no cruzamento das duas estradas que correm para o Vouga, que me estabeleci e assumi o comando das poucas forças de que, no momento, se dispunha.

Oficialidade do batalhão comandado pelo major Belisário Pimenta.
Da esquerda para a direita: 1.º plano (sentado), *em 4.º lugar o alferes José de Oliveira Pinho;* 2.º plano, *em 3.º lugar o capitão Duílio Marques, em 4.º o capitão Bernardino Sena Lopes, em 5.º lugar o major Belisário Pimenta, em 6.º o capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu; em 7.º o capitão Manuel Rodrigues Leite.*
In: Arquivo do Distrito de Aveiro, *vol II, 1936*

Eram elas: uma companhia de Infantaria 24, saída do quartel de Aveiro que vigiava e defendia a estrada para Eixo; outra, constituída pelo pessoal do 3.º Batalhão daquele Regimento (o de Ovar) postou-se na de Angeja; e a de Infantaria 23 que tinha ido comigo, ficou como reserva em Esgueira; a bateria incompleta de artilharia, instalou-se num pinhal adiante desta povoação para bater as pontes a norte de Cacia».

O batalhão de Ovar tinha os seguintes oficiais: capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, seu comandante interino; capitães Bernardino Sena Lopes e Manuel Rodrigues Leite; tenente Duílio Marques; alferes Flaviano Henriques de Miranda; José de Oliveira Pinho, Zeferino Barbosa Vaz e Castro e aspirante Manuel Pedro Rodrigues Pardal.

RAÚL TAMAGNINI informa que os capitães Zeferino Camossa e Manuel Rodrigues Leite, do 24, e o capitão Cunha e Costa, de cavalaria, eram mencionados «como dos mais valentes desde a primeira hora».

No dia 27 de Janeiro iniciou-se o ataque das forças revoltadas que procuraram forçar a passagem do rio Vouga transpondo a ponte de madeira de Cacia, que tinha parte do pavimento levantado e cuja defesa «estava entregue (e muito bem entregue) à companhia de infantaria 24 comandada pelo valente e ponderado capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu que foi ferido exactamente por tomar a peito o seu dever». E «começou, então, o tiroteio, que foi constante durante o dia entre as duas infantarias dum e outro lado da ponte, com mais intensidade de lá do que de cá onde havia ordem de economizar munições». E continua BELISÁRIO PIMENTA (*ob. cit.*):

«Não assisti, por motivo de doença, a esta acção. A parte dela entregue ao batalhão, foi superiormente dirigida pelo capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, meu imediato – o qual com critério, conhecimento e desembaraço, quer pela direcção quer pelo exemplo, deu impulso notável ao ataque». E «foi durante este tiroteio que o capitão Zeferino Camossa foi ferido, embora ligeiramente; querendo dar o exemplo de serenidade perante o perigo, foi atingido no pescoço por uma bala de espingarda». Aplicado um penso ao ferimento, o capitão Camossa recusou terminantemente abandonar o seu posto.

Na tarde de 31 de Janeiro o major Belisário Pimenta entrava em Angeja com o seu batalhão e a 11 de Fevereiro era libertada Estarreja, último reduto da resistência monárquica na zona.

Grande figura da democracia, lutador vigoroso e destemido pela República, o tenente-coronel Zeferino Camossa Ferraz de Abreu nasceu em Ovar, a 7 de Fevereiro de 1883, filho de Eduardo Elísio Ferraz de Abreu, que foi escrivão do tribunal judicial da comarca, e de sua mulher Maria Zulmira Camossa Ferraz de Abreu, neto paterno de Bernardo Ferraz de Abreu, que também foi escrivão na comarca, e de sua mulher Maria José de Sousa Lamy.

Tenente, foi colocado no 3.º Batalhão, casando em Espinho, a 3 de Dezembro de 1914, com Berta de Lurdes Ribeiro da Gama, filha de António Augusto Rodrigues da Gama e de Luísa Ribeiro da Gama.

Residiu na Travessa da Rua Dr. José Falcão (prédio de Albertina Jorge de Paiva) e, posteriormente, na Estrada de S. João, na primeira casa aí construída, que veio a ser demolida para dar lugar a uma das casas da Família Borges.

A 24 de Julho de 1915 foi promovido a capitão e no ano seguinte, a 28 de Maio, em-

Capitão Zeferino Camossa.
In: *ROCHA MARTINS,* A Monarquia do Norte, *Vol. II, 1923*

barcou para Moçambique, onde lutou contra os alemães e foi louvado a 10 de Fevereiro de 1918.

Atacado pelos republicanos liberais, por ter sido adepto das Juntas Militares, veio, em 1919, a combater valorosamente contra os rebeldes monárquicos, na *traulitânia*, nos combates junto ao rio Vouga, em Cacia, e nos de Salreu e Estarreja, sendo ferido no primeiro daqueles.

Ficou célebre a resposta que deu ao capitão Vítor Ribeiro de Meneses, fidelíssimo amigo de Paiva Couceiro, aquando da prisão dos *couceiristas*, a 19 de Janeiro de 1919.

A 28 de Junho de 1919, a Comissão Administrativa da Câmara aprovou uma moção do dr. Pedro Chaves em que saúda «pessoalmente e já o oficial que comandava o batalhão em 19 de Janeiro, o patrício, valente militar e dedicado republicano Capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, cuja nobre atitude foi de inestimável valor para a República»; e, a 12 de Fevereiro de 1920, o general Mousinho de Albuquerque coloca ao peito de Zeferino Camossa o colar da *Torre e Espada*, que um grupo de amigos lhe oferecera e com que tinha sido condecorado pela sua atitude nobre e alevantada na defesa da República em Janeiro e Fevereiro de 1919.

Zeferino Camossa tinha sido condecorado com o grau de *Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito* e louvado pela iniciativa que tomou de recolher com o 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria 24 ao comando militar de Aveiro, a marchas forçadas, visto não poder opor resistência em Ovar às forças rebeldes monárquicas que sobre ela marchavam, seguindo imediatamente para os postos avançados da defesa de Aveiro, onde se manteve junto aos seus soldados.

Exemplo de valentia, foi ferido com estilhaços de granada em Cacia, mas não abandonou o posto.

A 22 de Março de 1920 agrediu Afonso Abragão, que escrevia no órgão do partido republicano liberal *A Defesa*, o que causou celeuma na vila.

Veio a ser o último comandante (1922-1926) do 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 24, com sede em Ovar; a 10 de Fevereiro de 1925 foi eleito presidente da Associação de Tiro n.º 25 (Associação Desportiva Ovarense); no biénio de 1925-1926 foi vice-presidente da Comissão Política do P.R.P. em Ovar; e, em 1928, foi *provedor* da Santa Casa da Misericórdia de Ovar.

Na Revolução do *28 de Maio* de 1926 manteve-se fiel ao governo democrático de António Maria da Silva, mau grado saber vitoriosas as forças revolucionárias, só obedecendo quando teve conhecimento da substituição daquele político pelo comandante Mendes Cabeçadas.

Dado que declarou ao seu comandante que estava ao lado dos revolucionários de *3 de Fevereiro de 1927*, veio a ser acusado de cumplicidade nesse golpe militar e civil contra o novo regime. No dia 13 de Fevereiro de 1928, defendido pelo advogado portuense dr. António Gama, seu cunhado, foi julgado no tribunal militar do Porto, tendo sido punido com 10 dias de prisão disciplinar.

Maçon, fez parte do *Triângulo n.º 279*, constituído em 1929, e da Loja *Beira-Mar* (1930), de Ovar.

Em 1931, o directório do P.R.P. nomeou-o um dos cinco membros da comissão encarregada de orientar e dirigir a política partidária no concelho de Ovar.

A 31 de Julho de 1933 foi promovido a tenente-coronel, falecendo neste posto, na sua vivenda da estrada de S. João, a 23 de Junho de 1937, com 54 anos. Acompanharam, entre outros, o funeral deste destemido e valoroso militar liberal, que possuía no seu lugar aquilo que Paiva Couceiro, numa carta célebre que o levaria novamente ao exílio, denominaria *os símbolos da virilidade*, o seu primo dr. Pedro Chaves, major Manuel Rodrigues Leite, drs. Domingos Lopes Fidalgo e José Eduardo de Sousa Lamy.

O negociante de sal José de Basto, conhecido pelo *Basto do Sal*, que residiu na Rua dr. José Falcão, foi Administrador do Concelho nos últimos dois dias do *reino da traulitânia* (de 10 a 12 de Fevereiro de 1919). Mandou encarcerar republicanos na cadeia e, após a queda da Monarquia, apresentou-se à autoridade administrativa local, voluntariamente, recolhendo à prisão. Foi julgado no tribunal militar de Lisboa e condenado, em 1919, na pena de 9 meses de prisão correccional.

Tenente-coronel Zeferino Camossa.
1883-1937
In: *João Semana*, de 15/7/1992

As tropas republicanas entraram, sem resistência, no dia 12 de Fevereiro em Ovar, onde pernoitaram. A coluna libertadora, – constituída por uma força de artilharia, cavalaria, infantaria e marinheiros, num total de mais de 5.000 homens, contando alguns civis ovarenses que estiveram nas trincheiras e fizeram frente à primeira investida do inimigo –, começou a dar entrada na vila cerca das 17 horas, no meio de entusiásticas aclamações do povo, seguindo para a Praça da República.

As forças republicanas, disciplinadas e aprumadas, não insultaram, não agrediram, nem invadiram propriedades. Os republicanos de Ovar, na ocasião da sua entrada, distribuíram profusamente a seguinte proclamação: – «*Povo*! Aos que nos fizeram o mal paguemo-lhes defendendo as suas pessoas e as suas propriedades. É a moral republicana!».

As primeiras tropas que chegaram consistiram num esquadrão de cavalaria comandado pelo capitão António Pereira da Cunha

Major António Pereira da Cunha e Costa.

Na tarde de 12 de Fevereiro de 1919, o povo, no Largo de Serpa Pinto, confraternizando com as forças de terra e mar, fiéis à República, que se dirigiam para o Porto, após a sua entrada em Ovar.
In: Ilustração Portuguesa, *de 17/3/1919 (Foto de Ricardo Ribeiro, de Ovar)*

e Costa e no 3.º Batalhão de Infantaria 24, comandado pelo capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, e do qual faziam parte os capitães Manuel Rodrigues Leite e Bernardino Sena Lopes, o tenente Duílio Marques e o alferes José de Oliveira Pinho.

No dia 13 de Fevereiro, as tropas republicanas repousaram na vila, lavando-se no chafariz principal, e na manhã do dia 14 marcharam para o Porto.

No dia 13 foi novamente hasteada a bandeira verde-rubro na vila e da varanda dos Paços do Concelho discursaram o republicano António Valente e o emigrado portuense Raúl Tamagnini; noutra manifestação popular, realizada nesse mesmo dia, falou também dos Paços do Concelho o dr. Pedro Chaves que terminou por, na pessoa de um dos marinheiros que enchiam a varanda, abraçar a heróica armada portuguesa, o que motivou uma grande ovação. Ainda no mesmo dia 13 tomou posse da Administração do Concelho o dr. Alberto Augusto da Silva Tavares e a Comissão Administrativa *democrática* da presidência do dr. Pedro Ferraz Chaves, da vice-presidência de José de Oliveira Lopes, e tendo como vereadores os cidadãos António de Oliveira Melo, João José Alves Cerqueira, José Pinho da Cruz, Manuel André de Oliveira Júnior e Manuel Rodrigues Formigal. Comissão essa nomeada por alvará do Governador Civil do distrito.

Nesse dia 13 a Comissão Administrativa admitiu ao serviço o zelador municipal Manuel Marques Branco, que fora injustamente demitido pela comissão antecedente.

Sufocara-se a tentativa de restauração monárquica. O reino da *traulitânia*, com uma duração em Ovar de 20 dias, acabara!

O estertor da *monarquia do norte* na vila foi relatado, em parte, pelo dr. CAMPOS

LIMA que no dia 9 de Fevereiro, num comboio da tarde, acompanhado pelo alferes miliciano Wenceslau de Oliveira Pinto, saíra do Porto para combinar a ligação entre os conspiradores da cidade e as tropas republicanas.

Depois de terem pernoitado em Esmoriz, sem terem despertado suspeitas, em casa dum conhecido do alferes miliciano que era amigo pessoal do Administrador monárquico do concelho dr. Joaquim Soares Pinto, resolveram passar as linhas monárquicas nas proximidades de Ovar:

«Perdido um combóio de madrugada, e não havendo alquilador que nos ponha à disposição uma carruagem, com receio da mobilização, aí nos metemos a caminho a pé, pela estrada fora, vencendo os treze quilómetros que nos separam de Ovar. Lá adiante, ouvimos distintamente tiros de artilharia. É um combate que se está travando. Era, como soubemos depois, o ataque às forças monárquicas de Estarreja». Na vila de Ovar «notámos um certo desassossego. Haviam-se tomado muitas medidas de vigilância. Os monárquicos pareciam inquietos e, se é certo que isto me alegrava, pois me parecia significar o prenúncio da sua derrota, também não deixava dúvidas de que iríamos ser impedidos na nossa marcha».

Foram à procura do Administrador e «sucede então esta coisa inesperada: o administrador, o tal dr. Soares Pinto, acabava de se demitir e era agora administrador um Bastos, que nenhum de nós conhecia. Sabêmo-lo da própria boca do dr. Pinto, que vamos encontrar numa adega à beira da estrada, as mãos besuntadas de borras de vinho, de lunetas, muito quezilento e que nos recebe com poucas atenções. Diz que já não tem nada com aquilo e que vamos nós até à ria que lá encontraremos um alferes que está a comandar a força que se encontra em Ovar e o novo administrador, que nos entendamos com eles» (CAMPOS LIMA, *O reino da traulitânia – 25 dias de reacção monárquica no Porto*, 1919).

A 12 de Fevereiro, acompanhados de outros cidadãos, o dr. Pedro Chaves, Lino Coelho Brandão e o sargento miliciano Abel Guedes de Pinho, partiram com algumas armas, em dois barcos, de Aveiro para Ovar. RAÚL TAMAGNINI (*Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga*, 1921) descreveu, nestes termos, a viagem:

«Com o anoitecer, uma incómoda neblina caíra sobre nós, vinda do lado do mar, empanando o brilho da lua, de forma que só a curta distância se viam os objectos nitidamente. De súbito porém eu que ia sentado à proa, vi surgir na nossa frente um vulto que logo calculei ser um barco, talvez vindo de Ovar com fugitivos e, tendo comunicado o caso aos meus companheiros, aproámos na sua direcção. Estávamos já para além da Torreira. Certificando-nos que era realmente um barco carregado de gente, demos-lhe a voz de *alto*. O arrais todavia, fingindo não nos ouvir respondeu apenas:

– Boa noite...

E continuou o caminho. Então as nossas espingardas apontaram-se para ele e a nossa intimação foi mais peremptória:

– Faça alto senão morre!

Imediatamente o barco atravessou, enquanto o arrais exclamava:

– Oh meus senhores, isto é tudo boa gente, é tudo gente de paz que vai para as suas terras... Até aqui vai o sr. Soares Pinto, de Ovar!

– *Pois é esse mesmo que nós queremos*, bradou o Abel de Pinho.

E, acto sucessivo, encostando ao barco o nosso gazolina, aquele ali saltou com mais dois homens a fim de reconhecer as pessoas que o primeiro transportava. Entre os passageiros havia algumas mulheres que já lamentavam sua sorte, julgando que nós lhe faríamos algum mal. Ora é preciso dizer que Soares Pinto era a figura mais sinistra da monarquia em Ovar, aquele que tinha indicado aos trauliteiros as casas dos republicanos, que fizera de administrador e presidente da Câmara durante aqueles poucos dias de bambochata monárquica. Por isso se compreende que ficássemos satisfeitos pela boa presa que o acaso nos proporcionava.

O Soares Pinto contudo, que seguia no barco, não era aquele a que nos referíamos, mas sim um irmão dele, comerciante em Ovar, monárquico também, mas sem posição de destaque na política local».

Segundo *A Pátria* (de 15 de Maio de 1919), «em 12 de Fevereiro desembarcaram no Carregal alguns republicanos de Ovar que pela ria tinham vindo por ordem e em missão do comando militar de Aveiro. Ansiosos por notícias, ao chegar a casa do dr. Fragateiro, dois bateram à porta e ao serem gentilmente recebidos por ele e por seu genro nosso amigo Francisco Belo, depararam lá com o Correia Dias».

As tropas monárquicas, antes de abandonarem a vila, com o auxílio de guindastes, tiraram o tabuleiro do pontão do caminho-de-ferro ao quilómetro 302, deitando-o ao rio.

Os democráticos prenderam o Manuel Soares Pinto e outro cidadão, e seguiram para Ovar chegando às 20,30 ao Carregal, onde souberam que os republicanos estavam em Ovar desde as 4 horas.

Dirigindo-se para a vila, RAÚL TAMAGNINI verificou que «a praça estava repleta de tropa e de povo. Transitava-se com dificuldade. A casa da Câmara está toda iluminada e lá dentro estão instalados nos seus amplos salões os marinheiros» (*ob. cit.*). Entretanto, «os rapazes do meu grupo, especialmente o Montenegro, Rogério Soares, o Viriato de Almeida e o Augusto Ezequiel, vinham buscar-me para eu falar da janela da Câmara. Já tinha falado o dr. Pedro Chaves e queriam que eu falasse também». Acedendo, «lá fui pois com eles, deixando o Proença ao telégrafo. No caminho tive ocasião, de notar embora fosse noite, o estado em que ficara a casa do Centro Republicano, que os trauliteiros, na sua fúria de canibais, haviam destruído. Era agora uma casa em ruínas. Subimos as escadas dos Paços do Concelho e então eu, chegando à janela, falei ao Povo que se premia na Praça. Gritei-lhe comovidamente o meu entusiasmo pela vitória da República» e «terminei o meu discurso levantando três vivas: à vila de Ovar, à Pátria e à República, que foram calorosamente correspondidos. Os marinheiros ergueram-me nos seus braços» (*ob. cit.*).

Raúl Tamagnini hospedou-se em Ovar na casa de António da Silva Bonifácio, seu antigo aluno da Escola Raúl Dória e filho dum abastado proprietário e comerciante de arroz em Ovar.

No dia 12 de Fevereiro são libertados, por ordem do dr. João de Mello, os presos republicanos que se encontravam na cadeia de Ovar, entre os quais o dr. Campos Lima e o alferes Wenceslau de Oliveira Pinto, encarcerados por ordem do Administrador do Concelho José de Basto, e o telegrafista Virgílio Proença.

Tinham conseguido fugir da cadeia, durante a *traulitânia*, amarrando o carcereiro, dois cabos marinheiros – Joaquim Manuel Rodrigues e José Augusto Martins –, um soldado, o sargento Segadães, de Infantaria 14, e o civil Francisco António Fernandes, residente em Ramalde, Porto. Todos os cinco fugitivos tinham sido aprisionados quando tentavam passar por Ovar a caminho da cidade de Aveiro.

Na sessão de 25 de Fevereiro, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal congratulou-se por ter sido restituído à liberdade o capitão ovarense e antigo vereador Belmiro Ernesto Duarte Silva (comandava em 1917 o 1.º Batalhão de Infantaria 14), enclausurado pelos *trauliteiros* desde Outubro de 1918. Na sessão de 22 de Abril o Presidente dr. Pedro Chaves propôs um voto de profundo sentimento pelo falecimento, em virtude de doença contraída pela sua prisão quando da restauração monárquica do Porto, do cidadão de Esmoriz e antigo vereador Manuel Ferreira da Costa (fizera parte da Câmara dissolvida pelo *dezembrismo*).

No dia 10 de Abril de 1919 chegou a Ovar, proveniente do Porto, o 3.º Batalhão. À chegada ao quartel foi-lhe oferecido por um grupo de senhoras uma bandeira nacional e um busto da República, e pelo cidadão Álvaro da Costa Raimundo uma outra bandeira nacional, de seda bordada a ouro, um trabalho executado por suas irmãs Alzira e Joana Raimundo.

Cronologia dos principais acontecimentos da traulitânia relacionados com Ovar ou os ovarenses

Janeiro de 1919

dia 19

Paiva Couceiro restaura a Monarquia no Porto. A notícia chega à vila pelas 16 horas; o conselho de oficiais do 3.º Batalhão do 24, comandado pelo capitão Zeferino Camossa, resolve defender a República; patrulhas civis e militares guardam as entradas de Ovar.

À noite, após ter conferenciado com o dr. Joaquim Soares Pinto, é preso o capitão *couceirista* Vítor Ribeiro de Meneses.

dia 20

O povo ovarense faz uma manifestação republicana junto do quartel do 3.º Batalhão que, à noite, retira para Aveiro, sede do Regimento, deixando em Ovar um pequeno efectivo de 20 homens.

dia 21

Os ferroviários de Ovar começam os levantamentos da linha e o abatimento de pontões.

dia 22

Continuam os cortes da linha do caminho-de-ferro.

RAÚL TAMAGNINI, autor das *Notas de um voluntário civil nas margens do Vouga*, chega a Ovar.

dia 23

Os prisioneiros monárquicos partem para Aveiro, a ***Bélgica da República***, num comboio especial. Elementos civis, entre os quais Raúl Tamagnini, partem pela ria para a capital do distrito.

As tropas monárquicas são recebidas a tiro no lugar da Ponte Nova por cerca de 30 republicanos civis, comandados pelo sargento miliciano Abel Guedes de Pinho.

O pequeno efectivo do 3.º Batalhão, ainda retido em Ovar, parte também para Aveiro, bem como os ferroviários e os elementos civis que atiraram às tropas monárquicas.

Entre as 12 e as 13 horas as tropas monárquicas, comandadas pelo tenente-coronel Corte-Real Machado, entram na vila, arvorando a bandeira azul e branca nos edifícios públicos. Aquele tenente-coronel nomeia e dá posse ao dr. Joaquim Soares Pinto de Administrador do Concelho.

dia 24

A coluna monárquica parte de manhã rumo a Estarreja, onde é implantada a Monarquia.

dia 27

Começa o ataque monárquico no Vouga. O capitão Zeferino Camossa é ferido no combate pela ponte de madeira de Cacia.

dia 31

É comemorado no *Teatro Aveirense* o *31 de Janeiro*, numa sessão presidida por Raúl Tamagnini e na qual discursou o dr. Pedro Chaves, tendo assistido à mesma o capitão Camossa e o dr. Lopes Fidalgo, chefe dos serviços de saúde.

Fevereiro 1919

dia 10

É preso em Ovar o dr. Campos Lima, autor do *Reino da traulitânia*.

José de Basto é nomeado Administrador do Concelho.

dia 11

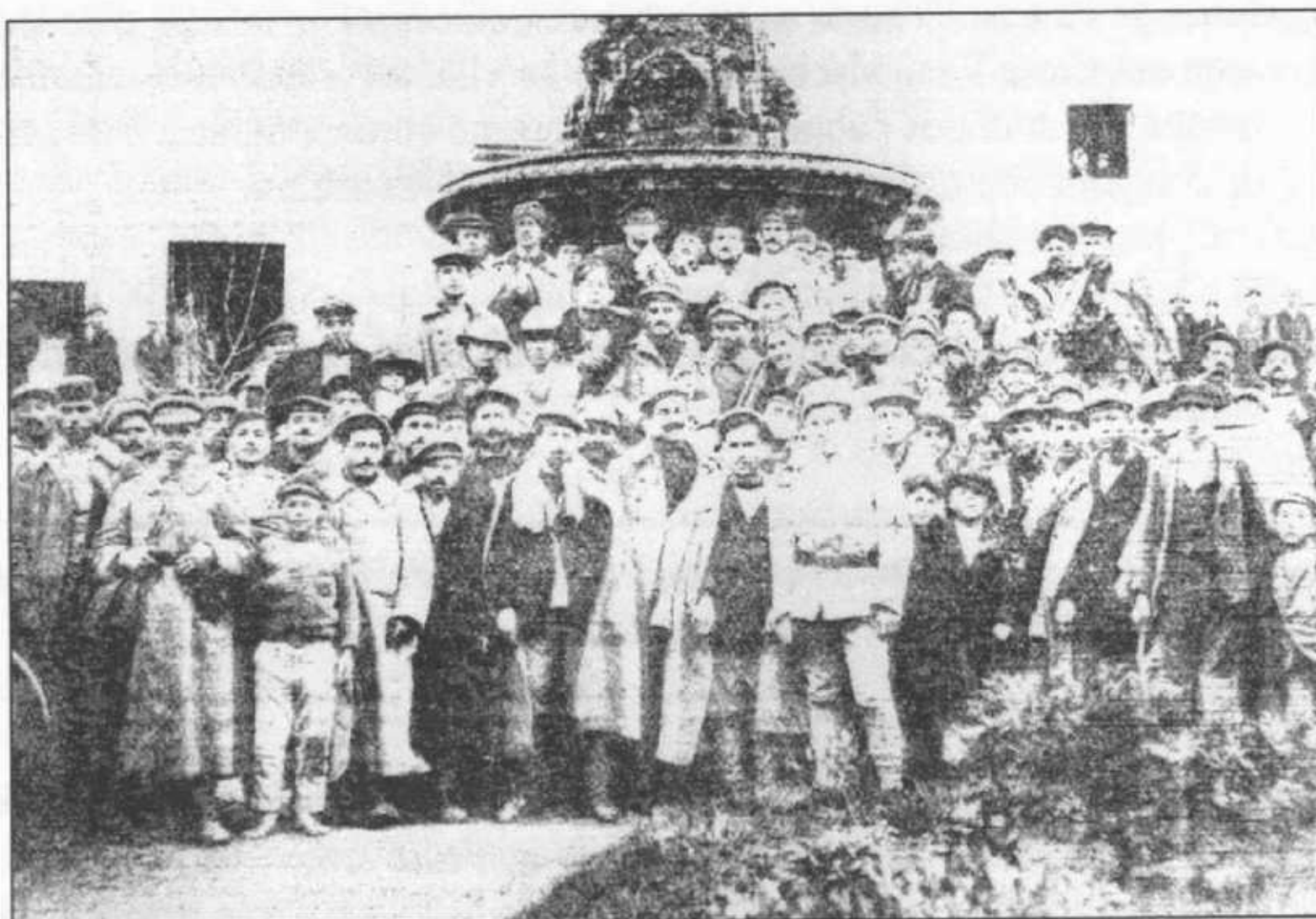
Estarreja é ocupada pelas tropas republicanas comandadas pelo capitão Camossa.

dia 12

Pelas 17 horas as tropas da República começam a entrar em Ovar; o dr. Pedro Chaves e Raúl Tamagnini, que tinham chegado de barco pela ria, vindos de Aveiro, discursam da varanda dos Paços do Concelho, rodeados por marinheiros, ao povo da vila, povo que manifesta a sua idolatria pelos marinheiros portugueses.

São libertados os republicanos presos na cadeia da vila.

dia 13
As tropas republicanas repousam na vila. Toma posse da Administração do Concelho o dr. Alberto Tavares e da Câmara uma Comissão Administrativa presidida pelo dr. Pedro Chaves. Iniciava-se em Ovar a *Nova República Velha* (DAMIÃO PERES).

dia 14
As tropas republicanas marcham para o Porto, onde no dia anterior tinha sido restaurada a República.

Soldados dum regimento de infantaria
e praças do batalhão de marinha, no Largo Serpa Pinto.
In: Ilustração Portuguesa, *de 17/3/1919 (Foto de Ricardo Ribeiro, de Ovar)*

Na sessão extraordinária de 7 de Fevereiro de 1920, da Câmara *democrática* da presidência do dr. Pedro Chaves, por proposta deste, aquela resolveu declarar como feriado municipal o dia *12 de Fevereiro*, dia da entrada das forças republicanas em Ovar.

A 4 de Março de 1919 um decreto da *República Velha* ordenava a organização de tribunais militares especiais para o julgamento dos implicados na *traulitânia*, tribunais que principiaram a funcionar a 26 de Maio, prolongando-se os julgamentos por mais de um ano.

Foram presos os seguintes cidadãos do concelho de Ovar – das freguesias de Esmoriz, Ovar e Válega – acusados de *talassaria*, de terem participado nos acontecimentos da *Monarquia Nova*:

– *Amadeu Peixoto Pinto Leite*

Escondido desde 13 de Janeiro de 1919 em Estarreja, foi preso em Válega, em Agosto desse ano, quando regressava de carruagem daquela vila para Ovar. Da cadeia ovarense, seguiu para a penitenciária de Coimbra, de onde fugiu no mesmo mês de Agosto. Preso novamente, foi julgado e absolvido no tribunal militar especial de Lisboa, em 1920.

Já tinha estado preso, aquando do *complot* monárquico de Ovar, de 20 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912.

Verificaram-se alguns casos de fuga rocambolesca de políticos ovarenses presos das cadeias onde se achavam detidos.

– *Américo Peixoto Pinto Leite*

Preso na cadeia de Ovar e na penitenciária de Coimbra, foi solto em Julho de 1919, sem julgamento, quando ia para seis meses de prisão. Também tinha estado preso, de 21 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912, aquando do *complot* monárquico de Ovar.

– *António Ferreira Coelho*

Preso, acusado de se ter recolhido na ocasião em que se saudava a bandeira junto ao quartel.

– *António Fonseca Soares*

Preso na penitenciária de Coimbra, foi solto em Julho de 1919.

– *António Francisco Marinheiro*, o *Manco*

De Esmoriz, foi preso, em Agosto de 1919, acusado de em Janeiro desse ano ter assaltado o Centro Democrático daquela freguesia. Removido para o tribunal militar especial de Lisboa, foi aí absolvido.

– *António Pinto Lopes Palavra*

Preso na cadeia de Ovar e nas penitenciárias de Coimbra e de Lisboa, veio a ser condenado em 9 meses de prisão correccional, em 1919, no tribunal militar especial de Lisboa.

Ao entrarem em Ovar as tropas monárquicas, no dia 23 de Janeiro de 1919, temerosas de qualquer emboscada dos republicanos, dado o combate da Ponte Nova, saiu-lhes na Praça, ao encontro, o cidadão Pinto Palavra, afirmando: – «Entrem!, entrem que ninguém lhes faz mal! Avancem amigos, que os pulhas dos republicanos já fugiram».

António Pinto Lopes Palavra. 1862-1936

– *Augusto de Quadros Abragão*

Preso em Aveiro, Coimbra e Lisboa, foi condenado no tribunal militar especial de Lisboa, em 1919, em 9 meses de prisão correccional. Foi solto ainda nesse mesmo ano.

– *Avelino Valente da Silva*

Preso a 22 de Janeiro de 1919, «por ter ido a Espinho comprar jornais para reven-

der nesta vila (*de Ovar*) e suspeitar-se o fizesse por incumbência dos monárquicos da terra», foi posto em liberdade, abalado de saúde, após perto de 8 meses de prisão.

«Não lhe foi instaurado processo algum e não obstante isso transitou pela penitenciária de Coimbra e Lisboa, forte de S. João da Barra duas vezes e presídio militar do Funchal». Para *A Pátria* (de 11 deSetembro de 1919), «o que com ele se passou de Coimbra até à sua saída da prisão é pouco edificante para as autoridades da República que estão incumbidas do tratamento dos presumidos presos políticos».

– Padre *Benjamim Agostinho Gradim*

Preso em Agosto de 1919, acusado de em Janeiro desse ano ter assaltado o Centro Democrático de Esmoriz, foi conduzido para a cadeia de Ovar e desta removido para a penitenciária de Lisboa, vindo a ser absolvido no tribunal militar especial.

– Capitão *Francisco Gomes Duarte Pereira Coentro*

A 23 de Janeiro de 1919 foi um dos comandantes da coluna monárquica que invadiu Ovar, tendo discursado à varanda dos Paços do concelho. Veio a ser condenado no tribunal militar especial de Lisboa em 18 meses de prisão, em 1920.

O capitão Coentro, em 1919, de barbas, quando fugitivo após a traulitânia.

– *Francisco Peixoto Pinto Ferreira*

Preso, fugiu de cadeia, voltando novamente a ser apanhado. Foi absolvido, em 1920, no tribunal militar especial de Lisboa.

Aquando do *complot* monárquico de Ovar, esteve preso de 21 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912.

– *Francisco Rodrigues de Sá Inácio*

Preso na cadeia de Ovar, veio a ser absolvido no tribunal militar de Lisboa.

– *Guilherme Lopes*

Filho do dr. João Maria Lopes, esteve preso na cadeia de Ovar, tendo sido condenado, em 1919, no tribunal militar especial de Lisboa, em 7 meses de prisão correccional.

A sua prisão originou a separação dos democráticos do republicano histórico António Gaioso de Penha Garcia.

– *Isaías da Silva Rola*

De Esmoriz, apresentou-se voluntariamente às autoridades em Setembro de 1919, sendo absolvido no tribunal militar especial de Lisboa.

– *João Maria Garcia de Brito*

De Esmoriz, apresentou-se voluntariamente às autoridades, em Setembro de 1919, vindo a ser absolvido.

– *João Tavares Cardoso*

Preso na cadeia de Ovar.

– *Joaquim Dias de Resende*, o *Joaquim Vilão*

Foi absolvido no tribunal marcial de Lisboa. Esteve preso, aquando do *complot* monárquico de Ovar, de 30 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912.

– *Dr. Joaquim Soares Pinto*

A 23 de Janeiro de 1919 foi nomeado Administrador do Concelho de Ovar pelo comandante da coluna monárquica. Usou dos poderes que lhe foram conferidos, mas não abusou dos mesmos. Foi condenado, em 1920, no tribunal militar especial de Lisboa, em 18 meses de prisão, tendo sido amnistiado em 1921.

Aquando do *complot* monárquico de Ovar, esteve preso de 13 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912.

– *José António de Sá Mourão*

Preso em Agosto de 1919, acusado de ter assaltado o Centro Democrático de Esmoriz em Janeiro desse ano, foi removido da cadeia de Ovar para Lisboa, sendo absolvido no tribunal militar especial.

– *José de Basto*

Administrador do Concelho de Ovar nos dois últimos dias do *reino da traulitânia*, apresentou-se voluntariamente às autoridades, recolhendo à prisão. Veio a ser condenado no tribunal militar especial de Lisboa, em 1919, na pena de 9 meses de prisão correccional.

– *José Fernandes da Graça*, o *Carriça*

Foi posto em liberdade, sem julgamento, em Julho de 1919, da penitenciária de Lisboa, quando ia para 6 meses a sua prisão.

– *José Ferreira Marcelino*

Segundo sargento de Infantaria 24, foi preso em Ovar e removido para a penitenciária de Coimbra.

– *Dr. José Maria Marques de Oliveira Reis*

Aquando da restauração monárquica tomou posse, a 25 de Janeiro de 1919, do cargo de Conservador do Registo Civil do concelho de Ovar. Após a *traulitânia*, foi preso e recolheu à cadeia de Ovar. Fugindo desta, foi novamente preso, em Válega, em Maio de 1919. Amnistiado, foi solto em 1921.

– *José de Oliveira Ala*

Acusado de se ter encarregado das funções de ajudante do Conservador do Registo Civil de Ovar, foi preso passando pela cadeia desta vila e pelas penitenciárias de Coimbra e de Lisboa. Foi condenado, em 1919, pelo tribunal militar especial de Lisboa, em 9 meses de prisão correccional. Cumpriu a pena, sendo solto ainda nesse mesmo ano.

– *Lino Pereira Leça*

Abastado proprietário e influente político progressista da freguesia de Esmoriz, esteve preso em Ovar e em Coimbra, tendo sido julgado e absolvido, em Agosto de 1919, no tribunal militar especial de Lisboa.

Chefe monárquico com autoridade, impediu a prisão «de 17 cortegacenses

que os trauliteiros queriam levar para o Aljube do Porto em 22 de Janeiro de 1919» (*Notícias de Ovar*, de 7 de Novembro de 1974).

– *Manuel Alves Correia*

Republicano histórico, soldado da República nas margens do Vouga, foi preso em Dezembro de 1919 no Porto, tendo sido solto no dia imediato por intercepção de velhos republicanos daquela cidade que acorrerem ao Aljube abonando a sua idoneidade republicana. Empregado de comércio, veio a ser director d'*A Defesa*, a partir de 21 de Março de 1920.

– *Manuel António Pinto de Castro*

De Esmoriz, apresentou-se às autoridades, voluntariamente, em Setembro de 1919, tendo sido absolvido no tribunal militar especial de Lisboa.

– *Manuel Fernandes da Silva*

Caixeiro da Família Peixoto, esteve preso em Ovar e Coimbra, sendo absolvido, em Agosto de 1919, no tribunal militar especial de Lisboa.

– *Manuel da Fonseca Soares*

Preso na penitenciária de Coimbra, foi posto em liberdade, sem julgamento, quando ia para 6 meses a sua prisão.

– *Manuel Joaquim Rodrigues Baldaia*

Farmacêutico, da Rua dr. José Falcão, foi preso no Porto e transferido para Ovar, tendo sido posto em Liberdade a 24 de Dezembro de1919. Tinha sido aconselhado pelo alferes Vasconcelos, Administrador do Concelho, a não entrar na luta eleitoral de 11 de Maio de 1919.

– *Manuel Luís Pacheco*

De Esmoriz, apresentou-se voluntariamente às autoridades, em Setembro de 1919, sendo absolvido no tribunal militar especial de Lisboa.

– *Manuel Marques da Silva*

De Esmoriz, esteve preso na cadeia de Ovar.

– Padre *Manuel Rodrigues Lírio*

Preso no quartel da vila, foi libertado pela acção dos republicanos locais. Aquando do *complot* monárquico de Ovar, esteve preso de 29 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912.

– *Manuel Soares Pinto*

Preso a 12 de Fevereiro de 1919, quando fugia pela ria, foi solto no dia seguinte.

– *Mário Tarújo Laranjeira*

Refugiado em Estarreja, desde 13 de Fevereiro de 1919, foi preso em Válega em Agosto desse ano, quando se dirigia de carruagem daquela vila para Ovar. Preso na cadeia ovarense, foi transferido para a penitenciária de Coimbra, donde fugiu em Agosto de 1919. Novamente preso, veio a ser amnistiado e solto em 1921.

Mário Tarújo Laranjeira e Vitorino Alves Ferreira Ribeiro foram acusados pelos democráticos locais de chefiarem o assalto à redacção d'*A Pátria*.

– Padre *Miguel Augusto de Oliveira*

De Válega, esteve preso na cadeia de Ovar de 17 a 22 de Fevereiro de 1919.

– Padre *Rogério Garcia de Brito*

De Esmoriz, apresentou-se voluntariamente às autoridades em Setembro de 1919, tendo estado preso na cadeia de Ovar. Veio a ser absolvido no tribunal militar especial de Lisboa.

– *Vitorino Alves Ferreira Ribeiro*

Absolvido no tribunal militar especial de Lisboa em 1919, tendo estado preso na penitenciária da capital.

No total estiveram presos 38 cidadãos naturais ou residentes no concelho de Ovar, – 10 de freguesia de Esmoriz, 26 da de Ovar e 2 da de Válega –, entre os quais dois licenciados em direito – drs. Joaquim Soares Pinto e José Maria Marques de Oliveira Reis –, e quatro padres – Benjamim Agostinho Gradim, Miguel Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Lírio e Rogério Garcia de Brito –.

Com estas prisões políticas (se adicionarmos às prisões efectuadas após a *traulitânia* as consequentes ao *complot* de Ovar, teremos um total de 61 cidadãos presos!) cavou-se profunda e irremediavelmente a dissidência entre os democráticos, por um lado, e os monárquicos e republicanos conservadores e liberais, por outro. Para os republicanos moderados, que combateram «as injustificadas prisões de homens que nenhum crime praticaram e pagaram nas penitenciárias actos de rebeldia contra as imposições dos seus inimigos pessoais» (*A Defesa*, de 14 de Abril de 1920), a República veio inaugurar uma época de paz, de ordem e de progresso, «mas desde que as explorações políticas, as vinganças pessoais e a caçada ao emprego apareceram, após a entrada das forças republicanas vindas de Aveiro, tudo mudou» (*Idem*, de 16 de Maio de 1920).

A Defesa (de 5 de Dezembro de 1920) declarava que «nós e todos esses que se revoltaram contra as violências, então exercidas, acusámos o dr. Pedro Chaves, não pelo que fez, mas pelo que deixou de fazer. Como chefe político, tinha obrigação de não consentir».

A concessão da amnistia aos presos políticos foi sempre combatida pela *Pátria.*

Em Março de 1921, o órgão republicano liberal (*A Defesa*, de 27 desse mês) recordava que fazia dois anos, «sob pretexto de atentados contra a República e auxílio às forças monárquicas, foram mandados para a penitenciária de Coimbra uma porção de homens, a maior porte dos quais, senão quase todos, eram inocentes; na semana passada começaram a ser enviados avisos para alguns desses e muitos outros pagarem contribuições elevadíssimas com o falso fundamento de terem favorecido a revolta monárquica».

E continuava: – «Primeiro as prisões; depois os processos por acusações de posturas, reivindicações de propriedades, de pagamento de contribuições municipais, de açambarcamentos; a lista negra do agravamento das contribuições para pagamento de indemnizações políticas; por último a mentira, a calúnia e a difamação para lançar sobre os adversários a alcunha de monárquicos».

Já a 27 de Fevereiro de 1921 escrevera-se n'*A Defesa*: – «Nós não chamamos perseguidos a qualquer que assim procedesse; nós chamamos perseguidos aos inocentes arrastados sem culpa aos tribunais especiais, depois de terem passado meses na cadeia e nas penitenciárias; nós chamamos perseguidos àqueles que sem culpa e só

por vinganças pessoais foram incluídos na lista dos presos e mandados para o tribunal especial para serem condenados a pagar contribuições agravadas, e na defesa desses processos gastaram dinheiro e sofreram incómodos; nós chamamos perseguidos àqueles que constantemente são vexados com multas injustas, enquanto outros seus vizinhos, pelos mesmos factos, não são incomodados; nós chamamos perseguidos àqueles que são obrigados, nos tribunais, a defenderem-se em processos arquitectados, propositadamente para os incomodar».

Na imprensa local também *O Ovarense* e o *João Semana* se insurgiram contra as prisões, que teriam sido feitas por mera vingança.

Em 1919 foi instaurado processo disciplinar ao cidadão António Augusto Correia Baptista, professor da Escola Conde Ferreira, acusado de ser monárquico e de assim se ter manifestado, ostensivamente, durante a *monarquia do norte*. Foi encarregado de instaurar o processo o inspector do ensino primário do círculo escolar de Oliveira de Azeméis, José de Castro Sequeira Vidal.

Na sessão da Comissão Administrativa de 1 de Abril de 1919, o Presidente dr. Pedro Chaves apresentou uma moção na qual «a câmara reconhecendo que, enquanto pelo Governo foi reconhecida e galardoada a atitude da cidade de Aveiro e das vilas de Chaves e Mirandela foi esquecida ou ignorada a desta vila, que tomou uma parte bem saliente na defesa da República, resolve expor o seu desgosto e reclamar Justiça ao Presidente do Ministério».

Aprovada a moção, foi resolvido que se oficiasse ao dr. Domingos Pereira, Presidente do gabinete constituído por republicanos alheios à política *dezembrista*, transmitindo o seu conteúdo e expondo resumidamente a acção de Ovar na defesa da República.

A resposta, favorável às pretensões da Câmara, não se fez esperar – o decreto n.º 5.905, publicado do *Diário do Governo* de 25 de Junho de 1919, concedeu vila de Ovar o grau de *cavaleiro* da Ordem da Torre e Espada:

> «Tendo a vila de Ovar manifestado a sua ardente fé republicana e indefectível patriotismo, demonstrando valor e coragem pela resistência que durante algumas horas opôs à entrada dos revoltosos monárquicos que em grandes forças marchavam para o sul e permitindo com essa resistência, que o pequeno efectivo do 3.º batalhão do regimento de infantaria n.º 24, retirasse e se reunisse às forças fiéis de Aveiro, não sendo aprisionados pelos revoltos:
>
> Hei por decretar, sob proposta do Ministro da Guerra, e nos termos da al. *g*) do artigo 2.º do decreto n.º 5.030 de 1 de Dezembro de 1918, modificado pelo decreto n.º 5.246 de 8 de Março de 1919, o seguinte:
>
> Artigo único: É conferido à vila de Ovar o grau de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito.
>
> Paços do Goveno da República, 25 de Junho de 1919
> João do Canto e Castro Silva Antunes
> António Maria Baptista».

A Ordem Militar da Torre e Espada foi extinta, com as outras ordens honoríficas, pela Constituição de 1911. Esta, porém, foi alterada em 1916, no sentido dos feitos cí-

vicos e os actos militares poderem ser galardoados com ordens honoríficas, condecorações ou diplomas especiais. A Ordem Militar da Torre e Espada foi restabelecida e reformada passando a ter os seguintes graus: grã-cruz, grande oficial, comendador, oficial e cavaleiro e podendo ser conferido a vilas que tivessem prestado notáveis e relevantes serviços.

As insígnias da ordem são: *para cavaleiro*: – estrela de cinco pontas, de esmalte branco, perfilada de ouro, encimada por uma torre, circundada de uma coroa de esmalte verde perfilada de ouro; ao centro da estrela, no anverso, uma espada com uma coroa de carvalho em campo de ouro, circundada da legenda em ouro sobre campo azul: *Valor, Lealdade e Mérito*; no reverso, o escudo nacional em campo azul, circundado da legenda em ouro: *República Portuguesa*; suspensa de fita azul ferrete com fivela dourada.

A al. *g*) do artigo 2.°, modificada, estabelece que a Ordem pode ser conferida a unidades militares, forças de guerra, cidades e vilas que, por altos feitos, se tenham notavelmente distinguido em qualquer campanha, combate ou acção.

O coronel António Maria Baptista era o Ministro da Guerra no gabinete do dr. Domingos Pereira.

Na sessão extraordinária da Comissão Administrativa da Câmara de 28 de Junho de 1919, convocada pelo Presidente para dar conhecimento deste decreto, o dr. Pedro Chaves apresentou a seguinte moção:

> «Reconhecendo e considerando que para a firme atitude desta vila muito contribuiu o nobre procedimento da sua guarnição militar composta do 3.° batalhão de infantaria n.° 24 que desde o primeiro momento afirmou a sua indefectível fé republicana, apesar das únicas notícias que se recebiam darem como assegurado o triunfo dos revoltosos;
>
> Considerando que esse batalhão, embora com reduzido efectivo poderia facilmente esmagar os republicanos desta vila, desarmados e sem comando, os recebeu, organizou e armou até onde o seu reduzido armamento permitia, tornando assim, possível a estes, a sua cooperação cujo valor o justo galardão agora recebido reconhece;
>
> Considerando que sendo este um dos factos mais brilhantes da história de Ovar, justo é que a Câmara do Concelho contribua para que a ela fiquem ligados os nomes dos que mais directa e eficazmente contribuíram para o seu brilho;
>
> Considerando que enquanto o grosso do Batalhão, marchando no dia 20 para Aveiro, onde entrou aclamando a República, contribuiu eficaz e decisivamente pelo ânimo insuflado nos elementos republicanos daquela cidade, para organizar a defesa, que não pôde ser vencida, das linhas do Vouga, em que, desde a primeira hora, se bateu; o resto desse batalhão contribuía, em colaboração com civis para a defesa desta vila pela forma como tinha sido ordenada pelo Comando Militar de Aveiro, cujas ordens e instruções Ovar cumpriu com serenidade e precisão;
>
> Considerando que o decreto n.° 5.905 que agracia esta vila reconhece o valor desses actos, pois falando no pequeno efectivo do 3.° batalhão que retirou para Aveiro se quer necessariamente referir às 15 praças – algumas recém-chegadas de Áfri-

ca e doentes – que ficaram de guarda ao quartel e que com civis fizeram a defesa desta vila nos precisos termos que tinham sido determinados superiormente»;
resolve «saudar o Presidente da República e agradecer-lhe e ao Governo por intermédio do Ministro da Guerra o galardão concedido a esta vila; saudar, na pessoa do seu comandante, o 3.º Batalhão de Infantaria n.º 24 aquartelado em Ovar, que, merecidamente, deve compartilhar e com grande parte na honra conferida a esta vila; saudar pessoalmente e já o oficial que comandava o Batalhão em 19 de Janeiro, o patrício, valente militar e dedicado republicano Capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, cuja nobre atitude foi de inestimável valor para a República; saudar os oficiais que então faziam parte do 3.º Batalhão; e que são, além daquele comandante: Capitão Médico Dr. Lopes Fidalgo; Capitães Bernardino Sena Lopes, Manuel Rodrigues Leite; Tenentes Manuel Almeida de Oliveira, Duílio da Silva Marques, Alferes Zeferino Coelho Barbosa Vaz de Castro, José de Oliveira de Pinho, Flaviano Henriques de Miranda, Aspirante Manuel Pedro Rodrigues Pardal». E ainda saudar todos os sargentos e praças, daqueles dias, «solicitar ao Ministério da Guerra a chamada ao serviço e admissão no quadro do activo do aspirante a oficial Manuel Pedro Rodrigues Pardal que deu as melhores provas de valentia e acrisolado amor à República; saudar, como representantes da primeira terra do sul do Porto, que afirmou a sua fé republicana e pela República se bateu, a cidade de Aveiro onde os defensores da República se concentraram e onde se tornou possível a defesa que a fez triunfar».

No dia 6 de Dezembro de 1919 visitou o 3.º Batalhão o general Mousinho de Albuquerque, comandante da 5.ª divisão do exército, que colocou ao peito dos segundos sargentos António Carlos da Silva Reis e Bernardino da Silva Arrojado, a medalha de cruz de guerra com que tinham sido galardoados por feitos em campanha. Discursaram, então, o general Mousinho de Albuquerque, o comandante do batalhão e o senador dr. Pedro Chaves.

Um grupo de patrícios residentes em Lisboa, entre os quais é justo destacar Manuel Bastos (†1941), constituiu uma comissão que promoveu uma subscrição entre a colónia ovarense na capital e com o seu produto adquiriu e ofereceu ao município de Ovar as insígnias da Ordem Militar da Torre e Espada.

No dia 12 de Fevereiro de 1920, primeiro aniversário da entrada das tropas republicanas em Ovar, realizaram-se grandes festejos. No correio da noite do dia anterior chegou à vila o general Mousinho de Albuquerque para assistir às festas como representante do governo e do Ministro da Guerra, hospedando-se em casa do dr. Lopes Fidalgo.

Às 6,30 da manhã, daquele dia 12, aglomerou-se muito povo na gare da estação do caminho-de-ferro para receber a comissão de patrícios residentes em Lisboa, portadora das insígnias da Torre e Espada. Realizou-se, depois, uma sessão solene na Câmara, com início pouco depois do meio-dia, seguindo-se um almoço comemorativo no salão da Escola Conde de Ferreira, com a assistência de republicanos de todos os credos. No banquete discursou, entre outros, o dr. Ângelo Vaz, genro do ex-Presidente da República dr. Bernardino Machado, deposto pela Revolução de 5 de Dezembro,

que terminou o seu discurso pelo protesto de ainda se conservarem as cinzas do cadáver do dr. Sidónio Pais no Convento dos Jerónimos, que ali estariam a emporcalhar o templo. Tal afirmação foi mal recebida, especialmente pelos republicanos conservadores e liberais, muitos dos quais tinham também combatido contra os couceiristas.

O general Mousinho de Albuquerque colocou as insígnias da Torre e Espada, oferecidas pela colónia ovarense de Lisboa, na bandeira do município, e ao peito do então comandante do 3.º Batalhão de Infantaria 24, o conterrâneo capitão Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, o colar da Torre e Espada que um grupo de amigos lhe oferecera e com que tinha sido condecorado pela sua atitude nobre e alevantada na defesa da República quando da *traulitânia.*

Ovarenses galardoados com a Ordem Militar da Torre e Espada

- Marechal de Campo *António da Costa e Silva*, Visconde de Ovar, com o grau de *oficial* da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, pelas provas de coragem que deu em combates nas lutas liberais, designadamente na batalha de Ponte Ferreira, na qual ficou ferido.
- Marechal de Campo *Bernardo António Zagalo*, com o grau de oficial.
- Major *Antero de Magalhães*, com o grau de *cavaleiro.*
- Major *Zeferino Camossa Ferraz de Abreu*, com o grau de *cavaleiro.*

Tenente-coronel Zeferino Camossa.
In: O Povo de Ovar, *de 30/5/1939*

Capítulo XXII

OS DEMOCRÁTICOS NO PODER
1919-1926

O partido centrista (9 de Maio de 1919). O 1.º mandato do senador dr. Pedro Chaves (11 de Maio de 1919). A Câmara democrática da presidência do dr. Pedro Chaves e a Comissão Executiva presidida pelo dr. Alberto Tavares (12 de Agosto de 1919-1922) – a reparação do cais do Carregal e o Código das Posturas Municipais, com a tabela dos carros de praça e a velocidade dos veículos dentro de Ovar (1919). O partido republicano liberal (2 de Novembro de 1919-1923) – *A Defesa* (16 de Novembro de 1919-1921), liberais contra democráticos, o novo ataque ao dr. Pedro Chaves (1919-1921)

Em 1919 o dr. João Baptista Nunes da Silva foi procurado pelo dr. António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz para organizar o *partido centrista* local. Este partido, republicano e conservador, foi fundado em 1917 por rebeldes saídos, em 1916, do partido evolucionista. O seu elemento mais preponderante foi aquele antigo monárquico liberal, o dr. Egas Moniz, prémio Nobel português (1949) e que viria a ser perseguido no Estado Novo.

A 9 de Maio de 1919 apareceu a público um manifesto que ao eleitorado ovarense dirigiu, em nome do partido centrista, o dr. Nunes da Silva. Outros centristas foram o farmacêutico Augusto Lamy, António dos Santos Esperança e Joaquim Correia Dias.

Mas já nesse mesmo mês de Maio, a comissão organizadora do partido centrista local, não tendo encontrado apoio no povo ovarense, distribuía um manifesto declarando abster-se das eleições dos corpos administrativos.

A 11 de Maio de 1919 realizaram-se eleições para deputados e senadores. Na véspera, rebentou uma bomba de dinamite junto à casa do dr. Nunes da Silva, republicano *centrista*, e muitos ovarenses ligaram a esse acontecimento um significado político. O vil atentado, que se verifícou na noite de 10 para 11 e que estilhaçou os vidros das janelas e uma porta da casa daquele médico, danificando ainda os vidros e a parede do prédio fronteiro, indignou todos os habitantes de Ovar.

Nestas eleições, a que se candidatou pela 1.ª vez como senador o dr. Pedro Chaves, a vitória coube ao partido democrático. Os seus adversários, porém, propalaram que o recenseamento tinha sido uma vergonha e que os democráticos fizeram chapelada

na assembleia do nascente. Para *A Defesa* (de 16 de Maio de 1920), os democratas «exerceram na assembleia eleitoral do nascente da vila de Ovar, as conhecidas violências e desmandos, pondo fora da assembleia um eleitor da oposição e ameaçando outros, além das porcas chapeladas, para encobrirem a falta de votantes».

Na verdade, nestas eleições realizadas após a *traulitânia*, foi fácil aos democráticos exterminarem os seus adversários, lançando-lhes o rótulo de monárquicos ou de menos afectos ao regime.

No círculo de Oliveira de Azeméis, n.º 14, que elegia 4 deputados, e a que pertencia o concelho de Ovar, foram eleitos para deputados três *evolucionistas* e um *democrático*. No concelho de Ovar o deputado democrático eleito obteve 1.272 votos, o deputado evolucionista eleito mais votado teve 965, e o candidato centrista mais votado apenas 151 votos.

Na assembleia de Esmoriz venceram os candidatos evolucionistas (o mais votado com 204 votos), seguidos do democrático (98 votos). No País, ao todo, os democráticos obtiveram 86 deputados, os evolucionistas 38, os unionistas 17, os independentes 13, os socialistas 8 e os católicos um.

Para senadores foram eleitos no mesmo círculo um *democrático* (dr. Pedro Chaves, que no concelho de Ovar obteve 1.278 votos, mas que na assembleia de Esmoriz ficou em 3.º lugar), e um *evolucionista* (que teve 569 votos no concelho). O candidato centrista mais votado teve apenas 161 votos.

A 13 de Julho de 1919 realizaram-se as eleições das Juntas de Freguesia, vencendo os democráticos nas freguesias de Arada, Maceda, Ovar e Válega onde não houve oposição, nas maiorias e minorias. Nas freguesias de Cortegaça e de Esmoriz venceram os oposicionistas (republicanos conservadores) e na de S. Vicente venceu a lista democrática, embora pelo mesmo número de votos da lista oposicionista, dado que os seus candidatos eram mais idosos.

No País, ao todo, os democráticos conseguiram eleger 36 senadores, o evolucionistas e unionistas 27, os independentes 7 e os católicos 1.

De 12 de Agosto de 1919 a 1922 governou Ovar uma Câmara *democrática* eleita sem oposição. Não tendo sido apresentada mais nenhuma candidatura, foram os democráticos havidos por eleitos.

Esta Câmara foi presidida pelo dr. Pedro Ferraz Chaves e, desde 2 de Janeiro de 1921, por António de Oliveira Melo, dado aquele ter de tomar parte em períodos mais ou menos longos, nos trabalhos parlamentares como senador, tendo de estar ausente de Ovar.

Vice-Presidentes foram os mesmos António de Oliveira Melo e, desde 2 de Janeiro de 1921, o dr. Pedro Ferraz Chaves.

Entre os seus vereadores destacavam-se os cidadãos, dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, João José Alves Cerqueira, José de Oliveira Lopes e Manuel André de Oliveira Júnior.

A *Comissão Executiva* ficou assim constituída:

Presidente Dr. Alberto Augusto da Silva Tavares
Vice-Presidente José de Oliveira Lopes

Vereadores	António Duarte Pereira do Amaral
	José Marques de Sá
	José Pinho da Cruz
	Manuel André de Oliveira Júnior
	Manuel Fernandes de Sá Oliveira

O cais do Carregal foi reparado em 1919 e em 1952. Neste ano fez-se a pavimentação a paralelos do pequeno troço de estrada que liga o cais com a estrada de Ovar ao Furadouro e construíram-se duas estradas laterais. A estas obras seguiu-se o aformoseamento do Largo do Carregal em 1957.

Cais do Carregal. | Foto de J. M. A. Boturão

O Código das Posturas Municipais do concelho de Ovar, de 1919, sujeitava os carros de praça à seguinte tabela:

– da estação à Praça	$06
– da estação ao Furadouro	$15
– da Praça ao Furadouro	$10
– uma corrida dentro da vila, uma ou duas pessoas	$30
– cada pessoa a mais	$10
– por hora, até duas pessoas:	
na 1.ª hora	$40
na 2.ª hora	$20
por cada uma a mais	$10
cada pessoa a mais	$10

Por *vila* entendia-se a área compreendida entre o cais da Ribeira, Ponte Nova, passo de nível da Rua Visconde de Ovar e o termo da Rua dr. Manuel Arala.

Para automóveis os preços elevavam-se ao dobro.

O mesmo código determinava que dentro da vila os veículos não podiam ter maior andamento que o seguinte:

– veículos de carga	a passo
– veículos de condução de pessoas	a trote regular em chão plano ou ascendente e meio trote em descidas
– bicicletas	no andamento antecedente e só tendo, diante de si, uma faixa livre e à vista de 50 metros.
– automóveis	15 quilómetros hora.
– motocicletas	15 quilómetros hora
– camiões de carga	15 quilómetros hora.

Convocada, por circular datada de 20 de Outubro e assinada pelos cidadãos Adolfo Amaral, António Valente de Almeida, Augusto Lamy, Ernesto Zagalo de Lima, Manuel José Marques de Sá e dr. João Baptista Nunes da Silva, realizou-se a 2 de Novembro de 1919 uma reunião política em casa deste último, na Rua Alexandre Herculano, n.º 106, para se proceder à organização do *partido republicano liberal* em Ovar.

Este partido, que resultou da fusão dos evolucionistas e unionistas, cujos partidos se tinham previamente dissolvido em 1919, propunha-se, com a adesão dos simpatizantes do ex-partido centrista, ser o grande partido conservador da República «cujo objectivo seria alternar com os Democráticos na conquista do poder, numa nova forma de rotativismo, à maneira inglesa» (OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, vol. 2.º).

Este bloco moderado, porém, nunca foi um grande partido em Ovar, onde pretendia dar cartas na política, nunca conseguiu atingir o poleiro municipal, tendo falhado na conquista do eleitorado.

Presidiu àquela reunião António Valente de Almeida, deputado às Constituintes e o principal organizador do Partido Republicano local, secretariado por Ernesto Zagalo de Lima e Lino Leça, este representante do partido evolucionista na freguesia de Esmoriz e o maior influente político no norte do concelho. Usaram de palavra António Valente de Almeida e o dr. Nunes da Silva para verberar as violências, intolerâncias, retaliações e as perseguições que os democráticos estavam a cometer.

A *comissão paroquial de Ovar* do P.R.L. ficou constituída pelos seguintes cidadãos:

Presidente	José Plácido Ramos	negociante
Vogais	António Augusto Correia Baptista	professor
	António Ferreira Coelho	negociante
	Manuel Lúcio Cordeiro	ferroviário
	Manuel Rosas	industrial

A 9 de Novembro realizou-se uma reunião composta dos delegados das comissões paroquiais do P.R.L. que procederam à eleiçao da sua *comissão municipal*:

Presidente	António Valente de Almeida	industrial
Vice-presidente	Dr. José Duarte Pereira do Amaral	médico
Secretário	Dr. João Maria Lopes	médico
Vogais	António Gaioso de Penha Garcia	inspector-chefe das oficinas dos caminhos-de-ferro de Ovar.
	Dr. João Baptista Nunes de Silva	médico
Substitutos	Francisco Maria de Oliveira Ramos	negociante
	Guilherme Nunes de Matos	industrial
	Joaquim Correia Dias	negociante
	José Rodrigues Figueiredo	negociante
	Júlio Pereira Vinagre	proprietário

Por carta de 24 de Novembro, o cidadão José Rodrigues Figueiredo declara que não aceita o cargo para que foi eleito.

A Pátria, em 1920, afirmava que o partido republicano liberal de Ovar era somente republicano de rótulo, dado que era constituído, salvo honrosíssimas excepções, por monárquicos autênticos ou encapotados. O secretário dr. João Maria Lopes e o substituto Júlio Pereira Vinagre tinham aderido à República; o substituto Joaquim Correia Dias, ex-sidonista, tinha feito, segundo os democráticos, afirmações monárquicas na noite de 12 de Fevereiro de 1919; o vogal António Gaioso de Penha Garcia tinha abandonado o partido democrático.

Deram a sua adesão ao P.R.L. o dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco e o cidadão Manuel Pacheco Polónia, que veio a ser escolhido e recomendado por este partido, em 1920, para o cargo de Administrador do Concelho, na coligação liberal-reconstituinte do dr. António Granjo, situação ministerial de política antidemocrática.

O Presidente António Valente de Almeida abandonou mais tarde o partido, acompanhado do vogal dr. Nunes da Silva.

Fundado a 2 de Novembro de 1919 o partido republicano liberal, duas semanas depois saiu o seu órgão local – *A Defesa* –, que duraria de 16 desse mês a 19 de Junho de 1921 (n.º 212).

Para ZAGALO DOS SANTOS (*in*: *Notícias de Ovar*, de 15 de Setembro de 1949), «foi o demónio, este jornal! Redigido por um punhado de novos, que os Dr. Fragateiro e o senhor Padre Lírio atiçaram algum tempo combateu com energia desusada já há muitos anos e isso levou-os a chocarem-se pessoalmente, com redactores da Pátria». *A Defesa*, pecando por excesso nas polémicas com *A Pátria*, degenerou às vezes no *caceteirismo jornalístico*, no que foi imitada pelo órgão democrático.

Logo no 1.º número começou a atacar os democráticos locais, iniciando polémica com *A Pátria*, polémica por um lado, como veremos, de pancadaria grossa, de chacota, de impropério, mas por outro lado, também cheia de vivacidade, de destreza, de graça, de expressão acutilante.

Directores	Dr. João Baptista Nunes da Silva (1919-1920) Manuel Alves Correia (21/3/1920) António Ferreira Coelho (25/7/1920-1921) António Valente de Almeida (31/3/1921)
Administradores	Manuel Alves Correia e Joaquim Correia Dias (1919-1920) Joaquim Correia Dias (1920-1921), a partir do n.º 10 António Ferreira Coelho (1921), a partir do n.º 43.
Editor	José Plácido Ramos

O predomínio do partido democrático em Ovar – monopólio do poder e monopólio eleitoral – nunca sofreu contestação. Daí o partido ter governado a vila numa ditadura de facto, não admitindo o diálogo. À oposição, derrotada sistematicamente nas eleições, só restava um caminho, através da polémica – «reduzir a nada esse colosso de pés de barro, que se chama o partido democrático de Ovar».

É o que fazem os republicanos liberais que, através do seu semanário local *A Defesa*, romperam fogo contra os democráticos, com dureza e, muitas vezes, com infelicidade. Para este semanário ovarense, o partido democrático é o partido *terráfico-tarimbeiro* (súpero-inferior), constituído na sua maioria por monárquicos, adesivos, miseráveis barriguistas, com excepção de meia dúzia de republicanos do tempo da Monarquia.

Vem a propósito, escreveu-se n'*A Defesa* (de 21 de Março de 1920), «referir uma frase, que ouvimos atribuir a Junqueiro, quando viu os democráticos espalmarem de novo o poder: – Isto, assim, não *é uma restauração, é um restaurante!*».

Logo no 1.º número, de 16 de Novembro de 1919, *A Defesa* começa a meter-se com os democráticos do burgo, numa local intitulada *Xão ordens*:

«O último administrador efectivo cá do concelho (*dr. Alberto Tavares*), que há dias abandonou o posto para glória, sossego, paz, proveito, júbilo, honra, e outras coisas mais de todos nós, determinou que não fossem passadas licenças de uso e porte de armas sem um bilhetinho do regedor, comprovativo de que o requerente era bom republicano e portanto competente para usar e trazer armas!».

E acrescentava no seu número de 30 de Novembro:

«Dão-se (*alvíssaras*) a quem for capaz de encontrar dentro do partido democrático um bom republicano que queira tomar conta do lugar de Administrador do Concelho, vago já há mais de um mês. Não é preciso bilhetinho do regedor a atestar a qualidade republicana».

Ao dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, Administrador do Concelho *democrático* (de 13 de Fevereiro de 1919 a 1920), sucedera Manuel Pacheco Polónia (de 23 de Outubro de 1920 a Fevereiro de 1921), escolhido e recomendado pelo partido *liberal*.

Só a 14 de Março de 1921 tomaria posse um novo Administrador do Concelho, o *democrático* dr. Albino Borges de Pinho, ex-alferes miliciano, há pouco regressado de África, e que estava a servir de prefeito no Colégio de Ermesinde. Mas, nesse ano de 1921, voltaria a ser Administrador do Concelho aquele Manuel Pacheco Polónia (*liberal*).

Em 1920, para o órgão republicano liberal, «desde que o partido democrático to-

A DEFEZA

Orgão do Partido Republicano Liberal

Apresentando

Pela Republica, por Ovar

PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

A Defesa, de 16 deNovembro de 1919.

mou, só para si, a administração municipal viu-se o que até então se não tinha visto – a perseguição por meio de multas feitas àqueles que não queriam *pegar pé* no partido democrático, ao mesmo tempo que se perdoavam as multas aos verdadeiros transgressores do partido e uma desigualdade flagrante nos empregados municipais, servindo de critério na apreciação do direito de cada um, as suas ideias partidárias» (*A Defesa*, de 30 de Maio).

Os democráticos, «para presidente da câmara, administrador do concelho, regedor da freguesia foram escolher indivíduos de fora da terra, acompanhando o cargo com um emprego pago, quando não são dois». Assim, «como foi que obtiveram director, editor e proprietário da *Pátria*, nomeando um cavalheiro, tesoureiro do município – toma lá, dá cá (*Idem*, de 8 de Agosto de 1920).

No grave dissídio entre liberais e democráticos, a 21 de Março de 1920, *A Defesa* publicava uma declaração, visando três políticos locais do partido democrático, assinada por *Jorge d'Aguilar*, pseudónimo do aluno da faculdade de direito da Universidade de Coimbra, Afonso Abragão, e que provocou naturalmente celeuma:

> «Nós abaixo assinados declaramos que tomamos inteira e completa responsabilidade, individual e colectivamente, por todos os artigos que no jornal *A Defesa* foram publicados sem assinatura dos seus autores. E fazemo-lo por troça a três *valientes* guarda-costas da falange dos Alcinos e Martinhos. Jack Johnson, ex-campeão de box, Carpentier, compeão europeu de box, Peterson, campeão de luta».

Esta declaração contundente e outros artigos anteriores deram um triste resultado – às 20,30 de 22 de Março de 1920, na Rua da Graça, Afonso Abragão foi agredido pelo capitão de infantaria Zeferino Camossa Ferraz de Abreu e pelo Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal dr. Alberto Augusto da Silva Tavares. Segundo *A Pátria*, o dr. Alberto Tavares, com António Arala e outro cidadão, só separou o capitão Zeferino Camossa de Afonso Abragão aquando da cena de pugilato.

Outro conflito verificar-se-ia em Maio de 1921. Na tarde dum domingo, nas pontes da Graça, o dr. Alberto Tavares foi agredido à bengalada e a soco por Francisco de Oliveira Belo, que foi preso ficando retido na cadeia até cerca das 11,30 da noite. A razão da agressão foi uma série de artigos insultuosos publicados n'*A Pátria* contra uma pessoa da família do agressor.

A Defesa, para *A Pátria*, era o semanário dos monárquicos, dos jesuítas. Para os republicanos liberais, os democráticos «sempre intolerantes, confundem velhacamente sob o mesmo rótulo *todos* os seus adversários políticos, quer sejam monárquicos, quer republicanos. Confundem-nos para fazer realçar as cores vivas com que pintaram o seu cartaz – *o exclusivo do bom republicanismo pertence ao partido democrático*» (*A Defesa*, de 7 de Março de 1920 – afirmações do dr. Nunes da Silva).

É que *A Pátria* «para defender as suas ideias precisava de atacar os homens à faca e ao calhau» (*A Defesa*, de 21 de Março de 1920).

Na grave polémica que de 1919 a 1921 se travou entre *A Pátria* e *A Defesa* e que quase atingiu as proporções da travada entre *cachingós* e *limonadas* no último quartel do século XIX, as individualidades mais atingidas foram o *democrático* dr. Pedro Chaves, personagem fulcral da 1.ª República em Ovar, e o *republicano liberal* dr. João Baptista Nunes da Silva.

O dr. Nunes da Silva foi acusado pela *Pátria* de ter ficado em Ovar aquando da *traulitânia*. Defendendo-se, alegou que o seu posto era na vila, ao lado dos seus doentes.

Dr. Nunes da Silva. 1885-1965

A Defesa não poupou o dr. Pedro Chaves, que considerava o chefe do partido democrático em Ovar, afirmando:

– que era um republicano *adesivo*, tendo militado no partido regenerador na facção Campos Henriques.

«Sua Excelência é hoje republicano como o poderia ser ainda monárquico se lhe fosse dado *o que pedia* e que ainda foi a Lisboa ver se conseguia» (*A Defesa*, de 8 de Fevereiro de 1920). O órgão liberal aludia à acusação de ter procurado entrar no franquismo, indo a Lisboa com Francisco Peixoto Pinto Ferreira – «Dizem os jornais que o sr. Virgolino Chaves, muito ilustre senador, cá pelo burgo, falou no senado e disse que era necessário inquirir do republicanismo dos alunos da escola de guerra. Quem será nomeado para inquirir do republicanismo do sr. Virgolino Chaves quando da conservatória de Ovar no tempo de João Franco?» (*Idem*, de 27 de Março de 1921).

– que assistira à reunião do partido regenerador local, a 5 de Janeiro de 1908, para as eleições do chefe do partido e da comissão executiva, na qual foi eleito chefe honorário o conselheiro Campos Henriques, declarando, então, «que lhe merecia simpatia por tradições de família o partido regenerador de Ovar», «que sempre que haja colisão de interesses na luta dos partidos do melhor grado secundará os esforços deste», e «que não deseja ser um soldado mas muito menos quer ser um desertor».

– que convidado a filiar-se no partido republicano antes de Cinco de Outubro de 1910 recusara-se, *alegando que não queria estar sujeito à disciplina partidária*, não se inscrevendo até essa data como sócio do Centro Republicano e continuando a dar o seu *voto pessoal* ao partido regenerador.

– que fora accionista e colaborador d'*A Pátria* antes de 1910, mas com colaboração limitada a crónicas agrícolas;

– que não entrara nas manifestações de Cinco de Outubro de 1910 e só apareceu *republicano* a 6 de Outubro e depois de ter sido convidado a aderir.

– que na vila, depois da implantação da República, nada se fez ou se faz sem o ouvir.

– que «se regala com um *lugarzinho* de oficial do Registo Civil, com um *lugarzão* de senador com ordenado melhorado e bilhetinho para flanar, nos caminhos de ferro e com outros lugares de *primária* e mesmo *superior*... qualidade».

– que fugira aquando da *traulitânia*, abandonando o seu lugar no Registo Civil e passando o tempo, descansadamente, em Aveiro sob a arcada.

Os artigos violentos, de arromba, contra o dr. Pedro Chaves, bem como os que na Monarquia foram dirigidos, contra os drs. Manuel Arala e Francisco Fragateiro, escritos nos ardores do combate, não permitindo aos seus autores olhar serenamente para a verdade dos factos, não atingiram o seu fim – difamar a reputação daqueles três homens públicos ovarenses. A sua honestidade nunca foi maculada e o tempo encarregou-se de fazer justiça a esses três lutadores de rara têmpera, de excepcionais qualidades de inteligência e de carácter.

Respondendo àquela critica demolidora, o dr. Pedro Chaves esclareceu n'*A Pátria* (especialmente a 19 de Fevereiro de 1920):

– que não era o chefe democrático local.

– que o dr. Campos Henriques era o mais íntimo amigo de seu pai, que perdera aos 17 anos, e em Espinho tinha-lhe oferecido um lugar em S. Bento, o que não aceitara, afirmando-lhe que era republicano.

– que em 1908 e 1910 votara pelos republicanos.

– que fora a reuniões do partido regenerador, a casa de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros (1901), a casa do dr. José António de Almeida (8 de Agosto de 1906) e, a convite do dr. António dos Santos Sobreira, a casa da viúva de Francisco da Fonseca Soares (5 de Janeiro de 1908), mas não tinha entrado nos trabalhos políticos e afirmara nesta última que era republicano.

– que escrevera 73 crónicas agrícolas, mas também duas dúzias de artigos de fundo no semanário local republicano *A Pátria*, o 1.º dos quais a 6 de Agosto de 1908.

– que em Aveiro, aquando da Monarquia do Norte, serviu a República «como podia e me determinavam», enquanto o dr. Nunes da Silva «exercia sossegadamente a sua clínica em Ovar, ocupada pelos monárquicos».

Para prova das suas afirmações, juntou cartas dos drs. António dos Santos Sobreira, José António de Almeida e Domingos Lopes Fidalgo, e ainda de Manuel Augusto Nunes Branco.

Retorquindo, *A Defesa* (de 25 de Setembro de 1921) afirmava: – « A respeito de quem fugiu e de quem ficou em Ovar quando das tropas monárquicas, o sr. dr. Chaves confessa que não esteve em Aveiro *descansado*... por causa dos cuidados com sua família e seus haveres. Estamos nisso de acordo. O que não vemos é que essas ansiedades... com o corpo no seguro na terra dos ovos moles e do mexilhão contribuíssem para a defesa da República».

Comentando uma sessão solene realizada no teatro de Ovar em 1921, e na qual o dr. Pedro Chaves, «chefe e único dirigente dos democráticos locais, usando da palavra, proferiu em voz clara estas palavras: *unamo-nos todos sem diferença de credo político ou religioso*», o órgão republicano liberal, a 13 de Fevereiro desse ano, afirmava:

«Ele que mandou para as penitenciárias, ainda há por assim dizer meia dúzia de dias, um grande grupo de homens desta terra e dos mais consideráveis e benquistos somente por serem seus adversários e por não aceitarem submissos as suas imposições? – ele que, aos condenados, aos que não foram condenados e nem sequer acusados, preparou esses processos de agravamento de contribuições sob o pretexto de que eram eram monárquicos, obrigando muitos a gastar dinheiro além dos muitos incómodos que tiveram? – ele que da Câmara faz arma para continuar o mesmo sistema de persigança? – ele que, ainda há poucos dias, somente porque um padre, no legítimo uso dos seus direitos, quando ia para um enterro em Guilhovai, vestiu os seus hábitos talares, o ameaçou, perguntando-lhe se queria abusar?...

E é este homem, este político que se dirige aos seus conterrâneos pregando a união, *sem diferença de partido* ou *de credo religioso!...*

E onde ficam as lágrimas das famílias, quando viram os seus, encerrados primeiro nas prisões de Ovar e depois nas penitenciárias, os pais, os maridos e os filhos? Onde ficam as longas horas de amarguras sofridas pelo castigo injusto de inocentes arrastados perante os juízes por depoimentos falsos e por uma política facciosa e intolerante? Onde ficam as enormes despesas, os sacrifícios de todos, parentes, amigos e indiferentes até?».

A emissão de cédulas (2 de Janeiro de 1920-1923)

Pouco tempo depois do fim da Grande Guerra, começando a escassear as moedas, particularmente as de trocos, as Câmaras Municipais, usando do crédito que a lei e a tradição lhes conferiam, resolveram substituí-las por cédulas de papel e cartão, dos mais variados tipos e feitios.

Quem quisesse adquirir as cédulas, para as suas transacções, dirigia-se à tesouraria municipal, onde eram entregues mediante o respectivo valor em notas de banco.

A respeito deste negócio das Câmaras – de *chamarem a si os trocos e estamparem notas* – escreveu o dr. Zagalo dos Santos (*in*: *Notícias Ovar*, de 23 de Junho de 1955):

«Não estiveram com meias medidas, nem tomaram as precauções que eram de aconselhar. Por simples deliberação de verificada maioria, resolvia-se a emissão de cédulas representativas das moedas fragmentárias, mandando-as imprimir aonde mais barato o trabalho saía.

Está-se a ver o negócio certo. O papel não prestava e dentro em pouco era lixo, os descuidados perdiam e ao fim e ao cabo, quando da inevitável recolha, era um dinheirão que entrava nos cofres municipais.

Ovar, como não podia deixar de ser, principalmente para servir a gente da praia, no caminho das redes para os palheiros, apareceu também no mercado. Em sessão plenária de 2 de Janeiro de 1920, deu à Comissão Executiva autoridade para emitir cédulas de 1, 2, 3 e 4 centavos sobre a sua Tesouraria, devido à sua falta absoluta. E assim se fez. No fim da segunda quinzena de Abril de 1921 foi posta em circulação a 3.ª série e na segunda de Junho o mesmo aconteceu à 4.ª

A páginas tantas, alguma coisa por despeito, em vista da respeitabilidade do concorrente, o comércio local começou a fazer caramunhas às cédulas, dando crédito, principalmente ao que se dizia passar-se no Furadouro. Dizia-se que a maioria das que por ali circulavam eram falsas, já porque a sua imitação estava ao alcance de qualquer medíocre pintamonos, já porque os escrúpulos dos falsificadores corriam parelhas com a falta de fiscalização.

Com isso não contavam os senhores Vereadores e antes que o Governo acudisse, como acudiu, com a providência salvadora da sua proibição e obrigatoriedade de recolha, por deliberação de 17 de Janeiro de 1923 mandaram resgatar toda aquela papelada até ao fim de Fevereiro seguinte.

Se não andam tão ligeiros da perna, tinham de vender os Paços do Concelho para fazer face ao pagamento das notas falsas. E lá se foi o negóciozinho pelo fio da corrente».

A Câmara de Ovar emitiu 7 séries (*A* a *G*).

Cédulas emitidas pela Câmara Municipal de Ovar.
In: Notícias de Ovar, *n.º 11/9/97*

A mata municipal das dunas de Ovar (19 de Março de 1920-1938)

Na sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de 6 de Maio de 1919, o Presidente dr. Pedro Chaves apresentou a seguinte proposta, que foi aprovada por unanimidade:

«Considerando que este município possue mais de mil hectares de areias incultas e improdutivas formadas pelas dunas do litoral, cuja arborização trazendo incalculáveis benefícios ao município representa ainda uma obra de interesse público;

Considerando que essas areias têm de ser arborizadas nos termos dos artigos 185.º e 187.º § único da lei n.º 88 de 7 de Agosto de 1913 e ainda dos decretos de 24 de Dezembro de 1901 e 24 de Dezembro de 1904;

Considerando que a Câmara não tem os meios indispensáveis para essa arborização que não oferecendo dificuldades não deixa de ser muito dispendiosa;

Considerando que ainda que fosse legal a sua alienação, não é conveniente aos interesses do município que no futuro pode vir a ter uma boa fonte de receitas das matas que ali se criem;

Proponho que estes terrenos sejam sujeitos ao regime florestal nos termos do artigo 28.º do decreto de 24 de Dezembro de 1901 e nos termos do n.º 1 do artigo 219.º do decreto de 24 de Dezembro de 1904».

Resolvida nesta sessão camarária a sujeição ao regime florestal dos areais municipais, foi a sua arborização declarada de utilidade pública quase um ano depois, a 19 de Março de 1920. O diploma ordena a inclusão, «por utilidade pública, no regime florestal parcial dos areais móveis, que desde a lagoa de Esmoriz se estendem ate ao Furadouro e dali até o limite Sul», mandando elaborar o respectivo plano de arborização e proceder-se ao inquérito local.

O diploma entendeu que, para bem dos trabalhos de arborização a empreender, convinha incluir no mesmo regime os areais pertencentes às freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda, e assim decretou a submissão ao regime florestal parcial das seguintes dunas:

das juntas de freguesia:	
de Esmoriz	48,26 *h*
de Cortegaça	510,46 *h*
de Maceda	43,66 *h*
da Câmara Municipal de Ovar:	
ao norte do Furadouro	1.895,75 *h*
ao sul do Furadouro	579,28 *h*
Total	**3.077,41** ***h***

O diploma teve em consideração que o Conselho Superior de Agricultura reconhecera de utilidade pública a inclusão no regime florestal parcial das referidas areias móveis «que, impelidas pelo vento de N.O., ameaçam soterrar em breves anos a linha férrea do Norte e invadem anualmente os terrenos culturais adjacentes ao seu limite Leste, sendo causa de represamentos das águas dos ribeiros, que correm para aquela lagoa e da obstrução do seu curso, o que tudo origina a formação de vários brejos».

Em Novembro de 1920 deslocaram-se a Ovar o eng.º silvicultor chefe da 2.ª circunscrição e um regente florestal, para preparar o início dos trabalhos de arborização das dunas do litoral de Ovar.

Escreveu-se na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 21.º), que «a cultura torna-se particularmente difícil e dispendiosa em plena duna (encargo do Estado), estando hoje praticamente concluído o trabalho. Impõe defesa prévia contra a invasão de novas areias com a construção da *anteduna* ou *duna litoral*, e não dispensa depois, feita a sementeira em leiras em cujos sulcos se deita o *rapão* (matéria orgânica dos *pinhais* próximos), a cobertura de todo o terreno semeado com matos ou ramagem, de modo a dominar a mobilização do areal e a proteger da ardência do Sol as plantas recém-nascidas». Do exposto resulta que «as despesas de sementeira do chão firme para o das dunas reduzem-se à décima parte».

A Pátria (de 2 de Dezembro de 1920) regozijou-se com este «melhoramento de maior valia que o partido democrático tem dotado esta vila e concelho», declarando que o mesmo não ia ter o destino da estrumada, que a Câmara nada vendera, ficando

o Estado com a exploração dos ditos terrenos mas tendo de pagar àquela, como sua proprietária, a parte determinada por lei.

Porém, *A Defesa* (de 30 de Janeiro de 1921) atacou «a Câmara, ou antes o sr. dr. Chaves, autor único do *grande melhoramento*», afirmando:

«Ninguém desconhece que todos os terrenos situados entre o Torrão do Lameiro e o mar estão quase fixados. As areias estão paradas mercê da vegetação que cobre as baixas e já em grande parte atinge as altas. Por outro lado a índole trabalhadora da gente do Torrão do Lameiro, o crescimento enorme da população deste lugar, leva os seus habitantes a procurar terrenos do lado poente da Ria, visto que os não têm bastantes ao nascente. Os terrenos do Torrão de Lameiro que eram de pouco valor ainda há anos, atingiram preços exorbitantes ultimamente, apesar de arenosos. Disto queremos concluir, como toda a gente concluirá, que se a Câmara vendesse os terrenos que possuía, entre o mar e o Torrão de Lameiro obteria receitas de algumas dezenas de contos, porque não só teria muitos concorrentes à venda não só dos povos vizinhos, mas mesmo nos de outros lugares, que se dedicam ao cultivo de terrenos arenosos.

Demonstrámos já que a Câmara podia vender as enormes superfícies de terreno, que possuía ao norte e ao sul da estrada do Furadouro. Podia vender mas preferiu dá-las de presente aos empregados do Estado, pois outra coisa não foi, entregá-las ao regime florestal».

Com o aplauso dos democráticos e a crítica dos liberais, iniciou-se o revestimento florestal, com pinheiro bravo, da faixa arenosa de Ovar, incluída num dos mais vastos areais da Europa, que se estende por cerca de 180 quilómetros de comprimento, entre as praias de Espinho e da Nazaré.

As estatísticas referentes ao povoamento florestal e às superfícies arborizadas nas propriedades sob a administração dos serviços florestais por distritos e perímetros florestais, indicam que, já anteriormente a 31 de Dezembro de 1938, a superfície arborizada das *dunas de Ovar* atinge 3.061 *ha*.

Segundo os engenheiros JOSÉ MADEIRA PINTO LOBO e ALCIDES LINO PIRES (*Inquérito agrícola e florestal* – concelho de Ovar – 1952), a exploração florestal do Estado abrange um total de 3.045 *ha*, 13, situados nas dunas norte e sul de Ovar. «Esta exploração florestal do Estado visou não só o aproveitamento destes terrenos (até então incultos) mas também a formação de uma cortina de abrigo contra o avanço das dunas que principiaram a ameaçar a fertilidade dos terrenos de lavradio situados mais a interior do concelho».

Há mais de seis décadas que estão estabilizadas as areias entre Ovar e Espinho (a mata, entre as praias do Furadouro e de Esmoriz, tem de comprimento cerca de 9 quilómetros), e o povoamento florestal originou a poente e norte da freguesia de Ovar um maciço pegado de pinhal, ordenado na defesa contra os fogos apenas por meio de aceiros e de arrifes.

Em 1993 o *perímetro florestal das dunas de Ovar*, com 3.077 *ha*, era o 2.º do distrito de Aveiro, após o da Serra da Freita (5.113 *ha*). O pinhal de Leiria abrangia, então, 10.583,9 *ha*.

O primeiro banco (5 de Julho de 1920)

A agência do *Banco Nacional Ultramarino* abriu, a 5 de Julho de 1920, na Rua Elias Garcia, num prédio do dr. António Baptista Zagalo dos Santos, e veio a ter novas instalações no Largo da Família Soares Pinto, a 9 de Fevereiro de 1975.

Provisoriamente instalada nos escritórios da fábrica de conservas *A Varina*, no Largo do Mártir S. Sebastião, principiou a funcionar, a 16 de Dezembro de 1927, a agência da *Casa Bancária Borges & Irmão*. O *Banco Borges & Irmão* inaugurou edifício próprio na Rua Elias Garcia, a 24 de Junho de 1930, e, a 10 de Novembro de 1980, abriu instalações na Praça da República, no rés-do-chão onde se localizou o Café Paraíso e no edifício contíguo de João Gomes, veterano ciclista da A.D.O.

A 7 de Março de 1966, entrou em funcionamento a agência do *Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa*, actualmente com as instalações na esquina das Ruas Cândido dos Reis e Dr. Manuel Arala.

Fundada a 29 de Dezembro de 1981, foi inaugurada em fins de Agosto de 1982 a *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ovar*, no Centro Garrett. A delegação desta Caixa na freguesia de Válega foi assaltada, na manhã de 22 de Junho de 1992, assalto que ocasionou um morto. A 14 de Outubro de 1992, a Caixa iniciou a construção das suas novas instalações, no Largo Almeida Garrett (no gaveto da antiga SIOL), que viriam a ser inauguradas a 7 de Dezembro de 1995.

Posteriormente, começaram a proliferar as agências bancárias na cidade:

- *Comércio e Indústria* (26/10/1993), na Rua Ferreira de Castro.
- *Finibanco* (27/6/1995), na Rua de Timor.
- *Fonsecas & Burnay*, na Rua Gomes Freire.
- *Internacional de Crédito* (30/12/1996), na Rua de Timor.
- *Nova Rede*, na Rua Elias Garcia.
- *Pinto & Sotto Mayor*, na Rua Ferreira de Castro
- *Português do Atlântico* (18/8/1992), na Rua Ferreira de Castro.
- *Português de Negócios* (9/11/1998), na Rua de Timor.
- *Banco Mello* (27/9/1999), na Rua Elias Garcia.

Estatísticas (Caixas e Bancos na cidade de Ovar)

1910 (no final da Monarquia)	1
1926 (no final da 1.ª República)	2
1974 (no final do Estado Novo)	4
2000 (na Segunda República, no final do século XX)	14

Em 1978, surgiu um lamentável litígio entre as freguesias de Cortegaça e de Esmoriz a respeito da implantação duma agência bancária. Mau grado uma manifestação, a 25 de Fevereiro desse ano, de algumas centenas de esmorizenses junto à Câmara Municipal de Ovar, veio a abrir, a 28 de Julho do mesmo ano, uma agência do

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, intitulada *Cortegaça-Esmoriz*, na estrada nacional n.º 109, na fronteira de Cortegaça com Esmoriz, mas em terreno da primeira freguesia, o que deu origem a novos protestos.

Para contentar *gregos e troianos*, a 31 de Março de 1980 foi inaugurada nova agencia do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, também na estrada nacional n.º 109, mas em Esmoriz.

Os drs. António José de Almeida e António Granjo na estação do caminho-de-ferro de Ovar (25 de Agosto de 1920)

No noite de 25 de Agosto de 1920, a gare da estação do caminho-de-ferro de Ovar encheu-se completamente de povo, predominando os republicanos liberais, para aguardar o comboio correio que do Porto conduzia para a capital o Presidente da República, dr. António José de Almeida, e o Presidente do Ministério, dr. António Granjo. Às 10,30 da noite deu entrada o comboio nas agulhas, uma banda de música tocou *A Portuguesa* e o povo ovacionou carinhosa e entusiasticamente o Presidente da República que assomou à janela da carruagem, agradecendo a recepção. Entre foguetes e vivas, o Presidente da República foi cumprimentado pelo Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, em nome do povo de Ovar, pelo capitão Manuel Rodrigues Leite, em nome da oficialidade do 3.º Batalhão de Infantaria 24, e por Manuel Alves Correia, em nome do P.R.L.

Representando a Comissão Municipal do P.R.L., estiveram presentes António Valente de Almeida e os drs. João Maria Lopes e José Duarte Pereira do Amaral; representando *A Defesa*, esteve presente o seu director António Ferreira Coelho.

A 19 de Outubro de 1921 foram assassinados no Arsenal da Marinha, em Lisboa, cinco figuras prestigiosas da República – o Presidente do Ministério dr. António Granjo, o fundador da República Machado dos Santos, o revolucionário do cinco de Outubro Carlos da Maia, e ainda os cidadãos Freitas da Silva e Botelho de Vasconcelos. É a *noite sangrenta*, golpe de Estado que causou a pior impressão em Ovar.

Na sessão da Comissão Executiva da Câmara, de 27 de Outubro, a 1.ª após os graves acontecimentos desenrolados em Lisboa, esta aprovou, por unanimidade, uma moção do dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, lavrando o seu mais veemente protesto contra os selvagens e repugnantes atentados e lançando na acta um voto do mais profundo sentimento pela morte «que os colheu em condições tão trágicas e impetrar dos poderes competentes o mais severo, rigoroso e exemplar castigo para os assassinos que com o seu gesto cobarde e traiçoeiro enodaram para sempre esta pobre República bem digna de melhor sorte».

A Escola Primária Superior (5 de Novembro de 1920 - 1926). A Escola Livre (5 de Dezembro de 1925)

O decreto n.º 195, de 22 de Agosto de 1919, criou em Ovar a Escola Primária Superior, um «liceu de via reduzida» (Manuel Mentarfa). O dr. Pedro Chaves afirmou, então, n'*A Pátria*, que fora ele que pedira e obtivera a criação da escola, dada a importância populacional, comercial e industrial de Ovar, a sua atitude perante a revolta monárquica e a amizade pessoal que o ligava ao Ministro da Instrução, o advogado dr. Joaquim José de Oliveira. A ideia da criação pertenceu, entretanto, a José de Castro Sequeira Vidal.

«Criaram-se algumas escolas primárias superiores (1919), mas sempre com muita dificuldade, escassez de meios e falta de pessoal competente. Cavalo de batalha de diversas situações políticas, foram sempre o ponto fraco das reformas educacionais republicanas. António Sérgio acabou com elas de vez, quando ministro da Instrução (Janeiro de 1924); mas a opinião pública protestou e as escolas primárias superiores voltaram a aparecer com o ministro Hélder Ribeiro (Junho de 1924). A Ditadura iria novamente extingui-las, em Junho de 1926» (Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 2.º).

Na sessão de 8 de Janeiro de 1920 resolveu a Comissão Executiva da Câmara Municipal tomar de arrendamento, por 12$00 mensais, o prédio pertencente a Zulmira Camossa Ferraz de Abreu e seus filhos, onde funcionava a secção masculina do Colégio Júlio Dinis, para a instalação da escola criada.

Deram-se as primeiras lições, a 67 alunos, no dia 5 de Novembro, sendo seu 1.º director o dr. Domingos Lopes Fidalgo, que foi exonerado em 1921 «por não concordar com uma ordem emanada da Direcção Geral sobre questões de serviço». Vieram a ser directores Abel Domingues de Andrade (*democrático*, tomou posse, a 2 de Fevereiro de 1920, do cargo de Administrador do Concelho *substituto*) e José Maria Cabral.

Os republicanos liberais atacaram duramente a escola, que denominavam *aquilo da rua da Fonte*, a *escola inferior*, o *mostrengo*, alegando que era desnecessária, tinha aumentado a despesa do município e só *servia afilhados*.

A Defesa (de 4 de Abril de 1920) afirmava: – «Nós vimos combatendo essa vergonha que é a escola súpero-inferior que podendo representar um elemento de progresso no concelho, serve apenas para adulterar e corromper o ensino, abastardando-o, criando diplomados ignorantes, quando dali podiam sair alunos sabedores, e isto porque ao pedir a criação dessa escola se teve só em mira arranjar nichos para cevadeira de ignorantes e incompetentes; e, se por excepção, alguns mestres ali aparecem, que não envergonham a instituição, deve-se a interferência de estranhos que não deixaram os arrivistas democráticos mais lugares a prover, mais bocados a distribuir». A Escola Superior «que devia ser um bom instituto de ensino, foi convertida desde logo numa lotaria de prémios a compadres» (*Idem*, de 11 de Julho); «é um sorvedouro de dinheiro a tal escola chamada superior», escola que «foi a toca em que os compadres se anicharam: foi o úbere em que eles sugam, sem que haja dinheiro que seja bastante para suster tanta voracidade» (*Idem*, de 10 de Outubro). Ainda (a 24 de Abril de 1921) ataca ferozmente o dr. Lopes Fidalgo, chamando-lhe «um bom tubarão da República».

Na sessão ordinária de 27 de Abril de 1925 a Câmara deliberou, por maioria, arrendar parte do edifício da Misericórdia para funcionamento da escola, por 250$00 mensais, e conceder à Santa Casa o subsídio de 2.000$00 para ajuda das obras de adaptação a fazer numa dependência daquele edifício. A 1 de Setembro do mesmo ano lavrou-se a escritura de arrendamento à Câmara do 1.º andar do compartimento ou pavilhão nascente do edifício da Misericórdia, sito na Rua de Joaquim António de Aguiar, pela renda anual de 3.000$00.

As novas instalações, num dos corpos do edifício da creche-asilo-escola dr. Pedro Ferraz Chaves, foram inauguradas, solenemente, a 16 de Outubro de 1925, sendo director da escola o professor José Maria Cabral. A escola, com seis anos, veio a ser extinta pelo decreto n.º 11.730, de 15 de Junho de 1926.

Na sessão ordinária da Comissão Administrativa de 20 de Outubro de 1926, foi resolvido pedir ao Ministro da Instrução a retirada do espólio da extinta Escola Primária Superior das dependências do edifício da Misericórdia e a entrega da respectiva chave à Santa Casa. E isto dado que, anulado o arrendamento por aquele decreto, a Câmara deixara de pagar a renda desde 30 de Junho de 1926.

A Pátria advogou em 1925 a criação em Ovar duma *escola-livre*, escola que veio a ser inaugurada a 5 de Dezembro desse ano, com uma sessão solene no teatro dos bombeiros, na qual o professor Mendes Correia proferiu uma conferência intitulada *Origens do povo português*.

Em contrapartida, o *João Semana*, em 1929, advogou a criação em Ovar duma *escola católica* de primeiras letras, dado que ao professor oficial estava interdito o ensino religioso. O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado era neutro em matéria religiosa, segundo a lei que havia sido modificada na parte que respeitava ao ensino particular, que podia ser confessional.

Contra esta ideia, afirmava *O Povo de Ovar*, a 8 de Maio de 1930: – «Todas as escolas que se criarem serão um bem, não há que negá-lo. Mas será preciso que se vá arvorar a bandeira católica numa nova escola primária? Julgo que não». E agora, «a 20 anos de existência do regime republicano, absolutamente laico no ensino oficial, ainde se vê funcionar algumas dessas mestras de doutrina em que as crianças absorvem inconscientemente os conhecimentos dos mistérios e dogmas católicos, como também sucedeu em todos os tempos».

A lei 1941, de 11 de Abril de 1936, determinou a colocação do crucifixo nas escolas.

O recenseamento de 1920

Indica o 6.º recenseamento geral da população, de 1 de Dezembro de 1920, que a *freguesia de Ovar* tem 10.482 habitantes (4.335 *H* e 6.147 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a segunda das 180 freguesias do distrito de Aveiro, após Ílhavo.

Quanto à população *residente*, a freguesia de Ovar com 10.552 habitantes era também a segunda do distrito, após Ílhavo.

No que se refere a *fogos*, a freguesia de Ovar era ainda a segunda do distrito com 2.551, após Ílhavo.

O concelho, um dos 17 do distrito, tinha 26.425 habitantes (11.100 *H* e 15.325 *M*) de população de facto ou presente e 26.736 de população residente. Os fogos ascendiam a 6.079.

O Presidente da Câmara António de Oliveira Melo (2 de Janeiro de 1921 - 1923)

De 2 de Janeiro de 1921 a 2 de Janeiro de 1923 foi Presidente da Câmara Municipal António de Oliveira Melo, filho de Manuel de Oliveira Melo e de Rosa de Oliveira da Graça, que nasceu em Ovar, a 7 de Dezembro de 1848, e casou com Felismina Zany de Melo, natural de Amazonas, Brasil.

Um dos fundadores do partido republicano local, a 6 de Janeiro de 1907, vereador efectivo na lista republicana às eleições camarárias de 1908, pertenceu à *grande comissão* da Misericórdia, tendo sido um dos 68 fundadores da mesma.

Foi vereador efectivo da Câmara em 1918, vogal da Comissão Administrativa em 1919, vice-Presidente da Câmara neste ano, tendo sido eleito Presidente da Câmara sem oposição.

Durante a sua presidência fundaram-se o *Orfeão de Ovar* (6 de Janeiro de 1921) e a Associação Desportiva Ovarense (19 de Dezembro de 1921).

Proprietário, homem sério e digno, faleceu na Rua Elias Garcia, a 30 de Agosto de 1923, com 75 anos.

Sua filha, Adelina de Oliveira Melo, casou com Fernando Artur Pereira, o *Carrelhas*, comerciante, e também um dos fundadores do partido republicano local.

O Orfeão de Ovar (6 de Janeiro de 1921) – o farmacêutico Augusto Lamy, os regentes Adolfo Eurico Pinto do Amaral e dr. Elísio de Matos, a maestrina Maria Amélia Dias Simões

Rebelo Bonito (*Canto coral e vida orfeónica.* Subsídios para a história do canto colectivo popular e artístico, Porto, 1952) historiou o Orfeão de Ovar até 1952, nos seguintes termos:

«As actividades orfeónicas na Vila de Ovar iniciam-se em 1908, quando o poeta António Dias Simões e João José Alves Cerqueira, deliberam criar o *Orfeão Infantil de Ovar* para maior brilho dos espectáculos lírico-dramáticos que os dois vinham organizando em favor da Comissão de Beneficência Escolar, a que pertenciam.

O *Orfeão Infantil* canta pela primeira vez a 1 de Agosto de 1909, sob a direcção de João José Alves Cerqueira e exibe-se pela última vez, ao que parece, na noite de 31 de Julho de 1910, colaborando no espectáculo em que a parte dramática fora preenchida pela opereta de costumes *A Beira-Mãe*, do poeta Dias Simões. Com a mudança de regime, a Comissão de Beneficência Escolar sofreu alterações que levaram à extinção do coro de miúdos.

Em 5 de Novembro de 1911, Adolfo Eurico Pinto do Amaral, antigo aluno do Seminário Menor dos Carvalhos, da Diocese do Porto, tenta a fundação de uma Associa-

ção cultural e artística, destinada à instalação de uma biblioteca e à prática do canto orfeónico. Organiza-se coro, entra-se em regime de ensaios e publica-se, a 7 de Janeiro de 1912, um bem redigido *número único* intitulado *O Orfeónico*. Mas Adolfo Amaral embarca para o Brasil e a tentativa não logra seguimento».

O *Club Orfeónico*, inaugurado a 5 de Novembro de 1911, no palacete Gama, à Rua Elias Garcia, tinha como presidente Adolfo Amaral, como secretário Augusto Lamy e como tesoureiro Francisco Belo.

«Por 1918, António Dias Simões, que nunca interrompera nem as suas iniciativas pedagógicas nem as suas manifestações artísticas, tendo fundado o Colégio Júlio Dinis, organiza nele um coro masculino que se exibe em vários espectáculos, sob a sua própria direcção. Uma única vez o *Orfeão do Colégio Júlio Dinis* sente a regência do Dr. Elísio de Matos.

A 6 de Janeiro de 1921, Augusto Lamy lança a ideia de um grande Orfeão popular e logo ali elabora uma lista com dezenas de nomes».

A ideia foi lançada na farmácia Lamy, sita então no Largo da Poça. No dia 16, numa reunião magna presidida pelo alferes José de Oliveira e Pinho, no Teatro Ovarense, decide-se a instituição dessa agremiação local e convida-se para a regência Adolfo Amaral, que seria coadjuvado pelo padre Rogério Garcia de Brito, de Esmoriz, que esteve preso na cadeia de Ovar aquando da *traulitânia*.

O *fundador* do Orfeão, Augusto Lamy, nasceu em Ovar, a 13 de Agosto de 1889, filho do farmacêutico Delfim José de Sousa Lamy e de sua mulher Ana Augusta Ferreira da Silva, tendo casado, a 4 de Agosto de 1915, com Raquel de Quadros Abragão Lamy, filha do tabelião e escrivão do tribunal Frederico Ernesto Camarinha Abragão e de Raquel da Gama Barbosa Quadros Abragão.

Estabelecendo-se com farmácia durante dois anos em Fornos de Algodres, em 1917 transferiu a sua farmácia para a Rua Visconde de Ovar, e, em 1937, mudou-a, novamente, para o prédio em que esteve instalada a antiga farmácia de seu pai, na Rua Elias Garcia.

Centrista e um dos fundadores do partido *liberal*, em 1919, faleceu no seu prédio da Rua Elias Garcia, a 28 de Dezembro de 1964, com 75 anos.

Seu único filho, Augusto Rui Quadros de Abragão Lamy (1917 – 1996, com 78 anos), casou no Porto (1946) com Maria Celeste de Albuquerque Bastos Lamy.

Augusto Lamy.
1889-1964

Regressando a REBELO BONITO: – «Dez dias decorridos, numa reunião magna, verifica-se a presença de 90 coralistas! Estava formado o *Orfeão Ovarense*, de cuja direcção se encarrega Adolfo Amaral, que regressara do Brasil. Trabalhando ardorosamente, consegue-se apresentar o Coro pela primeira vez em público no dia 27 de Março do mesmo ano (Domingo de Páscoa). Espectáculo de gala, em benefício dos Bombeiros Voluntários locais. Ouve-se pelo Orfeão, além do Hino Nacional e do seu próprio Hino (obra de Rogério de Brito e Rodrigues Lírio), uma

Rapsódia de A. Joyce, *Cigarro do Soldado* da Revista *Céu Azul, Rataplan!* de Meyerbeer, etc.

O êxito leva à repetição do espectáculo no dia imediato. Nova audição em 26 de Junho. Em 17 de Julho, sai o Orfeão para uma récita em Oliveira de Azeméis.

Em Novembro, o *Orfeão Ovarense* ingressa no quadro associativo do *Ovar Sporting Club* e a 8 de Abril de 1922 vê-se dirigir, pela última vez, Adolfo Amaral, num espectáculo promovido pelo poeta Dias Simões a favor da Santa Casa da Misericórdia. Mais um espectáculo, a 27 de Maio de 1923, sob a direcção do dr. Elísio de Matos, e o Coro emudece por largo tempo.

Vamos encontrá-lo reorganizado em 1929, sob a direcção de Artur Rodrigues da Silva, no Sarau de Arte havido em 31 de Janeiro, tudo fazendo prever que em bases sólidas. Mas Rodrigues da Silva emigra para o Brasil e de novo o Orfeão deixa de cantar.

No Outono de 1936, José Dias Simões, filho do poeta, com Manuel Coentro Alves Cerqueira e outros, decidem reanimá-lo. Uma vez reorganizado, entregam-no a Manuel E. Lopes de Araújo e, logo depois, a Eduardo Ferraz Liz, que o apresenta em Março de 1937, cantando trechos de Bach, Beethoven, Aguiar Cardoso, Hermínio Nascimento, A. Valentim, Manuel Tino, etc.

Em 1941, compunha-se o coro de oitenta e tantos coralistas dos dois sexos, e continuava regido por Eduardo Ferraz Liz, poderosamente auxiliado por D. Maria Amélia Dias Simões, que herdara de seu pai o culto das artes e grande poder de realização. A Câmara de Ovar auxilia financeiramente e fornece ao *Orfeão de Ovar*, como então já se chamava, excelente casa própria».

Foi denominado *Orfeão de Ovar* a partir de 1938.

«Ali se põe a funcionar um pequeno conservatório, com aulas de música, teatro e dança, sob a direcção de pessoas competentes, entre as quais se destacava, pela sua dedicação, Manuel Coentro Alves Cerqueira.

Nesse ano, numa demonstração de grande vitalidade, canta o Orfeão de Ovar (3 e 4 de Maio) obras de Gounod, H. Nascimento, Strauss, Aubanel, Vito Fideli, Joyce, etc. e apresenta-se sucessivamente em Estarreja, Murtosa e Penafiel.

Em 1942, assume D. Maria Amélia Dias Simões a regência efectiva do Coro e com ele trabalha longamente. Em 1949-1950, após intensa e cuidadosa preparação do Corpo Coral e do Grupo Cénico, por parte daquela Senhora, realizam-se espectáculos, com grande êxito, em Ovar, Espinho, Porto, Aveiro e Lisboa, sob a direcção eventual do Maestro Joaquim Teixeira.

Nos dias 7 e 8 de Julho de 1951, exibindo-se o Orfeão no Cine-Teatro de Ovar, em três espectáculos sucessivos, já se apresenta a dirigi-lo D. Maria Amélia Dias Simões, como era natural».

Maria Amélia Dias Simões.
1900-1977

Transformando-se numa grande colectividade cultural, artística e recreativa, o *Orfeão de Ovar* cria,

em 1968, a *secção de ballet*, a 30 de Setembro, dirigida inicialmente por Maria José Tigre de Vasconcelos e, posteriormente, pelo professor Pirmin Trecu (a partir de 1970) e Adriana Domingues, e a *secção desportiva*, que procura fomentar a prática de ténis de mesa. Em 1969 a sua *secção musical* dá os primeiros passos, com aulas de solfejo, viola dedilhada, piano e violino (curso de iniciação musical e escola de música), e, em 1972, a sua *secção de filatelia e numismática*, presidida pelo dr. António Augusto Baptista Fragoso e tendo como vice-presidente o dr. João Fernandes de Andrade Pais, leva a cabo a 23 de Novembro a *1.ª feira da moeda*, que atrai à sede da colectividade centena e meia de interessados, e a 28 de Dezembro a *1.ª feira do selo*.

O Orfeão de Ovar tem ainda a sua *troupe* de Reis (em 1970 foi editado um disco intitulado *Noite de Reis em Ovar*, com a *troupe* de Reis e o grupo coral do Orfeão de Ovar sob a regência de Maria Amélia Dias Simões. Edição de *Discos Rapsódia, Limitada*, do Porto), a sua *biblioteca*, que em 1970 tomou o nome de António Dias Simões, e a sua *discoteca*, organiza festas (na passagem do ano e no Carnaval) e verbenas sanjoaninas (as de 1972 foram encerradas a 15 de Julho com a presença do Governador Civil do distrito de Aveiro, dr. Francisco Vale Guimarães).

No dia 30 de Junho de 1973, pela 1.ª vez, o corpo coral do Orfeão fez-se ouvir em Ovar em concerto ao ar livre, nas escadarias da capela do Calvário.

Por despacho de 10 de Maio de 1974 do delegado da Junta de Salvação Nacional no Ministério da Educação e Cultura, foram aprovados os novos estatutos do Orfeão de Ovar. A 26 de Outubro desse ano a Câmara deliberou terminar com «a atribuição taxativa, tradicional e rotineira de subsídios a mais de uma vintena de colectividades e associações», o que foi severamente criticado pelo Orfeão de Ovar, na sessão extraordinária da direcção de 20 de Novembro.

Os componentes do Orfeão de Ovar e do seu Grupo Cénico. Ao centro, Maria Amélia Dias Simões, regente do Orfeão; em último lugar, à direita, Edwiges Dias Simões, primeira figura deste agrupamento e do seu Grupo Cénico, e admirável cantora.
In: Boletim da Casa do Concelho de Ovar, *n.º 19, de Julho de 1956*

Principais revistas, operetas e comédias representadas pelo grupo cénico do Orfeão de Ovar:

I. ***Revistas***:

Dias de estreia	Títulos	Autores ou ensaiadores
27/03/1937	Casino Taborda	José Dias Simões e Amélia Dias Simões
16/06/1949	Pão-de-Ló de Ovar	Manuel Sílvio
24/03/1956	Aqui Ovar!	Mário Almeida
22/04/1967	Cartaz de Ovar	Manuel Sílvio
29/09/1969	Agora, Sim!	Manuel Sílvio
08/12/1972	Pão de Ló... regado	Manuel Sílvio

A peça *Sarau d'Arte no Casino Taborda* «deu lugar a desagradáveis incidentes, em virtude de se lhe verem insinuações políticas» (ZAGALO DOS SANTOS). Escreveu ARADA E COSTA (*in*: *Notícias de Ovar*, de 14 de Janeiro de 1971): – «Toma a regência Eduardo Ferraz de Liz, e então vai à cena a comédia em um acto *As Duas Gatas* e a a revista de costu mes locais *Serão de Arte no Casino Taborda*, da autoria de JOSÉ DIAS SIMÕES, e música de sua irmã Amélia Dias Simões, continuadores da obra de seu Pai, espectáculo realizado no dia 27 de Março de 1937 e que ficou bem gravado na memória de todos os que o presenciaram.

Um quadro da venda da velha estrumada feriu ainda os descendentes de certos políticos de outrora e lembramo-nos duma partida que a sua maldade levara como ferina vingança – cortar a energia eléctrica – com uma avaria nas linhas de alta tensão, no chamado caminho do Lamarão, junto ao Furadouro. Eram 23 horas quando faltou a luz. Começara há pouco o espectáculo. O Teatro estava repleto e dali ninguém arredou pé. Feita a reclamação à Eléctrica, e como esta não encontrasse onde se localizava a avaria, pediu a intervenção duma brigada da central de Avanca, que fez uma ligação à corrente directa no quintal da casa do falecido capitão Coentro». E «ao outro dia foi encontrado, por dois dedicados ovarenses, o local e a causa da partida e trazidos os *pneus* colocados criminosamente, para exposição, com um letreiro, na montra da loja do Calma. Eis a Crítica da Estrumada:

A Mata municipal
foi vendida aos talhões.
Foi belo manancial
foi tudo para os papões!

Depois da lenha vendida
depois de feita em fatecos.
Por dois ou três badamecos
ficou a vila perdida!

A rama ninguém a quis
nem João nem Carapelho.
Fizeram com a infeliz
estes Paços do Concelho.

Foi noutro tempo hoje em dia
com as forças da vontade.
Santo Deus, Avé Maria
nem dava nem p'ra metade!

Era director dos Serviços Municipalizados de Electricidade Francisco de Oliveira Belo, que casou com a filha do dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, o responsável pela venda da mata e terrenos municipais e pela arrematação dos novos Paços do Concelho.

O *Pão-de-Ló de Ovar* teve grande sucesso, tendo sido representado no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, a 1, 2 e 3 de Maio de 1950. O seu ensaiador, Manuel Caetano Pinto Sílvio, veio a falecer, em 1978, no Porto.

Aqui Ovar! foi representada no Teatro Variedades, em Lisboa, a 16, 17 e 18 de Junho de 1956.

II. ***Operetas***:

Dias de estreia	Títulos	Autores ou ensaiadores
01/01/1938	Rosas Bravas	Manuel Sílvio
14/07/1940	Lição de Mestre	A. Dias Simões
1941	O Príncipe Perfeito	Manuel Sílvio
07/05/1942	As Andorinhas	do repertório da C.ª Armando de Vasconcelos
07/07/1951	Poço do Bispo	Mário Almeida (ens.)
30/05/1953	O Solar das Andorinhas	-
11/09/1954	Flor de Aldeia	-
02/06/1962	Zé do Telhado	António Soares Couto (ens.)

III. ***Comédias***:

Dias de estreia	Títulos	Autores ou ensaiadores
14/07/1940	O Divórcio	A. Dias Simões
05/04/1952	As Pupilas do Senhor Reitor	-
11/09/1954	Zazá	-
29/05/1960	Areias Douradas	Mário Almeida

Por despacho de 8 de Julho de 1982 foi o Orfeão de Ovar declarado de *utilidade pública*.

A 3 de Outubro de 1984, por 12.000.000$00, foi assinado o contrato-promessa de compra, para a sua sede, da casa brasonada do Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar, conhecida pela *Casa dos Baldaias*. E no 13.º aniversário da cidade de Ovar, a 25 de Julho de 1997, sendo Presidente da sua Direcção o professor Joaquim dos Santos Barbosa, e Presidente da Assembleia Geral o dr. Manuel de Oliveira Dias, o Orfeão de Ovar inaugura a sua sede naquele Solar dos Baldaias, em cerimónia presidida pelo Governador Civil do distrito de Aveiro, com a presença do Presidente da Câmara Municipal, dr. Armando França.

Casa dos Baldaias, sede actual do Orfeão de Ovar.

O Orfeão de Ovar, a 10 de Junho de 1985, organizou o *XIV Encontro de Coros do Norte de Portugal*, que teve a presença de mais de 2.500 orfeonistas e grupos corais, representando 45 orfeões.

***Regentes de Orfeão de Ovar*:**

l. *Adolfo Eurico Pinto do Amaral* (16/1/1921-8/ /4/1922)

Comerciante de óptica no Porto, nasceu a 28 de Março de 1883, filho do dr. José Duarte Pereira do Amaral e de Maria da Glória Matos Pinto do Amaral, tendo falecido, a 20 de Janeiro de 1952, com 68 anos, na Rua dr. José Falcão.

Presidiu ao *Clube Orfeónico*, inaugurado a 5 de Novembro de 1911, no Palacete Gama, à Rua Elias Garcia. Sua filha, Leonor Prado Bueno do Amaral foi professora de música.

Adolfo Amaral.
1883-1952

2. *Dr. Elysio de Matos* (27/5/1923)

Advogado, músico distinto, violinista apreciadíssimo, nasceu em Ovar, a 26 de Junho de 1893, filho de Luís da Silva Matos e de Luzanira Augusta de Matos, tendo-se formado em direito na Universidade de Lisboa.

Exerceu a advocacia na capital, onde faleceu, a 18 de Julho de 1978, com 85 anos.

3. *Artur Rodrigues da Silva* Nábia (1929)

Filho de Benjamim Rodrigues da Silva e de sua mulher Ana Marques da Silva, nasceu na Rua Visconde de Ovar, a 22 de Outubro de 1891, tendo regido também a *Música Velha* (1914-1916 e 1917-1925).

4. *José dos Santos Coelho* (26/6 a 3/7/1932)

5. *Manuel E. Lopes de Araújo* (1936)

6. *Eduardo António Ferraz de Liz* (1937-1946)

Filho de António Augusto Freire de Liz, natural de Ovar, escrivão do tribunal, e de sua mulher Maria Eduarda Camossa Ferraz de Abreu, casou (1929) com Margarida Coentro Alves Cerqueira, filha de João José Alves Cerqueira e de Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro, e faleceu, a 4 de Junho de 1948, na Rua Júlio Dinis, com 43 anos.

7. *Maria Amélia Dias Simões* (25/3 a 20/6/ /1949)

Pela 1.ª vez.

Filha do poeta, historiador e dramaturgo António Dias Simões e de sua mulher Leolina Pires da Silva, nasceu a 18 de Novembro de 1900, casou (1922) com Manuel José Godin da Fonseca, e faleceu, a 2 de Outubro de 1980, com 80 anos.

8. *Professor Joaquim Teixeira*, de Grijó (1/7/1949)

9. *Maria Amélia Dias Simões* (17/5/1957)

Pela 2.ª vez.

10. *Manuel Maria dos Santos Reis* (25/2/1959 - 25/5/1965)

Pela 1.ª vez.

Natural do Souto, foi maestro da *Música Nova* (1958-1962 e 1989-1904).

11. *Maria Amélia Dias Simões* (4/ 6/1965)

Pela 3.ª vez.

12. *José de Castro, da Madalena*, Gaia (4/4/1972)

13. *Rogério Augusto Pereira*, de Guilhovai (15/4 a 30/9/1974)

Dr. Elysio de Matos. 1893-1978

Eduardo Ferraz de Liz.

Edwiges Helena Gondin da Fonseca.

14. *Edwiges Helena Gondin da Fonseca Pacheco* (14/10/1974-1993)

Filha de Manuel José Gondin da Fonseca, natural do Rio de Janeiro, e de Maria Amélia da Silva Dias Simões, uma notável e apreciadíssima regente do Orfeão de Ovar, nasceu a 7 de Outubro de 1929, em Niterói, Brasil.

Seguindo as artes musicais de sua mãe, regeu, também com elevada competência, o Orfeão de Ovar durante cerca de 19 anos.

15. *Manuel Maria dos Santos Reis* (Fevereiro de 1993)

Pela 2.ª vez.

O segundo (10 de Julho de 1921) e o terceiro mandatos (29 de Janeiro de 1922) do senador dr. Pedro Chaves

No primeiro ministério *liberal* de Barros Queirós tiveram lugar, a 10 de Julho de 1921, eleições para deputados e senadores.

Feito um acordo eleitoral entre o partido democrático e o partido liberal, solicitado por este último e cujos directórios aconselhavam como conveniente e necessário aos interesses da República, o governo apresentou no *círculo de Oliveira de Azeméis*, n.º 14, a que pertencia o concelho de Ovar, listas completas para deputados (entre os 3, o dr. Albino dos Reis) e para senadores (2, sendo um o dr. Augusto de Castro), enquanto o partido democrático se limitou a um candidato a senador (dr. Pedro Chaves) e a um candidato a deputado.

No concelho de Ovar, com 1.397 listas entradas, os democráticos venceram a coligação monárquico-liberal por 181 votos (partido democrático – 789 votos; coligação – 608).

Os votos da coligação foram assim distribuídos:

Monárquicos	386
Liberais	218
Inutilizados	2
Teófilo Braga	2

O partido governamental – o *liberal* – foi assim derrotado no concelho de Ovar pelos monárquicos, por 168 votos, e pelos democráticos, por 571 votos!

Na assembleia de Esmoriz os resultados foram os seguintes: 122 democráticos, 119 monárquicos e 48 liberais.

No País, ao todo, os liberais obtiveram 79 deputados, os democráticos 54, os reconstituintes 12, os independentes 5, os monárquicos 4, os católicos 3, os dissidentes 3, os regionalistas 2 e os populares 1.

No círculo de Oliveira de Azeméis, com 22.552 listas entradas, o dr. Pedro Chaves foi o senador mais votado:

	Filiação	Votos
Dr. Pedro Chaves	democrático	12.079
Dr. Figueiredo Sobrinho	liberal	11.718
Dr. Augusto de Castro	regionalista	9.402
Conde d'Águeda	–	8.284

Pelo círculo de Oliveira de Azeméis foram votados três deputados *liberais* (entre eles, o dr. Albino dos Reis) e um *democrático*; e três senadores, um *regionalista* (dr. Augusto de Castro), um *liberal* (dr. Figueiredo Sobrinho), e um *democrático* (dr. Pedro Chaves).

No País, ao todo, os liberais obtiveram 32 senadores, os democráticos 22, os reconstituintes 7, os independentes 6, os católicos 3 e os dissidentes 1.

Para o semanário local *João Semana*, as eleições de 1921 não foram livres, cometendo os democráticos verdadeiros roubos, registando-se acontecimentos dos mais baixos e escandalosos, acrescentando que se tivesse havido eleições livres a República tinha os seus dias contados.

Para o órgão liberal, os democráticos foram favorecidos pelo facto das eleições terem sido feitas pelo recenseamento eleitoral de 1920. «Assim ficou o partido democrático largamente favorecido na luta; porque tendo estado senhor da situação até ao ano passado, não pensando os seus adversários em reclamar a admissão dos eleitores excluídos, e mesmo tendo grande dificuldade de o fazer por os democráticos terem na sua mão o registo civil e autoridade, do recenseamento eleitoral de 1920 está excluído grande número de eleitores anti-democráticos» (*A Defesa*, de 19 de Junho de 1921).

Nas eleições para deputados e senadores de 29 de Janeiro de 1922, realizadas no ministério de concentração partidária do eng.º Cunha Leal, foram votados no círculo de Oliveira de Azeméis, n.º 14, a que continuava a pertencer o concelho de Ovar, três deputados *democráticos* e um deputado *liberal*.

No País, ao todo, os democráticos obtiveram 74 deputados, os liberais 34, os reconstituintes 17, os governamentais 12, os monárquicos 10, os independentes 5, os católicos 5 e os regionalistas 2.

Resultados para senadores no círculo n.º 14

Dr. Pedro Chaves	8.234 votos
Dr. Elísio de Castro	7.615 votos
Dr. Querubim Guimarães	7.421 votos
João Manuel de Carvalho	6.424 votos

No País, ao todo, os democráticos obtiveram 37 senadores, os liberais 10, os reconstituintes 10, os independentes 6, os monárquicos 3, os governamentais 1 e os católicos 1.

O *João Semana* criticou as eleições, referindo-se às tropelias, viciações dos recenseamentos, bombas, agressões, insultos e prisões, declarando que na província do Algarve apareceram numa urna 700 votos para 300 eleitores, cometendo-se muitas poucas-vergonhas por todo o País.

Nas eleições para as juntas de freguesia, realizadas em 1922, venceram as maiorias os *democráticos* nas freguesias de Arada, Cortegaça, Ovar e Válega, e os *monárquicos* nas freguesias de Esmoriz e S. Vicente. Os *democráticos* venceram as minorias em todas as freguesias do concelho, com excepção das de Cortegaça e Esmoriz, nas quais foram vencedores os *monárquicos*.

Por acórdão do Supremo Tribunal Administrativo foi anulada a eleição da Junta de Freguesia de S. Vicente e marcado novo acto eleitoral para 24 de Junho de 1923. Este correu algo agitado, sendo necessária a intervenção da força armada, terminando com a vitória da lista *democrática*.

O atletismo (30 de Outubro de 1921). A Associação Desportiva Ovarense (19 de Dezembro de 1921). O Aliança Foot-Ball Club (Janeiro de 1922)

A primeira competição pedestre realizada em Ovar, de que temos notícia, foi uma corrida de 5.000 metros, no campo da Ponte Nova, organizada pelo Sport Club de Ovar, a 30 de Outubro de 1921, e da qual foi vencedor Salviano Zagalo de Lima, seguido por Augusto Abragão.

Em 1927 principiou a *légua de Ovar* (1927-1976), competição clássica do pedestrianismo no concelho.

A 17 de Julho de 1949 Manuel da Costa Laborim, do Grupo Desportivo *Onze Verdes*, de Ovar, vence a *1.ª légua popular* na cidade do Porto, organizada pelo *Norte Desportivo*.

Em corta-mato a Associação Desportiva Ovarense – com secção de atletismo desde 20 de Janeiro de 1971 –, no Campo de S. Mamede, terreno anexo ao castelo de Guimarães, conquistou, a 20 de Fevereiro de 1972, o *campeonato nacional feminino de infantis*. A mesma A.D.O. veio a conquistar, por 4 vezes, o *campeonato nacional feminino de júniores*, na cidade de Coimbra (25 de Fevereiro de 1973), no Vale do Jamor, em Lisboa (1974), na Foz do Douro (27 de Fevereiro de 1977), e na Figueira da Foz (1979).

Em 1977 inicia-se o *grande prémio de Ovar em atletismo*, e, em 1989, a *Meia-Maratona* Cidade de Ovar.

Em 1980, Francisco Tavares, o popular *Xico Pato Rouco*, é, pela 1.ª vez, *campeão nacional de veteranos*; em 1986, ano em que foi, pela 6.ª vez, campeão nacional, é homenageado na Câmara Municipal, com a assistência dos atletas olímpicos Rosa Mota e António Leitão.

A 29 de Setembro de 1997 foi constituído o C.A.O. – Clube de Atletismo de Ovar.

A 11 de Dezembro de 1921 as direcções do Orfeão Ovarense e do Ovar Sporting Club convocaram a assembleia geral de todos os seus associados para o dia 19 do

mesmo mês, na sede daquele, para tratar da discussão e aprovação dos estatutos de um novo clube – a *Associação Desportiva Ovarense.*

A 19 de Dezembro de 1921, da fusão do Orfeão Ovarense e do Ovar Sporting Club, este sucessor da União Desportiva Ovarense, nasceu a *Associação Desportiva Ovarense*, a popular A.D.O., que se tornaria o maior clube de Ovar.

«Em meados de 1920 os irmãos Bonifácio reuniam no armazém de cereais de seu Pai, com um grupo de amigos, dentre os quais Américo Melo, Afonso e Joaquim Abragão, Rasgado Rodrigues, Joaquim Cunha de Oliveira e Silva e outros, no propósito firme de organizarem um Clube desportivo, que logo denominaram de Associação Desportiva Ovarense».

Foi apresentado o brasão da A.D.O., «um de autoria de Manuel Dias Simões e outro de Afonso Abragão. Embora a *maquete* de Dias Simões tivesse maior nível artístico e desportivo, o certo é que posto à apreciação dos associados, após renhida discussão, venceu por uma mínima percentagem de votos o desenho de Afonso Abragão, a cruz de Cristo em vermelho entre esfera a preto, tendo ao centro em campo raso, também a preto, as letras A.D.O.». (ARADA E COSTA, *Boletim comemorativo das bodas de ouro da Associação Desportiva Ovarense*, 1971).

Entre os fundadores da A.D.O. é justo salientar Afonso Abragão, Benjamim Almeida, Dias Simões e Manuel Bonifácio.

Datas mais célebres do maior clube de Ovar

1922

A 2 de Janeiro é eleita a 1.ª direcção, que foi empossada por José Augusto Lopes Fidalgo.

Equipa de futebol da A.D.O. em 1922.
*Da esquerda para a direita: Luís (Espinho), Manuel Gomes Pinto, Joaquim Cunha (*guarda-redes*), Artur Moreira, Mário Vítor (Espinho), José Polónia Figueiredo,João Frazão Figueiredo e João Bonifácio.*
In: Boletim Comemorativo das Bodas de Ouro, *1971*

1924

A A.D.O. pediu à Câmara a cedência de uma área de terreno municipal situada próximo do edifício da cadeia da comarca, a fim de ser utilizada em campo de jogos desportivos, e bem assim autorização para fazer quaisquer obras nesse terreno.

A Câmara da presidência do dr. Albino Borges de Pinho, em sessão extraordinária de 22 de Janeiro, concedeu a autorização, com a ressalva que o terreno continuava sendo propriedade do município e que este a todo o tempo se poderia utilizar dele sem qualquer espécie de indemnização por parte da Câmara pelas benfeitorias ali realizadas.

1926

A A.D.O., que leva a cabo grandiosas festas de 6 de Junho a 1 de Agosto, vence o *campeonato da promoção.*

Na sessão ordinária de 15 de Dezembro, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal deliberou alienar à A.D.O., pela quantia de 2.423$00 uma faixa de terreno com a superfície de 29.879 m², junto à cadeia, a fim de nele instalar um parque de jogos.

Equipa campeã da Promoção (1926).
António Perfeito de Pinho, Mário Gomes Pinto, Bernardino José da Silva, Manuel Gomes Pinto, João Bonifácio, José Zagalo de Lima, Eduardo Sousa, Américo Melo, João Vale, M. Matos e José Azevedo Brandão.
In: *JOSÉ PEREIRA PINTO,* Associação Desportiva Ovarense – Uma chama que resiste

1929

São reformados os estatutos e os sócios somam 180.

1930

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal, na sessão ordinária de 6 de Março, deliberou dar o nome de *Rua da Associação Desportiva Ovarense* à parte da Rua do Padre Ferrer, antiga Rua da Oliveirinha, que dá acesso ao novo campo de jogos.

O *campo da Cadeia* pouco tempo serviria a A.D.O., dado que a 6 de Abril deste ano foi inaugurado um novo campo – o *parque da Oliveirinha.*

A A.D.O., campeão da Divisão de Honra do Distrito de Aveiro de 1930-1931. Da esquerda para a direita: Antero da Fogueta, Zeferino. Januário, Férrer, Pelágio, Marques Sá, Alfredo Alves, João Bonifácio, Armando Silva, Ratinho e Américo Melo (capitão).

1931

A A.D.O. venceu pela 1.ª vez o *campeonato do distrito de Aveiro* (divisão de honra), derrotando o Espinho por 2-1.

A 24 de Julho deste ano o *Club de Regatas Vasco da Gama* visita Ovar pela 1.ª vez.

Neste ano a A.D.O. muda a sua sede para a Rua Cândido dos Reis, para o 1.º andar do prédio de Antónia Valente de Araújo.

1932

Em Dezembro, Zeferino Gomes Pinto, avançado-centro da A.D.O., foi escolhido para suplente à Selecção do Norte que em 18 desse mês derrotou em Lisboa, no campo do Stadium, por 1-0, a Selecção do Sul. Substituiu por minutos o formidável Pinga, magoado.

1933

A A.D.O. vence pela 2.ª vez o *campeonato do distrito de Aveiro* (divisão de honra).

A 14 de Agosto, a convite de Guilherme Lopes, veio à sede da Ovarense, proferir uma palestra sobre futebol, o capitão Ribeiro dos Reis.

1935

A A.D O. vence pela 3.º vez o *campeonato do distrito de Aveiro* (divisão de honra).

Campeões da época de 1934-1935: – José Ferreira Guimarães Landureza, António Augusto Ferraz de Liz, Eduardo Alves Corte-Real, Manuel Ventura da Silva, Nasário Ferreira, Férrer Pinto Loureiro, Alberto de Oliveira Ramos, Manuel Lopes Guilherme, João Evangelista Rodrigues Estarreja, António Cardoso, Zeferino Gomes Pinto, Ramiro, António José da Silva e Alfredo Alves.

A 2 de Junho visitaram Ovar, a convite de Guilherme Lopes, todos os directores da Federação Portuguesa de Futebol.

1936
A A.D.O. vence pela 4.ª vez o *campeonato do distrito de Aveiro* (divisão de honra).

1939
A A.D.O. é pela 1.ª vez *campeão da província da Beira Litoral* (época de 1938-1939).

Campeões da Beira Litoral (1938-1939).
Atletas: Manuel da Morga, Alberto Ramos (capitão)*, João Estarreja, Augusto Lamy, Artur Serrano, Armando Catalão, Zeferino Gomes Pinto, Manuel Marques, Jacinto Martins, Amílcar Azevedo (*Micau*), António Ferraz, Alfredo Alves e João Sanfins.*
In: *JOSÉ PEREIRA PINTO,* Associação Desportiva Ovarense – Uma chama que resiste

A A.D.O.vence pela 5.ª vez o *campeonato do distrito de Aveiro.*
Campeões: – Manuel de Sousa, Armando Pinto Catalão, António Augusto Ferraz de Liz, Alberto de Oliveira Ramos, Zeferino Gomes Pinto, Alfredo Alves, João Evangelista Rodrigues Estarreja, Augusto Rui de Quadros Abragão Lamy, Manuel Marques da Silva, Jacinto Ferreira Marques, Artur Fontoura da Fonseca Serrano, Ramiro José Tavares, António José da Silva, o *Ratinho*, e Amílcar Ferreira de Azevedo.
No XVIII.º aniversário do clube, a 25 de Dezembro, o Parque da Oliveirinha passa a denominar-se *Parque Marques da Silva*, homenageando-se o grande benemérito da A.D.O., a quem se deve a aquisição e construção do parque.

1941
A A.D.O.vence pela 2.ª vez o *campeonato da Beira Litoral*, no qual derrota, a 6 de Abril, o Beira-Mar por 9-0!

Campeões: – Manuel Nunes Capela, Armando Catalão, Alberto Aguiar, Alberto Ramos, José Mendes, Francisco Marques, João Estarreja, Amílcar Azevedo, Zeferino Gomes Pinto, Jacinto Martins, João Sanfins, Alfredo Alves, Arménio Leite e Manuel Sanfins.

Termina neste ano um período de *ouro* da A.D.O. (1931-1941).

1949

Novos estatutos.

Em fins deste ano a bancada do Parque Marques da Silva estava coberta.

1950

Em princípios deste ano a nova bancada do Parque Marques da Silva estava em condições de ser utilizada completamente.

A A.D.O. vence pela 6.ª vez o campeonato distrital de Aveiro da 1.ª divisão, ora designado *torneio regional de Aveiro* (época de 1949-1950).

A 23 de Abril conquista o título de *campeão nacional da III.ª divisão*, subindo à 2.ª divisão.

A 18 de Maio a sede da A.D.O., então localizada no 1.º andar dum velho edifício brasonado, onde actualmente se acha o Café Ovarense, foi destruída por um incêndio. Em benefício da A.D.O., a 29 de Maio, o Benfica, campeão nacional da 1.ª divisão, visitou Ovar e disputou um jogo de futebol.

1953

A A.D.O. venceu pela 7.ª vez o *campeonato distrital de Aveiro da 1.ª divisão* (época de 1952-1953).

A 1 de Novembro mudou a sua sede da Rua Elias Garcia para a Rua Luís de Camões, n.º 16, junto ao Café Progresso.

1954

A 20 de Setembro de 1954 teve lugar a inauguração *oficial* das novas instalações do parque de jogos, prestando-se uma grande homenagem a Francisco Augusto Marques da Silva. Deslocou-se, então, a Ovar o grupo de futebol do Benfica.

1955

A 23 e 24 de Junho visita Ovar, pela 2.ª vez, o grupo de futebol do *Club de Regatas Vasco da Gama*, do Rio de Janeiro, jogando no último dia com um misto da Ovarense.

Neste ano, a A.D.O. é campeão da A.F.A., 1.ª fase de apuramento do nacional da 3.ª divisão, e tem nova sede na Rua Cândido dos Reis.

1956

Realizou-se pela 1.ª vez no distrito de Aveiro um jogo nocturno de futebol, cabendo a honra da iniciativa à A.D.O. Nesse jogo, efectuado a 2 de Setembro, a Oliveirense derrotou a A.D.O. por 1-0.

1961

A 25 de Novembro é inaugurada a iluminação eléctrica do seu parque de jogos pelo delegado da D. G. dos Desportos no distrito, dr. Alberto Resende Martins.

1965

Após 15 anos de ausência, a A.D.O. regressa à 2.ª divisão nacional.

1967

A A.D.O. é campeão distrital de Aveiro em juvenis.

Neste ano, a A.D.O. desce da 2.ª divisão onde se manteve apenas duas épocas (1965-1966 e 1966-1967).

1971

A A.D.O. vence pela 8.ª vez o *campeonato distrital da 1.ª divisão de Aveiro.*

1972

A 30 de Junho verificou-se a inauguração *oficial* do Pavilhão Gimnodesportivo da A.D.O. , cuja direcção deliberou, por unanimidade, a 19 de Novembro de 1990, dar o nome do *Dr. Fernando Raimundo Rodrigues.*

São ouvidos os acordes musicais do *hino da A.D.O.*, da autoria da grande artista ovarense Maria Amélia Dias Simões, hino que foi aprovado pela assembleia extraordinária de 12 de Dezembro.

1974

Em Maio a A.D.O. tem 7 secções com um total de 410 atletas, dos quais cerca de uma centena do sexo feminino:

andebol	40
atletismo	50
basquetebol	60
escola de jogadores de futebol	35
futebol séniores	30
futebol júniores	20
futebol juvenis	20
hóquei em patins	100
náutica	40
ténis de mesa	15
Total	**410**

1981

A A.D.O. vence pela 9.ª vez o *campeonato distrital da 1.ª divisão de Aveiro.*

1990

Pelo decreto n.º 2/90, de 5 de Janeíro, foi excluída do regime florestal parcial uma parcela de terreno com a área de 3 *ha* do perímetro florestal das Dunas de Ovar, para instalação de um campo de futebol para a A.D.O.

A 6 de Maio, na sede da Associação Desportiva Ovarense, na Rua Cândido dos Reis, foi inaugurada a *Sala dos Troféus*, com os nomes dos beneméritos Francisco de Oliveira Gomes Ramada e António Coentro de Pinho.

A 15 de Maio desse ano, o Ministro da Educação, Roberto Carneiro, concedeu à A.D.O. a Medalha de Bons Serviços. E, a 5 de Setembro ainda desse ano, foi inaugurado o relvado do campo de futebol.

O Parque Marques da Silva, com o Pavilhão Gimnodesportivo da A.D.O.
Foto de João Cunha

1991

A Associação Desportiva Ovarense, a 14 de Abril, conquistou o 1.º lugar da 2.ª Divisão, Série B, cometendo o maior feito desportivo, na modalidade de futebol, de toda a sua história. A Câmara Municipal, por proposta do seu Presidente José Guedes da Costa, na sessão de 16 desse mês, conferiu à A.D.O. a *Medalha de Ouro de Mérito Municipal (Desporto).*

A 9 de Junho, vencendo por 5-0 o Olhanense, a Associação Desportiva Ovarense sagrou-se *campeão nacional da II Divisão B.*

1992

A 9 de Fevereiro o dr. João Rodrigues, Presidente da Federação Portuguesa de Fu-

tebol, fez a entrega da Taça de Campeão Nacional da 2.ª divisão conquistada na época anterior (1991) à A.D.O...

A A.D.O. venceu assim, por 9 vezes, o *campeonato distrital da 1.ª divisão de Aveiro*, em 1931, 1933, 1935, 1936, 1939, 1950, 1953, 1971 e 1981; duas vezes foi *campeão da província da Beira Litoral* (1938-1939 e 1940-1941); conquistou o título de *campeão nacional da 3.ª divisão* em 1950, e o o título de *campeão nacional da 2.ª divisão* em 1991.

Além do futebol, a A.D.O. tem-se dedicado a muitas outras modalidades:

– *andebol*

A 22 de Abril de 1934, no Parque da Oliveirinha, realizou-se pela 1.ª vez em Ovar um jogo de andebol.

– *atletismo*

A A.D.O. organizou as *léguas de Ovar* de 1951 e de 1971/1975.

Com secção de atletismo desde 20 de Janeiro de 1971, no ano seguinte, em corta-mato, conquistou o *campeonato nacional feminino de infantis*; e veio a conquistar, por 4 vezes, o *campeonato nacional feminino de júniores*, em 1973, 1974, 1977 e 1979.

– *automobilismo*

A 1.ª gincana de automóveis disputada em Ovar efectuou-se, a 3 de Julho de 1932, no Parque da Oliveirinha.

– *basquetebol*

A A.D.O. que inaugurou, particularmente, o seu campo de basquetebol a 5 de Abril de 1931, veio a ser duas vezes *campeão da 1.ª divisão nacional* (1987-1988 e 1999-2000), vencedora de duas *Taças de Portugal* (1988-1989 e 1989-1990), de quatro *Super Taças* (1987-1988, 1990-1991, 1992-1993 e 1999-2000), e de três *Taças da Liga* (1991-1992, 1995-1996 e 2000-2001).

– *ciclismo*

Em 1963, a A.D.O. é *campeão nacional de fundo* – séniores; a 8 de Abril de 1984, a equipa Ovarense-Herculano conquistou o *campeonato nacional por equipas*; e, em 1964 e 1984, a A.D.O. ficou classificada em 3.º lugar na *Volta a Portugal.*

– *ginástica*

No Parque da Oliveirinha funcionou, desde 23 de Abril de 1933, um curso infantil de ginástica.

– *hóquei*

A patinagem foi iniciada em 1934 pela A.D.O.; a 15 de Agosto de 1937 foi inaugurado o rinque de patinagem da praia do Furadouro.

– *natação*

A 25 de Julho de 1926, a A.D.O. levou a cabo provas náuticas no cais do Carregal.

– *náutica*

Em 1960, 1961, 1964 e 1967, desportistas da A.D.O. foram *campeões nacionais da classe andorinha*; a secção náutica da A.D.O. levou a cabo *regatas da Ria de Aveiro*, e, desde 14/15 de Agosto de 1960, os *cruzeiros do Ria de Aveiro.*

– ténis

A 22 de Setembro de 1929, no Parque da Oliveirinha, foi experimentado o piso do *court* de ténis construido pela A.D.O.

– ténis de mesa

Em 1933, disputou-se na sede da A.D.O. um campeonato de ping-pong.

– tiro

A A.D.O. criou a sua associação de tiro – a *sociedade de tiro n.º 25*, inaugurada a 27 de Janeiro de 1925. Promoveu torneios de *tiro aos pombos* e de *tiro aos pratos*.

– voleibol

O 1.º treino da A.D.O. de voleibol efectuou-se, no Parque Marques da Silva, a 8 de Dezembro de 1951.

Presidentes da Direcção da Associação Desportiva Ovarense

José Dias Simões (1922)
José Augusto Lopes Fidalgo (1923)
Joaquim Correia Dias (1924)
José Augusto Lopes Fidalgo (1925)
Pela 2.ª vez.
António Coentro de Pinho (1926-1927)
Dr. José Afrânio de Sousa Lamy (1928)
António Lúcio Pinto da Gama (1929)
Francisco Augusto Marques da Silva (1929-1933)
Jaime Victor Vieira Soares (1934)
Guilherme Lopes (1935)
António Lúcio Pinto da Gama (1936)
Pela 2.ª vez.
António Coentro de Pinho (1937– 1945)
Pela 2.ª vez.
João da Silva Bonifácio (1946)
José Vaz de Castro Sequeira Vidal (1949)
António da Silva Bonifácio (1950-1952)
Dr. Manuel da Silva Pereira (1952-1953)
David Moreira de Almeida (1953-1955)
Dr. João Evangelista Loureiro (1955-1956)
Padre Manuel Francisco da Silva (1956-1959)
David Moreira de Almeida (1959-1960)
Pela 2.ª vez.
José da Silva Borges (1960-1963)
Dr. Justino Oliveira Rodrigues (1963-1964)
Manuel Gomes Oliveira Reis (1964-1965)
Abílio António Vieira (1965-1966)
Francisco José Correia de Almeida (1966-1968)

Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1968-1972)
Eduardo Moreira Duarte (1972-1973)
Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1973-1974)
Pela 2.ª vez.
Carlos Alberto dos Reis Pessoa Amaral (1974-1975)
Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1975-1976)
Pela 3.ª vez.
Luís José Lopes Vieira (1976-1977)
Francisco Picado da Silva Brandão (1977-1978)
Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1978-1979)
Pela 4.ª vez.
Dr. António Merêncio (1979-1980)
Francisco Rodrigues Farinhas (1980-1982)
Luís José Lopes Vieira (1982-1983)
Pela 2.ª vez.
Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1983-1985)
Pela 5.ª vez.
Luís José Lopes Vieira (1985-1987)
Pela 3.ª vez.
António Luís Lopes Sousa Castro (1987-1988)
Dr. Leonardo Couto Azevedo (1988-1995)
José Eduardo Oliveira (1995)

Presidentes da Assembleia Geral da Associação Desportiva Ovarense

José de Oliveira Pinho (1925-1927)
Dr. Álvaro dos Santos Esperança (1928)
António Coentro de Pinho (1929)
Manuel Pacheco Polónia (1930-1931)
José Augusto Lopes Fidalgo (1932)
Manuel Pacheco Polónia (1933-1937)
Pela 2.ª vez.
Dr. José Afrânio de Sousa Lamy (1938-1943)
Francisco Augusto Marques da Silva (1944-1951)
António Coentro de Pinho (1952-1976)
Pela 2.ª vez.
David Moreira de Almeida (1976)
Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1977-1983)
Dr. Manuel de Oliveira Dias (1984)
Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1985)
Pela 2.ª vez.
António José Oliveira Castro (1986)
Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1987)
Pela 3.ª vez.

Dr. Augusto Godinho Arala Chaves (1988)
Dr. Fernando Raimundo Rodrigues (1989-)
Pela 4.ª vez.

O Aliança Foot-Ball Club, fundado em Janeiro de 1922, inaugurou, em 1941, a sua sede na Rua Cândido dos Reis, quase em frente à sede da Associação Desportiva Ovarense.

Dedicando-se ao atletismo, organizou as primeiras *léguas de Ovar* (1927-1944), tendo sido o iniciador destas José Paulino, fundador e activo dirigente do Aliança. António Barros, atleta do Aliança, venceu a légua de 17 de Setembro de 1944.

O Aliança, que terminaria em 1946, arrendou para a sua secção de basquetebol, a Amadeu Peixoto, um terreno em frente ao Parque Sá Pinto e aí promoveu «alguns desafios da especialidade e festas, com um arraial, etc. Tudo foi de pouca dura» (ZAGALO DOS SANTOS).

Para o dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA (*O futebol vareiro*, 1996), «o Aliança Foot-Ball Club foi uma agremiação desportiva muito modesta, virada para as práticas de futebol, basquetebol, pedestrianismo (Légua de Ovar-Furadouro e *cross*) além de outras modalidades de menor importância».

Aliança Foot-Ball Club em 1929 ou 1930.
1.º Plano: Zeferino Gomes Pinto, Joaquim Pintor, Alfredo, Rui Cunha, António Perfeito, Marcos Matos, Pelágio e Mário Cunha.
2.º Plano: Mário Gomes Pinto, Manuel Morga, António Manarte e António Marques.
In: *EDUARDO LAMY LARANJEIRA*, O futebol vareiro, *1996*

**_Válega_ (1921-1923), do padre Miguel de Oliveira.
A história de Ovar e o padre Manuel Lírio
– _Os Passos_ (1922) e os _Monumentos e instituições religiosas_ (1926)**

O padre MIGUEL AUGUSTO DE OLIVEIRA (1897-1968), natural de Válega, publicou no semanário *O Concelho de Estarreja*, de Pardilhó, em folhetim, o esboço da monografia de Válega, de 1921 a 1923, quando tinha 24/26 anos.

A Câmara Municipal de Ovar, presidida pelo dr. Manuel Fernandes da Silva, por iniciativa do vereador dr. José Macedo Fragateiro, deliberou a 23 de Julho de 1980, editar a monografia de Válega.

Válega. Memória Histórica e Descritiva, que foi editada em 1981, tendo sido composta e impressa na Escola Tipográfica das Missões, em Cucujães, foi objecto duma crítica (incompleta) contundente do dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES (artigos publicados no *Notícias de Ovar*, de 29 de Abril a 3 de Junho de 1982, e intitulados «A Monografia de Válega e o seu autor»).

O padre Manuel Rodrigues Lírio, filho do fragateiro Manuel Rodrigues Lírio e de Ana de Oliveira Lopes, nasceu na Lagoa de S. Miguel, a 23 de Agosto de 1881, recebeu ordens de presbítero em 1905, e neste ano rezou no Porto a sua 1.ª missa, a 15 de Agosto, na Igreja dos Clérigos. Deixando cedo de paroquiar por motivo de doença grave, dedicou-se ao ensino particular, tendo sido professor do Colégio Ovarense.

Padre Manuel Lírio. 1881-1953

Foi um dos 68 sócios fundadores da Misericórdia (1910) e vogal desta desde 17 de Março de 1928, ano em que foi testemunha de defesa do padre Teófilo de Andrade na questão da herança do dr. Joaquim Soares Pinto.

Polemista, homem de jornais e de investigações históricas, colaborou nos semanários locais *O Ovarense*, *Jornal de Ovar*, *Regenerador Liberal*, *Revista de Ovar*, *Se-*

mana de Ovar, de que foi um dos redactores, *A Liberdade*, da qual foi um dos fundadores, e *A Defesa*; fundou com o padre José Ribeiro de Araújo, a 1 de Janeiro de 1914, o semanário ovarense *João Semana*, de que foi director (1917 a 1953); editou com Augusto Pereira de Resende e mais tarde com aquele padre José Ribeiro de Araújo o *Almanaque ilustrado de Ovar* no ano de 1911 e nos anos de 1913 a 1918; e publicou duas obras sobre a história religiosa local - *Os Passos* (1922) e *Monumentos e instituições religiosas* (1926).

Na primeira obra refere, de modo exaustivo e minucioso, a Irmandade, as Capelas e as Solenidades dos Passos; na segunda, descreve a Igreja e as Capelas das freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar, e ainda as da Torreira e de S. Jacinto que pertenceram a Ovar.

Monárquico, foi preso, a 29 de Outubro de 1911, aquando do *complot* de Ovar, e levado para Aveiro onde ficou retido até 11 de Janeiro de 1912. Escreveu, então, um livro intitulado *Memórias anedóticas de in illo tempore* a respeito do *complot* e da sua estadia na cadeia. Aquando da traulitânia foi novamente preso e levado para o quartel de Ovar, tendo sido libertado pela acção dos republicanos locais.

Faleceu na sua casa de S. Miguel, aos 14 de Novembro de 1953, com 72 anos.

O nome «Fátima» na onomástica ovarense (1922)

As aparições na Cova da Iria, freguesia de Fátima, deram-se entre 13 de Maio e 13 de Outubro de 1917 mas só em 1922 é que o nome *Fátima* entrou na onomástica ovarense, através duma criança do sexo feminino, Fátima Pais Guedes, nascida em 24 de Janeiro no lugar da Regedoura, freguesia de Válega, filha de Alfredo Alves Guedes e de Rosa Augusta Pais. Em 1923 temos a 2.ª *Fátima* do concelho de Ovar, Maria de Fátima Alves da Silva, natural de Ovar, onde nasceu a 9 de Junho, na Rua Alexandre Herculano (M. PIRES BASTOS, «Onomástica Fatimita em Ovar», *in*: *João Semana*, de 15 de Junho de 1976).

A Câmara democrática da presidência do dr. Albino Borges de Pinho (2 de Janeiro de 1923 a 2 de Janeiro de 1926). A Família Borges de Pinho

Advogado e político, o dr. Albino Borges de Pinho nasceu na freguesia de Válega, a 19 de Outubro de 1895, filho de Manuel José Borges de Pinho Júnior e de Maria da Silva Valente, lavradores, naturais da mesma freguesia e moradores no lugar de Porto Laboso, neto paterno de Manuel José Borges de Pinho e de Mariana Luís Pereira, do lugar de Molaredo, e neto materno de Manuel José da Cunha de Resende e de Ana Maria Valente, de Porto Laboso.

De 1917 a 1920 serviu na Grande Guerra, em Angola, como alferes miliciano, e, após o regresso de África, foi prefeito no Colégio de Ermesinde.

Administrador interino do Concelho de Ovar (posse a 14 de Março de 1921) foi, com 27 anos, o mais novo *Presidente da Câmara Municipal* (2 de Janeiro de 1923 -

Dr. Albino Borges de Pinho. 1895-1967

1925), tendo sido, em 1923, nomeado professor do Liceu de Passos Manuel, em Lisboa.

Com o nome de *Alberto Moreno* travou polémica n'*A Pátria* com o *João Semana*, escrevendo contra o padre político e jesuíta, eleiçoeiro vulgar, cacique vicioso.

Casou, a 11 de Agosto de 1924, com Lucília Ramos de Sousa Lamy Borges de Pinho, filha do dr. José Delfim de Sousa Lamy e de Cândida Ramos de Sousa Lamy, neta paterna de Delfim José de Sousa Lamy e de Ana Augusta Ferreira da Silva, e neta materna de David Ramos e de Cândida de Morais Sarmento Ramos.

Em Dezembro de 1924 foi eleito presidente, para o biénio de 1925-1926, da Comissão Política do P.R.P. de Ovar, e, em 1927, concluiu a sua formatura em direito em Lisboa.

Durante a sua presidência fundou-se o partido republicano radical (1924-1926) e inauguraram-se a biblioteca municipal (1924) e a *escola livre* de Ovar (5 de Dezembro de 1925).

Presidente da direcção da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa, de 1953 a 1957, deveu-lhe esta inúmeras iniciativas, designadamente as visitas a Ovar da imprensa diária nacional e das agências noticiosas de Lisboa e Porto (27 e 28 de Junho de 1953), e do núncio apostólico D. Fernando Cento (6 de Junho de 1954); as conferências do dr. António Luís Gomes (20 de Março de 1954) e de Adelino Mendes (12 de Maio de 1956) na Câmara Municipal; e a fundação do *Boletim da Casa do Concelho de Ovar*, do qual foi o primeiro director.

Foi um dos principais colaboradores das deslocações a Lisboa do Orfeão de Ovar, ao Coliseu dos Recreios (1950) e ao Teatro Variedades (1956).

No Congresso do Sagrado Coração de Jesus, do qual foi um dos principais animadores, proferiu uma conferência, a 6 de Agosto de 1955, intitulada *O Sagrado Coração de Jesus e as vocações*.

Em 1960, recebeu na sua casa da Avenida Duque d'Ávila, em Lisboa, a visita dos Reis da Tailândia, tendo sido condecorado com o grau de oficial da Ordem do Elefante Branco.

Faleceu este advogado distinto, relacionado com as mais altas personalidades da sociedade portuguesa – designadamente com o Presidente da Assembleia Nacional, conselheiro dr. Albino dos Reis, da *ala esquerda* do Estado Novo e com grande influência no distrito de Aveiro –, e cultivando as melhores relações de amizade, na freguesia de Santa Cruz, de Coimbra, com 72 anos, a 16 de Julho de 1967, vítima de trágico acidente de viação, vindo a ser sepultado em Guilhabreu, Vila de Conde.

A Família *Borges de Pinho* descende de Manuel José Borges de Pinho e de Mariana Luísa Pereira, casal do lugar de Molaredo, da freguesia de Válega.

O filho deste casal, Manuel José Borges de Pinho Júnior, casou com Maria da Silva Valente, filha de Manuel José da Cunha de Resende e e Ana Maria Valente, do lugar de Porto Laboso, de Válega.

Filhos do casal Manuel José/Maria:

– Dr. Albino Borges de Pinho (1895-1967), que foi *Presidente da Câmara Municipal de Ovar* (2/1/1923 - 1925), e *Presidente da direcção da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa* (1953-1957), tendo casado (1924) com Lucília Ramos de Sousa Lamy Borges de Pinho (1903-1998). Seu filho, o dr. José Delfim de Sousa Lamy Borges de Pinho, nasceu a 3 de Junho de 1931, na freguesia dos Anjos, da cidade de Lisboa, concluiu o seu curso de direito em 1954, e, cônsul da Tailândia desde 1958, foi condecorado (1960), na casa de seus pais, na Avenida Duque d'Ávila, pelos reis desse país, com o grau de comendador da Ordem do Elefante Branco. Advogado, casou na igreja de Nevogilde, da cidade do Porto, a 31 de Agosto de 1960, com Maria Manuela Guimarães Ferreira de Lemos Borges de Pinho, filha do dr. José António Alves Ferreira de Lemos e de Porfíria Maria Teresa Guimarães Ferreira de Lemos, tendo falecido, a 1 de Julho de 1998, com 67 anos.

– Manuel Maria Borges de Pinho (†1968, com 85 anos), que casou com Maria Joana de Matos.

– Carlos Borges de Pinho (†1995, com 96 anos), que casou com Maria de Jesus Valente Pereira.

Filhos do casal Carlos/Maria de Jesus:

– Dr. Carlos Manuel Valente Borges de Pinho, que foi *abade da paróquia de S. João de Ovar* (1971-1973), e é actualmente advogado no Porto, na Soares da Costa.

– Dr. David Valente Borges de Pinho, que casou (1968) com a dr.ª Maria Helena de Barros Meneses Borges de Pinho. É, actualmente, Procurador-Geral-Adjunto nos Serviços de Inspecção do M.º P.º

– Dr. José Eduardo Valente Borges de Pinho, que foi vice-reitor da Universidade Católica.

– Maria Teresa de Jesus Valente Borges de Pinho Amaral, que casou (1947) com o sargento-ajudante Salviano Duarte de Oliveira Amaral, de Válega.

– Padre dr. Nuno Álvares Augusto Valente Borges de Pinho, que nasceu no lugar do Cadaval, Válega (1931), e se ordenou presbítero em 1954. É actualmente pároco do Carvalhido e Director Diocesano do Apostolado da Oração.

A Câmara *democrática* da presidência do dr. Albino Borges de Pinho, composta por 16 vereadores, teve como vice-presidentes José Augusto Pereira Viana (desde 2 de Janeiro de 1924), e João José Alves Cerqueira (desde 2 de Janeiro de 1925).

Entre os vereadores destacavam-se João José Alves Cerqueira, José Maria Cabral, José de Oliveira Lopes (desde 17 de Janeiro de 1923), José Rodrigues Figueiredo, Manuel André de Oliveira Júnior, e Manuel da Silva Bonifácio Júnior.

A *comissão executiva*, presidida por José Maria Cabral (pediu a exoneração a 4 de Maio de 1923), José de Oliveira Lopes (desde 2 de Janeiro de 1924) e Manuel André de Oliveira Júnior (desde 2 de Janeiro de 1925), teve como vice-presidentes aquele José de Oliveira Lopes, e José Rodrigues Figueiredo (desde 2 de Janeiro de 1924).

Era composta pelos seguintes vereadores:

Álvaro Ferreira Coelho
António Duarte Pereira do Amaral (desde 2 de Janeiro de 1924)
José Marques de Sá
Manuel André de Oliveira Júnior
Manuel Rodrigues Formigal (desde 2 de Janeiro de 1925)
Manuel da Silva Bonifácio Júnior (desde 2 de Janeiro de 1924)

Pão de Santo António (19 de Junho de 1923)

Fundado por Emília Gomes de Almeida e Silva, foi instalado a 19 de Junho de 1923 na capela deste nome. Os seus objectivos foram continuados, a partir de 27 de Março de 1956, pela Ordem Terceira de S. Francisco.

O Ferreira da Madria e a fábrica de serração (1923)

José Ferreira da Silva, o *Ferreira da Madria*, que nasceu em Loureiro, Oliveira de Azeméis, em 1895, casou com Maria de Oliveira e Silva (1898-1978), e veio a falecer em Ovar, em 1979, com 83 anos.

Fundou, em 1923, com Francisco Serralheiro, na Madria, a fábrica de Serração da Madria – J. Ferreira da Silva & C.ª Lda.

Com a ajuda do dr. Domingos Lopes Fidalgo, pugnou pelo desenvolvimento do lugar da Madria.

Ferreira da Madria.
1895-1979

Indústrias extractivas

São diminutos os recursos naturais da região, constituídos apenas por algumas explorações de caulino, areeiros e barreiros.

A areia e a argila dos depósitos de praia são explorados nos *barreiros* do Cadaval, próximo de Ovar.

O caulino, mineral aplicado principalmente no fabrico de porcelana é explorado a céu aberto e por bolsada na freguesia de S. Vicente de Pereira, onde existem duas minas denominadas *Couto mineiro da Vista Alegre* (parte da mina pertence às freguesias de Souto, do concelho de Santa Maria da Feira, e de S. Martinho da Gândara, do concelho de Oliveira de Azeméis) de que é concessionária a Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre, com alvará de 27 de Fevereiro de 1925, e *Outeiro*, da mesma concessionária, com alvará de 1 de Outubro de 1923.

Em 1824, José Ferreira Pinto Basto fundou na Vista Alegre uma fábrica de porcelana, e, em 1877, as matérias-primas empregadas nela iam de S. Vicente de Pereira.

As pedreiras de mais exploração do concelho de Ovar, em 1865, localizavam-se nas freguesias de Arada (lugares de Arca Pedrinha e Pedras de Baixo) e de Válega (lugares de Bustelo, Paçô, Pintim, Ponte de Pedra e Vilar).

O partido republicano radical (Janeiro de 1924)

De 9 a 11 de Junho de 1923 efectuaram-se as reuniões do 1.º congresso do partido *radical* no País. A este partido, que era uma «formação sem vislumbres de arraigo na Nação e em que só uma figura se destacava pelo seu alto valor intelectual e moral – o Dr. Lopes de Oliveira» (CUNHA LEAL, *As minhas memórias*, vol. III), aderiu o general Gomes da Costa.

O dr. José Lopes de Oliveira (1881-1971), professor do Liceu de Passos Manuel e combativo escritor, era Presidente do Partido Republicano Radical nas vésperas do Estado Novo.

Entre os grupos provenientes do grande partido republicano português, o *partido popular* de Júlio Martins rompeu com os evolucionistas, quando estes se fundiram em 1919 com os unionistas, juntando-se aos chamados *Outubristas*, ou partidários do movimento de 19 de Outubro de 1921, para constituir o *partido radicial* (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, 2.º vol.).

Em Janeiro de 1924 achava-se já constituído em Ovar o partido *radical* (1924-1926), com a sua comissão política oficialmente reconhecida pelo directório e comissão distrital.

A Comissão Política do partido radical de Ovar convidava, então, todos os cidadãos que concordassem com a orientação do partido a filiarem-se nele, na residência de Amadeu Pais Gaspar, sita no Largo Francisco Zagalo, 14.

Foram delegados de Ovar ao congresso do partido realizado no Porto a 31 de Janeiro e 1 e 2 de Fevereiro de 1924 os cidadãos Manuel José Patrício, Henrique Carlos Abreu e Francisco O. Batatel.

No domingo, 25 de Outubro de 1925, o P.R.R. local levou a cabo um comício de propaganda em Ovar, no Teatro dos Bombeiros Voluntários, para apresentação ao concelho do seu candidato às próximas eleições ao congresso, marcadas para 8 de Novembro desse ano. O presidente da Comissão Municipal do partido radical salientou o

gesto do general Gomes da Costa, que tinha aderido ao partido, e propôs para a presidência da sessão o Presidente da Comissão Municipal do P.R.R. de Aveiro, dr. Alberto Ruela. Este convidou para secretários José Augusto Lopes Fidalgo, representante das comissões paroquiais de Ovar, um representante das comissões paroquiais do Porto e um das comissões paroquiais de Oliveira de Azeméis.

Falaram os velhos republicanos do Porto, Américo Cardoso, Mem Verdial, e Tamagnini Barbosa, tendo este atacado os republicanos dos outros partidos, o director do semanário democrático local *A Pátria*, Manuel Rodrigues Leite, que cumprimentou o candidato que o partido radical escolhera para representante do concelho de Ovar, o dr. Alberto Ruela, de Aveiro, o candidato dr. Lopes de Oliveira, velho republicano do vizinho concelho de Oliveira de Azeméis, e o dr. Veiga Simões, presidente do directório do partido e que veio expressamente de Lisboa assistir à apresentação daquele dr. Lopes de Oliveira.

A sessão do P.R.R. mereceu d'*A Pátria* (de 29 de Outubro de 1925) ampla reportagem e a seguinte conclusão: – «Prova somente que nada explica em Ovar a formação do P.R., a não ser que a sua função seja a de andar a dizer que os republicanos que não militam no seu partido são uns malandros, são uns ladrões, são uns patifes».

O P.R.R. – Partido Republicano Radical –, foi um partido fraco e sem implantação em Ovar.

Após o *28 de Maio* de 1926 (o pronunciamento militar, a *Revolução Nacional*, contou, também, com os radicais), uma Comissão Administrativa de tendência *radical*, governou a Câmara Municipal por 7 dias!, de 17 a 23 de Agosto de 1932. Foi presidida pelo tenente Ernesto Ferreira Franco e teve como vice-presidente outro radical, o professor Manuel José Patrício.

O professor do ensino básico Manuel José Patrício nasceu no lugar do Monte, Murtosa, a 27 de Julho de 1896, filho de João José Patrício e de Apolónia Isabel de Oliveira, tendo casado, pela primeira vez (1916), com Emília Marques da Silva, natural de Ovar, filha de Manuel Basílio dos Santos e de Ana Marques da Silva, e, da segunda vez, com Aida Pereira dos Santos Patrício.

Professor Patrício. 1896-1976

Distinto professor, veio a falecer, a 23 de Maio de 1976, com 79 anos.

A Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia do Furadouro (12 de Maio de 1924 a 1 de Janeiro de 1937)

Ovar teve a *Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia do Furadouro* (1924-1937), a *Junta de Turismo da Praia do Furadouro* (1937-1982), a *Comissão Municipal de Turismo* (1982-1985), e tem, actualmente, uma *delegação* da Região de Turismo da Rota da Luz.

Presidentes da Comissão de Iniciativa e Turismo

1. Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves (posse a 12/5/1924)
2. Dr. José Duarte Pereira do Amaral (5/12/1924)
3. Dr. Álvaro dos Santos Esperança (5/3/1929)
4. Dr. João Maria Lopes (15/7/1931)
5. António Ferreira Brandão (1931)
6. José Morais Sarmento (30/9/1932)

Esta comissão (1924-1937) foi considerada extinta a 1 de Janeiro de 1937, pelo decreto n.º 27.424, de 31 de Dezembro de 1936, que aprovou o Código Administrativo.

A Biblioteca (5 de Outubro de 1924)

José Luís da Silva Cerveira abriu no seu estabelecimento, a 14 de Abril de 1901, um gabinete de leitura, com livros de autores nacionais e estrangeiros; a leitura seria no domicílio mediante um vintém por dia de demora ou um cruzado por mês.

A 3 de Dezembro de 1907 a Comissão de Beneficência Escolar resolveu criar um gabinete de leitura, tendo a sua biblioteca sido instalada e montada numa das salas da Associação dos Bombeiros Voluntários em princípios de 1910. O *regulamento* interno da Biblioteca Escolar da Freguesia de Ovar foi publicado n'*A Pátria*, desde 12 de Maio deste ano.

Em Julho de 1918 foi inaugurada no Grémio Familiar Ovarense a *Biblioteca Pedagógica*, organizada por José de Castro Sequeira Vidal, e que, com o termo do grémio, passou para a Associação Desportiva Ovarense, até 6 de Maio de 1924, e depois para a posse do professor António Augusto Correia Baptista.

Na sessão ordinária da Comissão Executiva da Câmara, de 10 de Julho de 1924, deliberou-se aceitar a cedência dos livros da antiga Comissão de Beneficência Escolar da Freguesia de Ovar – cerca de 750 volumes – e mercê desta cedência fundar a *biblioteca municipal*, instalando-a no arquivo da Câmara. Esta deliberação foi aprovada pela Câmara na sessão extraordinária de 29 de Setembro do mesmo ano (fundação da biblioteca e convénio com a Comissão de Beneficência Escolar), que também aprovou o *Regulamento da Biblioteca Municipal de Ovar*, com 29 artigos, determinando o 1.º que «a Biblioteca Municipal de Ovar, sendo de carácter popular, tem por fim: a vulgarização, expansão e propaganda do livro; estabelecer o gosto pela leitura e pelo estudo; e, consequentemente, o desenvolvimento intelectual e o aperfeiçoamento moral do cidadão». Resolveu-se abrir a biblioteca no dia 5 de Outubro de 1924.

Porém, só a Câmara da presidência de Manuel Pacheco Polónia deu solar à biblioteca, e contratou um homem para elaborar, «como soube e lhe aprouve, o Catálogo» (ZAGALO DOS SANTOS). Foi inaugurada na Sala do Arquivo, no 1.º andar dos Paços do Concelho.

A Câmara de António Coentro de Pinho confiou a guarda e conservação dos livros da biblioteca à Junta de Turismo do Furadouro e na sessão de 2 de Dezembro

de 1952 deliberou arrendar a Quinta de S. Tomé, na Rua Luís de Camões, para aí instalá-la.

Na sessão de 20 de Julho de 1954 a Câmara aprovou a proposta do seu Presidente, António Coentro de Pinho, para que fossem imediatamente mudadas a biblioteca pública e a Junta de Turismo para a referida casa, arrendada pela Câmara à Misericórdia.

Mas a transferência da biblioteca para a Quinta de S. Tomé foi episódica, dado que a mesma Câmara, em 3 de Novembro de 1954, agora presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, resolveu deixar de pagar a renda à Misericórdia, atendendo a que o contrato celebrado entre esta e a Câmara era contrário à vontade do benfeitor Manuel Gomes Neto. E a biblioteca voltou para os Paços do Concelho, para o rés-do-chão do lado norte.

A 6 de Abril de 1960, assumiu a direcção da biblioteca municipal o dr. Eduardo Lamy Laranjeira. Nesse ano, por acordo entre a Câmara Municipal e a Fundação Gulbenkian, esta principiou a fornecer para utilização domiciliária alguns milhares de livros.

A 31 de Maio de 1988, foram inauguradas as instalações provisórias das bibliotecas, Municipal e Gulbenkian, no antigo edifício, à Rua Gomes Freire, onde funcionaram os Serviços Municipalizados de Electricidade.

Edifício da Rua Gomes Freire,
onde se localizou a Biblioteca Municipal (1988-1997).

E, a 3 de Maio de 1997, o Ministro da Cultura, prof. Manuel Maria Carrilho, inaugurou a Biblioteca Municipal, localizada em edifício próprio e construído de raiz no Parque da Senhora da Graça.

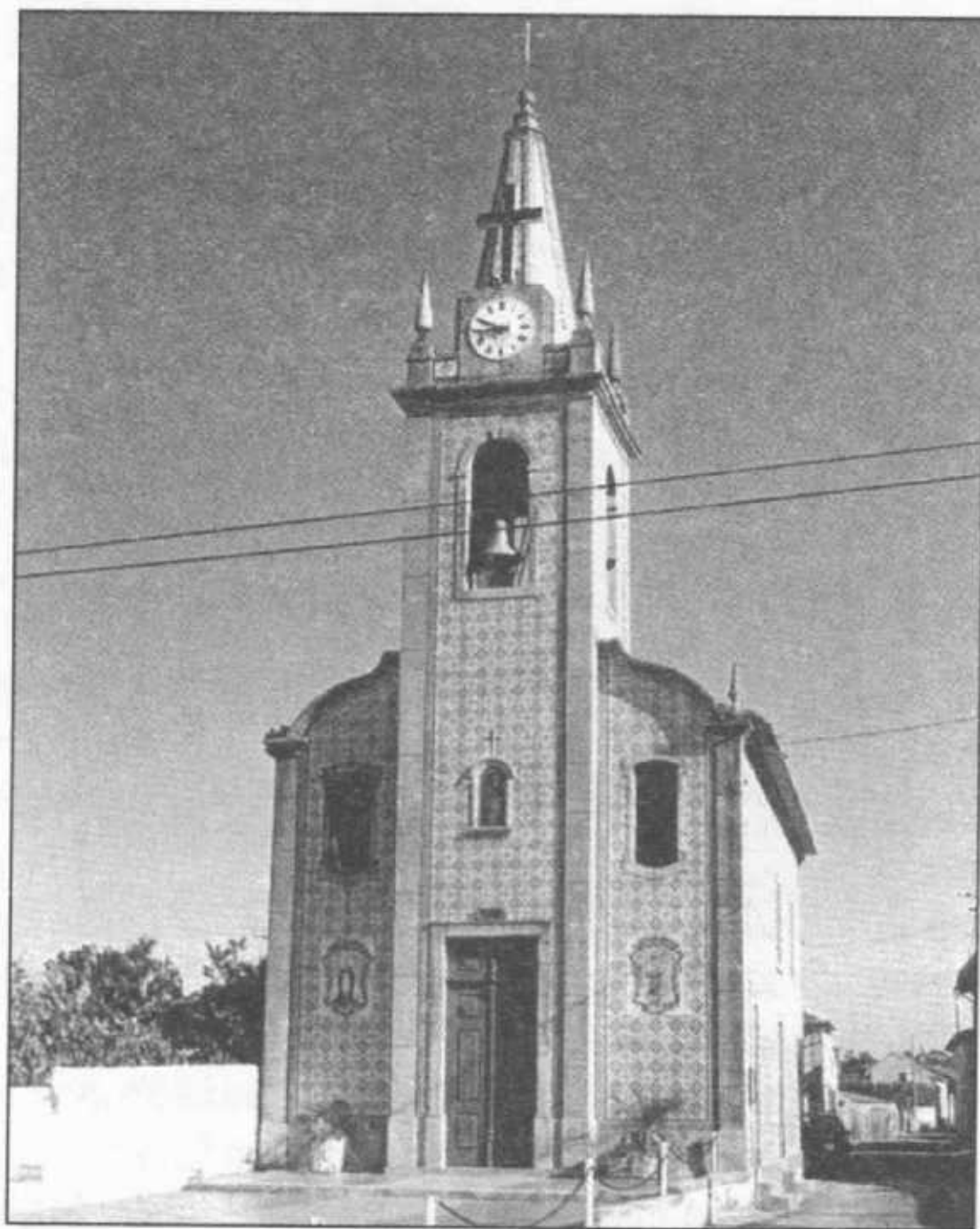
Localizações da biblioteca municipal:

1924-1954	Paços do Concelho
1954	Quinta de S. Tomé
1954-1988	Paços do Concelho (rés-do-chão)
1988-1997	Rua Gomes Freire
1997–	Parque da Senhora da Graça

A Capela de S. Domingos (22 de Outubro de 1924 a 25 de Julho de 1931)

A primitiva Capela de S. Domingos, no lugar do Sobral, principiou a ser demolida a 13 de Outubro de 1924. A construção da actual teve início a 22 de Outubro de 1924, sendo inaugurada a 25 de Julho de 1931.

É construção corrente na região, tendo a torre no meio da frontaria.

Para A. NOGUEIRA GONÇALVES (*Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro. Zona do norte, 1981), «digno de nota é o seu altar-mor, de madeira decorada a marmoreados e dourados. Era o do paço episcopal do Porto, do último quartel do século XVIII».

Nova Capela de S. Domingos, no Sobral.

Os escuteiros (1924) e o seu fundador – Padre José Ribeiro de Araújo

O escutismo, fundado pelo general inglês *Sir* R. Baden-Powell, em 1908, foi iniciado no País em 1911. A palavra *escuteiro* foi adaptada na língua portuguesa para definir *boy-scout*, classificação inglesa de filiado no *scouting*.

O grupo de *escuteiros* ou *escutas* de Ovar, fundado em 1924 pelo padre José Ribeiro de Araújo, reorganizado a 8 de Junho de 1930, foi oficializado em Dezembro deste ano, cabendo-lhe o n.º 66 – *Delegação da Cruzada Nacional de Nuno Álvares Pereira*.

O padre Araújo nasceu em Perosinho, Vila Nova de Gaia, a 14 de Novembro de 1883, filho de Joaquim Ribeiro de Araújo e de Ermelinda Domingos Coelho, recebeu ordens de presbítero em 1908, e foi *cura* da freguesia de Ovar durante mais de 44 anos!, de 3 de Março de 1909 a 6 de Junho de 1953.

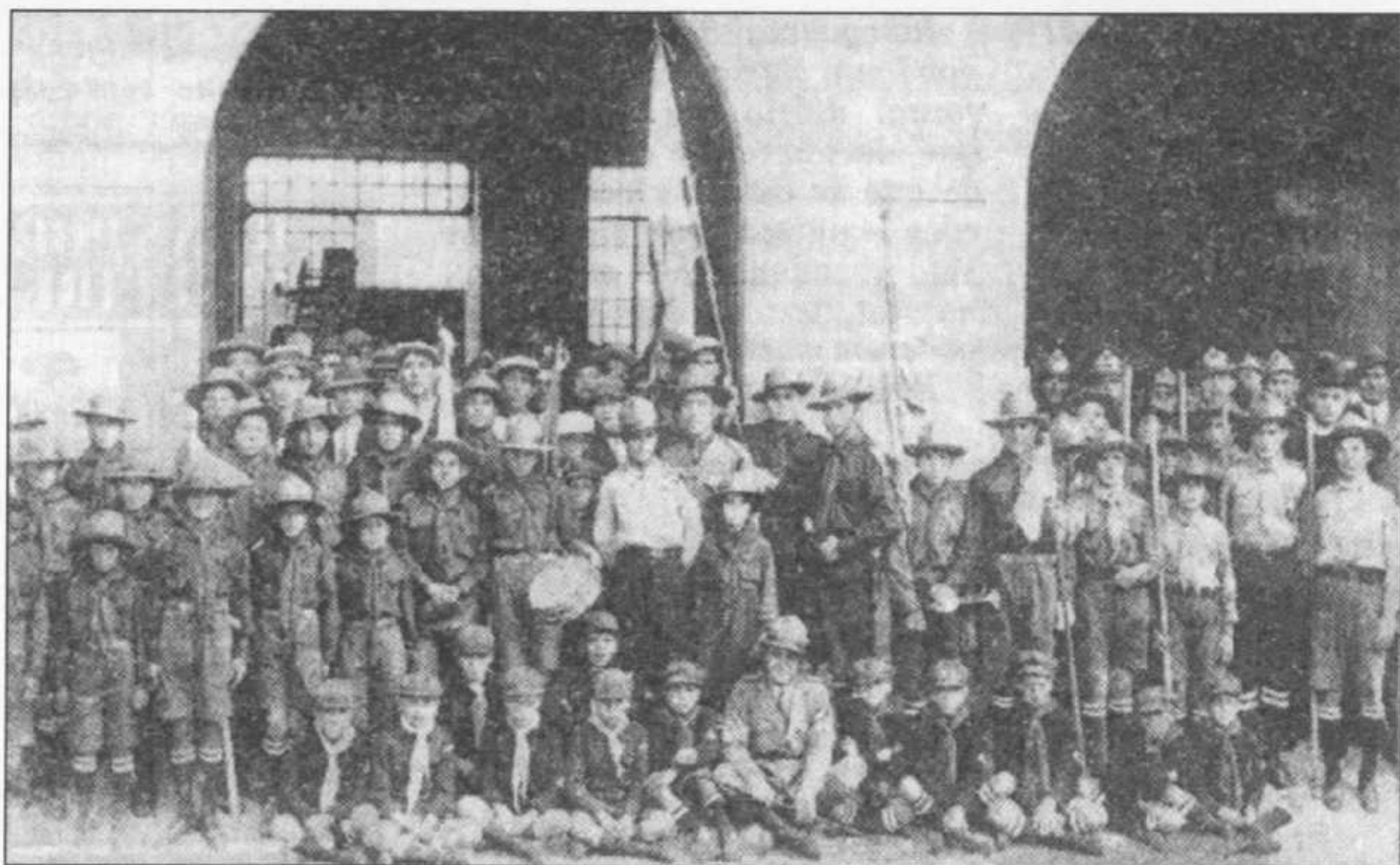
Foi um dos fundadores do semanário local *João Semana* (1 de Janeiro de 1914), editou com o padre Manuel Lírio o *Almanaque ilustrado de Ovar*, foi o fundador (1924) do grupo de escuteiros, tendo publicado artigos de história local naquele *João Semana*, desde 16 de Agosto de 1945, intitulados «Efemérides de Ovar», artigos esses que, em 1952, foram reunidos num volume, as *Poalhas da história da freguesia e igreja de Ovar*.

Veio a falecer, com 69 anos, na Rua Visconde de Ovar, a 6 de Junho de 1953.

Padre José Ribeiro de Araújo.
1883-1953
In*:* João Semana, *de 15/6/1977*

Em 26 e 27 de Agosto de 1930, numa quinta em S. Miguel, organizou-se o 1.º acampamento *escutista* e, a 6 de Julho de 1931, realizou-se a festa da inauguração, com missa na Igreja Matriz, visitas aos Paços do Concelho, Bombeiros Voluntários e Misericórdia, sessão solene no teatro e, à noite, récita de gala.

Foram *chefes do grupo 66* nesta 1.ª fase:

1. Manuel Ferreira Regalado (31/10/1930-15/1/1931)
2. António Augusto de Abreu (até 15/9/1932)
3. Padre Manuel da Silva Brandão (até 30/4/1934)
4. Eugénio Vinagre (até 30/11/1937)
5. Manuel Coentro Alves Cerqueira (até 16/9/1942, data em que o grupo passou a misto)
6. Francisco António Marques Alegria (16/9/1942-1/1/1950).

Escuteiros de Ovar (12 de Julho de 1931),
com o chefe *Manuel Regalado e o Padre José Ribeiro de Araújo.*
In*:* João Semana, *de 15/8/1978*

1932. Ao centro o Padre Maia, ladeado pelos padres
Manuel Lírio e José Ribeiro de Araújo.
In*:* Reis *de 1998*

Deixando de exercer a sua actividade a 1 de Janeiro de 1950, veio a ser novamente reorganizado, a 31 de Março de 1952, tendo como assistente religioso o padre Manuel José Ferreira Torres.

O padre Torres nasceu em Ovar, a 27 de Maio de 1890, filho de Manuel Ferreira Torres e de Maria Rodrigues Pereira. Ordenado sacerdote, em 1914, pelo bispo D. António Barroso, nessa altura exilado em Remelhe, Barcelos, o padre Torres veio a ser vereador nas Câmaras *nacionalistas*, da presidência de Manuel Pacheco Polónia, de 1937 a 1941 e de 1941 a 1945; director e professor do Colégio Júlio Dinis; assistente religioso dos escuteiros; e presidente do Grémio da Lavoura.

Padre Torres.
1890-1972
In: João Semana, *de 1/5/1990*

Veio a falecer, em Ovar, com 82 anos, a 7 de Setembro de 1972.

Foram *chefes do grupo 66* na 2.ª fase:

1. Anselmo da Costa Resende (31/3/1952-29//11/1956)
2. António Jorge Tavares Pereira de Carvalho (14/6/1960)

O grupo 66 do *Corpo Nacional de Escutas* foi o fundador e organizador do Museu de Ovar (1961).

Extinto, voltou a recompor-se em 1978, sendo nomeado chefe do escutismo em Ovar Joaquim Machado da Costa Guimarães (Agrupamento 549 de Ovar – Grupo 66 da Região do Porto).

José Augusto de Almeida,
organizador do Museu de Ovar.
1922-1996
In: Notícias de Ovar,
de 26/1/1961

Existiu, ainda, a *Alcateia 52 (S. Cristóvão)*, filiada em 28 de Fevereiro de 1934, e que veio a fundir-se com o *grupo 66*, a 1 de Outubro de 1944, tendo tido como *primeiros chefes*:

– António de Oliveira Salvador (de 15/1/1934)
– Eugénio Vinagre (15/2/1936)

Reorganizada em Janeiro de 1953, tendo como chefe Maria Celeste Carrelhas, voltou a integrar-se, em 1957, no *grupo 66.*

A 1 e 2 de Maio de 1993, em Maceda, teve lugar a celebração dos 70 anos do Corpo Nacional de Escutas e a inauguração naquela freguesia do 1.000.º Agrupamento. No domingo, 2 de Maio, a missa festiva foi presidida por D. Manuel Pelino Domingues, Bispo auxiliar do Porto.

Maria Celeste Carrelhas.
In: Reis, *de 1970*

O Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal Manuel André de Oliveira Júnior (2 de Janeiro de 1925)

Naseceu em Ovar, a 10 de Agosto de 1861, filho de Manuel André de Oliveira e de Joana Rosa Gomes da Silva, naturais também desta cidade, casou com Ana Gomes de Oliveira (†1863), vindo a falecer a 20 de Janeiro de 1932, com 70 anos, no Largo Cinco de Outubro.

Foi vereador nas Câmaras *democráticas* presididas por Celestino Soares de Almeida (1914-1915), dr. Pedro Ferraz Chaves (1918), António de Oliveira Melo (1919-1922), e dr. Albino Borges de Pinho (1923-1925), vogal da Comissão Executiva (1917-1918, 1919, 1923-1925), e secretário da Administração do Concelho desde 1923.

Este proprietário veio a substituir, a 2 de Janeiro de 1925, José de Oliveira Lopes na presidência da Comissão Executiva da Câmara Municipal.

Manuel André de Oliveira Júnior e sua mulher Ana Gomes de Oliveira.

As sociedades de tiro (27 de Janeiro de 1925)

Foram três as associações de tiro criadas em Ovar para viverem à sombra da utilização da carreira de tiro militar: – a *sociedade de tiro n.º 25*, da A.D.O.; a *sociedade de tiro n.º 26*, do Sport Club Ovarense; e a *sociedade de tiro n.º 59*, do Estrela Foot-Ball Club.

Devido ao grande entusiasmo entre os atiradores civis com armas de guerra, a A.D.O. criou a sua associação de tiro, inaugurada a 27 de Janeiro de 1925, com estatutos aprovados numa reunião de 43 sócios efectuada na noite de 10 de Fevereiro desse ano, nas casas de Afonso José Martins, na Praça da República. Foi eleito, nesse dia, Presidente da Sociedade de Tiro n.º 25 o Major Zeferino Camossa Ferraz de Abreu.

O Sport Club de Ovar elegeu a comissão técnica da sua associação de tiro, a n.º 26, a 9 de Fevereiro de 1925.

A 15 de Agosto de 1931 foram remetidos os estatutos da sociedade de tiro n.º 59, anexa ao Estrela Foot-Ball Club, para serem aprovados pelo presidente da Federação Nacional de Tiro. À frente desta sociedade ficou, desde o início, o dr. José Eduardo de Sousa Lamy.

De 1925 a 1937 realizaram-se inúmeras provas de tiro em Ovar, organizadas na quase totalidade pelas sociedades de tiro n.os 25 e 59 e algumas pelo Sport Club de Ovar.

Em 1928 a Sociedade de Tiro n.º 25 (A.D.O.) alargou a sua secção ao tiro reduzido, destinado a senhoras; em 1939 o 1.º grupo feminino de tiro regularmente organizado era o desta sociedade.

Grupo de Senhoras da Secção de Tiro n.º 25, em 1939.
Da esquerda para a direita: de pé – *Ester Lima, Olinda Pinho, Maria Albertina Romão, Nazaré Resende (*Vilão*) e Adélia Almeida (*Calma*).*
Sentadas – *Teresinha Ferreira (*Calma*), Adélia Resende (*Vilão*) e Teresa Gomes Pinto.*
In: *JOSÉ PEREIRA PINTO,* Associação Desportiva Ovarense – Uma chama que resiste

O incêndio do Furadouro (15 de Março de 1925)

No dia 15 de Março de 1925 um violento incêndio devorou cerca de 200 habitações, entre as quais 4 grandes prédios construídos de pedra e cal, deixando 300 pessoas sem abrigo e 6 ruas destruídas. Este fogo na praia do Furadouro teria tido início num pequeno palheiro, ao norte, por descuido dum pescador embriagado ou de uma rapariga que ao deitar-se adormeceu sem apagar uma vela que pegou fogo à palha que lhe servia de colchão e daí à casa.

Organizaram-se em Ovar grupos de esmoleiros em benefício dos sinistrados; o Estado concorreu com 120.000$00 para a construção de casas; *O Primeiro de Janeiro* promoveu *bandos precatórios* no Porto nos quais se fez representar a Câmara (o mesmo jornal entregou à Misericórdia de Ovar a quantia de 106.825$20, produto da subscrição por ele iniciada a favor das vítimas, e que não foi necessária); o Presidente da República, o Senado, o Ministro do Interior, o Governador Civil de Aveiro, a Junta Geral do Distrito, as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto, enviaram palavras de pesar. A Câmara de Ovar agradeceu aos bombeiros voluntários e municipais de Lisboa, ao *Comércio do Porto* e à corporação dos bombeiros voluntários do Porto, o auxílio material e moral prestado, e aos bombeiros de Espinho os serviços dados no combate ao fogo.

A 27 de Julho de 1925 foi adjudicada a 1.ª série de 7 casas, por 69.900$00, a António Rodrigues Farinha, de Pardilhó; a 24 de Agosto iniciaram-se os trabalhos de construção; a 26 de Maio de 1926 foram sorteadas as casas.

Rua dos Bombeiros Voluntários do Porto, no Furadouro.
Edição da Casa Abreu – Imprensa Pátria

Além deste incêndio podem-se referir na praia do Furadouro, e na Primeira República, os seguintes: o de 20 de Julho de 1911 (dois palheiros destruídos ao sul); o de 7 de Dezembro de 1914 (cinco palheiros); o de 8 de Novembro de 1921 (dois prédios na rua principal); e o de 6 de Maio de 1922 (quase todos os palheiros duma das ruas da praia, e que teve início num palheiro pertencente a uma filha de José Manuel Romão, onde existia um forno de cozer pão). E no Estado Novo: – o de 15 de Dezembro de 1931 (que principiou num dos prédios de Joaquim Valente de Almeida, destruindo 3 prédios de pedra e cal na Rua do Jornal *O Comércio do Porto*; o de Março de 1934

(doze palheiros e 80 contos de prejuízos); o de 11 de Julho de 1936, que irrompendo pelas 22 horas num palheiro pertencente a Caridade do Romão destruiu seis palheiros; o de 10 de Maio de 1939 que deve ter tido início nas traseiras dos prédios de Manuel Bastos Gurgo e de Conceição da Silva Carapuço, e que destruiu também seis palheiros; o de 1 de Junho de 1944 (quatro casas), e o de 21 de Outubro de 1948 (sete palheiros ao sul da praia).

Mapa-estatístico dos incêndios ocorridos no Furadouro de 1881 a 1948

Datas	Habitações destruídas
31/07/1881	321
14/07/1887	71
07/06/1892	200
04/10/1896	16
15/06/1899	40
01/09/1910	25
20/07/1911	2
25/07/1911	20
07/12/1914	5
08/11/1921	2
06/05/1922	28
15/03/1925	200
15/12/1931	3
3/1934	12
11/07/1936	6
10/05/1939	6
01/06/1944	4
21/10/1948	7
Total	**968**

A praia do Furadouro, terra mártir que o mar e o fogo têm castigado sistematicamente, perdeu:

desde 1857 pelo mar	106 habitações
desde 1881 pelo fogo	968 habitações
Total	**1074 habitações**

Mil e setenta e quatro habitações! Quase na totalidade palheiros, destruídos em pouco mais de um século.

O quarto mandato do senador dr. Pedro Chaves (8 de Novembro de 1925). *Saúde e Fraternidade*, de Campos Monteiro (1925)

Nas últimas eleições para o Congresso da República, realizadas a 8 de Novembro de 1925, no ministério democrático do dr. Domingos Pereira, Ovar teve dois candidatos, um para deputado – o dr. Domingos Lopes Fidalgo –, e outro para senador – o dr. Pedro Chaves.

Os democráticos ovarenses, tendo conhecimento de que o antigo deputado dr. José Salvador não se propunha novamente ao eleitorado, acharam que era a ocasião propícia para levarem ao Parlamento o seu conterrâneo dr. Domingos Lopes Fidalgo, nome que não foi, porém, bem recebido por todos os seus correligionários do círculo n.º 14 (Oliveira de Azeméis).

Se por um lado, o directório do partido *democrático* sancionou as candidaturas dos drs. Aníbal Beleza, de Oliveira de Azeméis, João Salema de Sousa Abreu Gouveia Faria Carvalho Pereira, de Castelo de Paiva, e Domingos Lopes Fidalgo, de Ovar, por outro lado, o influente democrático dr. Elísio de Castro, não acatando a determinação do directório, protegeu a candidatura do dr. Vitorino de Magalhães.

Os democráticos locais não ficaram nada satisfeitos e na assembleia de Ovar o dr. Domingos Lopes Fidalgo venceu as eleições com 433 votos, tendo sido riscados os nomes dos drs. Aníbal Beleza (3 votos) e Vitorino Magalhães (1 voto), pelo povo republicano, como protesto contra «a vilania cometida de não só não votarem Lopes Fidalgo, como o de patrocinarem a candidatura de alguém que foi repudiado pelo Directório o seu partido» (*A Pátria*, de 12 de Novembro de 1925).

Embora os concelhos de Ovar e Espinho tivessem feito justiça às qualidades do dr. Domingos Lopes Fidalgo, dando-lhe a maioria dos seus votos, este não foi eleito deputado, tendo sido também derrotado o dr. Vitorino Magalhães. Foram eleitos deputados no círculo n.º 14 (Oliveira de Azeméis) os *democráticos* drs. Aníbal Beleza e João Salema, o *nacionalista* dr. Albino dos Reis, e o *independente* dr. Sampaio Maia.

O órgão democrático de Ovar, em artigo intitulado «Vilania», criticou pormenorizadamente «essa indigna e infame porcaria que foram as eleições no círculo de Oliveira de Azeméis», regoziando-se com a derrota do seu correligionário dr. Vitorino Magalhães, que considerou um resultado merecido, um justo castigo.

A Pátria (de 19 de Novembro) afirmava: – «Havemos de provar que Elísio de Castro, não só não acatou a decisão do directório do seu partido, como retratando-se vergonhosamente, impôs, contra a vontade do corpo directivo do seu partido, o nome de Vitorino Magalhães, não só ao seu concelho, como ainda aos concelhos de Arouca, Paiva, Oliveira, Macieira e Albergaria, onde o seu *protegido, o seu grande benemérito*, era desprestigiosamente tratado pelo apelido de *pilha galinhas*. Provaremos que se salvaram felizmente desse lodaçal, não ligando os seus nomes a toda essa vil montureira, saindo limpos e mais fortes de toda essa ignominiosa mistela – Espinho e Ovar».

Quanto a senadores, o nome do dr. Elísio de Castro foi cortado no concelho de Ovar (18 votos), tendo sido eleitos pelo círculo o *democrático* dr. Pedro Chaves, o *monárquico* dr. Querubim Guimarães, e o *católico* dr. Bernardo Ferreira Gomes de Pinho, a quem *A Pátria* deu os parabéns.

No País, ao todo, os democráticos obtiveram 80 deputados, os nacionaistas 36, os independentes 18, os monárquicos 6, os esquerdistas 6, a União dos Interesses Económicos 4, os católicos 4 e os socialistas 2.

Quanto a senadores, os democráticos obtiveram 39, os nacionalistas 8, os independentes 8, os monárquicos 5, os esquerdistas 1 e os católicos 1.

I. ***Resultados finais no concelho de Ovar***:

1. *Deputados*:

Lopes Fidalgo 1047
Adolfo Coutinho 963
João Salema 858
Albino dos Reis 498
Amador Valente 493
Sampaio Maia 272
Lopes de Oliveira 125
Tomás Gamboa 82
Vitorino Magalhães .... 71 (1 voto na assembleia de Ovar)
Aníbal Beleza 17
Mendes Cabeçadas 2
Raúl Esteves 1
J. M. de Carvalho 1

2. *Senadores*:

Dr. Pedro Chaves 1.064
Dr. Bernardo de Pinho 971
Dr. Querubim Guimarães 494
Dr. André dos Reis 172
Dr. Marques Vidal 47
Dr. Elísio de Castro 18
Raúl Esteves 1
Sinel Cordes 1

II. ***Resultados finais no círculo n.º 14 (Oliveira de Azeméis)***:

1. *Deputados*:

Dr. João Salema	democrático	8.367
Dr. Albino dos Reis	nacionalista	6.792
Dr. Sampaio Maia	independente	6.716
Dr. Aníbal Beleza	democrático	6.611
Dr. Vitorino Magalhães	democrático	5.987
Dr. Amador Valente	monárquico	3.687
Dr. Lopes Fidalgo	democrático	3.185
Dr. Tomás Camboa	católico	1.418
Dr. Lopes de Oliveira	radical	882

2. *Senadores*:

Dr. Pedro Chaves 11.162
Dr. Querubim Guimarães 9.053
Dr. Bernardo de Pinho 7.865
Dr. Elísio de Castro 7.688
Dr. Marques Vidal 5.491
Dr. André dos Reis 4.282

O médico e polígrafo ABÍLIO ADRIANO DE CAMPOS MONTEIRO publicou em 1925 uma vigorosa sátira política, que conseguiu enorme popularidade, vendendo-se 40 mil exemplares no espaço de seis meses.

O seu autor declarava que o livro havia de ser escrito somente em 1995, mas publicava-se a obra «tal como saiu dos lábios do Vidente, da nossa pena de simples secretário seu, e tal como há-de sair dos prelos de uma imprensa do Porto, em certo dia de Outubro de 1995».

Esse livro foi intitulado – *A República Radical e o Bolchevismo – Relato dos acontecimentos políticos em Portugal nos primeiros anos do segundo quartel do século XIX* –, por MARCIAL JORDÃO e GIL BARBEIRA.

Foca detalhadamente uma república radical com todos os velhos e revelhos sistemas de ganhar eleições: cadernos viciados; cédulas eleitorais falsificadas; descargas e chapeladas à porta fechada; assaltos às urnas; coacções exercidas sobre os eleitores, muitos deles corridos para fora das assembleias a cavalo marinho, a tiro e à bomba; falsificação das actas. Coloca entre os socialistas avançados (anarquistas comunistas, sindicalistas, etc.), Aquilino Ribeiro e o senador dr. Pedro Chaves.

E aqui reside o interesse do livro *Saúde e Fraternidade* para os ovarenses – o autor foca nesta obra humorística com certa insistência o dr. Pedro Chaves, o que evidencia a enorme audiência deste na política distrital e mesmo nacional.

No Parlamento, o autor imaginou cenas de pugilato: «Mesquita de Carvalho e Alves Roçadas avançaram um para o outro, insultando-se. Meteu-se de permeio o deputado Virgolino Chaves, que recebeu os murros e doestos que os dois colegas se mutuavam».

Era necessário liquidar este incidente Alves Roçadas-Mesquita de Carvalho-Virgolino Chaves, o que se veio a verifícar numa das sessões seguintes, na qual D. Maria Arade pediu a palavra:

«Fez-se um grande silêncio. A oradora começou:

– Senhor presidente. A questão que aqui se está debatendo foi ventilada, três noites seguidas, na Liga das Mulheres Republicanas, à qual me honro de pertencer. Também lá as opiniões divergiram e se degladiaram com paixão sobre o incidente Roçadas-Carvalho-Virgolino. Pude apreciar que entre as minhas consócias da Liga há muito poucas virgolinistas, bastantes roçadistas, e muitíssimas carvalhistas. A estas, senhor presidente, pertence o maior número. E o que na minha Liga se dá, dá-se em toda Lisboa».

E, «num arranco de suprema eloquência, incitou os três inimigos a reconciliarem-se, para bem da república que todos serviam e (*com o dedo estendido para o busto que encimava a mesa da presidência*) tinha os olhos cravados neles.

Havia lágrimas em todas as pálpebras. Os aplausos irromperam. Roçadas, Carvalho e Virgolino caíram nos braços uns dos outros, chorando como videiras. Uma rajada de eloquência liquidara o desagradável assunto» (*Saúde e Fraternidade*, 1925).

Pugilismo. José Soares Santa, o «Camarão», campeão nacional de pesados de 1925 até 1932

O 1.º espectáculo de pugilismo organizado em Portugal teve lugar em 1909, e, em 1925, estreou-se no Porto nesta modalidade desportiva José Soares Santa, que nasceu em Ovar, a 25 de Dezembro de 1902, filho de António Soares Santa, fragateiro, e de Josefa Pereira dos Santos, naturais também de Ovar.

Celebrizado na tradição popular pela alcunha de *Camarão*, foi *campeão nacional de pesados de 1925 até 1932*, e o mais famoso *boxeur* português de todos os tempos, o homem cujos combates mais entusiasmo despertaram em Portugal.

A sua vitória no Palácio de Cristal do Porto foi festejada ruidosamente em Ovar, onde o pugilista foi recebido na estação do caminho-de-ferro com música e foguetes. Na noite de 15 de Agosto de 1925 José Santa Camarão fez no velho teatro, no Largo dos Combatentes, a sua 1.ª exibição pública para os seus conterrâneos, treinando-se com Aníbal Fernandes; a 15 de Setembro de 1929 combateria contra António Sebastião, na Quinta Pereira Dias.

Escreveu-se na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. XXIII): – «José Santa, descoberto casualmente pelo lutador Manuel Grilo, iniciou a sua vida pugilística no Porto contra adversários de fraca categoria, que foi vencendo de maneira a adquirir rápida popularidade que o trouxe a Lisboa, a colher novos louros e lhe abriu o caminho para contendas mais importantes. Entre os adversários de nomeada com que se bateu, contam-se o francês Barrick, que derrotou duas vezes, o belga Humbeck contra o qual ganhou e perdeu, o campeão francês Marcel Nilles, a quem obrigou a abandonar ao 4.º assalto, e, finalmente, o campeão da Europa de todas as categorias, o belga Charles, ao qual disputou oficialmente o título num combate em 15 assaltos, em 30-7-1929, na arena do Campo Pequeno e que terminou com a sua derrota por pontos. O Camarão abandonou depois Portugal, indo em busca de fortuna para o Brasil – onde já o precedera Tavares Crespo – e para os Estados Unidos».

José Santa Camarão, que trabalhou como fragateiro em Lisboa, visitou como pugilista o Brasil, Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos da América do Norte, auferindo milhares de contos. Na América, onde alcançou grande popularidade, teve 11 vitórias consecutivas em 1931, sendo denominado pelos americanos de *big fellow*, *homem grande*, *homem montanha de Portugal*, o *gigante pugilista português*.

Tinha 2,02 metros de altura, pesava 114 quilos e calçava 49,5! A 6 de Outubro de 1931, na maior bolsa da sua carreira defrontou o famoso Max Baer (*campeão em 1934*) e, mal preparado fisicamente, perdeu por K.O. ao 10.º assalto. A 6 de Dezembro de 1932, ainda nos Estados Unidos, mas agora no imponente e célebre estádio de Nova Iorque – o *Madison Square Garden* –, combateu contra outro colosso dos rin-

Santa Camarão com seus pais e irmãos.
In: Jornal de Válega, *de 18/3/1995*

José Santa no Rio de Janeiro.
In: Ovar e o seu concelho, *1985*

gues, o italiano Primo Carnera (*campeão em 1933*), que o venceu por desistência ao 6.° assalto (K.O. técnico).

«O regresso de Santa Camarão a Portugal, em fins de 1934, fora ainda aproveitado para o apresentar uma vez mais ao público que se lhe conservava fiel na amizade, mas o homem já não era o que fora e, apesar da prudência empregada na escolha do adversário, foi posto fora de combate ao 9.° assalto pelo espanhol Cláudio Vilar» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIII).

José Santa, que participou em dois filmes – um na Alemanha e outro nos Estados Unidos –, com o seu feitio quase infantil, sua bondade inata, pronto a confiar na lealdade alheia, descurou a sua preparação para o caminho sério do profissionalismo. Dele disse o grande pugilista Horácio Velha: – «Tem um coração maior do que o corpo».

Em 1934, aquele a quem os amigos chamavam José *Santa Criatura*, abandonou a sua carreira desportiva (1925-1934), e o *gigante de Ovar*, o famoso *boxeur* retorna à terra natal onde, a 24 de Abril de 1947, no bairro da Ruela, com João Muge, abre o Café Ideal. Veio a falecer, com 65 anos, a 5 de Abril de 1968, na sua casa da Rua Visconde de Ovar.

Para JOÃO SARABANDO («José Santa – notabilidade no desporto nacional», *in*: *Ovar e o seu concelho*, 1985), «não chegando, por desatinos do destino ou, pondo de parte eufemismos, pela falsidade de alguns responsáveis, a empunhar o ceptro de campeão do mundo, de campeão absoluto, José Santa, numa altura em que o box profissional estava no apogeu, luziu, todavia, como um incontestável príncipe nos mais famosos ringues da Europa e das Américas.

Para o ver e aplaudir, densas multidões, subjugadas pelo poder atlético, a que se casava uma irradiante simpatia, do pugilista vareiro, atafulhavam, em maré de pelejas, de pelejas de alta competição, como agora se diz, os maiores recintos – um Campo Pequeno, um Palácio de Cristal, um Estádio do Fluminense, um Madison Square Garden.

Nascido no dia de Natal de 1902, desde Abril de 25, data da sua estreia, até Novembro de 34, ano da derradeira pugna, Santa travaria passante de cem combates – em Portugal, Brasil, França, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha. Só que, neste último país, quase se limitaria, aliás como corolário de um prestígio entrementes agenciado, a fazer cinema. Efectivamente, em Berlim, de envolta com Max Schmeling, campeão europeu e, num próximo devir, campeão do mundo, Anny Ondra, Olga Tchekowca e outros artistas consagrados, participou, desempenhando estelar papel, em dois excelentes filmes: *Amor no ringe* e *O boxeur e a mulher*.

Toava longe o nome do português, também conhecido por Camarão, alcunha, saibam quantos, herdada do honrado, progenitor. Santa, de resto, teve igualmente um convite para filmar em Hollywood.

Simplesmente, não caberiam dois proveitos num saco, e entre o cinema e o box, actividades incompatíveis, houve que optar...».

E continua JOÃO SARABANDO:

«Vítima, ao cabo e ao resto, do mais que duvidoso comportamento, para não dizer venalidade, do próprio *manager*, o ovarense perderia os combates, combates fulcrais, uma vez que rasgavam caminho até ao título, frente ao italiano Carnera e ao americano Max Baer, ambos, por sinal, futuros campeões do mundo.

No entanto, apesar de não haver ascendido ao pódio supremo, poderá afirmar-se, à

O pugilista Santa Camarão à chegada ao Rio de Janeiro, com sua mulher, uma portuguesa filha de açorianos.
In: Ilustração Portuguesa, *de 16/8/1933*

José Santa. 1902-1968

José Santa Camarão, em Amor no Ringue. *Cena dramática entre Artur Duarte, o pugilista José Santa, e Yvette Darnys, noiva deste no filme.* In: *Biblioteca Municipal de Ovar (*Arquivo de José Santa Camarão*)*

luz da mais imbeliscável e cristalina lógica, que José Santa avulta como uma das maiores figuras de todos os tempos do nosso desporto. Mesmo porque, tendo coleccionado uma centena de vitórias, aos pontos ou por K.O., diante de aureolados pugilistas de avantajada meia dúzia de países, soube fascinar, prestigiando o desporto do seu país, multidões tão numerosas como um céu de estrelas. Com Eusébio, Carlos Lopes, Joaquim Agostinho, Mamede, Rosa Mota, Aurora Cunha e alguns outros, de todos conhecidos... – José Santa foi, até hoje, inquestionavelmente, dos atletas portugueses mais populares à escala mundial.

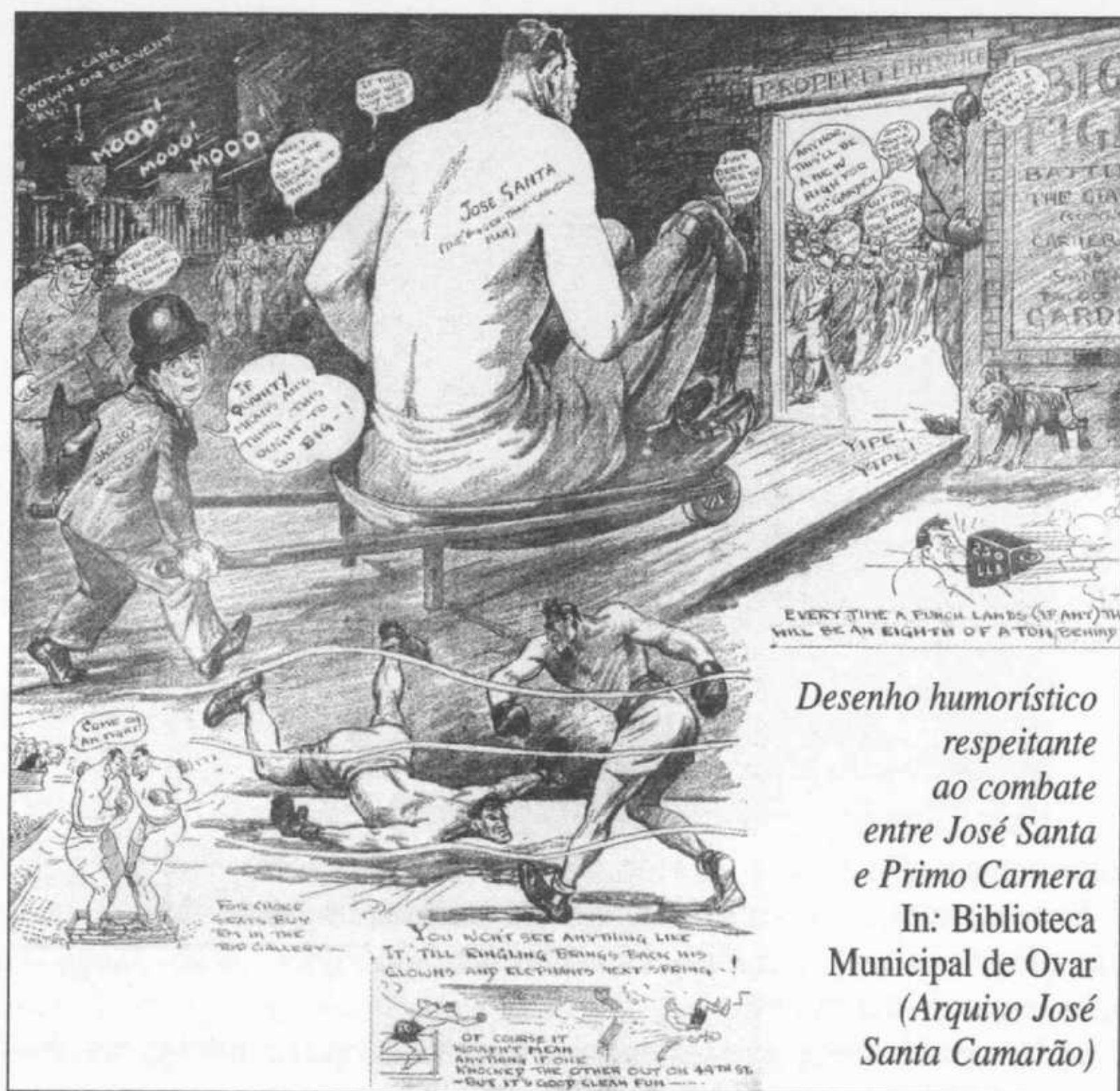
Cultor de uma modalidade deveras controversa, e com razão – sobre as lonas os homens procuram demolir-se sem quartel, – o pugilista de Ovar albergava, parado-

Desenho humorístico respeitante à Batalha dos Gigantes – José Santa contra Primo Carnera In: Biblioteca Municipal de Ovar*(Arquivo de José Santa Camarão)*

José Santa, à esquerda, com Primo Carnera. In: Biblioteca Municipal de Ovar *(Arquivo de José Santa Camarão)*

xalmente, um coração de oiro. Na vida, com efeito, jamais acotovelou quem quer que fosse. Fiel às raízes, filho de fragateiro e ele também fragateiro durante os verdes anos, desadorava jactâncias, era singularmente humano, simples, sincero, humilde como as tramagueiras do torrão natal».

João Gomes Silvestre, que pertenceu à marinha de guerra portuguesa, foi outro pugilista ovarense que, em 1939, ingressou no profissionalismo.

José Santa, fantasiado, no Carnaval de Ovar.

Desenho humorístico respeitante ao combate entre José Santa e Primo Carnera
In: Biblioteca Municipal de Ovar *(Arquivo José Santa Camarão)*

A Câmara democrática de José Maria Cabral (2 de Janeiro a 13 de Julho de 1926)

A 2 de Janeiro de 1926 tomou posse a Câmara *democrática*, eleita a 22 de Novembro de 1925, presidida pelo professor José Maria Cabral, e tendo como vice-presidente Fernando Artur Carrelhas.

Composta de 16 cidadãos, entre os seus vereadores destacava-se o dr. Alberto Augusto da Silva Tavares.

A sua *Comissão Executiva*, presidida pelo dr. Alberto Tavares, e tendo como vice-presidente José Pinho da Cruz, era composta pelos vereadores Domingos Pereira Tavares, Jacinto Ferreira e Manuel Rodrigues de Almeida.

José Maria Cabral, vereador efectivo na Câmara *democrática* da presidência do dr. Albino Borges de Pinho (1923-1925), e presidente da sua Comissão Executiva (1923), foi director da Escola Primária Complementar de Ovar e da Escola Complementar em 1928.

Esta Câmara, a última da Primeira República, veio a ser dissolvida pelo decreto n.º 11.875. A 16 de Julho tomou posse do expediente desta Câmara, eleita para o triénio de 1926-1928, o Administrador do Concelho, tenente Ernesto Franco.

Entrava-se na ditadura militar (1926-1932).

O benemérito Alexandre de Sá Pinto (2 de Abril de 1926)

Grande benemérito, nasceu no lugar de Gondezende, da freguesia de Esmoriz, a 7 de Dezembro de 1833, filho de Joaquim Pinto Rodrigues da Costa e de Joana de Sá.

Em 1847, com 14 anos, emigrou para o Brasil (Baía), onde trabalhou na construção civil. Posteriormente, em 1855, radicou-se em Buenos Aires, angariando uma avultada fortuna, «graças, principalmente, à venda de terrenos necessários à ampliação da cidade capital da Argentina» (*Rua Larga*, vol. I).

Faleceu naquela cidade de Buenos Aires, a 2 de Abril de 1926, com 92 anos de idade, contemplando, por testamento feito em Janeiro de 1925, a Universidade de Coimbra, com um legado de mil contos, o Hospital de Santo António, do Porto, a Misericórdia de Ovar, a Escola Industrial Infante D. Henrique, do Porto, e a Escola Industrial Marquês de Pombal, de Lisboa.

Alexandre de Sá Pinto.
1833-1926

Em Agosto de 1930 foi criado o *Fundo Sá Pinto*, com os valores legados à Universidade de Coimbra. «Até Alexandre de Sá Pinto, não houve praticamente heranças ou legados para a Universidade de Coimbra! A dele foi a maior em séculos de existência. A Universidade recebeu a maior dádiva, não de um catedrático ou doutor, de um licenciado ou dum antigo aluno, mas de alguém que nem sequer tinha frequentado a instrução primária do seu País!» (Dr. ANTÓNIO LUÍS GOMES, na Conferência proferida, em 1967, na Escola Industrial Marquês de Pombal de Lisboa).

A Universidade, dado este legado, ergueu-lhe, em 1937, um monumento – um busto em bronze – que, primitivamente, esteve no Pátio, «rodeado de buxo e à sombra da formosa araucária», e, mais tarde, no Claustro dos Gerais.

Na sessão extraordinária de 26 de Dezembro de 1927, a Misericórdia encarregou o seu provedor dr. Domingos Lopes Fidalgo de se deslocar a Buenos Aires a inteirar-se do estado da liquidação da herança deste benemérito, o que este fez embarcando a 16 de Fevereiro de 1928 no *Sierra Córdoba* para a capital argentina, como médico de bordo para não sobrecarregar a Misericórdia com despesas.

Houve complicações com o advogado e o procurador da Misericórdia em Buenos Aires, tendo esta de *caçar* a procuração, nomeando seu representante o da Misericórdia do Porto.

Este benemérito foi homenageado em Ovar, em Esmoriz, em Lisboa e no Porto.

A 26 de Julho de 1928, foi deliberado dar à Rua da Estação o nome de *Rua Alexandre de Sá Pinto*. Porém, na sessão de 16 de Agosto do mesmo ano foi revogada

Busto do benemérito Alexandre de Sá Pinto,
do escultor Teixeira Lopes (1937).

essa deliberação e resolvido dar o nome de Rua Alexandre de Sá Pinto à parte de Rua de João de Deus que fica abaixo das entradas das Ruas do dr. Francisco Zagalo e Jaime Cortesão (antiga Rua António Soares Pinto), e que vai até Rua da Ribeira (cruzamento das Avenidas dr. Nunes da Silva e D. Maria II). A 25 de Setembro de 1930, o vice-presidente de Câmara, Joaquim Correia Dias, propôs que ao parque que a edilidade andava a construir no Largo Almeida Garrett fosse dado o nome de *Parque Alexandre de Sá Pinto.*

À Escola Preparatória do Ensino Secundário, que começou a funcionar em Outubro de 1968, no edifício do antigo hospital da Misericórdia, foi dado o nome de *Escola Preparatória Alexandre de Sá Pinto.* Actualmente esta Escola Preparatória é denominada *Escola E. B. 2, 3 de Ovar António Dias Simões.*

Em Esmoriz, no lugar de Gondezende, onde nasceu este benemérito, foi dado o seu nome a uma rua. E, em 1998, a Junta de Freguesia de Esmoriz atribuiu a Medalha de Ouro da cidade, a título póstumo, a Alexandre de Sá Pinto.

Em Lisboa, a *Rua Alexandre de Sá Pinto* é aquela onde se acha localizada a Escola Industrial Marquês de Pombal. E no Porto, o *Largo Alexandre de Sá Pinto* situa-se em frente à Escola Industrial do Infante D. Henrique.

A visita do Ministro da Instrução Pública dr. Santos Silva (25 de Abril de 1926)

O dr. Eduardo Ferreira dos Santos Silva, Ministro da Instrução Pública no ministério da ala direita dos democráticos presidido pelo eng.º António Maria da Silva, esteve em Ovar a 25 de Abril de 1926 de visita ao seu condiscípulo e Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, dr. Alberto Augusto da Silva Tavares.

Visitou então a Misericórdia, as casas dos sinistrados do incêndio ocorrido em 15 de Março de 1925 na praia do Furadouro e as Escolas Oliveira Lopes, na freguesia de Válega.

Visita de jornalistas (16 de Maio de 1926)

No dia 16 de Maio de 1926 o parlamentar dr. José Pontes e oito jornalistas de Lisboa – Augusto Pinto, Félix Correia, Guterre de Oliveira, Ivo de Monforte, Manuel Nunes, Mário Quintela, Norberto Lopes e Reinaldo Ferreira, o conhecido *repórter X* –, chegaram a Ovar, no comboio correio, às 6 horas da manhã.

Visitaram a sede da Associação dos Bombeiros Voluntários, as sedes das associações desportivas, a Misericórdia, e foram recebidos no senado municipal pelo seu Presidente, professor José Maria Cabral. Deslocaram-se, depois, à praia do Furadouro e daí à ria, onde embarcaram para almoçarem na mata de S. Jacinto uma admirável caldeirada de enguias preparada pelo cozinheiro amador José Rodrigues de Pinho, desembarcando depois em Aveiro.

As alquilarias na Primeira República

Os mais conhecidos alquiladores da Primeira República (1910-1926) em Ovar foram os seguintes cidadãos:

– *António José de Oliveira Cadete*
Com alquilaria na Rua Gomes Freire.
– *Clemente Pinto dos Reis*
Empregado da Câmara Municipal, natural de Riomeão, Santa Maria da Feira, filho de Joaquim Pinto dos Reis e de Ana Gomes Nogueira, naturais daquela freguesia, casou com Maria José Gomes da Silva, de Ovar, e faleceu a 14 de Outubro de 1931. Teve alquilaria na Rua José Estevão (actual Rua Dr. Francisco Zagalo), na casa dos herdeiros de João Fernandes Arada e Costa.
– *Constantino Gomes Pinho*
O *ti Constantino*, o mais famoso dos alquiladores, nasceu no Couto de Cucujães, Oliveira de Azeméis, filho de António Gomes de Pinho, de Cucujães, e de Ana Rosa de Jesus, de S. João da Madeira, casou com Maria do Céu Dias Pereira, da Vitória, Porto, e faleceu com 77 anos, a 13 de Novembro de 1952. A sua alquilaria situou-se no Largo 19 de Junho (Largo Serpa Pinto), na actual garagem do Maia.
– *José Pinto Loureiro*
Com alquilaria na Rua da Graça (Rua Elias Garcia), nas Pontes, no actual talho Gama, era compadre do *ti Constantino*.

As costureiras

Na Primeira República muitas mulheres de Ovar e das suas vizinhanças tinham a costura por ofício.

No Arquivo do Museu de Ovar encontra-se esta fotografia de nove jovens que escolheram a arte ou profissão da costura:

Costureiras (finais da Primeira República).

A religião e os pescadores no final da Primeira República. A festa do mar

Os homens do mar eram eminentemente religiosos. Vulgarmente as companhas do Furadouro tinham o nome de Deus, de sua Mãe ou de santos: *Coração de Maria, Santo André, Santo António, S. Cristóvão, S. Domingos, S. João, S. João Baptista, S. José* (duas), *S. Lourenço, S. Luís, S. Pedro, S. Vicente, Senhor dos Aflitos, Senhor dos Esquecidos, Senhora de Fátima, Senhora da Graça* (duas), *Senhora da Piedade, Senhora do Rosário, Senhora da Saúde, Senhora do Socorro* e *Senhora dos Navegantes*.

Foram os pescadores da costa do Furadouro que fundaram a *ermida das Areias* (S. Jacinto) no século XVI, que ergueram a *ermida da Sr.ª do Bom Sucesso* (S. Paio da Torreira) no século XVIII, que devem ter construído as *Almas do Carregal* em 1808, que fizeram melhoramentos na capela de Santo António no princípio do século XIX, capela onde primitivamente chegaram a consertar as suas *artes*, abuso que lhes foi proibido *para todo o sempre* a 23 de Setembro de 1716.

Em 1890 as companhas do Furadouro despendiam quantias variáveis, por vezes apreciáveis, no cumprimento de promessas feitas aos santos da sua maior devoção. As promessas resumiam-se, em geral, a azeite para iluminação da ermida do Senhor da Piedade.

As companhas tinham a sua *capelania* privativa. Assim, a *Boa Esperança* estabeleceu na praia, em 1906, uma capelania para que aos domingos e dias santos os pescadores pudessem assistir à missa antes do trabalho do mar.

Em 1926 a devoção da classe piscatória já tinha diminuído. Segundo o padre MANUEL LÍRIO (*Monumentos e instituições religiosas*, 1926), «presentemente deu de mão a toda a prática de religião, vivendo com ignorância e boçalidade de crença somente comparável à sua rudeza, devido ao abandono a que nestes últimos 30 anos tem sido votada a sua educação religiosa e ainda à indiferença neste negócio dos arrais das companhas. Outrora não havia meia dúzia de pescadores, por assim dizer, que fal-

tassem ao cumprimento dos preceitos da Igreja que em nossos dias raros frequentam. É que então cada companha tinha o seu capelão ou havia um para algumas, os seus donos mandavam celebrar todos os anos solenes exéquias pelos seus homens falecidos e ainda: que nenhum dos seus empregados faltasse ao preceito pascal. Tudo isso caiu há muito em desuso; é que o mau exemplo é contagioso: o desleixo de cima animou a indiferença dos de baixo. O único sinal de devoção que ainda uma ou outra vez dão e nós filiamos num *quid* de atavismo, embora a um olhar mais superficial o não pareça, é com o auxílio dos banhistas, a *festa do Mar* com missa cantada, sermão e procissão com larga cópia de foguetes e andores ao longo da borda e grande arraial diurno e nocturno».

O Furadouro em 1926.

Para ARLINDO DE SOUSA (*Vocabulário de Entre-Douro e Vouga: I. Artes de pesca marítima*, 1965), «o pescador do Furadouro não conhece outros trabalhos senão os da pesca, canta os seus produtos nas lotas e pelos sete caminhos de Ovar, reza e pragueja, pragueja e reza, e promete, cada ano, um círio da sua altura, ao Senhor dos Navegantes ou a S. Cristóvão, para que os dois santos o livrem das fúrias das águas, quando está cão o mar».

A *Festa do mar* ou *dos Pescadores* é o nome dado à conhecida e popular romaria do Senhor da Piedade, na praia do Furadouro.

A romaria do Furadouro e a romaria de S. Paio da Torreira eram as duas grandes festas marítimas do distrito de Aveiro.

No ano de 1954, a Câmara solicitou que fosse considerado feriado concelhio a *2.ª feira imediata ao 3.º domingo de Setembro*, isto é, o *dia em que se realizava a Festa do Mar*, na praia do Furadouro.

Os festejos que atraíam à praia do Furadouro inúmeros forasteiros, realizavam-se (ainda hoje se realizam) num domingo de Setembro: no sábado anterior os andores dos santos padroeiros das companhas, conduzidos por pescadores, chegavam ao Fu-

radouro provenientes de Ovar; no domingo a procissão percorria a beira-mar e as principais ruas da povoação, parando em frente à capela do Senhor da Piedade para o abade lançar a benção ao mar. Quando passava junto aos armazéns das companhas eram lançadas numerosas girândolas de foguetes; à noite havia arraial, iluminações, bandas de música e fogo.

De 1961 a 1976 não se realizaram as festas do Furadouro, mas em Setembro de 1977 as festas profanas e religiosas voltaram a animar a praia. De 1981 a 1991 houve novo interregno (11 anos sem festas).

O incêndio do Furadouro de 15 de Março de 1925.
In: *Biblioteca Municipal de Ovar – Secção do Fundo Local*

A procissão da *Festa do Mar* compreende um número considerável de andores. Assim, na de 1997, passaram ao longo do mar os andores de S. Pedro, do Barco, da Senhora do Socorro, do Sagrado Coração de Jesus, do Senhor dos Navegantes, de S. Miguel, da Imaculada Conceição, de S. Judas Tadeu, da Senhora dos Navegantes, do Menino Jesus de Praga, de Santa Eufémia, de S. José, de Santa Catarina, de S. Roque, da Senhora do Parto, de S. Sebastião, da Senhora da Graça, da Senhora da Piedade e do Senhor da Piedade.

Os pescadores do Furadouro «cantavam o Bendito, quando no alto mar se viam em maré difícil, alternando os da proa com os da ré. Com o canto esqueciam o perigo, acendiam a luz da fé e reforçavam diante do Senhor, o grito da sua angústia» (Padre AIRES DE AMORIM, *Da arte da xávega de Espinho a Ovar*, 1999).

Os da proa:
Bendito e loivado seja
(pausa para bater com o remo no eixo)
O Santíssimo ó Sacramento de Eucaristia.

Os da ré:
– Fruto da Virgem ó Santa Maria
(e continuavam)
Ó Santa Maria, ó Mãe de Deus,
Levai-me pró Céu,
Quando eu morrer.

Quando eu morrer,
Quando eu acabar,
Levai a minh'alma,
Pra bom lugar.

Para bom lugar,
Par'ó Paraíso,
Levai a minh'alma,
Inté dia do Juízo.

In: «Crenças e tradições Populares», recolha de Maria de Fátima Pereira e José Manuel Magalhães, no *João Semana* de 15/6/1986.

O Bendito também se cantava na alagem das redes (dr. ANTÓNIO MANARTE, *Por um cancioneiro de Ovar*, 1985) ou no lançamento do saco da rede ao mar (dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA, *O Furadouro*, 1984).

Festa do Mar no Furadouro. Procissão percorrendo a beira-mar.

CAPÍTULO XXIII

OVAR NA DITADURA MILITAR
1926/1933

A Revolução de 28 de Maio de 1926 – o Almirante Jaime Afreixo. A dissolução da Câmara democrática (13 de Julho). A Comissão Administrativa de tendência liberal presidida por António Valente de Almeida (23 de Julho). Os Administradores do Concelho (1926-1928) e os vogais administradores (1928-1937) no Estado Novo. «Quem não é da direita é ladrão de si mesmo». Nacionalistas contra nacionalistas. Presidentes da Câmara Municipal no Estado Novo (1926-1974)

Em 1926, com o pronunciamento militar, designado por *Revolução Nacional*, teve o seu epílogo a *primeira república portuguesa*, república parlamentar, vulgarmente considerada como uma república democrática burguesa, «jacobina no plano religioso e conservadora no plano social» (MÁRIO SOARES, *Portugal amordaçado*), que durou 16 anos nos quais houve por três vezes (1911, 1912 e 1919) a guerra civil causada pelos monárquicos.

A revolução chefiada pelo general Gomes da Costa, a figura mais prestigiosa do exército português pelos seus altos feitos em combate, militante do partido radical, «chefe militar respeitado, de uma valentia proverbial, político incoerente e versátil» (MÁRIO SOARES, *idem*), contra a ditadura parlamentar feita pelo partido democrático, iniciou-se em Braga e de um *passeio militar* (como lhe chamou o general Carmona. Para outros foi a *marcha triunfal*, a *arrancada gloriosa* de Gomes da Costa) desta cidade até Lisboa, sem se ter disparado um único tiro, deposto o governo da ala direita do partido democrático da presidência do eng.º António Maria da Silva, nasceu o *Estado Novo* (expressão utilizada pela 1.ª vez, nos finais de 1931, num discurso do Ministro do Interior Pais e Sousa, mas, segundo OLIVEIRA MARQUES, no vol. 2.º da *História de Portugal*, «o termo foi cunhado por volta de 1930»).

Inicialmente, a escolha da chefia «recaiu sobre o capitão da marinha José Mendes Cabeçadas Júnior, depois no general Ribeiro de Carvalho, finalmente, fixou-se no general Alves Roçadas» (JORGE CAMPINOS, *A ditadura militar. 1926/1933*).

«A oposição ao Partido Democrático tornara-se muito popular. E isto por oposição sistemática e ódio à dominação desse partido» (BENTO GONÇALVES, *Palavras ne-*

cessárias). Segundo o general Carmona «a Pátria está doente», mas o que era verdade é que a democracia estava frágil e facilmente seria destruída. Esse crime – o da sua destruição – foi cometido a 28-5-1926. Os partidos tinham-se tornado «patrulhas desacreditadas» e exigia-se «uma espada redentora», capaz de *pôr ordem na casa* (MÁRIO SOARES).

O *28 de Maio* não se fez contra a República, mas contra o Partido Democrático. Todos os partidos republicanos, com excepção do Democrático, saudaram o movimento de Gomes da Costa. O novo regime nasceu, assim, duma coligação heterogénea e artificial contra o detestado partido democrático, dominante e instalado no poder: – coligação de republicanos conservadores, de monárquicos liberais e miguelistas, de católicos, de radicais, de anarquistas, de elementos da ala esquerda do próprio partido democrático, de «representantes de interesses económicos e figuras importantes da Igreja» (MÁRIO SOARES, *idem*). Em virtude da sua heterogeneidade e da ausência de programa político preciso, o único ponto comum dos vencedores de 1926 era o estabelecimento dum poder forte, garantia da ordem, apoiado no exército.

«Seria errado, todavia, chamar fascista ao movimento militar de 28 de Maio de 1926. A rebelião fizera-se contra a *corrupção* e a *degradação* da república parlamentar, mais do que contra as instituições do parlamentarismo» (OLIVEIRA MARQUES, *ob. cit.*). «Perante o movimento militar de *28 de Maio de 1926* cometeu-se o trágico erro de confundir o Partido Democrático com a República, motivo por que esta se perdeu com a queda desse partido». É que «os partidos republicanos andavam mal informados a respeito dos desígnios do movimento militar triunfante, pois admitiam que as *tropas* se limitariam a destruir a máquina eleitoral do Partido Republicano Português e a pôr em debandada o seu exército de caciques» (JOSÉ DA SILVA, *Memórias de um operário*, vol. I).

Na verdade, aniquilando-se o P.R.P., aniquilou-se a democracia. A partir de 12 de Agosto de 1926 o órgão local do partido democrático, *A Pátria*, que já tinha lamentado que ninguém tivesse erguido um dedo em defesa do governo democrático, começa a perceber que o *28 de Maio* fora uma guerra sem tiros não contra todos os partidos políticos mas essencialmente, ou mesmo unicamente, contra o partido democrático.

Para a direita radical, a primeira república «finava-se tristemente, naquela Primavera de 26, sem um republicano para matar por ela, sem que nenhuma das baionetas das alegorias triunfais se erguessse em sua defesa, sem esboçar um gesto de resistência ou desespero. Nem agonia, nem último suspiro; nem sequer um Couceiro para lavar a cara» (JAIME NOGUEIRA PINTO, *Portugal. Os anos do fim. A revolução que veio de dentro*). Para ALFREDO PIMENTA foi uma revolução de *composição mestiça*.

O decreto de 9 de Junho de 1926, do ministério do almirante Cabeçadas Júnior, dissolveu o Congresso da República; a 17 do mesmo mês dá-se o golpe de estado do general Gomes da Costa e a 9 de Julho ainda de 1926 o golpe de estado do general João José Sinel de Cordes, ao qual se seguem os governos do general Óscar Carmona (1926-1928), do coronel José Vicente de Freitas (1928-1929), do general Ivens Ferraz (1929-1930), do general Domingos de Oliveira (1930-1932) e do dr. António de Oliveira Salazar, este a partir de 5 de Julho de 1932.

À *balbúrdia sanguinolenta*, à *desordem dos partidos*, sucedia a *tranquilidade nos*

espíritos, a *ordem nas ruas*, terminando a experiência histórica do liberalismo (1820--1926).

É a *ditadura militar* que se divide em duas fases: a fase da *ditadura financeira* (1928-1931) e a fase da *ditadura política* (1931-1933). De 1926 a 1933 a ditadura, na expressão feliz do advogado Dr. MÁRIO SOARES, *andou atrás dum ditador*.

Não se poderá designar este período (1926-1974) por *Segunda República*, como se pretendeu. RAÚL PROENÇA, já em Novembro de 1926, afirmava que era uma ironia ou uma imbecilidade dizer que se vivia em República (*Páginas de política*, vol. III).

Sena Lopes e sua mulher Maria Fragateiro. Arquivo do dr. Eurico Sena Lopes

No Porto, a 28 de Maio de 1926, o major Bernardino Sena Lopes, que foi comandante do 3.º Batalhão de Infantaria n.º 24, o Batalhão de Ovar, ficou como chefe do Estado-Maior, e, em Junho desse ano, tomou o comando da P.S.P. daquela cidade.

Distinto oficial da Marinha de Guerra, filho do ovarense dr. José Maria da Graça Afreixo, – pai e filho foram estudantes contemporâneos em Coimbra –, Jaime Maria da Graça Afreixo (1867-1942), quando da Revolução militar do *28 de Maio* de 1926, organizou e presidiu ao bloco da Marinha que deu apoio ao Exército, sendo depois Ministro da Marinha e do Interior em governos da ditadura do Estado Novo.

Para RAÚL PROENÇA, o decreto n.º 12.457, de 11 de Outubro de 1926, que determinou, entre o mais, a anexação ao concelho de Espinho da freguesia de Esmoriz, do concelho de Ovar, foi motivado pela excepcional admiração e dedicação que o Ministro da Marinha, capitão de mar-e-guerra Jaime Afreixo, tinha por Espinho (*Panfletos – I – A Ditadura*).

Vice-Almirante Jaime Afreixo. 1867-1942

O pai do vice-almirante Jaime Afreixo, aquele dr. José Maria da Graça Afreixo nasceu no lugar de Ações, a 24 de Agosto de 1842, filho de Manuel José da Graça. Professor

Janeiro de 1932. O Conselho Político Nacional (posteriormente, Conselho de Estado), presidido pelo General Carmona, Presidente da República. O contra-almirante Jaime Afreixo, é o 3.º, a contar da direita, entre o professor dr. Oliveira Salazar e o coronel Passos e Sousa.

primário na freguesia de Válega, desde 31 de Dezembro de 1878, após concluir o curso de direito (1887), com 45 anos, foi advogado em Lisboa, tendo falecido na capital, em Junho ou Julho de 1919.

Entretanto, em Ovar, a Comissão Executiva, na sessão ordinária de 17 de Junho de 1926, *canto do cisne* da Câmara *democrática*, aprovava uma proposta do seu Presidente dr. Alberto Tavares:

«Considerando que ainda é de incerteza o momento político que atravessamos, pois que se vêem surgir dia a dia dificuldades e entraves à marcha regular do governo; considerando que os inimigos da República ainda não desarmaram, apesar da atitude intransigentemente republicana do chefe do governo, comandante Mendes Cabeçadas; considerando que na incerteza em que se vive perante a já anunciada dissolução das Câmaras Municipais, não só se perde a vontade de trabalhar, como também podem resultar inúteis todos os esforços e iniciativas e dar-se mesmo uma falsa interpretação a qualquer deliberação, embora tomada na melhor boa fé, proponho:

1.º – Que continuem suspensos todos os fornecimentos para as obras municipais;

2.º – Que se não tome qualquer deliberação que envolva despesa ou compromisso que se não possa satisfazer de pronto;

3.º – Que se prossiga apenas nas obras iniciadas e prestes a concluir, do pavimento do Largo da Estação, da ponte das Luzes e da Estrada do Furadouro;

4.º – Que a Câmara se mantenha no seu posto, apenas como detentora das chaves do Município, entregando-as a quem de direito, logo que isso lhe seja ordenado superiormente e fazendo votos para que aqueles que delas tomarem conta as detenham com o mesmo carinho, amor, desinteresse e fidelidade com que por nós foram detidas».

O decreto n.º 11.875, de 13 de Julho de 1926, do governo do general Óscar Carmona, considerando que não era lógico que, após a *Revolução do 28 de Maio*, continuassem os corpos administrativos a funcionar com gerências saídas das últimas eleições, por não estarem integradas no espírito que a fez eclodir, determinou a dissolução de todos os corpos administrativos do continente da República.

Na sessão ordinária da Comissão Executiva da Câmara, de 15 de Julho desse ano, o dr. Alberto Tavares, depois de ter chamado a atenção para o decreto que dissolveu as Câmaras Municipais ficando o expediente das mesmas entregue às respectivas autoridades administrativas, e de ter salientado que o decreto, apesar de arbitrário e inconstitucional, tinha de ser cumprido, porque era imposto pela força, propôs que a Comissão Executiva, pertencente a uma Câmara eleita pelo povo em Novembro de 1925, ao encerrar, por imposição violenta, os seus trabalhos, deixasse exarada na acta o seu veemente protesto contra a inconstitucionalidade do decreto que a dissolveu, suspendesse desde 15 de Julho todos os serviços da Câmara e não tomasse qualquer outra deliberação fosse de que carácter fosse.

A 16 de Julho de 1926, na Secretaria da Câmara, tomou posse do seu expediente o Administrador do Concelho, tenente Ernesto Ferreira Franco, nos termos do art.º 2.º do decreto 11.875. A 23 do mesmo mês tomou posse a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da presidência do cidadão António Valente de Almeida, da vice-presidência de Ernesto Augusto Zagalo de Lima e tendo como vogais Manuel Gomes Pinto, padre António Sanfins Pinto dos Santos e Júlio Tavares Cardoso.

É a primeira Câmara *vintoitista* ou *estado-novista*!

A última Câmara *democrática*, entretanto, *caíra de pé*!

A Comissão Administrativa, de *tendência liberal*, constituída por três republicanos históricos (António Valente de Almeida, comerciante, Ernesto Zagalo de Lima, farmacêutico, e Manuel Gomes Pinto, os dois primeiros fundadores do partido republicano *liberal*), nomeada pelo Governador Civil do distrito, nos termos do decreto n.º 11.904, de 19 de Julho de 1926, viria a ser substituída discricionariamente pelo chefe do distrito.

António Valente de Almeida.
1878-1966
In*:* O Povo de Ovar*, de 30/9/1939*

Relação dos administradores do concelho (1926-1928) e dos vogais administradores (1928-1937) no Estado Novo

I. **Administradores**:

1. *Tenente António Gomes da Rocha* (4/6/1926)
Comandante da secção da G.N.R. tomou posse, como Administrador *interino*, no ministério organizado pelo *triunvirato* da presidência do almirante Cabeçadas Júnior.
2. *Tenente Ernesto Ferreira Franco* (1926)
Quando tomou posse, inesperadamente, era um dos mais cotados elementos do P.R.P. do concelho. Foi Presidente da Câmara Municipal em 1932 e vogal administrador em 1937.
3. *Francisco de Oliveira Belo* (1926-1927)
4. *Capitão João de Almeida Serra* (1927-1928)
Tendo saído o decreto n.º 14.812, de 31 de Dezembro de 1927, que extinguiu em todo o País as Administrações do Concelho, deixou de exercer as suas funções. Porém, foi nomeado pelo Governador Civil do distrito de Aveiro para fazer parte, como vogal, da Comissão Administrativa da Câmara, incumbido das funções de Administrador do Concelho (nos termos do § 3.º do art.º 27.º do decreto citado). Aos 2 de Fevereiro de 1928 tomou posse do novo cargo que lhe foi dado pelo Presidente da Comissão Administrativa, cidadão António Valente de Almeida.

II. **Vogais administradores**:

1. *Francisco de Oliveira Belo* (2/6/1928-1930)
2. *Afonso José Martins Júnior* (26/5/1930-1931)
3. *Capitão Luís César Rodrigues* (28/5/1931-1932)
Filho de Manuel Rodrigues e de Maria Inácia Cordeiro, nasceu no concelho de Bragança, na freguesia de Quintela de Lampaças, residindo em Ovar durante cerca de 40 anos. Fez duas comissões de serviço em Angola e em Abril de 1917 embarcou para França, tomando parte na batalha de La Lys (9 de Abril de 1918), tendo sido prisioneiro dos alemães.
Veio a falecer, com 86 anos, a 30 de Maio de 1965, na Rua Visconde de Ovar, no estado de viúvo de Eulíndia de Sá Faria Rodrigues, natural da freguesia de Santa Maria Maior, de Viana do Castelo.
4. *António Augusto Abreu* (20/5/1932)
5. *José Maria Pereira de Almeida* (17/8/1932)
6. *Francisco de Oliveira Belo* (23/8/1932-1934)
Pela 2.ª vez.
7. *Afonso José Martins Júnior* (14/4/1934)
Pela 2.ª vez.
8. *Augusto da Costa e Pinho* (15/9 a 1/10/1934)

9. *Manuel Gomes Neto* (2/10/1934-1935)
10. *Dr. Acácio de Oliveira Valente* (5/8/1935--12/5/1937)

Filho de Américo Valente Compadre e de Maria José de Oliveira da Graça Valente, nasceu em Ovar, a 11 de Junho de 1911, formou-se em 1935, foi médico municipal de Válega e de S. Vicente (14 de Agosto de 1937), casou (1937) com Maria Ermelinda Melo Couceiro, em Aveiro, e veio a falecer, com 81 anos, a 23 de Setembro de 1992.

Dr. Acácio Valente. 1911-1992

Desempenhou os cargos de vogal Administrador do Concelho (5 de Agosto de 1935 - 12 de Maio de 1937), presidente da direcção do Grémio da Lavoura de Ovar (desde 1951), médico municipal do 1.º partido (23 de Abril de 1970), e, a 17 de Março de 1973, tomou posse de membro da Comissão Consultiva da A.N.P. – *Acção Nacional Popular* – do distrito de Aveiro.

Na freguesia de Válega situa-se a *Rua dr. Acácio Valente*, a poente da Estrada Nacional n.º 109.

11. *Tenente Ernesto Ferreira Franco* (1937)

O decreto n.º 27.424, de 31 de Dezembro de 1936, que aprovou o Código Administrativo, dispôs que os Administradores do Concelho exerceriam até 31 de Dezembro de 1937 as funções policiais que, nessa data, passariam a pertencer ao Presidente da Câmara (extinção do cargo).

Ovar, após o *28 de Maio* de 1926, foi um vespeiro de intriga e de política mesquinha, quando cidadãos arrivistas e *manteigueiros*, se acotovelaram para se infiltrar na *direita*.

«A Ditadura era obviamente apoiada por uma grande parte da população, ao menos nos seus começos. Como quase todos estavam descontentes e unidos contra o *statu-quo*, quase todos aplaudiram a revolta, muitos porque se mostravam incapazes de a compreender e outros muitos porque pensavam poder aproveitar-se dela para os seus fins próprios. Era este, claramente, o caso dos partidos de oposição aos Democráticos» (OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, 2.º vol.).

Mas todos os partidos políticos «deixaram de ter voz activa, foram reduzidos ao ostracismo e ao silêncio recebendo, finalmente, a certidão de óbito no consulado de Salazar» (ANTÓNIO VALDEMAR, *Ser ou não ser pelo partido único*).

O órgão local *João Semana*, a 14 de Maio de 1931, afirmava que «a Ditadura é um governo honesto, o mais honesto que até hoje tem governado a República Portuguesa, composto de homens de bem, alguns de grande talento e virtude, que ali estão simplesmente como patriotas e não como políticos, para comporem o que outros estragaram».

Mais uma vez acorreram pressurosos os *adesivos*: os *republicanos conservadores*

(evolucionistas, unionistas, sidonistas, centristas e liberais), António Valente de Almeida, Ernesto Augusto Zagalo de Lima, dr. João Baptista Nunes da Silva, Joaquim Correia Dias, dr. José Duarte Pereira do Amaral, José Maria Rodrigues Figueiredo, Júlio Pereira Vinagre, Manuel Gomes Pinto e Manuel Pacheco Polónia; os *republicanos radicais* Manuel José Patrício e tenente Ernesto Ferreira Franco; os *católicos* padres António Sanfins Pinto dos Santos (rezou a sua 1.ª missa a 3 de Agosto de 1902, falecendo a 30 de Julho de 1959, com 82 anos, no hospital) e Manuel José Ferreira Torres; os *monárquicos* dos antigos partidos progressista e regenerador liberal Afonso José Martins Júnior, Augusto da Costa e Pinho, David Dias de Resende, e drs. Joaquim Soares Pinto, José Maria Marques de Oliveira Reis e Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro.

A maioria dos democráticos viu no movimento militar uma ameaça à democracia, ficando fiéis à sua linha de conduta e aos seus ideais; alguns, porém, a conta-gotas vieram a aderir ao Estado Novo.

A infiltração dos republicanos conservadores locais, partidários uns do sistema presidencialista e outros desiludidos da experiência parlamentarista, causou a ironia, o desdém e o desprezo dos democráticos ovarenses.

Dava-se agora com eles, democráticos, o que se tinha verificado em 1910-1911 com os regeneradores liberais. Estes tinham assistido, revoltados, às adesões dos monárquicos, regeneradores e progressistas dissidentes à República, desprezando quer os *adesivos* quer os republicanos que os abraçavam efusivamente.

As hesitações que se manifestaram nos primórdios do Estado Novo quanto à escolha do melhor caminho a seguir na política nacional, os seus primeiros e incertos passos, também se reflectiram em Ovar, onde grupos de nacionalistas se digladiaram quer na Câmara, quer na Administração do Concelho e na Misericórdia.

É a época das *comissões administrativas*!

Na Câmara, a *primeira* Comissão Administrativa, não hostilizada pelos democráticos, presidida pelo republicano histórico e deputado às Constituintes António Valente de Almeida, tendo como vice-presidente outro republicano histórico, Ernesto Augusto Zagalo de Lima, foi nomeada pelo Governador Civil do distrito, nos termos do decreto n.º 11.904, e 19 de Julho de 1926, e tomou posse do cargo a 23 deste mês, vindo a ser exonerada, discricionariamente, e substituída pela *segunda* Comissão Administrativa (24 de Setembro de 1926 - 21 de Março de 1927), presidida pelo republicano liberal Manuel Pacheco Polónia e tendo na vice-presidência o sidonista Joaquim Correia Dias.

Esta segunda Comissão Administrativa, que veio a ser acusada pelos democráticos de ter como mentor o chefe monárquico dr. Joaquim Soares Pinto, não durou seis meses, sendo substituída pela *terceira* (21 de Março de 1927 - 19 de Março de 1928) presidida por aquele António Valente de Almeida e Ernesto Augusto Zagalo de Lima, este na vice-presidência.

Cerca de um ano depois, Manuel Pacheco Polónia volta à presidência duma *quarta* Comissão Administrativa (19 de Março de 1928 - 3 de Março de 1931), tendo como vice-presidente Afonso José Martins Júnior e, depois, Joaquim Correia Dias.

De 1926 a 1931 revezaram-se no poder Câmaras presididas ora por *republicanos históricos conservadores*, ora por *republicanos liberais* ou aparentados.

Três anos depois, a Câmara de Manuel Pacheco Polónia é substituída pela *quinta* Comissão Administrativa presidida por um monárquico, o desembargador Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro (3 de Março de 1931 - 17 de Agosto de 1932), iniciando-se uma luta política entre duas famílias tradicionalmente *progressistas* – as Famílias Polónia e Coentro.

À Câmara do dr. Coentro, seguiu-se uma *sexta* Comissão Administrativa da presidência dum republicano radical, tenente Ernesto Ferreira Franco e da vice-presidência de outro, Manuel José Patrício, Câmara que só durou 7 dias!, de 17 a 23 de Agosto de 1932.

A 23 de Agosto de 1932 volta ao poder Manuel Pacheco Polónia que, à frente de novas Comissões Administrativas e de Câmaras eleitas, governou Ovar e o seu concelho até 4 de Agosto de 1946, data em que toma posse da presidência da Câmara António Coentro de Pinho. Todas estas mudanças também se reflectiram na escolha dos Administradores do Concelho e dos Provedores da Misericórdia.

Na sessão de 30 de Setembro de 1926, o Presidente Manuel Pacheco Polónia apresentou uma proposta, que foi aprovada por unanimidade, para que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, guiada pelo mais sincero e indefectível amor à República, festejasse condignamente a gloriosa data de 5 de Outubro, iluminando a luz eléctrica a fachada principal do edifício dos Paços do Concelho, colocando bandeiras nas janelas do mesmo edifício e lançando salvas de 21 tiros, aos hastear da bandeira – 8 horas da manhã, às 10 horas, às 12, às 16, às 19,30 e às 22.

Na sessão ordinária de 15 de Março de 1928 foi deliberado, por unanimidade, exarar na acta um voto de calorosa felicitação ao governo pela firme e patriótica atitude em Genebra do general Ivens Ferraz.

Em 1929, *O Povo de Ovar* noticiava que se tinham acabado os déficits constantes e pavorosamente crescentes, com a gerência do dr. António de Oliveira Salazar, o *ditador das Finanças* que passou, naturalmente, como escreveu o dr. MÁRIO SOARES, a ditador *tout court*.

Na sessão de 7 de Novembro de 1929, por proposta do Presidente Manuel Pacheco Polónia, foram aprovados três votos de profundo pesar pela morte do dr. António José de Almeida, José Relvas e Columbano Bordalo Pinheiro.

Presidentes da Câmara Municipal de Ovar na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1974)

1. *António Valente de Almeida* (23/7/1926)
Republicano histórico, liberal.
1.ª presidência.
2. *Manuel Pacheco Polónia* (24/9/1926-21/3/1927)
Republicano liberal.
1.ª presidência.
3. *António Valente de Almeida* (21/3/1927-19/3/1928)
2.ª presidência.
4. *Manuel Pacheco Polónia* (19/3/1928-1931)
2.ª presidência.

5. *Desembargador dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro* (3/3/1931-1932). Monárquico.
6. *Tenente Ernesto Ferreira Franco* (17 a 23/8/1932) Republicano radical.
7. *Manuel Pacheco Polónia* (23/8/1932-1946) 3.ª presidência.
8. *António Coentro de Sousa e Pinho* (4/8/1946-1954)
9. *Dr. José Eduardo de Sousa Lamy* (31/7/1954-1959)
10. *Carlos de Sousa Nunes da Silva* (7/10/1959-1967)
11. *Dr. José Maria de Araújo Abreu* (19/10/1967-1969)
12. *Francisco José Correia de Almeida* (18/3/1970-15/5/1974)

Na Ditadura Militar e no Estado Novo todos os 12 presidentes foram nomeados. Ovar teve 5 presidentes negociantes, 3 proprietários, 2 licenciados em direito, um médico e um militar. Ainda no mesmo período, 9 presidentes foram naturais da freguesia de Ovar, 3 de fora do concelho.

O decreto-lei n.º 27.424 (Código Administrativo), de 31 de Dezembro de 1936, dispunha que o Presidente da Câmara e o seu substituto eram nomeados por 6 anos, findos os quais poderiam ser reconduzidos por períodos sucessivos de igual duração, e tomavam posse perante o Governador Civil do distrito, podendo ser demitidos pelo governo.

A administração municipal continuaria, porém, até 31 de Dezembro de 1937, a cargo das Comissões Administrativas e os presidentes dessas comissões teriam a competência que pelo Código Administrativo era conferido aos Presidentes das Câmaras.

O decreto-lei n.º 31.095 (Código Administrativo), de 31 de Dezembro de 1940, veio estipular que o presidente e o vice-presidente eram nomeados por 8 anos, findos os quais poderiam ser reconduzidos por períodos sucessivos de igual duração; pelo decreto-lei n.º 42.178, de 9 de Março de 1959, o Presidente da Câmara passa a ser nomeado somente por 4 anos, podendo ser reconduzido até duas vezes, por períodos de igual duração; pela lei n.º 2.102, de 10 de Março de 1960, são também nomeados por 4 anos, mas podem ser reconduzidos por períodos de igual duração sucessivamente.

Pelo Código Administrativo de 1936 reuniram-se, assim, no Presidente da Câmara as funções primitivamente atribuídas à presidência da Câmara e ao delegado governamental designado por *Administrador do Concelho*. O Presidente da Câmara passou a ser um agente de confiança do governo, podendo ser livremente demitido sem qualquer forma de processo; nomeado pelo governo, por intermédio do Ministro do Interior, tinha uma dupla função: – a de chefiar a administração municipal, como órgão, embora nomeado, do concelho, e a de representar o governo, como magistrado administrativo.

O *juiz de fora*, na Monarquia absoluta, o *administrador do concelho*, na Monarquia liberal e na Primeira República, e o *presidente da Câmara*, no Estado Novo, foram os representantes do governo no município.

Em vários períodos do Estado Novo *andou-se à pesca*, em Ovar, de individualidades para ocuparem a presidência da Câmara Municipal.

Entretanto, os Ministros do Interior e os Governadores Civis do distrito de Aveiro, no *salazarismo* e no *caetanismo*, praticamente nunca se preocuparam com a opinião do povo ovarense ou, pelo menos, com a dos dirigentes e militantes da U.N. e da A.N.P., para nomearem um Presidente da Câmara ou indicarem um deputado pelo círculo. O povo só tinha um *direito*: o de aceitar o político designado ou de votar um político recomendado. E a opinião daqueles *partidos* únicos era secundária!

O desporto: Natação e vela (25 de Julho de 1926). Atletismo – a Légua de Ovar (1927-1976), Manuel Laborim (1949 e 1952). Futebol – o dr. Rui Cunha (1929-1938) e Zeferino Gomes Pinto (18 de Dezembro de 1932), a inauguração do Parque da Oliveirinha (6 de Abril de 1930), e a 1.ª visita do Club de Regatas Vasco da Gana (24 de Julho de 1931). O ténis (22 de Setembro de 1929). O basquetebol (5 de Abril de 1931), e João Henrique Gonçalves. Automobilismo (3 de Julho de 1932)

A 25 de Julho de 1926 a A.D.O. proporcionou um espectáculo inédito à população da vila, no cais do Carregal – provas náuticas de 50 metros infantis, 100 e 200 metros livres e de milha.

No mesmo dia, a A.D.O. levou a cabo na ria de Aveiro, no lugar do Carregal, corridas de bateiras a remos (amadores), de barcos moliceiros à vela (profissionais) e de bateiras à vara (amadores).

Em Agosto de 1960, 1961 e 1964, e em Julho de 1967, a Associação Desportiva Ovarense, vencendo os campeonatos disputados na Torreira, na Ria de Aveiro, é *campeão nacional da classe andorinha.*

A 1.ª *regata da Ria* (Aveiro-Ovar-Aveiro) realizou-se a 16 e 17 de Agosto de 1958; a 14 e 15 de Agosto de 1960, a secção náutica da A.D.O. levou a cabo o *primeiro cruzeiro da Ria de Aveiro.*

Em 1997, a SNADO – Secção Náutica da Associação Desportiva Ovarense mudou a sua designação para NADO – Náutica Desportiva Ovarense.

Em 1927, principiou a légua pedestre de Ovar, no percurso de 5.000 metros, entre a Rua Gomes Freire, em frente à Igreja, e a Avenida Central, na praia do Furadouro, e que em breve se tornou a competição clássica do pedestrianismo no concelho.

A Légua de Ovar (1927-1976) realizou-se 22 vezes, sendo 12 antes da sua oficialização (1927-1944), organizadas pelo Aliança Foot-Ball Club de Ovar (José Paulino, fundador e activo dirigente do Aliança, foi o iniciador das *léguas*), e 10 após a sua oficialização (1949-1976). Estas últimas foram organizadas pelo Onze Verdes de Ovar (as de 1949 e 1952), A.D.O. e G.A.V., umas disputadas no sentido Furadouro-Ovar, com a meta instalada no Parque Marques da Silva, outras efectuadas no centro de Ovar – 5 voltas ao percurso e meta na Rua Ferreira de Castro.

Datas	Vencedores	Equipa vencedora
1.ª – 1927	José Eduardo Leite (Académico)	F. C. do Porto
2.ª – 1928	José Eduardo Leite (Académico)	F. C. do Porto
3.ª – 29/9/1929	Diamantino França (União de Coimbra)	União de Coimbra
4.ª – 28/9/1930	António Carvalho (Atlético do Rio Tinto)	F. C. do Porto
5.ª – 13/9/1931	António Carvalho (Nuno Álvares)	F. C. do Porto
6.ª – 18/9/1932	Mário José (Sport Club do Porto)	F. C. do Porto
7.ª – 3/9/1933	Diamantino França (União de Coimbra)	Nuno Álvares
8.ª – 2/9/1934	Francisco Dias (F. C. do Porto)	Nuno Álvares
9.ª – 25/8/1935	Albino R. da Silva (F. C. do Porto)	F. C. do Porto
10.ª – 21/9/1941	Manuel Marques (Atlético Club de Coimbra)	Atlético Club de Coimbra
11.ª – 30/8/1942	José Almeida (Cruz de Cristo, de Coimbra)	Cruz de Cristo
12.ª – 17/9/1944	António Barros (Aliança F. C. de Ovar)	Cruz de Cristo
13.ª – 18/9/1949	Manuel da Costa Laborim (Onze Verdes, de Ovar)	F. C. de Valadares
14.ª – 31/8/1952	Manuel da Costa Laborim (S. C. da Arruela, de Ovar)	S. C. da Arruela (Ovar)
15.ª – 21/8/1955	Adriano Ferreira Pinto (Onze Verdes, de Ovar)	Onze Verdes (Ovar)
16.ª – 22/9/1968	Aurélio Fernandes (Santa Clara, de Coimbra)	F. C. do Porto
17.ª – 19/9/1971	Carlos Lopes (Sporting C. de Portugal)	Sporting C. P.
18.ª – 24/9/1972	Carlos Lopes (Sporting C. de Portugal)	Sporting C. P.
19.ª – 9/9/1973	Aniceto Simões (Sport-Lisboa e Benfica)	Sport Lisboa e Benfica
20.ª – 15/12/1974	José Simões (Associação Cristã da Mocidade)	F. C. do Porto
21.ª – 14/12/1975	Carlos Lopes (Sporting C. de Portugal)	Sport Lisboa e Benfica
22.ª – 19/12/1976	Tavares da Silva (Sport Lisboa e Benfica)	Sport Lisboa e Benfica

O Almanaque Desportivo do Distrito de Aveiro, para 1950, refere Aurélio Pinheiro, do Bonfim F. C., como vencedor da 8.ª (1934) Légua de Ovar.

O campeão olímpico (Los Angeles, 1984) Carlos Lopes venceu, assim, a Légua de Ovar três vezes (1971, 1972 e 1975).

José da Silva Laborim, também conhecido por *Manuel Laborim*, nasceu na Rua dr. Manuel Arala, a 26 de Junho de 1922, filho de António da Costa Laborim e de Piedade Marques, casou (1948) com Ana Augusta da Silva Santos, e faleceu a 24 de Fevereiro de 1993.

Venceu a *Légua de Ovar* em 1949, pela equipa dos Onze Verdes, de Ovar; e, em 1952, pela equipa do S. C. da Arruela, também de Ovar.

Em 1989, Ovar tinha dois engraxadores (polidores de sapatos): – O *Manuel Laborim* e o Manuel de Pinho Rodrigues, o *Manuel Fadista*.

Manuel Laborim cortando descalço a meta.

No futebol, dois jogadores – dr. Rui Cunha e Zeferino Gomes Pinto – usufruíram de justa fama na ditadura militar e nos inícios do Estado Novo.

O dr. Salviano Rui de Carvalho e Cunha foi, inquestionavelmente, o mais famoso jogador de futebol da Associação Académica de Coimbra, chegando a ser o melhor avançado-centro do País.

Filho do dr. Salviano Pereira da Cunha e de Maria Palmira Lopes de Carvalho e Cunha, nasceu na Rua Alexandre Herculano, a 30 de Agosto de 1912, tendo casado, em Santo António de Campolide, Lisboa, a 11 de Outubro de 1944, com Maria Eduarda Neto de Faria e Maia da Cunha, natural de S. Pedro, Ponta Delgada.

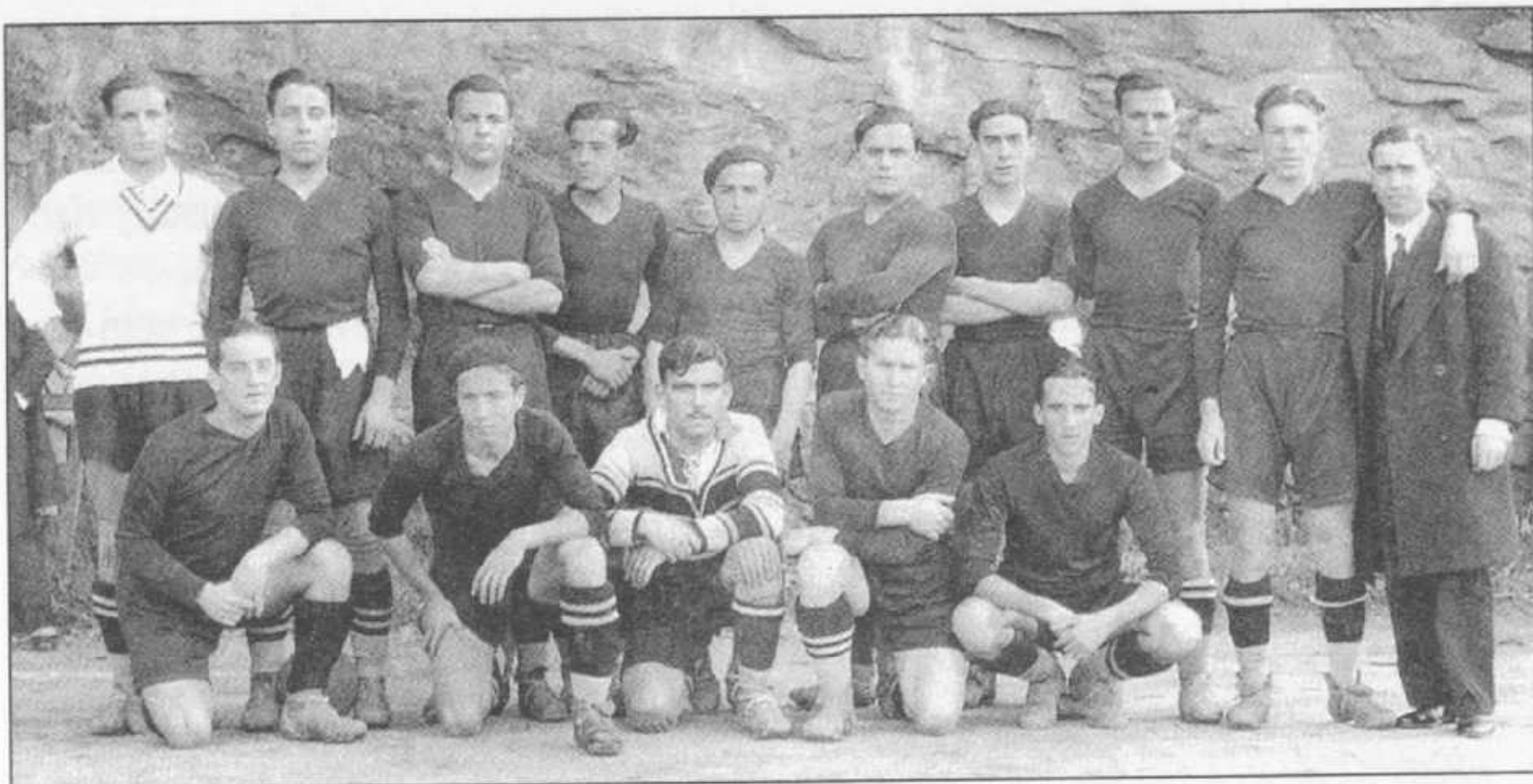
Rui Cunha iniciou as suas actividades futebolísticas em Ovar, no Aliança Foot-Ball Club, grupo fundado em 1922, quando tinha apenas 12 anos.

Os seus estudos levaram-no para o liceu de Aveiro e aí o foram aliciar para a transferência para o liceu de Coimbra e o consequente ingresso na secção de futebol da Associação Académica.

Em 1929, estreia-se no grupo de honra da Académica, ainda aluno do liceu; e, em 1934, com 17 anos, Rui Cunha, estudante de Medicina, foi seleccionado para a equipa portuguesa que disputaria um jogo de futebol com a vizinha Espanha.

Aliança Foot-Ball Club (fotografia de 1925 ou 1926).
Rui Cunha, de joelhos, é o 3.º a contar da esquerda.
In*: EDUARDO LAMY LARANJEIRA,* O futebol vareiro*, 1996*

Em Março de 1938, no Campo das Salésias, o grupo da Associação Académica perdeu com o Belenenses e Rui Cunha foi expulso e punido com dois anos de suspensão, e desgostoso, resolveu nunca mais jogar futebol. Mas, cumprida a pena, ainda voltou a alinhar pelo seu clube, quando a Associação Académica teve necessidade do seu valioso concurso.

Rui Cunha com a camisola da Selecção Nacional.
In*:* A Académica

Rui Cunha na equipa da A.A.C. dos anos 30 (é o 2.º, de pé, a contar da direita).
In: A Académica

Em Novembro de 1938, após a sua formatura em Medicina, o dr. Rui Cunha foi alvo de grande homenagem da Academia de Coimbra; e, em Janeiro do ano seguinte, foi descerrada uma lápide com o seu nome no edifício do balneário do Campo de Santa Cruz.

O dr. Rui Cunha veio a falecer, a 4 de Agosto de 1996, com 83 anos.

Zeferino Gomes Pinto, filho de Manuel Gomes Pinto e de Maria Teresa de Jesus, foi avançado-centro da A.D.O., tendo sido escolhido para suplente à Selecção do Norte que, a 18 de Dezembro de 1932, derrotou em lisboa, no campo do Stadium, por l-0, a Selecção do Sul. Substituiu, então, o formidável Pinga, magoado.

Casou (1940) com Maria Cecília de Oliveira Leite, e foi proprietário do *Café Celeste*, na Rua Elias Garcia (desde 25 de Dezembro de 1942), onde actualmente se acha o *snack-bar John Bull*.

O *campo da Cadeia* pouco tempo serviria à Associação Desportiva Ovarense, dado que a 6 de Abril de 1930 foi inaugurado um novo campo – o *parque da Oliveirinha* –, todo murado, construído numa vasta propriedade ao cimo das Ruas da Oliveirinha e Lamarão, que ficou a dever-se à generosidade e ao bairrismo do presidente da direcção do clube, Francisco Augusto Marques da Silva.

No dia da inauguração, um domingo chuvoso, a A.D.O.

Zeferino, o avançado-centro da A.D.O., seleccionado para o Norte-Sul.
In: O Ideal Vareiro, *de 1/1/1933*

foi derrotada pelo Club «Os Galitos», de Aveiro, em disputa do campeonato da A. F. de Aveiro.

A 24 de Julho de 1931 o *Club de Regatas Vasco da Gama* (Francisco Marques da Silva presidira no Rio de Janeiro a este clube, cujo estádio ajudou a construir) visita Ovar pela 1.ª vez e é recebido por enorme multidão na Praça da República.

Embarca no cais da Ribeira para um passeio de barco na ria, regala-se com uma caldeirada na Quinta Colares Pinto, é recebido nos Paços do Concelho pelo Presidente da Câmara dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, e, finalmente, vence num jogo de futebol a A.D.O.

Aspecto do banquete oferecido aos jogadores brasileiros pela Associação Desportiva Ovarense.
In: ABC, *ano XII, de 30/7/1931*

A 22 de Setembro de 1929, no Parque da Oliveirinha, foi experimentado o piso do *court* de ténis construído pela A.D.O. No domingo 31 de Julho de 1932, no mesmo parque, iniciou-se o 1.º torneio de ténis realizado em Ovar, entre sócios da A.D.O., tendo Alberto Saramago sido vencedor do campeonato de simples, conquistando a taça José Vidal.

Carlos Soares Ferreira Malaquias, a quem Ovar muito ficou a dever no campo do desporto, construiu um campo de ténis, particular, na praia do Furadouro (1956) e outro campo de ténis para a A.D.O., no Parque Marques da Silva (1966), e foi o iniciador, em 1977, no Orfeão de Ovar, do *mini-ténis*.

A 15 de Agosto de 1978, foi inaugurado um campo de ténis, de piso absorvente, no Parque de Campismo do Furadouro, oferecido por aquele Carlos Soares Ferreira Malaquias.

A 19 de Janeiro de 1988 foi fundado *O Clube de ténis de Ovar*, que inaugurou os primeiros 4 *courts* de ténis, a 4 de Maio de 1991.

Em 5 de Abril de 1931 a A.D.O. inaugurou, particularmente, o seu campo de basquetebol com um jogo entre o F. C. do Porto e o Nuno Álvares, que o 1.º grupo venceu. A inauguração oficial do campo só teria lugar no domingo 19 de Março de 1933, no Parque da Oliveirinha, com jogos entre o grupo *B* da A.D.O., constituído por Claudino, Armando, Arlindo, Férrer (*cap.*) e Regalado, e as 2.as categorias do Acadé-

mico; entre o grupo *A* da A.D.O., constituído por José Ramada, Eduardo Rosas, Álvaro Malaquias, Alberto Saramago (*cap.*) e Manuel Ramada, e as reservas do Académico; e entre as categorias de honra do Académico e do Internacional. Foram vencedores, respectivamente, o grupo *B* da A.D.O., as reservas e o grupo de honra do Académico.

O basquetebol, que nesta 1.ª fase se deve aos esforços de Jaime Soares e dos irmãos Ramadas, com a partida destes últimos, já se achava decadente em 1935.

Renasceu em 1940, com Darcílio Polónia, e, em 1952, a A.D.O. voltou ao basquetebol, criando uma secção desse desporto que iniciou os seus treinos no verão desse ano no rinque de patinagem anexo à Assembleia da praia do Furadouro, sob a orientação de José Penicheiro.

Em fins de 1952 foi construído um novo campo de basquetebol no Parque Marques da Silva e a A.D.O. começou a disputar o campeonato distrital de Aveiro, travando o seu 1.º encontro a 30 de Novembro com o Beira-Mar. A equipa ovarense, que foi derrotada, era composta dos seguintes jogadores: Bernardino, Zé Penicheiro, Pinho, Pacheco, Hugo, Padrela I, Padrela II, Ricardo e César.

Em 1972, com a inauguração do Pavilhão Gimnodesportivo da A.D.O., voltou a reanimar-se a secção de basquetebol, orientada pelo tesoureiro da Fazenda Pública em Ovar João Henriques Gonçalves. Iniciou-se, então, a prática do mini-basquete, com bastantes praticantes, aliás como as classes de basquete masculina e feminina.

A 24 de Março de 1973 a equipa de iniciados da A.D.O. foi apresentada publicamente, defrontando em desafio oficial a equipa do Beira-Mar *B*, que venceu o jogo. A 28 de Abril do mesmo ano, no Pavilhão Gimnodesportivo, foram apresentadas as equipas de senhoras (que venceu a de Cucujães) e de júniores (masculina) da A.D.O. (que perdeu com a Sanjoanense).

João Henriques Gonçalves.

No dia 12 de Abril de 1975 disputou-se, pela 1.ª vez em Ovar, por iniciativa da secção de basquetebol e com seis equipas inscritas, todas mistas, um torneio deste desporto.

Em 1979, a A.D.O. ascende à 2.ª divisão nacional e, em 1980, na qualidade de campeão do Norte, ascende à 1.ª divisão nacional.

A partir de 12 de Fevereiro de 1986 é treinador da A.D.O. Luís Magalhães, natural de Lourenço Marques, Moçambique.

Inicia-se a *época de ouro* do basquetebol ovarense, tendo a Câmara Municipal, a 16 de Junho de 1987, concedido à secção de basquetebol da A.D.O. a *Medalha de Prata* de mérito desportivo municipal, e, a 31 de Maio de 1988, a *Medalha de Ouro*.

A 31 de Outubro de 1992, a secção de basquetebol da A.D.O. inaugurou, oficialmente, o seu novo pavilhão; e, a 24 de Abril de 1996, foi constituída a *A.D.O. – Basquetebol da Associação Desportiva Ovarense*.

A Associação Desportiva Ovarense foi duas vezes *Campeão da 1.ª Divisão Nacional* (1987-1988 e 1999-2000), venceu duas *Taças de Portugal* (1988-1989 e 1989-

-1990), quatro Super Taças (1987-1988, 1990-1991, 1992-1993 e 1999-2000) e três *Taças da Liga* (1991-1992, 1995-1996 e 2000-2001).

O Aliança Foot-Ball Club arrendou para a sua secção de basquetebol, a Amadeu Peixoto, «um terreno em frente ao Parque Sá Pinto, hoje em parte ocupada pela moradia do Senhor Dr. Afonso Ferreira Martins (*actualmente*, de José Augusto Pinheiro Guedes da Costa). Promoveu aí alguns desafios da especialidade e festas, como um arraial, etc. Tudo foi de pouca dura» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, n.º extraordinário comemorativo dos Centenários de Ovar).

A 1.ª gincana de automóveis disputada em Ovar efectuou-se a 3 de Julho de 1932, no Parque da Oliveirinha, com 9 concorrentes, sendo vencedor João António Gaspar, de Estarreja.

A 24 de Setembro de 1933, com 20 inscrições, realizou-se a 1.ª gincana de automóveis da praia do Furadouro, sendo vencedor Manuel Silva e Maria Palmira Carvalho e Cunha, de Ovar.

Em Julho de 1955 a A.D.O., organizou na praia do Furadouro o *1.º* e *2.º circuitos ciclistas motorizados* de que foram triunfadores, respectivamente, Manuel Alves Pereira e Eduardo Alleno, de Ovar. A 7 de Setembro de 1968, na mesma praia, na pista da A.D.O., levou-se a cabo a *1.ª competição de mini-carros*; e, no dia 8 de Julho de 1973, realizou-se, ainda no Furadouro, a *1.ª grande prova de perícia automobilística*, organizada pelo Clube Desportivo do Furadouro, e da qual foi vencedor Luís da Costa Sousa.

No dia 8 de Junho de 1977, junto do Areinho, teve lugar o final da 1.ª parte da etapa Póvoa de Varzim-Figueira da Foz, do Rally de automóveis antigos.

A secção de Ovar da Guarda Nacional Republicana (4 de Setembro de 1926)

O decreto, n.º 12.259, de 4 de Setembro de 1926, criou a secção de Ovar da G.N.R., composta de 90 guardas – 80 de infantaria e 10 de cavalaria –, abrangendo Ovar, com 28 guardas, Espinho, Estarreja, Oliveira de Azeméis (Bustelo), S. João da Madeira e Vila da Feira.

Esta secção da Guarda Nacional Republicana, extinta pela reorganização do exército, cessou as suas funções a 30 de Junho de 1927.

Em 1931 obteve-se um posto instalado no mesmo quartel da antiga secção, no edifício dos Paços do Concelho, com 1 cabo e 11 praças, sob o comando de um sargento, posto que recolheu à companhia, em Aveiro, a 13 de Setembro de 1933.

Posteriormente, e até 1980, o concelho de Ovar teve dois postos: os de Ovar e de Esmoriz.

A 21 de Janeiro de 1980, o posto de Ovar foi elevado à categoria de secção, abrangendo os postos de Espinho, Esmoriz, Avanca e Estarreja; e, a 3 de Maio de 1985, foram inauguradas as instalações da secção na antiga Escola Técnica (*Casa do Carril*).

O Presidente da Câmara Manuel Pacheco Polónia (24 de Setembro de 1926 a 21 de Março de 1927). A Família Polónia. O Administrador do Concelho Francisco de Oliveira Belo (1926-1927)

Manuel Pacheco Polónia foi, pela 1.ª vez, Presidente da Câmara Municipal de Ovar, de 24 de Setembro de 1926 a 21 de Março de 1927. Nasceu o *dr. Polónia*, como era popularmente conhecido, a 10 de Setembro de 1893, filho de João Pacheco Polónia e de sua mulher, Teresa de Oliveira Gomes, neto paterno de José Pacheco Polónia e de Rosa de Oliveira Gomes, e neto materno de António José dos Santos e de Maria Grácia de Oliveira.

Teresa de Oliveira Gomes.

Estudante de direito, abandonou os estudos por doença e depois de ter permanecido ano e meio na serra da Estrela, no sanatório de Manteigas, regressou a Ovar, tendo sido escolhido e recomendado pelo partido republicano liberal para Administrador do Concelho. Ocupou este cargo por três vezes na Primeira República – de 23 de Outubro de 1920 a Fevereiro de 1921, novamente neste ano, e em 1923.

A 19 de Março de 1928 tomou posse, pela 2.ª vez, da Presidência da Câmara; e, a 23 de Agosto de 1932 tomou novamente posse do mesmo cargo, pela 3.ª vez, ocupando-o até 1946.

Manuel Pacheco Polónia, que foi Provedor da Misericórdia (1929), Presidente da sua Comissão Administrativa (1935-1937), Presidente da Junta de Turismo da praia do Furadouro desde 13 de Julho de 1945, foi ainda presidente da assembleia geral da Associação Desportiva Ovarense, do Orfeão de Ovar, do Estrela Foot-Ball Club, e dos Bombeiros Voluntários (1938-1949).

Faleceu, solteiro, com 66 anos, na sua casa da Rua Ferreira Meneres, a 31 de Outubro de 1958.

Manuel Pacheco Polónia. 1893-1958

Durante a sua longa presidência verificaram-se os seguintes factos no concelho:

1928-1930 . O caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto.
1929. A 30 de Maio aparece *O Povo de Ovar*.
1933. A criação, a 5 de Dezembro, dos Serviços Municipalizados de Electricidade.
1935-1937. A iluminação das freguesias do concelho.
1937. A criação da Junta de Turismo da praia do Furadouro, a 9 de Janeiro.

1938. A expulsão dos democráticos da Misericórdia.
1939. O caso do arrancamento das vides americanas na freguesia de Válega, a 15 de Maio.
1940-1943. A fundação do partido comunista local.
1940. A inauguração da Casa dos Pobres, a 1 de Dezembro, e as Comemorações Centenárias.
1945. O plano de urbanização de Ovar.

Família ligada ao Furadouro, a *Família Polónia* descende de João Pacheco, natural de Ovar, que casou com Apolónia (ou Polónia) da Conceição (ou Conceição Gomes).

O filho deste casal, José Pacheco Polónia, nasceu em 1827, casou com Rosa de Oliveira Gomes, e faleceu no Largo dos Campos, a 7 de Maio de 1896, com 71 anos. Arrais da companha de S. Pedro, na costa do Furadouro, pelo menos de 1865 a 1892, terror dos pescadores pelo respeito que lhe tributavam, salientou-se nas lutas políticas à frente das hostes que comandava. Primeiramente, como *reformista*, esteve ao lado do dr. Manuel Arala no combate aos *históricos* (progressistas), designadamente nas célebres *eleições dos rijões* (11 de Abril de 1869); depois, como *progressista*, combateu duramente os aralistas e neo-aralistas. Foi vereador na Câmara dos *incolores* (1893-1895).

Sua mulher, filha de João de Oliveira da Cunha e de Teresa de Oliveira Gomes, faleceu, com 76 anos, a 11 de Maio de 1912.

Filhos do casal José/Rosa:

– José Pacheco Polónia Júnior, comerciante, louvado no incêndio da praia do Furadouro de 21 de Novembro de 1886, que faleceu, a 6 de Julho de 1936, na sua casa de Matosinhos.

– Margarida de Oliveira Gomes

– Maria de Oliveira Gomes Polónia Figueiredo, que casou com José Maria Rodrigues Figueiredo (1870-1957), negociante, um dos fundadores do partido republicano local, e que foi Provedor da Misericórdia, e faleceu em 1947, com 78 anos.

– João Pacheco Polónia, que nasceu a 18 de Março de 1863, casou (1885) com Teresa de Oliveira Gomes (†1940), filha de António José dos Santos e de Maria Gracia de Oliveira, tendo falecido na Rua Ferreira Meneres, a 25 de Fevereiro de 1937, com 74 anos.

Dirigiu uma empresa de pesca no Furadouro, amealhou fortuna, foi um grande influente *progressista*, exercendo durante vários anos o cargo de vereador.

Filhos do casal João/Teresa:

– Manuel Pacheco Polónia (1893-1958), solteiro, que foi Administrador do Concelho por três vezes na Primeira República, Presidente da Câmara Municipal, também por três vezes, na Ditadura Militar e no Estado Novo, Provedor da Misericórdia e Presidente da Junta de Turismo da praia do Furadouro.

– José Pacheco Polónia, que faleceu em S. Tomé.

– Maria Gomes Polónia (†1964), que casou com Francisco Pinho Graça (Filhos deste casal: Celso Polónia Graça, Degmar Polónia Graça e João Darcílio Polónia Graça).

– Sérgio Pacheco Polónia (1891-1968), que casou com Ana do Céu da Cruz Polónia. Foi arrais da companha de S. Pedro e, depois, funcionário público.

Francisco de Oliveira Belo, filho de José Fernandes Sousa Vilas e de Maria da Silva Natária, nasceu a 13 de Julho de 1889, casou na Igreja Matriz de Ovar, a 2 de Junho de 1916, pela 1.ª vez, com Manuela Fragateiro de Pinho Branco (†1948, com 51 anos), filha do notário e advogado dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, e, pela 2.ª vez, em Arada, a 2 de Setembro de 1950, com Berta de Lurdes Ribeiro da Gama, viúva do tenente-coronel Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, e veio a falecer, com 62 anos, na Estrada de S. João, a 26 de Novembro de 1951.

Francisco de Oliveira Belo.
1889-1951

Irmão de Amélia Belo Correia Dias, que casou com Joaquim Correia Dias, foi director e proprietário do quinzenário literário ovarense *A Pérola* (de 3 de Março de 1910) e, a 8 de Junho de 1915, foi despachado ajudante daquele notário dr. Fragateiro.

Político destemido, que costumava afirmar aos seus amigos *que nunca se arrependera de fazer mal e sempre se arrependera de fazer bem*, agrediu, em Maio de 1921, o dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, e foi testemunha em Londres, a 10 de Março de 1930, no caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto.

Administrador do Concelho (1926-1927), vogal administrador da Comissão Administrativa da Câmara Municipal (2 de Junho de 1928 - 1930 e 23 de Agosto de 1932 - 1934), foi *director* dos Serviços Municipalizados de Electricidade de 1934 a 1951.

O concelho de Ovar perde a freguesia de Esmoriz e ganha as freguesias de Pardilhó e Souto (11 de Outubro de 1926). O concelho regressa aos seus limites anteriores (19 de Abril de 1928)

O decreto n.º 12.457, de 11 de Outubro de 1926, «considerando que, tanto o concelho de Espinho como os concelhos que lhe estão vizinhos, tal como se encontram constituídos não estão conformes com as necessidades das suas populações, prejudicando e até contrariando os interesses de algumas das suas freguesias e opondo-se à expansão das relações económicas e sociais estabelecidas em outras freguesias de concelhos» determinou, entre o mais, a anexação ao concelho de Espinho da freguesia de Esmoriz, do concelho de Ovar, e a anexação a este da freguesias de *Pardilhó*, do concelho de Estarreja, e de *Souto*, do concelho da Vila da Feira.

As razões invocadas não eram convincentes; convicente foi a excepcional admiração e dedicação que o Ministro da Marinha, capitão de mar e guerra Jaime Afreixo, tinha por Espinho, praia que frequentara durante vários anos. «E em Espinho, estando a filha do influente local prometida em casamento ao filho dum dos ministros, tem-se

a graciosa originalidade de colocar, na *corbeille* da noiva, o presente nupcial duma comarca em flor!» (RAÚL PROENÇA, *Panfletos – I – A Ditadura*).

O Presidente da Junta de Freguesia de Esmoriz, Manuel António Pinto de Castro, enviou um telegrama ao Ministro do Interior a agradecer a passagem para Espinho. Por outro lado, a totalidade do povo pardilhoense ficou satisfeita com a sua incorporação no concelho de Ovar.

O decreto n.º 15.395, de 19 de Abril de 1928, reconhecendo que as desanexações das freguesias de Esmoriz, Pardilhó, Souto e outras, causaram com o seu afastamento sensíveis perturbações nos concelhos de onde haviam provindo, desanexou do concelho de Espinho a freguesia de Esmoriz que novamente foi anexada ao concelho de Ovar, que perdeu as freguesias de Pardilhó e Souto que voltaram aos seus antigos concelhos.

Este decreto, com a assinatura do Ministro do Interior, coronel José Vicente de Freitas, teria saído por influência das entidades oficiais de Santa Maria da Feira e Ovar.

Na sessão camarária de 19 de Abril procurou-se que Ovar ficasse novamente com Esmoriz mas também com Souto e Pardilhó.

É inegável que tem havido fricções entre a sede do concelho e a freguesia de Esmoriz, que os concelhos vizinhos (Vila da Feira e, posteriormente, Espinho) avolumaram para delas beneficiar.

Já na sessão de 9 de Março de 1880 da Câmara dos Deputados, foi apresentado um *projecto de lei*, por Pires de Lima, a desanexar do concelho e comarca de Ovar a freguesia de Esmoriz e a uni-la ao concelho e comarca da Vila da Feira. Alegava-se que Esmoriz distava da Feira só 7 quílómetros, «que podem a toda a hora ser percorridos com facilidade e sem dispêndio por uma excelente estrada macadamizada concluída há cinco anos e em óptimo estado de conservação», enquanto que não tinha para Ovar, da qual distava 14 quilómetros, «outra comunicação senão por caminhos intransitáveis ou pela charneca da coutada de Arada, erma e pantanosa». Na sessão de 7 de Abril de 1880 o deputado dr. Manuel Arala apresentou uma representação da Câmara de Ovar reclamando contra o projecto de lei exibido por Pires de Lima.

Em 1898, houve protestos quando se soube que a Câmara de Vila da Feira solicitara a desanexação do lugar de Gondezende da freguesia de Esmoriz; em 1907 levantaram-se novos clamores quando constou que se pretendia tirar Esmoriz para Espinho e S. Vicente para a Vila da Feira; em 1910, sabendo que ia ser criada a comarca de Espinho, para a qual seriam retiradas a Ovar algumas freguesias, a Câmara, na sessão de 14 de Novembro, resolve representar ao governo contra a tentativa de criação daquela comarca; em 1919, o deputado Tamagnini Barbosa apresentou no Parlamento um *projecto de lei* criando uma comarca em Espinho, anexando-lhe a freguesia de Esmoriz, atentado contra a integridade da comarca de Ovar que foi combatido asperamente pela *Pátria*; em 1930-1931, um pequeno grupo separatista, por meras irredutibilidades pessoais e ocasionais, fez uma representação para Esmoriz sair de Ovar e ingressar em Espinho, o que foi combatido ardorosamente pelo *Povo de Ovar* e pela maioria do povo daquela freguesia; em 1942, na sessão camarária de 19 de No-

vembro, o vereador padre Manuel José Ferreira Torres protestou contra a pretensa saída de Esmoriz para a comarca de Espinho que se pretendia criar.

Em 1950, com fins culturais, recreativos e de beneficência, funda-se na praia de Esmoriz um clube denominado *Malta Cigana*, de tendência separatista; para o contrabalançar surge em 1953, na mesma freguesia, a *Liga dos Amigos de Esmoriz* para, em íntima colaboração com a Câmara Municipal de Ovar, resolver o mais urgentemente possível algumas das necessidades de que Esmoriz estava carecida.

A 30 de Maio de 1953 a Câmara, em colaboração com a Comissão Concelhia da União Nacional, realizou em Esmoriz, no Sindicato dos Operários Tanoeiros e Ofícios Correlativos, uma reunião anti-separatista em que discursaram, entre outros, o Presidente do município, António Coentro de Pinho, e o dr. Manuel Tarújo de Almeida, reunião que foi interrompida por «actos de desrespeito pelas autoridades presentes».

A Câmara, na sessão de 2 de Junho, apreciando o ocorrido nessa reunião, «deliberou, por unanimidade, consecutiva e ardorosamente pugnar pela conservação de Esmoriz» e «protestar junto das autoridades superiores contra os baixos meios» usados pelos fomentadores da desanexação da freguesia de Esmoriz e sua integração no concelho de Espinho.

Na sessão de 20 de Outubro a Câmara, «dada a boa vontade e espírito de colaboração demonstrados pelos componentes da Liga dos Amigos de Esmoriz» e dada a sua incompatibilidade com a Junta de Freguesia, deliberou que a dita Liga fosse «considerada como um elo de ligação entre a Câmara e as necessidades daquela freguesia, considerando-a mesmo, em certos casos, a executora dos desejos» da Câmara.

Com a posse, a 31 de Julho de 1954, do novo Presidente da Câmara, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, a questão *separatista* foi pacificada. Na sessão camarária de 6 de Outubro deste ano pelo Presidente «foi apresentada e lida uma declaração feita e assinada por indivíduos residentes na freguesia de Esmoriz que declaram que o movimento surgido na freguesia no sentido da sua anexação a Espinho, teve por causa divergências ocasionais a propósito da não realização de certos melhoramentos e não correspondia assim a desejo sentido e profundo do seu Povo de abandonar o concelho de Ovar».

Após o *25 de Abril* de 1974, não ressurgiu a questão *separatista* (*Esmoriz para Espinho*), mas surgiu a questão *da autotomia* (*Esmoriz a concelho*).

A 10 de Agosto de 1994, o Movimento Autonómico (*Esmoriz a concelho*) apresentou um requerimento ao Presidente da Assembleia da República; e, em Dezembro de 1996, foi oficializada, em Esmoriz a *Promunicipalis* – Associação das Cidades Potenciais Municípios, tendo como primeiro presidente Florindo Pinto.

Toponímia de Ovar na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1974)

Na Ditadura Militar (1926-1933) e no Estado Novo (1933-1974), atendendo-se ao quase meio século decorrido, as alterações na toponímia de Ovar foram reduzidas.

Relação dos 18 nomes dados no Estado Novo (1926-1974)

– Aguiar, Rua de Joaquim António de

Em 1926, a Câmara deliberou dar à rua do *mata-frades* o nome de Rua Dr. Francisco Zagalo e o nome de *Rua de Joaquim António de Aguiar* à Rua da Olaria. Em 1943, o nome do estadista foi mudado para a Rua Dr. António dos Santos Sobreira.

– Arantes e Oliveira, Rua eng.º

No centro da cidade, unindo a Rua Gomes Freire à Rua Alexandre Herculano, esta rua foi inaugurada a 24 de Junho de 1966 pelo Presidente da República, almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, sendo a lápide com o seu nome descerrada pelo Ministro da Justiça, professor doutor Antunes Varela. A Câmara, na sessão de 6 de Abril desse ano, deliberou agraciar o Ministro das Obras Públicas, eng.º Arantes e Oliveira, com a medalha de honra do concelho, em ouro, e com o título de cidadão honorário de Ovar, e dar o seu nome ao arruamento *A* do centro da cidade.

Este arruamento exigiu a construção dum pontão com 12 metros de vão sobre o rio Cáster e muros de suporte e, para tanto, a Câmara convencionou com António José de Pinho Resende Júnior, a 27 de Novembro de 1963, um contrato de empreitada no valor de 941.535$00. Para a feitura dos muros de suporte para os mesmos arruamentos a Câmara assinara outro contrato de empreitada, no valor de 429.700$00, a 31 de Outubro de 1962, com Manuel de Almeida Cambra.

Para a urbanização do *coração da vila* a Câmara teve de adquirir, amigavelmente ou recorrendo à expropriação por utilidade pública urgente, alguns terrenos.

Na sessão de 6 de Julho de 1974 a Câmara deliberou dar-lhe o nome de Rua Ferreira de Castro.

– Associação Desportiva Ovarense, Rua da

A 6 de Março de 1930, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal deliberou dar este nome à parte da Rua do padre Ferrer, antiga Rua da Oliveirinha, que dá acesso ao novo campo de jogos.

– Bombeiros Voluntários de Ovar, Largo dos

Em homenagem à Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar a Câmara Municipal deu ao Largo de Santo António do Cruzeiro o nome de Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar. A 17 de Janeiro de 1965, foi descerrada uma placa com esta designação pelo Governador Civil do distrito de Aveiro.

– Combatentes da Grande Guerra, Largo dos

Hexágono irregular, o Largo dos Combatentes da Grande Guerra foi, primitivamente, denominado Largo de S. Pedro, por nele se localizar a Capela de S. Pedro. Em 1910, recebeu o nome de Largo Dr. Francisco Zagalo, e, na sessão de 6 de Outubro de 1926, a Câmara deliberou dar-lhe o nome de *Largo dos Combatentes da Grande Guerra.*

Nele se situam um prédio alto, simples, rectangular, que foi o primeiro hos-

pital de Ovar (1814-1911), e quartel (1911-1926), e daí que o largo seja designado por Largo do Hospital ou Largo do Quartel; a fonte do Hospital, do primeiro terço do século XIX, com larga e extensa escadaria aos patamares; a Casa (ou passo) do Calvário, construída entre 1748-1756, e servida por uma espaçosa escadaria de granito com lanços e patamares, obra concluída em 1782; e o monumento aos mortos da Grande Guerra (inaugurado a 3 de Maio de 1925).

No largo localizou-se a residência paroquial, a casa da Família Abragão, uma das casas da Família Coentro, e o edifício que foi o Teatro Ovarense (1875--2000).

Neste largo nasceu (1863) o maestro da Música Nova Luís Augusto de Lima, ou Luís Valério de Carvalho, e morreram, em 1896, o dr. João José da Silveira, o *dr. João Semana* do romance de JÚLIO DINIS *As Pupilas do Senhor Reitor*; e, em 1976, o dr. José Eduardo de Sousa Lamy, médico, que foi Presidente da Câmara Municipal (1954-1959).

No prédio que foi da Família Fragateiro e hoje é pertença do dr. Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy (na Rua Coronel Galhardo e Largo dos Combatentes da Grande Guerra), tiveram a sua sede o Colégio Júlio Dinis para o sexo feminino (1911-1916), e o Colégio Ovarense (1918-1929).

Arborizado em 1862 com ciprestes, estas árvores, bem como outras existentes no recinto da Escola Conde de Ferreira, na praça da Hortaliça, no Largo Miguel Bombarda e na Rua Licínio de Carvalho, foram mandadas deitar abaixo, em 1919, pela Câmara democrática, o que motivou ásperos e irónicos comentários dos republicanos liberais. O órgão liberal, *A Defesa* (de 14 de Dezembro de 1919), aconselhava os camaristas democráticos que ordenaram o derrubamento das árvores a formarem com as crianças das escolas um cortejo, porem-se à frente dois a dois e a irem pelas ruas fora a gritar – *Ó escolas semeai...*

Parada do quartel, em 1913 foi construído ao sul do teatro, pelo serralheiro António Ferreira e por ordem do comandante do batalhão, um pequeno jardim com um caramanchão armado com suportes de ferro e um viveiro de aves, de madeira e rede.

Designações deste largo:

Largo de S. Pedro	-1814
Largo do Hospital	1814-1911
Largo dr. Francisco Zagalo	1910-1926
Largo do Quartel	1911-1926
Largo dos Combatentes	1926-

Na sessão de 6 de Outubro de 1926, tendo sido pedido pela direcção da Liga dos Combatentes que se desse o nome de Combatentes da Grande Guerra a qualquer avenida ou rua de Ovar, a Câmara, achando justo o pedido, deliberou dar a este largo o nome de *Largo dos Combatentes da Grande Guerra*,

Largo dos Combatentes da Grande Guerra.
Edição da Casa Carvalho & Stúdio Almeida
Foto de Mário Almeida

decisão para a qual deve ter contribuído o facto de nele se achar o monumento aos mortos da Grande Guerra.

– Cunha, Rua dr.

No Lamarão, a norte e nascente do campo de futebol, da Rua dr. José Falcão à Rua Coronel Leite.

Pelo recenseamento de 15 de Dezembro de 1970, esta rua é a 2.ª em população de Ovar (607 habitantes, 134 famílias, 156 fogos e 166 prédios).

– Dezanove de Junho, Avenida

Na sessão camarária de 26 de Julho de 1928 foi resolvido dar à Rua da Cadeia, que ligava este edifício com a Rua Alexandre de Sá Pinto, o nome de *Avenida 19 de Junho.*

– Dias Simões, Rua António

Na sessão de 21 de Novembro de 1936, a Câmara Municipal deliberou dar à parte da Rua Fernandes Tomás compreendida entre as Ruas Castilho e dr. Manuel Arala, a pedido da Associação Desportiva Ovarense, o nome de *Rua António Dias Simões.*

– Igreja, Rua da

À Rua da Igreja foi dado, em 1975, o nome de Avenida do Bom Reitor.

Tendo o abade Crispim Gomes Leite, para obras paroquiais, adquirido por 81.000$00 os terrenos sitos a poente do cemitério, por con trato com a Câmara recebeu desta o caminho que atravessava esses terrenos e cedeu uma faixa onde, a 21 de Janeiro de 1957, se iniciou a pavimentação a paralelepípedos da *Rua da Igreja*. O custo desta rua que uniu a Rua Gomes Freire à Estação e Pelames foi de 124.567$00, tendo o Estado comparticipado com 56.340$00.

– *Pacheco, Alameda eng.º Duarte*

Na sessão de 18 de Novembro de 1943, a Câmara deliberou dar à alameda do Largo 12 de Dezembro (Largo de S. Miguel) o nome de *Alameda eng.º Duarte Pacheco.*

Engenheiro e notável homem público, nasceu em Loulé, em 1899, falecendo num acidente de automóvel, em 1943, quando era Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

– *Primeiro de Dezembro, Largo*

A 6 de Outubro de 1926, a Câmara deu ao Largo Francisco Ferrer (Largo de S. Miguel) o nome de *Largo 1.º de Dezembro.*

– *Sá Pinto, Parque e Rua Alexandre de*

A 26 de Julho de 1928, foi deliberado dar à Rua da Estação o nome de *Rua Alexandre de Sá Pinto.* Porém, na sessão de 16 de Agosto do mesmo ano, foi revogada essa deliberação e resolvido dar o nome de *Rua Alexandre de Sá Pinto* à parte da Rua de João de Deus que fica abaixo das entradas das Ruas do dr. Francisco Zagalo e Jaime Cortesão (antiga Rua Heliodoro Salgado, e, posteriormente, Rua António Soares Pinto), e que vai até à Rua da Ribeira (cruzamento das Avenidas dr. Nunes da Silva e D. Maria II).

A 25 de Setembro de 1930, o vice-presidente da Câmara, Joaquim Correia Dias, propôs que ao parque que a edilidade andava a construir no Largo Almeida Garrett fosse dado o nome de *Parque Alexandre de Sá Pinto.*

– *Soares Pinto, Rua António*

A Travessa das Ribas tomou o nome de Rua Heliodoro Salgado, em 1910, e, posteriormente, o nome de *Rua António Soares Pinto.* A esta rua, com início a sul na Rua Jornal do Povo de Ovar e terminando frente ao edifício onde esteve implantada a fábrica Atlântica, na Rua Guerra Junqueiro, foi dado, em 1975, o nome de Rua Jaime Cortesão.

– *Soares Pinto, Largo da Família*

Em 1952, a Câmara resolveu dar ao Largo dr. Soares Pinto (anteriormente Largo do Cruzeiro da Graça, Largo do Chafariz, Largo Serpa Pinto), o nome de *Largo da Família Soares Pinto* (24 de Julho de 1928 - 11 de Julho de 1947).

O largo sofreu alterações em 1887 (arborização), 1917 (jardim), 1929 (substituição de plátanos por rubinas), 1955 (pavimentação a mosaicos, colocação duma fonte e construção dum mirante e de dois estabelecimentos), 1961 (electrificação do chafariz com projectores subaquáticos) e 1966 (nova urbanização em consequência da construção do novo tribunal).

Neste largo localizaram-se o Paço de Ovar (1.ª notícia de 1288), o celeiro do Castelo, a Escola Conde de Ferreira (1867-1960), e a estação do correio de Ovar. Localizam-se no largo: o Tribunal Judicial (24 de Junho de 1966), a agência do Banco Nacional Ultramarino (9 de Fevereiro de 1975), o Café Progresso (17 de Dezembro de 1949), e a Farmácia Lamy. No meio do largo ergue-se o chafariz, inaugurado a 8 de Julho de 1877.

Este largo foi conhecido por:

Largo do Cruzeiro da Vila ou do Cruzeiro da Graça .... -1877
Largo do Chafariz 1877-1890
Largo Serpa Pinto 1890-1928
Largo dr. Joaquim Soares Pinto 1928-1952
Largo da Família Soares Pinto 1952-

– *Soares Pinto, Largo do dr. Joaquim*
Na sessão de 26 de Julho de 1928, por proposta de Júlio Pereira Vinagre, a Câmara resolveu dar ao Largo Serpa Pinto o nome de *Largo do dr. Soares Pinto*; na sessão de 25 de Setembro de 1930 o vice-presidente, Joaquim Correia Dias, propôs que no largo fosse colocado um busto em mármore daquele dr. Joaquim Soares Pinto, o que não foi aprovado. Em 1952, a Câmara, declarando que interpretava o desejo de todo o povo do concelho, deu-lhe o nome de Largo da Família Soares Pinto.
– *Sobreira, Rua dr. António dos Santos*
A 5 de Agosto de 1943, a Câmara Municipal, por proposta do Presidente Manuel Pacheco Polónia, deliberou dar à Rua de Joaquim António de Aguiar (anteriormente, Rua dr. João de Oliveira Mansarrão e Rua da Olaria) o nome de *Rua dr. António dos Santos Sobreira.*
A 26 de Julho de 1975, foi dado o nome de Rua da Olaria à Rua dr. António dos Santos Sobreira, e dado o nome de *Rua dr. António dos Santos Sobreira* à Travessa da Rua Alexandre Herculano que passa em frente à casa de António Coentro de Pinho e termina em frente ao depósito de água, isto é, na Rua Abel Salazar. Ficou, assim, o dr. António dos Santos Sobreira com o seu nome ligado à rua onde viveu.
– *Varela, Rua dr. Antunes*
No centro da cidade, comunicando a Rua Elias Garcia com a Rua do eng.º Arantes e Oliveira, foi inaugurada, a 24 de Junho de 1966, pelo Presidente da República, Almirante Américo Tomás, sendo a lápide com o seu nome descerrada pelo Ministro das Obras Públicas, eng.º Arantes e Oliveira.
A Câmara, na sessão de 6 de Abril desse ano, deliberara agraciar o Ministro da Justiça, professor doutor Antunes Varela, com a medalha de honra do concelho, em ouro, e com o título de cidadão-honorário de Ovar, e dar o seu nome ao arruamento *B* do centro da cidade. A nascente deste arruamento e até ao rio Cáster a Câmara construiu um jardim.
Na sessão de 6 de Julho de 1974, a Câmara deliberou dar-lhe o nome de *Rua Aquilino Ribeiro*. A mudança da placa efectuou-se a 5 de Outubro desse ano, tendo proferido ligeiras palavras o dr. José Fragateiro. O mesmo se verificou quanto à placa da *Rua Ferreira de Castro*. No dia 27 de Abril de 1974, à noite, a placa da *Rua dr. Antunes Varela* tinha sido tapada por um dístico intitulando-a *Rua 25 de Abril de 1974*.
Com a abertura das Ruas Antunes Varela e Arantes e Oliveira tornou-se, em

parte, realidade o sonho do médico dr. José Nogueira Dias de Almeida que sacrificaria a sua quinta entre a Rua Alexandre Herculano e a Igreja para a abertura duma avenida e construção dum mercado.
Notável professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o mais prestigiado jurista dos finais do século XX o doutor Antunes Varela não merecia que lhe retirassem a lápide com o seu nome, numa atitude só compreensível, no após *25 de Abril* de 1974, por razões meramente políticas (ter sido Ministro do dr. Salazar).

– *Zagalo, Rua dr. Francisco*

A 6 de Outubro de 1926, foi dado este nome à Rua Joaquim António de Aguiar (parte da antiga Rua de Sant'Ana – Estrada da Marinha).

Concluindo, na Ditadura Militar (1926-1933) foram alteradas 8 designações; no Estado Novo (1933-1974) foram abertas 3 ruas (as Ruas dr. Antunes Varela, eng.º Arantes e Oliveira e da Igreja) e alteradas 7 designações.

Paços do Concelho de Ovar.

As primeiras perseguições aos democráticos (1927)

O comandante do 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria 24, aquartelado em Ovar, major Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, manteve-se, em 1926, fiel ao governo democrático de António Maria da Silva, mau grado saber vitoriosas as forças revolucionárias. Quando teve conhecimento da substituição daquele político pelo comandante Mendes Cabeçadas, obedeceu.

Os jornais de 12 de Outubro de 1926 noticiaram que oficiais do exército iam ser demitidos, separados ou reformados, por terem desertado ou sido reformados para não irem para os campos de batalha. Na relação desses oficiais figurava o major médico dr. Domingos Lopes Fidalgo, reformado *por não querer ir para os campos de batalha!*

Tremenda iniquidade!, proclamou *A Pátria*, e com toda a razão.

De 3 a 7 de Fevereiro de 1927 decorreu a mais grave desordem da história da ditadura, a *Revolução de 3 de Fevereiro*, chefiada pelo prestigiado general Sousa Dias, que se malogrou.

Após o malogro deste movimento revolucionário de restauração democrática, que custou centenas de mortos e feridos, e que conduziu ao exílio em França e no Brasil da elite da oposição, foi encarregado o capitão João de Almeida Serra de fazer um inquérito rigoroso sobre os acontecimentos de Ovar.

Em consequência do fracasso da *Revolução de Fevereiro de 1927* houve uma *purga* do oficialato republicano e a desagregação dos partidos que se tornaram inoperantes.

O major Zeferino Camossa Ferraz de Abreu e o capitão Manuel Rodrigues Leite, do Regimento de Infantaria 19, declararam ao seu comandante que estavam ao lado dos revolucionários de *3 de Fevereiro*, pelo que ambos, como *reviralhistas*, vieram a ser acusados de cumplicidade neste golpe militar e civil. No dia 13 de Fevereiro de 1928, defendidos pelo advogado portuense dr. António Gama, cunhado do major Zeferino Camossa, foram julgados no tribunal militar do Porto, tendo sido punidos, cada um, com 10 dias de prisão disciplinar.

O capitão Manuel Rodrigues Leite na Casa de Reclusão Militar do Porto, a 24 de Agosto de 1927.

O Povo de Ovar, de 31 de Outubro de 1929, noticiava que por recente decreto, concedendo o indulto e comutação de penas, tinha expiado a pena do cidadão democrático Abel Guedes de Pinho.

O cadastro da propriedade alagada da ria (15 de Junho de 1927)

O decreto n.º 13.778, de 15 de Junho de 1927, aprovando o regulamento para a liquidação e cobrança dos impostos especiais da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, estipulou quanto ao imposto directo sobre *propriedade alagada* que, para efeitos exclusivamente de liquidação e cobrança do imposto, «e até que seja posto em vigor o cadastro geral da propriedade, são consideradas matrizes das propriedades alagadas as que, por concelhos, forem mandadas organizar pela Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro».

A referida Junta Autónoma, da presidência do jornalista-panfletário e escritor Francisco Manuel Homem Cristo, mandou fazer o cadastro geral que não agradou aos povos do concelho de Ovar, especialmente aos da beira-ria. E, assim, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ovar, na sessão ordinária de 28 de Julho de 1927 presidida por António Valente de Almeida, protestou contra a forma como fora organizado o *cadastro*, deliberando representar ao Presidente da República, Ministro do Cómercio e Comunicações e Ministro das Finanças contra as disposições do de-

creto e contra a organização atribiliária do dito cadastro. E isto «com unânime aplauso de algumas centenas de contribuintes que enchiam literalmente a sala das sessões».

Após a representação, «houve reunião no Governo Civil de Aveiro, e *O de Aveiro*, órgão do Homem Cristo, tratou o assunto, respeitando quem daqui foi defender o que tinha como seu legítimo direito, pela maneira *delicada* como costumava e que copiara do falecido confrade Padre José Agostinho de Macedo» (Zagalo dos Santos, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

A primeira exposição industrial de Ovar (16 e 17 de Julho de 1927)

A 16 e 17 de Julho de 1927 o salão nobre da Câmara albergou um arremedo de exposição industrial e agrícola do concelho, realizada pela comissão de festas da Senhora do Parto e dirigida pelo dr. António Baptista Zagalo dos Santos.

Esta *primeira* exposição industrial e agrícola do concelho, abrangendo bordados, curtumes, doces, madeiras, manteigas, mobílias, olaria, pesca, produtos agrícolas e refrigerantes, foi aberta pelo Presidente da Câmara António Valente de Almeida.

O pintor Sousa Lopes na praia do Furadouro

O pintor Adriano de Sousa Lopes (1879-1944), autor do notável tríptico *Moliceiros* e da famosa tela *Ondinas*, passou algumas temporadas na praia do Furadouro. Durante a sua estadia no Furadouro, em 1927, no *chalet* Matos, a sul da praia, assinou a obra *Os Pescadores* ou *Os pescadores do Furadouro*, quadro que é, como um crítico escreveu, «a expressão forte e cheia de verdade da vida dos pescadores do Furadouro».

Os Pescadores, *de Adriano de Sousa Lopes.*
In: Notícias de Ovar, *de 30/4/1970*

O padre Cruz em Ovar (6 de Maio de 1928 e 1940). A reabertura ao culto da Capela da Misericórdia (4 de Novembro de 1928). D. António Valente da Fonseca, bispo auxiliar (23 de Outubro de 1929) e residencial (1933) de Vila Real, e Ovar. Protestantes (20 de Junho de 1930), Testemunhas de Jeová (1976) e Mórmons. A Capela da Senhora da Boa Viagem (26 de Junho de 1930), no Torrão de Lameiro. A religião e o Estado Novo

Francisco Rodrigues da Cruz, apostólico sacerdote, conhecido em todo o País pelo simples nome de *Padre Cruz*, nasceu na freguesia de S. João Baptista de Alcochete, a 29 de Julho de 1859, e faleceu em Lisboa, a 1 de Outubro de 1948.

Este padre, já aureolado durante a vida com a fama de santidade, visitou a Misericórdia de Ovar, a 6 de Maio de 1928, com 68 anos. Na década de 1940 esteve outra vez em Ovar, na casa dos irmãos Colares Pinto, no Carregal, visitando a cadeia, o hospital da Misericórdia e rezando na Igreja Matriz.

Como já referimos, a Capela do Colégio das Doroteias (1909/1910), construída a expensas do Colégio das Doroteias e ao lado deste, na Rua dr. Francisco Zagalo, foi aberta ao público, com a assistência do abade e de todo o clero de Ovar, a 4 de Março de 1910.

Atacada desde a sua construção pela *Pátria*, órgão republicano local, foi encerrada em Outubro de 1910, logo após a proclamação do novo regime, e convertida em dependência utilitária da Misericórdia.

Na sessão extraordinária de irmandade, de 26 de Abril de 1926, o provedor dr. Lopes Fidalgo informou que o Ministro da Instrução, dr. Eduardo Ferreira dos Santos Silva, tinha visitado na véspera os edifícios de Misericórdia e sugerira a ideia de adaptar a capela a ginásio, para o que concederia um subsídio.

Porém, na sessão extraordinária de 29 de Março de 1928, a irmandade decidiu reabrir ao culto a capela e, a 26 de Abril, o *João Semana* noticiava a decisão e iniciava uma subscrição para a dita capela. Os católicos alegaram, então, que tinham, por volta de 1916, oferecido à Misericórdia a verba necessária para paramentar a capela e abri-la ao culto, bem como se tinham prontificado a ocorrer com todas as despesas nos primeiros tempos, e que estas ofertas não tinham sido aceites. Afirmaram, ainda, que os democráticos tinham vandalizado a capela, convertendo-a em armazém de depósito, numa casa de arrecadação.

A 4 de Novembro de 1928, sendo provedor o desembargador Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, foi a Capela da Misericórdia, com uma grande solenidade, reaberta ao culto, reabertura que foi alvo de apaixonada polémica entre católicos e democráticos.

O órgão democrático *A Pátria* afirmou, categoricamente, que o culto acabara na capela exclusivamente por culpa dos católicos. A capela ficara sem santos por estes terem sido arrematados pelo católico Francisco Peixoto Pinto Ferreira, por um preço superior ao da subscrição aberta (os republicanos teriam procurado, à sua custa, adquirir as imagens para as conservar na capela; os católicos arremataram-nas deixando a capela absolutamente nua); a capela ficara sem culto dado que o provedor dr. José Luciano de Bastos Pina tinha convidado, logo após a posse da capela, as antigas alu-

*Capela da Misericórdia.
Foto (1992) do dr. Eduardo
Lamy Laranjeira*

Interior da Capela da Misericórdia.

nas das Doroteias a continuar a realizar nela o Mês de Maria e estas não tinham acedido.

Os democráticos conservaram a capela decente e limpa, segundo ainda *A Pátria*, e tinham sido os católicos que declararam que ela não era necessária para as necessidades do culto católico em Ovar, onde existiam muitos templos. O dr. Pedro Chaves sustentara a necessidade de se reduzir a capela, reabrindo-a ao culto, e o dr. Lopes Fidalgo, como provedor, sustentou a conveniência de se construir uma nova capela em outro ponto da cerca.

D. António Valente da Fonseca nasceu, a 19 de Novembro de 1884, na freguesia de Válega, filho de António Bento Valente da Fonseca e de Joaquina Pinho Osório, cursou teologia no Porto e frequentou a universidade Gregoriana de Roma onde se doutorou em filosofia e direito canónico, ordenando-se presbítero, a 21 de Novembro de 1907, na basílica de S. João de Latrão. A 23 de Outubro de 1929, com 47 anos, foi nomeado bispo tutelar de Géramo e *auxiliar* de Vila Real, tendo sido sagrado na Sé do Porto a 21 de Fevereiro de 1932.

*D. António Valente da Fonseca.
1884-1972*
In: Notícias de Ovar, *de 30/3/1967*

D. António Valente da Fonseca, que, a 31 de Maio de 1933, foi nomeado bispo *residencial* de Vila Real, tomou parte nos trabalhos do Congresso do Sagrado Coração de Jesus, efectuado em Ovar em 1955, presidindo a algumas das suas sessões.

Acabando o governo da sua diocese a 10 de Janeiro de 1967, veio a falecer como bispo *resignatário* e titular de Ágbia, a 26 de Fevereiro de 1972, na cidade de Vila Real.

As entidades religiosas e os próprios meios oficiais de Ovar, na sua quase totalidade, mostraram-se intolerantes, inicialmente, no que se refere ao protestantismo, criando problemas e dificuldades à sua instalação.

A notícia, mais antiga referente à instalação de protestantes em Ovar data de 1929:

> «Há dias permitiu-se alguém anunciar uma conferência protestante nesta vila. Não sabemos se se realizou e teve assistência. Tudo é possível. O que, porém, achamos extraordinário é que os senhores protestantes julguem Ovar terra de missão, em que possam estabelecer a sua chafarica. Esta vila é católica por tradição e pelo espírito. Necessário, por tanto se torna que todos nós contrariemos pela acção essa ousadia protestante, nos lares, nos templos e praças públicas» (*João Semana*, de 7 de Fevereiro).

O órgão católico local, sem moderação, tolerância e compreensão da interdependência da família humana, advogava então a liberdade religiosa... mas só para os católicos!

No dia 20 de Junho de 1930, num prédio da Rua Heliodoro Salgado, no Picoto, realizou-se pela 1.ª vez uma conferência evangélica em Ovar, pelos padres protestantes Manuel Gonçalves, ex-padre católico, e Júlio Roberto dos Santos, pastor da igreja evangélica da Figueira da Foz. O *salão evangélico* encheu-se, então, literalmente.

Os protestantes em Ovar sempre constituíram uma minoria, mas activa que encontrou melhor ambiente na população ovarense após as perspectivas criadas pelo Vaticano II e pelo bom Papa João XXIII, com a sua declarada preferência pelo amor, pelo diálogo, pela tolerância e pela compreensão.

Mas a 29 de Maio de 1969 ainda se lia no *Notícias de Ovar*: – «Como é que a nossa *muita religiosidade* deu azo a que surgisse um templo protestante a dois passos da capela de Santo António? E como é que abriu, há pouco, uma *filial* em S. Miguel? Onde se localizará a próxima?».

Em 1989, além da Igreja Católica, Ovar tinha 3 Igrejas Protestantes, ou Evangélicas, uma das Testemunhas de Jeová, e a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Ao contrário dos católicos, os protestantes acham-se divididos em igrejas independentes, de grande dinamismo, mas de fraca implantação.

Relação das igrejas minoritárias da cidade de Ovar

1. *Igreja Cristã Evangélica*

Com cerca de 60 fiéis em meados de 1999, localiza-se, desde 1941, na Rua dr. Manuel Arala, n.º 87, a dois passos da Capela das Almas.

Igreja Cristã Evangélica da Rua dr. Manuel Arala.

2. *Igreja Evangélica Assembleia de Deus*
Na Rua Visconde de Ovar, n.º 175, e no lugar do Enxemil. A Comunidade Evangélica Assembleia de Deus, iniciada em Portugal em 1913, foi inaugurada em Ovar a 22 de Fevereiro de 1970. A 23 de Maio de 1971 foram baptizados, em Águeda, os primeiros crentes da Assembleia de Deus de Ovar, e, em Junho de 1976, a igreja recebeu o 1.º pastor a tempo inteiro, Verónico Vargues. Seguiram-se-lhe os pastores Policarpo Francisco Fortunato Serrano (1981) e Wilson Valentim dos Santos (17/1/1999), de origem brasileira (cfr. *Jornal de Ovar*, de 18/2/2000).

Igreja Evangélica Assembleia de Deus, na Rua Visconde de Ovar.

3. *Igreja Evangélica de Ovar*
Desde 20 de Junho de 1930 em Ovar, na Rua Teixeira de Queirós, tem cerca de 200 fiéis em comunhão regular.

Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, na Rua Gomes Freire.

4. *Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias*
Fundada em 1830, nos Estados Unidos. Os *mórmons* exercem a sua missão em Ovar por cima da Marimar, na Rua Gomes Freire.

5. *Associação das Testemunhas de Jeová*
Fundada em 1874, nos Estados Unidos.
No edifício Bonifácio, na Rua Aquílino Ribeiro, situa-se o *Salão do Reino das Testemunhas de Jeová*, aberto no final do 1.º semestre de 1976.
Novo Salão do Reino das Testemunhas de Jeová localiza-se na Rua António Bernardino de Carvalho (Alto do Serrado).
Em meados de 1999, tinha cerca de 250 membros e simpatizantes.

No lugar do Torrão de Lameiro serviu de capela a Casa do Ferreira «da Capela» (actualmente em ruínas), até 1930.

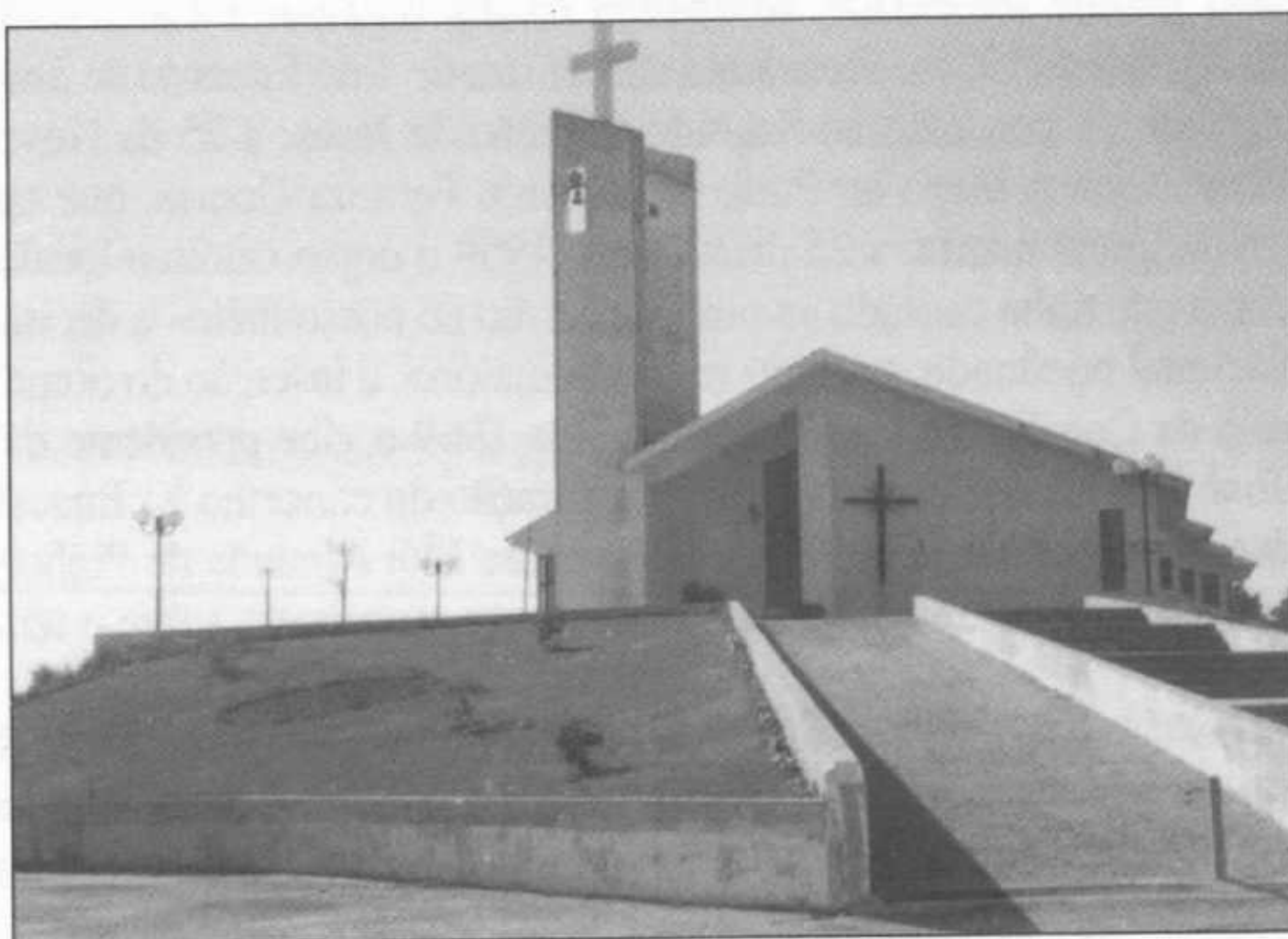
A 1.ª Capela do Torrão de Lameiro, a *Capela da Senhora da Boa Viagem*, particular, obra do benemérito Manuel António Pereira, foi aberta ao culto a 26 de Junho de 1930.

Esta capela foi notícia, em 1969, quando um estranho personagem, quinzenalmente, nela dava espectáculo com rezas e gente possessa, a que assistiam inúmeras pessoas transportadas em uma a duas centenas de veículos.

Casa do Ferreira «da Capela», que serviu de capela ao Torrão de Lameiro até 1930. Foto do dr. Eduardo Lamy Laranjeira

1.ª Capela do Torrão de Lameira. Foto de Mário Almeida

Posteriormente, esta capela, construída à custa e em terreno daquele Manuel António Pereira, viria a ser a 1.ª Escola Básica do lugar do Torrão de Lameiro.

Pouco depois da arrancada de Braga, contra a *desordem partidária*, normalizaram-se as relações entre o Estado e a Igreja Católica. O decreto n.º 11.887, de 6 de Julho de 1926, afirmando interpretar as aspirações da consciência nacional, manteve fundamentalmente o regime de 1918, de reconhecimento de personalidade às corporações encarregadas do culto.

2.ª Capela do Torrão de Lameiro.
Foto do dr. Eduardo Lamy Laranjeira

Para JORGE CAMPINOS (*A ditadura militar*, 1926/1933), «o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e a queda da I República provocam uma onda de entusiasmo e de esperança entre os católicos portugueses, visto que um dos traços fundamentais do regime republicano era o seu anticlericalismo».

Na verdade, os padres e os católicos ovarenses, na generalidade, acolheram o advento do Estado Novo com uma benevolente e confiante expectativa, quando não mesmo com entusiasmo declarado.

O clero ovarense, que nunca aceitou a República e que insistiu em identificar o catolicismo com a Monarquia, identificava-o agora com o Estado Novo. Ao abade *liberal* dr. Alberto de Oliveira e Cunha (1897-1936), sucederam o *monárquico* Boaventura Valente de Matos, e os *nacionalistas* Crispim Gomes Leite e Agostinho de Oliveira Félix.

A maior parte do clero de Ovar teve uma actuação comprometedora, pactuante com o poder instituído; uma minoria resvalou para o compromisso, a resignação e o silêncio. E não era de admirar para quem se tinha batido (e até tinha estado preso), ao longo da Primeira República, em condições particularmente adversas, contra o novo regime, pela religião católica.

Em 1929 as ordens religiosas (católicas) foram autorizadas a regressar a Portugal. Neste ano, a 19 de Maio, foi celebrado em Ovar um exercício religioso em acção de graças pelo *tratado de Latrão*, entre o Vaticano e Mussolini.

Com a igreja novamente reconciliada com o Estado, e até com ele identificada (para MÁRIO SOARES, «o salazarismo e a Igreja Portuguesa viveram intimamente entrelaçados, num conúbio incestuoso»), voltaram a encaminhar-se para os seminários numerosos ovarenses, sobretudo rurais.

A 12 de Julho de 1946 Ovar comemorou o *Tricentenário da Padroeira de Portugal*, com uma grande solenidade, recebendo no dia seguinte a visita do Bispo do Porto; a 7 de Agosto de 1955 o Presidente da Câmara dr. José Eduardo de Sousa Lamy leu a consagração do concelho ao Sagrado Coração de Jesus; a 25 de Novembro de 1957 esteve em Ovar o bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, que apreciou o novo relógio da igreja matriz; a 25 de Julho de 1959 o órgão católico local *João Semana* noticiava que tinha causado «a pior impressão no nosso meio» a decisão da Assembleia Nacional rejeitando, por uma pequena maioria, a inserção do nome de Deus no preâmbulo da Constituição; a 22 de Junho de 1969 o vice-presidente da Câmara Francisco José Correia de Almeida leu a consagração do concelho ao Imaculado Coração de Maria; a 12 de Dezembro de 1970 o padre Elói Almeida de Pinho proferiu, na sede dos bombeiros voluntários, uma conferência ou palestra sobre o tema *Liberdade religiosa*.

O *Notícias de Ovar*, a 29 de Maio de 1969, perguntava «onde é que dantes se concebia um casamento civil nesta terra?», acrescentando que hoje «o panorama é bem diferente. Tem causado apreensões a bons católicos o que se passa no capítulo de casamentos civis, especialmente entre os fundadores de determinada agremiação vareira (*Grupo Atlético Vareiro*). E quase todos filhos de famílias católicas e alguns com padres na família».

Estatísticas

1. *Concelho de Ovar*

Anos	Católicos	De outras religiões	Sem religião	Prédios destinados ao culto
1940	30.033	14	38	59
1960	35.208	71	41	-

2. *Freguesia de Ovar (S. Cristóvão e S. João)*

Anos	Católicos	De outras religiões	Sem religião	Prédios destinados ao culto
1940	12.531	3	16	85
1960	14.029	63	36	-

Nas freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar realizam-se anualmente festas e romarias. Assim, em 1972, efectuaram-se as seguintes:

Datas (1.º dia)	**Lugares**	**Festas/Romarias**
21/5	Ponte Nova	N.ª Sr.ª da Boa Hora
27/5	Cimo de Vila	N.ª Sr.ª da Cardia
1/6	Ovar	Sagrado Coração de Jesus
3/6	Guilhovai	N.ª Sr.ª de Fátima
23/6	S. João	S. João
2/7	Carregal	S. Pedro
16/7	Marinha	Santa Marinha
27/8	Torrão de Lameiro	N.ª Sr.ª da Boa Viagem
17/9	Ovar	Santa Eufémia do Carril
1/10	Ovar	S. Miguel
25/11	Ribeira	Santa Catarina

Na década de 1960 alcançou alguma projecção nos meios católicos de Ovar a Organização conservadora dos Cursos de Cristandade.

A Escola Primária Complementar (9 de Janeiro de 1928-1932). As mestas e os mestres

A Escola Primária Complementar, que até certo ponto preenchia a lacuna deixada pela supressão da Escola Primária Superior, começou a funcionar a 9 de Janeiro de 1928, tendo, em 1929, matriculados 46 alunos.

Funcionou no antigo edifício do hospital camarário, foi seu director o professor José Maria Cabral e teve vida efémera, sendo extinta, como todas as escolas complementares, em 1932.

Por volta dos anos 30, segundo ARADA E COSTA (*in*: *Notícias de Ovar*, de 5/2/1987), existiam na freguesia de S. Cristóvão de Ovar os seguintes mestres e mestras:

- Leonilde Nunes Branco, anãozinho, primo de Manuel Augusto Nunes Branco, na Rua Nova (Rua Ferreira Meneres);
- Ana Maria Gomes de Silva, «a do Máximo», mestra de crianças na Rua Alexandre Herculano, n.º 82;
- Martins, o *Colinha*, mais acima, no canto do Testa;
- Celeste, a *Carrelhas*, da Rua dr. José Falcão, que teve um papel importante na reorganização dos escuteiros (Janeiro de 1953). Maria Celeste Carrelhas foi chefe da *Alcateia 52 (S. Cristóvão)*;
- Maria Boturão, mestra de crianças no Outeiro;
- Mestre-escola, o *Plim*, no antigo Bairro de Sant'Ana (Rua Júlio Dinis);
- Maria José Teixeira, a *mestra do André* (nome do pai), na Rua dr. Francisco Zagalo, n.º 11;
- Mestra Joana Rocha de Jesus, a *Joana Bichas*, à entrada da Travessa da Rua Júlio Dinis, n.º 4;
- Maria *Nábia*, ao lado da Capela de S. Miguel; e
- Mestra Bernardina, no Largo da Poça.

Maria José Teixeira (A Mestra do André*). 1882-1970* In*:* Reis *1971*

«O assalto à Misericórdia de Ovar» (17 de Março de 1928). O tenente Pinho

Em Março de 1928, com o provedor dr. Domingos Lopes Fidalgo ausente do País, a Misericórdia foi objecto de um dos mais escandalosos procedimentos políticos que se registaram em Ovar.

Os nacionalistas queriam afastar do governo da Misericórdia os democráticos, que tinham sido eleitos pela maioria esmagadora dos irmãos. Como não podiam ser vencidos em eleições livres e como a mesa daquele dr. Lopes Fidalgo tinha de ser substituída, os nacionalistas recorreram a outros meios.

E em 17 de Março de 1928 o Governador Civil do distrito de Aveiro, tenente José Rodrigues da Silva Mendes, despacha dissolvendo a mesa da irmandade da Misericórdia de Ovar:

> «Considerando que chegaram ao meu conhecimento diversas acusações sobre o facciosismo político de alguns membros da Mesa da Misericórdia de Ovar; considerando que, muito embora não pese nenhuma acusação sobre a honorabilidade de nenhum membro daquela Mesa, é certo que se atravessa um momento anormal da nossa vida política, e atendendo a que o patriótico movimento de 28 de Maio se propôs repelir toda e qualquer pressão política sobre a vida dos corpos e corporações administrativas; e atendendo ainda às instruções verbais que recebi de S. Exa. o Ministro do Interior, exonero das suas funções a actual Mesa Administrativa da Misericórdia de Ovar e mando que se lavre o competente alvará. As diligências necessárias».

O *alvará* da mesma data é do seguinte teor:

> «José Rodrigues da Silva Mendes, tenente de Infantaria 7, delegado do Governo com atribuições de Governador Civil do distrito de Aveiro, usando da faculdade que me confere a lei, hei por bem exonerar a Mesa Administrativa da Misericórdia de Ovar e nomear, em sua substituição, os seguintes cidadãos:

Provedor	Dr. João Baptista Nunes da Silva
Vogais	Dr. Álvaro dos Santos Esperança
	Adolfo Eurico Pinto do Amaral
	José Maria da Silva Dias (*não tomou posse*)
	Padre Manuel Rodrigues Lírio
	Padre José Maria Maia de Resende
	Afonso José Martins
Substitutos	Manuel Bernardino de Oliveira Gomes
	José Mário da Costa e Pinho
	António Ferreira Coelho
	Guilherme Nunes de Matos»

O decreto n.º 15.076, de 14 de Fevereiro de 1928, aplicado a todas as corporações administrativas e estabelecimentos de beneficência e caridade, com estatutos devidamente aprovados, dispunha no seu *artigo 1.º* que «sempre que os corpos administrativos aos quais, por qualquer motivo, compita a tutela ou administração de estabelecimentos de beneficência e caridade, se manifestem menos zelosos no exercício de tal tutela ou administração serão nomeados pelo Governo, sob proposta dos governadores civis respectivos, comissões com funções trienais para administração e exercício dos direitos dos mesmos estabelecimentos, sem quebra das demais disposições dos seus estatutos». O *§ 1.º* deste artigo determinava que «os governadores civis farão proceder a proposta da comissão de um inquérito justificativo de tal providência», e o *§ 2.º* que seriam escolhidos de preferência para a comissão os sócios benefíciários dos estabelecimentos.

Acontecia, porém, que da comissão nomeada em 17 de Março de 1928 só um dos seus membros era irmão, o dr. João Baptista Nunes da Silva, que embora provedor não era o seu verdadeiro presidente. Este, para a oposição democrática, era o dr. Joaquim Soares Pinto que, como consultor jurídico da comissão intrusa, comparecia às sessões, dirigia os seus trabalhos, fazia as minutas dos autos de entrega de valores e ditava os rascunhos das actas.

Para os democráticos, a única razão justificativa da dissolução da mesa foi a da pretensa comparticipação do dr. Lopes Fidalgo na demissão da Comissão Municipal que, presidida por Manuel Pacheco Polónia, governou Ovar de 24 de Setembro de 1926 a 21 de Março de 1927.

A mesa que ia ser dissolvida, e da qual faziam parte o mesário efectivo dr. João Maria Lopes, representante da *direita* local, e o mesário substituto Augusto da Costa e Pinho, monárquico, reuniu a 21 de Março de 1928, em sessão extraordinária, sob a presidência do major Zeferino Camossa Ferraz de Abreu, tendo este declarado que lhe tendo constado que a mesa administrativa ia ser substituída violentamente não queria deixar de firmar o seu mais veemente protesto contra a maneira violenta, arbitrária e ilegal como se procurava introduzir a política numa instituição que, até àquela data, apenas se orientara pela mais absoluta isenção.

A 22 de Março, o dr. Alberto Augusto da Silva Tavares oficia ao novo provedor, dr. Nunes da Silva, afirmando-lhe que «não julgava que houvesse um único vareiro, digno desse nome, capaz de cometer a suprema ingratidão de se prestar a fazer parte duma Mesa para substituir aquela que mais tem trabalhado pelo progresso e engrandecimento da obra da Misericórdia de Ovar».

A 26 de Março é dirigida uma representação ao Presidente da República, com 179 assinaturas constituindo mais de 2/3 dos irmãos eleitores da Misericórdia de Ovar, protestando «contra a injustiça e o atentado que acaba de sofrer esta Instituição com a dissolução feita pelo Sr. Governador Civil de Aveiro e substituição da Mesa legalmente eleita pelos signatários».

Assinaram a *representação* indivíduos de todos os credos políticos, designadamente os licenciados em direito drs. Albino Borges de Pinho, António Gonçalves Santiago, João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Melo, José António de Almeida e Pedro Virgolino Ferraz Chaves; os médicos drs. Alberto Augusto da Silva Tavares, José Delfim de Sousa Lamy e José Eduardo de Sousa Lamy, médicos que se colocaram ime-

diatamente ao lado da mesa dissolvida, no que vieram a ser acompanhados pelo dr. José Afrânio de Sousa Lamy; os farmacêuticos António Carmindo de Sousa Lamy, Ernesto Augusto Zagalo de Lima e Isaac Júlio Fonseca da Silveira; os oficiais do exército Belmiro Ernesto Duarte Silva, Ernesto Ferreira Franco, José de Oliveira Pinho e Manuel Rodrigues Leite; os comerciantes António Coentro de Sousa e Pinho, Francisco de Matos e João José Alves Cerqueira; os proprietários Celestino Soares de Almeida, José Maria de Pinho Saramago e Manuel Maria de Matos; os professores Abel Domingos de Andrade e José Maria Cabral, este director da Escola Primária Complementar; e dois democráticos sem medo das consequências da sua adesão – o Secretário da Câmara Municipal Manuel Augusto Nunes Branco e o Secretário das Finanças José Rodrigues de Pinho.

A mesa dissolvida recorreu para o tribunal da Relação de Coimbra e o seu advogado dr. António Luís da Costa Rodrigues, na minuta de recurso, focou o acto da dissolução como violento, arbitrário, violador de lei expressa, traduzindo claramente um abuso de poder.

A 29 de Março o capitão do regimento de Infantaria 19, aquartelado em Aveiro, João de Almeida Serra, assinava este honroso documento:

> «Atesto sob minha honra que tendo sido encarregado pelo Ex.mo Sr. Governador Civil de Aveiro, logo após o movimento revolucionário do Porto, em Fevereiro de 1927, de proceder a um inquérito rigoroso sobre os acontecimentos em Ovar e depois sobre a acção e atitude da Mesa da Irmandade da Misericórdia daquele concelho» nem «uma só pessoa apareceu a formular qualquer acusação contra aquela Mesa, *nem mesmo aquelas que junto do mesmo Ex.mo Governador Civil solicitaram a dissolução dessa Mesa*».

E «atesto mais que tendo sido administrador daquele concelho desde então até 17 do corrente mês e tendo acompanhado cuidadosamente os actos de mesma Mesa, na qual se achavam representadas diversas parcialidades políticas, incluindo a monárquica, verifiquei que ela não praticou qualquer acto de facciosismo ou simples parcialidade política, antes fazia uma administração digna de elogio e do louvor do Estado».

Dr. Domingos Lopes Fidalgo. 1837-1948

Ao Presidente da República, general António Óscar de Fragoso Carmona, enviaram telegramas de protesto contra a dissolução da Mesa, a Colónia Vareira do Rio de Janeiro e Niterói e os ferroviários das oficinas de Ovar. Os patrícios residentes em Lisboa lavraram também o seu protesto em 28 de Abril de 1928, assinado por 82 cidadãos.

Em 10 de Abril de 1928 chegou a Ovar, no rápido da noite, o dr. Lopes Fidalgo, que foi acolhido na gare da estação por algumas centenas de ovarenses e que viera acompanhado desde Aveiro pelo major Zeferino Camossa, dr. Pedro Chaves e capitão Manuel Rodrigues Leite.

Compareceram, entre outros, à manifestação ocorrida na estação dos caminhos-de-ferro os drs. Alberto Tavares, António Zagalo dos Santos, João de Melo, José António de Almeida e José Eduardo de Sousa Lamy, os tenentes Ernesto Ferreira Franco e José de Oliveira Pinho, e Augusto Arala Chaves.

Todo este caso, que segundo o capitão Gaspar Inácio Ferreira tinha sido um mau acto político, foi pormenorizadamente relatado numa série de artigos publicados no semanário local, *A Pátria*, e mais tarde condensados no livro polémico *Suprema afronta – O Assalto à Misericórdia de Ovar. Subsídios para a história. 1928* –, de autoria do tenente JOSÉ DE OLIVEIRA PINHO e do dr. AUGUSTO TAVARES.

Tenente José de Oliveira Pinho. 1885-1965

O tenente Pinho (promovido em 1921) nasceu no lugar de Ponte Reada, da freguesia de S. João de Ovar, a 24 de Outubro de 1885, filho de João de Oliveira Pinho e de Maria Rodrigues de Oliveira, tendo casado (1913) na Igreja de ovar, com Rosa de Oliveira Soares de Pinho. Veio a falecer, com 80 anos, a 1 de Novembro de 1965, na sua casa do Largo de S. Pedro.

Combatente na Primeira Grande Guerra e na Monarquia do Norte, foi *maçon* (1928), tendo feito parte do *Triângulo Vermelho* (1929) e da *Loja Beira-Mar* (1930), em Ovar, com o nome de Galileu.

As eleições presidenciais de 25 de Março de 1928. O general Carmona reeleito em 1935 e 1942

A primeira eleição presidencial do Estado Novo ocorreu a 25 de Março de 1928, tendo sido eleito o general António Óscar de Fragoso Carmona, «homem de confiança das Direitas, ex-ministro dos Estrangeiros no gabinete nacionalista de Ginestal Machado, e oficial respeitado, mas de escasso prestígio militar» (OLIVEIRA MARQUES), «um dos mais fracos militares da história do exército português».

O *manhoso* general (MÁRIO SOARES), veio a ser reeleito em eleições fantoches a 17 de Fevereiro de 1935 e 40 8 de Fevereiro de 1942, nas quais foi, igualmente, a única candidatura apresentada ao sufrágio directo dos eleitores, como representante do Estado Novo.

Cidadãos inscritos e votos obtidos pelo general Carmona no concelho de Ovar

Eleições	Cidadãos inscritos	Votos
25/3/1928	–	3.753
17/2/1935	2. 949	2.668 (93%)
8/2/1942	2. 892	2.675 (92%)

A herança do dr. Joaquim Soares Pinto (24 de Julho de 1928-1930). A Família Soares Pinto (1928-1947), grande benemérita da Misericórdia

Cronologia do caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto (1928-1930):

1928

23 de Abril

O dr. Joaquim Soares Pinto, antes de se submeter a uma melindrosa operação, que viria a efectuar-se em princípios de Maio e provar a existêncía dum cancro no pâncreas, redige o seu testamento cerrado em que beneficia 32 legatários e institui herdeira do remanescente da herança a Santa Casa da Misericórdia de Ovar, com as seguintes condições: – a receita ou rendimento ser aplicado na conservação do culto da capela da Misericórdia, na instalação de uma escola de artes e ofícios para asilados e na construção de um pavilhão para doenças infecciosas ou contagiosas; os bens não poderiam ser alienados durante o prazo de 100 anos.

Este testamento lacrado foi depositado na Administração do Concelho.

14 de Julho

O dr. Joaquim Soares Pinto envia uma carta para o Anglo-South American Bank, de Londres, mandando que os seus depósitos – 8.500 libras no banco e 5.000 pesetas na sua filial de Vigo – passassem à sua ordem e à do padre José Alves Pereira, síndico da Ordem Franciscana, para que qualquer deles os pudesse levantar.

18 de Julho

O dr. Rogério Pais da Cunha Prelada, médico de Lobeira de Baixo, freguesia de Lacre, concelho de Montemor-o-Novo, visita o dr. Joaquim Soares Pinto e convence-o a confessar-se.

Este médico, seu íntimo amigo, foi seu companheiro quando ambos estiveram homiziados em Espanha, após a *traulitânia*, em 1919, e foi quem o apresentou aos padres Teófilo de Andrade e Leonardo de Castro, em Tuy, no Colégio de Santo António, de que o primeiro era director. Constava em Ovar que o dr. Soares Pinto era amigo de alguns frades franciscanos e que protegia a sua congregação, pelo que se supunha que parte da sua fortuna, senão a sua totalidade, seria para esta.

19 de Julho

O padre Leonardo de Castro desloca-se a casa do dr. Joaquim Soares Pinto para o confessar.

20 de Julho

Segundo *O Povo de Ovar* (de 20/3/1930), «no dia 20 foi igualmente recebido pelo doente um categorizado da Ordem Franciscana, P.e Teófilo de Andrade, do Porto. Dando então por escrito o segredo do *cofre grande*, que se encontrava numa dependência do rés-do-chão, e as indicações do que queria de lá se trouxesse, encarregou o padre de lá ir com o médico (*dr. João Baptista Nunes da Silva*) e a criada

(*Rosa Pinto Salvador – a quem o patrão legara todo o recheio da casa de habitação e armazéns anexos, com excepção do cofre grande e do seu conteúdo*). Desempenhada a incumbência, entregaram-lhe o que pedira – um rolo de papéis, uma lata pequena de folha, dois títulos de fundo externo brasileiro de 500 libras cada um e um envelope. Reconhecendo que não era este o envelope que queria, ordenou nova ida ao cofre para lhe trazerem o que pretendia. Uma vez entregue este, o doente convidou o médico a retirar-se do quarto, onde ficou só com o franciscano. Passado algum tempo o padre retirou-se do quarto com os objectos saídos do cofre e, como a criada suspeitasse que lhe levasse uns títulos seus no valor de 1.000 libras, o médico, a pedido desta, manifestou a suspeita da mesma ao padre, que declarou que, de facto, os levava, bem como outros valores para serem entregues depois da morte do doente, pois que para ele nada era. E retirou levando tudo... na mala».

23 de Julho

O dr. Joaquim Soares Pinto dita novo testamento ao frade Leonardo de Castro, no espaço que medeia entre as 19 e as 20 horas. Este segundo testamento cerrado, assinado pelo dr. Soares Pinto, é entregue pelo seu médico assistente à autoridade administrativa do concelho um mês depois. Foi dado ao médico pela criada Rosa Pinto Salvador.

24 de Julho

Morre o dr. Joaquim Soares Pinto, pelas 19 horas, e é aberto, à noite pelas 22, o seu primeiro testamento, verificando-se que instituíra herdeira da sua grande fortuna, calculada então em 3.000 contos, a santa Casa da Misericórdia de Ovar, com a obrigação de satisfazer importantes legados e encargos. Deixara o usufruto dos imóveis aos irmãos e após a morte destes a seus primos, passando por falecimento destes em pleno domínio à Misericórdia.

«Depressa as disposições testamentárias se tornaram conhecidas em Ovar, sendo unânimes os louvores ao gesto, mesmo por parte dos inimigos; pelo que no seu funeral se incorporaram criaturas de todas as cores políticas e crenças religiosas. Pouco depois arrefeceu o entusiasmo popular, com o aparecimento de apreensões sobre o destino que teria sido dado ao grosso dessa fortuna e de boca em boca corria a frase de seu irmão Manuel Soares Pinto: – *Os corvos caíram sobre a fortuna de meu irmão*».

Chega no dia da morte uma carta do banco Anglo-South American Bank afirmando que para se tornar efectiva a ordem de 14 de Julho era necessária a assinatura do mandante e do padre José Alves Pereira, num impresso que se remetia com a carta.

26 de Julho

É aberto o cofre com a assistência dos testamenteiros, do provedor desembargador dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, do irmão Manuel Soares Pinto e de outros cidadãos, verificando-se que aí não se achavam nenhum dos papéis de crédito e valores mencionados no testamento.

2 de Agosto

O diário republicano do Porto, *A Montanha*, de 2 de Agosto a 20 de Setembro de

1928, trata do caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto, atacando os padres, que denomina de milhafres, corvos e abutres, o médico e vice-provedor da Misericórdia dr. Nunes da Silva, e o médico dr. Álvaro dos Santos Esperança.

Para *A Montanha* (de 2/8/1928), a Misericórdia de Ovar foi roubada e prejudicados todos os pobres e desgraçados por ela protegidos:

«Aves Sinistras!...
Padres Ladrões!...
Bando d'abutres legendário, imundo,
Que veio à vida só p'a rapinar!...
Abrindo as asas negras sobre Ovar,
Foram sorver o sangue do moribundo».

A 2 e 10 de Agosto faz-se a imposição de selos e arrolamento nos bens móveis e imobiliários existentes na casa do dr. Joaquim Soares Pinto, na Rua Heliodoro Salgado.

12 de Agosto

Na sessão extraordinária, realizada neste dia, a Misericórdia solicita um inquérito às autoridades sobre o caso da herança.

13 de Agosto

O Administrador do Concelho, Francisco de Oliveira Belo, lavra *auto de notícia* dado que «sendo do domínio público que, ao abrir-se o cofre pertencente ao falecido dr. Joaquim Soares Pinto, desta vila, após a sua morte, não foram aí encontradas acções algumas do Banco Lisboa & Açores, a que no seu testamento se fazia referência para satisfazer os legados deixados a seus afilhados e bem assim os títulos que o testador no referido instrumento declarava pertencer a sua criada, e que esses valores haviam sido levados, ainda em vida do testador, pelo Padre Teófilo de Andrade, do Porto», e atendendo ainda que a Misericórdia desta vila solicitava uma investigação sobre o caso.

14 de Agosto

Neste dia, um grupo de irmãos da Misericórdia participa ao Administrador do Concelho, pedindo para se fazerem as investigações necessárias para acautelar os interesses da Misericórdia, responsabilizando-se pelas despesas que porventura se fizessem com o agente requisitado para esse fim.

A participação era assinada pelo dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, médico, António Coentro de Pinho, Ernesto Augusto Zagalo de Lima, farmacêutico, Francisco de Matos, primeiro sargento Gonçalo Maria Pereira e tenente José de Oliveira Pinho.

16 de Agosto

O órgão local católico *João Semana* defende os frades e protesta contra a campanha ignóbil contra o dr. Nunes da Silva.

Para este semanário, a mesa da Misericórdia, presidida pelo desembargador dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, desejava um acordo com os frades, pelo qual estes dariam à Misericórdia cerca de 800.000$00 dos depósitos de Londres e Vigo. Este acordo foi atacado pelos testamenteiros, Silvério Lopes Bastos e José Maria da Costa e Pinho, e a mesa foi levada a demitir-se com o auxílio de arruaceiros – *ou vem tudo ou não se quer nada!* Foi um erro, ainda segundo o mesmo semanário, e os 800 contos foram para as Missões de Moçambique.

19 de Agosto

O órgão republicano local, pelo contrário, de 19 de Agosto a 16 de Setembro, ataca abertamente a mesa da Misericórdia, constituída por um desembargador aposentado, dois padres e dois médicos, acusando-a de trair os interesses da instituição, pela sua quietude, indiferença e hostilidade, e ataca ainda a seita negra.

Paços do Concelho.
Edição da Casa Carvalho e do Stúdio Almeida
Foto de Mário Almeida

22 de Agosto

O dr. João Baptista Nunes da Silva é objecto duma arruaça na sua passagem, pelas 22 horas, em carro pela Praça da República. A 27 deste mês participa ao Administrador do Concelho contra, entre outros, Albano de Pinho Branco, António Coentro de Pinho, Eduardo António Ferraz de Liz, Francisco de Oliveira e Mário Augusto Ferraz de Liz.

23 de Agosto

Nesta data, a direcção da polícia de investigação criminal do Porto informa que envia, como auxiliar do Administrador do Concelho, o seu agente Felisberto Gomes de Freitas.

7 de Setembro

Na Rua dos Bragas, da freguesia de Cedofeita, no Porto, residência dos padres franciscanos, leva-se a efeito um *auto de busca e apreensão*. Aberto um pequeno cofre que se encontrava nos aposentos, foram encontradas dentro, devidamente enroladas, as acções do Banco Lisboa & Açores, do valor nominal de 100$00.

8 de Setembro

O caso da herança é resumido pel'*A Montanha*:

«Os franciscanos sabendo que o dr. Soares Pinto estava gravemente enfermo, irremediavelmente perdido, resolveram ser seus herdeiros, convencendo-o a legar-lhe os bens. Destacaram um para esse fim, que imediatamente foi a Ovar.

Não foi recebido. Insistiu. Teve a mesma sorte. O enfermo estava inabalável. Meteu empenhos...

Vendo que nada podia fazer, mandaram vir outro mais afinado. Este chegou e vendo que o doente já não reagia, que estava no estado de inconsciência, como, pelo confessado pelo dr. Esperança, já estava, intermitentemente, antes disto, confessou-o (?) e deu-lhe a extrema-unção, ao mesmo tempo que mandava vir o primeiro emissário com uma mala.

Este chega, dão-lhe o assalto ao cofre, combinam guardar segredo todos os que estão em casa... Morre o dr. S. Pinto. Aparece o testamento».

E «o povo de Ovar descobre o assalto, murmura, fala, grita, invectiva. Vendo-se perdidos, para terem uma prova moral de que o morto se lembrara à última hora daqueles de que se tinha esquecido quando no pleno uso das suas faculdades e que dias antes não queria receber, o que fazem os vulpinos padres?

Apresentam um testamento escrito e assinado pelo *confessor* e falsificam a assinatura do testador tão grosseiramente que nenhum notário a reconhece».

N'*A Montanha* é inserto este soneto humorístico visando o padre Manuel Rodrigues Lírio, director do *João Semana*, os dois frades e o médico assistente:

O Lírio

Parodiando um dos melhores
sonetos de Bocage, e inspirado nele,
fiz este monumento poético.

Não lamentes, ó Lírio o teu estado;
Lírio roxo tem sido gente boa,
Roxíssimos *lirós* há em Lisboa
Muitos lírios se têm ordenado.

Leonardo é lírio e lírio arroxeado,
Teófilo de frade alcança a c'roa,
E tu, Lírio, com toda a tua proa,
Teu artigo não passa por honrado.

Esse Nunes da Silva, tão famoso,
Que inda há pouco escreveu nesta Gazeta,
Entre dois frades se sentiu ditoso.

Todo o frade no mundo chupa a teta:
Não fiques, pois, ó Lírio, duvidoso
Que entre os frades a honra é sempre peta.

CASTANHA

12 de Setembro
O padre Teófilo de Andrade é detido e recolhe à prisão de Ovar.

19 de Setembro
O agente Felisberto Gomes de Freitas resume as suas averiguações e o processo segue para o tribunal da comarca.

26 de Setembro
O dr. Pedro Chaves, delegado interino, dá a sua *querela provisória*: «Dos autos vê-se que os Padres Leonardo de Castro, também conhecido por António de Carvalho e Castro, cujas naturalidade e residência se ignoram e Teófilo de Andrade, natural da freguesia de Cabreiro, concelho de Arcos de Valdevez, residente na rua dos Bragas, da cidade do Porto e actualmente preso nas cadeias desta comarca, solteiros, servindo-se, para fins ilícitos e criminosos, das suas funções religiosas, subtraíram fraudulentamente ao dr. Joaquim Soares Pinto, solteiro, advogado, morador que foi na rua Heliodoro Salgado, desta vila, 184 acções do Banco Lisboa & Açores em 92 títulos, duzentas obrigações de 1.º grau da Companhia dos Caminhos-de-Ferro portugueses e título de depósito em bancos de Londres e Vigo, no montante de um milhão cento e quarenta e três mil cento e vinte escudos com co-autorias ou cumplicidades que ainda se não acham juridicamente comprovadas nos autos».

Os padres Teófilo de Andrade, em carta publicada no jornal *A Montanha*, Leonardo de Castro, em carta n'*A Pátria*, e Manuel Rodrigues Lírio, em carta também n'*A Montanha*, afirmam que os dois primeiros nada furtaram, que não exerceram a menor sugestão sobre o doente, que não houve plano de antemão traçado com a ajuda de médicos para preparar um assalto ao cofre do dr. Soares Pinto. Em Ovar, entretanto, produzem-se na rua manifestações hostis ao padre Teófilo de Andrade e ao seu advogado.

27 de Setembro
É recebida a querela provisória pelo juiz dr. Adelino Pais e Silva.

3 de Novembro
A Santa Casa da Misericórdia de Ovar aceita a herança a benefício de inventário.

8 de Novembro

Arbitrada fiança de 2.000 contos ao frade Teófilo de Andrade, este é afiançado por um grupo de pessoas do concelho, sendo solto.

9 de Novembro

O padre Teófilo de Andrade requer instrução contraditória, sendo seu advogado o dr. Gaspar de Abreu. Nesta, declara que cumpriu após a morte do dr. Soares Pinto uma das suas determinações – a entrega à criada de cerca de 100 contos – e cumpriria as restantes disposições do falecido se não tivesse sido impedido por lhe terem sido apreendidos os títulos que tinha em seu poder.

São suas testemunhas: – António Valente de Almeida, proprietário; Augusto da Costa e Pinho proprietário; padre José Maria Maia de Resende; dr. José Maria Marques de Oliveira Reis, advogado; José de Oliveira Ala, proprietário; dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, desembargador aposentado; padre Manuel Rodrigues Lírio, presbítero; Maria Pinto Salvador e Rosa Pinto Salvador, domésticas.

11 de Novembro

Na sessão extraordinária da mesa da Misericórdia, Adolfo Amaral e Afonso José Martins apresentam uma moção na qual, considerando que o provedor dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro ficou fiador do padre Teófilo de Andrade, no processo crime que contra ele corria no tribunal da comarca, considerando que o provedor, o secretário padre Manuel Rodrigues Lírio e o mordomo padre José Maria Maia de Resende, se prestaram a ser testemunhas na instrução contraditória requerida pelo arguido, se reprova a sua deslealdade e se convida os mesmos a resignarem imediatamente os seus cargos nas próprias mãos dos mesários sobreviventes. O provedor renuncia.

12 de Novembro

Tem início o *inventário de maiores* por óbito do dr. Joaquim Soares Pinto, sendo advogado dos testamenteiros o dr. José António de Almeida.

14 de Novembro

Faz-se o arrolamento na casa da quinta da Corga do Sul, em Válega.

20 de Novembro

Faz-se o arrolamento no armazém que servia de garagem ao dr. Joaquim Soares Pinto, na Rua Heliodoro Salgado.

1929

17 de Janeiro

Os seis médicos que trataram o falecido declararam no inventário de maiores, que eram credores de 150.000$00, provenientes de serviços médicos e cirúrgicos:

dr. Nunes da Silva .... 60.000$00
dr. Salviano Pereira Cunha .... 40.000$00

dr. Álvaro dos Santos Esperança .... 34.000$00
dr. José Duarte Pereira do Amaral .... 10.000$00
dr. Azevedo Gomes (*2 conferências*) .... 4.000$00
dr. Cerqueira Gomes (*1 conferência*) .... 2.000$00

Na conferência de 27 de Junho deste ano não foi aprovada esta verba do passivo pela herdeira Misericórdia e pelos testamenteiros.

16 de Março

O relatório do exame do segundo testamento, de 23 de Julho de 1928, do Instituto de Medicina Legal do Porto, considera que a assinatura do dr. Joaquim Soares Pinto, aposta no testamento é *autêntica.* Assina, com outro, o relatório o professor Francisco Coimbra.

É de notar que por este testamento, cuja assinatura nele aposta pelo dr. Soares Pinto era considerada falsa pela *Pátria* e pela *Montanha*, a Misericórdia fica com menos encargos do que com o primeiro.

21 de Abril

O delegado do procurador da república na comarca, dr. António Caetano Figueira, entende que o processo crime deve ser arquivado:

«Admitindo que subtrair é tirar, levar consigo, somos levados a concluir que se verificaram no processo os dois elementos *subtracção* e ser *a coisa alheia* – visto que os valores retirados do cofre pertenciam ao dr. Soares Pinto e foram levados pelo arguido Teófilo de Andrade».

Mas «houve da parte do arguido Teófilo de Andrade a intenção de furtar? Da análise do processo», vê-se «que os valores do falecido foram levados pelo arguido no dia 20 de Julho do ano findo, depois das 16 horas, os quais se achavam no cofre da casa daquele, onde o arguido entrou depois de se fazer anunciar com ordem do falecido que o mandou entrar e receber no seu quarto de dormir e depois do falecido se ter levantado e ter ido até ao primeiro patamar da escada que conduz ao quarto ou sala onde o cofre se encontrava e verificar que não podia seguir mais, entregou ao arguido as chaves do cofre, onde o mandou com o seu médico assistente e criada Rosa, trazendo aquele dali os valores indicados numa relação pelo falecido e que em seguida foi por ambos conferida no quarto daquele. Do cofre foram unicamente levados os valores por aquele indicados ficando lá outros valores». E «além disso a publicidade que o facto tem na sua casa; o ter perguntado ao anunciarem o arguido se trazia uma mala, e o ter dito à criada Rosa quando esta chorava por nos valores levados pelo arguido irem dois títulos seus *cala-te, que se os papéis fossem encontrados no cofre pagavam de direitos mais de 20 ou 30 mil escudos*, dizendo-lhe que aqueles papéis estavam mais seguros na mão do arguido do que na dele» e «o facto do arguido declarar quando a criada Rosa chorava» que «*os seus títulos ser-lhe-ão entregues assim que falecer o sr. dr.* e apontando para a sua mala *não é nada para mim mas para satisfazer encargos e cumprir a vontade do morto*, o que exclui o *animus lucrandi* do arguido, levam-me a concluir que este não teve intenção de furtar».

E acrescenta o delegado do procurador da república:

«Vê-se que alguns médicos desta vila são de opinião de que o dr. Soares Pinto 5 ou 8 dias antes de morrer não estava no pleno uso das suas faculdades mentais baseando as suas afirmações na natureza da doença de que veio a morrer; os estragos que aquela produziu no seu organismo; o que sobre o assunto dizem os tratadistas e ainda nos casos que pela vida fora têm observado, querendo concluir que achando-se o falecido 5 ou 8 dias antes de morrer inconsciente e tendo sido confessado pelo arguido Leonardo em 19 de Julho de 1928 cinco dias antes de falecer o dr. Soares Pinto, aquele se aproveitou desse estado sugestionando-o no acto da confissão de modo a entregar no dia seguinte ao outro arguido os valores que este levou».

Porém, «três médicos desta vila afirmam o contrário ao lado dos quais está o dr. Alberto de Azevedo Gomes (*depôs em 3/11/1928*), médico em Lisboa» e «o dr. Manuel Cerqueira Gomes (*depôs em 25/10/1928*), médico no Porto que chega a dizer que não lhe parece» que «alguém impugne a sanidade mental do doente até à entrada em coma que precede a morte.

Pelo exposto e pelas provas produzidas, não se acha caracterizado, como já se disse, o crime pelo qual os RR. se acham pronunciados faltando-lhe o seu elemento essencial, *a fraude*, e por isso não pode manter-se a querela e pelo que entendo que o processo deve ser arquivado».

24 de Maio

O juiz da comarca, dr. Adelino Pais e Silva, despronuncia os arguidos:

«A pronúncia foi baseada no facto de terem sido retirados pelo arguido Teófilo de Andrade, no dia 20 de Julho de 1928, depois das 16 horas», os valores do cofre do falecido e de «os médicos distintos desta vila drs. Alberto Augusto da Silva Tavares, José Eduardo de Sousa Lamy e Domingos Lopes Fidalgo afirmarem *que o dr. Joaquim Soares Pinto não podia estar em perfeito uso das suas faculdades mentais, pelo menos uns 5 dias anteriores à sua morte*».

E «daí a querela provisória e o seu recebimento. Posteriormente modifiquei o meu juízo quanto à existência do elemento moral, ou seja a fraude na subtracção referida, pelas seguintes razões: 1.ª – as testemunhas da instrução contraditória afirmaram que o réu é uma pessoa de absoluta probidade; 2.ª – o dr. Joaquim Soares Pinto era muito afecto à Ordem dos Franciscanos; 3.ª – a convivência do dr. Soares Pinto com os Padres da Ordem Franciscana, durante o exílio político em Tuy e em especial com os Padres Teófilo, e Leonardo de Castro; 4.ª – ser o dr. Soares Pinto dotado de sentimentos religiosos; 5.ª – o facto de ter sido encontrado no cofre do dr. Soares Pinto» valores «em ouro, prata, e letras, na importância de 200 contos aproximadamente; 6.ª – o facto do falecido dr. Soares Pinto ter mandado, em 14 de Julho do ano findo, uma carta para um banco de Londres a fim de serem transferidos os valores, ali depositados, para o nome do Padre José Alves Pereira podendo, portanto, aqueles valores serem recebidos ali pelo falecido ou por aquele Padre; 7.ª – finalmente, o ter-se provado que a assinatura aposta no documento (testamento), é do próprio punho do dr. Joaquim Soares Pinto.

Por estas razões» e «conformando-me com a douta promoção do M.º P.º, despronuncio os arguidos, e mando que os presentes autos se arquivem».

No processo crime tinham sido ouvidas dezenas e dezenas de testemunhas. Quanto a médicos de Ovar foram ouvidos os drs. Álvaro dos Santos Esperança, Alberto Augusto da Silva Tavares, João Baptista Nunes da Silva, Domingos Lopes Fidalgo, José Afrânio de Sousa Lamy, José Duarte Pereira do Amaral, José Eduardo de Sousa Lamy e Salviano Pereira da Cunha.

30 de Maio
O *João Semana* canta de galo com o arquivamento do processo.

30 de Julho
Os bens, sujeitos a usufruto, são adjudicados à Misericórdia, herdeira do falecido, ficando a mesma obrigada a satisfazer os legados, deixados pelo testador.

1930
20 de Março
O Tribunal de Londres decide a favor da Misericórdia, reconhecendo a esta o direito aos depósitos pertencentes à herança do dr. Joaquim Soares Pinto, num importante pleito intentado pelos congreganistas franciscanos.

Os testamenteiros do dr. Soares Pinto, Silvério Lopes Bastos e José Maria da Costa e Pinho, tinham telegrafado ao banco inglês participando o falecimento daquele e pedindo para não entregar os depósitos senão à Misericórdia de Ovar, sua herdeira. Os padres reclamaram os depósitos e o banco resolveu não os entregar pelo que os congreganistas franciscanos propuseram acção cível no tribunal de Londres que os testamenteiros tiveram de impugnar, seguindo para esta capital o advogado dr. José António de Almeida, acompanhado das testemunhas dr. Domingos Lopes Fidalgo, Francisco de Oliveira Belo e Joaquim Correia Dias.

Segundo *O Povo de Ovar* (de 20/3/1930), «no dia 12, quarta-feira, chega, finalmente, pelo telégrafo a boa nova» e «os sinos repicam nas torres e os foguetes troam no ar» e «as bandeiras hasteiam-se nos edifícios das diversas corporações e, à noite, ilumina-se a luz eléctrica, a frontaria dos Paços do Concelho.

Sabido antecipadamente que no passado domingo chegariam a Ovar, de regresso de Londres» os ovarenses que aí se deslocaram, «a comissão administrativa da mesa da Misericórdia preparou-lhes uma recepção festiva.

A Aveiro tinham ido à chegada do *sud express* em que viajavam, esperá-los o provedor e secretário da Misericórdia, srs. José Maria Rodrigues Figueiredo e António Augusto Correia Baptista», e os testamenteiros. No comboio trâmuei das 18,11 chegaram o advogado e as testemunhas Belo e Correia Dias (o dr. Fidalgo tinha chegado no dia anterior). «Na *gare* da estação aguardavam-nos os restantes membros da mesa da Misericórdia, presidente e vereadores da Câmara Municipal, presidente e vogais da Junta de Freguesia e outras pessoas, erguendo-se à chegada do combóio, alguns vivas e subindo ao ar uma girândola de foguetes, tocando, entretanto, no largo, a referida banda Ovarense.

Organizou-se a seguir um cortejo, em que, além dos recém-chegados e entidades oficiais, que seguiram em automóveis, tomaram parte a Banda Ovarense, bombeiros Vo-

luntários e as referidas colectividades, bem como a multidão que permanecia no largo, constituída por cerca de 1.000 pessoas, atravessando a vila em direcção à Misericórdia.

No salão nobre da Misericórdia, tendo ocupado os lugares de honra os recém--chegados, foram-lhes dadas as boas vindas, em nome da mesa da Misericórdia, pelo seu secretário, sr. Correia Baptista, lamentando no discurso que leu, que os que *pregando o ideal de Cristo pretendiam esbulhar aquela Santa Casa, obsecados pela cupidez e empurrados pela mais desenfreada ausência de escrúpulos e sentimentos cristãos*. Usou a seguir da palavra o dr. José António de Almeida», que «concluiu por declarar que só ele e o seu colega do Porto, dr. Pinto de Mesquita, foram inquiridos, e, que passados 14 dias, a sentença transitará em julgado, supondo não haver recurso por a matéria discutida ser considerada matéria de facto».

15 de Maio

Contra a suposição do advogado da Misericórdia, os franciscanos apelaram da sentença proferida pelo tribunal de Londres e venceram a questão na segunda instância.

No dia 15 de Maio de 1930, em conferência realizada no Porto, a que assistiram os testamenteiros, os dois advogados que intervieram na causa e os representantes da Misericórdia, o procurador inglês deu pormenores da sentença, declarando que o franciscano José Alves Pereira poderia fazer o levantamento dos depósitos em acto contínuo à publicação da sentença, por esta a isso o autorizar sem qualquer garantia; que o recurso para o tribunal superior podia ser intentado dentro de 6 semanas; que para esse recurso era necessário antecipada entrega de 1.000 libras e essa importância ficaria sob a responsabilidade individual dos testamenteiros, visto que a herança deixava de responder pelas despesas que dali em diante se fizessem.

A convite da mesa da Misericórdia, reuniram-se nos Paços do Concelho alguns advogados da comarca para emitirem o seu parecer sobre o recurso, divergindo as opiniões quanto à vantagem ou não da apelação.

Os testamenteiros, de acordo com a mesa da Misericórdia, não apelaram da sentença condenatória da segunda instância, transitando a mesa em julgado. «A razão da desistência do recurso teria sido a presunção de que à parte contrária a sentença permitiria levantar os depósitos em litígio em qualquer ocasião, antes mesmo da sentença transitar em julgado, e certamente também o receio de que aos testamenteiros e não à herança impenderia a responsabilidade das despesas que daí em diante se fizessem, com o custeio da causa».

A questão de Londres, suscitada entre os franciscanos e a Misericórdia e que o padre José Alves Pereira movera contra *The Anglo-South American Bank, Ltd.* e aos testamenteiros do falecido dr. Joaquim Soares Pinto, terminou da pior forma para a Misericórdia.

1931

29 de Março

Deliberação da mesa da Misericórdia na sua sessão extraordinária deste dia:

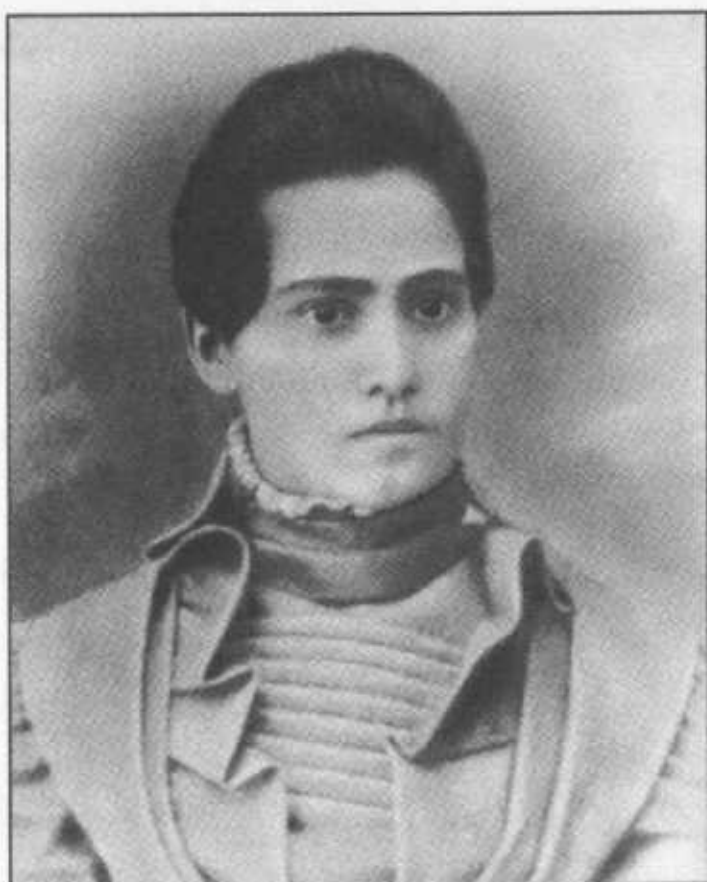
«Foi com surpresa que a Mesa Administrativa de Misericórdia» ao «visitar as dependências da Santa Casa, deparou na Casa do Despacho ou Salão Nobre com os re-

tratos de várias personalidades que a Mesa depois verificou terem sido proclamadas beneméritas pela Mesa cessante» que «em 27 de Fevereiro último pediu a sua demissão. A actual Mesa Administrativa, tendo examinado e ponderado as razões de tais homenagens» e «atendendo a que, quanto a alguns dos homenageados, há na verdade motivos para a homenagem que lhes foi prestada, quais são os beneméritos *Alexandre de Sá Pinto, dr. Joaquim Soares Pinto*, já falecidos, pelos valiosos bens que deixaram à Santa Casa, e o *dr. Francisco Marques da Silva*, pelo que também já deu à mesma Santa Casa, *Domingos Lopes Fidalgo*, pelo muito que por ela trabalhou, quer na sua administração durante largos anos em que foi seu Provedor, quer na consecução de valiosos donativos para a construção dos pavilhões do Hospital e suas instalações, quer ainda na liquidação da herança Alexandre Sá Pinto, para cujo fim foi a Buenos Aires, República Argentina, sem dispêndio algum da Misericórdia; atendendo a que, quanto aos outros homenageados *Francisco de Oliveira Belo* e *Joaquim Correia Dias*» não havia motivos que justificassem a sua ida a Londres, que afinal não passou de uma simples viagem de recreio e nunca um sacrifício, tendo sido feita à custa da Misericórdia «com todos os requintes de comodidades, como consta das contas apresentadas pelos testamenteiros, não constituiu benefício algum dispensado à Misericórdia, não representou um sacrifício nem serviços relevantes» e a viagem «teve já suficiente compensação no prazer espiritual de terem enriquecido o cabedal dos seus conhecimentos pela visão de novas terras, novas gentes, novos costumes e novos panoramas e ainda na recepção festiva que lhes foi feita no regresso. Atendendo a que são falhos de verdade e mesquinhos os motivos alegados pela mesa cessante de que os cidadãos Belo e Correia Dias concorreram para o integral recebimento da herança do dr. Soares Pinto» e «acto de lisonja da Mesa cessante a proclamação por ela feita na sessão de 7 de Setembro de 1930», resolveu «anular as deliberações da Mesa cessante e retirar da Sala do Despacho ou Salão Nobre os retratos dos cidadãos *Francisco de Oliveira Belo* e *Joaquim Correia Dias*».

Por carta de 31 de Março deste ano, dirigida ao presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia (dr. José Maria Marques de Oliveira Reis), o cidadão Joaquim Correia Dias reputou justo o facto de lhe retirarem o retrato, apresentando, ironicamente, o seu sincero agradecimento.

A decisão da mesa da Misericórdia estava inserida nas lutas entre nacionalistas, sendo de realçar que o então Presidente da Câmara era o desembargador Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro e os retratos saneados pertenciam a elementos afectos ao ex-presidente Manuel Pacheco Polónia.

A herança do dr. Joaquim Soares Pinto deu origem a demorados e complicados processos fiscais, resultantes do facto de seu irmão Manuel Soares Pinto ter repudiado o usufruto.

A *Família Soares Pinto*, família política, foi grande benemérita da Misericórdia de Ovar. Os filhos do casal António Soares Pinto/Ana de Oliveira Gomes – dr. Joaquim Soares Pinto (1867-1928), Rosa de Oliveira Soares Pinto (23/10/1873 – † a 25/10/1937, com 64 anos), e Manuel Soares Pinto (2/9/1864 – †11/7/1947, com 82 anos), instituíram a Santa Casa da Misericórdia de Ovar herdeira das suas fortunas.

Rosa de Oliveira Soares Pinto. In: Santa Casa da Misericórdia de Ovar

Manuel Soares Pinto, que instituiu a Misericórdia herdeira da sua avultada fortuna, computada em 1948 em 10.000.000$00, foi um dos 68 sócios fundadores desta associação. Foi preso no dia 12 de Fevereiro de 1919 quando, na *traulitânia*, fugia de Ovar pela ria.

Casou, a 25 de Janeiro de 1902, com Maria da Glória Ferreira dos Santos, da Rua de Sant'Ana, filha de Francisco Gomes Pinto Ramalhadeira e de Maria Ferreira Pinto.

Manuel Soares Pinto.

No dia 13 de Julho de 1952 a Misericórdia recordou esta família, em sessão solene, inaugurando então um busto em bronze do escultor mestre Sousa Caldas, assente num pedestal de granito no átrio do hospital, dum dos seus componentes – Manuel Soares Pinto. Nesse ano de 1952 a Câmara Municipal deu ao Largo do Chafariz o nome de *Largo da Família Soares Pinto* (grande benemérita da Misericórdia – 24 de Julho de 1928 a 11 de Julho de 1947).

A Família Soares Pinto terá contemplado a Misericórdia, no total dos três irmãos beneméritos, com cerca de 15.000.000$00.

Inauguração do busto de Manuel Soares Pinto, a 13 de Julho de 1952, quando discursava o vice-presidente da Câmara Municipal José Vaz de Castro Sequeira Vidal. In: Notícias de Ovar, *de 16/9/1998*

A inauguração da segunda sede (24 de Março de 1929 a 19 de Dezembro de 1993) dos Bombeiros Voluntários de Ovar

A 3 de Julho de 1926, por escritura de compra lavrada pelo notário dr. António Gonçalves Santiago, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar, representada pelo seu presidente da direcção, dr. João Maria Lopes, adquiriu a Maria Carolina de Araújo de Oliveira Cardoso e a Maria Helena de Araújo de Oliveira Cardoso, solteiras, da Rua Cândido dos Reis, por 200$00 (15.000$00, na realidade), uma casa alta, com quintal, sita nessa Rua Cândido dos Reis, confinando do norte com casa da herança de Carolina Adelaide de Oliveira Cardoso Baldaia – *Casa dos Baldaias* – (que foi de Soares Pais & Gomes, Lda. e, actualmente, pertence ao Orfeão de Ovar), do sul com a Irmandade dos Passos (Passo do cruzeiro de Santo António ou do Cireneu) e Manuel de Oliveira Lopes (depois, dr. Salviano Pereira da Cunha), do nascente com aquele Manuel de Oliveira Lopes (dr. Salviano Pereira da Cunha), e do poente com a Rua Cândido dos Reis.

A 20 de Março de 1927 foi lançada a primeira pedra do edifício da sede, a qual cobre o auto respectivo. O *João Semana* (de 24 de Março) referiu-se a este aconteci-

mento – «Foi lançada solenemente no dia 20 do corrente, na rua Cândido dos Reis, a 1.ª pedra do edifício que ali vai construir a benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários da vila. Foi de festa esta data para essa corporacão que no final do acto percorreu algumas ruas da vila com os seus carros de material. Esse início de alicerces foi benzido pelo capelão dos Bombeiros, rev. P.e José Maria Maia de Resende, que fez uma pequena alocução aos seus camaradas. Assistiu muito povo».

A 25 de Janeiro de 1928, cobertura, com telha da fábrica Peixoto & Filhos, do edifício da sede dos Bombeiros. Queimaram-se foguetes e a direcção mandou dar, a todos os operários naquele serviço, a tradicional caldeirada.

Com toda a solenidade e com grande concurso de bombeiros, representando as Associações do Porto e do distrito de Aveiro, foi inaugurado o quartel, a 24 de Março de 1929, Domingo, com parada, romagem ao cemitério, sessão solene no teatro e copo de água.

O edifício, com um grande *parque* para estacionamento de viaturas, tanto de motor como das antigas, ficou com dois andares: o primeiro, destinado a sala de direcção, gabinete de leitura, salão de bilhares, e outros gabinetes; o segundo, formado por duas grandes salas e por alguns gabinetes.

Os festejos iniciaram-se pelo meio dia, com a chegada de várias deputações de bombeiros que foram aguardadas na estação de caminhos-de-ferro, daí sendo conduzidas, em automóveis, para o quartel dos bombeiros.

Pouco depois das 13 horas, na Rua Cândido dos Reis, José Rodrigues de Pinho, comandante dos Bombeiros Voluntários de Ovar, formava todas as corporacões em parada, tendo nessa ocasião tocado vários trechos a banda dos Bombeiros Voluntários.

Meia hora mais tarde organizou-se um luzido cortejo que atravessou a cidade em direcção ao cemitério, onde repousam os bombeiros falecidos. Abria o cortejo aquela banda, a Sociedade Musical Boa União, seguida da Câmara Municipal, Misericórdia, Associação Desportiva Ovarense, Aliança Foot-Ball Club, Estrela Foot-Ball Club, Associação de Socorros Mútuos, Associação Comercial e Industrial, e das deputações dos bombeiros voluntários de Arrifana, Aveiro, Espinhenses, de Espinho, Estarreja, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Porto, Portuenses, S. João da Madeira e Vila da Feira, e ainda o corpo de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes, e socorros a Náufragos, de Espinho.

Fechava o extenso cortejo a corporacão dos Bombeiros Voluntários de Ovar, com o seu comandante José Rodrigues de Pinho e o 2.º comandante José Augusto Lopes Fidalgo.

No cemitério, onde foram depostos, sobre as campas dos mortos, muito ramos de flores, discursaram o dr. João Maria Lopes, presidente da direcção, e o comandante José Rodrigues de Pinho.

Encaminhou-se, depois, o cortejo para o teatro, onde chegou pelas 15 horas. Com a sala completamente cheia, onde se destacavam muitas senhoras, foi aberta a sessão solene com o hino dos Bombeiros, executado pela Sociedade Musical Boa União. A mesa foi presidida por Ângelo Zagalo de Lima, escrivão de direito e presidente da assembleia geral da Associação, que se fez secretariar pelo comandante José Rodrigues de Pinho e por José Dias Simões.

Quartel do Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar. (1929-1993)

Nos lugares de honra, entre outros cidadãos, sentaram-se o abade de Ovar, dr. Alberto de Oliveira e Cunha, António Gama, presidente da Associação Desportiva Ovarense, dr. António dos Santos Sobreira, presidente Honorário da Associação, António Augusto Freire de Liz, sócio fundador n.º 1, dr. António Zagalo dos Santos, Francisco de Oliveira Belo, Administrador do Concelho, João José Alves Cerqueira, antigo comandante, dr. José António de Almeida, Conservador do Registo Predial, dr. José Duarte Pereira do Amaral, médico, dr. José Maria Marques de Oliveira Reis, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, José Santa Camarão, Manuel Gomes Pinto, antigo bombeiro, Manuel Pacheco Polónia, Presidente da Câmara Municipal, dr. Pedro Chaves, Conservador do Registo Civil, e dr. Salviano Pereira da Cunha, médico.

Segundo *O Comércio do Porto* (de 25/3/1929), «finda a sessão solene, que decorreu com grande brilho e entusiasmo, foi oferecido aos convidados, na sede dos Bombeiros de Ovar, um delicioso copo de água servido por gentis meninas e senhoras, entre as quais: Gertrudes Ferreira, Rosa Veiga, Irene Fidalgo, Arlete Lopes e Carolina Antero. Este copo de água deu ensejo à permuta de calorosos brindes em que os bombeiros de Ovar foram muito saudados».

1985. No quartel do Largo dos Bombeiros Voluntários.

O Povo de Ovar (30 de Maio de 1929 - 1942)

Com o desaparecimento, em 1928, d'*A Pátria*, Ovar ficou somente com o *João Semana*, jornal então com reduzido interesse.

Para ocupar o lugar deixado pela *Pátria*, embora com as contingências que o novo regime impunha, Manuel Augusto Nunes Branco, num acto de indiscutível coragem política, para além do interesse da sua Imprensa Pátria, fez sair a 30 de Maio de 1929, na ditadura militar, *O Povo de Ovar*, o segundo deste nome, intitulando-o *republicano independente*.

Foram directores deste jornal, que a partir de 28 de Maio de 1931 passou a intitular-se, somente, semanário *republicano*, aquele Manuel Augusto Nunes Branco e seu filho Manuel Dias Nunes Branco, este de 7 de Janeiro de 1937 ao último número, de 1 de Janeiro de 1942.

O semanário terminou por influência e vingança dos políticos locais, especialmente do Presidente da Câmara Manuel Pacheco Polónia. Urdiram-lhe em Ovar um processo em que este semanário, que tinha feito a notável campanha para a *Casa dos Pobres*, foi acusado do pior, cujo mínimo era ser oposicionista.

Entretanto, a censura prévia foi legalmente instituída no País pelo decreto de 11 de Abril de 1933, asfixiando a imprensa em Ovar. Com a mordaça da censura não se noticiaram reparos e reclamações às autoridades locais, violências e arbitrariedades.

Inicia-se uma fase de quietismo ideológico, de aparente unidade política, em que a Câmara Municipal «só ouve a sua própria voz e por isso mesmo mantém-se na ilusão, julgando ouvir a voz do povo» ovarense que, por sua vez, caiu no cepticismo político ou então se desinteressou quase totalmente da vida partidária, apegando-se à sua vida privada, o que não facilitou a fundação de novos semanários em Ovar.

Manuel Dias Nunes Branco.
1914-1985

Manuel Dias Nunes Branco, industrial de tipografia, filho de Manuel Augusto Nunes Branco e de Glória Ferreira Dias Nunes Branco, nasceu a 5 de Janeiro de 1914, casou (1944) com Lúcia Pais Soares (†1969), natural de Belém, Pará, Brasil, e faleceu a 19 de Janeiro de 1985, com 71 anos.

Democrático, esteve preso, no Estado Novo, nas masmorras da P.I.D.E., no Porto, foi director d'*O Povo de Ovar*, de 7 de Janeiro de 1937 a 1 de Janeiro de 1942, e presidente do Rotary Clube de Ovar (1974-1975).

ANO I OVAR, Quinta-feira, 30 de Maio de 1929 NUMERO 1

O POVO DE OVAR

Redação e Administração
RUA DE ANTERO DO QUENTAL, 36

Semanario Republicano Independente

Composição e Impressão
EMPRENSA PATRIA — OVAR

ASSINATURAS
Na Vila e Continente, semestre . . . . 1$500
Colonias portuguezas, semestre . . . . 15$00
Paizes Estrangeiros, semestre . . . . 20$00
Avulso $70

Diretor, Editor e Proprietário
Manuel Augusto Nunes Branco

ANUNCIOS
Primeira publicação, $80 a linha. Repetições, $50.
Permanentes e reclamos, preços convencionais.
Comunicados, 1$00 cada linha.
Aos assinantes 20 % de abatimento

Viva a Republica!

Neste sintético grito, que lança uma folha, ao iniciar a sua vida, está traçado, politicamente, o seu programa.

Não haveriam palavras, por mais buriladas que fossem, que, neste sentido, pudessem traduzir, com mais precisão, o nosso fim e os nossos propositos.

Sim, será pela Republica que orientaremos os nossos passos, por aquela Republica, limpida e maravilhosa, que constituiu, sonhadoramente, os puros ideais de todos quantos se esforçaram pelo seu advento.

E para a servir, como expressão máxima da Liberdade e encarnação absoluta da Democracia, nos encontrará ela postados neste pequeno reduto, dispostos a dispensar-lhe abnegadamente o nosso modesto esforço, sem preocupações partidaristas nem subjugações de castas.

Vivida e ardente, uma esperança nos anima: — é vel-a vitoriosa e engrandecida!

*

A nossa terra, que por várias fórmas tem afirmado a sua atividade e o seu progresso, vê-se, ao presente, numa deploravel situação de retrocesso quanto á sua imprensa. Tantos periodicos, que, em épocas mais ou menos distantes, com tanta dedicação a serviram, baquearam, deixando a sua voz de se fazer ouvir em prol das suas justas reclamações e dos seus legitimos interesses, quando ofendidos ou postergados.

Ovar vive como que esquecida, porque lhe falta o arauto da imprensa que espalhe pela terra portugueza, e mesmo alem fronteiras, o seu nome, a todos os seus filhos, querido. Falta-lhe quem leve, perto ou longe, os gritos lancinantes das suas maguas ou os canticos animosos dos seus regosijos, a encher essa lacuna, que, até certo ponto, vexava o nosso brio de vareiros, que nos propuzemos abalançar a esta árdua tarefa no intuito sincero de servirmos a nossa terra. Não desconhecemos a série de dificuldades que inevitavelmente antolhará o caminho que traçamos nem os dissabores que nos causará a nossa atitude, quando, algumas vezes, tivermos de prestar culto á verdade e á justiça. Mas de tudo nos compensa a ideia de sermos uteis ao povo do concelho. E porque á sua causa tencionamos dedicar o melhor do nosso esforço e toda vitalidade da nossa missão, dele fomos extrair o nome para titulo de esta folha, porque, como nenhum outro, traduz tão fielmente o nosso pensamento essencialmente bairrista.

*

Assentando sobre principios a base das nossas convicções, teremos de ser alheios a lutas pessoais, não semearemos discordias, antes desejaremos concorrer para a harmonia moral e social dos nossos concidadãos. Poderemos apreciar os actos publicos de entidades mas não discutiremos homens, a não ser para fazer realçar, sem lisonjas, o mérito das suas virtudes, o valor do seu talento ou a benemerencia dos seus actos.

Se nesta linha de conduta pudermos tornar efétivo o nosso pensamento, dando realidade ás nossas intenções, amparados por todas as dedicações que á nossa volta se reunam, a nossa missão de timoneiros deste nascente orgão da imprensa local será facilitada e o caminho a seguir menos escabroso.

Não sendo assim, se vencidos pelo desânimo ou desajudados de cooperadores, tivermos de parar no caminho, restar-nos-á a triste sa-

IDEAL

Verdade desde que o mundo é mundo é esta: — não só de pão vive o homem. O nosso antepassado prehistorico que nas cavernas esculpia e pintava seres e objétos ambientes, aspectos da vida em que foi participe e testemunha; o homem lacustre e troglodita, apar de uma barbaria que hoje nem sequer podemos conceber, já não viviam só da carne semi-crua das suas caçadas heroicas porque já do espirito, já de idealismo viviam, e vida de espirito e de idealidade suas até nós chegam, de ora em quando.

Brutaes e muitas vezes crueis são as necessidades de materialmente vivêr, mas o homem que não é apenas maquina ou animal de trabalho, simultanea com a sua condição fisica de crescimento e conservação tem a necessidade [illegible] do espirito em ideal, em aspiração, em alado sonho.

Abrigue-o escassamente o casebre de telha vau, regale-o a solida morada burgueza, cubra a nudez de farrapos ou mal a encubra de linas e vaporosas roupas, não só o cuidado do pão ou o deleite do corpo formam sua anciedade e aspirações.

Vivem n'ele coração e pensamento, e de pensamento e coração bracejam frondes sedentas de luz: uma a do sol, a exterior; outra a que para alem se viziona e ora é verdade de Fé, ora angustia e volupia de Misterio.

De ideal se vive e de ideal, mesmo, se morre e em cada convicção, em cada apostolado, em cada confissão quantas e nobres vitimas!

Ora, um baço eclipse parece querel-o afundar na dezatenção e na dureza universaes; ora, como numa alvorada gloriosa de verão, eil-o reaparece egual do sol de que é irmão em poder irreprimivel, até á mais funda caverna fazendo chegar a sua presença.

Estamos, na hora que passa, sob o imperio de predominios da brutalidade material, efeitos, por ventura, d'uma guerra que creou durezas de maquina no que foi messes sob a redoma imaculadamente anilada do ceu, ou ainda o abrir festivo das leivas na terra fresca, puxada a charrua luzente ao passo lento e egual dos bois em ritmo com a marcha do abegão, incitando-os como a parceiros, senão irmãos; triste, metalicamente vazio de arte e de espiritualidade, esse trabalho inexpressivo que agora a maquina sem alma e sem espertos sentidos realiza.

Ha, não ha duvida, um crepusculo do Ideal que qualquer facto, desde o mais vulgar e frequente, sem piedade revela a quem observa o seu tempo; sem nenhum sentido para uns a labareda que antes d'eles incendiou de altos pensamentos as almas, barrenta de arjilas pestilenciaes a bolha a que outros sequiosos levam suas bocas de que parece escorrer baba, e em que praguejam vociferações.

Podendo, como nunca o poude, librar-se [illegible] ascendendo, os olhos claros de simpatia e enternecidos de bondade, deixa o homem alarem-se em demanda das estrelas as maquinas, para baixar ele a vista sanguinosa de rancôres no circo.

E' uma crise angustiosa, um fim é, pezado e escuro, d'uma edade do homem o que vêmos?

Fogueira que sopita sob paradas e frias nevoas acordará crepitante e flaminea a ignea flor: — Ideal, Fé, bordão firme a que se se arrimam mãos adormentadas e pés tremulos, andando, trepando, até alcançarem a cumeada luminosa em que são puros os ares, a brisa é livre no seu jiro, e a agua é um cristal virgem.

Ideal e Fé!

Que os que demandam suas refuljencias diamantinas inscrevam em seu guião de peregrinos nobres divisas de designios altos, como as d'estes versos de Antero de tão pacificante e cristão sentido:

«Tu, Pensamento, não és fogo, és Luz»!

A. V.

A's pessoas a quem enviamos o nosso jornal pedimos a fineza de o devolverem, caso o não de-

Relicario

AS FONTES

Olhai, vós, a natureza,
com olhos de bem olhar:
as fontes não têm tristeza
na sua agua a falar.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Porque hão-de chorar as fontes?
a agua corre da bica
e a alma imortal lá fica
na entranha pura dos montes.

Longas palavras [illegible],
longos [illegible], serenas,
mas somos tristes, apenas
— quando secamos . . .

AFONSO LOPES VIEIRA

POR TODA A PARTE

Artur Garcia de Paiva

Estaria hoje aqui este habil artista, trabalhando, junto de nós, na confeção gráfica do novo jornal que ele tanto desejava, se a morte o não derrubasse ha dias. A vida, porem, é cheia de enganos e, assim, quiz o destino que ele não visse satisfeito o seu desejo. No entanto, lembrando o quanto seria proveitosa a sua activa cooperação e o regosijo intimo que sentiria por este facto, recordamos o seu nome, prestando homenagem á sua memória.

O Cais do Carregal

Ha uns sete ou oito anos, que não podemos precisar de momento, ampliou-se este cais

O Povo de Ovar, *de 30/5/1929.*

A Maçonaria – A Loja Beira-Mar (31 de Janeiro de 1930)

A 1.ª loja maçónica de Aveiro foi constituída no *vintismo* e, segundo Marques Gomes, foi o desembargador Francisco Lourenço de Almeida quem mais concorreu para a sua organização. O filho deste desembargador, o dr. José Francisco Lourenço de Almeida Borges e Medeiros, viveu em Ovar dezenas de anos, aqui se consorciando (1916) com Clara de Oliveira Miranda de Almeida Medeiros.

Nesta Loja Maçónica dos Santos Mártires de Aveiro foram pedreiros livres: – o confrade *dr. João Nepumoceno da Silva Figueiredo*, monteiro-mor de Ovar, que foi correspondente das lojas espanholas em Elvas (1820); e o confrade *dr. António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa*, médico, que comandou em Ovar o Batalhão de Voluntários n.º 18 organizado pela Junta Revolucionária do Norte, aquando da Revolução Liberal de 1828.

O conselheiro *Francisco Joaquim da Costa e Silva*, filho do 1.º Visconde de Ovar, foi *maçon* na Loja *José Estevão* em 1869; e o oficial do exército (infantaria) *António Manuel Pereira Chaves* terá sido *maçon* na Loja *Lealdade*, em Goa, em 1841.

Dois ovarenses, ainda na Monarquia, tiveram a sua iniciação maçónica na Loja *Tenacidade*, de Águeda, a 9 de Maio de 1910: – *Manuel Augusto Nunes Branco* (1876-1956), natural de Ovar, fundador da Imprensa Pátria e do *Povo de Ovar* (1929), Secretário da Câmara Municipal, que, com 34 anos, escolheu como nome simbólico *Garibaldi*; e *António Valente de Almeida* (1878-1966), que lançou as bases do partido republicano local, foi Administrador do Concelho (1910 e 1911), deputado às Constituintes, um dos fundadores do Partido Republicano Liberal e da *Defesa*, Presidente da Câmara Municipal (1926 e 1927-1928) na Ditadura Militar, que, com 32 anos, escolheu como nome simbólico o de *Ferrer*.

O coronel *Manuel Rodrigues Leite*, republicano revolucionário, combatente na campanha do Vouga e na *traulitânia*, teve a sua iniciação maçónica a 11 de Novembro de 1912 na Loja *José Estevão*, em Aveiro, escolhendo o nome simbólico de *Max Nordau*.

Manuel Pereira Dias, natural de Ovar (1860), que se iniciou como mação no Brasil, na Loja *Harmonia e Fraternidade*, tendo sido também filiado na Loja *Cosmopolita*, posteriormente, em Portugal, filiou-se no Grande Oriente Lusitano, na Loja *Liberdade*, tendo sido fundador da Loja *Madrugada*.

Em Ovar, em 1929, foi constituído o *Triângulo n.º 279*, pelos *maçons* dr. Pedro Ferraz Chaves (1925), tenente José de Oliveira Pinho (1928) e tenente-coronel Zeferino Camossa Ferraz de Abreu (1928).

Estes três *maçons*, do Triângulo n.º 279, com mais outros sete cidadãos – António da Silva Bonifácio, dr. Augusto Júlio Arala Chaves, Belmiro Augusto Duarte Silva, Fernando Artur Pereira (*Carrelhas*), José Maria Cabral, José Rodrigues de Pinho e coronel Manuel Rodrigues Leite, fundaram a Loja *Beira-Mar*, de Ovar, loja que foi admitida com o n.º 444, a 13 de Janeiro de 1930, e instalada a 31 do mesmo mês.

Só temos referência dos *maçons* admitidos até meados de 1933. A loja foi, entretanto, aumentando o seu quadro, mas, a partir da década de 1940, deixou de admitir mais irmãos, devido à grande perseguição de que a maçonaria foi objecto.

A Lei n.º 1901, publicada no *Diário do Governo* de 21 de Maio de 1935, proibindo as sociedades secretas, veio a traduzir-se, quanto à maçonaria, na proibição oficial das suas actividades.

Não renovando os seus quadros, a Loja *Beira Mar* veio a acabar com a sua existência, por falta de membros, provavelmente próximo do fim da década de 1960.

As suas reuniões efectuavam-se, à noite, no escritório do dr. Pedro Chaves, no Largo Mousinho de Albuquerque (Largo de S. Tomé).

***Relação dos* maçons *de que temos notícia e que pertenceram à Loja Beira-Mar, de Ovar* (com o ano de ingresso, idade do *maçon* e nome simbólico)**

1. *Adelino Duarte Silva* (1939, *Francisco Ferrer*)
2. *António André de Oliveira* (1930, *Branco*)
Comerciante.
3. *António Arala Pinto* (1930, *Vítor Hugo*), com 42 anos
Eng.º silvicultor (1888-1959).
4. *Tenente António Loureiro da Cruz* (1931, *Gomes Freire de Andrade*, com 36 anos)
O tentente Loureiro da Cruz, filho de Manuel Loureiro da Cruz e de Rosa de Oliveira Pinto, nasceu a 17 de Março de 1894, no lugar de Cimo de Vila, da freguesia de S. João de Ovar. Casou (1927) com Maria da Glória Paulino de Andrade, vindo a falecer a 9 de Dezembro de 1984, com 90 anos, em Cucujães, Oliveira de Azeméis.
Combatente da Grande Guerra (Moçambique), republicano, católico, esteve preso em Peniche devido a um discurso que pronunciou em Aveiro.

Tenente Loureiro da Cruz. 1894-1984

5. *António Palha da Graça* (1930, *Damião de Goes*).
Viajante.
6. *António da Silva Bonifácio* (1930, *Júlio Dinis*)
Comerciante, falecido em 1986.
7. *Dr. Augusto Júlio Arala Chaves* (1929, *Clemenceau*), com 24 anos
Advogado (1905-1959).
8. *Capitão Belmiro Ernesto Duarte Silva* (1928, *José Estevão*), com 56 anos
Oficial do exército (1872-1941), foi comandante e presidente da direcção dos Bombeiros.
9. *Dr. Domingos Lopes Fidalgo* (1930, *Marco Aurélio*), com 57 anos
Médico (1873-1948), republicano revolucionário, fundador do partido republicano local, Governador Civil de Leiria, Aveiro e Lisboa, provedor da Misericórdia e presidente dos Bombeiros.
10. *Ernesto Marques Albuquerque Silva* (1932, *Teófilo Braga*)
Oficial do exército.

11. *Fernando Artur Pereira*, o *Carrelhas* (1928, *Viriato*), com 58 anos
Comerciante, faleceu com 86 anos, em 1960.
12. *José Dias Simões* (1930, *Dante*), com 33 anos
Secretário de Finanças, o *Zé Dias* (1897-1943).
13. *José Maria Cabral* (1928, *Alexandre Herculano*)
Professor, director da Escola Primária Complementar de Ovar, foi Presidente da Câmara Municipal (1926).
14. *Tenente José de Oliveira Pinho* (1928, *Galileu*), com 43 anos
Do Largo dos Combatentes de Grande Guerra (1885-1965).
15. *José Rodrigues de Pinho* (1928, *Magalhães Lima*), com 37 anos
Natural de Ovar (1891-1969), foi comandante e presidente da direcção dos Bombeiros e Director de Finanças do Porto.
16. *José Teixeira da Costa* (1930, *Voltaire*)
Professor.
17. *Lino Coelho Brandão* (1930, *Cândido dos Reis*)
Industrial radicado em Ovar, de 1908 a 1939. Faleceu em Matosinhos em 1950.
18. *Luís Ferreira Neves* (1930, *França Borges*)
Empregado da C.P.
19. *Manuel Alves Correia* (1930, *Alexandre Braga*)
Caixeiro viajante, republicano histórico, director d'*A Defesa*.
20. *Coronel Manuel Rodrigues Leite* (1930, *Max Nordau*), com 47 anos
21. *Miguel Queirós Mesquita* (1930, *Gil Vicente*)
Ourives radicado na Rua Elias Garcia.
22. *Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves* (1925, *Tolstoi*), com 45 anos
Advogado natural de Ovar (1880-1956), foi Presidente da Câmara Municipal, deputado e senador.
23. *Rogério Augusto Mendes Sousa* (1932, *Magalhães Lima*).
Chefe da agência da Caixa Geral de Depósitos.
24. *Tenente-coronel Zeferino Camossa Ferraz de Abreu* (1928, *Francisco Ferrer*), com 45 anos
Valoroso militar (1883-1937), fez a campanha do Vouga, na *traulitânia*, recebeu a *Torre e Espada*, e foi provedor da Misericórdia.

Profissões dos maçons *da Loja Beira-Mar, de Ovar*

Comerciantes e industriais	7
Oficiais do exército	6
Funcionários	5
Advogados	2
Professores	2
Engenheiros	1
Médicos	1

Estes *tenebrosos pedreiros-livres* da Ditadura Militar e do Estado Novo eram uns

simpatiquíssimos cidadãos, burgueses moderados e grandes patriotas, republicanos, democratas, visceralmente anti-Estado Novo, lutadores pela Democracia e pela restauração das liberdades.

Se não se erra, só dois tiveram o privilégio e a alegria de assistir ao *25 de Abril* de 1974 – o tenente António Loureiro da Cruz e António da Silva Bonifácio.

A maçonaria só é, necessariamente, uma sociedade secreta nos países onde há repressão, como nos regimes totalitários, fascistas, nazis ou comunistas. Com a restauração das liberdades, com o *25 de Abril*, a maçonaria deixou de ser secreta para ser, como os *maçons* gostam de dizer, uma associação *secreta*, uma associação filantrópica.

E os católicos e os *maçons* deixaram de ser, também, inimigos implacáveis...

O primeiro jardim – o Jardim dos Campos (8 de Agosto de 1930). Os jardins da cidade

A cidade de Ovar tem, actualmente, cinco jardins:

– *Jardim dos Campos*, no largo dos Campos ou Largo Cinco de Outubro.

Em Março de 1858, ou desde 1860, para o dr. João Frederico Teixeira de Pinho, levou-se a cabo neste largo a primeira plantação de árvores.

Jardim dos Campos.
Foto de J. M. A. Boturão

Com a arborização, continuaram no Largo dos Campos a feira de suínos e a praça de peixe, esta, de 1843 a 1895 e de 1899 a 1936.

A Comissão Administrativa nacionalista, da presidência de Manuel Pacheco Polónia, iniciou, a 24 de Fevereiro de 1930, a feitura dum *jardim* no Largo dos Campos. As obras do jardim, que acabaram, definitivamente, com a praça de peixe, vieram a terminar a 8 de Agosto daquele ano.

O roseiral do Largo dos Campos.
Foto de José Rodrigues Palhas

O jardim dos Campos veio a ser remodelado totalmente na Câmara da presidência de Carlos de Sousa Nunes da Silva (1960-1962). E no jardim, transformado em roseiral, decorreria, de 22 de Julho a 8 de Agosto de 1990, a 1.ª Feira do Livro de Ovar.

– *Jardim do Largo dos Combatentes da Grande Guerra*

Este largo, também denominado Largo de S. Pedro, Largo do Hospital, ou Largo do Quartel, e que teve a designação de Largo dr. Francisco Zagalo, foi arborizado, em 1862, com ciprestes, mandados deitar abaixo, em 1919, pela Câmara democrática, o que motivou ásperos e irónicos comentários dos republicanos liberais.

Em 1913, foi construído neste largo, ao sul do Teatro, pelo serralheiro António Ferreira e por ordem do comandante do Batalhão, um pequeno jardim com um caramanchão armado com suportes de ferro e um viveiro de aves, de madeira e rede.

– *Parque da Estação*

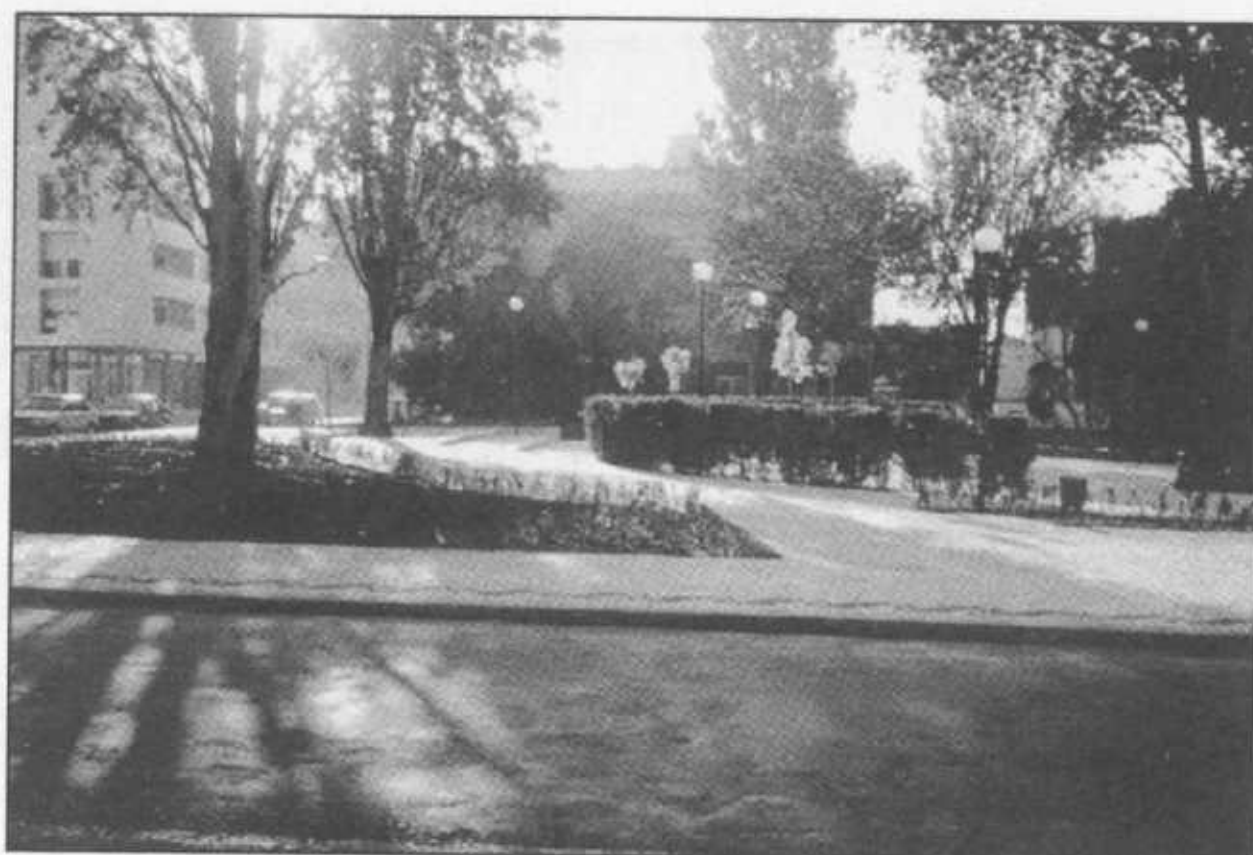
No antigo Largo do Mártir S. Sebastião, actualmente Largo Almeida Garrett, sofreu alterações em 1912 (arborizado), e 1960 (remodelação).

– *Jardim do Rio Cáster*

Situado no centro da cidade, entre esse rio, a nascente, a Rua Aquilino Ribeiro, a poente, e a Rua Ferreira de Castro, a norte, deve-se à Câmara da presidência de José Augusto Pinheiro Guedes da Costa.

Em 1992, iniciaram-se as obras do *Jardim do Cáster*, adjudicadas a Cabral & Filhos, de Travanca, com figurino concebido pelo arquitecto Rogério Pacheco.

– *Jardim do Largo, de S. Miguel*

Era até 1915 «um largo todo plantado de sobreiros, quase seculares» (JÚLIO DINIS, *As pupilas do senhor Reitor*, capítulo XIII).

Jardim do Rio Cáster.
Foto do dr. Eduardo Lamy Laranjeira

Já foram arborizados: – a Praça do Comércio, hoje Praça da República (em fins de Março de 1863 plantaram-se nela árvores de ornamento); e o Largo do Cruzeiro da Vila ou Largo do Cruzeiro da Graça, posteriormente Largo do Chafariz, Largo Serpa Pinto, Largo dr. Soares Pinto, e, actualmente, Largo da Família Soares Pinto (o largo sofreu alterações em 1887 – arborização –, 1917 – jardim –, e 1929 – substituição de plátanos por rubinas).

Ovar ficou, em 1996, classificada como a 2.ª cidade mais florida do País, no Concurso Europeu – Cidades e Vilas Floridas; e, em 1997, foi eleita, entre três dezenas de concorrentes, *a cidade mais florida de Portugal.* A 5 de Setembro deste último ano, na cidade de Bournemouth, no Reino Unido, a cidade de Ovar foi agraciada com a *Medalha de Prata* no Concurso Europeu das Cidades e Vilas Floridas, quando a Câmara era presidida pelo dr. Armando França.

A indústria de curtumes e de feltros – a Família Alçada (Outubro de 1930)

A indústria do preparo de peles foi bastante desenvolvida até aos princípios do século XIX em Ovar, no bairro designado por *Pelames*. Este lugar dos *Pelames* «tira semelhante nome dos tanques de curtume da coirama que havia ali outrora, junto ao rio, e de que restam ainda vestígios no extremo da ponte, da parte de leste» (JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*, 1868).

Existiu aí a indústria dos *pelames* e provam-no não só «as cavas ou tanques, (*e também*) um caderno de dívidas pertencente a Inácio Dias de Meireles, negociante de fazendas de lã na praça desta vila, o qual diz assim: *Dinheiro de empréstimo a Dionísio e outro para arranjos e emprego de curtumes da coirama que tem no sítio dos Pelames*» (*Idem*).

A indústria dos feltros foi introduzida em Ovar pelo dinâmico industrial Manuel

Mendes Alçada, natural da Covilhã, que veio radicar-se aqui em Outubro de 1930.

A *Família Alçada*, família de industriais, cujo chefe Francisco Mendes Alçada (1861-1911) era natural da Covilhã, deslocou-se de Caniços, em 1929, e os irmãos Augusto Mendes Alçada (1885-1940) e Manuel Mendes Alçada (1888-1942) vieram para Ovar com as respectivas famílias.

O industrial Manuel Mendes Alçada. 1888-1942

A Fabrica de feltros Alçada Limitada (26 de Dezembro de 1941), funcionou na Rua Visconde de Ovar, na Rua Alexandre Herculano, e, finalmente, na Estrada de S. João, nas instalações de Francisco de Matos.

Além desta fábrica de feltros *tecidos*, outra de feltros *não tecidos*, a da sociedade Alçada & C.ª Limitada, sita no lugar do Serrado, dos filhos daquele industrial Manuel Mendes Alçada, os irmãos Armando, Francisco e Mário Mendes Alçada, veio a ser vendida (1981). Este Mário, presidente do Rotary Clube de Ovar (1968/1969), foi grande impulsionador do Centro de Promoção Social do Furadouro, tendo falecido em 1997.

Na Rua Visconde de Ovar, desde 29 de Dezembro de 1947, começou a funcionar uma fábrica de malhas, tapetes, carpetes e cobertores, a Augusto Mendes Alçada, C.ª Lda., dos filhos daquele Augusto Mendes Alçada, os irmãos Álvaro, Augusto e Constantino.

Desde 22 de Dezembro de 1953, Ovar tem uma grande fábrica de feltros, a *Fanafel* – Fábrica Nacional de Feltros industrial, Limitada, ocupando os edifícios da Fábrica de feltros Alçada. Por escritura de 19 de Dezembro de 1958, Maria Celeste Matos de Sousa Lamy e seu marido, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, herdeiros daquele Francisco de Matos, venderam à Fanafel os edifícios da Estrada de S. João.

FANAFEL

1984 – Vista aérea da Fanafel.

O recenseamento de 1930

Mostra o 7.º recenseamento geral da população, de 1 de Dezembro de 1930, que a *freguesia de Ovar* tem 12.729 habitantes (5.560 *H* e 7.169 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a primeira das 183 freguesias do distrito de Aveiro, seguida da de S. Salvador de Ílhavo.

Quanto à população *residente*, a freguesia de Ovar com 12.831 habitantes era também a primeira do distrito.

No que se refere a *fogos*, a freguesia de Ovar era ainda a primeira do distrito com 2.963, seguindo-se-lhe Ílhavo.

O concelho, um dos 19 do distrito, tinha 29.317 habitantes (15.584 *H* e 16.733 *M*) de população *presente ou de facto* e 29.970 de população residente. Os fogos ascendiam a 6.829.

No ano de 1932 levou-se a cabo a delimitação da freguesia de S. Vicente com a de Souto, que provocou críticas n'*O Povo de Ovar* (de 4/8/1932).

O Presidente da Câmara Desembargador dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro (3 de Março de 1931-1932). A Família Coentro

Nomeada por decreto de 21 de Março de 1931, tomou posse a 3 de Março (*interina*) e a 23 de Abril desse ano a Comissão Administrativa nacionalista presidida pelo desembargador dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, tendo como vice-presidente António Ferreira Brandão, e, posteriormente, o dr. José Maria Marques de Oliveira Reis (desde 14 de Maio).

Esta Comissão Administrativa veio a ser suspensa por ordem do Ministro do Interior, acusada de ter cativado em obras todas as receitas do município.

O *João Semana* (de 18/8/1932) criticou esta decisão governamental: – «Acaba de ser suspensa a Comissão Administrativa da Câmara de Ovar com o fundamento de ter cativado toda a receita deste ano em obras. É o que nos consta; mas se isso se invocou, mal informado está o Ministro. A Comissão suspensa é das tais que só se resigna a gastar dinheiro seja em que for, sob a coacção dum bacamarte!». E acrescenta que se inventou um motivo «tolo, que deu resultado».

O desembargador dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro nasceu a 22 de Agosto de 1859, filho de António Gomes Duarte Pereira Coentro e de Rosa de Oliveira Gomes Correia, neto paterno de Manuel Gomes Coentro, o *Novo*, e de Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro, e neto materno de José Correia Lopes e de Micaela de Oliveira Gomes Correia, concluindo o seu curso de direito em 1883.

Casou em Braga, em 1913, com Ana Amélia de Oliveira Gonçalves Pereira Coentro, natural de Ovar e que faleceu em Oeiras, em 1950, com 86 anos.

Administrador do Concelho substituto (*progressista*) em 1886, a 12 de Abril desse ano *assaltou* a Câmara Municipal para se apoderar do livro de recenseamento (viciado pelos aralistas regeneradores), o que foi criticado na Câmara dos Deputados, a 6 de Agosto de 1887, pelo deputado regenerador Manuel Joaquim Pinheiro Chagas.

Juiz Desembargador dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro. 1859-1939

Provedor da Misericórdia, em 1928, reabriu ao culto, a 4 de Novembro desse ano, a Capela da Santa Casa, e foi fiador e testemunha do padre Teófilo de Andrade na questão da herança do dr. Joaquim Soares Pinto.

Foi o 1.º Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional (1931), e, desembargador da Relação do Porto aposentado, foi, em 1931/1932, Presidente da Câmara Municipal, com 71 anos. Durante a sua presidência foram inaugurados os telefones (28 de Junho de 1931) e realizou-se, a 15 de Julho de 1931, a reunião da Aliança Republicana em Ovar.

Este magistrado judicial e político, veio a falecer na sua casa do Carril, a 6 de Fevereiro de 1939, com 79 anos.

Paços do Concelho.
Edição da Casa Santos, do Furadouro

A *Família Coentro*, família ovarense ilustre descende de José Valente, que casou com Maria Rodrigues.

O filho deste casal, Manuel Gomes Coentro, o *Velho*, casou com Maria Valente de Jesus e foi vereador (1792 e 1796).

O filho do casal Manuel/Maria, Manuel Gomes Coentro, o *Novo*, casou, a 17 de Agosto de 1828, com Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro, filha de José Duarte Pereira e de Rosa Gomes Coentro, da Rua do Cruzeiro da Ruela, tendo falecido a 4 de Fevereiro de 1898, com 92 anos, na Rua dos Ferradores.

Na sua *casa do Carril* efectuou-se, a 3 de Junho de 1885, uma importante reunião do Centro Progressista local, na qual foi escolhido para presidente do partido o dr. António Pereira da Cunha e Costa.

Filhos do casal Manuel/Rosa:

– Ana Maria Duarte Pereira Coentro, que casou com o abastado lavrador Manuel Caetano do Amaral. O filho deste casal, o dr. José Duarte Pereira do Amaral (Guilhovai, 1851 - †1940, com 88 anos), foi director clínico do hospital da Misericórdia de Ovar (1928-1940), presidente da direcção dos Bombeiros (1922) e da sua assembleia geral (1910/1913, 1920/1921, e 1924/1926), e subdelegado de saúde do Concelho de Ovar durante 42 anos. *Regenerador* na Monarquia, *unionista* aquando da divisão do partido republicano, a 9 de Novembro de 1916 foi eleito vice-presidente da Comissão Municipal do partido republicano liberal. Casou, em 1879, com Maria da Glória Matos Pinho do Amaral, natural do Rio de Janeiro.

– Padre Francisco Gomes Duarte Pereira Coentro, que faleceu a 2 de Fevereiro de 1872, com 32 anos.

– Monsenhor Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, o *padre do Carril*, citado por FIALHO DE ALMEIDA, nos *Gatos*, que foi um influente progressista, tendo arrematado de parceria com o Presidente da Câmara Municipal de Ovar, João de Castro Pereira Corte-Real, obras de aterro no lanço do caminho-de-ferro de Coimbra ao Porto. Por ter trabalhado no carril ficou a ser conhecido, em Ovar, pelo *padre do Carril*, e daí a designação da morada em que viveu por *casa do Carril* e da via que lhe dá comunicação por *viela do Carril*. Director do Asilo Maria Pia (1881-1904), de Lisboa, foi ainda o primeiro director da Associação do Santíssimo Coração de Jesus e Apostolado da Oração (1878), fundando (1873), com os irmãos, a Capela da Senhora da Conceição, ou Capela do Carril, ou ainda Capela de Santa Eufémia. Faleceu na capital, com 81 anos, a 7 de Fevereiro de 1911, sendo sepultado em Ovar, a 10 desse mesmo mês.

– António Gomes Duarte Pereira Coentro, abastado proprietário, que casou, a 21 de Novembro de 1858, com Rosa de Oliveira Gomes Correia Coentro, natural de Ovar, filha de José Correia Lopes e de Micaela de Oliveira Gomes Correia, lavradores, da Rua do Outeiro, e que faleceu, a 19 de Fevereiro de 1903, com 67 anos.

Foi vereador (1856/1857) numa Câmara *histórica* presidida pelo dr. Serafim de Oliveira Cardoso, e, em 1899-1900, numa Câmara *progressista* da presidência de António Soares Pinto, vindo a falecer na sua *casa do Carril*, a 2 de Fevereiro de 1912, com 81 anos.

Filhos do casal António/Rosa:

– Dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro (1859-†1939, com 79 anos, na sua *casa do Carril*), licenciado em direito (Coimbra, 1883), Administrador do Concelho substituto (1886), que seguiu a carreira da magistratura e veio a casar (1913), em Braga, com Ana Amélia de Oliveira Gonçalves Pereira Coentro (†1950, com 86 anos, em Oeiras), natural de Ovar. Provedor da Misericórdia (30 de Abril de 1928), o dr. Coentro foi, com 71 anos e desembargador da Relação do Porto aposentado, nomeado *Presidente da Câmara Municipal de Ovar* (3 de Março de 1931 - 1932).

O filho do casal dr. Manuel/Ana Amélia, coronel de artilharia Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, nasceu a 24 de Junho de 1899, casou com Maria Leonor Carneiro de Sousa Dias Coentro, foi presidente da assembleia geral da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa (1953/1954) e *Presidente da Câmara Municipal de Oeiras*, onde faleceu a 4 de Setembro de 1956.

Coronel Manuel Coentro. 1899-1956

– Maria José Correia Duarte Pereira Coentro de Pinho, que casou, a 24 de Março de 1892, com o escrivão da Câmara Municipal de Ovar (1 de Julho de 1901 a 23 de Março de 1915) Abel Augusto de Sousa Pinho (1866-1915, com 49 anos), filho de Manuel José de Pinho e de Margarida Emília de Sousa.

O casal Maria José/Abel Augusto teve os seguintes filhos: – Abel Augusto; Alfredo (†1979, com 83 anos); – António Coentro de Sousa e Pinho (1898-†1994, com 96 anos), que foi *Presidente da Câmara Municipal de Ovar* (4 de Agosto de 1946 a 1954), tendo casado (1951) com a conhecida artista Beatriz dos Santos Campos Coentro de Pinho (filhas deste casal: – dr.ª Ana Maria Campos Coentro de Pinho, que casou com o eng.º Jorge Baltar de Oliveira Cabral; e dr.ª Maria Beatriz Campos Coentro de Pinho, que casou (1989) com o dr. António Carlos Tomás Ribeiro; – João; – Joaquim; – José Coentro de Sousa e Pinho (†1936); – Júlia Coentro de Pinho (1905-†1987), professora do ensino básico, que casou (1934) com João José da Silva Freire, também professor do ensino básico (filhos deste casal: – dr. Aníbal José Coentro de Pinho Freire, que nasceu em Vagos, em 1935, casou (1961) com Maria Irene Fidalgo Ventura, e, seguindo a vida militar, e nesta a Força Aérea, coronel da aeronáutica e comandante da base de S. Jacinto, foi um dos graduados oficiais do M.F.A. na revolução do *25 de Abril* de 1974, e, após esta, foi indicado pela Força Aérea para a Junta de Salvação Nacional, e, mais tarde, para o Concelho Superior de Revolução, onde permaneceu de 14 de Março de 1975 a 1976; e Manuel Augusto Coentro de Pinho Freire, o trovador e baladista *Manuel Freire*, considerado o *nosso melhor cantor da Revolução de Abril*, que nasceu em Vagos, em 1942, foi vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal presidida pelo dr. Augusto Godinho Arala Chaves, de 15 de Maio de 1974 a 30 de Setembro de 1975, e, aderindo ao MDP/CDE, foi eleito, pela A.P.U., para a Câmara Municipal da presidência do dr. Manuel Fernandes da Silva, em 1980-1982); – Manuel Augusto Coentro de Pinho (†1936); – Margarida Celeste Coentro de Pinho (1900-†1971), professora da Escola Primária Superior de Ovar

(1919-1926), da Escola Primária Complementar de Ovar (1928-1932), e do Ensino Primário nas escolas da Ribeira, Castelo, Olaria e Oliveirinha, que, em 1961, foi condecorada pelo Presidente da República com o grau de Cavaleiro da Ordem de Instrução Pública; – Maria José Coentro de Pinho (†1996, com 85 anos); – Maria Lucília; – e Rosa, que casou com o industrial David Dias de Resende.

– Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro, que casou (1901) com João José Alves Cerqueira (Aboim da Nóbrega, Vila Verde, 1860-†1948, com 88 anos, na sua casa da Praça), que foi comandante dos Bombeiros Voluntários (1914) o seu 1.º presidente da direcção (1897-1898), um dos 21 fundadores do partido republicano local (1907), vice-presidente da Câmara Municipal (1914/15, 1917/18, 1918 e 1925), e seu vereador (1919, 1919/1922, e 1923/24). Filhos do casal Rosa/João Alves: – Adelaide Coentro Alves Cerqueira Milheirão, que casou, a 6 de Outubro de 1932, com Aníbal Calixto Marques Milheirão, que foi tesoureiro da Fazenda Pública no concelho de Ovar (filhos deste casal: – dr. Carlos Alberto Alves Cerqueira Calixto Marques Milheirão (Mira, 1933 - † Lisboa, 1996), que casou com Sónia Olga Escondell Milheirão e foi, desde 1990, Embaixador de Portugal na Tunísia; e Victor Manuel Cerqueira Calixto Milheirão, que nasceu em Ovar, na Praça da República, em 1936, e casou em Lisboa, em 1970, com Maria Eugénia de Jesus Santos Milheirão); – António Alves Cerqueira, que faleceu solteiro; Manuel Coentro Alves Cerqueira (1902-†1946, solteiro), que foi chefe do grupo 66 dos escuteiros, desde 30 de Novembro de 1937, e um dos democráticos ovarenses que estiveram presos no Estado Novo; – Margarida Coentro Alves Cerqueira Liz (1905-†1989, com 83 anos), que casou (1929) com Eduardo Ferraz de Liz (1948), filho do escrivão do tribunal António Augusto Freire de Liz e de Maria Eduarda Camossa Ferraz de Abreu (a filha deste casal, Maria Margarida Cerqueira Ferraz de Liz Coelho, natural de Santo Ildefonso, Porto, casou (1957) na Capela do Carril com o dr. Manuel Pedro Raimundo Coelho, que nasceu (1932) no Porto, filho de António dos Santos Coelho e de Maria José da Costa Raimundo Coelho, e foi gestor da Unicer – União Cervejeira E.P., e presidente do Orfeão de Ovar); – e Maria José Alves Cerqueira Correia, que casou com Dionísio José Correia († Coimbra, 1964, com 65 anos), de quem teve três filhos: – dr. Dionísio José Cerqueira Correia; dr. João Carlos Cerqueira Correia; e dr. Mário Fernando Cerqueira Correia, que nasceu em Ovar, em 1935, obteve a licenciatura em Ciências (1959), e, indicado pelo P.P.D., tomou posse dos cargos de *Vice-Governador Civil* do distrito do Porto, a 25 de Março de 1976, e de *Governador Civil* do mesmo distrito, a 28 de Julho de 1989.

– Francisco Gomes Duarte Pereira Coentro, oficial do exército, que casou (1912) com Maria Adelaide da Silva Peixoto, falecendo a 6 de Março de 1947. Capitão do exército, foi um dos comandantes da coluna monárquica que, a 23 de Janeiro de 1919, invadiu Ovar, tendo discursado da varanda dos Paços do Concelho. No rescaldo da *traulitânia*, por força do decreto de 4 de Março de 1919, da *República Velha*, foi julgado e condenado no Tribunal Militar especial de Lisboa, em 18 meses de prisão. Filhos do casal Francisco/Maria Adelaide: – Maria da Glória Peixoto Coentro de Saraiva Padrão (†1997), que casou com Jaime Augusto da Fonseca Saraiva Padrão (deste casal nasceu, a 7 de Janeiro de 1942, na freguesia da Vitória, da cidade do Porto, o

O capitão Francisco Coentro e Maria Adelaide da Silva Peixoto.

dr. João Gualberto Coentro Saraiva Padrão que, licenciado em direito em Coimbra (1965), viria a ser *Secretário de Estado do Turismo*, a 29 de Agosto de 1978, no 3.º Governo Constitucional presidido pelo eng.º Alfredo Nobre da Costa, e *Secretário de Estado da População e Emprego*, a 29 de Novembro de 1978, no 4.º Governo Constitucional presidido pelo dr. Carlos Alberto da Mota Pinto; – Maria Helena Peixoto Coentro Soares Sécia, que casou (1943) com João Maria de Oliveira Soares Sécia, na Capela de S. Pedro, Ovar; – e dr. Mário Duarte Peixoto Coentro, licenciado em Medicina (1938), que casou (1942) com Maria Helena Vale de Andrade Aguiar Ferreira, falecendo em 1981, com 63 anos.

A 16 de Julho de 1988, cerca de uma centena de membros da Família Coentro reuniram-se em Ovar.

A *Casa da Família Coentro*, morada em que viveu o padre Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, conhecido pelo *padre do Carril*, tomou a designação de *casa do Carril*.

Casa da família Coentro, nela se reuniu, a 3 de Junho de 1885, a *inteligentsia* do partido *progressista* de Ovar (*reunião do Carril*).

A 21 de Novembro de 1960, a Câmara Municipal da presidência de Carlos de Sousa Nunes da Silva «considerando que se tornou necessário preparar um edifício para o funcionamento provisório da Escola Técnica », deliberou adquirir pelo preço de 190.000$00, a *casa do Carril*. E a 19 de Abril de 1961, a Câmara adjudicou, pela importância de 316.000$00, a empreitada da adaptação do edifício (da família Coentro) para a escola técnica de Ovar.

Na *casa do Carril* funcionou a *escola industrial* (criada pelo decreto n.º 43.401, de 15 de Dezembro de 1960), *e comercial* (despacho de 4 de Julho de 1970).

Com a inauguração da *Escola Secundária n.º 1* (antiga Escola Industrial e Comercial), no lugar do Lamarão, a Câmara Municipal adjudicou, a 7 de Dezembro de 1981, por 6.930.000$00, novas obras na *casa do Carril*. E a 3 de Maio de 1985, o Presidente da República, General Ramalho Eanes, inaugurou nela o posto e secção de Ovar da G.N.R.

Capela e Casa da Família Coentro, a Casa do Carril, *agora instalações da G.N.R. em Ovar.*

A Aliança Republicana Socialista (21 de Junho de 1931)

No fim de Junho de 1931, «opondo-se ao regime dentro do País e pela via legal, constitui-se então a *Aliança Republicana Socialista*, que compreendia democráticos, socialistas e outros muitos, incluindo dissidentes da Ditadura (entre eles Cabeçadas). O seu chefe era o general Norton de Matos, que sucedera a Magalhães Lima e a António José de Almeida no grão-mestrado da Maçonaria Portuguesa» (A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, vol. 2.º). A ditadura não tolerou por muito tempo a *A.R.S.* «espécie de federação» para DAMIÃO PERES.

Com relação a esta Aliança Republicana Socialista, *O Povo de Ovar* (de 18/6/1931) convocava todos os republicanos do concelho a uma reunião a efectuar no dia 21 de Junho de 1931, no salão da antiga fábrica de moagem e descasque de arroz *Ovarina*:

> «Estando constituída a Frente Única dos Partidos constitucionais da República e sendo da maior oportunidade a organização neste concelho da Aliança Republicana, *O Povo de Ovar* convida todos os republicanos filiados ou não em qualquer daqueles partidos a reunirem-se no próximo domingo, pelas 18 horas, na fábrica *Ovarina*, à Rua Gomes Freire, n.º 28, a fim de se tratar não só daquela organização, como de assuntos referentes ao recenseamento eleitoral».

Na reunião, que se efectuou na data indicada com concorrência muito regular e sob a presidência do velho republicano histórico Ernesto Augusto Zagalo de Lima, secretariado por Manuel Gomes Pinto e Afonso Dias de Carvalho, usaram da palavra o dr. Pedro Chaves, como *republicano independente*, que aconselhou os democratas presentes a não tomarem compromissos, por essa função ser das atribuições da respectiva comissão dirigente, apoiou a conjunção republicana, entendendo porém que ela devia envolver os partidários da Constituição e não os que tivessem servido situações diferentes, mostrou-se contrário à fundação da Casa dos Republicanos de Ovar e terminou declarando-se «completamente liberto de peias partidárias, estando arrependido de, devido a isso, ter deixado no parlamento, de verberar actos que à sua consciência não quadravam, o que não sucederia se se encontrasse na situação de independência política que agora desfruta» (o dr. Pedro Chaves declarou n'*O Povo de Ovar*, a 2 de Julho de 1931, que «as duas últimas vezes que fui eleito senador, fui-o com carácter de absoluta independência e tão ferozmente a mantive que nem sequer me liguei ao grupo de senadores *independentes* que durante algum tempo, pelo peso dos seus votos, foi árbitro da confusa situação política. Do partido democrático me afastei quando o ministério da presidência do Coronel Maia Pinto, *que foi Presidente do Ministério de 5 de Novembro a 16 de Dezembro de 1921*, adiou as eleições – embora por curto prazo – e entrou em ditadura, e assim afastei-me exclusivamente por questão de princípios sem ter recebido um agravo nem me mover o mais ligeiro despeito»); o director d'*O Povo de Ovar* Manuel Augusto Nunes Branco, que discordou de algumas partes do discurso do dr. Pedro Chaves «quanto ao critério de se excluir da desejada união dos republicanos pessoas que, transitoriamente, ocuparam cargos em situação anticonstitucional, quando dela saíram limpos ou sem mácula que os deslustrasse»; e o tenente Ernesto Ferreira Franco que criticou o dr. Pedro Chaves e se defendeu de ter sido Administrador do Concelho em 1926, já na Ditadura Militar.

A assembleia nomeou uma comissão constituída por três republicanos independentes – Afonso Dias de Carvalho, Ernesto Augusto Zagalo de Lima e Manuel Gomes Pinto –, por um radical – tenente Ernesto Ferreira Franco –, e por um socialista – Alfredo Bessa.

Com o fim de orientar e dirigir a política partidária no concelho de Ovar o directório do *P.R.P.* nomeou uma comissão constituída por cinco membros – dr. Domingos Lopes Fidalgo, Fernando Artur Pereira, Isaac Júlio Fonseca da Silveira, capitão Manuel Rodrigues Leite e major Zeferino Camossa.

A inauguração da rede telefónica (28 de Junho de 1931)

Em Portugal, a inauguração solene dos telefones verificou-se a 26 de Abril de 1882. Em 1904, *A Varina* solicitou licença para o assentamento duma linha telefónica entre a fábrica, no Largo da Estação de Ovar, e a sua sucursal na praia do Furadouro.

Em 1917, por intervenção do deputado dr. Pedro Chaves, foi concedida autorização pelo Ministro do Fomento para que em Ovar fosse estabelecida uma rede tele-

fónica para serviço público, com ligação a uma das linhas entre Lisboa e Porto. O local da instalação foi, então, acordado entre a Câmara e o Administrador Geral dos Correios e Telégrafos, eng.º António Maria da Silva. Porém, a montagem foi adiada em virtude do alto preço do material, ocasionado pela crise daquela época, e também por não haver material disponível.

Tendo a Grande Guerra obstado a que os democráticos tivessem efectuado esse melhoramento, a inauguração da rede telefónica veio a verificar-se a 28 de Junho de 1931, dia em que se abriu também ao público o novo edifício da estação telégrafo-postal e telefónica de Ovar, sito na Rua Alexandre Herculano. Presidiu à inauguração do novo edifício e da rede telefónica o juiz da comarca dr. Jaime de Melo Freitas, secretariado pelo vice-presidente da Comissão Administrativa dr. José Maria Marques de Oliveira Reis e pelo vice-presidente da direcção da Associação Comercial e Industrial de Ovar José Maria Rodrigues Figueiredo, tendo discursado o juiz, o dr. Marques Reis, Joaquim Correia Dias, Manuel Pacheco Polónia, a quem se deve a rede telefónica, e eng.º Júlio Seco.

Após esta cerimónia, dirigiram-se aquelas individualidades ao Furadouro onde foi inaugurada a cabina pública instalada na estação telégrafo-postal dessa praia.

No acto da abertura da cabina telefónica em Ovar o vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara, em nome desta, saudou telefonicamente o Ministro do Comércio e o Administrador dos Correios e Telégrafos.

A rede foi inaugurada, pelas 15,30, com 57 telefones particulares, sem contar os suplementares.

A rede na cidade de Aveiro tinha sido instalada no ano anterior (1930).

De 1882 a 1931 demorou quase meio século para esse importante e indispensável melhoramento chegar a esta cidade!

A partir das *0* horas do dia 11 de Agosto de 1963 foram inaugurados em Ovar os *telefones automáticos*, ficando o concelho de Ovar dotado de duas estações centralizadas em Esmoriz (com as freguesias de Arada, Cortegaça, Maceda e ainda Riomeão, de Santa Maria da Feira) e em Ovar (com Válega), continuando S. Vicente englobada a S. João da Madeira. Para a inauguração *oficial*, deslocou-se a Esmoriz e Ovar, a 18 de Agosto, o Ministro das Comunicações eng.º Carlos Ribeiro.

Desde Março de 1965 os telefones do concelho, englobados no grupo de redes de S. João da Madeira – um dos três grupos do distrito de Aveiro –, estavam em comunicação automática com o Porto. Daí para cá, a automatização daquele grupo foi abrangendo cada vez maior número de povoações no País.

Em 1981, foi inaugurada a primeira cabina telefónica pública na cidade; e, a 8 de Abril de 1982, entrou em serviço uma cabina telefónica na Avenida Central da praia do Furadouro.

O concelho de Ovar tinha, em 1997,15.837 telefones, sendo 125 públicos, 12.447 residenciais, 2.722 profissionais, e 543 digitais.

A União Nacional (1931-1969) – o dr. Álvaro dos Santos Esperança

A *União Nacional*, fundada em 1930 (o Ministro do Interior coronel Lopes Mateus, na cerimónia do anúncio da criação da U.N., a 30 de Julho deste ano, declarou que «a iniciativa do Governo, lançando as bases da União Nacional, teve o mérito de vir a estremar os campos. Ficou-se sabendo quem era pela Ditadura. Porque quem não é por nós é contra nós. Só virão para esta organização os nossos amigos. Ficaremos, assim, conhecendo os nossos inimigos») e com estatutos aprovados pelo decreto n.º 21.608, de 20 de Agosto de 1932, foi para os *vintoitistas* ou *estadonovistas* uma «associação sem carácter partidário e independente do Estado» (para DAMIÃO PERES, o afirmar-se que a U.N. era uma *associação política* e não um *partido político* era *uma subtil distinção*), «destinada a congregar todos os cidadãos, sem distinção de escola política ou de confissão religiosa que se proponham colaborar na realização e defesa dos princípios constitucionais tendo em vista os superiores interesses da Nação», uma especie de *antipartido*, uma organização de apoio ao Estado Novo funcionando apenas, efectivamente, nos períodos eleitorais.

A União Nacional foi uma espécie de agência eleitoral, que só quando a população era chamada a votar nas listas únicas, tinha algum assomo de vida, um organismo inoperante, funcionando, «pode dizer-se exclusivamente nos períodos eleitorais, hibernando nos intervalos e chegando a passar despercebida a sua vida vegetativa» (dr. Armando da Silva). «Com uma disciplina frouxíssima e escasso quadro de militantes, limitou-se a apoiar a acção do Governo e a intervir nas eleições para apresentação de candidaturas favoráveis àquele e organização das respectivas campanhas, procurando mobilizar nesses momentos os aderentes e simpatizantes do regime» (prof. MARCELO CAETANO, *Manual de ciência política e direito constitucional*, tomo 1.º).

A *U.N.* serviu para *cozinhar eleições*, *viver as questões de política local*, as *nomeações administrativas*. Para JORGE CAMPINOS (*A ditadura militar*, 1926/1933), a U.N. foi «um simples órgão de coordenação da *acção nacionalista*, republicana e monárquica»; para MÁRIO SOARES (*Portugal amordaçado*), o *partido único* nunca foi «um organismo vivo, com vitalidade e dinamismo próprios».

Para a oposição democrática, a U. N. foi a principal força política de apoio à Revolução Nacional de 1932 a 1969, a única organização política legalmente constituída no País da qual foi presidente vitalício o dr. António de Oliveira Salazar. Partido único, inspirado, dirigido e controlado pelo aparelho estatal, guarda-avançada da ditadura, nunca foi muito importante na constelação do poder, dentro do regime, cabendo-lhe principalmente um papel publicitário e ideológico sem grande expressão; foi um «envergonhado partido único que, por nunca ter conseguido o mínimo de apoio popular, jamais se afirmou como força política».

Alguns ovarenses ocuparam cargos nas Comissões distritais da União Nacional: – dr. Afonso Ferreira Martins (posse a 30 de Julho de 1965, como vogal da Comissão Distrital da U.N. de Aveiro); – Álvaro Marques da Silva Rola (posse a 10 de Maio de 1969, como vogal da Comissão Distrital da U.N. de Aveiro); – Capitão-tenente Álvaro Valente de Araújo (nomeado, em 1952, para a Comissão Distrital da U.N. de Lisboa); – dr. Manuel Tarújo de Almeida (posse, a 20 de Maio de 1959, da presidência

da Comissão Distrital da U.N. de Aveiro, de que já fazia parte desde 1952); – e Telmo Henrique de Carvalho e Silva (desde 1969, vogal da Comissão Distrital do Porto da U.N.).

Em Ovar, onde desempenhou sempre um papel bastante apagado, a Comissão Concelhia foi presidida por monárquicos e republicanos conservadores e liberais.

Foram *presidentes* da Comissão Concelhia (1931-1969):

1. Dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro (1931)
2. Dr. Álvaro dos Santos Esperança (1931-1948), que durante anos foi vice-presidente em exercício.
   O médico dr. Esperança nasceu em S. Martinho do Porto, a 17 de Abril de 1899, filho de António dos Santos Esperança e de sua mulher Joaquina dos Santos Esperança. Seu pai foi contramestre das oficinas da C.P. em Ovar, republicano histórico, um dos fundadores do Centro Escolar republicano, admirador apaixonado do grande tribuno dr. António José de Almeida, centrista, tendo falecido com 70 anos, a 8 de Abril de 1936.
   O dr. Esperança, que concluiu a sua formatura em medicina em 1926, foi nomeado vogal da Comissão Administrativa da Misericórdia, que substituiu a mesa do dr. Domingos Lopes Fidalgo, por alvará do Governador Civil de Aveiro de 17 de Março de 1928. Neste ano foi atacado pelo semanário democrático local *A Pátria* e pela *Montanha*, do Porto, por se ter colocado ao lado dos frades no caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto.
   Médico interino do partido de Ovar – lado nascente e Souto – (posse a 31 de Março de 1928); médico efectivo do partido de Ovar – lado poente e Arada –, desde 4 de Outubro de 1929; Subdelegado de Saúde do concelho de Ovar durante 40 anos; presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia do Furadouro, desde 5 de Março de 1929, foi vogal nato da Junta de Turismo desta praia, a partir de 10 de Janeiro de 1937. Tendo casado com Leonilde dos Santos Coelho, veio a falecer em 1988.
   De 1954 a 1969, voltou a ser presidente da Comissão Concelhia da U.N.
3. Dr. Domingos da Rocha Campos (1948-1952).

Associação dos Comerciantes e Industriais de Ovar (1932-1933)

No segundo semestre de 1932 é criada com estatutos aprovados pelo governo, a *Associação dos Comerciantes e Industriais de Ovar*, que ficou instalada no 1.º andar da agência bancária Borges & Irmão, na Rua Elias Garcia.

Foi presidente da assembleia geral João José Alves Cerqueira e presidentes da direcção Fernando Artur Pereira (1932-1933) e o dr. António Baptista Zagalo dos Santos.

Com a organização corporativa das entidades patronais, criada pelo decreto-lei n.º 23.049, de 23-II-1933, foi extinta esta associação comercial.

Rua Elias Garcia, tendo no seu início, à esquerda,
o edifício onde esteve instalada a associação comercial e industrial.
Edição Ramos & Camarão

A Família Abragão – o eng.º Frederico Abragão é colocado em Lisboa (1932)

A *Família Abragão*, com casa em frente à Capela do Calvário, no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, descende do ourives portuense Francisco Ferreira Pinto Abragão (†1901), e de sua mulher Maria Augusta Camarinha Abragão (†1908), natural de Sermonde, concelho de Vila Nova de Gaia.

O filho deste casal, o escrivão e tabelião da comarca Frederico Ernesto Camarinha Abragão (†1932), casou com Raquel da Gama Barbosa de Quadros Abragão (†1899), e, à morte desta, com Maria Augusta Rifa da Gama Baptista Abragão (†1929).

Filhos de sua 1.ª mulher:

– Dr. Afonso de Quadros Abragão (†1960), advogado em Luanda, que casou com Maria Júlia Bernard Guedes Abragão.

– Augusto Abragão, que casou com Maria Alexandrina da Silveira Abreu.

– Eng.º Frederico de Quadros Abragão, engenheiro da C.P., onde ocupou importantes cargos, nasceu em Ovar, a 28 de Setembro de 1893, casou (1924) com Gumercinda Gaioso de Penha Garcia, natural de S. Tiago, Torres Novas, filha de António Gaioso de Penha Garcia, que foi chefe das oficinas do caminho-de-ferro de Ovar, e de Rosa Gaioso, e veio a falecer, com 66 anos, a 17 de Junho de 1960, em S. Sebastião da Pedreira, Lisboa.

Formado na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ingressou na C.P. vindo a trabalhar em Ovar nas Oficinas de Obras Metálicas. Em 1932, foi colocado em Lisboa e promovido a Chefe do Serviço de Obras metálicas e, posteriormente, ocupou o cargo de Subchefe da Divisão de Via e Obras da C.P.

– Raquel de Quadros Abragão Lamy (†1966), que casou com o farmacêutico Augusto Lamy.

1932. A Banda Ovarense sob a regência do capitão reformado
Salvador Pereira de Sousa Guimarães.
Foto – Stúdio Almeida

Filhos de sua 2.ª mulher:

– Augusto Maria Abragão († S. Lourenço do Bairro, Anadia, 1978), que casou com Dulce Dias Simões.

– Joaquim Maria Baptista de Abragão, escrivão de direito, que casou com Alda Maria Gonçalves, natural de Alcácer do Sal.

– Maria Felicidade Baptista Abragão (†1973), que casou com o tenente Egídio Teixeira de Almeida, natural de Almeida.

O Presidente da Câmara tenente Ernesto Ferreira Franco (17 de Agosto de 1932)

O tenente Franco nasceu, a 12 de Dezembro de 1884, na freguesia de Vilar Maior, concelho de Sabugal, filho de Vicente Ferreira Franco e de Ana Maria de Almeida, tendo casado (1912), em Vila Nova de Famalicão, com Maria Rodrigues de Pinho, natural da freguesia de Ovar.

Administrador do concelho em 1926 e, novamente, em 1937, na reunião da Aliança Republicana Socialista, efectuada em Ovar em 1931, foi atacado por ter ocupado esse cargo na Ditadura Militar.

Este oficial do exército, irmão do tenente-coronel Aníbal de Almeida Franco (†1952), veio a falecer, com 78 anos, a 7 de Janeiro de 1963, na Rua Alexandre Herculano.

Tenente Franco. 1884-1963

Membro do partido *radical* local, foi *Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal* desde 17 de Agosto de 1932, tendo como vice-presidente o professor Manuel José Patrício.

A sua Câmara durou somente 7 dias!, de 17 a 23 de Agosto.

Manuel Pacheco Polónia novamente Presidente da Câmara Municipal (23 de Agosto de 1932 a 4 de Agosto de 1946). Os passeios de cimento (1933)

De 23 de Agosto de 1932 a 4 de Agosto de 1946, Manuel Pacheco Polónia presidirá a comissões administrativas e câmaras municipais, tendo como vice-presidente (nas comissões administrativas) Afonso José Martins Júnior; como vogais-administradores dr. Acácio de Oliveira Valente, Augusto da Costa e Pinho, tenente Ernesto Ferreira Franco, Francisco de Oliveira Belo e Manuel. Gomes Neto; e, entre os seus vereadores, os cidadãos António Lúcio Pinto da Gama, dr. Artur Marques Espanha, Florindo Marques Cantinho, Júlio Pereira Vinagre, padre Manuel José Ferreira Torres e professor Manuel José Patrício.

Em 1933, principiou a feitura dos passeios de cimento da estação à Praça da República e desta ao Largo dos Combatentes da Grande Guerra, ao Largo Cinco de Outubro e ao Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar.

Manuel Pacheco Polónia. 1893-1958

Inauguração da Padaria Progresso, *na Rua Elias Garcia, a 1 de Janeiro de 1937. Sentados, da esquerda para a direita – Manuel Augusto Nunes Branco, Secretário da Câmara Municipal, o industrial David Dias de Resende, Manuel Pacheco Polónia, Presidente da Câmara Municipal, e Francisco de Oliveira Belo, Director dos Serviços Municipalizados de Electricidade.*
In: *Arquivo da Família Polónia*

Capítulo XXIV

ESTADO NOVO - MANUEL PACHECO POLÓNIA
1933-1946

A indústria de lacticínios no Carregal (1 de Janeiro de 1933). Manuel Colares Pinto – o justicialismo (1951) e «Ovar ao microfone» (19 de Abril de 1954). As leiteiras

Desde 1 de Janeiro de 1933, como já se referiu, a firma Colares Pinto & Irmão, com sede na Quinta do dr. Pinto, no Carregal, dedicou-se à indústria de lacticínios, construindo, em 1937, uma fábrica bem apetrechada e que foi a 1.ª a produzir galalite em Portugal.

Quinta dr. Pinto, no Carregal.

Antes da industrialização, o leite consumido em Ovar provinha do lugar de Ribeira e era transportado pelas leiteiras que percorriam «a pé, quilómetros e quilómetros, canada à cabeça, à chuva, ao frio e ao relento da noite».

Manuel Colares Pinto, industrial de lacticínios, filho do médico dr. António Rodrigues Pinto, natural de Águeda, e de sua mulher Inácia Adelaide da Silva Colares

As leiteiras.
In*:* Reis *de 1987*

Pinto, nasceu no Coração de Jesus, em Lisboa, em 1899, casou (1942) com Helena Cruz Colares Pinto, natural de Águeda, e veio a falecer em 1954, com 55 anos.

Em 1951, pela sua mão, o *justicialismo* entrou em Ovar, e no Natal desse ano distribuíram-se agasalhos, a numerosos pobres, fornecidos pela Ajuda Social Eva Peron. Manuel Colares Pinto organizou, a 17 de Fevereiro de 1952, como homenagem a Eva Peron e para pedir a N.ª Sr.ª pela saúde desta benemérita dos pobres de Ovar, uma peregrinação a Fátima, constituída por 14 camionetas com cerca de 450 peregrinos, na maioria pobres.

Tendo feito parte da comissão das *Festas Centenárias* (1952), é de Manuel Colares Pinto a letra do *hino de Ovar*. O mesmo iniciou, a 19 de Abril de 1954, o programa radiofónico – *Ovar ao microfone* –, na estação emissora do Porto Electro Mecânica.

Manuel Colares Pinto. 1899-1954
In*:* Notícias de Ovar, *de 30/9/1954*

As eleições plebiscitárias de 19 de Março de 1933.
Salazar, cidadão honorário do concelho de Ovar (19 de Maio de 1934).
As eleições legislativas de 1934, 1938 e 1942. Ovar na Câmara Corporativa.
As eleições para a Assembleia Nacional de 18 de Novembro de 1945
– O M.U.D. (1945-1948)

A 28 de Maio de 1932, no 6.º aniversário da *Revolução Nacional*, foi apresentado o projecto da Constituição Política do Estado Novo, tendo o decreto n.º 22.229, de 21 de Fevereiro de 1933, estipulado que o plebiscito nacional para a aprovação do projecto se realizasse a 19 de Março, considerando-se «como tendo dado tacitamente voto concordante ao projecto os eleitores chefes de família que não concorressem ao acto plebiscitário» e não provassem impedimento legal.

Esta inovação em matéria eleitoral – *a contagem das abstenções como votos a favor* – foi criticada pela oposição. Por outro lado, o *voto feminino*, concedido pelo decreto n.º 19.694, de 5 de Maio de 1931, não teve qualquer significado. No distrito de Aveiro votaram apenas 4 eleitoras, nenhuma das quais do concelho de Ovar!

O referendum constitucional de 19 de Março de 1933, que foi precedido de uma intensa campanha de propaganda «em que os representantes do poder e os dirigentes da União Nacional, desenvolveram grande actividade, em sessões públicas, comícios, artigos de doutrina, etc.», teve os seguintes resultados no concelho de Ovar:

Freguesias	Recenseados	Pró	Contra	Abstenções
Arada	501	173	0	328
Cortegaça	299	174	0	125
Esmoriz	457	330	0	127
Maceda	282	149	0	133
Ovar	1.765	1.562	3	200
S. Vicente	257	226	0	31
Válega	727	596	1	130
Totais	**4.288**	**3.210**	**4**	**1. 074**

Percentagem das listas entradas no total dos inscritos – 74,9%.

Total dos votos a favor:

votos favoráveis	3.210
abstenções	1.074
Total	**4.284**

No País houve 719.364 *sim*, 487.179 *abstenções*, que o governo considerou votos afirmativos, e apenas 5.995 *não*.

No dia 11 de Abril de 1933 entrou em vigor a Constituição Política do Estado Novo, «um compromisso híbrido entre uma espécie muito particular e mitigada de regime representativo e os modelos fascistas então em voga em alguns países da Europa» (MÁRIO SOARES, *Portugal amordaçado*), que «deparou com escasso aplauso e menos cumprimento, sendo desprezada pela maioria dos oposicionistas e pouco tida em conta pelo próprio regime» (OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, vol. 2.º).

Foi a 1.ª *constituição corporativa* do mundo, de feição antiliberal, antiparlamentar e antidemocrática, consagrando no plano jurídico uma situação de facto – a *ditadura militar*.

Com a entrada em vigor desta constituição, «devida em parte ao trabalho do monárquico Fezas Vital» (MÁRIO SOARES, *idem*), terminava a pré-história da situação política criada pelo *Movimento do 28 de Maio de 1926*.

Para o dr. Álvaro Cunhal (CATARINA PIRES, *Cinco conversas com Álvaro Cunhal*, 1999), «a ditadura fascista instaurou-se com Salazar em 1933, copiando o fascismo italiano instaurado em 1921 com Mussolini»; para o dr. ANTÓNIO BARRETO (*Público*, de 30 de Maio de 1999), «o Estado Novo, sendo uma ditadura e um regime autoritário, não é um regime que prescindisse do direito, era até uma espécie de *ditadura jurídica*. O salazarismo não era um Estado de Direito, era um Estado de minúcia jurídica, de despotismo jurídico. O direito tem uma enorme importância durante estes 50 anos para a vida política e social».

Ovar em 1933.

Por proposta do Presidente Manuel Pacheco Polónia, na sessão camarária de 19 de Maio de 1934, o dr. António de Oliveira Salazar foi proclamado *cidadão honorário* do concelho de Ovar. O professor Salazar foi Ministro das Finanças de 3 a 17 de Junho de 1926 e de 27 de Abril de 1928 a 5 de Julho de 1932 (4 anos) e Presidente do Conselho de 5 de Julho de 1932 a 26 de Setembro de 1968, durante 36 anos!

A 28 de Abril de 1941 realizou-se em Ovar uma grandiosa e significativa manifestação de apoio e aplauso à obra do chefe do governo, em reconhecimento da obra de reconstrução nacional e internacional. A *manifestação patriótica* consistiu num

cortejo cívico do Largo dos Combatentes de Grande Guerra para a Praça da República, que se achava apinhada de povo; de discursos proferidos na Câmara pelo presidente da comissão promotora das festas Manuel José Patrício, e pelo Presidente da Câmara Manuel Pacheco Polónia; da audição do discurso radiodifundido pelo Presidente do Conselho e, à noite, duma marcha *aux flambeaux* que, partindo do Largo Primeiro de Dezembro, percorreu as principais ruas de Ovar, terminando na Praça da República.

A 27 de Abril de 1953, nas *bodas de prata de Salazar* – 25.º aniversário da sua entrada para o governo –, realizou-se uma sessão solene em Ovar, discursando da varanda da Câmara, ao microfone da instalação sonora, o Presidente António Coentro de Pinho; seguindo-se, depois, a audição da mensagem do Presidente da República general Craveiro Lopes.

Em Lisboa, o concelho de Ovar esteve representado na manifestação ao dr. Salazar pelo dr. Manuel Tarújo de Almeida e pelos cidadãos Manuel José Patrício e António Maria Ferreira Regalado.

Promulgada a Constituição de 1933, no ano seguinte o decreto n.º 24.631, de 6 de Novembro, estipulava que a eleição dos 90 deputados era directa e feita num só colégio eleitoral que abrangia *todo* (?!) o continente da República, havendo tantas assembleias eleitorais quantas as freguesias.

Foi uma curiosa inovação de Salazar – eleições dentro de um estado fascista.

«O homem de Estado português não hesita em inspirar-se na famosa Lei Acerbo, do nome do subsecretário de Estado de Mussolini: trata-se de um sistema eleitoral inédito que, segundo o Prof. Prélot, *apresenta o interesse de um primeiro esboço de instituição tipicamente fascista*» (JORGE CAMPINOS, *A ditadura militar*, 1926/1933).

As eleições da 1.ª legislatura da Assembleia Nacional, a 16 de Dezembro de 1934, em círculo único – *o país inteiro!* –, e em lista única com 90 deputados, foi precedida de uma intensa campanha de propaganda, doutrinária por parte do governo. A percentagem dos abstencionistas foi bastante elevada, tendo vencido a lista da U.N., única submetida ao sufrágio dos eleitores.

A 11 de Janeiro de 1935 reuniu-se pela 1.ª vez a Assembleia Nacional, órgão legislativo criado pela Constituição de 1933, após 9 anos (1926-1934) de Parlamento fechado.

As eleições para a 2.ª legislatura da Assembleia Nacional, de 30 de Outubro de 1938, e para a 3.ª legislatura, a 1 de Novembro de 1942, foram feitas também num só colégio eleitoral que abrangia todo o País, não dando qualquer oportunidade à oposição.

Foi o decreto n.º 24.631, de 6 de Novembro de 1934, que estabeleceu que o País formava um único círculo.

Só em 1945, pelo decreto-lei n.º 34.938, de 22 de Setembro, é que o País foi dividido em círculos, correspondentes aos distritos, elegendo o de Aveiro 6 deputados.

Por último, o decreto-lei n.º 283/73, de 2 de Junho de 1973, fixou em 7 o número de deputados a eleger pelo círculo de Aveiro.

Resultados das eleições no concelho de Ovar

Datas	Inscritos	Votantes
16/12/1934	2.123	1.817
30/10/1938	2.574	2.219
1/11/1942	4.832	4.616

Dignos procuradores à *Câmara Corporativa* (a lei de 14 de Maio de 1974 extinguiu a Câmara Corporativa) foram os seguintes ovarenses:

– *Dr. Alberto Lopes Rodrigues*

Cónego do Cabido da Sé Catedral do Porto (1981), o dr. Alberto Lopes Rodrigues nasceu na freguesia de Válega, a 8 de Dezembro de 1914, filho de Frutuoso Lopes Rodrigues e de Maria Albina de Jesus Lopes, tendo sido ordenado sacerdote a 3 de Outubro de 1937.

Licenciado em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma e em estudos bíblicos e línguas orientais pelo Instituto Bíblico de Roma, foi eleito, quando professor de teologia e línguas orientais no seminário Maior do Porto, pelos estabelecimentos particulares de ensino, representante na secção de ciências e letras da Câmara Corporativa, de 1949 a 1952.

Cónego dr. Alberto Lopes Rodrigues,
conferencista na Câmara Municipal.
In: João Semana, *de 1/1/1992*

Contra-Almirante Valente de Araújo.
1900-1978

– Capitão-tenente Álvaro Manuel Maria Valente de Araújo.

A Família Araújo

Filho do dr. Francisco Ferreira de Araújo e de Antónia Valente de Almeida, o contra-almirante Valente de Araújo nasceu no Largo dos Campos, a 11 de Agosto de 1900, casou com Maria Helena Pinto Bastos Vieira de Araújo, vindo a falecer, com 78 anos, em Lisboa, a 29 de Novembro de 1978.

Em 1952, foi nomeado para a comissão distrital da União Nacional de Lisboa, tendo sido um dos fundadores da *Brigada Naval* da Legião Portuguesa, e seu 1.º comandante.

Presidente da Federação Portuguesa de Remo, foi representante das federações desportivas na secção de educação física e desportos da Câmara Corporativa (1949-1952).

Esteve preso durante 8 dias aquando do rescaldo dos acontecimentos de *28 de Setembro* de 1974, tendo sido libertado, por se ter provado que não tivera responsabilidade nesses acontecimentos.

Família ovarense ilustre, a *Família Araújo* descende do dr. José Ferreira de Araújo, filho de Alexandre António Ferreira, licenciado em teologia (1836) e direito (1837), advogado, vice-presidente em 8 Câmaras *aralistas* (1866-1882), que casou com Ana Gomes Coentro de Araújo (†1904, no largo dos Campos), filha de António de Oliveira Coelho e Rosa Gomes Coentro, e faleceu em Ovar, a 23 de Junho de 1882, com 75 anos, naquele Largo dos Campos.

O filho deste casal, o dr. Francisco Ferreira de Araújo, nasceu em Ovar, ainda estudante foi vereador duma Câmara *progressista* (1887-1889), formou-se em direito (1889), e exerceu as funções de secretário da Câmara Municipal (17 de Agosto de 1891-1901). Casou (1896) com Antónia Valente de Almeida, filha de Manuel Valente de Almeida e Rosa Pereira do Patrocínio, e faleceu (1934) em Lisboa.

Filhos deste casal:

– Contra-almirante Álvaro Manuel Maria Valente de Araújo (1900-1978), que foi *Procurador à Câmara Corporativa*, e casou com Maria Helena Pinto Bastos Vieira de Araújo.

– Dr. António Valente de Araújo.

– Eng.º Francisco Valente de Araújo, natural de Ovar, que delineou a ponte de cimento armado da Ruela, aberta ao trânsito em 1937.

– Dr. José Valente de Araújo, notário, que casou com Maria Helena de Morais Tavares Valente de Araújo, e faleceu (1966) em Lisboa.

– Dr. Eduardo Augusto Arala Chaves

Filho do dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves e de sua mulher Maria Adelaide Estevão Arala Chaves, nasceu na Ribeira de Ovar, a 25 de Maio de 1914, casou (1939) com Mariana da Conceição Bentubo Passalaqua, e faleceu (1992) em Lisboa.

Na 10.ª legislatura da Câmara Corporativa foi um dos seus 219 procuradores, tendo sido designado para a secção XI – interesses de ordem administrativa (3.ª subsecção – justiça) pelo Conselho Corporativo, na reunião de 12 de Novembro de 1969.

Após o *25 de Abril* de 1974 veio a ser *Procurador-Geral da República* (1977-1984).

– *Dr. Joaquim Manuel Valente*

Pregador, «professor e homem importante na política e na igreja de seu tempo, sacerdote culto, inteligente e fogoso» (MANUEL PARDINHAS, *Minha Terra Nossa Gente*, 1993), o dr. Joaquim Manuel Valente, filho de Joaquim Manuel Valente e de Albina da Silva Ferreira, nasceu em Válega, a 4 de Outubro de 1904, e nesta freguesia rezou a sua missa nova, a 2 de Outubro de 1927. Formou-se em filosofia e teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, foi professor de filosofia e teologia (desde 1930) no seminário Maior do Porto, e cónego da Sé desta cidade desde 29 de Junho de 1936.

Cónego dr. Joaquim Manuel Valente. 1904-1960
In: Notícias de Ovar, *de 31/3/1960*

Foi digno procurador à Câmara Corporativa, representante designado pelo episcopado português na secção de interesses espirituais e morais (em 1942/1943 e 1945/1949).

O cónego Valente, que foi a alma do congresso do Sagrado Coração de Jesus realizado em Ovar, de 3 a 7 de Agosto de 1955, dedicou-se à oratória sacra, tornando-se um orador duma fluência extraordinária.

Faleceu no hospital de S. Francisco, do Porto, com 55 anos, a 27 de Fevereiro de 1960.

Em Setembro de 1945, num discurso que surpreendeu a maioria dos políticos portugueses, Salazar promete *eleições livres*, «tão livres como na livre Inglaterra». Salazar procurou consertar a fachada do regime, admitindo umas caiadelas democráticas. Ao mesmo tempo, porém, continuou a apavorar o País com o perigo comunista: *é comunista quem não se confessar salazarista*!

E, nesta conformidade, o decreto-lei n.º 34.938, de 22 desse mês, estipulou que a Assembleia Nacional era composta de 120 deputados, eleitos por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, sendo a eleição feita por círculos plurinominais sem representação das minorias, os quais coincidiam com a área dos distritos administrativos, pelo que Ovar passou a pertencer ao círculo n.º 1 (Aveiro), círculo com 6 deputados.

Com as eleições para a 4.ª legislatura da Assembleia Nacional marcadas para 18 de Novembro de 1945, «à pressa, um núcleo de democratas reuniu-se no Centro Almirante Reis, no dia 8 de Outubro de 1945, para assentar sobre uma agenda de reclamações a apresentar ao Governo e dessa reunião, nasceu o *Movimento de Unidade Democrática*.

Republicanos conservadores, republicanos do centro e da esquerda, sindicalistas

e socialistas de todas as *nuances* tiveram de se acolher sob o mesmo guarda-chuva para se defenderem dos raios e coriscos expelidos pelo *terramoto do 28 de Maio*».

O Movimento de Unidade Democrática, o *M.U.D.*, que teve duração efémera (1945-1948) e se dissolveu oficialmente com a prisão da Comissão Central, reuniu assim os elementos da oposição ao Estado Novo, convidando os seus adeptos a assinarem *listas* (que atingiram mais de 200.000 assinaturas!) em que afirmassem a sua concordância com a sua orientação política, criando comissões e multiplicando as sessões e reuniões.

O *M.U.D.* que «surgiu de uma conversa entre os advogados Teófilo Carvalho Santos e Mário de Lima Alves», foi uma guerrilha cívica, «um movimento político improvisado no breve espaço de um mês» (Mário Soares, *Portugal amordaçado*); uma espécie de Frente Popular contra o Estado Novo» (Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 2.º).

Em Ovar, as listas para a recolha das assinaturas foram cobertas por muitas centenas de pessoas, entre as quais advogados, comerciantes, empregados camarários, engenheiros, farmacêuticos, ferroviários, funcionários públicos, industriais, guarda-livros, médicos e ourives, e um grupo de senhoras telegrafou para Lisboa dando o seu apoio e felicitando o movimento iniciado por outras senhoras da capital a favor do M.U.D.

Entre outros, aderiram em Ovar os médicos drs. Domingos Lopes Fidalgo, José Afrânio de Sousa Lamy, José Carvalho da Silva e José Eduardo de Sousa Lamy; os licenciados em direito drs. António Aflalo de Castro, João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Melo, Joaquim de Oliveira Lírio e Pedro Chaves; os engenheiros Alberto Manuel Arala Chaves e Guilherme Pereira de Magalhães; o farmacêutico Carmindo de Sousa Lamy.

Para a presidência da comissão consultiva de conjunção democrática do distrito de Aveiro foram propostos os cidadãos drs. Alberto Vidal, Eugénio Ribeiro e Domingos Lopes Fidalgo; da comissão executiva fez parte o advogado ovarense dr. Augusto Júlio Arala Chaves.

A 13 de Outubro de 1945, em Aveiro e sob a presidência do dr. Alberto Vidal, teve lugar uma reunião política, de cuja mesa presidida por aquele antigo Presidente da Câmara dos Deputados tomou parte o dr. Domingos Lopes Fidalgo. Usou da palavra nessa sessão o ovarense coronel Manuel Rodrigues Leite, que fez uma entusiástica saudação à democracia e aos republicanos.

Dominado pelos comunistas, o M.U.D. «impôs a sua existência legal, conduziu nessa base uma ampla campanha de esclarecimento e mobilizou largas massas para a luta política» (Álvaro Cunha, *Rumo à vitória*).

A campanha eleitoral que assumiu, por vezes, excepcional vivacidade, teve o seu epílogo na desistência da oposição, tendo o M.U.D. aconselhado a abstenção, dado o acto eleitoral não merecer suficientes garantias de liberdade e genuinidade de expressão da vontade da Nação. O repúdio do acto político pelo M.U.D. resultou, segundo este, do governo não ter acedido às suas reclamações mínimas – novo recenseamento eleitoral, adiamento das eleições por seis meses, liberdade de imprensa e de reuniões, fiscalização das eleições, reconstituição dos partidos políticos.

Por seu lado, «a campanha eleitoral do Governo foi feita à base do ataque aos velhos republicanos que estavam no M.U.D., e tinham exercido funções na 1.ª República, para chegarem à conclusão de que eles, tendo falhado ontem, falhariam novamente se voltassem ao poder», e pelo ataque ao comunismo, que foi pintado pelos oradores do Estado Novo «como uma carantonha hedionda, capaz de fazer tremer de horror o burguês mais assomadiço».

Em 1945, o general Botelho Moniz «afirmava, para tranquilidade dos salazaristas assustados, que a *situação não cairia nem a votos nem a tiros*» (MÁRIO SOARES, *ob. cit.*).

Entre os candidatos da *U.N.* pelo círculo plurinominal n.º 1 (Aveiro) incluiam-se os drs. Belchior Cardoso da Costa, de Santa Maria da Feira, e Querubim do Vale Guimarães, e o coronel Gaspar Ferreira.

Ferreira Gomes, que pertenceu ao M.U.D. Juvenil, referiu (*Notícias de Ovar*, de 15 de Abril de 1999) que em Ovar muitos jovens fizeram parte dessa organização, entre os quais David de Almeida e Almor Viegas.

Aqui se faziam reuniões secretas com núcleos de empresas, tendo Ferreira Gomes «chegado a representar Ovar numa reunião efectuada no Porto com elementos do M.U.D. Juvenil dessa cidade. Um dia, por denúncia de alguém certamente, a Pide teve conhecimento do que se passava aqui em Ovar e apareceu na F. Ramada para prender os elementos do M.U.D. Juvenil que lá trabalhavam».

A Pide levou-os «a todos para a esquadra da PSP de Ovar, menos o Almor Viegas, que nessa altura não sei onde se encontrava. Passámos lá o dia todo e depois de cada um ter feito a sua declaração por escrito, mandaram-nos embora, à excepção do Sr. David de Almeida, que estivera preso no Porto cerca de um mês, se não estou em erro».

Desporto – Ginástica (23 de Abril de 1933), Ténis de Mesa (1933), Andebol (22 de Abril de 1934), Patinagem (15 de Julho de 1934) e Hóquei, Ovar na Volta a Portugal em Bicicleta (5 de Setembro de 1935-1984), Tiro aos pombos e aos pratos (24 de Maio de 1936), Hóquei em campo (24 de Dezembro de 1939), Parque Marques da Silva (25 de Dezembro de 1939) e Francisco Augusto Marques da Silva, Manuel Belo Correia Dias, o melhor marcador do Campeonato Nacional de futebol da 1.ª divisão (1941-1942)

No Parque da Oliveirinha funcionou, desde 23 de Abril de 1933, um curso infantil de ginástica da A.D.O. iniciado com 33 crianças, e do qual foi director e instrutor António Lúcio Pinto da Gama.

Em 1974, o G.A.V. mantinha oito classes de ginástica, com cerca de 250 praticantes.

Em 1933 disputou-se na sede da A.D.O., entre os seus sócios, um campeonato de ping-pong; em 1936 – outro, também entre sócios daquele clube, foi ganho por Raúl Neves.

O 1.º campeonato vareiro inter-colectividades de ping-pong teve lugar em 1955 com o concurso da A.D.O., a vencedora, Columbófila, Orfeão, JOC e Milodyovar. O 1.º campeonato individual de ping-pong, organizado pelo Café Progresso em 1957, foi ganho por Augusto Chaves.

1969

A 26 de Julho efectuaram-se em Ovar, na sede do orfeão (a secção desportiva, criada no Orfeão em 1968, procurou, com êxito, fomentar a prática do ténis-de-mesa), as finais da Taça de Portugal.

1971

O G.A.V. vence o Campeonato Distrital de Aveiro, no qual participaram três grupos de Ovar (A.D.O., Orfeão e a equipa vencedora), e o Orfeão vence o Campeonato Distrital de Júniores e o Campeonato Distrital de Juvenis.

1972

A 20 de Junho realizou-se, no pavilhão gimnodesportivo da A. D. O., o 2.º Campeonato Distrital de Aveiro, individual, em todas as classes, tendo sido vencedores, em infantis e em júniores, respectivamente, José Borges, do Orfeão de Ovar, e António Araújo, da A.D.O.

O Orfeão é novamente Campeão Distrital de Aveiro em júniores e juvenis.

Neste ano, Carlos Manuel da Silva Pardo de Oliveira, de Ovar, é classificado como o melhor árbitro do distrito de Aveiro, na modalidade.

1975

O Orfeão de Ovar vence, na categoria de séniores, através de Luís Filipe Meneses Lopes, o Campeonato Distrital disputado no ginásio do Beira-Mar, em Aveiro. A final foi disputada entre aquele Luís Filipe e seu pai José António Lopes, ambos do Orfeão de Ovar, vencedores das respectivas séries.

1976

Jorge Borges, da A.D.O., venceu o Campeonato Distrital individual de singulares-séniores.

Em Fevereiro, na Rua Cândido dos Reis, principiou a funcionar em Ovar a Associação de Ténis de Mesa de Aveiro, presidida por José Furtado de Castro.

José António Lopes, tendo à sua direita seu filho Luís Filipe Meneses Lopes.
Campeões do Distrito de Aveiro *em 1977.*

1977

O Orfeão de Ovar, através dos atletas José Lopes e António Araújo, vence o Campeonato Distrital de Pares. Igualmente vence o Campeonato Distrital por Equipas, enquanto Jorge Borges, da A.D.O., é Campeão Distrital individual.

1980

O Orfeão de Ovar venceu pela 3.ª vez o Campeonato Regional por Equipas, ascendendo à 1.ª Divisão Nacional.

A 22 de Abril de 1934, no Parque da Oliveirinha, realizou-se pela 1.ª vez em Ovar um jogo de andebol entre as categorias de honra do Boavista e do Estrela Vigorosa, clubes de cidade do Porto.

A 14 de Abril de 1957 o G.A.V., com equipa desde 1956, inaugurou o seu campo vencendo em andebol de sete a Associação Académica de Avanca.

Em 1960 o G.A.V. é Campeão Regional de Andebol de Sete, derrotando em Setembro o Beira-Mar, em Estarreja, por 14-8, com uma turma constituída por Alberto, Zé Manel, Serafim I, Augusto Chaves, João Natária, Zeferino, Vítor, Serafim II, Tóni e Neca. O G.A.V., que é novamente Campeão Regional de Aveiro em 1962, organiza em 1970 um campeonato popular.

Luís Filipe Rodrigues da Silva, que nasceu na Lapa, em Lisboa, a 15 de Fevereiro de 1960, sendo seus pais – Manuel da Conceição Silva e Maria do Céu Rodrigues Valente da Silva – naturais de Ovar, começou a actividade de andebol nesta cidade, em 1970, no liceu. Veio a ser *Campeão nacional de séniores* da 1.ª divisão, pelo Sporting, em 1979/1980 e 1981/1982, *vencedor da Taça de Portugal*, também pelo Sporting, na época de 1980/1981, e 36 vezes *internacional*.

A patinagem foi iniciada a 15 de Julho de 1934, num rinque cuja construção se ficou a dever aos irmãos Bonifácio – António, Bernardo, João e José – e a Manuel da Silva Bonifácio, Filho. Nesse ano a direcção da A.D.O. entregou a orientação da secção de patinagem a Rogério Augusto Mendes de Sousa, que foi quem a criou e manteve.

A 15 de Agosto de 1937 foi inaugurado o rinque de patinagem da praia do Furadouro, edificado nos terrenos da Assembleia pela comissão de turismo, tendo o grupo da A.D.O. constituído por Armando Castro, Eduardo Corte-Real, Rogério Sousa, Manuel Correia Dias e António Ramos, vencido a União Oliveirense.

A patinagem e o hóquei em patins tiveram nesta 1.ª fase uma vida breve, reaparecendo somente a 17 de Novembro de 1964 com a criação de nova secção de patinagem na A.D.O. tendo como presidente o engenheiro Arménio Augusto Gomes. Em 1963 os irmãos Borges – João, José e Manuel da Silva Borges – edificaram novo rinque no Parque da Oliveirinha, que em 1971 viria a ser destruído com as obras do pavilhão gimnodesportivo.

Em 1972 iniciaram-se as actividades da secção de patinagem da A.D.O., no pavilhão gimnodesportivo, tendo como chefe e monitor Artur Lima Azevedo, treinador experiente e incansável, a quem se ficou a dever o reaparecimento desta modalidade em Ovar. Viria a ser homenageado, a 4 de Maio de 1975, ao deixar a secção de que foi impulsionador.

A 16 de Março de 1973 a equipa de iniciados da A.D.O., constituída por Braga da Cruz, Artur Coelho, Jorge Teixeira, Jorge Borges e Fernando Alberto, venceu no pavilhão gimnodesportivo o Mealhada.

Em 1973 a A.D.O. é Campeão de Iniciados e, em 1974, Campeão de Infantis da Associação de Patinagem do Distrito de Aveiro.

A VI.ª Volta a Portugal (1935) teve em Ovar o fecho da etapa Porto-Ovar e o começar da etapa Ovar-Curia. No dia 5 de Setembro a prova contra-relógio, com a meta estabelecida na Praça da República, foi ganha por José Marques.

Uma das etapas da XIX.ª Volta a Portugal (1956), terminou na praia do Furadouro, onde a 30 de Agosto mais de 20.000 pessoas aplaudiram Alves Barbosa, a cortar a meta.

30/8/1956. A Volta a Portugal termina no Furadouro.

Na XXV.ª Volta a Portugal (1962) a etapa Vila Nova de Gaia-Furadouro (135 quilómetros), no dia 5 de Agosto, foi ganha por José Pacheco, do F. C. do Porto, ficando em 2.º lugar João Gomes, da A.D.O. A 3.ª etapa (*circuito do Furadouro*), com 9 quilómetros, teve como vencedores ex-aequo José Pacheco, do F. C. do Porto, e Lima Fernandes do Alpiarça. Em Ovar teve começo a etapa Ovar-Alpiarça.

A A.D.O. esteve presente na Volta a Portugal, da XXIII.ª (1960) à XXVIII.ª (1965), obtendo algumas classificações honrosas:

Voltas	**Classificação**	**Ciclistas ovarenses que terminaram as Voltas**
XXIII.ª (1960)	9.º	António Cândido, Joaquim Azeredo e Laurentino Mendes
XXIV.ª (1961)	10.º	António Cândido, João Gomes, Laurentino Mendes e Manuel Amorim

Voltas	Classificação	Ciclistas ovarenses que terminaram as Voltas
XXV.ª (1962)	6.º	António Cândido, António Oliveira, Jacinto Oliveira (venceu o circuito de Vila de Conde e a etapa seguinte) e João Gomes (venceu a etapa Covilhã-Vila Real).
XXVI.ª (1963)	5.º	António Cândido, José Vieira, Laurentino Mendes, Manuel Costa e Manuel Fontela.
XXVII.ª (1964)	3.º	João Borges, João Gomes, Joaquim Amorim, José Vieira, Laurentino Mendes, Manuel Costa, Manuel Ferreira e Manuel Fontela.
XXVIII.ª (1965)	4.º	Carlos Santos, Fernando Mendes, João Gomes, Joaquim Andrade, José Vieira, Laurentino Mendes e Manuel Ferreira

Equipa da A.D.O. (1964).
In*:* Notícias de Ovar*, de 3/9/1964*

A 31 de Agosto de 1964 foi prestada grandiosa manifestação à equipa ovarense classificada em 3.º lugar na XXVII.ª Volta a Portugal. Aguardada no jardim da Estação por grande multidão e por várias colectividades, a caravana da A.D.O. seguiu em cortejo para o Parque Marques da Silva onde lhe foram dadas as boas-vindas. Neste ano era director da secção de ciclismo da Ovarense o cidadão Bernardino Silva e treinador Sousa Santos.

A Associação Desportiva Ovarense esteve ainda presente na Volta a Portugal de 1981 a 1984.

Na XLVI.ª (1984), a A.D.O./Herculano classificou-se, também, em 3.º lugar, tendo o seu corredor Manuel Cunha conquistado o 2.º lugar da *geral* e vencido o Prémio da Montanha.

Equipa da Ovarense/Herculano que participou na 46.ª Volta a Portugal (1984)
Da esquerda para a direita: Manuel Augusto Gomes, Manuel Neves, Manuel Cunha, Fernando Mendes (técnico), António Pinto, António Alves, Manuel Gomes e Belmiro Silva. Falta na foto João Paulo.
In: João Semana, *de 15/9/1984*

Belmiro Silva, da freguesia de Válega, incluído na equipa de Coimbrões-Arbo, venceu a XL.ª (1978) Volta a Portugal em bicicleta.

Na LV.ª Volta a Portugal, Carlos Pinho, de Válega, foi o 1.º no Prémio da Montanha.

Em Ovar, – por detrás da cadeia, na Quinta do dr. Pedro Chaves em S. Miguel e, mais tarde, no campo de Jogos da A.D.O. –, e na praia do Furadouro, na época dos banhos, – na Avenida Tomás Ribeiro e num campo defronte ao *chalet* Pereira Dias –, organizaram-se durante muitos anos vários torneios de tiro aos pombos.

O dr. Ferreira Capa, campeão da Europa, foi um dos vencedores dum torneio de tiro aos pombos levado a cabo, em 1961, na praia do Furadouro. No dia 24 de Maio de 1936, promovido pela A.D.O., realizou-se o 1.º torneio de tiro aos pratos, no Parque da Oliveirinha; o 2.º efectuou-se a 28 de Junho do mesmo ano.

Belmiro Silva, vencedor da Volta a Portugal em 1978.
In: Notícias de Ovar, *de 7/9/1978*

De 1966 a 1971, disputou-se na praia do Furadouro, em *stand* improvisado na rotunda da Avenida Infante D. Henrique, o *grande prémio de tiro aos pratos*, promovido pela comissão das procissões quaresmais.

Datas e vencedores do grande prémio

21/8/1966	Fonseca Neto
6/8/1967	José Carvalho
11/8/1968	Dr. Armando da Silva Marques (Medalha de Prata nos Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976)
17/8/1969	Guy Valle Flor
2/8/1970	Eduardo Jordão
27/6/1971	Dr. Antunes de Azevedo

No dia 24 de Dezembro de 1939, no Parque Marques da Silva, decorreu, pela 1.ª vez em Ovar, um desafio de *hóquei em campo* entre o Leixões Sport Club e o Vilanovense Foot-Ball Club.

No XVIII.º aniversário da A.D.O., a 25 de Dezembro de 1939, o Parque da Oliveirinha passou a denominar-se *Parque Marques da Silva*, homenageando-se o grande benemérito do clube, a quem se deve a aquisição e construção do parque.

A 20 de Setembro de 1954, teve lugar a inauguração *oficial* das novas instalações do parque de jogos da A.D.O., prestando-se uma grande homenagem a Francisco Augusto Marques da Silva, com o descerramento do seu busto em bronze, da autoria da escultora Lúcia Maia, natural de Ovar, pelo Presidente da Câmara Municipal dr. José Eduardo de Sousa Lamy, e um jogo entre a A.D.O. e o Benfica, então treinado por Otto Glória e tendo como capitão Francisco Caiado.

Ladeiam o busto de Marques da Silva, António Coentro de Pinho, Francisco Caiado e Otto Glória. In: Reis *de 1995*

Francisco Augusto Marques da Silva nasceu em Ovar, a 25 de Junho de 1881, filho de António Marques da Silva e de Rosa Duarte, e casou com Georgina do Carmo Vieira Gomes (Moimenta da Beira, 1893 - Ovar, 1990, com 97 anos).

Presidiu no Rio de Janeiro ao Club de Regatas Vasco da Gama, cujo estádio ajudou a construir, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ovar (23 de Dezembro de 1928), e presidente da comissão administrativa da A.D.O. (1929-1934). Tendo-se afastado deste último cargo, por motivos de saúde, foi eleito *presidente honorário* (10 de Dezembro de 1934).

Francisco Marques da Silva. 1881-1959

Veio a falecer na Rua Visconde de Ovar, a 8 de Fevereiro de 1959, com 77 anos.

Comerciante, grande jogador de futebol, Manuel Belo Correia Dias, o Neca, nasceu na Rua Cândido dos Reis, a 24 de Março de 1919, filho de Joaquim Correia Dias e de Amélia da Silva Natária Dias, tendo casado (1947) com Maria Gonçalina Dias Nunes Branco.

Começou a jogar no Aliança Foot-Ball Club e depois no A.D.O. (desde 1935/1936), donde se transferiu, na época de 1938/1939, para o F. C. do Porto. Deixou este clube em 1948/1949, regressando à Ovarense onde jogou até final da época de 1954.

Não obstante o seu peso – mais de 100 quilos – foi um jogador de grande habilidade, de corrida veloz e com facilidade para *romper* as defesas contrárias. Dado o seu pontapé forte era conhecido pelo *tanque* ou *carro de assalto*, tendo sido o melhor marcador do Campeonato Nacional, em 1941/1942, com 36 golos, e ficando em 2.º lugar, em 1945/1946, atrás de Fernando Peyroteo.

«Este homem corpulento era, tanto em campo como fora dele, um cavalheiro. Atleta corpulento, maciço, possuía uma impensável agilidade e ficaria, para a história do clube (*F. C. do Porto*) e do futebol português, como um dos mais eficazes avançados centros de sempre» (ÁLVARO MAGALHÃES & MANUEL DINIS, *F. C. Porto. 100 anos de história. 1893-1993*).

Este célebre avançado-centro do F. C. Porto marcou, a 6 de Maio de 1948, no Estádio do Lima, um dos golos do seu clube quando do memorável jogo contra o Arsenal, de Londres, que foi derrotado por 3-2.

Faleceu com 67 anos, a 7 de Março de 1987, tendo-lhe a Câmara concedido, a título póstumo, a 10 de Março desse ano, a Medalha Municipal.

Manuel Belo Correia Dias. 1919-1987

Os Serviços Municipalizados de Electricidade (5 de Dezembro de 1933)

A 8 de Setembro de 1927 deliberou a Comissão Administrativa da Câmara, da presidência de António Valente de Almeida, municipalizar o fornecimento de energia eléctrica no concelho, o que tornou indispensável a aquisição à Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar da sua central eléctrica, da rede de transmissões de energia, dos maquinismos e de todos os bens móveis e imóveis de que a mesma era proprietária, fazendo-se o resgate da concessão que lhe fora outorgada pelo contrato celebrado com a Câmara em 25 de Setembro de 1912.

Na sessão ordinária de 10 de Novembro de 1927, o Presidente António Valente de Almeida informou que tinha levado aquela deliberação ao conhecimento da Companhia e que esta pretendia da Câmara «pagarem-se as suas acções vendidas até ao ano dezanove pelo seu valor nominal multiplicado por seis e pagar-se a cada acção posteriormente a essa data vendida o seu simples valor nominal»; a totalidade desses valores, com a bonificação pretendida, ascendia a 221.425$00. O Presidente acrescentou que julgava a proposta aceitável, resolvendo a Comissão Administrativa aprová-la.

Na sessão de 25 de Outubro de 1928, o vice-presidente Afonso José Martins Júnior apresentou uma proposta, que foi aprovada por unanimidade, para se rescindir o contrato com a Companhia, isto é, resgatar a concessão feita pelo contrato de 25 de Setembro de 1912; para se fazer a rescisão o mais urgentemente possível, acautelados os interesses municipais, e para se municipalizar o serviço de fornecimento de energia eléctrica para iluminação pública e particular e para usos industriais no concelho.

Em 1929, a Comissão Administrativa pediu autorização ao governo para contrair um empréstimo de 600.000$00, na Caixa Geral de Depósitos, destinado à municipalização dos serviços de fornecimento de energia eléctrica para iluminação e usos industriais no concelho.

Na sessão ordinária de 25 de Setembro de 1930, o vogal José Augusto Pinto do Amaral atacou a Companhia, declarando que esta vinha desde há bastantes anos vivendo de um regime de favor da Câmara; que a elevação de preços que lhe fora autorizada a particulares era hoje considerada exagerada; que a energia eléctrica fornecida não correspondia também à energia contratada; que a Companhia, certamente por se aproximar o termo do prazo da concessão, não cuidava a sério da reparação conveniente das suas máquinas, de forma que não só não cumpria o contrato nas condições estipuladas para o fornecimento da luz eléctrica e particular, mas muito menos podia fornecer energia para fins industriais,

A crítica era imerecida. A Companhia, que tinha iluminado Ovar antes de Aveiro e de outras terras importantes, era uma benemérita de Ovar, nunca tendo distribuído um centavo de dividendos.

Na sessão de 23 de Outubro, ainda de 1930, por proposta do mesmo vogal Pinto do Amaral, deliberou-se municipalizar o fornecimento de energia eléctrica a Ovar e concelho e contrair um empréstimo até à importância de 600.000$00, ao juro máximo de 9%, amortizável em 15 anos, por intermédio da Misericórdia de Ovar ou de qualquer estabelecimento público.

Em Agosto de 1931 a, então, vila de Ovar principiou a ser fornecida de energia

pela União Eléctrica Portuguesa (Lindoso), e não por maquinismos da Companhia. E a 3 de Novembro desse ano foi lavrada escritura de rescisão de contrato entre a Câmara e a Companhia, rescisão que só produzia os seus efeitos depois do termo do contrato em 5 de Novembro de 1932.

Na sessão de 22 de Outubro de 1932 a Câmara autorizou a Companhia a fornecer luz a Ovar depois do termo do contrato, por seis meses; na sessão de 6 de Maio de 1933 deliberou aceitar a cedência ou venda que a Companhia resolveu fazer à Câmara de todos os seus haveres ou bens móveis e imóveis pela quantia de 190.000$00; na sessão de 29 de Julho, ainda de 1933, deliberou aceitar, por unanimidade, a aquisição por aquele preço dos referidos bens móveis e imóveis, dado se tornarem necessários ao desempenho dos serviços municipalizados de electrificação do concelho, dando a Companhia a luz por sua conta até ao fim desse ano.

Finalmente, por *escritura de 5 de Dezembro de 1933*, lavrada pelo notário privativo da Câmara, contra a vontade de alguns ovarenses, celebrou-se o contrato de compra entre a Câmara e a Companhia, relativamente aos bens desta. A 30 de Outubro desse ano, tinha sido assinado em Lisboa o contrato de empréstimo da Câmara, na Caixa Geral de Depósitos e no montante de 500.000$00, destinado à municipalização dos serviços de electricidade no concelho, mau grado haver em Ovar uma corrente contra o empréstimo.

Da 1.ª deliberação camarária respeitante à municipalização, de 8 de Setembro de 1927, à data da escritura do contrato de compra e venda, mediaram mais de 6 anos!

Em Abril de 1934 foi votada em assembleia geral, por unanimidade, a dissolução e liquidação da Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar, nomeando-se uma comissão liquidatária composta dos ex-directores António Duarte da Silva, António da Silva Brandão e Francisco de Matos. Por escritura de 6 de Outubro desse ano, lavrada nas notas do notário de Ovar dr. António Gonçalves Santiago, foi dissolvida esta sociedade comercial.

No 1.º relatório da gerência dos *Serviços Municipalizados de Electricidade*, do ano económico de 1933-1934, iniciado a 5 de Dezembro de 1933 e terminado a 31 de Junho de 1934, salienta-se que os imóveis da Companhia foram adquiridos por 75.000$00 – edifício e propriedades –; que a rede se achava em condições bastante precárias, sendo necessárias reparações urgentes e a sua ampliação, reconhecida a insuficiente extensão para uma povoação tão importante como Ovar; que o péssimo estado da rede ocasionava perdas de energia, que se traduziam num avultado prejuízo – 1/5 parte da energia paga à U.E.P. escoava-se em fugas!

No ano económico de 1 de Julho de 1934 a 31 de Dezembro de 1935 foi beneficiada a iluminação de Ovar, instalando-se na Praça da República, nos Largos dr. Soares Pinto, Cinco de Outubro, Combatentes da Grande Guerra, Alexandre de Sá Pinto, Serpa Pinto, Miguel Bombarda, Primeiro de Dezembro, e nas Ruas dr. Manuel Arala e Elias Garcia, 72 candeeiros de ferro fundido, com ligações subterrâneas para 91 globos.

Foi em Julho de 1934 que se principiaram a erguer postes metálicos com globos de vidro, com instalação subterrânea, nas praças e largos de Ovar. A estreia deste novo processo de iluminação verificou-se a 15 de Julho desse ano, na Praça da República

e largos de Cinco de Outubro e do Chafariz, com o concurso das bandas de música ovarenses.

À data da municipalização, a 5 de Dezembro de 1933, a Companhia tinha 645 consumidores em Ovar.

***Consumidores* de energia eléctrica**

Anos	Freguesia de Ovar	Concelho de Ovar
1935	903	–
1940	1.043	1.846
1950	2.087	4.246
1960	3.159	7.082
1970	5.041	10.904

Em 1965 as principais ruas e largo de Ovar foram ornamentados na quadra de Natal; e, em 1971, ascendiam a 61 as montras, fachadas e anúncios luminosos em Ovar.

***Directores dos Serviços Municipalizados*:**

1. *Francisco de Oliveira Belo* (1934-1951)

A Comissão Administrativa dos Serviços Municipalizados contratou-o para seu director na sessão de 9 de Fevereiro de 1934, o que a Câmara sancionou na sua sessão de 17 desse mês, assinando-se o contrato respectivo a 1 de Março.

2. *Carlos de Sousa Nunes da Silva* (1952-1959)

O conselho de administração dos Serviços Municipalizados, composto dos cidadãos António Coentro de Pinho, Antero Ferreira Malaquias e Firmino Pereira Carvalho, considerando que as funções que exercia o chefe dos serviços administrativos passavam a ser desempenhadas pelo director-delegado, deliberou, por unanimidade, promover e nomear a *director-delegado*, a partir de 2 de Janeiro de 1952, o chefe dos serviços administrativos Carlos de Sousa Nunes da Silva.

Perseguições aos democráticos e comunistas (1933-1949). O Partido Comunista na clandestinidade (1940/1943-1946/1947). Perseguições políticas em Ovar (1828-1949)

No Estado Novo, no período negro do *terror* que decorre de 1933 a 1949, foram presos ovarenses – geralmente rotulados de inimigos da Pátria e da Ordem, de agentes a soldo do comunismo – de diversas tendências políticas – comunistas, democráticos, liberais, socialistas – pela *polícia política* (a espionagem interna, a *Santa Inquisição de Salazar*, primitivamente denominada Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado

– P.V.D.E. –, desde 1945 Polícia Internacional e de Defesa do Estado – P.I.D.E. –, e, desde 1969, Direcção-Geral de Segurança – D.G.S. –, foi extinta pelo decreto-lei n.º 171/74, de 25 de Abril de 1974. Com os seus informadores-denunciantes, que usavam pseudónimos, estabeleceu um regime de terror, com os seus *safanões a tempo*, arruinando inúmeras vidas. Na Primeira República existira a Polícia de Segurança do Estado, a que o povo denominava humoristicamente *Segurança do Tacho*), que teve em Ovar a ajuda e colaboração de *informadores* pagos, seus «verdadeiros olhos e ouvidos» e que correspondiam «exactamente aos sinistros e temidos *familiares da Inquisição*» (JOSÉ DIAS COELHO, *A resistência em Portugal*).

Muitos dos políticos ovarenses presos, alegaram que sofreram exílios forçados, ficando privados do convívio das suas famílias e cortados de todos os contactos com os amigos; demissões compulsivas de lugares públicos (alguns ovarenses que assinaram as listas de adesão às reivindicações do M.U.D. em 1945, foram perseguidos e vítimas de discriminações nos cargos públicos e nas promoções); medidas de segurança que faziam com que vivessem na incerteza quanto à duração da sua prisão; agravos, espancamentos, torturas e vexames.

Entre outros (dada a falta de notícias, aquando das prisões, é praticamente impossível calcular o número de perseguidos), que pagaram «com a sua liberdade a coragem de se oporem à ditadura fascista» (JOSÉ DIAS COELHO), foram presos os seguintes cidadãos naturais de Ovar ou aqui residentes:

– *Almor Viegas Pires*

Empregado de escritório, acusado de fazer parte do 2.º comité local do P.C.P., foi preso em Abril de 1947, julgado a 26 de Fevereiro de 1951, e condenado pelos tribunais plenários, os *prostibulários* de Aquilino Ribeiro, a 6 meses de prisão.

Veio a ser candidato a deputado pela oposição democrática, no distrito de Aveiro, nas eleições de 1969.

– *Álvaro de Sousa*

Electricista dos S.M.E. condenado em 18 meses.

– *Anselmo Lopes*

Cerâmico.

– *António Correia Lopes*

Propagandista publicitário acusado de ter pertencido ao 2.º comité local do P.C.P., foi preso em Abril de 1947, julgado a 26 de Fevereiro de 1951, e condenado em 10 meses de prisão.

– *António Gomes da Costa*

Corticeiro, condenado em 6 meses.

– *Artur Oliveira Lutes*

Marceneiro.

– *Augusto Aragão dos Santos*

Empregado de escritório acusado de ter pertencido ao 2.º comité local do P.C.P., foi preso em Abril de 1947, julgado a 26 de Fevereiro de 1951, e condenado em 6 meses de prisão.

– *David Moreira de Almeida*

Professor, contabilista e empregado de escritório, nasceu em Gulpilhares, Vila

Nova de Gaia, a 20 de Fevereiro de 1921, filho de José de Almeida e de Maria Moreira da Costa, casou (1944) com Maria Fernanda de Vasconcelos Ribeiro de Almeida, natural de Santo Ildefonso, Porto, e faleceu a 21 de Junho de 1993, com 72 anos.

Da *oposição* ao Estado Novo, esteve preso e, a 25 de Janeiro de 1949, discursou na sessão de propaganda do general Norton de Matos efectuada no cine-teatro de Ovar.

Foi presidente da direcção (1953/4 e 1959) e da assembleia geral (1976) da A.D.O., do Rotary Clube de Ovar (1967/68), e da Comissão Administrativa da Misericórdia (27 de Agosto de 1974-1977).

David Moreira de Almeida.
1921-1993

Primeiro presidente da Sem Margem - Cooperativa Cultural de Ovar (25 de Abril de 1982), foi um dos fundadores do *Terras do Var* (25 de Fevereiro de 1983). Eleito vereador pela A.P.U., nas eleições para as autarquias locais, de 12 de Dezembro de 1982, presidiu nessa qualidade à primeira Comissão Municipal de Turismo de Ovar (9 de Março de 1983, a 15 de Fevereiro de 1984).

- Francisco Caniça

Electricista dos S.M.E., condenado em 18 meses.

- Francisco de Oliveira Manarte

Marceneiro, acusado de pertencer ao 1.º comité local do P.C.P., foi preso a 7 de Dezembro de 1943, julgado e condenado a 20 meses de prisão.

- Francisco Vieira

Cerâmico.

- Jaime Lopes

Alferes reformado.

- João Clemente

Ferroviário.

- João Maria Salvador

Comerciante, esteve preso no Porto às ordens da P.I.D.E.

- João da Silva Campelo

Natural de Oliveira de Azeméis, foi acusado de ter tomado parte, embora não exercendo uma acção pronunciada, na revolta de dois navios de guerra portugueses – o aviso Afonso de Albuquerque e o contratorpedeiro Dão –, que no dia 8 de Setembro de 1936 tentaram sair da barra do Tejo e dirigir-se para o porto de Málaga, em Espanha.

A P.V.D.E. foi encarregada de apurar as responsabilidades de cada um dos implicados na *revolta dos marinheiros*. Condenado no tribunal militar especial de Santa Clara, por sentença de 13 de Outubro de 1936, em 4 anos de prisão maior celular seguidos de 8 anos de degredo, ou em alternativa na de 16 anos de degredo em possessões de 2.ª classe. João da Silva Campelo achava-se em 1946 detido no campo de concentração da *Morte Lenta*, no Tarrafal (Cabo Verde), onde esteve 7 dias internado

na *frigideira* (Cândido de Oliveira, *Tarrafal – o pântano da morte*; e Manuel Francisco Rodrigues, *Tarrafal – o diário da B-5*).

– Joaquim Amorim Gomes

Corticeiro, condenado em 6 meses.

– José de Almeida Filipe

Marceneiro, acusado de pertencer ao 2.º comité local do P.C.P. foi preso em Abril de 1947, julgado a 26 de Fevereiro de 1951, e condenado em 8 meses de prisão.

– Dr. José Macedo Fragateiro

Impedido de leccionar, por despacho do Conselho de Ministros que considerou as suas actividades subversivas, veio a ser preso e enviado, após humilhações sofridas em Portel e Évora, para a Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, aos cuidados da P.I.D.E., que lhe infligiu os costumados tratos.

Permaneceu, depois, alguns meses em Caxias, até ser julgado e absolvido no tribunal plenário da acusação de incitamento do povo à revolta.

– José Plácido Ramos

– José Teixeira de Pinho

Industrial de sapataria.

– Manuel Coentro Alves Cerqueira

– Manuel da Costa

Tanoeiro.

– Manuel Dias Nunes Branco

Esteve preso nas masmorras da P.I.D.E., no Porto.

– Manuel Ferreira Amador

Pintor da construção civil.

– Eng.º Manuel António Godinho de Almeida

O eng.º Manuel Godinho nasceu, a 14 de Agosto de 1898, no lugar do Seixo, da freguesia de Válega, filho de António Godinho de Almeida e de Albina de Jesus Lopes Godinho, casou com Maria Angelina de Jesus Horta Leite Godinho de Almeida, tendo falecido, a 24 de Outubro de 1969, em Lisboa, com 70 anos.

Licenciado em Matemática (1920) e, depois, em Engenharia Civil (1923) pela Universidade do Porto, foi um dos fundadores da Sociedade de Engenharia OPCA.

A sua actividade foi interrompida pela prisão, por motivos políticos, durante 9 meses no Aljube do Porto e no forte de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo, tendo sido libertado sem julgamento.

– Manuel Gomes Cascarejo

Marítimo, acusado de estar implicado na tentativa da greve geral revolucionária, foi condenado, a 5 de Fevereiro de 1934, em 10 anos de degredo em possessões de 2.ª classe, tendo estado preso na fortaleza de S. João Baptista, a *Fortaleza da Morte*, em Angra do Heroísmo (capitão Fernando Queiroga, *Portugal oprimido*).

Na mesma data, no julgamento do presídio da Trafaria, e ainda relacionado com os distúrbios e atentados de Xabregas, foi absolvido o marítimo ovarense José Maria Rocha Vieira. Era acusado, bem como Manuel Gomes Cascarejo, de ter tomado parte naqueles acontecimentos e de receber a senha e contra-senha do movimento (*Diário da Manhã*, de 6 de Fevereiro de 1934).

– *Manuel Maria de Jesus*

Motorista de praça, acusado de pertencer ao 1.º comité local do P.C.P., foi preso em 7 de Dezembro de 1943 e condenado em 20 meses de prisão.

– *Manuel Maria Oliveira Rocha*

Pintor da construção civil, acusado de pertencer ao 1.º comité local do P.C.P., foi preso a 7 de Dezembro de 1943 e condenado em 20 meses de prisão.

– *Manuel Maria da Silva Figueiredo*

Sapateiro, acusado de pertencer ao 2.º comité local do P.C.P., foi preso em Abril de 1947, julgado a 26 de Fevereiro de 1951, sendo condenado em 6 meses de prisão.

– *Manuel Valente Nunes*

Cerâmico, condenado em 6 meses.

– *Moisés Ferreira Lamarão*

Empregado da Câmara Municipal, Moisés Lamarão, filho de Manuel Ferreira Lamarão e de Maria José de Oliveira, nasceu na freguesia de Ovar, a 23 de Dezembro de 1911, onde faleceu, na Rua Júlio Dinis, a 14 de Junho de 1979.

Comunista desde 1929, esteve preso de 1936 a 1940 no forte de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo. Naquele ano de 1936 esteve também no Aljube, em Lisboa, e em Peniche.

A 7 de Dezembro de 1943, acusado de pertencer ao 1.º comité local do P.C.P., foi arrancado da cama do hospital de Ovar, onde se encontrava internado, e foi julgado e condenado a 4 anos de prisão.

Moisés Lamarão.
1911-1979

As torturas, as sevícias e as masmorras inquisitoriais da P.I.D.E., contudo, não desvertebraram este cidadão, nunca lhe tendo passado pelo espírito a mais pequena dúvida sobre a justeza das suas convicções.

– *Rogério Augusto Mendes de Sousa*

Funcionário da agência de Ovar da Caixa Geral de Depósitos.

Em 1919 surgiu a *Federação Maximalista Portuguesa* (o nome advém da tradução literal da palavra russa *bolchevique*, maioritário) que em 1921 passou a denominar-se *Partido Comunista Português*, partido que teve o seu 1.º congresso em Lisboa, a 10 de Novembro de 1923. A 13 de Setembro de 1919, no 2.º congresso nacional operário, aparecera a C.G.T. (Confederação Geral do Trabalho), que em 1924 «por maioria esmagadora (104 em 115 sindicados) iria votar a sua filiação na Internacional anarquista» (OLIVEIRA MARQUES).

O partido comunista, suplantado entre os operários pelos anarquistas, nunca desempenhou na Primeira República um papel importante e com o Estado Novo passou à clandestinidade (os partidos políticos e associações secretas foram proibidos em 1935. A fundação do *Avante* data de 1931), tornando-se a única organização partidária sólida e estruturada, o único grande partido político anti-salazarista.

Só em 1929, segundo o dr. ÁLVARO CUNHAL (*A verdade e a mentira na Revolução*

de Abril, 1999), «com Bento Gonçalves e a reorganização então iniciada, o PCP começou verdadeiramente a sua actividade clandestina». E «a partir da reorganização em 1941-1942, o PCP tornou-se, até ao 25 de Abril, um grande partido nacional, a principal força da Resistência».

O dr. Álvaro Cunhal (*Rumo à vitória*, 1964), afirmaria que «a acusação de *comunistas* é hoje (1964) feita a todos os que se opõem consequentemente à ditadura».

Em Ovar, o *primeiro comité local do P.C.P.* foi fundado em 1940 e preso em 7 de Dezembro de 1943; julgado e condenado continuou preso até 1945, data em que uma amnistia *post*-guerra o veio soltar. A prisão foi cumprida de 1943 a 1945 nas cadeias da P.I.D.E., no Porto, e na cadeia de Ovar.

O *segundo comité local do P.C.P.* foi organizado em 1946 e preso em Abril de 1947, vindo a ser julgado em 26 de Fevereiro de 1951. A prisão foi cumprida nas cadeias da P.I.D.E., no Porto, e no forte de Peniche.

A influência do P.C.P. em Ovar foi reduzidíssima, com poucas raízes, limitadíssima acção e poucos militantes.

Em 1872 o ourives de pratas ovarense José Lopes Fartura, que nasceu na Rua do Areal das Ribas, a 26 de Julho de 1840, filho de José Lopes Fartura e de Teresa de Jesus Pouças, e faleceu na Ribeira, a 28 de Setembro de 1918, escreveu *O comunismo como deveria sê-lo ou nova reforma social* – opúsculo romântico ao alcance de todas as inteligências.

Desde a Revolução de 1820, verificaram-se em Ovar os seguintes períodos de grande repressão política:

Anos	Perseguidos	Perseguidores	Número aproximado de cidadãos presos ou emigrados
1828-1834	Liberais	*caceteiros* miguelistas	31
1911	Monárquicos	democráticos	31
1918	Democráticos	sidonistas	6
1919	Monárquicos	democráticos	38
1933-1949	Democráticos e comunistas	*torcionários* da P.I.D.E.	32
Total			**130**

A organização corporativa no concelho. Sindicatos, Grémios e Casas do Povo

Na freguesia de Esmoriz, com estatutos aprovados por alvará a 13 de Julho de 1934 (e remodelados por outro a 14 de Setembro de 1967), foi localizada a sede do *Sindicato nacional dos operários tanoeiros e ofícios correlativos do distrito de Aveiro*, tendo por finalidade o estudo e a defesa, nos seus aspectos moral, económico e social,

dos interesses profissionais dos indivíduos que no distrito de Aveiro e nos de Coimbra, Viseu e Guarda, exercessem a profissão de oficial tanoeiro, tanoeiro e serrador mecânico.

A 23 de Abril de 1937 foi fundado em Cortegaça o *Sindicato dos operários cordoeiros, capacheiros e ofícios correlativos do distrito de Aveiro*, que teve estatuto aprovado por alvará de 30 de Maio desse ano.

Os sindicatos nunca tiverem grande representatividade, tendo sido sempre manipulados pelas forças políticas (sindicalização obrigatória, enquadramento dos trabalhadores).

Ovar teve no Estado Novo um *Grémio da Lavoura* cuja acção se limitou a fornecer aos lavradores os produtos necessários à indústria agrícola, funcionando como regulador de preços.

No dia 23 de Junho de 1956 reuniram-se em Ovar as direcções de todos os grémios de lavoura da província da Beira Litoral, sendo recebidas na Câmara, em nome do Presidente dr. José Eduardo de Sousa Lamy, pelo dr. Manuel Tarújo de Almeida.

O Grémio da Lavoura, que segundo a maioria dos lavradores ovarenses nunca lhes prestou a devida assistência técnica, transformado numa casa de comércio, servindo para arrancar contribuições, foi extinto a 30 de Junho de 1975 (o decreto-lei n.º 482/74, de 25 de Setembro, extinguiu os grémios da lavoura), quando era presidente, desde 30 de Dezembro de 1950, o dr. Acácio de Oliveira Valente (de 22 de Janeiro de 1948, como presidente duma comissão administrativo e num momento em que o grémio apresentava uma situação deficitária e quase de descalabro, dirigiu-o Manuel de Oliveira Muge).

Após a sua extinção, com o *25 de Abril* de 1974, foi criada, em sua substituição, a 6 de Janeiro de 1977, a *Cooperativa agrícola do concelho de Ovar.*

Teve a sua sede em Ovar, na Rua dr. Manuel Arala, 83, o *Grémio do comércio dos concelhos de Ovar e de S. João da Madeira*, com alvarás de 21 de Junho de 1943 e de 4 de Fevereiro de 1953.

No dia 25 de Maio de 1963, efectuou-se, no salão nobre da Câmara Municipal, sob a presidência do Governador Civil do distrito dr. Manuel Lousada, a celebração do contrato colectivo de trabalho entre os grémios do comércio dos concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira, Vale de Cambra e Vila da Feira e o Sindicato Nacional dos empregados de escritório e caixeiros do distrito de Aveiro,

Foram presidentes do Grémio do Comércio: Amadeu da Cunha Serralheiro, Firmido Pereira de Carvalho e dr. José Eugénio Soares Vinagre.

A 26 de Fevereiro de 1970 o ovarense Telmo Henrique de Carvalho e Silva, Presidente da direcção da União dos Grémios dos Comerciantes do Porto, foi condecorado pelo Ministro das Corporações e Previdência Social e Saúde e Assistência, dr. Baltazar Rebelo de Sousa, com a Medalha de Mérito Corporativo.

O Grémio do Comércio, após o *25 de Abril* de 1974, passou a denominar-se *Associação Comercial de Ovar e de S. João da Madeira.*

Em 1973, foram aprovados os estatutos da constituição da *Casa do Povo de S. Vicente*, a 1.ª do concelho de Ovar, e criada a *Casa do Povo de Válega.*

Ainda neste ano, o alvará de 13 de Setembro, aprovou os estatutos da *Casa do Povo de Ovar*, abrangendo as freguesias de Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda e Ovar. A 27 de Novembro de 1982, o Ministro da Administração Interna, eng.º Ângelo Correia, inaugurou a *Casa do Povo de Esmoriz*, na Casa da Junta.

Localizada a Casa do Povo de Ovar, provisoriamente, junto do átrio da Câmara, a 25 de Fevereiro de 1981 foi adquirido, para sua sede, por 2.900.000$00, a Maria Helena Araújo de Oliveira Cardoso e a Maria Amélia de Carvalho Cardoso dos Santos Alves, a casa das senhoras Antero, imóvel situado no Largo dos Bombeiros Voluntários do Ovar, junto ao Cruzeiro de Santo António. Após terem terminado as obras de adaptação (15 de Janeiro de 1982), fez-se imediatamente a transferência.

Foram seus presidentes:

– *Artur Lima Azevedo* (1973-1977)

Natural (1938) de Arcos de Valdevez, mas residente em Ovar desde 1956, onde casou com Rosa Helena Soares dos Santos Resende.

– *José Valente Compadre* (1977-1990)

Filho de José Valente Compadre e de Margarida Pereira, nasceu em Ovar, a 7 de Setembro de 1917, tendo casado com Guilhermina Borges Valente, de Carrazedo de Montenegro, Valpaços, e tendo falecido a 24 de Fevereiro de 1998, com 80 anos.

Foi Presidente da Sociedade Musical Boa União (*Música Nova*), desde 1960, e da Casa do Povo de Ovar (1977-1990). A 30 de Dezembro de 1987, constituída a Antena Vareira – Cooperativa Cultural e Recreativa, C.R.L., com sede na Casa do Povo de Ovar, foi presidente da sua direcção.

José Valente Compadre. 1917-1998

Filhos do casal José/Guilhermina: Ana Maria Borges Valente da Cruz, que casou com o eng.º Argemiro da Cruz; Guilherme José Borges Valente; e Margarida Borges Valente de Oliveira, que casou com o dr. Daniel José de Oliveira (*Malícia*).

Desde Setembro de 1986, a Associação Cultural e Radiofónica Atlântico fez emissões de rádio a partir da Casa do Povo de Ovar. A 30 de Dezembro de 1987, foi constituída a *Antena Vareira* – Cooperativa Cultural e Recreativa, C.R.L., com sede na Casa do Povo de Ovar, tendo como presidente da direcção José Valente Compadre e presidente da assembleia geral o dr. Fernando Raimundo Rodrigues, com a finalidade de promover a criação de uma estação de rádio local (a 21 de Abril de 1989, foi atribuído o alvará correspondente à rádio local Cooperativa *Antena Vareira*, C.R.L.).

A Casa dos Pescadores do distrito de Aveiro teve uma delegação com um médico, o dr. Afonso Ferreira Martins; em fins de 1951, ampliou o seu serviço com um posto de enfermagem privativa para os associados e pessoas do seu agregado familiar, trans-

Casa das Senhoras Antero, no Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar.

ferindo as suas instalações para um prédio do Largo Cinco de Outubro; a 25 de Março de 1962 foi inaugurado, no Alto Saboga, pelo Ministro das Corporações e Previdência Social, professor dr. Gonçalves Proença, o *centro social da casa dos pescadores.*

Colégio Liceu de Ovar (12 de Outubro de 1934), depois Colégio Júlio Dinis

Em Outubro de 1930 surgiu o *Instituto Ovarense*, na casa que fora do dr. Joaquim Soares Pinto, que só teve vida durante um ano lectivo.

Em Agosto de 1934 nasceu o *Colégio Liceu de Ovar* que abriu as suas portas a 12 de Outubro desse ano, nas casas do Folha, à entrada do Casal, por detrás de Santo António, e no ano seguinte transitou para o prédio em frente à estação dos caminhos--de-ferro.

Edifício, no Largo Serpa Pinto, onde funcionou o Colégio Júlio Dinis, de 1935 a 1962.

Por escritura de 9 de Maio de 1939, o colégio, já então denominado *Colégio Júlio Dinis*, era dirigido pelo dr. Ricardo Martins da Silva Araújo, Clara de Oliveira Miranda de Almeida Medeiros, viúva do dr. Lourenço de Almeida Medeiros, padre Manuel Ferreira Torres e dr. Querubim Guimarães. Em 1944 passou o colégio somente para as mãos do dr. Ricardo Araújo, e, em 1950, em virtude deste ter abandonado as funções de director, ficou a ser dirigido pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy e padre Manuel José Ferreira Torres. Em 1953 a sua direcção estava confiada ao dr. José Eduardo de Sousa Lamy, dr.ª Esmeralda Nazaré Loureiro e seu marido dr. João Evangelista Loureiro, que foi vice-presidente da Câmara Municipal de Ovar (1954-1963), e vice-reitor da Universidade de Aveiro (1980-1986).

Alunos e professores (entre os quais o Padre Torres, Clara Medeiros e professor Patrício) do Colégio Júlio Dinis.
Fotografia de 1950

O Colégio Júlio Dinis viria a terminar em 1962, comprado pela dr.ª Maria Helena Meneses Borges Lopes, natural de Viseu, casada com o ovarense José António Lopes.

Maria Albertina – o *Fado da Sardinha Assada* (1934)

Fadista de fama, cançonetista e actriz de revista que atingiu reputação a nível nacional, Maria Albertina Soares de Paiva nasceu em Ovar, a 5 de Janeiro de 1909, filha de Domingos da Silva Paiva, marítimo, natural de S. Mateus do Bunheiro, Estarreja, e de Iria de Oliveira Soares Presas, peixeira, natural do Alto Saboga, Ovar.

Da Família Presas, afilhada de *Ti'Albertina das Roscas*, lançou com êxito o *Fado da Sardinha Assada* (1934), e criou o vira *Tricanas de Ovar*, que atingiu grande popularidade (na revista *Vista Alegre*).

A profissionalização desta alegre e excelente cantadeira terá ocorrido em 1931, no *Maria Vitória*. Maria Albertina fez várias digressões no Brasil e actuou em muitas revistas e operetas.

Foi a 1.ª cançonetista a ir a França, onde cantou, em 1939, para o Presidente Daladier; nos inícios da década de 1960 esteve na *Casa Portuguesa* (Paris), de Clara d'Ovar.

Mãe do locutor de televisão, rádio e publicidade Cândido Soares Pinto da Mota, veio a falecer a 27 de Março de 1985.

Maria Albertina.
1909-1985

Em 1985, a Câmara Municipal de Lisboa deu à Rua C e Largo C do Bairro da Cruz Vermelha, na freguesia do Lumiar, o nome de *Rua Maria Albertina.* Cantadeira. 1909-1985.

Religião – A Associação das Damas de Caridade (13 de Fevereiro de 1935) e a Conferência (feminina) de S. Vicente de Paulo (1945); o padre António Alves Correia de Resende, de Esmoriz, e o Integralismo Lusitano (preso a 20 de Setembro de 1936); o abade Boaventura Valente de Matos (28 de Novembro de 1936 a 1944) e a ressurreição do folar ou compasso; Monsenhor António Augusto da Fonseca Soares (22 de Junho de 1939); o abade Crispim Gomes Leite (1944-1952) e a visita (20 de Julho de 1944) do Bispo do Porto D. Agostinho de Jesus e Sousa; os Santos Populares

A Associação das Damas de Caridade, associação religiosa, que em 1945 passou a denominar-se *Conferência* (feminina) *de S. Vicente de Paulo*, resultou duma reunião efectuada, a 9 de Dezembro de 1923, na Ordem Terceira e foi erecta a 13 de Fevereiro de 1935, tendo sido sua primeira presidente Emília Gomes de Almeida e seu director, desde 23 de Julho desse ano, o padre José Ribeiro de Araújo.

Maria Amélia de Araújo Oliveira Cardoso, que faleceu a 1 de Setembro de 1962, na Rua Gomes Freire, com 76 anos, foi a principal impulsionadora da Conferência de S. Vicente de Paulo.

Às *Vicentinas*, especialmente àquela sua presidente, deve-se a construção do Bairro de S. José, em terreno oferecido por Francisco de Oliveira Gomes Ramada. No final de 1999, as Vicentinas apoiavam cerca de 120 pessoas.

O padre António Alves Correia de Resende (ou António Correia de Almeida Resende, ou António de Almeida Resende), nasceu em Esmoriz, a 16 de Janeiro de 1904,

filho de Francisco Alves Correia de Resende e de Ana Rosa Rodrigues de Almeida, e faleceu com 74 anos, a 11 de Dezembro de 1978, tendo assistido ao seu funeral os Bispos D. António Ferreira Gomes, do Porto, D. Manuel de Almeida Trindade, de Aveiro, e D. Francisco Teixeira Nunes, resignatário de Quelimane.

Tendo enfileirado no Integralismo Lusitano (nacional-sindicalista), foi preso a 20 de Setembro de 1936.

Abade de Ovar, de 28 de Novembro de 1936 a 1944, o padre Boaventura Valente de Matos nasceu em Avanca, a 3 de Setembro de 1889, filho de Albino Valente de Matos e de Maria Joaquina Martins de Vasconcelos, vindo a falecer na sua terra natal, no lugar da Sardinha, com 72 anos, a 7 de Agosto de 1962.

Tendo tomado parte activa na Monarquia do Norte (1919), teve de fugir para Espanha após o seu malogro.

Este abade, que restaurou a Igreja e que recomeçou a dar as *boas festas* pela Páscoa, foi muito criticado por não ter combatido eficazmente a localização péssima do cine-teatro (1944).

Abade Boaventura Valente de Matos. 1889-1962

Antigamente, na Monarquia, realizava-se a visita do Senhor às casas de Ovar, na quadra da Páscoa.

Entravam nas casas que tinham as portas abertas o homem da cruz, acompanhado dos acólitos, dizendo: *aleluia, aleluia*; o sacerdote, tendo ao seu lado o que transportava a caldeirinha de água benta; a cruz era dada a beijar; o sacerdote aspergindo o ambiente, dava as boas-festas; o homem que recolhia as ofertas metia-a (normalmente num envelope) na sacola; e, nas casas de famílias abastadas, convidava-se o sacerdote e seus acompanhantes para tomarem *qualquer coisa*, ordinariamente doçaria e vinho do Porto.

O *folar* – direito paroquial – presente que os paroquianos costumam dar ao páro-co da sua freguesia –, de obrigatório, com a República, passou a facultativo, manten-do-se, em Ovar, até 1919. A 4 de Abril de 1920 não se deram, pela primeira vez, as boas-festas, na Páscoa, na freguesia de Ovar.

No Estado Novo, após o abade *liberal* dr. Alberto de Oliveira e Cunha (1897-1936), sucedeu o *monárquico* Boaventura Valente de Matos (1936-1944), natural da vizinha Avanca, com o qual começaram a ser dadas novamente as *boas-festas* pela Páscoa.

Mas o compasso veio a terminar, no tempo do abade Agostinho de Oliveira Félix (1952-1975), devido à falta de sacerdotes e até de seminaristas. O compasso, a visita pascal, serviço mais ou menos folclórico, tinha sido criticado por dar azo a certos abu-sos.

Em 1990, a visita pascal foi retomada na freguesia de S. Cristóvão de Ovar pelo abade dr. Manuel Pires Bastos.

Monsenhor António Augusto da Fonseca Soares, pároco-fundador da paróquia do Santíssimo Sacramento, no Porto, – e construtor da Igreja do Santíssimo Sacramento –, oriundo de uma família ligada ao comércio do pescado, nasceu em Ovar, a 19 de Dezembro de 1891, na Rua Padre Ferrer, filho de Manuel da Fonseca Soares e de Rosa Pereira dos Santos, da Rua dos Lavradores, e foi ordenado sacerdote na Sé Cate-dral, do Porto, a 16 de Julho de 1914, tendo rezado missa nova, a 9 de Agosto desse ano, em Ovar.

O Papa Pio XII agraciou-o, a 22 de Junho de 1939, com a dignidade de Monsenhor.

A 21 de Dezembro de 1991, comemorou-se o Centenário do Nascimento de Mon-senhor Fonseca Soares: – sessão solene na Câmara Municipal de Ovar com a evoca-ção da vida do homenageado pelo cónego dr. Alberto Lopes Rodrigues; descerramen-to de placa toponímica no Furadouro; e missa de Acção de Graças, na Igreja Matriz, sob a presidência do Bispo do Porto.

Monsenhor António Augusto da Fonseca Soares.
In*:* Notícias de Ovar, *de 8/12/1977*

Irmãos de Monsenhor Fonseca Soares:

– António Soares da Fonseca (†1953), que casou com Rosa de Jesus Fragateiro (Filhos: – Benilde Fragateiro Soares de Sousa, que casou com Eduardo Augusto de Sousa; Maria Fragateiro Soares; e Rosa de Jesus Fragateiro Alves, que casou com Alfredo Alves).

– Manuel Fonseca Soares, negociante de pescado e abastado proprietário, que casou com Rosa Rodrigues Soares, e faleceu, com 70 anos, a 27 de Abril de 1947.

A Câmara Municipal do Porto, a 23 de Novembro de 1989, deu este nome à rua particular de Guerra Junqueiro (o arruamento que ladeia, a sul, a Igreja do Santíssimo Sacramento).

Abade *nacionalista* de Ovar (1944-1952), o padre Crispim Gomes Leite nasceu no lugar da Murtosa, da freguesia de Mosteirô, do concelho de Santa Maria da Feira, a 20 de Março de 1889, filho dos lavradores José Gomes Leite e Rosa Maria de Jesus, naturais daquela freguesia. Foi Presidente da Câmara Municipal de Gondomar (1934-1937), e faleceu, a 27 de Outubro de 1965, com 76 anos, quando exercia novamente esse cargo.

Fez importantes obras na Igreja, adquirindo um grande terreno junto a esta onde foi aberta a *Rua da Igreja* e se construiu a residência paroquial.

Despedindo-se do povo ovarense, afirmou no órgão local católico (*João Semana*, de 7 de Fevereiro de 1952): – «Dificuldades, obstáculos, contradições, calúnias, insultos, às claras e às ocultas, mal entendidos, despeitos, invejas, melindres, ingratidões... tudo, graças a Deus, apareceu no meu caminho, durante estes 8 anos». As beatas hipócritas, e outras porcarias, com cartas anónimas para o Bispo do Porto, muito teriam contribuído para a sua transferência intempestiva.

Abade Crispim Gomes Leite discursando.
In: Notícias de Ovar, *de 13/9/1951*

O Bispo do Porto, D. Agostinho de Jesus e Sousa, visitou Ovar, a 22, 23 e 24 de Julho de 1944, tendo sido, então, recebido no salão nobre da Câmara Municipal pelo Presidente Manuel Pacheco Polónia. Fez nova visita a 13 de Julho de 1946.

O Bispo do Porto em Ovar, em Julho de 1944,
tendo ao seu lado direito o abade Crispim Gomes Leite
In: João Semana, *de 1/12/1982*

Anualmente, eram festejados em Ovar os santos populares – Santo António, S. João e S. Pedro –, num ciclo de festividades sacro-profanas.

Os locais das festas eram ornamentados com elementos vegetais: flores e ramos de certas plantas davam origem a mastros, cordões e arcos.

Resenha histórica da freguesia de S. Vicente de Pereira, do padre Augusto de Oliveira Pinto (de 4 de Maio de 1935 a 27 de Fevereiro de 1937); *A vila de Ovar. Subsídios para a sua história até o século XVI* (de 1935 a 1938 e em 1942), e *Ovar na Idade Média* (1967), do padre Miguel de Oliveira; José Augusto da Cunha Lima e *Ovar perante as obras de Júlio Dinis. Documentário* (1944)

Como já se referiu, o padre AUGUSTO DE OLIVEIRA PINTO (Souto, Santa Maria da Feira, 1881 - Ovar, 1975), que desde 20 de Abril de 1910 a 1955, foi abade da freguesia de S. Vicente de Pereira, publicou em folhetim, no jornal *Tradição*, de Santa Maria da Feira, de 4 de Maio de 1935 a 27 de Fevereiro de 1937, a *Resenha histórica das freguesias de Souto, S. Vicente de Pereira e S. Martinho da Gandra.*

O padre Miguel de Oliveira, filho de Jacinto de Oliveira e de Rosa Maria de Jesus, nasceu no lugar da Corga do Norte, da freguesia de Válega, a 15 de Dezembro de 1897, tendo celebrado a sua missa-nova, na igreja da sua terra natal, a 25 de Julho de 1920.

Professor do Colégio Ovarense, de 11 de Novembro de 1918 a 25 de Fevereiro de 1919, enquanto esperava pela idade canónica para a ordenação sacerdotal, colaborador do *Arquivo do Distrito de Aveiro* – nele publicou uma série de artigos sob o título «A vila de Ovar. Subsídios para a sua história até o século XVI» –, esteve preso

aquando da Monarquia do Norte na cadeia de Ovar (de 17 a 22 de Fevereiro de 1919), e publicou no semanário *O Concelho de Estarreja*, de Pardilhó, em folhetim, o esboço da *Monografia de Válega*, de 1921 a 1923.

A 22 de Outubro de 1925, entrou para a redacção das *Novidades*; a 29 de Julho de 1945 foi homenageado em Válega por ocasião das bodas de prata de sacerdote, tendo-lhe sido entregues as insígnias de oficial da Ordem Militar de Santiago de Espada, com que fora agraciado pelo Chefe de Estado; a 1 de Junho de 1954, o Papa Pio XII distinguiu-o com o galardão de seu Prelado Doméstico, com o título de *Monsenhor*; nesse mesmo mês de Junho, por ocasião do tradicional almoço de aniversário da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa, lançou a ideia da realização do primeiro Congresso do Sagrado Coração de Jesus em Ovar, comemorando o 2.º Centenário da fundação da confraria ovarense do mesmo nome.

O seu Sermão da Senhora das Dores dos Congregados, no Porto, foi o 1.º a ser radiodifundido; foi, também, o 1.º a fazer palestras religiosas pela rádio, na Emissora Nacional, durante quatro anos, alternando com o padre Moreira das Neves.

Faleceu em Lisboa, aos 28 de Fevereiro de 1968, com 70 anos, enterrando-se em Válega.

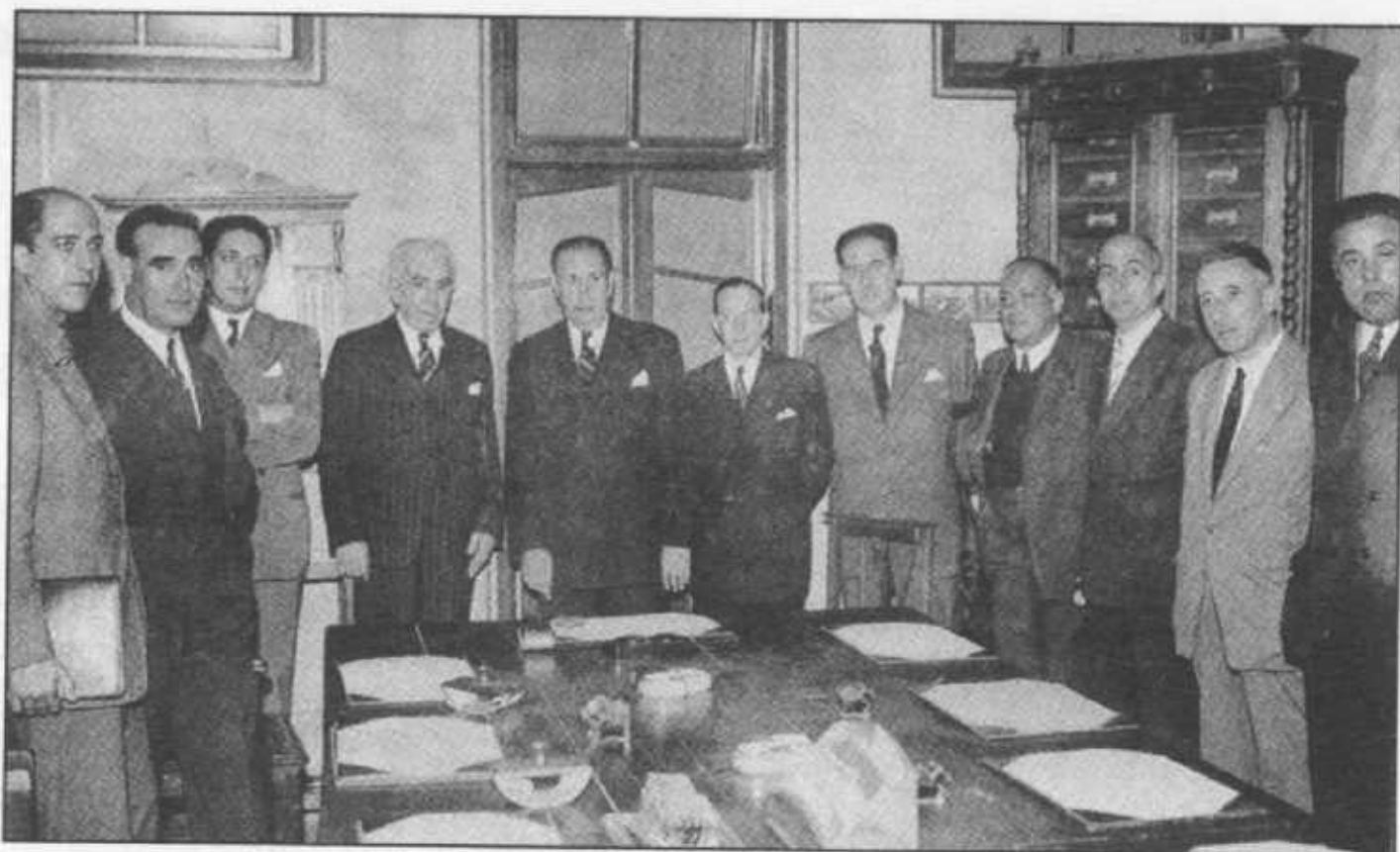
Monsenhor Miguel de Oliveira.
1897-1968

Em 1967, a Câmara publicou a sua obra *Ovar na Idade Média* que, praticamente, é uma 2.ª edição, revista e aumentada, dos artigos inseridos no *Arquivo do Distrito de Aveiro*; e editou a monografia de *Válega*, em 1981.

A título póstumo, a 25 de Julho de 1997, a Câmara Municipal de Ovar concedeu-lhe a *Medalha de Ouro* de Mérito Municipal, pelo relevante contributo que deu à cultura ovarense.

A Junta de Freguesia de Válega comemorou o Centenário do seu Nascimento (1897-1997), a 7 de Dezembro de 1997, sob a presidência do Bispo do Porto, D. Armindo Lopes Coelho: – missa, romagem ao cemitério, inauguração da Exposição Bio-bibliográfica, apresentação do livro de homenagem e sessão solene, em que discursaram Cândida Guimarães, dr. Alberto Sousa Lamy e dr. Carlos Azevedo.

JOSÉ AUGUSTO DA CUNHA LIMA, que nasceu em Ovar, a 16 de Setembro de 1924, filho de José Augusto da Cunha Lima e de Ana Julieta Duarte Faneco Lima, e casou (1946) com Maria de Lurdes Monteiro Ribeiro, publicou no *João Semana*, em 1944, artigos intitulados «Ovar perante as obras de Júlio Dinis. Documentário».

Foi presidente da direcção da Casa do concelho de Ovar em Lisboa, em 1963-1966 e 1971-1972.

13/10/1952. Reunião da Comissão Organizadora da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa. José Augusto da Cunha Lima é o 6.º, a contar da esquerda, ao lado esquerdo do Presidente da Câmara Municipal de Ovar, António Coentro de Pinho.

A inauguração da luz eléctrica na praia do Furadouro (28 de Julho de 1935) e nas freguesias do concelho (1935-1937)

A inauguração da luz eléctrica em Ovar verificou-se, como já se referiu, a 1 de Dezembro de 1913. As freguesias do concelho continuaram ainda à luz da candeia durante mais de duas décadas até serem electrificadas, o que veio a acontecer no período de 1935 a 1937, na Câmara da presidência de Manuel Pacheco Polónia.

A 28 de Julho de 1935, cerca das 21 horas, este Presidente da Câmara inaugurou a luz eléctrica na praia do Furadouro, onde se instalaram na Avenida Central 13 candeeiros de ferro fundido com ligações subterrâneas para 23 globos esféricos, e a luz eléctrica na estrada que dá acesso à dita praia.

Nas freguesias de Cortegaça e Esmoriz, ambas com iluminação particular desde 25 de Dezembro de 1935, a iluminação pública foi inaugurada, respectivamente, a 3 de Maio e 7 de Junho de 1936, pelo Governador Civil do distrito de Aveiro, dr. Alfredo Ferreira Peres, e pelo Presidente da Câmara Manuel Pacheco Polónia. Os mesmos inauguraram a luz eléctrica na freguesia de Arada, a 21 de Junho de 1936.

No ano de 1936, foi ainda inaugurada a luz eléctrica pelo mesmo Presidente da Câmara, nas freguesias de Maceda e de S. Vicente, respectivamente a 14 e 28 de Junho.

Na praia de Cortegaça, a luz eléctrica foi inaugurada a 5 de Setembro de 1947, nas vésperas da *Festa do Mar*, pelo Ministro das Obras Públicas eng.º José Frederico Ulrich.

A 8 de Janeiro de 1950, na cabina n.º 10, no lugar de Cimo de Vila, o Presidente da Câmara António Coentro de Pinho procedeu à inauguração da luz eléctrica para todos os lugares a nascente de Ovar.

A 9 de Maio de 1959, o Ministro da Justiça, prof. Antunes Varela, que se tinha deslocado a Ovar para inaugurar as *Casas dos Magistrados*, inaugurou, a pedido da

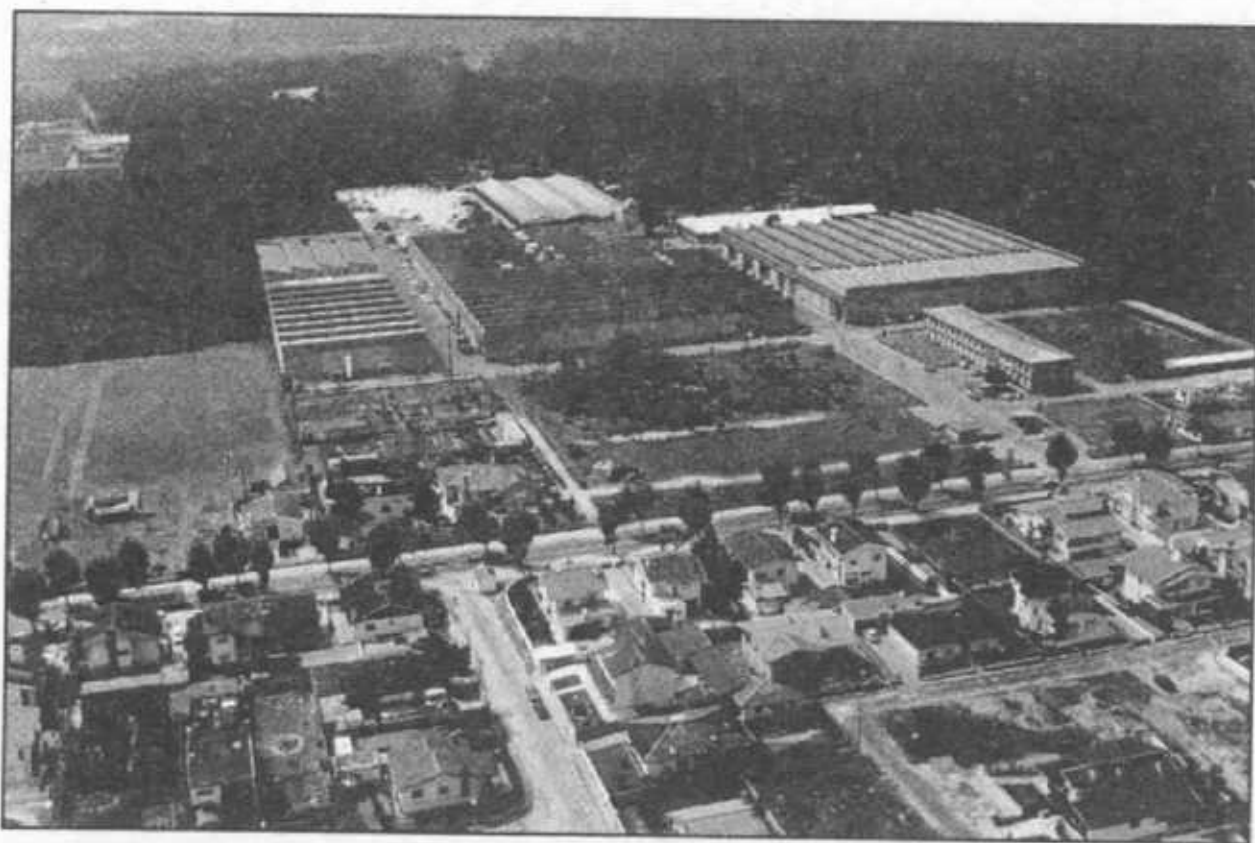
Câmara presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, a luz eléctrica nos lugares do Torrão de Lameiro e da Marinha.

Datas principais da iluminação no concelho de Ovar

/1874	Iluminação pública de Ovar a petróleo.
/1888	Começou a ser iluminado o Furadouro.
20/ 3/1903	Iluminação pública de Ovar a acetilene (1903-1905).
/1911	Começou a ser iluminado a acetilene o Furadouro.
14/ 7/1912	Aprovados os estatutos da *Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar*.
1/12/1913	Inauguração da luz eléctrica em Ovar.
8/1931	Ovar principiou a ser fornecida de energia eléctrica pela União Eléctrica Portuguesa (Lindoso).
5/12/1933	*Municipalização* da luz eléctrica.
6/10/1934	Dissolução da Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar.
28/ 7/1935	Luz eléctrica na praia do Furadouro.
25/12/1935	Luz eléctrica (*particular*) em Cortegaça e Esmoriz.
3/ 5/1935	Iluminação *pública* em Cortegaça.
7/ 6/1936	Iluminação *pública* em Esmoriz.
14/ 6/1936	Luz eléctrica em Maceda.
21/ 6/1936	Luz eléctrica em Arada.
28/ 6/1936	Luz eléctrica em S. Vicente.
24/10/1936	Luz eléctrica (*particular*) em Válega.
17/10/1937	Iluminação *pública* em Válega.
/1939	Lugares de Ovar: Brejo, Ponte Reada e S. João (a estrada que lhe dá acesso), bairros do Lamarão e do Poço de Baixo, cais da Ribeira, e caminho que segue ao longo da via férrea, entre a estação do caminho-de-ferro e a Ponte Nova.
5/ 9/1947	Praia de Cortegaça.
26/ 9/1947	Praia de Esmoriz.
24/12/1948	Lugares da actual freguesia de S. João de Ovar (Ações, Granja e Lagoa de Ações).
8/ 1/1950	Lugares da actual freguesia de S. João de Ovar: Barreiro, Cabanões, Cimo de Vila, Guilhovai, Salgueiral de Baixo, Salgueiral de Cima, Sande, S. Donato, S. João e Sobral.
/1953	Luz fluorescente na praia do Furadouro.
/1955	Luz fluorescente em Ovar.
9/ 5/1959	Lugares da Marinha e do Torrão de Lameiro.
22/12/1985	Iluminação pública e particular na Tijosa.
/1995	Iluminação, iniciada no Largo Mousinho de Albuquerque e ruas adjacentes, com lampiões (cópia dos antigos usados na iluminação pública).

A empresa F. Ramada (1935) – O fabrico de catanas (1956), da cantoneira perfurada Dexion (1958), das chapas e botões poliester (1961); a laminagem e estiragem de aços a frio na Cova do Frade (1964); as visitas dos Presidentes da República Almirante Américo Tomás (9 de Agosto de 1969) e dr. Mário Soares (25 de Julho de 1989). O fundador Francisco de Oliveira Gomes Ramada. A Família Ramada

A empresa F. Ramada «nasceu do contacto estabelecido na Exposição Industrial de Bruxelas, em 1935, entre o seu fundador, Francisco de Oliveira Gomes Ramada (1888-1978) e Otto Carlson, director de exportação da fábrica sueca de aços Fagersta Bruks A/B», no Stand da Suécia.

Em 1936 começa o comércio de aços; a 9 de Novembro de 1954 surge a *F. Ramada, Limitada*; em 1956, inicia-se o fabrico de catanas para a filial de Luanda; a 27 de Abril de 1958, principia a fabricação da cantoneira perfurada Dexion, a primeira cantoneira perfurada de aço laminado a frio produzida no País (D. Camino, inventor da cantoneira perfurada, visitou a fábrica em 1968); em 1961, a fabricação das chapas e botões *poliester*; em 1962 começa a construção da nova unidade industrial na Cova do Frade, na estrada do Furadouro, que em 1964 entra em funcionamento (laminagem e estiragem de aços a frio).

A fábrica F. Ramada *na Cova do Frade, na Estrada do Furadouro (Avenida da Régua).*

Já por escritura, de 16 de Dezembro de 1958, a empresa tinha sido transformada em sociedade anónima, com sede na Rua Luís de Camões, no lugar do Casal, da cidade de Ovar, com os seguintes accionistas fundadores: – Francisco de Oliveira Gomes Ramada, Palmira Gomes Pinto Ramada, José de Oliveira Gomes Ramada, Manuel de Oliveira Gomes Ramada, Maria Palmira Gomes Ramada de Sousa, Alzira Gomes Pinto Ramada Rodrigues Leite, Manuel André de Sousa, Eugénio Manuel Gomes Rodrigues Leite, António Coentro de Sousa e Pinho, e Francisco José Correia de Almeida.

A 9 de Agosto de 1969, o Presidente da República, Almirante Américo Tomás, visitou particularmente as instalações da F. Ramada, na Cova do Frade, acompanhado dos Ministros do Interior e da Saúde e Assistência, respectivamente drs. Gonçalves Rapazote e Cancela de Abreu, do Subsecretário de Estado da indústria, eng.º Rogério Martins, e do Governador Civil do distrito de Aveiro, dr. Francisco Vale Guimarães.

Vindo da pousada da Ria, após se ter detido na praia do Areinho e visitado o Restaurante *Vela Areinho*, o Chefe de Estado chegou à Cova do Frade, onde escutou o hino nacional executado pela banda Boa União, tendo a guarda de honra sido prestada por um piquete dos bombeiros voluntários de Ovar e de Esmoriz, com os respectivos estandartes e fanfarra.

Na fábrica, o Almirante Américo Tomás condecorou com o *grande oficialato da Ordem do Mérito Industrial* Francisco de Oliveira Gomes Ramada; ao Chefe de Estado foi entregue um donativo de 100.000$00 destinado à Fundação Salazar, passando a firma F. Ramada a fazer parte desta como sócio fundador.

O Presidente da República, Almirante Américo Tomás, condecorando o industrial Francisco Ramada, a 9/8/1969.

F. Ramada, que desde 1953 tinha instalações de comercialização em Luanda, construiu, em 1965, uma unidade industrial em Viana, cidade satélite daquela, unidade intervencionada em 1976.

A 8 de Setembro de 1975 surgiu na F. Ramada uma lista para obter assinaturas de trabalhadores a ser enviada ao Primeiro-Ministro, «para que este estudasse a proposta apresentada na lista que era a colocação do Director-Geral da empresa (*Manuel de*

Oliveira Gomes Ramada) no cargo de Ministro da Indústria». Criticou esta lista um comunicado do *comité operário do F. Ramada*, de 15 de Setembro de 1975. Este comité fez sair um boletim, *O Laminador*.

Em Abril de 1982, a convite do Presidente da República, Manuel de Oliveira Gomes Ramada acompanhou o General Ramalho Eanes a Angola.

A 19 de Setembro de 1988, pela 1.ª vez no concelho de Ovar, interveio numa empresa, a F. Ramada, a polícia de intervenção.

Visitou a F. Ramada, a 25 de Julho de 1989, o Presidente da República dr. Mário Soares, que descerrou uma placa no *hall* de entrada.

O dr. Mário Soares na F. Ramada, a 25 de Julho de 1989,
tendo, à sua esquerda, o Presidente da Câmara Municipal, Guedes da Costa,
e, à sua direita, Francisco Correia de Almeida.

Finalmente, em 1994, devido a graves crises económicas, a administração da empresa deixou de ser gerida pela Família Ramada. A empresa começara numa das salas da casa de Francisco de Oliveira Gomes Ramada, no Casal, com uma pequena máquina de afiar facas, e fora uma firma estritamente familiar, com uma única excepção, a de António Coentro de Pinho.

Grande industrial, Francisco de Oliveira Gomes Ramada nasceu em Ovar, a 30 de Agosto de 1888, filho único de Manuel Bernardino de Oliveira Gomes e de Maria dos Santos Matos, neto paterno de José Bernardino de Oliveira Gomes e de Rosa Bernardino, e neto materno de José de Matos e de Margarida Correia dos Santos, casou, a 18 de Abril de 1910, com Palmira Gomes Pinto Ramada, e faleceu a 19 de Abril de 1978, com 89 anos.

Foi autorizado a adicionar ao seu nome o apelido de família *Ramada* por portaria publicada no *Diário do Governo* de 14 de Abril de 1917.

Vice-provedor da Misericórdia, em 1928, e presidente da sua Comissão Administrativa, de 4 de Agosto de 1946 a 1950, veio a ser, também, presidente da Junta de Turismo do Furadouro, de 22 de Agosto de 1946 a 1955.

Francisco Ramada. 1888-1978

A 26 de Julho de 1988, a Câmara Municipal deliberou, a título póstumo, conceder-lhe a *Medalha de Ouro* de Mérito Municipal; e, a 30 de Agosto desse ano, comemorou-se o 1.º Centenário do seu nascimento.

Família de grandes industriais, a *Família Ramada* descende de José Bernardino de Oliveira Gomes, natural de Ovar, que casou com Rosa Bernardino, do Bajunco.

O filho deste casal, Manuel Bernardino de Oliveira Gomes, construtor naval, dono de serrações em Ovar e noutros concelhos, casou com Maria dos Santos Matos e veio a falecer na Rua Luís de Camões, a 4 de Fevereiro de 1950, com 89 anos. Sua mulher, filha de José de Matos e de Margarida Correia dos Santos, faleceu a 10 de Março de 1920.

O filho único do casal Manuel/Maria, Francisco de Oliveira Gomes Ramada, nasceu em Ovar, a 30 de Agosto de 1888, casou com Palmira Gomes Pinto Ramada, e faleceu, a 19 de Abril de 1978, com 89 anos. Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, de 4 de Agosto de 1946 a 1950, e Presidente da Junta de Turismo do Furadouro, de 22 de Agosto de 1946 a 1955.

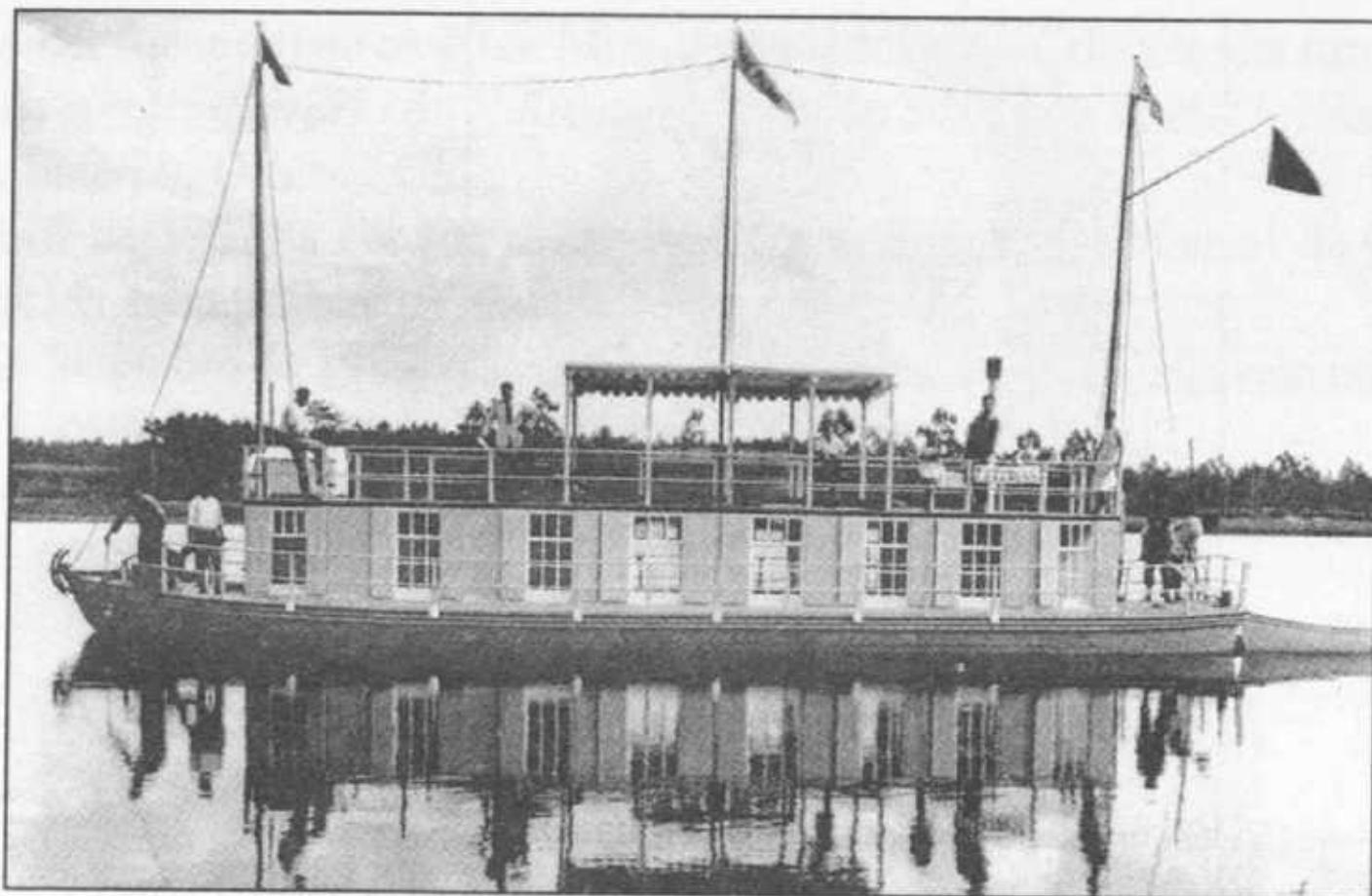
Filhos do casal Francisco/Palmira:

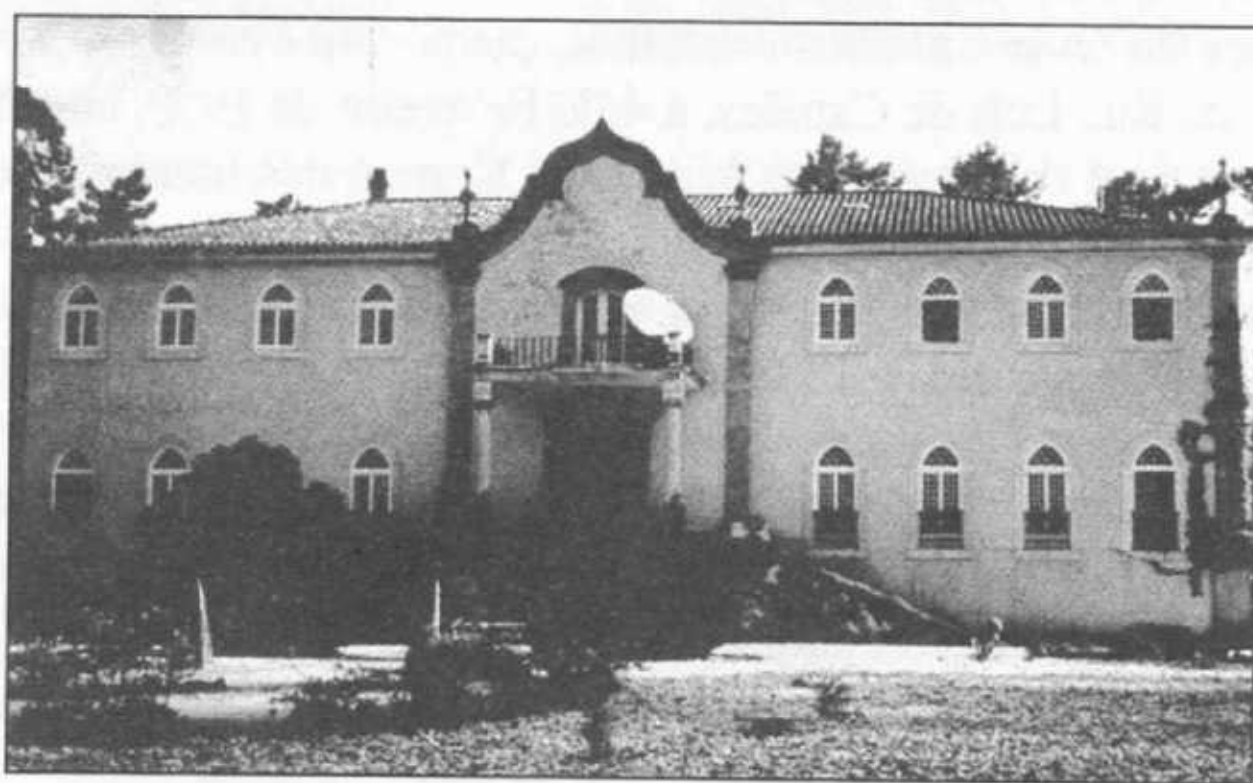
– Alzira Gomes Pinto Ramada Rodrigues Leite, que casou com Manuel Eugénio Gomes Rodrigues Leite.

– José Oliveira Gomes Ramada, que casou com Maria da Conceição Barros Couto Gomes Ramada, natural do Estado de Alagoas, Brasil, e faleceu a 25 de Fevereiro de 1979, com 66 anos.

– Maria Palmira Gomes Ramada, que casou (1930) com Manuel André de Sousa. Seu marido veio a falecer a 24 de Junho de 1991, com 86 anos.

– Manuel de Oliveira Gomes Ramada, que nasceu em Espinho, a 18 de Agosto de 1915, casou com Henriette Therese Elise Seron Leveille Gomes Ramada (†1994), e faleceu, com 84 anos, a 4 de Novembro de 1999.

A 29 de Dezembro de 1943, por despacho do juiz da comarca de Ovar, foi autorizado a adicionar ao seu nome o apelido de família *Ramada*.

A barca do Ramada.

Manuel Ramada, que foi o grande dinamizador da fábrica criada por seu pai, foi Presidente da Junta de Turismo do Furadouro, de 26 de Julho de 1967 a 1974, tendo sido agraciado, em 1982, com o grau de *comendador* da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial.

Casa da Mata da Bicha, *de Manuel Ramada.*
Fotografia, de 1989, do dr. Eduardo Lamy Laranjeira

A Padaria Progresso (1 de Janeiro de 1937). A indústria de panificação – a Sociedade de Padarias Central de Ovar, Lda. (1962). A Família Resende

David Dias de Resende, que começou as suas actividades na Praça da República, abriu na Rua Elias Garcia, a 1 de Janeiro de 1937, a *Padaria* (e confeitaria) *Progresso*.

Em Ovar existia a indústria dos forneiros, que se dedicava ao fabrico da broa, utilizada pelas populações rurais.

Em 1865, a freguesia de Ovar tinha 11 padarias.

A 1 de Agosto de 1910, foi constituída a *Panificadora – Cooperativa de Panificação* (de Agosto de 1910 a Novembro de 1915). A 28 de Maio de 1962 surgiu a *Sociedade de Padarias Central de Ovar, Lda.*, com sede na Rua Júlio Dinis, iniciativa de David Dias de Resende e de seu filho Manuel Dias de Resende, que deixaria de laborar a 22 de Dezembro de 2000.

Família de industriais de panificação, a *Família Resende* descende de José Dias de Resende, negociante, da Rua de S. Tomé, que casou com Marcelina da Silva André.

O filho deste casal, José Maria Dias de Resende, o *Vilão*, barqueiro, calafate, industrial de padaria, daquela Rua de S. Tomé, nasceu a 1 de Janeiro de 1862, casou com Ana Marques da Silva, e faleceu a 9 de Junho de 1936, com 74 anos.

Foi um dos 13 *progressistas* acusados de no dia 7 de Janeiro de 1887, na Rua dos Campos, agredirem regeneradores/aralistas. Defendido pelo dr. José Maria Barbosa de Magalhães, viria a ser absolvido a 6 de Dezembro daquele ano.

José Maria Dias de Resende. 1862-1936

Filhos do casal José Maria/Ana:

– Adélia

– António, que emigrou para o Brasil.

– Augusto Dias de Resende.

– Francisco Dias de Resende, que continuou com a padaria de seu pai.

– Jaime Dias de Resende.

– João Dias de Resende.

– Joaquim Dias de Resende, o Joaquim *Vilão*, que esteve preso, aquando do *complot* monárquico de Ovar, de 30 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912. Foi novamente preso na Monarquia do Norte, na *traulitânia*, tendo sido absolvido no tribu-

nal marcial de Lisboa. Veio a falecer, a 3 de Janeiro de 1971, com 81 anos, no estado de casado com Maria do Céu Oliveira Almeida.

– Luís Dias de Resende, que emigrou para o Brasil.

David Dias de Resende, que casou com Maria da Glória Gomes ou Maria de Oliveira Gomes (†1943), e, após a morte desta, com Rosa Coentro de Pinho Resende, e faleceu a 20 de Novembro de 1968.

Foi grande impulsionador da indústria de panificação, tendo constituído com seus filhos a sociedade David Dias de Resende & Filhos, Lda.

Com esta sociedade surgiram o *Café Progresso* (17 de Dezembro de 1949), no Largo da Família Soares Pinto, e a sua filial (1 de Julho de 1951) na Avenida Central da praia do Furadouro. Esta filial viria a ser transferida (1965) para o antigo edifício da Assembleia do Furadouro.

David Dias de Resende.

Filhos do casal David/Maria da Glória:

– António Dias de Resende, que nasceu em 1925, casou com Lucília Marques Resende, sendo proprietário do Café Progresso, no Largo da Família Soares Pinto.

– David Dias de Resende, que nasceu em 1928. Por sua iniciativa, teve lugar em Ovar, a 13 de Julho de 1980, a 1.ª corrida de cavalos, de que foi vencedor seu filho Rui Filipe. Veio a falecer em 1996.

– Nazaré Dias de Resende, que casou com António Rodrigues Soares.

– Manuel Dias de Resende, que nasceu a 19 de Maio de 1926, e casou com Benvinda Rodrigues dos Santos Resende.

Industrial de panificação, foi vereador (1967-1974) nas Câmaras *nacionalistas* presididas pelo dr. José Maria de Araújo Abreu e Francisco José Correia de Almeida.

Manuel Dias de Resende.

A Junta de Turismo da Praia do Furadouro (10 de Janeiro de 1937-1982) – o Restaurante Vela Areinho (4 de Abril de 1970). Os restaurantes

O decreto n.º 27.424, de 31 de Dezembro de 1936, que aprovou o Código Administrativo, considerou extintas em 1 de Janeiro de 1937 as *Comissões de Iniciativa e Turismo*. Nesta conformidade, a *Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia do Furadouro* (1924-1937) foi substituída pela *Junta de Turismo da Praia do Furadouro* (1937-1982), a cuja constituição se procedeu na sessão camarária de 9 de Janeiro de 1937.

Presidentes desta Junta de Turismo

1. *Dr. José Augusto Carvalho da Silva* (10/1/1937-1939)
Fiiho de Henrique Rodrigues da Silva e de Maria da Glória de Carvalho e Silva, nasceu em 1910, obteve a sua licenciatura em medicina (1934) no Porto, casou com Maria Manuela Fernandes Forte Carvalho da Silva, e faleceu, a 9 de Maio de 1981, com 71 anos.
Aderiu ao M.U.D. e foi o 1.º Presidente da Junta de Turismo do Furadouro, cargo que voltou a ocupar de 8 de Maio de 1963 a 1967.

Da esquerda para a direita: Vice-presidente da Junta da Turismo, dr. Avelino Duarte, artistas Beatriz Campos e Aurora Libório, Presidente da Câmara Carlos Nunes da Silva, Presidente da Junta de Turismo dr. Carvalho da Silva, professor Manuel José Patrício e arquitectos Cruz de Lima e Martim Godinho, e o artista número um do concurso e o seu Afonso Henriques.
In: Notícias de Ovar, *de 10/9/1964*

2. *Dr. Afonso Ferreira Martins* (15/2/1939-1943)
A 5 de Julho de 1942, com a presença do Presidente da Câmara Manuel Pacheco Polónia, foi inaugurada a *Pensão do Turismo* na praia do Furadouro.
3. *Dr. Mário Pereira de Carvalho e Cunha* (3/8/1943-1945)
Médico e desportista, o dr. Mário Cunha nasceu em Ovar, na Rua Alexandre Herculano, a 4 de Março de 1915, filho do dr. Salviano Pereira da Cunha e de sua mulher Maria Palmira Lopes de Carvalho e Cunha, tendo casado, a 19 de Dezembro de 1942, com Olga Natércia Mendes Salgueiro da Cunha († em 1983, com 64 anos), do Tramagal, Abrantes.

Dr. Mário Cunha. 1915-1989

Aliança Foot-Ball Club – Mário Cunha é o 3.º de pé a contar da esquerda.
In: *EDUARDO LAMY LARANJEIRA,* O futebol vareiro

Obteve a sua formatura na Faculdade de Medicina de Coimbra (1941), tendo falecido, a 6 de Janeiro de 1989, com 74 anos, em Ovar.
Praticante de futebol, o dr. Mário Cunha iniciou a sua actividade no Sporting Club de Ovar (*Sportezinhos*) e, depois, no Aliança Foot-Ball Club.
Em 1932, ascendeu ao grupo de honra da Associação Académica de Coimbra, constituindo com José Catela «uma famosa asa esquerda que deixou fama no futebol académico durante largos anos» (*Rua Larga*). Fez parte do grupo de estudantes *cow-boys*, fundado nos princípios de 1936, grupo que acompanhava a Associação Académica dando-lhe apoio. E, em Novembro de 1937, foi eleito para a direcção do Fado Académico.

1936. Associação Académica de Coimbra com Mário Cunha, em baixo, 1.º à direita.
In: A Académica

A 21 de Março de 1992, foi levada a cabo uma homenagem ao dr. Mário Cunha, com descerramento de uma placa de bronze na casa onde viveu e exerceu a sua profissão de médico, na Rua Alexandre Herculano, n.º 41.

A 25 de Julho de 1997, a Câmara, a título póstumo, pela dedicação da sua vida à medicina e aos mais desprotegidos, atribuiu-lhe a Medalha de Mérito Municipal de Ouro.

4. *Manuel Pacheco Polónia* (13/7/1945-1946)

5. *Francisco de Oliveira Gomes Ramada* (22/8/1946-1955)

Em 1951, a Junta pôs na ria uma lancha motorizada para excursões, denominada a *Vareirinha*.

6. *Dr. Eduardo Lamy Laranjeira* (26/4/1955-1963)

Nasceu em Ovar, a 1 de Maio de 1924, filho de José Tarújo Laranjeira (†1938), republicano democrático, neto paterno de Manuel Gomes Laranjeira e de Rosa Leite Tarújo, e neto materno do farmacêutico Delfim José de Sousa Lamy e de Ana Augusta Ferreira da Silva.

Seu pai, que faleceu novo, foi um fotógrafo amador de mérito.

O dr. Eduardo Lamy Laranjeira, tendo concluída a sua formatura em ciências económicas e financeiras (1949) em Lisboa, casou (1950) com Adélia Rodrigues Duarte Lamy Laranjeira, natural de Hartford, Estados Unidos, filha de Manuel Rodrigues Duarte e de Ana Rodrigues de Oliveira.

Escritor, tem colaborado no *Notícias de Ovar* e no *João Semana*, com artigos de estilo muito original, é autor da monografia *O Furadouro. O Povoado, o Homem e o Mar*, de 1984, e de *O Futebol Vareiro*, de 1996. Publicou ainda *A Ria de Aveiro: Barcos e Artes de Pesca, Uma introdução à historiografia Vareira*, e *A Religiosidade das nossas gentes: Culto Mariano na vila de Ovar*.

O casal Eduardo/Adélia teve dois filhos: – o eng.º Eduardo Manuel Rodrigues Lamy Laranjeira, que casou em Coimbra (1974) com a dra. Deolinda Maria Batalhão de Matos Laranjeira; e José Pedro Rodrigues Lamy Laranjeira, que casou (1986) com Dulce Helena Martins Lamy Laranjeira.

Dr. Eduardo Lamy Laranjeira.

O dr. Eduardo Lamy Laranjeira, que em 1953 foi colocado na Companhia Portuguesa de Celulose, em Cacia, como chefe dos serviços de contabilidade, e que em 1968 foi promovido a director administrativo dessas instalações fabris, foi nomeado *director* da Biblioteca Municipal em 1960 e presidente do Rotary Clube local em 1969-1970.

A convite do Presidente da Junta de Turismo da Praia do Furadouro, dr. Eduardo Lamy Laranjeira, visitou a praia e a ria, no verão de 1955, o escritor e jornalista Adelino Mendes. Em 1957, a Junta arrasou as dunas que ficavam entre o mar e a avenida marginal do Furadouro; ajardinou o Largo do Carregal e tomou de arrendamento à Junta Autónoma do Porto de Aveiro a faixa de terreno situada entre o armazém de Francisco Ramada e o cais da Pedra, procedendo aí a uma plantação de árvores e à reconstrução de muros de torrão com

estacaria que a ria tinha aluído; e a 13 de Agosto de 1958, por escritura lavrada nas notas do notário dr. António Gonçalves Santiago, adquiriu a José Polónia Figueiredo e a outros cidadãos uma faixa de terreno, com a área de 3.000 m^2, denominada o Areinho, na Terra Negra, por 27.000$00.

De 28 de Setembro a 5 de Outubro de 1958, teve lugar no salão nobre da Câmara Municipal o *primeiro concurso fotográfio de Ovar*, efectuado pela Junta, que realizou, em 1970, novo concurso fotográfíco, com exposição patente ao público no salão de festas do Cine-Teatro de Ovar, de 15 a 29 de Novembro.

7. *Dr. José Augusto Carvalho da Silva* (8/5/1963-1967)

Pela 2.ª vez.

Por despacho de 19 de Maio de 1966, do Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, foi concedido à Junta, pelo Fundo de Turismo, um subsídio não reembolsável de 1.300.000$00, para a construção e apetrechamento do projectado restaurante da praia do Areinho, previamente declarado de utilidade turística.

A 24 de Junho de 1966, o Presidente da República, Almirante Américo Tomás, visitou a praia do Areinho e o seu primeiro restaurante, descerrando uma placa comemorativa da visita; a 24 de Julho de 1967, esteve no Carregal e no Areinho o Ministro das Comunicações, eng.º Carlos Gomes da Silva Ribeiro.

O Presidente da República no Areinho, a 24 de Junho de 1996.
In*:* Notícias de Ovar*, de 15/9/1966*

Entre os colaboradores dos Presidentes da Junta de Turismo do Furadouro, drs. Eduardo Lamy Laranjeira e José Augusto Carvalho da Silva, destacou-se José Jacinto Figueiras, pela dedicação, dinamismo e entusiasmo que deu à Junta.

8. *Manuel de Oliveira Gomes Ramada* (26/7/1967-1974)

A 17 de Maio de 1969, acompanhado do dr. Francisco Vale Guimarães, Gover-

nador Civil de Aveiro, do vice-presidente da Câmara Francisco José Correia de Almeida, e vereadores, percorreu o Areinho, as praias do Furadouro, Maceda, Cortegaça e a Barrinha de Esmoriz, o Secretário de Estado da Informação e Turismo, dr. César Moreira Baptista; no dia 24 de Agosto do mesmo ano visitou particularmente o Areinho e o novo restaurante *Vela Areinho* o Presidente do Conselho prof. doutor Marcello Caetano, acompanhado daquele Governador Civil.

O restaurante, cujo projecto é dos serviços técnicos da Câmara Municipal sob a responsabilidade e direcção do arquitecto José da Cruz Lima e do eng.º Joaquim Maria Braga da Cruz, graças a esse subsídio de 1.300 contos e a um financiamento conseguido pela Junta na Caixa Geral de Depósitos, garantido pela Câmara, foi levantado na maior das duas ilhas artificiais (a construção do restaurante foi adjudicada à Construção Moderna, de José Domingues de Almeida, Lda., de Valadares, por 1.449.152$45), tendo sido inaugurado a 4 de Abril de 1970 pelo eng.º Álvaro Roquete, Director-Geral do Turismo e com a presença do Governador Civil de Aveiro dr. Francisco Vale Guimarães. Denominado *Vela Areinho*, o novo restaurante foi então entregue ao profissional de hotelaria do Porto, José Aires Miranda, pela Junta presidida por Manuel de Oliveira Gomes Ramada,

Este restaurante, a obra mais notável do arquitecto Cruz de Lima, um cidadão muito simples, simpatiquíssimo, de convivência muito agradável, é uma obra-prima, orgulho do povo ovarense, pelas suas justas proporções, harmoniosa configuração, que só peca por não ter sido, durante largos períodos, também um monumento gastronómico.

O seu custo importou, aproximadamente, em 3.150.000$00, assim distribuídos:

construção	1.600.000$00
apetrechamento	750.000$00
formação e consolidação das ilhas	800.000$00

Restaurante Vela Areinho.

Afonso Themudo.

A 9 de Junho de 1971 a orquestra de câmara Gulbenkian, fundada em meados de 1962, realizou no Cine-Teatro de Ovar um concerto de música seleccionada, dirigido pelo maestro Charles Ketchan. Este espectáculo, proporcionado pela Junta, foi a primeira manifestação cultural do género realizada em Ovar.

9. *Dr. José Macedo Fragateiro* (3/6/1974-1977)

10. *Afonso Ilídio da Mota e Silva Themudo* (22/4/1977-1982)

O último presidente da Junta de Turismo nasceu em Mafamude, Vila Nova de Gaia, filho de Afonso Fernando Themudo e de Maria Amélia Guimarães da Mota e Silva Themudo.

Entre os funcionários da Junta de Turismo da Praia do Furadouro merece uma referência especial o grande bairrista José Maria Fernades da Graça, popularmente conhecido pelo José Maria, que nasceu em Ovar, a 20 de Março de 1921, filho de José Fernandes da Graça e de Maria do Carmo de Oliveira Dias, e casou (1963), na Sé do Porto, com Maria Adelaide Freire (†1999).

Durante muitos anos foi chefe distinto e dinâmico dos Serviços do Turismo, tendo recebido, a 31 de Outubro de 1994, a Medalha de Ouro de Bons Serviços.

Foi, com José Alves Torres Pereira e o arquitecto Aníbal Emanuel Costa Rebelo, fundador do 1.º corso carnavalesco ovarense, a 24 de Fevereiro de 1952.

Em 1959, com Zé Penicheiro, organizou o *Guia turístico, comercial e industrial de Ovar*; e, em 1986, foi posto à venda *Ovar e o seu concelho*, organizado e editado por José Maria Fernandes da Graça.

José Maria da Graça é o último, em pé, à direita.

Em 1959, Ovar tinha dois restaurantes – *A Vareirinha*, na Rua Alexandre Herculano, de João Maria de Oliveira Salvador, que faleceu a 30 de Setembro de 1961, com 54 anos, no estado de casado com Lídia de Araújo Coutinho; e a *Pensão Rosa*, na Rua Gomes Freire. No Furadouro existiam também dois restaurantes, o do *Hotel Mar-e-Sol*, e o *Costa do Luar*, restaurante típico, na Rua Jornal «O Comércio do Porto», inaugurado em 1952.

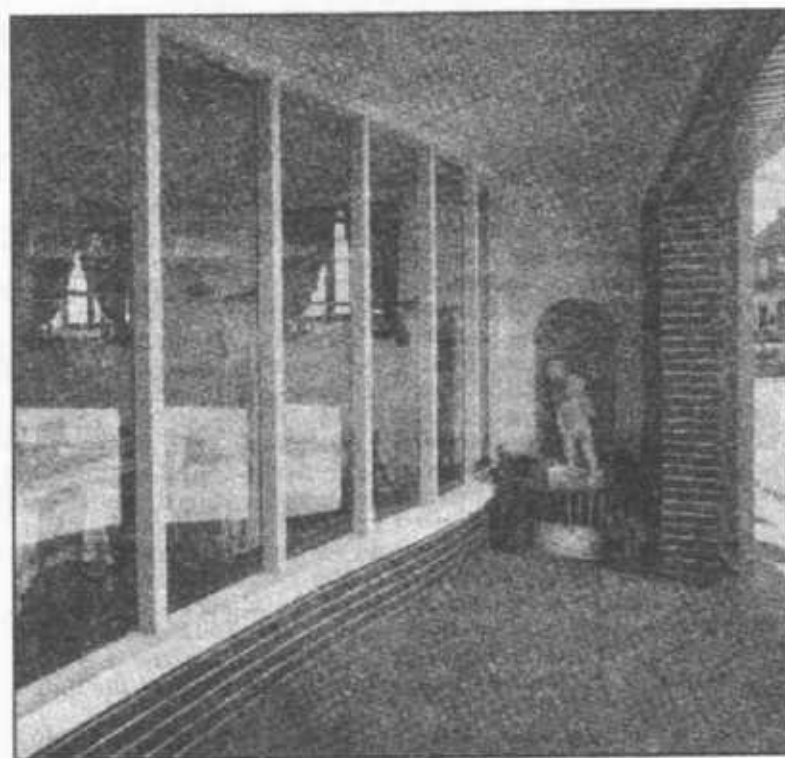
A 4 de Abril de 1970 foi inaugurado o restaurante *Vela Areinho*, propriedade da Junta de Turismo da Praia do Furadouro.

A 30 de Janeiro de 1982 abriu o *1.º self-service*, na antiga casa Campelo, em frente ao edifício dos Bombeiros Voluntários de Ovar (antiga sede).

Em 1985 já existiam 6 restaurantes em Ovar, outros tantos no Furadouro, sem contar o *Vela Areinho* e os dois do lugar do Carregal, o *Angelus* e o *Ria Azul*.

Os de Ovar – *Bom Dia*, na Rua de Santo António; *Cantinho*, na Rua António Soares Pinto; *A Garrafeira* (1982), na Rua dr. Manuel Arala; *Paradise*, na Rua Alexandre Herculano; *Sol e Sombra*, na Avenida da Régua; e *A Toca*, na Praça da República.

Os do Furadouro – *Amadeu* (1975), na Avenida Central/Avenida Infante D. Henrique; *A Concha*, na Rua do Comércio; *Giesta*, na Avenida Tomás Ribeiro; *Pólo Norte*, na Rua Jornal «O Comércio do Porto»; *Progresso*, na Avenida Central; e *O Tasco*, na Rua dos Mercantéis.

A 23 de Fevereiro de 1992, foi inaugurado o restaurante *Oxalá*, junto à Ria; e, a 7 de Janeiro de 1997, abriu na Rua Visconde de Ovar o restaurante chinês *Jardim*.

Restaurante A Vareirinha. In: Notícias de Ovar, *de 19/5/1949*

Uma nódoa negra na Misericórdia de Ovar (14 de Maio de 1938)

O Governador Civil do distrito de Aveiro, dr. José de Almeida Azevedo, enviou às autoridades administrativas de Ovar, a 14 de Maio de 1938, uma circular onde se lia:

«Tornando-se necessário, antes de quaisquer eleições nas Corporações de Assistência, rever os quadros dos associados e irmãos, a fim de expurgar os maus elementos e atrair os bons àqueles que em parte poderão auxiliá-la, por ordem de

Sua Ex.ª Ministro, nomeio nesse Concelho duas Comissões conjuntas das entidades abaixo designadas as quais tomarão posse o mais breve possível e procederão dentro de 30 dias à elaboração com as mesas administrativas das instituições de assistência concelhias e ainda com a Comissão distrital enviando dentro do prazo referido a este Governo Civil, o mapa dos trabalhos realizados.

Comissão concelhia: Presidente o Presidente da Câmara. Vogal o Presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia. Idem o sacerdote que o Bispo designar, designação que lhe deve ser solicitada, com urgência por V. Ex.ª Idem o Presidente da Comissão Concelhia da U.N. Idem uma pessoa conhecida pela sua benemerência. Idem um grande proprietário».

Na sessão ordinária de 4 de Setembro de 1938 a mesa da Misericórdia, presidida por José Maria Rodrigues Figueiredo e tendo como vogais Afonso José Martins Júnior, Américo Valente Compadre, António Augusto de Abreu e Joaquim da Silva Marques, deliberou *eliminar, por falta de pagamento das suas respectivas anuidades*, 126 irmãos! – entre os quais Afonso Dias de Carvalho, da Rua 31 de Janeiro; António Carmindo de Sousa Lamy, da Rua Cândido dos Reis; António Coentro de Pinho, da Rua dr. José Falcão; dr. João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Melo, da Rua Alexandre Herculano; dr. João Maria Lopes, do Largo dos Combatentes da Grande Guerra; José de Oliveira Pinho, do mesmo largo; Manuel de Oliveira Salvador, da Rua Elias Garcia; e Manuel Rodrigues Leite, da Rua dr. José Falcão –, e *eliminar 93 cidadãos por declararem desistir de serem irmãos da Misericórdia* – entre eles Ernesto Ferreira Franco.

Por sua vez, a *comissão concelhia*, nomeada pela circular, na sua sessão de 12 de Setembro de 1938, por unanimidade dos vogais presentes (Manuel Pacheco Polónia, Presidente da Câmara; José Maria Rodrigues Figueiredo, Presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia; dr. Álvaro dos Santos Esperança, vice-presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, em exercício; António Bernardino de Carvalho Santos, grande proprietário; e padre Boaventura Valente de Matos, pároco de Ovar), deliberou *eliminar 47 irmãos* por entender que os mesmos eram *maus elementos e desafectos à actual situação política*. Em contrapartida, resolveu *angariar o maior número possível de irmãos, em todo o concelho, reconhecidos como amigos daquela Santa Casa e como fervorosos adeptos do Estado Novo.*

Destacaremos, entre os 47 irmãos eliminados, os seguintes:

António Lúcio Pinto da Gama
Egídio Teixeira de Almeida
Fernando Artur Pereira
Francisco de Oliveira Belo
Francisco de Matos
Joaquim Correia Dias
José António Rodrigues de Almeida
José Augusto Ferreira Malaquias
José Augusto Lopes Fidalgo
José Dias Simões

Dr. José Eduardo de Sousa Lamy
José Pinho da Cruz
José Rodrigues de Pinho
Manuel Augusto Nunes Branco

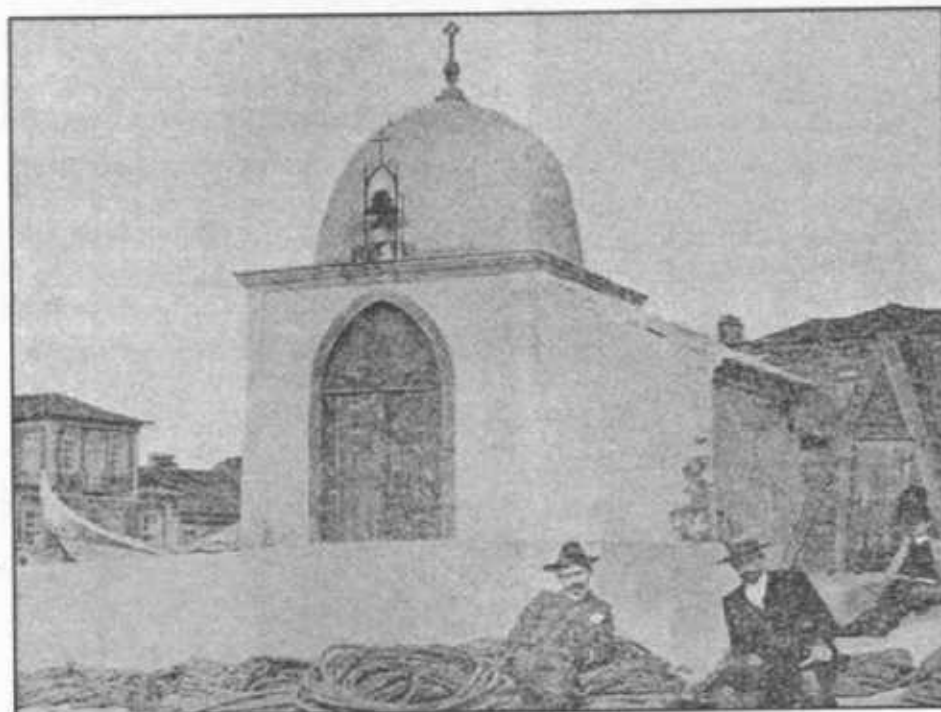
Na sessão da mesa da Misericórdia de 28 de Setembro foi resolvido, por unanimidade, eliminar todos os irmãos da Misericórdia que a comissão para esse fim nomeada eliminara na sessão de 12 desse mesmo mês.

Ao todo foram eliminados:

por falta de pagamento	126
por desistência	93
por serem maus elementos e desafectos ao governo	47
Total	**266 irmãos**

Uma leitura dos nomes dos 266 irmãos faz realçar que a mesa da Misericórdia e a Comissão Concelhia atraiçoaram o espírito da circular – não trataram de eliminar os maus elementos (?!) ou mesmo de eliminar os oposicionistas ao Estado Novo, trataram sim de se vingar em todos aqueles que se tinham colocado no caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto, contra os frades, ou que eram incondicionalmente adeptos da mesa do dr. Domingos Lopes Fidalgo.

O avanço do mar no Furadouro – a Capela Velha do Mar derrubada a 23 de Fevereiro de 1939

A primitiva *Capela do Senhor da Piedade* na praia do Furadouro, a *Capela Velha do Mar* (1766-1939), que substituira uma ermida de madeira erguida em 1759, situava-se, como já referimos, na continuação da Avenida Central do Furadouro, voltada para o Oceano, e tinha a forma de oratório ou pequeno forno.

Capela Velha do Mar, sem varandim. In*: MANUEL PINHEIRO CHAGAS,* História de Portugal, *3.ª edição, vol. 8.º, 1903*

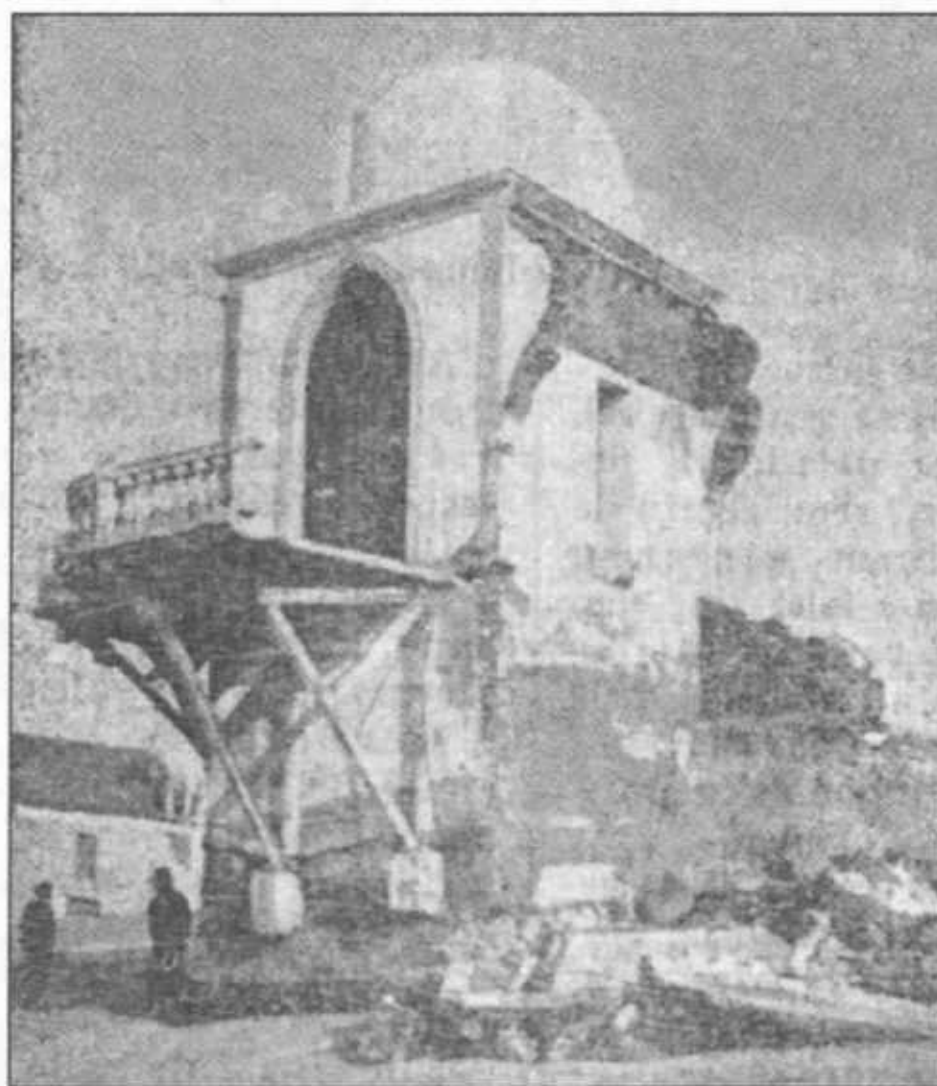
Capela Velha do Mar com varandim.

Em 1924 o mar em fúria veio bater na capela do Senhor da Piedade pondo o pilar à vista dum lado, na altura de cerca de dois metros, obrigando à colocação duma escada de madeira para se poder entrar na capela. No ano seguinte o mar chegou até junto da mesma capela, descobrindo-lhe parte dos alicerces.

Em 1935, a Junta de Turismo da Praia do Furadouro aditou à Capela Velha do Mar um varandim.

Avançando pela praia, em Dezembro de 1938, o mar destruiu a escadaria, parte sul do miradouro e a sacristia da capela.

Esta 1.ª Capela do Senhor da Piedade veio a ser derrubada pelo mar a 23 de Fevereiro de 1939. Foi precisamente às 16 horas e 10 minutos que ruiu a Capela Velha!

Capela Velha do Mar quando começou a ser derrubada pelo mar. In: O Povo de Ovar, *de 30/9/1939*

O arrancamento das vides americanas em Válega (15 de Maio de 1939)

O decreto n.º 25.270, de 18 de Abril de 1935, proibiu a plantação de produtores directos sem ser enxertados – a *vide americana* (*videira-americana* é a «designação atribuída vulgarmente a diversas espécies de videira geralmente originárias da América, seus híbridos e híbridos américo-europeus, empregados, primitivamente, como cavalos de enxertia ou porta-enxertos, depois da invasão filoxérica» – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXV) – e determinou o arrancamento, substituição ou enxerto dos existentes (as enxertias efectuadas depois de Outubro de 1934 «serão destruídas pelas brigadas móveis e por meio de pessoal assalariado, se o viticultor não as inutilizar no prazo que lhe for assinado»).

«Quando as brigadas chegaram ao concelho de Ovar, mais propriamente à freguesia de Válega, a reacção popular foi de tal modo objectiva que houve luta, da qual resultaram mortos. Clamores se ergueram, influências pressionaram de tal modo que pouco ou nada mais se fez. Certo que três anos passados as videiras condenadas vicejavam em triplo, quádruplo e quintuplo. Além destas, novas plantações foram feitas» (AMÉRICO URBANO, n'*O Comércio do Porto*, em 1972).

Os lamentáveis acontecimentos da freguesia de Válega ocorreram a 15 de Maio de 1939, entre a brigada móvel encarregada do arrancamento da *vide americana* e as forças de segurança que a protegiam – a G.N.R. e a P.S.P. –, por um lado, e os lavradores armados de cacetes, enxadas, pistolas e espingardas, por outro lado.

Era Governador Civil do distrito de Aveiro o dr. José de Almeida Azevedo, e Presidente da Câmara Municipal de Ovar Manuel Pacheco Polónia.

Atingidos gravemente a tiro nessa desordem, vieram a falecer, no dia 15, o pedreiro Jaime da Costa, do lugar da Espinha, da freguesia de Válega, e, no dia 17, Manuel Maria Valente de Pinho, de 38 anos, lavrador, residente no lugar de Real de Baixo, daquela freguesia.

O sistema de arrancar os pés da vinha ilicitamente plantados, demasiado radical, não produziu assim os resultados que se esperavam e foram, talvez, os acontecimentos de Válega que levaram o legislador a adoptar uma técnica mais subtil. Pelo decreto-lei n.º 33.544, de 21 de Fevereiro de 1944, «o proprietário da vinha plantada fora das condições legais fica sujeito ao pagamento de uma quantia que a lei denomina *taxa*, e que é calculada de modo a ultrapassar o rendimento presumível da vinha».

Em 1955, ainda lavrava o descontentamento na população rural do concelho de Ovar pela fiscalização à existência das vides americanas ilegais e pela aplicação da respectiva multa e, no dia 26 de Maio desse ano, avistaram-se com o Governador Civil de Aveiro, dr. Francisco Vale Guimarães, as autoridades administrativas do concelho, para que este intercedesse junto do governo pelos lavradores.

A 18 de Maio de 1975, no 36.º aniversário do corte das videiras americanas «e em homenagem póstuma àqueles que tombaram em defesa do que consideravam de seu legítimo direito», pelo partido socialista foi mandada celebrar missa de sufrágio na igreja matriz de Válega, seguida de romagem ao cemitério, onde foi depositada uma coroa de flores sobre a campa de uma das vítimas e proferidas breves palavras por militantes do partido.

A 13 de Outubro de 1986, cerca de duas centenas de agricultores do concelho de Ovar, aprovaram uma moção contra a eliminação das castas de vinho americano, recordando aos governantes locais e nacionais a tragédia de 1939 na freguesia de Válega.

A Legião Portuguesa (2 de Julho de 1939-1974) e o 10.º Aniversário da Mocidade Portuguesa (Maio de 1946)

Em 1936, pelo decreto-lei n.º 27.058, de 30 de Setembro, foi criada a *Legião Portuguesa*, formação de milícias em complemento da Mocidade Portuguesa e destinada a «organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social».

A criação da *L.P.*, humoristicamente denominada pelo povo a *Brigada do Reumático*, foi sugerida pelo dr. João Pinto da Costa Leite a Salazar (JOSUÉ DA SILVA, *Legião Portuguesa*).

O contra-almirante Álvaro Manuel Maria Valente de Araújo (1900-1978), foi um dos fundadores da *Brigada Naval* da Legião Portuguesa, e o seu primeiro comandante.

O núcleo de Ovar da Legião Portuguesa inaugurou a sua sede a 2 de Julho de 1939 e, na sessão de 5 de Março de 1942, a Câmara de presidência de Manuel Pacheco Polónia, a título provisório, deixou instalar em algumas dependências do antigo hospital o núcleo.

Esta organização para-militar, «única organização patriótica de voluntários», que deixou «a breve trecho, de ser tomada muito a sério, até dentro do próprio regime» (OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal*, vol. 2.º), foi dissolvida pelo decreto-lei n.º 171/74, de 25 de Abril, tendo o exército, na noite de 26 para 27 desse mês, ocupado a subdelegação da Legião Portuguesa em Ovar, apreendendo o material que aí se encontrava (o decreto-lei n.º 430/74, de 11 de Setembro, mandou reverter «para o Estado o activo líquido remanescente de todos os bens móveis e imóveis que pertenceram» à extinta Legião Portuguesa).

O núcleo de Ovar, porém, já tinha sido transformado em *lanço*, unidade correspondente ao pelotão do exército e, em 1974, achava-se muito desfalcado e em decomposição, podendo reunir uns 15 a 20 homens e tendo 30 espingardas Mauser, 1 pistola-metralhadora e 1 pistola Savage.

Em Ovar só houve *pequenos-legionários*, pretendendo obter por intermédio da *L.P.* benefícios, normalmente subidas no emprego.

Também por Ovar desfilaram, fazendo a saudação romana, jovens ovarenses de «camisa verde, calça de golfe castanha apertada por um cinturão com o *S* de Salazar, os botins, o bivaque, o dólman castanho, elegante como o de um oficial em miniatura» (JACINTO BASTOS, *Caminhos para uma revolução*). A 10 de Maio de 1958, HUMBERTO DELGADO (*Memórias*) afirmara «que Salazar os marcava aos dez anos com um *S* na fivela dos cintos dos uniformes, tal como um agricultor marca o seu gado para provar que lhe pertence».

Eram os Jovens da *Mocidade Portuguesa*, «caricatura muito *leviana*» das organizações de juventude alemãs e italianas, que «rapidamente declinou, tornando-se ob-

jecto de mofa e desprezo para grande parte dos adolescentes» (OLIVEIRA MARQUES, *ob. cit.*).

Em Maio de 1946, o 10.º Aniversário da Mocidade Portuguesa foi comemorado em Ovar com grande concentração de alunos de todas as escolas em frente da Câmara Municipal, de cuja varanda discursaram sobre o significado do aniversário o Presidente da Câmara e o Reverendo Torres.

Esta organização para-militar foi criada pela lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, e dissolvida pelo decreto-lei n.º 177/74, de 25 de Abril.

Nos últimos anos do Estado Novo, a *L.P.* e a *M.P.* em Ovar não eram mais que sobrevivências fósseis do regime. E diga-se, em abono da verdade, que a maioria dos jovens ovarenses manifestou sempre a sua repulsa pela *M.P.*, aliás de carácter obrigatório.

Ovar e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As Comemorações Centenárias (2 de Junho a 1 de Dezembro de 1940). Ovar e o 8.º Centenário da Tomada de Lisboa (29 de Junho de 1947)

A 1 de Setembro de 1939 a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha e no ano seguinte a Câmara, na sessão de 23 de Março, como medida económica e enquanto durasse o estado anormal da guerra, deliberou fazer interrupções de luz, com redução desta nas repartições públicas. A interrupção da luz pública em Ovar continuaria a fazer-se à 1 hora, não se reacendendo às 5; nas freguesias seria feita às 0 horas; o número de lâmpadas de iluminação nas freguesias de Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, S. Vicente e Válega seria reduzido a metade das existentes; reduzia-se o número de lâmpadas de iluminação pública no Furadouro e no matadouro municipal; às repartições públicas seria fornecida só nas horas normais. Esta medida económica da Câmara, porém, durou somente cinco meses de 1940.

Durante a Segunda Guerra Mundial os ovarenses, especialmente os economicamente débeis, sofreram a escassez e o encarecimento de alguns produtos essenciais, com as suas consequências: a *candonga*, o *mercado negro* e a escandalosa política de *racionamento*, que começou em Ovar em Outubro de 1943 e que fez ou aumentou algumas fortunas.

Houve a redução do consumo do pão, o racionamento do açúcar, arroz, azeite, bacalhau, massa, óleo, sabão; o racionamento da gasolina e do petróleo – a gasolina desapareceu, os carros passaram a trabalhar a gasogénio, pelo que falhavam imenso –; e a falta de pneus. Surgiram as bichas, as guias de trânsito, os manifestos obrigatórios, a fixação de preços, as requisições de mercadorias.

Com as muitas privações, com a muita miséria, percorriam Ovar, em dias certos, fileiras de pobres.

Durante a guerra, designadamente nos primeiros anos, os poucos ovarenses germanófilos enalteciam nos cafés e praças públicas de Ovar as vitórias alemãs, enquanto os aliadófilos, em muito maior número, ouviam às escondidas a B.B.C. no rádio dos amigos, ou liam as revistas inglesas e americanas, verdadeira propaganda *clandestina* da Oposição.

Dos democratas de Ovar, que sentiam a *causa dos aliados* como a sua própria, aguardando o fim da guerra para o levantamento nacional anti-salazarista, alguns aderiram ao *Movimento de Unidade Nacional Antifascista* (*M.U.N.A.F.*), organismo clandestino que agrupou todos os oposicionistas.

O *M.U.N.A.F.* (1943-1949), criado ao que parece pelo partido comunista, agrupava quase toda a oposição democrática, com a excepção única do pequeno grupo de Cunha Leal (MÁRIO SOARES, *Portugal amordaçado*). A ele aderiu logo o P.R.P. representado por Barbosa de Magalhães e Alberto Rocha.

Aquando da vitória dos *aliados*, em Maio de 1945, houve grande entusiasmo em Ovar, designadamente nos meios democráticos, convencidos de que o fim das hostilidades era, também, o enterro do salazarismo.

Mas a sua euforia, as suas esperanças, duraram pouco tempo!... O Estado Novo manter-se-ia ainda durante quase 29 anos.

As *Comemorações Centenárias* da Independência e Restauração de Portugal tiveram início em Ovar a 2 de Junho de 1940 (para OLIVEIRA MARQUES, na sua *História de Portugal* vol. 2.°, «1940 representou, para o Estado Novo em toda a sua pureza, o ponto máximo de apogeu») com uma sessão na Câmara, cerca das 16,30, discursando o Presidente Manuel Pacheco Polónia, o padre Boaventura Valente de Matos, Abade da freguesia, e o dr. José António de Almeida; às 18 horas efectuou-se na igreja matriz um Te Deum.

No dia 4, na Praça de República, ouviu-se o discurso radiodifundido do Presidente do Conselho dr. António de Oliveira Salazar, em Guimarães, procedendo-se depois ao hasteamento simultâneo das bandeiras nacional, da fundação e do município, no edifício dos Paços do Concelho, sendo executado nesse momento o hino nacional e subindo ao ar uma girândola de foguetes, repicando os sinos, terminando a cerimónia com uma salva de 21 tiros. A Câmara esteve iluminada durante esses dois dias.

No dia 17 de Agosto inaugurou-se em Válega um padrão comemorativo das festas centenárias, iniciativa do padre Miguel de Oliveira, director do jornal *Novidades*. O monumento localiza-se à entrada do largo situado ao norte da igreja matriz, junto à estrada nacional, e o seu projecto é obra do arquitecto Januário Godinho de Almeida, filho dessa freguesia. Usaram da palavra o Presidente da Câmara Manuel Pacheco Polónia, e os valguenses dr. Albino Borges de Pinho, D. António Valente da Fonseca, Bispo de Vila Real, dr. Joaquim Manuel Valente, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, dr. José Marques de Oliveira Reis e padre Miguel de Oliveira.

Finalmente, a 1 de Dezembro de 1940, houve um Te Deum na igreja matriz, tendo proferido, no púlpito, uma alocução patriótica o padre Miguel de Oliveira. Na sessão da Câmara falaram o Presidente, o Abade da freguesia, o padre Manuel André Boturão e o dr. José António de Almeida.

Na sessão camarária de 1 de Julho de 1947, o Presidente António Coentro de Pinho informou de que, como fora deliberado na sessão anterior, «no cortejo marítimo comemorativo do 8.° Centenário da Tomada de Lisboa, realizado naquela cidade, no dia 29 de Junho findo, se fizera representar este município por um grupo folclórico e por um grupo de pescadores conduzindo redes e aprestos de pesca usados na praia do Furadouro, grupo que, pela forma típica da sua representação, obtivera, como os anteriores, grande êxito, que se manifestou no agrado geral e vivo aplauso do público;

que da organização desses grupos gentilmente se encarregara o hábil e considerado artista fotográfico Mário da Cruz Almeida, que, pelos inúmeros esforços dispendidos e pela maneira inteligente como se desempenhou dessa organização se lhe deve o êxito alcançado». Deliberou a Câmara, por unanimidade, exarar na acta um voto de louvor ao referido cidadão Mário da Cruz Almeida.

A Assistência – A Casa dos Pobres (1 de Dezembro de 1940-1975). A União Noelista de Ovar

Pedir esmola pelas ruas de Ovar e pelos portais da sua igreja e das suas capelas, vagabundear de lugar para lugar da freguesia mendigando *pelo amor de Deus*, acorrer às festas e romarias, exibir chagas e deformações ou crianças esfarrapadas e sujas, foram sempre hábitos arreigados que as autoridades e cidadãos ovarenses procuraram, sistematicamente, extinguir.

A 31 de Agosto de 1866 a freguesia de Ovar tinha 3.411 pobres (1.535 *H* e 1.876 *M*), sendo 613 mendigos válidos, 152 mendigos inválidos, 2.534 não mendigos válidos e 112 não mendigos inválidos (*Colecção dos relatórios das visitas feitas aos distritos pelos governadores civis em virtude da portaria de 1 de Agosto de 1866*).

Em 18 de Dezembro de 1868 foi instalada a Comissão de Beneficência da Vila de Ovar, com a finalidade de acudir à extrema miséria que a esterilidade do mar ocasionava; de 24 de Dezembro desse ano a 15 de Maio de 1869 distribiu regularmente pão a 393 famílias, sujeitas a perecerem pela fome.

Por ordem do Governador Civil de Aveiro, de 21 de Janeiro de 1871, fez-se o recenseamento ou matrícula de todos os mendigos na Administração do Concelho. Os mendigos que fossem considerados válidos e capazes de ganhar a vida, e bem assim os que não justificassem a sua pobreza, seriam obrigados a assinar termo de abandonar a mendicidade e procurar trabalho honesto. Concedia-se licença para mendigar dentro do concelho de Ovar a todos os indivíduos inscritos no livro da matrícula. Era *proibido* aos mendigos: – pedir sem andar acompanhado de licença; sem trazer bem visível sobre o peito a chapa que lhe fora fornecida; de noite depois das 9 horas nos meses de Abril a Setembro, e depois das 8 de Outubro a Março; acompanhado de pessoa que não estivesse mencionada na licença; nas escadas dos templos e nas dos estabelecimentos e repartições públicas; dentro dos templos, dos passeios públicos, dos botequins e casas de negócio; fazendo alarido e recitações em voz alta; e insistindo e perseguindo com súplicas importunas.

Mendigos matriculados no concelho de Ovar em 1871

Arada	11
Ovar	79
S. Vicente	4
Válega	33
Total	**127**

Em 1917 *O Ideal Vareiro* pedia a extinção da mendicidade nas ruas de Ovar, numa campanha que conduziu à constituição de *Comissão instaladora da assistência aos pobres da freguesia de Ovar*, composta dos seguintes cidadãos: - dr. Alberto de Oliveira e Cunha, Abade da freguesia; Celestino Soares de Almeida, vogal escolhido pela Câmara; Ernesto Augusto Zagalo de Lima; dr. João Maria Lopes, como representante das irmandades de Ovar; e o director d'*O Ideal Vareiro*.

Mas a maior campanha a favor dos pobres foi desencadeada em 1931 por Manuel Augusto Nunes Branco, numa série de artigos intitulados «Mendicidade e Assistência», publicados no seu *Povo de Ovar*. A ideia foi logo secundada pelos cidadãos dr. Zagalo dos Santos e Augusto Júlio Arala Chaves.

No dia 17 de Julho de 1932, convocados pelo *Povo de Ovar*, reuniram-se vários ovarenses no salão da Associação dos Bombeiros Voluntários. Após terem discursado, entre outros, o director d'*O Povo de Ovar*, Manuel Augusto Nunes Branco, e os drs. António Gonçalves Santiago, João de Andrade Pais e José Eduardo de Sousa Lamy, foi escolhida uma *comissão* para tratar da organização da assistência em Ovar, composta dos seguintes cidadãos: – António André de Oliveira, dr. António Zagalo dos Santos, Carlos Ferreira Malaquias, Guilherme Lopes, dr. João Fernandes de Andrade Pais, José Augusto Lopes Fidalgo, José Dias Simões, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, José de Morais Sarmento e Manuel Augusto Nunes Branco.

A finalidade da associação em projecto seria a prática de todos os actos de assistência e beneficência, tendo em vista especialmente extinguir a mendicidade no concelho de Ovar.

Porém, só em Abril de 1936 foi constituída uma *comissão fundadora da Casa dos Pobres*, por 4 cidadãos – António da Silva Bonifácio, dr. Augusto Júlio Arala Chaves, Joaquim Belo Correia Dias e Manuel Augusto Nunes Branco –, comissão que distribuiu duas circulares, uma nesse mês e outra em Abril de 1937.

Na sessão de 18 de Dezembro de 1937, a Câmara da presidência de Manuel Pacheco Polónia deliberou conceder para a construção da *Casa dos Pobres* o terreno arborizado anexo ao matadouro municipal, com a área de 7.730 m^2.

Edifício da Casa dos Pobres.
In: O Povo de Ovar, *de 5/12/1940*

A 8 de Maio de 1938 foi adjudicada a empreitada – *Casa dos Pobres de Ovar* – a Alberto Nunes dos Santos, por 68.300$00, comparticipando o Estado com 37.000$00; a 11 daquele mês foi lavrada a escritura do contrato de empreitada, iniciando-se pouco tempo depois a obra.

No dia 1 de Dezembro de 1940 foi inaugurado este edifício, sobranceiro à fonte do Casal, numa sessão solene, às 10,30, presidida por Manuel Pacheco Polónia, que discursou, bem como os drs. Pedro Chaves e Augusto Júlio Arala Chaves, e ainda Manuel Augusto Nunes Branco. Após a sessão, procedeu-se à inauguração da cozinha, tendo acendido o lume, que deveria confeccionar a 1.ª refeição a distribuir na Casa dos Pobres, o eng.º Alberto Manuel Arala Chaves, que foi o fiscal da construção da obra.

A Casa dos Pobres teve os seus estatutos aprovados a 15 de Maio de 1940 pelo Governador Civil do distrito de Aveiro dr. José de Almeida Azevedo. Foram primeiros presidente e vice-presidente da assembleia geral para o triénio de 1941-1943, os drs. António Baptista Zagalo dos Santos e José Eduardo de Sousa Lamy; e primeiros presidente e vice-presidentes da direcção o dr. Augusto Júlio Arala Chaves e Joaquim Correia Dias.

A 22 de Junho de 1943 realizou-se a inauguração oficial, presidida pelo mencionado Manuel Pacheco Polónia, do *albergue* que importou em 157.960$00; entre 1946 e 1948 construíram-se as *oficinas escolas*, o *poço*, o *lavadouro*, a *casa das lenhas*, a *casa de desinfecção*, o *forno*, etc.

A assembleia geral extraordinária, de 24 de Novembro de 1974, por proposta do associado José Vaz de Castro Sequeira Vidal, votou por unanimidade a extinção da Casa dos Pobres e a entrega do seu património (constituído pelo *conjunto do Casal* – sede, cozinha, refeitório, anexos, recheio, 20 fogos e terreno –, e pelo *legado do casal Ferreira Malaquias* – casa de habitação no Furadouro e metade dum pinhal junto à antiga carreira de tiro) à Santa Casa da Misericórdia de Ovar.

A extinção foi motivada pelo decréscimo dos sócios e pelo estabelecimento dos ordenados minimos.

Por despacho de 18 de Abril de 1975, do Ministério dos Assuntos Sociais – Direcção-Geral da Assistência Social, foi mandado «integrar de direito, com todos os seus bens e valores, a Casa dos Pobres de Ovar na Santa Casa da Misericórdia de Ovar».

A última sessão da direcção da Casa dos Pobres veio a ter lugar a 11 de Junho de 1975.

Da Casa dos Pobres, de que foi *fundador* Manuel Augusto Nunes Branco, foram *presidentes da direcção* o dr. Augusto Júlio Arala Chaves (1 de Janeiro de 1941 a 1959) e sua irmã Irene Umbelina Arala Chaves (1 de Março de 1959 a 1975), e *presidentes da assembleia geral* o dr. António Baptista Zagalo dos Santos (1 de Janeiro de 1941 a 1957), José Rodrigues de Pinho (15 de Dezembro de 1957 a 1970) e José de Castro Sequeira Vidal (1 de Janeiro de 1971 a 1975).

Embora se seja contra a caridade pública, dado que a solução não está em perpetuar a miséria, socorrendo-a, mas em criar condições para o seu desaparecimento, tem-se de reconhecer que a Casa dos Pobres foi uma das instituições que mais protegeu os pobres de Ovar.

António Valente de Almeida foi o presidente da *Comissão Municipal de Assis-*

tência, criada pelo decreto-lei n.º 35.108, de 7 de Setembro de 1945, e que teve como último presidente o Abade de Ovar Padre Agostinho de Oliveira Félix, nomeado por despacho de 30 de Agosto de 1954.

Entre outras obras de assistência na freguesia de Ovar, ainda se devem destacar a Comissão da Sopa dos Pobres do Furadouro e a Cantina Escolar de S. Cristóvão.

Tudo isto na tradição das instituições de caridade como remédio social...

A *União Noelista de Ovar*, associação caritativa *natalista*, com sede em França, teve a sua primeira festa a 6 de Janeiro de 1939.

União Noelista de Ovar.

O recenseamento de 12 de Dezembro de 1940

Indica o 8.º recenseamento geral da população, de 12 de Dezembro de 1940, que a *freguesia de Ovar* tem 16.635 habitantes (5.477 *H* e 7.158 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a primeira das 188 freguesias do distrito de Aveiro, seguida da de S. Salvador de Ílhavo.

Quanto à população *residente*, a freguesia de Ovar com 12.799 habitantes era também a primeira do distrito.

No que respeita a *fogos*, a freguesia de Ovar era ainda a primeira do distrito com 4.090 fogos (e 4.686 prédios), seguindo-se-lhe a de Ílhavo.

O concelho, um dos 19 do distrito, tinha 30.243 habitantes (13.230 *H* e 17.013 *M*) de população *presente ou de facto*, e 30.657 de população *residente*. Os fogos ascendiam a 8.574.

O ciclone de 15 de Fevereiro de 1941

A 16 de Janeiro de 1922 desencadeou-se sobre Ovar um ciclone, das 7 horas da tarde à meia-noite, que produziu grandes estragos, derrubando 24 eucaliptos na estrada do Furadouro, destelhando casas e desabando cruzes dos templos.

«O violento ciclone que assolou o país no dia 15 de Fevereiro de 1941, causou avultados prejuízos nas redes de distribuição de energia eléctrica da praia do Furadouro e das freguesias do concelho, destruindo-as em largas zonas e avariando as restantes em grandes extensões, motivo porque os habitantes da praia do Furadouro e das freguesias estivessem sem iluminação pública e particular durante bastante tempo. Para os necessários e urgentes trabalhos de restabelecimento das redes destruídas e da reparação das avarias causadas pelo ciclone foi concedido pelo Estado o subsídio de 34.620$00».

No dia 5 de Fevereiro de 1972, rajadas ciclónicas sucessivas fustigaram com violência a freguesia de Ovar, destelhando casas na praia do Furadouro, derrubando muros, uma chaminé e um poste de luz em cimento armado, voltando parte da bancada improvisada para o Carnaval, arrancando árvores na estrada do Furadouro, na Rua Vasco da Gama e no bairro da Misericórdia.

O violento temporal que assolou Ovar, nos dias 29 e 30 de Dezembro de 1982, ocasionou prejuízos no hangar do Carregal da secção náutica da A.D.O.

Estudantes de Ovar em Coimbra – o «Pereira das Forças» (1941-1946); *A Academia de Coimbra* (1990) do dr. Alberto Sousa Lamy. A primeira licenciatura em letras (1943), e as primeiras licenciaturas em económicas-financeiras (1949)

Estudantes naturais ou residentes em Ovar destacaram-se na história da Academia de Coimbra.

Nas invasões francesas (1807-1810), quatro estudantes ovarenses da Universidade de Coimbra distinguiram-se: António Pereira Zagalo, Joaquim Celestino Albano Pinto, Manuel José da Costa e Sousa e Bernardo António Zagalo, que conquistou, a 27 de Junho de 1808, o forte da Figueira da Foz.

Em 1824, foi excluído da Universidade de Coimbra, pela Junta *expurgatória*, Emílio Juvenal Cardoso.

Dois estudantes de Ovar escreveram peças para as *récitas de despedida* dos seus cursos: Antero Garcia de Oliveira Cardoso *Baldaia*, autor de *Cousas e Lousas*, que subiu à cena na noite de 7 de Maio de 1884; e Ângelo Ferreira, que com Carlos Braga escreveu a peça *A Fonte da Sabedoria*, representada a 18 de Maio de 1887.

António Cabral, no poema épico a *Niveleida* (1886), focou dois ovarenses: José Maria de Sá Fernandes, conhecido pelo *Sá d'Ovar*, e aquele Ângelo Ferreira. Este respondeu-lhe num folheto intitulado *A Bolha*, que Trindade Coelho considerou uma *tremenda réplica* dum dos tais do *nível*.

O estudante Domingos Rodrigues da Silva Pepulim, natural de Ovar, teve a iniciativa, em 1897, da fundação de uma associação, *Amicitia*, que adoptaria o nome de *Nível*.

Trindade Coelho, no célebre *In illo tempore* (1902), evocou no capítulo «A Casaqueida» o estudante Ângelo Ferreira, e no capítulo «A Niveleida» os estudantes José Maria de Sá Fernandes, o *Sá d'Ovar*, e aquele Ângelo Ferreira.

O dr. José de Arruela foi um antipraxista famoso, autor do *Auto de fé de um*

praxista, representado a 4 de Novembro de 1905. Ele e o dr. António Emílio Rodrigues Aleixo foram os dois quartanistas de Ovar que, em 1905, celebraram o *Enterro do Grau*.

No futebol académico, notabilizaram-se Salviano Rui de Carvalho e Cunha, que foi, inquestionavelmente, o mais famoso jogador (1929-1938) da Associação Académica de Coimbra, chegando a ser o melhor avançado-centro do País!, seu irmão Mário Pereira de Carvalho e Cunha, e Daniel José de Oliveira *Malícia*.

De Ovar são ainda de referir, além do malogrado guitarrista António Jorge Maia Godinho Marques, os estudantes Manuel da Silva Pereira, o *Pereira das Forças* (1941--1946), e Manuel Tarújo de Almeida, que foi presidente da Associação Académica (1943-1944).

Em 1970, no rescaldo da *crise de 1969*, e quando era estudante do 3.º ano da Faculdade de Direito, foi expulso da Universidade de Coimbra Álvaro Correia Vilas, natural de Ovar, que foi residente da República do *Prá-kis-tão*, e pertenceu ao CADC.

Após o *25 de Abril* de 1974, fez parte da primeira direcção eleita da Associação Académica de Coimbra a estudante do 5.º ano de Direito, natural de Ovar, Maria Regina Anselmo Rodrigues Pinho (lista de comunistas e de MDP/CDE que dirigiram a AAC de 31 de Maio a 11 de Dezembro de 1974).

Em 1990, foi publicado a *Academia de Coimbra. 1537-1990. História. Praxe. Boémia e Estudo. Partidas e piadas. Organismos Académicos*, do dr. ALBERTO SOUSA LAMY, que foi estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no curso do professor doutor Mota Pinto (1953-1958).

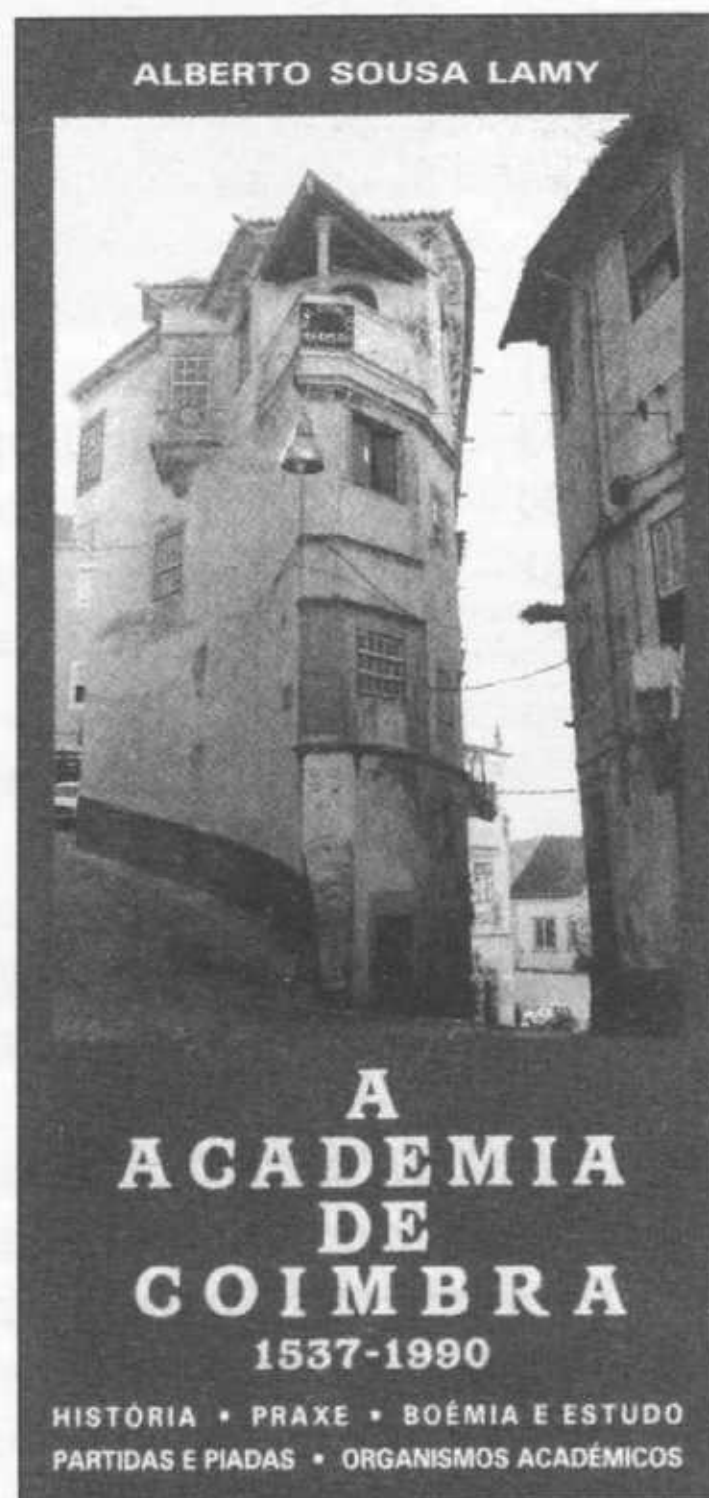
O dr. Manuel da Silva Pereira, conhecido pelo *dr. Pereira Morgado* e na boémia coimbrã pelo *Pereira das Forças*, nasceu na freguesia de Válega, a 3 de Abril de 1917, matriculou-se na Faculdade de Direito em 1941, foi presidente da direcção de futebol da Associação Académica de Coimbra, fez parte, em 1944/1945, da direcção do Orfeon Académico, quando esta era presidida pelo dr. Manuel Sobral Torres (sendo presidente da assembleia geral do Orfeon o estudante de medicina Francisco Barrigas de Carvalho), formando-se em 1946.

O «Pereira das Forças», o estudante Manuel da Silva Pereira (1941-1946). In: Livro dos Quartanistas

Seu pai, Manuel da Silva Pereira e Pinho, que casou com Joana Henriques de Pinho (empregada da Família Peixoto, de Ovar, foi presa quando do *complot* monárquico de Ovar, de 26 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912), foi, com sua irmã Maria Albina de Jesus, usufrutuário dos bens do último *morgado de Válega*, Sebastião de Morais Ferreira, que faleceu em 1898.

O dr. ALBERTO SOUSA LAMY, advogado, natural de Ovar, que frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra nos anos lectivos de 1953-1954 a 1957--1958, no curso do doutor Carlos Alberto da Mota Pinto, é autor da primeira história da Academia de Coimbra, desde 1537, ano do estabelecimento definitivo da Universidade, até 1990, ano do 7.º Centenário da Fundação.

Esta obra que procura abranger a infinidade de assuntos relacionados com a velha Academia de Coimbra, em 4 séculos e meio de história, com destaque para a Associação Académica de Coimbra, a maior e a mais importante organização estudantil do País, e uma das mais velhas e das maiores da Europa, refere:

– os grandes acontecimentos académicos, nomeadamente o Assassinato dos Lentes, a Tomarada, a Rolinada, o Centenário da Sebenta, o Enterro do Grau, a Tomada da Bastilha, a greve de 1969;
– a praxe, com o canelão, a pastada, o rapanço, as colheradas, as *repúblicas*, as *troupes*, as touradas;
– a vida dos seus estudantes célebres: Antero, António Nobre, Castilho, Eça, Garrett, Guerra Junqueiro, Hilário, José Estevão, Nicolau Tolentino, Soares de Passos, Trindade Coelho, Zeca Afonso;
– os boémios: Castelão, João de Deus, João Penha, Malhão, Pad Zé, Pássaro; as partidas memoráveis e as piadas;
– o *Palito Métrico*, a *Macarrónea*, o *Reino da Estupidez*, *O Trovador* e o *Novo Trovador*, e os livros que imortalizaram a Academia: *Memórias do Mata-Carochas*, *In Illo Tempore*, *O Livro do Doutor Assis*, *Fogo na noite escura*;
– as Associações de Estudantes, o Teatro Académico, o Orfeon, a Tuna, o TEUC, O CADC, e o Museu;
– os futricas, o Terreiro de Erva, as casas de prego, as capoeiras guarnecidas, as tascas e as tabernas: das Tias Camelas, do Homem do Gás, do Joaquim Pirata; a Mariquinhas Marrafa e o Almirante Rato;
– os Lentes – o Pires de Marmelada, o Calisto, o Padre Pita, o Assis, o Salazar;

A Academia de Coimbra *(capa)*.

– a Queima das Fitas, o Fado, as Serenatas, o Penedo da Saudade, as Tricanas, o Amor.

Relação* (não exaustiva) *das formaturas em letras nas universidades do País de cidadãos naturais da freguesia de Ovar até 1974

1943 – Cecília Marques Maia Sacramento
1946 – António Gomes Ferreira (*Magina*)
1950 – Maria Antonieta Raimundo Coelho
1958 – Américo Vinga Martins
1965 – Emília Gomes de Carvalho Brandão e Maria Adelaide Godinho Arala Chaves
1972 – Maria Teresa da Silva Cardoso Valente
1973 – Ana Maria da Silva Valente

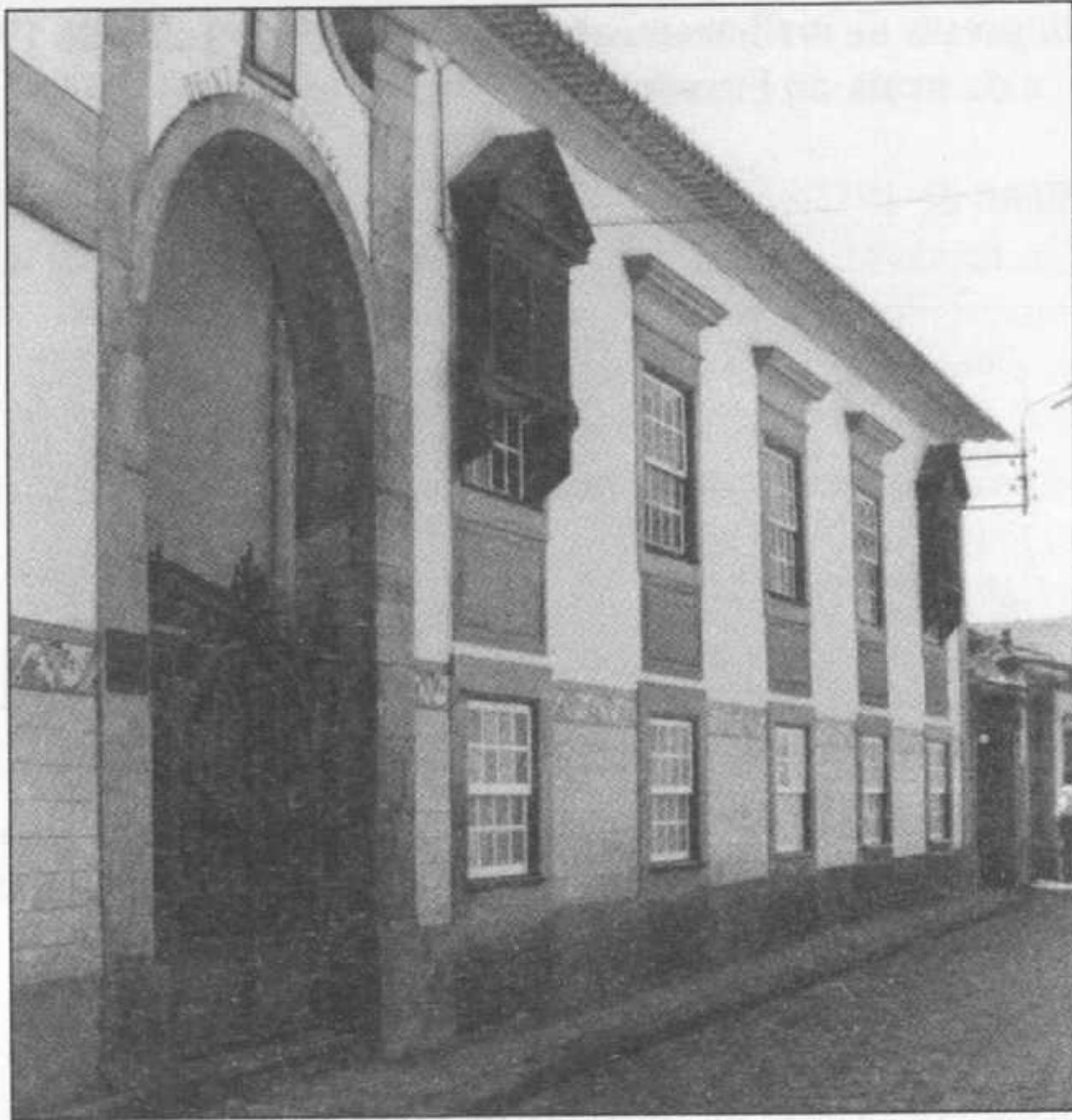
Relação* (não exaustiva) *das formaturas em económicas-financeiras nas universidades do País de cidadãos naturais da freguesia de Ovar até 1974

1949 – Eduardo Lamy Laranjeira e Manuel Duarte Pereira
1951 – Francisco Augusto Martins Lopes Vinga
1958 – Manuel Pedro Raimundo Coelho
1959 – Maria do Céu Correia de Pinho
1961 – Justino de Oliveira Rodrigues
1963 – Manuel Maria de Matos
1972 – Rui de Sá e Cunha
1974 – António Carlos Saramago Araújo Sobreira e Jorge Rui Mendes da Rocha

O benemérito Manuel Gomes Neto (8 de Junho de 1943) – a Quinta de S. Tomé

Fragateiro, filho do marítimo Manuel Gomes Neto e de Rosa Gomes de Belo, o benemérito Manuel Gomes Neto nasceu na Rua Nova, a 24 de Junho de 1870, casou com Elisa Júlia dos Santos, de quem se divorciou, falecendo com 72 anos, a 8 de Junho de 1943 (suicídio por tiro na cabeça).

Foi vogal-administrador da Câmara Municipal, de 2 de Outubro de 1934 a 1935, e Provedor da Misericórdia desde 6 de Novembro de 1934.

Grande benemérito da Misericórdia, no seu testamento, de 15 de Setembro de 1941, deixou-lhe a quota disponível dos seus bens (metade) e para princípio de pagamento da referida quota o prédio misto denominado *Quinta de S. Tomé*, no Largo Mousinho de Albuquerque e Rua Luis de Camões, com a condição da Misericórdia instalar e sustentar na referida casa uma enfermaria para doenças infecciosas com o seu nome.

Casa e Quinta de S. Tomé. Frontaria da Rua Luís de Camões.

A 8 de Junho de 1944, foi pela 1.ª vez inaugurada uma *enfermaria* para infecto-contagiosas, a que foi dado o nome do benemérito *Manuel Gomes Neto*, tendo sido encerrada posteriormente a 1946.

A 18 de Abril de 1948, visitou Ovar o Secretário de Estado da Assistência, dr. Trigo de Negreiros, inaugurando a creche *Manuel Gomes Neto* instalada na antiga residência que este benemérito legara à Misericórdia; e, no dia 9 de Maio de 1959, quando o Ministro da Justiça, professor doutor Antunes Varela, veio a Ovar inaugurar as Casas dos Magistrados, foi convidado pela Câmara presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy para inaugurar também, na Quinta de S. Tomé, o *dispensário anti-tuberculoso e enfermaria-abrigo*, do qual foi primeiro médico aquele Presidente da Câmara (o dispensário tinha sido aberto a 26 de Dezembro de 1958).

Manuel Gomes Neto. 1870-1943
In: O Povo de Ovar, *de 30/9/1939*

A consulta dispensária passou, em 1974, a ser administrada directamente pelo I.A.N.T. que instalou na Quinta de S. Tomé o serviço de pneumotisiologia *Manuel Gomes Neto*, quando a Misericórdia aí mantinha uma consulta-dispensário anti-tuberculoso dirigido pelo dr. Domingos da Silva Rocha.

As empresas de melhoramentos de Ovar (15 de Julho de 1943) e da praia do Furadouro (28 de Novembro de 1944)

A 1 de Junho de 1911 constituiu-se uma comissão organizadora dos melhoramentos de Ovar, dando cada sócio um vintém por semana. Com esse dinheiro fez-se o primeiro coreto do Furadouro.

A primeira empresa de melhoramentos da freguesia de S. Cristóvão de Ovar data, porém, de 15 de Julho de 1943 – a *Empresa de melhoramentos de Ovar, limitada* (Bonifácios, Chaves, Correias Dias, Malaquias e outros) –, e a ela se deve o Cine-Teatro da cidade, inaugurado a 30 de Dezembro de 1944.

A 28 de Novembro de 1944 foi constituída a *Sociedade de melhoramentos da praia do Furadouro, limitada* (Bonifácios, Chaves, Colares Pinto, Correia Dias, Malaquias e outros), à qual se deve, por sua vez, o *Hotel Mar-e-Sol*, da praia do Furadouro.

A 9 de Março de 1992, foram eleitos os corpos gerentes da *Comissão de melhoramentos do Furadouro*, tendo como presidente da assembleia geral Álvaro Valdemar da Silva Resende, e da direcção Augusto de Jesus Rodrigues (vice-presidente padre Aníbal Duarte Pereira).

O primeiro veterinário do concelho de Ovar (18 de Agosto de 1944)

Veterinários do concelho de Ovar

1. Dr. Alberto Eugénio Coelho Marques 18/08/1944
Natural de Ovar (8 de Abril de 1919), filho do oficial do exército Duílio da Silva Marques e de Ambrosina Bordalo Coelho Marques.
2. Dr. João Luís Gonçalves 7/10/1944
3. Dr. Joaquim Borges de Campos 1/04/1959
4. Dr. Manuel da Costa Campos Pinto 23/12/1969
5. Dr. Manuel Ferreira Papoula 26/07/1973
6. Dr. Manuel José Sacramento Craveiro Guerra 1/10/1986

O Cine-Teatro (30 de Dezembro de 1944). Cinema na praia do Furadouro (15 de Julho de 1954). Paulo Rocha e o filme *Mudar de vida* (1967); Clara de Ovar e o cinema

No dia 30 de Dezembro de 1944 foi inaugurado o Cine-Teatro, propriedade da Empresa de Melhoramentos de Ovar, Limitada, com uma sessão solene e, à noite, com a película *Sinfonia de Estrela.*

Desde 15 de Julho de 1954, exibem-se filmes no rinque de patinagem da Assembleia do Furadouro, praia onde, em Junho de 1954, trabalha vários dias uma equipa de Walt Disney, de Hollywood, documentando-se sobre a arte da xávega.

A 28 de Fevereiro de 1981, é inaugurado o *Esmoriz-Cine*, na cidade de Esmoriz.

Cine-Teatro de Ovar (1944).
Foto de Carlos Rogério dos Santos

O realizador Paulo Rocha nasceu no Porto, a 22 de Dezembro de 1935, filho de Crispim José da Rocha (Casal, S. Vicente de Pereira, 1890 – Lisboa, 1964) e de Maria Cândida Alves Soares Malaquias, de Ovar, tendo frequentado o curso do IDHEC em Paris (1959-1961), e sido assistente-estagiário de Jean Renoir e assistente de Manuel de Oliveira.

Estreou-se no filme de fundo com *Verdes Anos* (29 de Novembro de 1963), «filme do campo contra a cidade» (Eduardo Prado Coelho), que «mostra uma frescura de inspiração e uma verdade de sentimento pouco habitual entre nós, colocando o drama da adaptação à cidade».

O segundo filme de Paulo Rocha, *Mudar de vida*, estreado a 20 de Abril de 1967, com música de Carlos Paredes, e com os actores Geraldo del Rey, Isabel Ruth e Maria Barroso, decorre na ria e praia do Furadouro, focando «o problema da erosaão martima que obriga os pescadores a trabalhar uma terra que não conhecem» (Luís de Pina). «Adelino entre o amor passado (Júlia, interpretada por Maria Barroso) e o amor futuro (Albertina, interpretada por Isabel Ruth), personifica uma evolução que vai da companha à industrialização moderna».

Adelino (*Geraldo d'El Rey*), é um pescador que volta do Ultramar e descobre que sua namorada, Júlia (Maria Barroso, aceitou o convite para interpretar este papel, uma mulher do povo, 20 anos depois de ter sido afastada dos palcos do Teatro Nacional por razões políticas), casou com o seu irmão. Albertina vai convencê-lo a deixar de ser pescador, a *mudar de vida*, o que ele fará, após a morte de Júlia. *Mudar de vida* «move-se como um baloiço entre o mar e a terra, entre uma mulher e outra, entre a saudade e a vontade» (Nuno Henrique Luz, na Revista do *Semanário*, de 9 de Março de 1991).

Um dos filmes-referência do chamado Cinema Novo português, «conta a história das mudanças que começaram a transformar a vida dos habitantes de uma comu-

Maria Barroso (1965), em Mudar de vida.
In*:* João Semana*, de 1/8/1994*

nidade de pescadores, no Furadouro, perto de Ovar, na década de 60. A região, que dependia exclusivamente do trabalho no mar e na ria, é progresssivamente invadida pelas águas, obrigando as suas gentes a emigrar».

Alguns ovarenses entraram no filme: – António Rodrigues de Pinho, António dos Santos Coelho, António Soares Couto, Edwiges Pacheco, Ilídio Baptista, e *Zéni d'Ovar* (irmão de *Clara d'Ovar*).

De 15 a 19 de Abril de 1991, por iniciativa da Escola Secundária n.º 1, Paulo Rocha esteve em Ovar nas comemorações das Bodas de Prata do seu *Mudar de vida* (o filme foi estreado em Ovar a 10 de Junho de 1967).

O Presidente da Camara Municipal, dr. Armando França, a 19 de Abril de 1994, acompanhou o Presidente da República dr. Mário Soares, na visita à Quimigal, tendo-lhe oferecido um Álbum de fotografias do filme *Mudar de vida*, rodado em Ovar, em 1965, e que contou com a participação da sua esposa, dr.ª Maria Barroso.

Nas Comemorações do 10.º aniversário da elevação de Ovar a cidade, a 25 de Julho de 1994, abriu, no edifício junto ao Cinema de Ovar, uma exposição fotográfica, inaugurada pela dr.ª Maria Barroso (que nesse dia recebeu a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, com Paulo Rocha), sobre o filme *Mudar de vida*, documentário precioso do que era a cidade e o Furadouro. As fotografias originais, a preto-e-branco, foram tiradas pelo distinto fotógrafo ovarense Rui Almeida.

Paulo Rocha.
In*:* Reis *de 1987*

Duas artistas vareiras – Clara e Maria Albertina. In*:* Notícias de Ovar*, de 10/6/1971*

Clara d'Ovar, pseudónimo de Leolina Clara Gomes Dias Simões, filha de Manuel Dias Simões e de Margarida Ferreira Soares Gomes Dias Simões, nasceu no lugar de S. Miguel, em Ovar, a 4 de Novembro de 1925, e casou (1957) em Luanda com Zoland Pierre, de quem se veio a divorciar (1959), casando (1972) em Lisboa com José de Almeida Soares.

Em Paris dedicou-se ao cinema, como actriz, dialoguista e assistente de realização. Em 1962, António da Cunha Teles e a Jad Films, de Paris, com o apoio de Clara d'Ovar, iniciaram uma colaboração de qualidade; e, em 1965, Clara de Ovar filma no Brasil, com Pierre Kast, *La brulûre de mille soleils*, e o cineasta Claude Faraldo trabalha em Portugal para *La jeune morte*, produção de Clara d'Ovar.

Poeta, Clara d'Ovar escreveu também contos.

O plano de urbanização de Ovar (31 de Agosto de 1945), e a repartição de obras públicas (19 de Novembro de 1946)

Na sessão de 2 de Agosto de 1945, por unanimidade, a Câmara da presidência de Manuel Pacheco Polónia deliberou contratar com o eng.º Miguel Resende, da Rua do Bolhão, do Porto, o *plano de urbanização de Ovar* (a escritura do contrato foi lavrada a 21 de Agosto desse ano) e o *plano de urbanização da praia do Furadouro* (escritura lavrada a 1 de Fevereiro de 1949).

A Câmara da presidência de António Coentro de Pinho, reconhecendo a necessidade de orientar tecnicamente os serviços de obras municipais sob a direcção de um diplomado, deliberou na sessão de 19 de Novembro de 1946 criar, a título provisório, uma *repartição técnica* sob a direcção de um engenheiro especializado nos referidos serviços. E, a 31 de Dezembro desse ano, tomava posse de engenheiro chefe da *repartição de obras públicas* o eng.º Fernando Pinto de Almeida Henriques.

Na sessão de 4 de Novembro de 1959, a Câmara presidida por Carlos de Sousa Nunes da Silva, «considerando que os serviços e problemas de obras, urbanização e

correlativos requerem e exigem a existência de pessoal técnico habilitado; considerando que todos estes trabalhos têm andado a ser executados defeituosamente por dois simples mestres de obras e pelos funcionários da Secretaria, apesar de toda a boa vontade por eles demonstrada; considerando que o grande incremento destes serviços neste concelho desde há muito justifica a existência duma secção própria; considerando que só com a devida e indispensável organização desta secção se poderá executar e dirigir perfeita, correcta e competentemente aqueles serviços que representam uma das maiores actividades do município», deliberou, por unanimidade, proceder, com a maior urgência, à devida instalação dos *serviços de obras* e bem assim criar os lugares de chefe dos mesmos, a prover por contrato, por um engenheiro e por um desenhador de terceira.

Na sessão de 4 de Maio de 1960, tendo em vista a falta de assistência técnica tão necessária para a defesa dos aspectos estético e arquitectónico do concelho, deliberou contratar o arquitecto José da Cruz Lima.

Na sessão de 7 de Setembro de 1960, deliberou nomear para o lugar de chefe dos serviços de obras, definitivamente, o eng.º Joaquim Maria Braga da Cruz, que tomou posse a 22 de Outubro desse ano.

E em boa hora o fez, dado que a sua escolha em breve se mostrou acertada. O eng.º Braga da Cruz, que nasceu a 3 de Novembro de 1923, na freguesia da Sé, na cidade de Braga, e casou com a dr.ª Maria José Tarújo Almeida, natural de Ovar, impôs-se pelo seu saber, pelas suas excepcionais qualidades de trabalho e pela sua honestidade, levando a cabo, em pouco tempo, uma obra de urbanização, asseio e limpeza de Ovar, notável a todos os títulos.

Eng.º Braga da Cruz.

A 22 de Março de 1967 o eng.º Miguel Resende, urbanista-consultor da Câmara, despede-se e sugere o nome do arquitecto Jorge Guimarães Gigante para o substituir. Este, contratado a 14 de Março de 1968 para urbanista da Câmara de Ovar, rescindiria o contrato a 1 de Março de 1975 (tomou posse no Porto, a 24 de Janeiro deste ano, do cargo de comissário para a Renovação da Área da Ribeira – zona do Barredo).

A 13 de Julho de 1974, a Comissão Administrativa da Câmara deliberou reorganizar o serviço de obras, ficando à responsabilidade do eng.º Braga da Cruz o sector de *obras públicas*, e à do agente técnico de engenharia Fontes as responsabilidades pelo sector de *obras particulares*.

A decadência da pesca do pilado (década de 1940). O bairro dos pescadores no Furadouro

Referem ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA, FERNANDO GALHANO e BENJAMIM PEREIRA, nas *Actividades agro-marítimas em Portugal* (1975), que «a pesca do caranguejo pe-

queno em cardumes – o *pilado*, ou *patelo* e *patela*, e ainda *mexoalho* e *escasso* –, para adubação das terras, era, como a apanha das algas, uma importante faina que interessava à lavoura mas que tinha lugar no mar».

Porém, «a partir de cerca de 1940, estas pescarias, por toda a nossa costa, foram sendo progressivamente postas de parte, e encontram-se hoje (1975) totalmente extintas, como actividade específica».

Na pesca do *pilado* no Furadouro, no sistema básico de arrasto para bordo, usava-se «um único barco, sendo o elemento imóvel uma bóia (ou a própria terra). No Furadouro, a bateira «se alava carregada, por 4 juntas de bois que para o efeito ficavam na praia, aguardando o regresso das companhas; e a descarga tinha lugar depois dela estar no alto do areal. Quando usavam o *saco de vaivém*, ele próprio, ao chegar a terra, era também despejado na bateira antes de a levarem para cima».

Depois, «o pilado era vendido pela totalidade da carga. Compareciam lavradores e comerciantes; mas quando não havia pretendentes, ele era levado para os armazéns das companhas». Os lucros «líquidos eram divididos em 3 partes, cabendo 1/3 para o barco e aparelhos, e 2/3 para a companha, repartidos por igual entre os companheiros». Ainda do «lucro bruto, descontavam-se, como encargos gerais, além do dízimo, a *marinha* (era a soma necessária à compra de 3 litros de vinho para distribuir pela companha) e o dinheiro para o gado da alagem do barco».

Normalmente, no Furadouro, «saía-se ao pilado apenas uma vez por dia».

Os pescadores desta, praia, além das «*amarrações* de duas bateiras grandes que

Barcos na praia do Furadouro (1938), de Alberto Sousa (1880-1962).
Museu Regional de Arte de Aveiro.

iam ao pilado ao mar, com as redes *mugigangas* e *chinchorros*, usavam outras bateiras mais pequenas para a pesca do *caranguejo* na ria (nesta área distinguem muito claramente o *pilado*, do mar, do *caranguejo*, da ria, embora também apliquem o termo *caranguejo* para designar o pilado) – que se utilizava também como adubo embora fosse comestível – com os mesmos *chinchorros* e além deles com as *chinchas*, que são igualmente varredouras e envolventes, de cercar, mas muito mais pequenas do que aqueles».

Em meados da década de 1940, de colaboração com a Junta Geral da Casa dos Pescadores, construiu-se um bairro piscatório, com 18 fogos, na praia do Furadouro.

Em Agosto de 1970 foram erguidas as primeiras das 20 casas desmontáveis, com água, luz e saneamento, fornecidas através do Fundo de Fomento da Habitação, para os pescadores que perderam os seus palheiros com o avanço do mar no Furadouro.

Os bailes de caridade ou de cortesia

Bailes por caridade ou relações de cortesia, frequentados por famílias distintas – que censuravam a entrada de pessoas que entendiam não ser qualificadas –, realizaram-se, nomeadamente, na Assembleia do Furadouro, no Cine-Teatro de Ovar, e no salão nobre da Câmara Municipal (o que foi criticado). Foram ocasião propícia para estendal de guarda-roupa, jóias, *toilettes*, e para exibição dos últimos modelos de penteado e calçado.

Em 1939, no sábado de Aleluia, realizou-se nos Paços do Concelho um baile de caridade, o que foi criticado pelo *Povo de Ovar* que entendia que o salão nobre era impróprio para tais actos.

O Largo dos Campos, tendo ao fundo a capela com a torre que seria demolida em 1948, e, à esquerda, o coreto.
In: *Arquivo da Família Polónia*

Capítulo XXV

ESTADO NOVO - O APÓS-GUERRA
1946-1959

A indústria: a Rabor e a construção de motores eléctricos (1 de Abril de 1946), a Família Borges. Os plásticos – a Ovarlite (9 de Julho de 1947), a Fopil (1961) e a Fápral (1965). O industrial e político Álvaro Marques da Silva Rola. Tintas e vernizes – as Tintas de S. João (1955-1965) e a Sital (29 de Agosto de 1957)

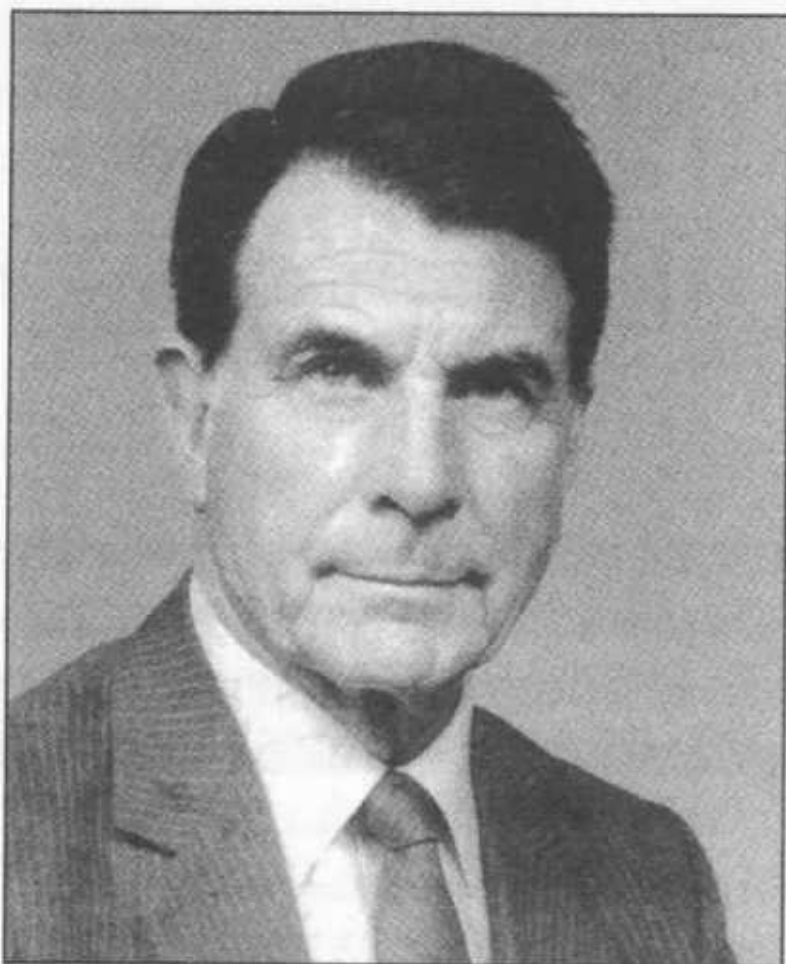
A *Rabor* surgiu na Rua Alexandre Herculano, n.º 115, a 1 de Julho de 1945, como sociedade irregular, entre Manuel da Silva Borges, que nasceu no lugar de Cabanões, da freguesia de S. João de Ovar, a 15 de Agosto de 1920, filho de Albano da Silva Borges, de Válega, e de Maria Duarte Marques, de Ovar, e António Leite Ramos, electricista do Porto, que veio a falecer, a 25 de Dezembro de 1985, em S. Mamede de Infesta.

Rabor são as iniciais de *Ra*mos e *Bor*ges.

Casa da Rua Alexandre Herculano, onde nasceu a Rabor.

Com a constituição da *Rabor, Limitada*, a 1 de Abril de 1946, entrou para a sociedade aquele Albano da Silva Borges.

Ao eng.º Manuel da Silva Borges, que casou na Igreja, a 29 de Julho de 1944, com Glória Oliveira dos Santos Borges, natural de Ovar, juntaram-se na sociedade, a 31 de Dezembro de 1947, após a saída daquele António Leite Ramos, os irmãos José e João.

Eng.º Manuel da Silva Borges.

A 1 de Maio de 1965, a Rabor, Limitada, transforma-se em sociedade anónima, a *Rabor – Construções eléctricas, S.A.R.L.*, com fábrica na estrada de S. João de construção e reparação de motores eléctricos.

«Esta empresa desenvolveu-se e prosperou tendo-se lançado, no período que antecedeu a sua venda à *ITT*, na exportação de motores com destino ao Vietnam do Sul. A evolução desfavorável desta guerra» e «consequente corte de encomendas colocou a Rabor numa situação de difícil sobrevivência, que culminou com a sua compra pela ITT» (OLIVEIRA ANTUNES, *A ITT contra o 25 de Abril*).

A 28 de Novembro de 1967, a Rabor, pertença e criação da Família Borges, foi adquirida, por um montante aproximado de 60.000.000$00, pela sociedade *International Telegraph & Telephone, Corporation – ITT*, a 8.ª empresa dos Estados Unidos da América do Norte, a maior empresa americana na Europa, e a mais poderosa multinacional americana em Portugal.

A Rabor perdeu, então, a autonomia técnica, tornando-se um simples elo de uma cadeia internacional de montagens – deixou de fabricar motores eléctricos, para passar a fabricar componentes para motores (OLIVEIRA ANTUNES, *ob. cit.*).

Após o *25 de Abril* de 1974, com grandes dívidas e sem ter conseguido obter a concessão dum empréstimo, a Rabor viu a sua situação progressivamente agravada – suspensão de investimentos programados e anulação de encomendas.

Numa situação de falência técnica, desde Setembro de 1974, a Rabor foi ocupada pelos operários, de 7 a 12 de Fevereiro de 1975, que alegaram sabotagem económi-

Na década de 1960, excursão da Rabor, na Ria, com os seus operários, viajantes, clientes e convidados.

ca por parte da administração. Contaram, então, com o apoio do P.C.P., M.D.P./ /C.D.E., M.E.S., F.E.C. m-1 e ainda das secções de Ovar e Espinho do P.S.

A 19 de Novembro de 1975, a Rabor foi submetida a um regime provisório de gestão estatal (*intervenção do Estado*). A 23 de Julho de 1980, um despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e do Plano e da Indústria e Energia, *considerou findo o regime provisório de gestão*. Foi decretada uma greve geral que não evitou que, a 22 de Setembro desse ano, *cessassem as funções da comissão de gestão.*

Os sócios da Rabor – os irmãos João, eng.º Manuel, José e o cunhado Manuel.

A *desintervenção*, por despacho conjunto dos Secretários de Estado Alípio Dias e Baião Horta, significou a devolução da empresa à ITT, que a vendeu, a 10 de Fevereiro de 1981, por 95.000.000$00, à *EFACEC – Empresa fabril de máquinas eléctricas, S.A.R.L.*, ligada à multinacional *ACEC*, de capital predominantemente belga.

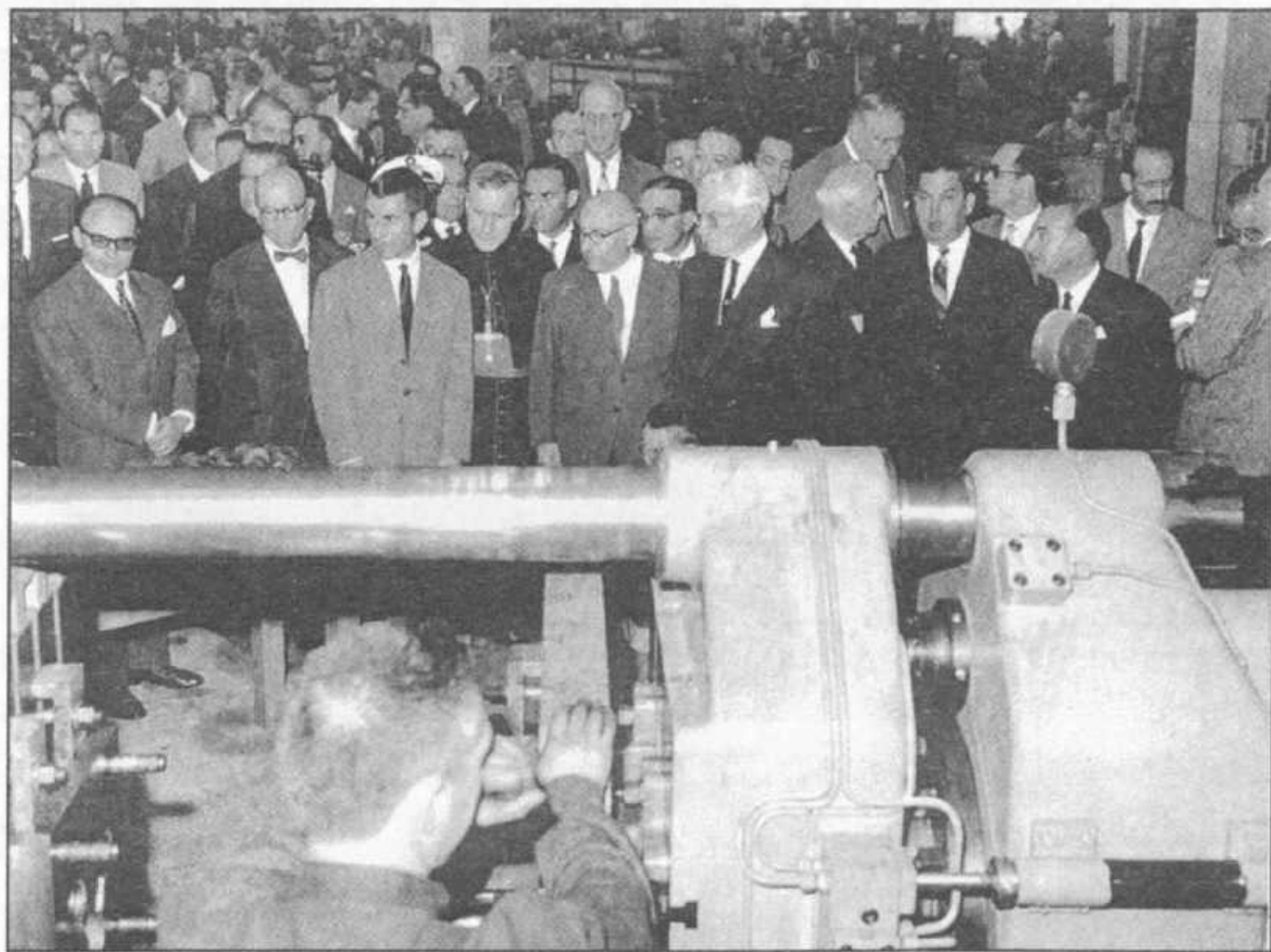
Com a aquisição da *Rabor* pela *EFACEC* iniciou-se a construção duma nova fábrica contígua à existente.

A 3 de Maio de 1985, foi inaugurada pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, e com a presença do Ministro da Indústria e Energia, professor Veiga Simão, e do presidente do conselho de administração da EFACEC, eng.º Alfredo Nobre da Costa, a fábrica robotizada de motores eléctricos *Rabor*, a primeira do País e uma das mais modernas de motores da Europa.

A *Família Borges* descende de Manuel da Silva, filho de Manuel Caetano da Silva e de Maria de Jesus, e que casou com Ana Rodrigues de Pinho.

O filho deste casal, Albano da Silva Borges (Válega, 1894 – † Cabanões, 1954), casou com Maria Duarte Marques, de Ovar.

Filhos do casal Albano/Maria: – João, que casou (1953) com Maria Amélia de Oliveira Gonçalves Santiago, filha do dr. António Gonçalves Santiago; José; e eng.º Manuel da Silva Borges, que nasceu no lugar de Cabanões (1920), da freguesia de S. João de Ovar, e casou (1944) com Glória de Oliveira dos Santos Borges, de Ovar.

Este eng.º Manuel Borges foi vereador da Câmara Municipal (1959-1971) nas presidências de Carlos de Sousa Nunes da Silva e dr. José Maria de Araújo Abreu.

A 18 de Março de 1960, visita do Ministro da Economia, eng.º Ferreira Dias, à Rabor, *que tem, à sua direita, o eng.º Manuel da Silva Borges, e, à sua esquerda, o dr. Albino dos Reis.*

A primeira fábrica de plásticos foi pertença da *Ovarlite, Limitada*, com sede na Quinta do dr. Pinto, no Carregal, e constituída a 9 de Julho de 1947 – comércio e indústria de colas, fabricação e transformação de plásticos, incluindo os conhecidos por *Ovarlite*.

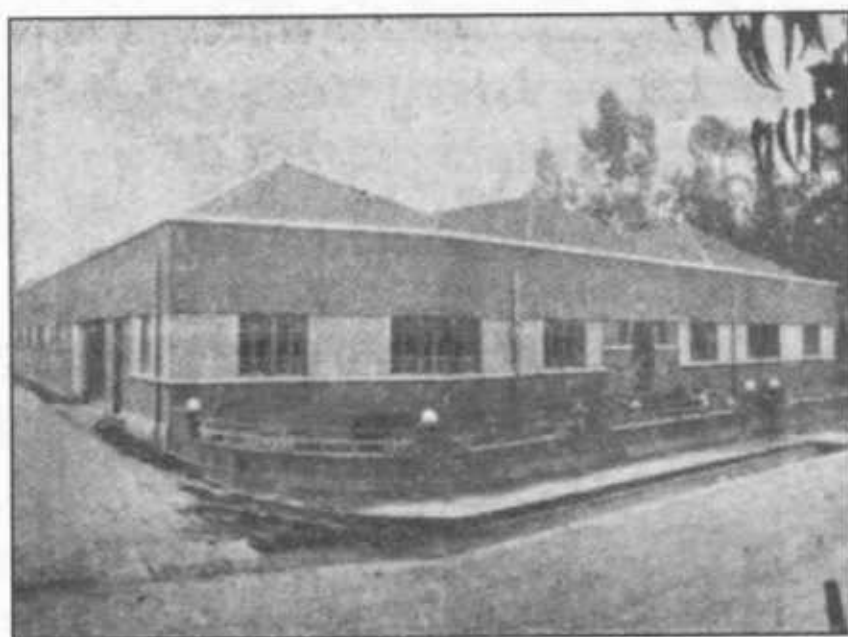
Posteriormente surgiram duas grandes fábricas, uma, da *Fopil – Fábrica ovarense de plásticos industriais, Limitada*, com sede na Avenida de S. João, constituída por escritura de 2 de Março de 1961, outra, a *Fápral – Fábrica de plásticos Ramires, Limitada*, no lugar da Madria, desde 26 de Fevereiro de 1965.

Industrial e político, Álvaro Marques da Silva Rola nasceu na freguesia de Cortegaça, a 6 de Abril de 1910, filho de Manuel Marques da Silva, conceituado industrial que faleceu a 18 de Março de 1936, e de Maria Alves Fardilha, casou (1936) com Rosa de Jesus da Silva e Sá, natural de Paramos, Espinho, e veio a falecer a 27 de Setembro de 1998, com 88 anos.

Foi vereador da Câmara Municipal de Ovar (1946-1950, com António Coentro de Pinho; e 1968-1974, com o dr. José Maria de Araújo Abreu e Francisco José Correia de Almeida), *Provedor* da Santa Casa da Misericórdia de Ovar (de 26 de Fevereiro de 1969 a 1972), vogal da Comissão Distrital da União Nacional de Aveiro (desde 10 de Maio de 1969), e foi eleito, em 1970, para a Comissão do Distrito de Aveiro da A.N.P. – Acção Nacional Popular.

Como homem de negócios, dinamizou a indústria de cordoaria e tapeçaria de Cortegaça (*Sicor*, escritura de 1947 e arranque em 1951); *Lusotufo*, (1967), e, enquanto vereador, promoveu a urbanização da freguesia, avançou com o projecto da construção do novo cemitério e levou a cabo o abastecimento de água ao domicílio nas freguesias de Cortegaça e Esmoriz.

Foi condecorado, a 25 de Julho de 1993, com a *Medalha de Ouro de Mérito* do município de Ovar e, em 1994, o Presidente da República agraciou-o com o grau de *Comendador* (Classe de Mérito Industrial) – primeiro comendador de Cortegaça. Em 1995, ano em que foi objecto duma grande homenagem em Cortegaça, foi descerrada, a 16 de Março, a placa toponímica da *Praça Comendador Álvaro Rola*.

A mais antiga fábrica de tintas e vernizes foi levantada na Estrada de S. João, pertença de *Abreu, Silva & Gomes*. Falindo, deu origem à *Ferreira & Marinho* (escritura de 29 de Setembro de 1955), que cancelou as suas actividades em Ovar (as *tintas S. João*) em 1965.

O edifício da fábrica de tintas e vernizes de Abreu, Silva & Gomes. In*:* Notícias de Ovar, *de 6/9/1951*

Por escritura, de 29 de Agosto de 1957, foi constituída a *Sital – Sociedade industrial de tintas e anticorrosivos, Limitada*, com sede e instalações fabris no lugar do Brejo.

O hotel «Mar-e-Sol» na praia do Furadouro (Junho de 1946). A recolha de areia (1946-1969)

O *Hotel «Mar-e-Sol»*, da Sociedade de Melhoramentos da Praia do Furadouro, Limitada, constituída por escritura de 28 de Novembro de 1944, foi inaugurado em Junho de 1946.

Avenida Infante D. Henrique, tendo ao fundo, à direita, o Hotel «Mar-e-Sol». Edições Santos, Furadouro

O hotel foi, depois, pertença da Sociedade Hoteleira do Furadouro, Limitada, que teve o seu início a 1 de Janeiro de 1966 e seria dissolvida a 6 de Maio de 1982. Esta sociedade vendeu o edifício do hotel, a 15 de Outubro de 1981, a Fernando Pereira Marrafa. Veio a ser destruído, dando lugar a um complexo habitacional.

De 1946 a 1969, aproximadamente, empreiteiros retiravam areia do litoral do Furadouro com a finalidade de a vender para a construção civil. Essa areia era carregada, a pé, da beira-mar até ao depósito do empreiteiro (a cerca de 70 metros), por pescadores (com dois caixotes de madeira, nas extremidades de uma vara), pescadeiras (com um caixote de madeira) e menores de 14 anos. Estes carregadores recebiam, em 1956, por cada caixa de 0.5 m^3 que enchessem, uma chapa no valor de 5$00 que não era trocada por dinheiro mas por géneros na mercearia do empreiteiro, o que dava lugar a abusos por parte deste, a que se sujeitavam os carregadores para não perderem o trabalho. Para este serviço ocasional os assalariados tinham de possuir uma pá que

era adquirida também na mercearia do empreiteiro e paga a prestações, conforme pudessem.

Em 1966 «as caixas de medição têm a capacidade de meio metro cúbico e o seu enchimento rende 6$50»; neste ano «o comprador pagava ao patrão da companha 20$00 por cada metro cúbico de areia posta no veículo».

Em 1967 «os carregadores ganham 13$00 por cada metro cúbico de areia que carregam, o que, atendendo à capacidade dos caixotes das mulheres, corresponde a mais de 20» (MARGARIDA RIBEIRO, «Recolha de areia», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIII, 1967).

Recolha de areia.
In: Arquivo do Distrito de Aveiro, *vol. XXXIII*

O Presidente da Câmara António Coentro de Sousa e Pinho (4 de Agosto de 1946 a 1954). O *Notícias de Ovar* (16 de Setembro de 1948) e as suas campanhas em prol de Ovar. O dr. Zagalo dos Santos e o *Saibam quantos...* (16 de Setembro de 1948). O provedor da Misericórdia José Vaz de Castro Sequeira Vidal (14 de Janeiro de 1951 a 1954) – a Família Vidal. A conferência do dr. António Luís Gomes (20 de Março de 1954)

Oriundo duma família de prestígio, a dos Coentros (possuidores das casas do Outeiro e do Carril, esta a mais rica de Ovar, «pois possuia o maior património em bens de raiz. Diziam que as libras em ouro eram contadas aos alqueires, na casa do Carril» – *Notícias de Ovar*, de 9/11/1981), grande bairrista, político, industrial, António Coentro de Pinho nasceu em Ovar, a 24 de Fevereiro de 1898, no Largo da Poça, n.º 8, filho de Abel Augusto de Sousa Pinho, que foi Secretário da Câmara Municipal (1901-1915), e de Maria José Coentro de Pinho, neto paterno de Manuel José de Pinho e de Margarida Emília de Sousa, negociantes da Rua dos Ferradores, e neto materno de António Gomes Duarte Pereira Coentro e de Rosa de Oliveira Gomes, da Rua do Outeiro.

Tendo emigrado para o Brasil, aos 13 anos, de regresso a Ovar veio ajudar a criar a conhecida firma *F. Ramada – Aços e Indústrias*, e foi *Presidente da Câmara Municipal* (4 de Agosto de 1946 a 1954). Foi, como afirmou, *empurrado* para a Câmara pelo seu primo, o coronel Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, que era chefe de gabinete do general Botelho Moniz e foi Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

Fundou, a 16 de Setembro de 1948, o *Notícias de Ovar*, de que foi director desde 11 de Novembro de 1954 até à sua morte, tendo casado, a 19 de Maio de 1951, com a Artista Beatriz dos Santos Campos.

Durante a sua presidência na Câmara Municipal verificaram-se os seguintes factos:

1946 – A 19 de Novembro é criada a repartição técnica nos serviços de obras municipais.

1952 – É criada a Casa do Concelho de Ovar em Lisboa a 21 de Junho; inicia-se a construção do mercado (1952-1955) e leva-se a cabo o primeiro Carnaval. De 25 de Julho a 28 de Dezembro realizaram-se as *Festas Centenárias*; de 5 a 18 de Outubro teve lugar, integrada naquelas, a 2.ª Exposição Industrial de Ovar.

1953 – Inicia-se a iluminação fluorescente (praia do Furadouro).

António Coentro de Pinho, que recebeu a *Medalha de Ouro* de Mérito Municipal em Fevereiro de 1988, deu muito do seu trabalho e experiência a agremiações desportivas, culturais e beneficentes de Ovar. Grande bairrista, pecando algumas vezes pelo exagero, muitas agremiações locais se não lhe devem a sobrevivência, devem-lhe uma vida melhor e mais fácil.

Foi presidente da direcção da Associação Desportiva Ovarense (1926/1927 e 1937/1945), e presidente da assembleia geral de várias instituições: A.D.O. em 1929 e 1952/1976; Bombeiros Voluntários (1950/1994), Casa do Concelho de Ovar em Lisboa (1957/1973), Museu de Ovar, e Orfeão de Ovar.

Veio a falecer a 5 de Junho de 1994, com 96 anos.

António Coentro de Pinho aos 26 anos de idade.

Quando da celebração do seu nascimento, a 27 de Fevereiro de 1998, afirmou o dr. Armando França, Presidente da Câmara Municipal de Ovar!: – «Associativo, político, jornalista, gestor, marido, pai e avô em todas as actividades em que participou Coentro de Pinho deixou-nos a sua forte marca pessoal, de homem de visão, interventivo, atento ao mundo, mobilizado para a vida, preocupado com o próximo e imbuído de um criador e saudável bairrismo».

Durante a sua presidência teve como vice-presidente José Vaz de Castro Sequeira

Vidal (de 6 de Agosto de 1948 a 31 de Julho de 1954), e, entre os seus vereadores, os cidadãos Álvaro Marques da Silva Rola, de Cortegaça, José Maria Ferreira Regalado, Manuel José Patrício, Firmino Pereira de Carvalho, e João Maria Rodrigues Conde.

A 16 de Setembro de 1948 saiu o primeiro número do *Notícias de Ovar*, semanário nacionalista e regional, propriedade de António Coentro de Pinho.

António Coentro de Pinho.
1898-1994

Foram seus directores o dr. Manuel Tarújo de Almeida (1948-1954), António Coentro de Pinho (7 de Outubro de 1954 - 2 de Junho de 1994), e Beatriz dos Santos Campos Coentro de Pinho (9 de Junho de 1994 - 28 de Dezembro de 2000).

Inicialmente com redacção e administração na Rua Luís de Camões, n.º 87, e composto e impresso na Imprensa Pátria, de Ovar, foi, desde 1983, impresso na tipografia Ideal Ovarense, Limitada, e, posteriormente, teve a redacção e administração na Rua dr. José Falcão, n.º 63, e a sua execução gráfica na Rebelo – Artes Gráficas, Limitada, em Estarreja.

Após o *25 de Abril* na reunião democrática de 10 de Maio de 1974, houve, segundo o *João Semana*, «uma infeliz moção de ataque ao *Notícias de Ovar*, havendo que destacar algumas intervenções que ajudaram a repor as coisas no lugar».

Num encontro da Imprensa não diária em Lisboa, o director do Notícias de Ovar, *António Coentro de Pinho, e sua Esposa, cumprimentam o prof. doutor Marcello Caetano, no Palácio de S. Bento.* In: *Arquivo de D. Beatriz Campos*

O OVAR, 16 DE SETEMBRO DE 1948 N.º 1

NOTICIAS DE OVAR

semanário nacionalista e regional

[Dire]CTOR: DR. MANUEL TARUJO DE ALMEIDA — EDITOR: ANTERO MALAQUIAS — [ADMI]NISTRADOR: FRANCISCO BRANDÃO — PROPRIETÁRIO: ANTÓNIO C. PINHO
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DE LUÍS DE CAMÕES, 87 — TELEF. 140
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: IMPRENSA «PÁTRIA» — OVAR — TELEF. 105

DIRECTRIZ

Ao iniciarmos a publicação do «NOTICIAS DE OVAR» não queremos nem podemos deixar de afirmar, bem claramente, quais os nossos objectivos e quais os princípios que a hão-de orientar com vista à consecução dos mesmos.

«Um jornal é sempre, ou deve ser sempre, — como alguém disse — um orgão esclarecedor da opinião, nunca seu deformador. E' essencialmente tribuna de afirmação.»

Pois bem, modestamente, dentro do limitado campo de acção que lhe é próprio — a região — o «NOTICIAS DE OVAR» pretende ser orgão esclarecedor da opinião, tribuna de afirmação, servindo honesta e desinteressadamente a nossa terra.

Ele se fará eco das suas actividades e das suas necessidades, sempre sem esquecer que acima dos interesses locais, condicionando-os e sobrepondo-se-lhes, está o *interesse nacional.*

Dentro dos princípios apontados pretende-se, assim, congregar, e unir todos aqueles que são acima de tudo, PORTUGUESES.

[O] pouco que se fez e do muito que resta fazer...

[A]o encetarmos estas des[pre]nsiosas linhas, bom será [que] fixemos, embora ligeira[men]te, as intenções que aqui [nos t]rarão semanalmente, as [direc]trizes que respeitaremos [em] absoluto e as obrigações [e c]ompromissos voluntària[men]te tomados e aos quais [sere]mos fieis sempre e sem-

[Es]te jornal — ao contrário [do] que possa supôr malé[vola] ou inadvertidamente [mui]ta gente — não foi criado [para] defender ou firmar po[siçõe]s ou situações embora [ase]guradas neste momento, [de q]uem quer que seja e, [mui]to menos, servir de tram[polim] para quem tenha o «vi[ci]o», a intenção ou até a ne[cessi]dade de as conquistar, [qua]se sempre sem olhar aos [meio]s.

[O]s que aqui trabalham, [aqu]eles que conseguiram com [u]m esfôrço, e algum sa[crifíc]io também, mas volun[tário]s, pôr esta obra de pé, [a]limentam a mais pe[quen]a aspiração pessoal, não [pen]sam, não querem, não [busc]am a mais pequena be[nesse], seja de que género fôr, [nem t]êm a menor preocupa[ção] de tempo ou de espaço, [de c]onservar e defender os [«em]prêgos» que usufruem, e, [c]onsequència, não puse[ram] o jornal na rua para [servi]r interesses particulares, [inter]esses mesquinhos ou in[tere]sses inconfessáveis.

[F]izeram-no com o único [fim] tendo por fito único fa[zer] justiça, dizer a verdade, [servi]r abnegada e alevanta[dam]ente a nossa terra — e só [os se]us superiores interesses [lh]e marcarão ou modifica[rão] as nossas atitudes — estar [ao] ùnicamente ao bem pú[blico] e servir, consequente[men]te, leal, dedicada e de[sinte]ressadamente a Nação.

[Po]r tudo isto, este jornal [não] se prestará também a [ca]lar e reclamar, incessan-

conseguido realizar, pois com isso, esse alguém, não podia ter feito mais do que cumprir as obrigações dos cargos que ocupa ou corresponder à confiança que quem de direito nele depositou.

Mas porque, por outro lado, há necessidade que a verdadeira história se faça para conhecimento dos vindouros e ainda mais, às vezes, para convencimento dos muitos — os piores de todos — que não querem ou sabem ver, este jornal não deixará de referir, oportunamente, a obra realizada, seja ela qual fôr e de quem fôr. Mas, o que será a preocupação constante deste semanário, do que nunca se arredará, é de procurar trabalhar, doutrinando e lutando para que as mil e uma necessidades, quási todas instantes, da nossa terra, sejam satisfeitas, o mais breve e melhor possível, que as incontáveis aspirações de todo o concelho possam ser uma realidade a bem de todos os vareiros e a bem da Nação.

Aqui, procuraremos portanto, semana a semana, di-

PESCADORES

(NO FURADOURO)

Dura vida, a de remo pesadão.
Dura vida, a da luta contra o mar.
Dura vida, à nortada e à cerração,
As alterosas ondas afrontar.

Dura vida a de cada geração
Que aqui nasce e se acaba de criar.
Dura vida — e sem termo ou remissão,
Até que a invalidez a vem buscar.

Ou a morte... E, é isto, rapazinhos
Que hoje brincais, cercados por espuma,
E em inocentes furtos de peixinhos:

Vosso destino e vossa sorte amara:
— Rêdes às costas, mar revolto, bruma,
E pesca escassa ou — de fortuna — rara.

António Valente de Almeida

Dispensário Polivalente

— I —

Construído o edifício há mais de 3 anos, só agora foi urbanisado o local, onde o mesmo se encontra, no Alto do Sobado [...]

de formalidades burocráticas para a integração daquele Dispensário no Instituto Maternal, visto que, como é óbvio, nem a Câmara Municipal, nem a Misericórdia, dispõem de verba para a sua indispensável manutenção [...]

Bairrismo

«NOTÍCIAS DE OVAR»... e a boa nova entrou no meu gabinete de trabalho envolta numa auréola esplendorosa de sensação e imprevisto. Acolhi-a com aquele renascido entusiasmo de quem ressuscita um lindo sonho passado e exumei da penumbra de antigas recordações a minha incompleta e saudosa aventura. À luz mágica do meu caleidoscópio evocativo perpassaram, uma após outra, cenas delidas pelo tempo, figuras de apóstolos convictos, panoramas de decantados retábulos locais, umas e outras girando em redor de um mesmo sentimento animador, o amor intrínseco à terra que nos foi berço. A pouco e pouco vi ressurgir o vulto respeitável de um velho cliente em cuja alma perscrutei, um dia, a mais profunda e estranha expressão da nortalgia vareira. Vale a pena contar; o senhor adoecera e solicitara os meus serviços. Havia pouco tempo que eu instalara o consultório nestes sítios e o meio era quási desconhecido para mim. Logo de início, um acentuado sotaque que esmaltava a sua fala — reminiscência nativa que nem o desterro, nem os anos, apagaram — me denunciou a sua naturalidade. E com o coração aberto, a voz repassada de espontânea franqueza, como acontece aos homens que conquistaram, honestamente, o seu lugar na vida, deslizou a memória pelo suave declive do seu passado longínquo. Deixara o lar aos onze anos e viera para Lisboa à busca do pão incerto, trazendo apenas, na minguada bagagem, meia dúzia de esperanças e avultada soma de saudades da meninice agreste. Os anos rodaram e o seu trabalho frutificou. Veio a velhice e vieram os achaques, alguns deles resultantes do mau passadio e do mau trato na labuta diária. Agora, ali estava, meio tolhido, as energias gastas o corpo a suplicar descanso. Mas sentia um desejo, um grande desejo muito íntimo a espicaçar-lhe o coração saudoso: — voltar à sua terra; tornar a ver, volvidos tantos anos de ausência, os lugares santos por onde jornadeou a sua infância bravia. Nada de humano o prendia lá; parentes e amigos tinham desaparecido, levados na enxurrada do destino. Era um sentimento imaculado, liberto de intenções mesquinhas, embutido na mais pura espiritualidade, aquilo que nesse momento experimentava. Voltar... voltar assim, desconhecido, apagado, sem preocupações, nem preconceitos; poder [...]

Notícias de Ovar, *de 16 de Setembro de 1948.*

A 12 de Junho de 1975, o *Notícias de Ovar* declarava-se «jornal republicano, liberal, e estruturalmente independente» e ainda «políticamente apartidário, neutro em matéria religiosa, mas não apolítico».

A imprensa local, no Estado Novo, acomodatícia quanto ao governo, nunca foi verdadeiramente incómoda à administração local. As divergências, de pormenor, derivaram de retaliações pessoais. Ela foi ou propriedade do clero (o *João Semana*) ou de influentes locais (o *Notícias de Ovar*).

O *Notícias de Ovar* deu acolhida aos historiadores locais: ZAGALO DOS SANTOS com o *Saibam quantos...* (de 16 de Setembro de 1948 a 19 de Setembro de 1957 e ainda em artigos inéditos), e *O Foral* (1952); Monsenhor MIGUEL DE OLIVEIRA; Padre AIRES DE AMORIM, dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES, ARADA E COSTA, dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA, e, desde 25 de Janeiro de 1996, o dr. ALBERTO MANUEL MATOS DE SOUSA LAMY (*Dicionário da História de Ovar*).

O semanário sempre fomentou campanhas pela terra e pelo povo ovarense, como a da fundação da *Casa do Concelho de Ovar em Lisboa*, a *descoberta* do Carnaval, a criação do *Museu*, a das obras de defesa da praia do Furadouro, e tantas e tantas outras.

O historiador dr. António Baptista Zagalo dos Santos, filho de José Maria Pereira dos Santos (†1910) e de Maria Baptista Zagalo dos Santos (†1915), nasceu em Ovar, na casa da Rua Elias Garcia onde esteve instalada a agência do Banco Nacional Ultramarino, aos 9 de Agosto de 1884, formou-se em direito (1910), tendo-se casado, aos 12 de Julho de 1917, com Maria da Silva Bonifácio Zagalo (†1965, com 68 anos), filha do negociante ovarense Manuel Gomes da Silva Bonifácio.

Foi gerente da agência do B.N.U. desde a sua criação, *provedor* da Misericórdia de Ovar (1919-1921) e primeiro presidente da assembleia geral da Casa dos Pobres (1941-1943). Colaborador dos semanários locais *A Pátria*, *O Povo de Ovar* e *Notícias de Ovar*, neste desde o primeiro número (16 de Setembro de 1948) com a sua secção de história local intitulada *Saibam quantos...*, publicou no *Arquivo do Distrito de Aveiro* os seguintes artigos: «O brasão e a carta de armas dos Brandões», «Imprensa periódica do distrito de Aveiro», «Um oratório do século XVIII» e «Pigeiros – Garfa de Ovar». Para o número especial daquele *Notícias de Ovar*, comemorativo dos Centenários (Dezembro de 1952), preparou uma cópia do traslado do foral dado a Ovar por D. Manuel I, a 10 de Fevereiro de 1514.

Organizador das *primeiras festas* de Ovar, a 16 e 17 de Julho de 1927, veio a falecer, com 73 anos, a 4 de Novembro de 1957, no exercício do seu trabalho na agência do B.N.U.

Dr. Zagalo dos Santos.
1884-1957

Para o padre MIGUEL DE OLIVEIRA (*Notícias de Ovar*, de 7/11/1957), os artigos insertos no *Notícias de Ovar* e em outras publicações, bem como a documentação existente nas suas mãos, «tornaram o dr. Zagalo dos Santos o mais perfeito conhecedor dos factos ovarenses. A esse conhecimento aliava uma cultura geral que ninguém pode improvisar, um sentido histórico e uma graça de estilo que são raros dons naturais. Contado por ele, o mais pequenino episódio do passado emoldurava-se num quadro de rara beleza, com seus finos toques de ironia e gostoso ressaibo de evocação saudosa. Há quem possua grande erudição histórica e não consiga cativar a atenção do leitor. E há quem escreva de forma atraente sobre temas de história, atraiçoando a verdade a cada momento. Zagalo dos Santos tinha o culto da verdade histórica e sabia apresentá-la com todas as galas e subtilezas de estilo».

Na sessão de 4 de Abril de 1962, a Câmara deliberou publicar a sua obra *Ovar na literatura e na arte*, concluída, em 1952. Este trabalho foi criticado por ter aberto incompreensíveis excepções (ALFREDO DA FONSECA, *in*: *Notícias de Ovar*, de 8/9/1966).

José Vaz de Castro Sequeira Vidal, filho de José de Castro Sequeira Vidal, farmacêutico e subinspector do círculo escolar de Oliveira de Azeméis, e de Sofia Pinto de Oliveira Vaz de Castro Vidal, nasceu em Ovar, a 17 de Julho de 1908, tendo casado, a 17 de Maio de 1945, com Rosa Coimbra Valente de Castro Vidal, filha de António Valente de Almeida e de Otília Rodrigues Coimbra Valente.

Foi vice-presidente da Câmara presidida por António Coentro de Pinho, de 6 de Agosto de 1948 a 31 de Julho de 1954, e *provedor* da Santa Casa da Misericórdia de Ovar (14 de Janeiro de 1951 - 1954).

Veio a falecer, com 76 anos, a 11 de Março de 1984, na Rua Alexandre Herculano.

A *Família Vidal* descende de Fortunato Ferreira Vidal, escrivão de fazenda, natural de Vagos, filho de José Ferreira Vidal e de Maria de Lucina, que casou na Igreja de Ovar, a 7 de Janeiro de 1872, com Maria Augusta de Castro Corte-Real ou Maria Augusta de Castro Sequeira Vidal (1846-1906), filha de João de Castro Pereira Corte-Real (1823-1865), que foi Presidente da Câmara Municipal de Ovar (2 de Fevereiro de 1858 - 1865), e de sua mulher Rita Augusta de Sequeira Monterroso, e veio a falecer em 1878.

O filho do casal Fortunato/Maria Augusta, José de Castro Sequeira Vidal (nasceu a 1 de Agosto de 1874 e faleceu a 19 de Agosto de 1920), que usou também o nome de José de Sequeira de Castro Vidal, foi farmacêutico e subinspector (desde 1903) do círculo escolar de Oliveira de Azeméis, e casou com Sofia Pinto de Oliveira Vaz de Castro Vidal, filha do capitalista e vereador Manuel Martins de Oliveira Vaz e de Angelina de Oliveira Pinto. Sua mulher veio a falecer, com 90 anos, a 12 de Setembro de 1974, na Rua Alexandre Herculano.

Filhos do casal José/Sofia:

– Manuel Fortunato Vaz de Castro Sequeira Vidal, que faleceu a 10 de Junho de 1976.

– José Vaz de Castro Sequeira Vidal (1908-1984), que casou (1945) com Rosa Coimbra Valente de Castro

José Vidal.
1908-1984

Vidal, e foi vice-presidente da Câmara Municipal de Ovar (1948-1954) e Provedor de Santa Casa da Misercórdia de Ovar (1951-1954).

Filhos do casal José/Rosa:

– Dr.ª Antónia Valente Vidal de Castro Vidal, que casou (1975) com o eng.º José Armando Pinto de Castro.

Desde 1993, presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Júlio Dinis (antigo *Liceu*).

– José Valente de Castro Vidal, que nasceu em 1948 e casou (1975) com Lígia Dias da Silva de Castro Vidal.

– Dr.ª Maria Otília Valente de Castro Vidal Leal

– Rosa Sofia Valente de Castro Vidal Atalaia, que casou com Armando da Costa e Silva Atalaia.

A 20 de Março de 1954, na Câmara Municipal de Ovar, o dr. António Luís Gomes Filho proferiu uma conferência intitulada *Ovar – A Terra e o Homem*. Presidiu à mesma o Governador Civil de Aveiro, tendo à sua direita António Coentro de Pinho, Presidente da Câmara Municipal, e à esquerda, o dr. Albino Borges de Pinho, Presidente da Direcção da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa, de quem partira a ideia da referida conferência.

O dr. António Luís Gomes Filho no uso da palavra,
a 20 de Março de 1954, na Câmara Municipal.
In*: A Luiz Gomes,* Ovar – A Terra e o Homem *(1954)*

A campanha de Norton de Matos – as eleições presidenciais de 13 de Fevereiro de 1949. As eleições de deputados (13 de Novembro de 1949). A campanha de Quintão Meireles – as eleições presidenciais de 22 de Julho de 1951. As eleições de deputados de 8 de Novembro de 1953. A causa monárquica

Se nas eleições presidenciais de 1928, 1935 e 1942 o general Carmona foi a única candidatura apresentada ao sufrágio directo dos eleitores, como representante governamental, já não aconteceu o mesmo na sua última reeleição, em que pela primeira vez na história do Estado Novo apareceu outro candidato, o idoso general Norton de Matos, presidente do MUNAF, então com 81 anos, mas que «conservava uma energia de ferro e uma lucidez admirável» (MÁRIO SOARES, *Portugal amordaçado*. Houve quem tivesse preferido para candidato o professor Mário de Azevedo Gomes ou o general Costa Ferreira), e que fora antigo Ministro da Guerra de 1915 a 1917, antigo Embaixador em Londres e Alto Comissário em Angola.

As eleições presidenciais de 13 de Fevereiro de 1949, que para os democráticos foram uma *completa farsa*, traduziram-se na primeira grande manifestação de radical oposição ao Estado Novo.

Fez parte da Comissão Distrital de Aveiro dos serviços de candidatura do general Norton de Matos, o democrata ovarense dr. Augusto Júlio Arala Chaves que, como delegado do candidato, propôs para a Comissão Concelhia os seguintes cidadãos: – Álvaro Ferreira Malaquias, António da Silva Bonifácio, Fernando Artur Pereira, Manuel Augusto Nunes Branco, coronel Manuel Rodrigues Leite e Miguel Queirós de Mesquita.

A propaganda em Ovar foi activamente feita por meio de cartazes (os governamentais afixaram, por sua vez, cartazes apresentando Norton de Matos com um avental de Grão-Mestre da Maçonaria. O candidato ocupara este cargo de 1929 a 1935), dísticos e manifestos, tendo a oposição levado a cabo uma *sessão de propaganda* no dia 25 de Janeiro no Cine-Teatro de Ovar, que foi largamente concorrida, terminando perto da meia-noite, sem qualquer incidente e sempre no meio de entusiasmo. Foi presidida pelo coronel Hélder Armando dos Santos Ribeiro, antigo Ministro da Guerra que se encontrava ladeado do coronel Manuel Rodrigues Leite, Manuel Augusto Nunes Branco, Apolinário Silva, Jacinto Ferreira e Manuel Rodrigues Valente.

Discursaram o coronel Manuel Rodrigues Leite, o dr. Augusto Júlio Arala Chaves, que leu ainda uma carta de seu pai, dr. Pedro Chaves, impossibilitado de estar presente por motivos de saúde, o dr. Carlos Cal Brandão, eng.ª Virgínia Moura, Anastácio Ramos, dr. Alcides Monteiro, professor David Moreira de Almeida, encerrando a sessão, que decorreu sempre com elevação, e entusiasmo, o coronel Hélder Ribeiro.

O general Norton de Matos, num manifesto intitulado *À Nação*, comunicou que se retirava da luta eleitoral, aconselhando um único caminho – a abstenção. Para a Oposição, o seu candidato não pôde chegar até final, à boca das urnas, por falta absoluta das garantias mínimas reclamadas desde o início da campanha eleitoral: – revisão dos cadernos eleitorais, abolição da censura à imprensa, liberdade de propaganda, fiscalização das urnas e das operações eleitorais.

Terminada a campanha pela *liberdade* do general Norton de Matos, o acto eleitoral decorreu em Ovar na maior calma, sem qualquer incidente e com extraordinária concorrência às urnas, tendo exercido pela primeira vez o seu direito de voto muitíssimas senhoras.

Resultados

	Inscritos	Votantes	Percentagem
Freguesia de Ovar	1.696	1.210	71,0%
Concelho de Ovar	4.163	3.193	86,7%

Em Válega, a votação foi menor (68%) «dado os lamentáveis incidentes que ali se verificaram há anos e que, como é natural, ainda vivem na mente daquele povo laborioso» e que os oposicionistas exploraram (*Notícias de Ovar*, de 17 de Fevereiro de 1949 – o incidente de 15 de Maio de 1939, aquando do arrancamento das videiras americanas).

A 13 de Novembro de 1949 realizaram-se as eleições para a 5.ª legislatura da Assembleia Nacional, tendo havido oposição só nos distritos de Castelo Branco e Portalegre, onde os respectivos candidatos acabaram por não comparecer às urnas.

Dos 6 candidatos do círculo de Aveiro (entre os quais o coronel de infantaria de Aveiro Gaspar Inácio Ferreira e o advogado de Estarreja dr. João Assis Pereira de Melo) nenhum era de Ovar.

Resultados

	Inscritos	Votantes	Percentagem
Freguesia de Ovar	1.771	1.353	76%

A 18 de Abril de 1951 faleceu o Presidente da República, general António Óscar de Fragoso Carmona, que exercia esse cargo desde 1926.

A Câmara Municipal de Ovar fez-se representar no seu funeral pelo seu Presidente, António Coentro de Pinho, e pelo vereador Henrique Rodrigues da Silva; neste dia, os sinos de Ovar dobraram a finados.

No dia 26 de Abril, promovidas pela vigararia e conselho paroquial de Ovar, realizaram-se exéquias solenes na Igreja, pelas 8,30 da manhã, para sufragar a alma do Marechal Carmona. Assistiram o clero da vigararia, as autoridades, corporações religiosas e muito povo; ao evangelho o vigário da vara e pároco de Ovar, padre Crispim Gomes Leite, pronunciou uma patriótica alocução, enaltecendo o extinto.

Para as eleições presidenciais de 22 de Julho de 1951 concorreram o general Craveiro Lopes, candidato do governo (Salazar, contrariamente à opinião de muitos dos

seus partidários, não quis apresentar-se como candidato), o almirante Quintão Meireles, então com 71 anos, candidato dos dissidentes do Estado Novo e dos republicanos de todas as facções, antigo Ministro dos Estrangeiros da Ditadura, entre 1928-1929, que se intitulou nacionalista e purificador do regime (as forças mais conservadoras da Oposição preferiram este almirante na situação de reserva, um dos *arrependidos* do 28 de Maio de 1926, que foi apoiado por Henrique Galvão. O professor Egas Moniz recusou a candidatura que dirigentes das forças republicanas e socialistas lhe ofereceram, alegando falta de saúde); e o eminente matemático professor doutor Rui Luís Gomes, candidato de todos os elementos esquerdistas.

Para o *Notícias de Ovar*, a posição dos três candidatos era clara: – um pela União Nacional, outro por um grupo de situacionistas descontentes e outro pelos comunistas.

Por sua espontânea iniciativa, um grupo de republicanos democratas ovarenses resolveu apoiar a candidatura do Almirante Quintão Meireles, tendo delegado a execução dos respectivos trabalhos numa comissão constituída pelos cidadãos: – tenente António Loureiro da Cruz, António da Silva Bonifácio, dr. Augusto Chaves, Joaquim Correia Dias, José António Rodrigues de Almeida, tenente José de Oliveira Pinho, Manuel Augusto Nunes Branco, Manuel Ferreira Soares e coronel Manuel Rodrigues Leite.

O professor doutor Rui Luís Gomes foi considerado candidato *inelegível* pelo Conselho de Estado; o Almirante Quintão Meireles acabou por não comparecer às urnas, desistindo a 21 de Julho e pedindo a abstenção absoluta (numa *explicação ao País*, afirmou: – «O País tornará a ter outro Chefe de Estado *nomeado* – mas sem a nossa colaboração!»).

Resultados

	Inscritos	Votantes	Percentagem
Freguesia de Ovar	1.806	1.479	81,8%

O coronel Manuel Rodrigues Leite discursando numa sessão da Oposição Democrática, nas eleições presidenciais de 22 de Julho de 1951.

A 8 de Novembro de 1953 efectuaram-se as eleições para a 6.ª legislatura da Assembleia Nacional, tendo surgido no círculo de Aveiro três listas: a da União Nacional, outra dissidente desta associação e a da oposição.

A Oposição democrática realizou uma *sessão de propaganda*, a 28 de Outubro, no Cine-Teatro de Ovar, presidida pelo coronel Hélder Ribeiro, e que decorreu com vibrante entusiasmo. Abriu a sessão o coronel Manuel Rodrigues Leite, que dirigiu calorosa saudação ao presidente da mesa, antigo Ministro da Guerra e heróico combatente da Grande Guerra; discursaram ainda os drs. Augusto Júlio Arala Chaves, que criticou severamente a censura à imprensa e na última parte do seu discurso falou dos erros praticados à míngua duma crítica serena e construtiva, concretizando com factos passados em Ovar, Alcides Monteiro, Carlos Cal Brandão, coronel Hélder Ribeiro, Manuel Figueiredo e Vasco da Gama Fernandes. Todos os oradores foram muito aplaudidos pelo público que enchia por completo o salão, encerrando-se a sessão com ardentes aclamações à Pátria, à Democracia e à República, enquanto a assistência, de pé, entoava a *Portuguesa*.

Na sessão de Oposição de 4 de Novembro de 1953, em Aveiro, falou o advogado ovarense dr. Augusto Chaves; na da União Nacional, levada a efeito a 31 de Outubro, no Cine-Teatro de Estarreja, presidida pelo conselheiro Albino dos Reis, discursou outro advogado de Ovar, o dr. Manuel Tarújo de Almeida.

O semanário local *João Semana* apelidou os oposicionistas de *senhores canalhocratas*, acusando-os de agirem sob o comando de Moscovo. Para este semanário, a lista da União Nacional era constituída por *nomes bem conhecidos e célebres*.

Os seis candidatos da União Nacional no círculo de Aveiro foram os mesmos da anterior legislatura. O advogado da Vila da Feira, dr. Alcides Monteiro, foi um dos candidatos da Oposição pelo mesmo círculo.

Resultados

	Votantes	**União Nacional**	**Oposição**
Freguesia de Ovar	990	846	144
Concelho de Ovar	2.751	2.376	375

No concelho estavam inscritos 4.572 eleitores.

Venceu a *lista A* (União Nacional) por 2.001 votos, tendo os delegados da Oposição fiscalizado especialmente as assembleias de Ovar e de Válega.

Em Maio de 1954 apareceram escritas a carvão, em vários muros de Ovar, estas palavras: – «Queremos pão, trabalho e paz». Em Novembro de 1956 a mocidade académica de Ovar promoveu um peditório a favor dos patriotas da Hungria.

A *causa monárquica*, único grupo político tolerado pelo salazarismo, causa daqueles que não consideraram a República como um facto definitivo e liquidado o problema do regime em Portugal, teve muito poucos adeptos em Ovar.

Não se conheceu em Ovar qualquer núcleo de monárquicos progressistas, «par-

tidários da Democracia e de um regime totalmente afastado do tradicionalismo monárquico», que estiveram na clandestinidade ou semiclandestinidade desde 1957.

Existiram, sim, adeptos do *pretendente oficial* Duarte Nuno de Bragança, representante do ramo *miguelista* – ramo que havia sido banido de Portugal pela Convenção de Évora Monte (1834).

Revogada a lei do Banimento (1950), o Duque D. Duarte Nuno instalou-se em 1955, provisoriamente, em Coimbrões, Vila Nova de Gaia, e, em 1958, definitivamente, em S. Marcos, Coimbra. A Comissão Concelhia de Ovar da Causa Monárquica organizou, anualmente, a 1 de Dezembro, uma excursão ou romaria a Coimbrões e, posteriormente, a S. Marcos.

Eram desconhecidas as ideias políticas de Salazar. Para VIRIATO DIAS («Breve história do 28 de Maio», no *Século Ilustrado*, de 1 de Junho de 1974), «uns o tinham por monárquico, alguns por simples católico e outros nunca chegaram a saber o que ele era. Ele mesmo o não sabia». Salazar «teve aqui à mão um pretendente ao trono, espécie de ameaça aos republicanos e de esperança aos monárquicos».

O bairro da Misericórdia (27 de Abril de 1949)

A 18 de Abril de 1948, o Subsecretário de Estado da Saúde e Assistência, dr. Trigo de Negreiros, esteve em Ovar, visitando o local onde se tinham iniciado as obras do Bairro da Misericórdia, acompanhado pelo Presidente da Câmara Municipal, António Coentro de Pinho, e pelo Presidente da Junta de Turismo da Praia do Furadouro, Francisco de Oliveira Gomes Ramada.

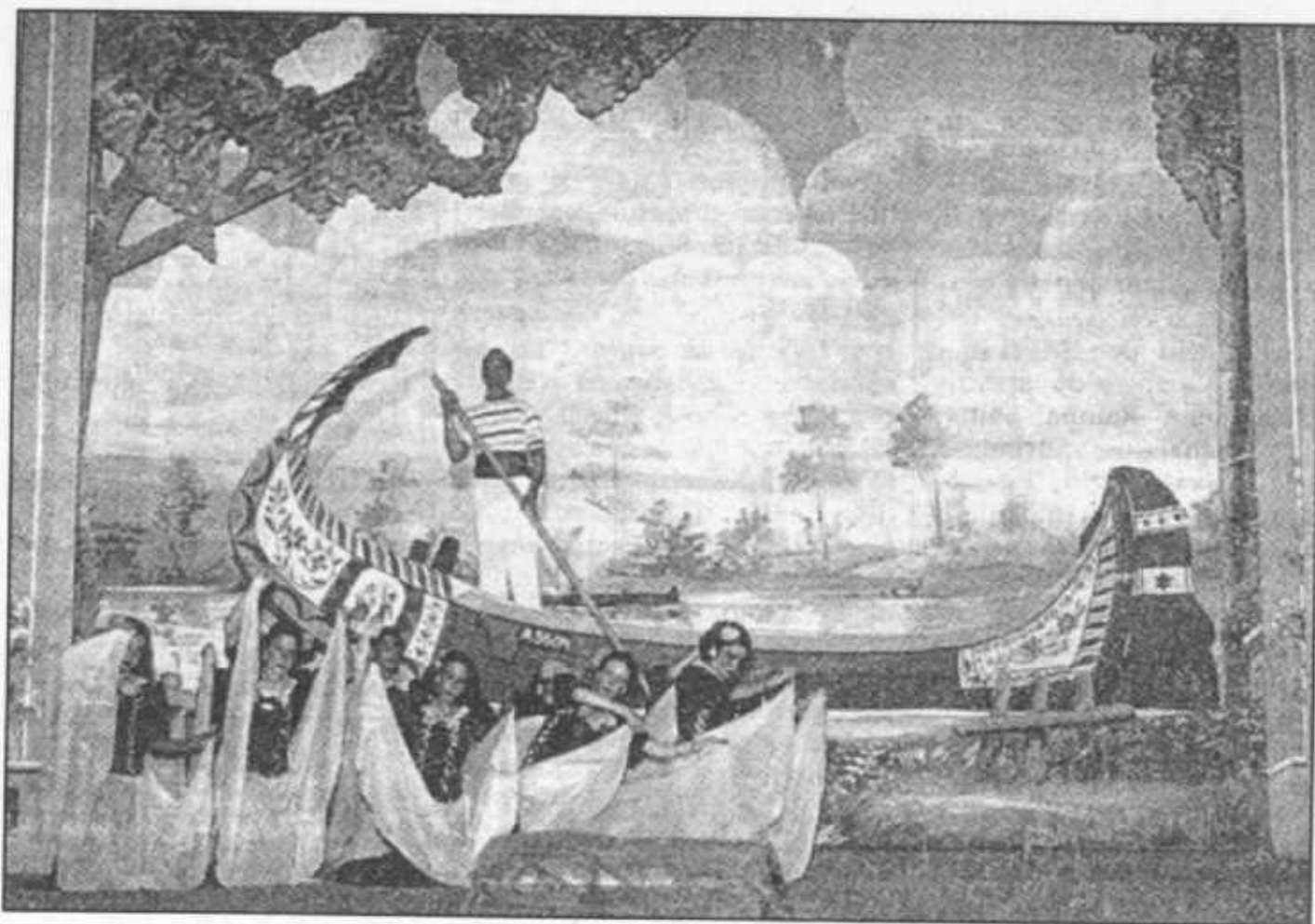
O dr. Trigo de Negreiros em Ovar (18 de Abril de 1948), visitando as obras do Bairro da Misericórdia. 1.º documento fotográfico duma visita dum membro do governo a Ovar de que temos notícia.
In: Notícias de Ovar, *de 30/9/1948*

Bairro da Misericórdia.

A 27 de Abril de 1949, foi inaugurado, para as classes pobres, o *bairro da Misericórdia*. Composto de 50 casas, situado entre a cadeia (actualmente demolida) e a Escola da Oliveirinha, pôde ser edificado mercê do legado de Manuel Soares Pinto.

Inauguração do bairro residencial da Misericórdia, a 27 de Abril de 1949.
O Presidente da Câmara, António Coentro de Pinho, cortando a fita simbólica.
In: Notícias de Ovar, *de 5/5/1949*

A revista *Pão-de-Ló de Ovar* (16 de Junho de 1949)

Entre as revistas representadas pelo grupo cénico do Orfeão de Ovar destacou-se, indubitavelmente, a revista *Pão-de-Ló de Ovar*, que teve a sua estreia a 16 de Junho de 1949, com grande sucesso.

«A Ria», cena da revista Pão-de-Ló de Ovar.
In*:* Notícias de Ovar*, de 15/9/1949*

De MANUEL CAETANO PINTO SÍLVIO († Porto, em 1978), foi representada no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, a 1, 2 e 3 de Maio de 1950. Foi, então, apresentada pelo dr. António Rasgado Rodrigues, e teve como figuras marcantes Maria Albertina, Wilmar Marques, Rosa Romão, Rosa Lourenço, Benvinda dos Santos, Otília Neves, Judite Dias, António Coelho, Francisco Marques, e Manuel Fonseca.

Desporto: Pesca desportiva (1949). A Associação Desportiva Ovarense campeão da III.ª Divisão Nacional de futebol (23 de Abril de 1950) – o incêndio na sede da A.D.O. (18 de Maio de 1950), e a visita beneficente do S. L. e Benfica (29 de Maio). Columbofilia (14 de Outubro de 1951). Voleibol (8 de Dezembro de 1951). O dr. Daniel José de Oliveira (Malícia) em Coimbra (1951). Golfe (1952). Damas (11 de Maio de 1953). Badmington (24 de Abril de 1954). Grupo Atlético Vareiro (2 de Abril de 1956 - 1979). Regatas (Agosto de 1958)

A pesca desportiva começou a ter adeptos em 1949 na costa do Furadouro, rica em robalo, sargo, linguado e solha.

Na ria de Aveiro os desportistas ovarenses pescam o robalinho, a solha, tainha e enguias.

A 23 de Abril de 1950, a Associação Desportiva Ovarense vencendo em Pombal, por 6-3, o Operário Vilafranquense, conquista o título de *campeão nacional da III.ª divisão* de futebol, subindo à II.ª divisão.

Atletas campeões, treinados por Júlio Óscar Pereyra (Lincoly, Buenos Aires, 1924 - †1982): – Manuel Santos, António Rodrigues Pinho, Albino Leite, Arménio Leite,

Dois desportistas ovarenses – dr. Mário Cunha e Manuel Correia Dias.

Francisco Marques, Edmundo, Manuel Resende, Jaime Tavares, Júlio Pereyra, Fortunato, Eduardo Pinto, Leandro, Carlos Bonifácio, José Alves, Correia Dias, Barbosa, José Leite, António Alves Pereira e Zeferino Almeida.

Equipa da A.D.O. campeão nacional da III.ª divisão – 1949/1950.
Correia Dias, célebre avançado, segura a Taça.
In: Reis *de 1987*

A 18 de Maio de 1950 a sede da Associação Desportiva Ovarense, então localizada no 1.º andar dum velho edifício brasonado, onde actualmente se acha o Café Ovarense, foi destruída por um incêndio, cerca das duas e meia da madrugada, perdendo-se os troféus conquistados durante 30 anos de esforços, bem como o arquivo desde a fundação.

Incêndio de 18 de Maio de 1950.
In: Notícias de Ovar, *de 25/5/1950*

O prédio da Rua Cândido dos Reis, pertença de Antónia Valente de Araújo, tinha o rés-do-chão ocupado pela garagem e oficina de bicicletas de Alfredo Alves, pelas barbearias de José Ferreira e Carlos Cardoso de Sá, por uma mercearia e por um depósito de fazendas.

A 29 de Maio o Benfica, Campeão Nacional da I.ª Divisão, visitou Ovar, tendo tido uma recepção entusiástica e sincera, sendo recebido nos Paços do Concelho. Disputou um jogo de futebol com a A.D.O. em benefício desta, que venceu por 4-3.

Recepção ao Benfica, na Câmara Municipal presidida por António Coentro de Pinho.
In: Notícias de Ovar, *de 8/6/1950*

1955. Distribuição de prémios da Campanha Columbófila.
Da esquerda para a direita: António Coentro de Pinho, Rui de Sousa Nunes da Silva, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, Presidente da Câmara Municipal, *no uso da palavra, eng.º Manuel da Silva Borges e dr. Eduardo Lamy Laranjeira.*
In: Jornal de Ovar, *de 21/10/1989*

A 14 de Outubro de 1951 verificou-se a criação em Ovar da Sociedade Columbófila Ovarense.

Rui de Sousa Nunes da Silva, grande columbófilo, foi grande impulsionador da columbofilia ovarense.

De 1955 a 1958, Ovar foi a sede da Comissão Columbófila do distrito de Aveiro.

A 22 e 23 de Janeiro de 1977 realizou-se, no salão do G.A.V, a 4.ª Exposição distrital do pombo-correio. Na freguesia de Ovar havia, então, cerca de 30 columbófilos.

O industrial cortegacense Vicente Rodrigues de Oliveira, de 56 anos, obteve o título de *Campeão do Mundo*, na categoria *velocidade*, do Campeonato do Mundo de Pombos-Correios/1988 (pombo n.º 761126/86).

Na Bélgica, Vicente Rodrigues de Oliveira com o troféu em ouro.

O 1.º treino da Associação Desportiva Ovarense de voleibol efectuou-se, a 8 de Dezembro de 1951, no Parque Marques da Silva; em Março de 1952 o mesmo clube começou a disputar, oficialmente, este desporto, até então desconhecido em Ovar.

A 31 de Agosto de 1952, a equipa da A.D.O. conquistou o Campeonato Promocionário da Associação de Voleibol do Porto; em Outubro deste ano realizou-se em Ovar o Campeonato Nacional da II.ª Divisão.

Em 1953, a equipa, da A.D.O., constituída por José Bonifácio, Francisco Ramada, Álvaro Saramago Bonifácio (*capitão*), Hugo Colares Pinto, Manuel Gomes Neves, o *Neca*, Manuel Bonifácio (orientador técnico), dr. Renato Freire Figueiredo, Osvaldo Ferreira Bonifácio, Ricardo Ferreira, João Ferreira Bonifácio, Francisco Correia de Almeida e António Rodrigues de Pinho, é *campeão regional da II.ª divisão do Porto.*

Em 1954, a A.D.O. venceu a fase de apuramento para o Campeonato Nacional da II.ª Divisão, e, em 1957, teve bom comportamento no Campeonato Nacional da II.ª Divisão, jogando com o Ginásio, Leixões e Belenenses.

Em 1956 surgira a equipa de voleibol do G.A.V.

O Clube Futebol Aliança, desde 28 de Agosto de 1978 no bairro da Arruela, vencendo o Vitória de Setúbal, a 17 de Junho de 1989, ascendeu à II.ª Divisão Nacional e conquistou o título de *campeão nacional da III.ª divisão* de voleibol (1988/1989).

O Esmoriz Ginásio Clube, constituído a 14 de Outubro de 1967, venceu a *Taça de Portugal*, em 1981/1982, e foi *campeão nacional da I.ª divisão* em 1982/1983 e 1983/ /1984.

A equipa de voleibol da A.D.O.
In: Rei*s de 1977*

O dr. Daniel José de Oliveira (*Malícia*) deixou fama no grupo de honra de futebol da Associação Académica de Coimbra. Filho de Manuel José de Oliveira e de Ana Gomes, nasceu no lugar de Pedras de Cima, da freguesia de Arada, a 7 de Junho de 1930, e após ter jogado na Associação Desportiva Ovarense e no Futebol Clube do Porto, neste por pouco tempo, ingressou na Associação Académica, matriculando-se na Faculdade de Medicina de Coimbra (1951).

Malícia, na equipa da A.A.C. de 1955/1956,
com o treinador Cândido de Oliveira (de pé, é o 3.º a contar da direita).
In: A Académica

Concluindo o seu curso em 1958, abriu consultório na cidade de Ovar, casando com Margarida Borges Valente de Oliveira, natural do Rio de Janeiro, Brasil, filha de José Valente Compadre e de Guilhermina Borges Valente.

No golfe, jogo nacional escocês, salientou-se o ovarense dr. Afonso Ferreira Martins, vencedor de vários torneios nos campos de Espinho, Miramar e Vidago (1952 a 1960).

Em 1953, teve lugar o 1.º Campeonato de damas, no Café Progresso, iniciado a 11 de Maio, do qual foi vencedor Mário Pinho Neves. Entre 1 e 16 de Outubro de 1975, decorreu o 1.º Campeonato vareiro de damas, organizado pelo Orfeão de Ovar, que teve como vencedor Mário Bruges Ramos. Este, de 1978 a 1981, venceu por quatro vezes o Campeonato Distrital Individual de Damas.

A 7 de Maio de 1980, foi oficializada a Associação de damistas da Estrada da Marinha, que havia sido criada em 1975.

Deve-se a Carlos Soares Ferreira Malaquias a introdução do badmington em Ovar.

A 1.ª exibição de badmington teve lugar no dia 24 de Abril de 1954, no salão de festas do Orfeão de Ovar; a 1.ª exposição pública, por iniciativa da secção desportiva do Orfeão, veio a ter lugar no dia 13 de Março de 1955, no pavilhão da hortaliça do novo mercado. Intervieram nesta última, atletas da Casa dos Estudantes do Ultramar, Triângulo Vermelho e Lisboa Ginásio, e a equipa do Orfeão de Ovar, constituída por Carlos Malaquias e Mário Vasco. Compareceu o campeão nacional Aníbal Rebelo.

O Grupo Atlético Vareiro, primitivamente denominado Grupo Académico Vareiro, foi fundado a 2 de Abril de 1956. No dia 13 de Abril de 1957 foram inauguradas a sede e as instalações desportivas, na antiga casa e quintal onde funcionou a Conservatória do Registo Civil, pertença, então, da Família Chaves, no Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar, com a assistência do Presidente da Câmara dr. José Eduardo de

Inauguração da sede do G.A.V., quando discursava o Presidente da Câmara Municipal, dr. José Eduardo de Sousa Lamy.

Sousa Lamy; no dia 14 inaugurava-se o seu campo de jogos, com encontros de voleibol e andebol de sete entre o G.A.V. e a Associação Académica de Avanca.

Embora a ideia da criação desta agremiação cultural, desportiva e beneficente, tenha pertencido a um grupo de jovens de Ovar, o seu fundador e grande benemérito, que possibilitou a sua instalação – sede, ginásio e campo de jogos – foi o advogado ovarense dr. Augusto Júlio Arala Chaves.

Com estatutos aprovados por despacho do Ministro da Educação (3 de Abril de 1958), o G.A.V. exerceu inúmeras e variadas actividades.

No *campo desportivo* praticou o andebol de sete, modalidade de que foi Campeão Regional de Aveiro em 1960 e 1962; o atletismo, organizando em 1968 a Légua de Ovar; o automobilismo, com gincanas e *puzzles*; o futebol, a ginástica, mantendo 8 classes em 1974 com 250 praticantes; o ténis de mesa; etc.

No *campo filantrópico* subsidiava 40 estudantes pobres do concelho em 1974.

No *campo cultural* a sua subsecção de cinema promovia em 1974 duas sessões mensais de cinema gratuito, comentadas e documentadas (a 1.ª sessão de cinema infantil teve lugar, a 9 de Março de 1968, com a presença de 440 crianças); o seu grupo cénico apresentou-se com as peças *O meu caso*, de JOSÉ RÉGIO, e *A ceia dos cardeais*, de JÚLIO DANTAS; conferências foram levadas a efeito, no seu ginásio do Largo Mousinho de Albuquerque, a 24 de Abril e 6 de Novembro de 1971, respectivamente, pelo poeta José Carlos Ary dos Santos, que falou de poesia e recitou poemas, e pelo deputado liberal portuense dr. Sá Carneiro, que mais tarde viria a desempenhar o cargo de Secretário Geral do P.P.D. e seria Primeiro-Ministro, que elucidou e comentou, em pormenor, vários aspectos da nossa Lei de Imprensa; o 1.º salão de arte fotográfica organizado pelo clube teve lugar em 1959.

E poderíamos ainda mencionar a biblioteca, os salões de arte infantil e de arte plástica, os concursos literários, as exposições, a música, o *ballet*, etc.

A 4 de Julho de 1970 o G.A.V. foi visitado pelo ministro da Educação Nacional, professor Veiga Simão; a 29 de Janeiro de 1975, organizado pelo G.A.V., a *Seiva-Troupe* representou no Cine-Teatro, com reduzida assistência, a peça *A Seiva conta Catarina na luta do Povo*; a 4 de Maio deste ano o coro dos amadores de música, dirigido por Fernando Lopes Graça, a convite do MDP/CDE, proporcionou no ginásio do G.A.V. durante uma hora, um programa de canções heróicas e regionais portuguesas.

Em 1975, quando o G.A.V. tinha cerca de 800 sócios, duas listas disputaram as eleições – uma constituída por elementos do P.C.P. local e outra composta de elementos do M.E.S., F.E.C. e independentes, tendo vencido esta última. Em Dezembro desse ano inicia-se a publicação do *Jornal do Gav*, que «pretende ser um jornal popular, intervindo na defesa dos interesses dos trabalhadores, divulgando nas suas páginas tudo o que achar que possa contribuir para a sua libertação, divulgando as suas formas de organização para a luta contra a burguesia exploradora, a sua arte e cultura, etc., defendendo, nas suas intervenções, a posição da actual direcção da colectividade» (do *Editorial* do n.º 1).

Após o *25 de Abril* de 1974, muitos dos seus dirigentes deram cartas na política local, mas o G.A.V., dilacerado pelas lutas políticas que nele se travaram, veio a suspender as suas actividades a 23 de Fevereiro de 1979.

Resistira ao salazarismo e ao marcelismo no Estado Novo, mas não conseguiu resistir aos extremismos que se seguiram ao *25 de Abril*, a um palavreado de ataque sistemático à pequena e média burguesia que era dominante em Ovar.

Foram ***presidentes da sua direcção***:

Dr. Augusto Godinho Arala Chaves 1958-1959
João Vítor Coelho Bonifácio 1960-1964
Eng.º Arménio Augusto Gomes 1964
Dr. Augusto Godinho Arala Chaves 1965
Carlos Henrique Duarte da Silva 1966
Abílio António Vieira 1967-1968
Pompílio Carlos Coelho Souto 1969-1972
Liberato Ribeiro de Almeida 1972
António Hugo Colares Pinto 1974
Álvaro Vilas 1975-1976
José Augusto Maia .... –

E ***presidentes da sua assembleia geral***:

Dr. Augusto Júlio Arala Chaves 1959
Eng.º Manuel Eugénio Coelho Bonifácio 1960
Elias Oliveira Fernandes Cardoso 1974
António Hugo Colares Pinto 1975-1976

A *1.ª regata da Ria* (Aveiro-Ovar-Aveiro), ideia de Bernardino Silva, realizou-se a 16 e 17 de Agosto de 1958, num percurso de 60 quilómetros e em duas etapas: S. Jacinto-Carregal e Carregal-Aveiro (Pirâmedes).

Organizaram-se ainda regatas em 1959 (Aveiro-Ovar-Aveiro), 1960 (Ovar-Aveiro-Ovar), e 1961.

Na regata da Ria de Aveiro de 1958 foi vencedor, em *vougas*, António Rodrigues de Pinho, da Associação Desportiva Ovarense.

O Rancho da Marinha (Junho de 1950) – o ensaiador Manuel Lopes Conde; o «vira de Ovar»; o escritor Pedro Homem de Melo. Os ranchos folclóricos das freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

Na 2.ª metade do século XX, tiveram grande divulgação os *ranchos folclóricos* em Ovar, nas freguesias de S. Cristóvão e de S. João.

Nas festas realizadas no Parque Marques da Silva da A.D.O., em Junho de 1950, compareceram 7 agrupamentos dançantes, entre os quais o *rancho da Marinha*, com pessoas daquele lugar e do Torrão de Lameiro.

Rancho Folclórico no Parque Marques da Silva, da A.D.O.,
com arcos da artista Beatriz Campos executados por Manuel Patarena.
In: *Arquivo de D. Beatriz Campos*

Este rancho, fundado por Manuel Lopes Conde, estreou-se na noite de S. João daquele ano e, em 1952, por sugestão da Junta de Turismo do Furadouro, passou a designar-se por *Grupo Folclórico de Ovar*.

Em pouco tempo este rancho adquiriu prestígio, a tal ponto que levou o dr. PEDRO HOMEM DE MELO, em 1956, a afirmar que *na beira-litoral em danças folclóricas, a Universidade é Ovar*.

O Grupo Folclórico de Ovar foi pela primeira vez à televisão, no Porto, a 12 de Janeiro de 1960, tendo sido apresentado pelo poeta dr. Pedro Homem de Melo.

O extinto Grupo Folclórico de Ovar (Rancho da Marinha).
In: Guia turístico, comercial e industrial de Ovar, *1959*

Regente escolar, Manuel Lopes Conde, que nasceu em Pardilhó, a 7 de Setembro de 1896, filho de José Maria Lopes Conde e de Maria José Valente de Almeida, casou (1920) com Maria Olívia de Pinho, tendo falecido, com 75 anos, no lugar da Marinha, a 7 de Janeiro de 1972.

Fundador do *Rancho da Marinha*, foi seu ensaiador, de 1950 a 1972, tendo coligido o *Reportório do Grupo Folclórico de Ovar*.

Manuel Lopes Conde.
1896-1972

A dança de Ovar é o *Vira*, «o vira de Ovar é vareiro e não devemos, por conseguinte, confundi-lo com o do Alto Minho a que chamam *Fandango*, nem como o do Baixo Minho, a que chamam Vira Galego». Ora o Vira Vareiro «nasce na Póvoa de Varzim e continua para o Sul, em Vila de Conde, no lugar de Caxinas, em Matosinhos e Esmoriz, até atingir a plenitude em Ovar, nos lugares da Marinha e do Torrão de Lameiro» (PEDRO HOMEM DE MELO, *Danças portuguesas*).

A respeito dos *viras de Ovar*, escreveu, ainda, o dr. HOMEM DE MELO: – «Atravessando o rio que banha a capital do norte, quer na Feira, quer em Arouca, o Vira intitula-se *Valseado* sem que as suas marcações, contudo, hajam, alguma vez mudado. E atinge esplendor máximo em Ovar, nos lugares da Marinha e do Torrão de Lameiro, no *Ensarilhado*, no *Real Caninha*, no *Trempes*, no *Corrido*, e, principalmente, na *Tirana*.

Ranchos ou Grupos Folclóricos que existem ou existiram em Ovar

I. ***Na freguesia de S. Cristóvão***:
– *Rancho da Marinha* (1950), depois *Grupo Folclórico de Ovar* (1952).
– *Ribeirinhos* (1960), depois *Grupo Folclórico da Ribeira de Ovar* (1964).
O Rancho da Ribeira, de 18 de Julho de 1960, inicialmente (até 1964) denomi-

nado por *Ribeirinhos*, acha-se inserido na Associação Cultural e Recreativa da Ribeira, oficializada em Junho de 1984.

Foram seus impulsionadores: António Pinho, seu primeiro presidente, Antero Moreira, Armindo Magina, Dalila Faneco, e Vitorino de Almeida.

O seu interesse «está em grande parte, sem dúvida, na sua situação geográfica, pois esta permite-lhe abraçar, com os olhos, a um tempo, a água (água de ria de Aveiro que banha Ovar) e a terra (Terra da Feira a que Ovar pertence etnograficamente)». Este rancho «é, por assim dizer, como um traço de união entre o folclore dos moliceiros e o dos homens do interior» (*Folclore*).

– *As Moreninhas do Torrão de Lameiro* (1960), depois *Grupo Folclórico as Morenitas de Ovar*

As Morenitas de Ovar, rancho fundado a 23 de Agosto de 1960, e com este nome oficializado a 9 de Fevereiro de 1985, acha-se inserido, desde 15 de Dezembro de 1979, na Associação Desportiva e Cultural do Torrão de Lameiro, oficializada a 29 de Junho de 1978.

A sua criação deveu-se a Henrique Lopes Conde (*presidente*), Amadeu Lopes Conde, António da Silva Matos, Clemente da Silva Matos, Diamantino Júlio dos Santos, Francisco Valente de Almeida, José Maria Rodrigues, Justino José Valente e Manuel Valente de Almeida.

– *Grupo Folclórico «As Varinas de Ovar»* (1960)

Desde 28 de Agosto de 1960, oficializado a 10 de Dezembro de 1984.

– *Os Marinheiros* (1968), depois *Grupo Folclórico do Torrão de Lameiro* (1980).

Conjunto típico do Torrão de Lameiro.

– *Grupo Folclórico dos Moliceiros da Marinha* (1981), depois *Grupo Folclórico «Os Moliceiros de Ovar»* (1982).

Fundado em Maio de 1981.

II. ***Na freguesia de S. João***:

– *Rancho Folclórico de Cimo de Vila* (1977), depois *Grupo Folclórico da Região de Ovar* (Cimo de Vila), em 1981.

Este rancho estreou-se a 29 de Maio de 1977 (constituído a 27 de Maio), recebeu o novo nome a 27 de Maio de 1981. Integrado na Associação Cultural e Recreativa de Sande, Salgueiral e Cimo de Vila, oficializada a 7 de Abril de 1978. Desde Fevereiro de 1984, é membro da I.O.V. – Organização Internacional de Arte Popular, com sede na Áustria, a maior em todo o mundo, sendo o Grupo Folclórico da Região de Ovar o 1.º grupo folclórico português a pertencer à I.O.V. O grupo deve-se a Manuel Joaquim Duarte Marques Pereira, seu primeiro presidente, Anselmo Leite, padre Carlos Alberto Martins Ferreira de Matos, Eduardo da Silva Valente, José Gomes Marques, Júlio da Silva Pinto, Manuel Fernandes Palhas, Manuel Valente, e Mário Silva.

– *Rancho Folclórico do Grupo Desportivo e Cultural de Guilhovai* (1979), e depois *Grupo Folclórico «As Tricanas de Ovar»* (1981).

De Sande, S. Donato e Guilhovai, estreou-se a 11 de Agosto de 1979 e recebeu a nova designação a 12 de Junho de 1981. Integrado no Grupo Desportivo e

Cultural de Guilhovai, fundado em 1972 e oficializado a 19 de Outubro de 1976. Ficou a dever-se a Maria Celeste emigrante em França.

– *Rancho Folclórico de Guilhovai* (1980), depois *Grupo Folclórico «O Cancioneiro de Ovar»* (1986).

Criado por escritura de 16 de Maio de 1980 (iniciou a sua actividade a 25 de Maio), e integrado na Associação Cultural e Atlética de Guilhovai (escritura de 12 de Agosto de 1986), passou, em Setembro de 1986, a ter o novo nome.

No Rio de Janeiro, Brasil, foi fundado, a 26 de Maio de 1974, o *Grupo folclórico Tricanas de Ovar*.

A 23 de Agosto de 1981, realizou-se o *1.º Festival de Folclore de Ovar*, organizado pelo Grupo Folclórico da Região de Ovar (Cimo de Vila), com a representação de 18 grupos. Em 1984, foi constituído o Secretariado dos Grupos Folclóricos do Concelho de Ovar.

Em Abril de 1999 existiam no concelho de Ovar 13 grupos etno-folclóricos, sendo 7 das freguesias de S. Cristóvão (4) e S. João de Ovar (3). Eram estes: G. F. da Ribeira de Ovar (1960), G. F. as Morenitas de Ovar (1960), G. P. as Varinas de Ovar (1960), G. F. da Região de Ovar (1977), G. F. as Tricanas de Ovar (1979), G. F. Cancioneiro de Ovar (1980), e G. F. os Moliceiros de Ovar (1981).

O Colégio de Nossa Senhora da Esperança (Outubro de 1950 - 1971). O dr. António Gomes Ferreira (Magina), reitor em Lisboa (1956)

Em Outubro de 1950, no edifício onde se encontrava até então o Grémio da Lavoura, foi aberto o *Colégio de Nossa Senhora da Esperança*, externato feminino, sendo sua proprietária e directora a dr.ª Branca Casqueiro Sá Passo. Este colégio, situado no Largo Almeida Garrett, passou, em 1953, para a dr.ª Maria Fernanda Trincão

Inauguração das novas instalações do Colégio de N.ª Sr.ª da Esperança.

Pereira, e, em 1959, para a propriedade da dr.ª Maria Helena Meneses Borges Lopes. Esta nova proprietária, natural (1929) de Viseu, que casou (1946) com o ovarense José António Lopes, comprou (1962) o velho Colégio Júlio Dinis e iniciou a construção dum edifício moderno para os dois sexos.

O Colégio de N.ª Sr.ª da Esperança, cujas novas instalações foram inauguradas a 28 de Outubro de 1967, veio a terminar os seus dias, em 1971, ao ser adquirido pela Câmara Municipal para nele ser instalada a *secção liceal* (criada a 12 de Julho desse ano) e, pouco depois, o *Liceu Nacional Misto* (Outubro do mesmo ano).

Dr. Gomes Ferreira. 1917-1972

O dr. António Gomes Ferreira nasceu em Ovar, a 17 de Maio de 1917, filho de Jacinto Ferreira e de Graça de Oliveira Gomes, casou (1946) com Maria Alice da Conceição Gomes, e faleceu em Cascais, a 21 de Março de 1972. «Terá posto termo à vida, num acto de desespero, por se ter convencido de estar próximo da cegueira total» (cfr. VERGÍLIO, FERREIRA, *Conta-corrente*, vol. 1.º).

Tendo-se licenciado (1946) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi leitor de português na Universidade suíça da cidade de Zurique, e reitor dos liceus de Beja, Chaves (1953), Leiria (1955) e Lisboa (1956).

O recenseamento de 15 de Dezembro de 1950

O 9.º recenseamento geral da população, de 15 de Dezembro de 1950, elucida que a *freguesia de Ovar* tem 13.241 habitantes (5.920 *H* e 7. 321 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a primeira das 190 freguesas do distrito de Aveiro, seguida da de S. Salvador de Ílhavo. Quanto à população *residente*, a freguesia de Ovar com 13.333 habitantes, era também a primeira do distrito.

No que respeita a *fogos*, o centro populacional de Ovar tem 2.300; quanto a *prédios*, o mesmo centro tem 2.705, sendo o primeiro do distrito, seguido dos de Aveiro (2.571), S. João da Madeira e Espinho.

O concelho, um dos 19 do distrito, tinha 33.005 habitantes (14.815 *H* e 18.190 *M*) de população *presente ou de facto* e 33.348 de população *residente*. Os fogos ascendiam a 9.871.

O Instituto Jesus, Maria e José – a Capela da Sagrada Família (15 de Dezembro de 1951). O abade Agostinho de Oliveira Félix (29 de Maio de 1952 - 1975)

O Instituto Jesus, Maria e José, foi fundado em Viseu, a 24 de Setembro de 1880, por Madre Rita Amada de Jesus (1848-1913).

Casa de N.ª Sr.ª de Fátima (Casa do Chambica).

O Instituto (Ordem da Sagrada Família) implantou-se em Ovar, a 15 de Dezembro de 1951, com a inauguração da Casa de Nossa Senhora de Fátima, na Rua Coronel Galhardo, n.º 39, pelo Bispo auxiliar do Porto.

A 8 de Janeiro de 1948, o Abade Crispim Gomes Leite comprou a Casa do Chambica, a Gertrudes de Oliveira Gomes Ferreira, para servir de residência paroquial. Porém, dada a impossibilidade de se angariar dos paroquianos o montante da transacção, o prédio seria transferido para o mencionado Instituto.

O Instituto tem colaborado em obras sociais e pastorais, através das suas irmãs – na Misericórdia, de 1952 a 1957; no Centro de Promoção Social do Furadouro, de 1969 a Julho de 1995; no Jardim de Infância Alvorada, da Paróquia de Ovar, aberto a 2 de Maio de 1979.

Abade Agostinho de Oliveira Félix. 1905-1978 Arquivo de Francisco de Oliveira Faneco

A 5 de Julho de 1997, na Casa de N.ª Sr.ª de Fátima, onde se localiza a *Capela* (particular) *da Sagrada Família* (1951), foi aberto o Centro Social Jesus, Maria e José, que, no final de 1999, tinha 4 educadoras e 10 auxiliares que orientavam a Creche (50 crianças), o Jardim de Infância (48 crianças), e o A.T.L. (37 alunos).

O Abade Agostinho de Oliveira Felix nasceu, a 12 de Novembro de 1905, em S. Martinho de Anta, Espinho, filho de José Fernandes de Oliveira Félix e de Maria da Rocha Coimbra, e veio a falecer, a 18 de Dezembro de 1978, com 73 anos.

Abade *nacionalista*, paroquiou Ovar de 29 de Maio de 1952 a 1975, foi director do *João Semana* (3 de Dezembro de 1953 – 1974), autor da música do *hino, de Ovar* (1952) e do *hino do Congresso do Sagrado Coração de Jesus* (1955), tendo sido nomeado, a 30 de Agosto de 1954, presidente da Comissão Municipal de Assistência.

Durante o seu longo vicariato, realizou-se o Congresso do Sagrado Coração de Jesus (de 3 a 7 de Agosto de 1955), o maior acontecimento religioso até à data levado a cabo no concelho, com a 1.ª Exposição de Arte Sacra (aberta a 3 de Agosto) e a benção da 1.ª pedra da Capela do Furadouro (a 4 de Agosto); foi reorganizada, a 19 de Março de 1968, a Conferência Masculina de S. Vicente de Paulo, tendo como presidente o dr. José Nuno da Mota Coutinho; de 8 a 22 de Junho de 1969, esteve em Ovar a Santa Missão, tendo sido consagrado o concelho ao Imaculado Coração de Maria; e, a 12 de Dezembro de 1970, o padre dr. Elói Almeida de Pinho proferiu, na sede dos Bombeiros Voluntários, uma conferência palestra sobre o tema *Liberdade religiosa*. Na década de 60 alcançou alguma projecção nos meios católicos de Ovar a organização conservadora dos Cursos de Cristandade.

O Carnaval (24 de Fevereiro de 1952) – os carros alegóricos e os grupos (desde 1954); o carnaval «porco»; os corsos infantis (7 de Fevereiro de 1982); as Escolas de Samba (1983); os «Reis» do carnaval ovarense; os bailes de máscaras. A Fundação Carnaval

Mercê dos seus *bairros* e do *Notícias de Ovar* (artigos, designadamente, de ANTÓNIO LÚCIO PINTO DA GAMA), Ovar descobriu o Carnaval em 1952, ano em que se realizou o primeiro cortejo, no Domingo Gordo, a 24 de Fevereiro. O cortejo foi organizado e concebido pelo arquitecto Aníbal Emanuel da Costa Rebelo, do Porto, e pelos cidadãos José Alves Torres Pereira, natural da Póvoa de Varzim, e José Maria Fernandes da Graça, natural de Ovar. Os dois primeiros, então, quadros da empresa F. Ramada.

O cortejo, constituído por *grupos* (desde 1954) e carros alegóricos, animado e colorido, tornou-se rapidamente um dos principais cartazes de Ovar, atraindo todos os anos dezenas de milhares de espectadores.

Para a cimentação do carnaval de Ovar, que se realizou nas Câmaras presididas por António Coentro de Pinho (1952-1954) e pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy (1955-1959) e nas Juntas de Turismo da Praia do Furadouro da presidência de Francisco Ramada (1952-1955) e do dr. Eduardo Lamy Laranjeira (1955-1962), muito contribuíram os cidadãos José Polónia Figueiredo (†1974, com 73 anos), vereador da Câ-

Carnaval de Ovar – carro alegórico passando em frente à Câmara Municipal.
Foto de José Rodrigues Palhas

mara, José Jacinto Figueiras, membro da Junta de Turismo, e o funcionário desta, aquele José Fernandes da Graça.

O carnaval de Ovar tornou-se uma das principais festas carnavalescas do País, e assim se compreende que a Câmara de Carlos de Sousa Nunes da Silva deliberasse fixar, na sua sessão de 18 de Novembro de 1964, a *Terça-Feira de Carvaval* como dia de feriado municipal!

Carro da Arruela passando em frente à Câmara.
Foto de José Rodrigues Palhas

Carnaval porco *no Largo da Família Soares Pinto.*
Foto de José Rodrigues Palhas

Partindo, primeiramente, do Largo de S. Miguel (1952-1963), depois das Ribas. (1964-1971) e do Mercado Municipal (1972-1999), o cortejo inicia-se, desde 2000, na Avenida dr. Sá Carneiro.

Na Terça-Feira de Carnaval efectuava-se o carnaval *porco*, especialmente no Largo da Família Soares Pinto e ruas que nele desembocam. Traduzia-se numa autêntica guerra, em que as armas eram cartuchos de farinha, de pó e de carvão, e na qual intervinham algumas camionetas bem municiadas. A repetição do corso à Terça-Feira matou este carnaval *porco*.

Carnaval porco *em frente ao tribunal (em construção).*
Foto de José Rodrigues Palhas

A partir de 1952, com duas excepções – a de 1962, motivada pela guerra no Ultramar, e a de 1975, em virtude da quadra carnavalesca coincidir com a campanha eleitoral –, o carnaval tem-se efectuado anualmente, com o sacrifício, a vontade e o querer de muitos ovarenses.

Em 1976 o cortejo só compreendeu figurantes, em grupos e individuais.

Em 1955, o Carnaval de Ovar *deslocou-se ao Porto*, onde participou no Corso dos Fenianos; a 21 de Fevereiro de 1979 esteve na televisão, no *Directíssimo*, programa de Joaquim Letria e Thilo Krassman; a 7 de Fevereiro de 1982, efectuou-se o 1.º Corso Infantil; em 1983 surgiu a 1.ª Escola de Samba a *Costa de Prata*, fundada a 19 de Dezembro ale 1982, a que se seguiram a *Charanguinha* (1985), a *Juventude Vareira* (1986), a *Mangueira* (1989), *Kan-Kans* (1990), e *Império Ovarense* (1993); e, a 6 de Março de 1984, a televisão transmitiu, na íntegra, o cortejo de Terça-Feira.

Foram *Reis* do carnaval ovarense:

1. António Lírio Ramos (1952/55)
2. João Gomes da Costa (1956)
3. Manuel Maria Real (1957/58)
4. António Cavalinho (1959)
5. António Rosado (1960)
6. Fernando Bastos (1961)
7. Manuel Lúcio Ferraz, *Marinheiro* (1962)
8. Horácio Silva Bastos (1964/65, 1968/69 e 1978)
9. José Manuel Marques Fonseca (1966/67)
10. António Salvador, o *António da Vareirinha* (1970/74, 1976/77, 1979/83, 1990/ /91). *Rei* durante 14 anos!

MANUEL RAMOS COSTA dedicou-lhe os seguintes versos:

Adeus ao Rei

António Alberto Coutinho Salvador, o
Da «Vareirinha», morreu. Com
Ele vai a nossa saudade infinda e
Um desejo enorme de atirar mimos e
Serpentinas ao passar do féretro...

Anos a fio, assumindo a coroa e
O ceptro do lídimo cartaz vareiro,

Reinou neste «Bom Povo»,
entregando-o ao sumo dos seus
Irreverentes discursos: Carnaval.

In: *Inventar a cidade* (1992)

11. José Manuel Magalhães (1984/85)

12. Carlos Manuel Lopes de Pinho (1986)
13. Jorge Bruges Ramos (1987/89)
14. António Manuel Valente da Silva (1992)
15. Manuel Horácio Valente Ferreira (desde 1993)

Os bailes de máscaras em Ovar tornaram-se uma das principais manifestações do carnaval: grandes bailes no salão do Café Progresso, no Cine-Teatro, nos Irmãos Unidos, nomeadamente; pequenos bailes em casas particulares, que sofriam «assaltos»; simples reuniões de família e de amigos em agremiações.

Por escritura de 30 de Novembro de 1998, foi constituída pela Câmara Municipal de Ovar a *Fundação do Carnaval*, com sede na Rua Teixeira de Queirós, n.º 9, da cidade de Ovar, tendo por objecto «a promoção de eventos culturais, recreativos e a valorização e divulgação do património cultural e turístico do concelho e da região». Para concretização destes objectivos, a Fundação ficou, nomeadamente, com o encargo de promover e organizar o Carnaval de Ovar.

Por portaria n.º 1213/99 (2.ª série) foi reconhecida a Fundação do Carnaval de Ovar.

A 4 de Dezembro de 1998, o Presidente da Câmara Municipal de Ovar, dr. Armando França, instalou o 1.º Conselho de Administração – dr. Armando França Rodrigues Alves, Augusto de Jesus Rodrigues, José Eduardo Alves Fragateiro, dr. Carlos Manuel Reis Mendonça e dr. David Manuel Fernandes Brandão – , e o 1.º Conselho Fiscal – dr. Manuel Laranjeira Vaz, dr. João da Silva Natária e eng.º Carlos Alberto Tavares Leitão.

A Casa do Concelho de Ovar em Lisboa (Junho de 1952 - 1973) – as visitas da Imprensa Diária (27 e 28 de Junho de 1953) e do núncio apostólico D. Fernando Cento (6 de Junho de 1954); as conferências do dr. António Luís Gomes (1954), Adelino Mendes (19 56), José Augusto da Cunha Lima (1957), dr. Araújo Correia (1958), e dr. Filgueira Soares (1971)

A *Casa do Concelho de Ovar em Lisboa* nasceu de uma ideia lançada por José Augusto da Cunha Lima que, durante mais de dois anos, sustentou uma campanha no semanário regionalista *Notícias de Ovar*, que lhe deu completo apoio desde Abril de 1950.

A 19 de Junho de 1952 realizou-se a 1.ª reunião de um grupo de ovarenses resolvidos a apoiar a campanha de José Augusto da Cunha Lima, constituindo-se, sob a sua presidência, em *comissão organizadora*.

Comissão Organizadora da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa:

Afonso Pereira de Carvalho
António Pinho Branco
Armando Oliveira Soares
Artur de Oliveira Faneco
Francisco de Oliveira Faneco

José André Redes
José Augusto da Cunha Lima
Manuel de Oliveira Ventura
Pelágio José Ramos

Em Junho de 1952 fundava-se a Casa do Concelho de Ovar em Lisboa. Refere MÁRIO BOTURÃO (*Boletim da Casa do Concelho de Ovar*, n.º 52, de Abril de 1959), que «um grupo de vareiros entusiastas, amando com amor dinâmico a sua terra, puzera-a de pé. Recordemos a propósito, que as primeiras reuniões da Comissão Organizadora tiveram lugar ao ar livre... sob as sombras pacatas das árvores de uma esplanada da Avenida da Liberdade. Depois realizaram-se na Federação das Sociedades de Recreio, à Rua da Palma, onde viu a luz o primeiro acto oficial da fundação: a primeira Assembleia Geral da Casa do Concelho de Ovar para aprovação dos seus Estatutos. A Secretaria esteve instalada, primeiro na casa de João Maria André Boturão, depois na casa de Artur de Oliveira Faneco. Uma aspiração material realizava-se, tornava-se tangível».

Para Mário Boturão, os pioneiros foram: – Afonso Pereira de Carvalho, António Pinho Branco, Armando Marques Soares, Artur de Oliveira Faneco, Francisco de Oliveira Faneco, João Maria André Boturão, José André Redes, José Augusto da Cunha Lima, Manuel de Oliveira Ventura e Pelágio José Ramos.

Comissão Organizadora da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa.
Sentados, da esquerda para a direita: Manuel de Oliveira Ventura, José Augusto da Cunha Lima e António Pinho Branco.
De pé: Pelágio José Ramos, Afonso Pereira de Carvalho, José André Redes, Artur de Oliveira Faneco, Francisco de Oliveira Faneco e Armando Oliveira Soares.
In: *Arquivo de Francisco de Oliveira Faneco*

A Casa do Concelho de Ovar em Lisboa teve a sua primeira sede no 3.º andar do prédio n.º 54 da Avenida da Liberdade; a 15 de Março de 1959, em sessão solene presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, Presidente da Câmara Municipal de Ovar, foi inaugurada a nova sede, na Calçada dos Santos, n.º 37, 1.º andar, junto à igreja dos Santos e dos jardins da Embaixada da França.

A 31 de Dezembro de 1953 a Casa tinha 526 sócios.

A 18 de Junho de 1955, foi cantado pela 1.ª vez o *Hino da Casa*, com música do dr. Elísio de Matos e letra do dr. António Rasgado Rodrigues.

Nos quatro cantos do Mundo,
Gente de Ovar se perdeu;
e o seu amor vagabundo
jamais a Pátria esqueceu.

Foram ***presidentes da direcção da Casa do Concelho de Ovar***:

1. *Dr. Albino Borges de Pinho* (1953-1957)

Advogado e político, antigo Presidente da Câmara Municipal de Ovar, na Primeira República (1923-1926), foi eleito para os biénios de 1953/54 (a 23 de Fevereiro, tomando posse a 8 de Maio de 1953), 1955/56 e 1957/58, e abandonou o cargo em 1957, alegando falta de saúde.

Durante a sua presidência a Casa teve o seu período áureo, com a visita a Ovar da Imprensa Diária (27 e 28 de Junho de 1953), do núncio apostólico D. Fernando Cento (6 de Junho de 1954), dos conferencistas dr. António Luís Gomes (20 de Março de 1954) e Adelino Mendes (12 de Maio de 1956); com a fundação da *Colónia Balnear Infantil* na praia do Furadouro, que se ficou a dever a Elias Rodrigues Abade e funcionou nas instalações do Centro Vidreiro do Norte de Portugal; com a realização do *Encontro Popular Vareiro*, do *Comboio da Saudade* (o 1.º em Setembro de 1953), da Consoada Vareira e da Páscoa dos Vareirinhos, consagradas aos mais necessitados filhos de Ovar residentes na capital.

A 11 de Maio de 1957, José Augusto da Cunha Lima proferiu na Casa uma conferência intitulada *Ovar e as obras de Júlio Dinis*.

A 27 e 28 de Junho de 1953, a convite do presidente da Casa do Concelho de Ovar, dr. Albino Borges de Pinho, do Presidente da Câmara Municipal António Coentro de Pinho, e do Presidente da Junta de Turismo do Furadouro Francisco de Oliveira Gomes Ramada, visitou Ovar uma brilhante embaixada constituída por dezenas de figuras salientes dos meios jornalístico e radiofónico de Lisboa e Porto, adidos da imprensa às embaixadas e legações estrangeiras da capital, e algumas pessoas de nomeada da colónia ovarense em Lisboa.

Faziam parte da embaixada, da iniciativa daquele dr. Borges de Pinho, representantes de toda a imprensa diária do País, do Secretariado Nacional da Informação, da Emissora Nacional, do Rádio Clube Português, da Rádio Re-

Chegada do 1.º Comboio da Saudade (Setembro de 1953). In: *Arquivo da Biblioteca Municipal de Ovar*

nascença, do Posto Emissor Electro Mecânico do Porto, diplomatas e adidos da imprensa estrangeira, presidentes da Associação Industrial Portuguesa e do Grémio Nacional da Imprensa Diária, Director-Geral das Alfândegas. Os convidados de Lisboa chegaram no dia 27 à estação, em carruagem-salão especial atrelada ao rápido, pelas 12,47, seguindo em automóveis e autocarros para a Câmara onde, no salão nobre, foram saudados pelo seu Presidente António Coentro de Pinho, respondendo-lhe o director d'*A Voz*, Pedro Correia Marques.

Almoço comemorativo da Casa do Concelho de Ovar, presidido pelo dr. Albino dos Reis, Presidente da Assembleia Nacional, que tinha, ao seu lado esquerdo, o dr. Albino Borges de Pinho, e, ao seu lado direito, António Coentro de Pinho. In: *Arquivo de Francisco de Oliveira Faneco*

Após um almoço no hotel Mar-e-Sol, visitaram a Capela do Calvário, as obras do novo mercado, a Igreja Matriz, e casa que Júlio Dinis habitou em Ovar, passando o fim da tarde no Parque Marques da Silva.
À noite, foram obsequiados com um jantar naquele hotel da praia do Furadouro, presidido pelo Governador Civil do distrito de Aveiro, coronel António Dias Leite, a que se seguiu a exibição dos típicos ranchos folclóricos do *bairro* dos Campos e da Marinha.
No dia 28, de manhã, o padre Moreira das Neves, director das *Novidades*, rezou missa na Capela do Furadouro, efectuando-se depois um passeio pela ria até à Casa da Barca, propriedade de Francisco Ramada, onde foi servido aos convidados um almoço regional na grande embarcação transformada em casa de campo.
Com o embarque às 19,14, na estação de Ovar, no rápido para Lisboa, terminou a visita da Imprensa Diária a Ovar.
Na sessão de 16 de Junho de 1953 a Câmara deliberara que fossem efectuadas, por conta do município, em comparticipação com a Junta de Turismo, as refeições e alojamentos dos visitantes.

A 6 de Junho de 1954, o núncio apostólico D. Fernando Cento, visitou Ovar. Tem, à sua direita, o Abade Félix, e, à sua esquerda, o Presidente da Câmara António Coentro de Pinho. In: *Arquivo de D. Beatriz Campos*

A 6 de Junho de 1954 D. Fernando Cento, núncio apostólico no País desde 1953 (seria elevado à dignidade cardinalícia em 1959), visitou particularmente, a convite do dr. Borges de Pinho e da Casa do Concelho de Ovar, as Capelas dos Passos.
O dr. António Luís Gomes, Director-Geral da Fazenda Pública, proferiu, no salão nobre da Câmara Municipal de Ovar, uma conferência intitulada *Ovar – A terra e o homem*, a 20 de Março de 1954; a 12 de Maio de 1956 o escritor do *Século*, Adelino Mendes, proferiu também no salão nobre da Câmara, em sessão solene presidida pelo Conselheiro dr. Albino dos Reis, uma conferência intitulada *Poeira de uma vida*.

Conferência de Adelino Mendes (4 de Maio de 1956).
Da esquerda para a direita - Dr. Francisco Vale Guimarães, Governador Civil do Distrito de Aveiro, Conselheiro dr. Albino dos Reis, Presidente da Assembleia Nacional, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, Presidente da Câmara Municipal, cónego Joaquim Manuel Valente e Abade Agostinho de Oliveira Félix.

Este *terrível editorilalista* (MARCELLO CAETANO) foi agredido pelo dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, quando jornalista no Parlamento da Primeira República, por continuadamente, nos seus artigos no *Século*, procurar ridicularizá-lo com um dos seus nomes - *Virgolino.*

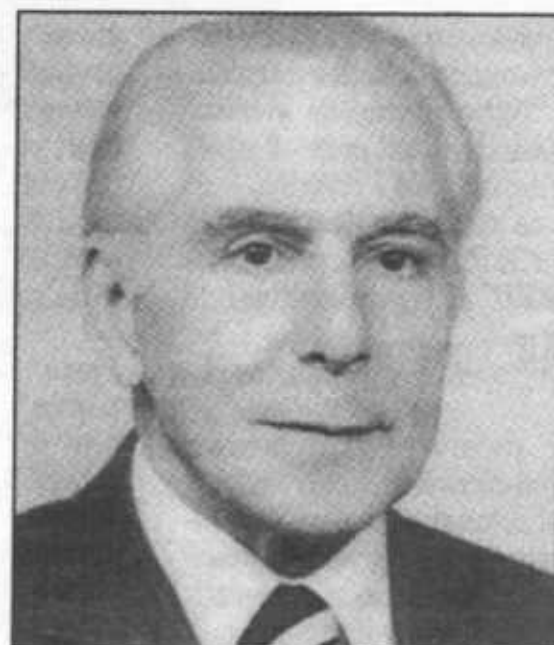
2. *Mário André Boturão* (1959-1962)

Filho de António André Boturão, marítimo, natural de Ovar, e de Maria de Oliveira d'Assunção, natural de S. Martinho de Aguada de Baixo, Águeda, Mário André Boturão nasceu a 27 de Abril de 1900, casou em Fátima (1952) com

Mário André Boturão (1900-1982), presidindo à direcção da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa.
In: Boletim da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa, *de Junho de 1961*

Virgínia Pena, natural da freguesia de Remédios, Luanda, e faleceu em Campolide, Lisboa, a 16 de Janeiro de 1982, com 81 anos.
Foi eleito para os biénios de 1959/60 e 1961/62.
Em 1958, o dr. Araújo Correia proferiu na sede da Casa do Concelho uma conferência intitulada *Há sal na Régua.*

3. *José Augusto da Cunha Lima* (1963-1966)
Eleito para os biénios de 1963/64 e 1965/66.
Em 1963 verificou-se a primeira crise da Casa do Concelho de Ovar, na eleição dos corpos gerentes, crise que se repetiu em 1965 e que se traduziu num notório enfraquecimento do espírito regionalista.

4. *Salviano Zagalo de Lima* (1967-1970)
Filho de Ângelo Zagalo de Lima, funcionário judicial e amador teatral, e de sua mulher Maria Cândida de Oliveira Gonçalves Zagalo de Lima, ambos naturais de Ovar, Salviano Zagalo de Lima nasceu em Ovar, na Travessa Alexandre Herculano, a 5 de Julho de 1903, casou com Marília Graça Gonçalves de Sousa Lima, e veio a falecer a 26 de Setembro de 1997, no Porto, com 94 anos.
Foi eleito para os biénios de 1967/68 e 1969/70.
Nas eleições de 1967 esteve seriamente ameaçada a continuidade da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa.

Salviano Zagalo de Lima. 1903-1997

5. *José Augusto da Cunha Lima* (1971-1972)
Pela 2.ª vez
A 27 de Novembro de 1971, o dr. Filgueira Soares proferiu na sede da Casa uma conferência intitulada *Júlio Dinis na vida do seu tempo.*
A 27 de Janeiro de 1973 a assembleia geral da Casa do Concelho de Ovar, no seguimento duma crise de dirigentes e perante a apatia e o desinteresse da quase totalidade dos sócios, decidiu a dissolução da Casa.
ANTÓNIO COENTRO DE PINHO referiria (*Notícias de Ovar*, de 18/2/1988), que «a casa morreu exactamente por terem falecido ou desistido muitas das suas dedicações, por falta de saúde de uns e de cansaço de outros, e o desinteresse acentuou-se e a Casa do Concelho extinguiu-se, quase sem se saber como e porquê!».
Os seus dirigentes, por outro lado, não souberam ou não puderam criar continuadores. E foi na presidência de José Augusto da Cunha Lima, seu *fundador*, que a Casa viria a terminar muito jovem, com pouco mais de 20 anos.

Foram ***presidentes da assembleia geral da Casa do Concelho de Ovar***:

1. *Major Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro* (1953-1954)
2. *Dr. Luís Valente da Silva* (1955-1956). Faleceu Juiz Desembargador (†2000)
3. *António Coentro de Pinho* (1957-1973)

Ficaram na memória dos sócios da Casa os almoços comemorativos da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa, presididos pelo Conselheiro dr. Albino dos Reis, Presidente da Assembleia Nacional.

Almoço comemorativo da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa, presidido pelo Conselheiro Albino dos Reis, que tem à sua direita Maria Celeste Matos de Sousa Lamy e o dr. Francisco Vale Guimarães, Governador Civil do distrito de Aveiro, e à sua esquerda, o Presidente da Câmara Municipal, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, e Lucília Ramos de Sousa Lamy Borges de Pinho. Discursa Monsenhor Miguel de Oliveira.

As Festas Centenárias (28 de Junho a 28 de Dezembro de 1952) – o Hino de Ovar, e a 2.ª Exposição Industrial (5 a 18 de Outubro de 1952)

Em 1952 realizaram-se as *Festas Centenárias*, de carácter religioso e cívico, que foram levadas a efeito pela Câmara presidida por António Coentro de Pinho para comemorar o *7.º Centenário da existência conhecida do concelho* (documento de 2 de Agosto de 1251), o *1.º da sua ampliação* (decreto de 28 de Dezembro de 1852), o *1.º da criação da comarca* (decreto de 31 de Dezembro de 1853), e o *1.º da direcção do correio* (1 de Julho de 1853).

As festas iniciaram-se a 28 de Junho de 1952, com um concurso popular dos ranchos típicos representativos dos principais bairros de Ovar – Arruela, Campos e Alto Saboga, Lamarão, Marinha, Mota, Praça e Ribeira (1.º classificado) – no Parque Marques da Silva, da Associação Desportiva Ovarense. A A.D.O. integrou as suas festas de Junho (19 a 29) no programa geral das Festas Centenárias.

Na sessão camarária de 1 de Julho ficou constituída a comissão das festas pelos seguintes cidadãos: Presidente da Câmara, padre Agostinho de Oliveira Félix, Abade da freguesia, dr. António de Oliveira Manarte, dr. António Zagalo dos Santos, David Moreira de Almeida, Francisco de Oliveira Gomes Ramada, José Augusto da Cunha

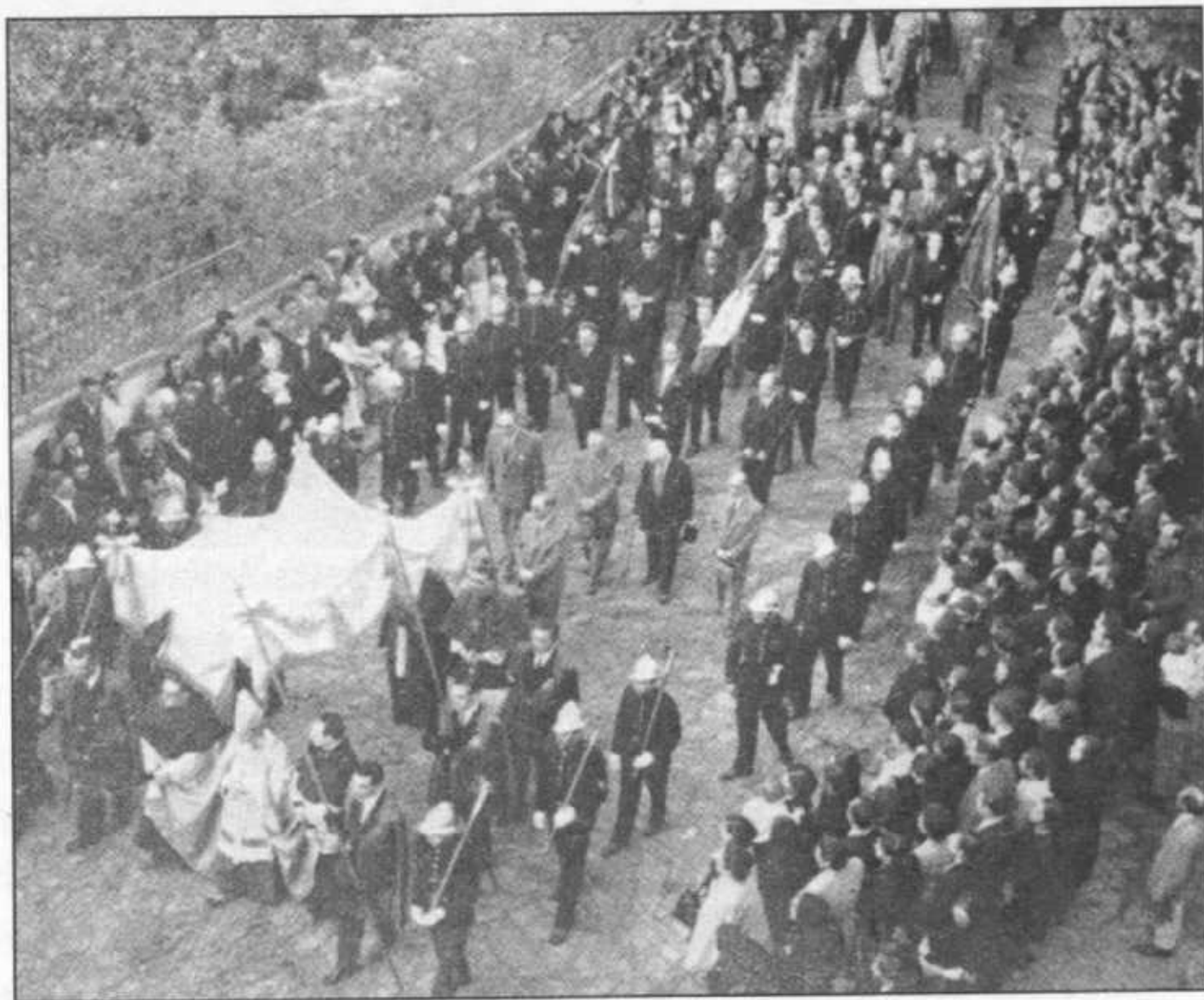
Lima, José Augusto Lopes Fidalgo, José Vaz de Castro Sequeira Vidal, Manuel Colares Pinto, Manuel José Patrício, padre Manuel Rodrigues Lírio, Mário da Cruz Almeida e Torres Pereira.

Domingo, 27 de Julho de 1952, inauguraram-se oficialmente as comemorações com a *festa de S. Cristóvão*, padroeiro da freguesia de Ovar, festa que teve início com uma missa solene, pelas 11 horas, na Igreja Matriz, repleta de povo. «Na capela-mor, sentado ao lado da Epístola, encontrava-se o sr. D. Policarpo da Costa Vaz, vigário capitular da diocese do Porto» e foi celebrante o reverendo Agostinho de Oliveira Félix. «O rev. cónego dr. Joaquim Manuel Valente, fez uma emocionante alocução sobre a história gloriosa do concelho e o significado do dia, dedicado a S. Cristóvão, padroeiro da vila e dos motoristas». Finda a missa, o sr. D. Policarpo da Costa Vaz, bispo de Eurêa e vigário capitular da diocese do Porto «subiu a uma tribuna, erguida no largo da igreja Matriz e procedeu à cerimónia da bênção de centenas de veículos pesados e ligeiros, vindos de todas as partes do concelho ovarense» e «que enchiam por completo, a Rua de Gomes Freire e as artérias adjacentes. Após a oração do ritual, os dirigentes de vários clubes desportivos do concelho fizeram uma largada de 3.000 pombos correios» (*Notícias de Ovar*, de 31 de Julho de 1952).

A bênção dos carros (27 de Julho de 1952).
In: Notícias de Ovar, *n.º extraordinário dos Centenários*

As festas prosseguiram nesse dia com brilho, imponência e solenidade.

À tarde chegaram a Ovar o Bispo de Vila Real D. António Valente da Fonseca, o Arcebispo de Cízico e o Governador Civil do distrito de Aveiro, coronel António Dias Leite. Pouco depois das 17 horas, começou a passar a procissão, majestosa, presencia-

da por milhares de pessoas e que recolheu à Igreja Matriz cerca das 20 horas. Numerosa, quando no regresso principiou a entrar na Igreja ainda o pároco vinha em S. Tomé. Incorporaram-se na procissão, o clero de todo o concelho, precedido pelo pálio, sob o qual seguia o Arcebispo de Cízico, acolitado pelo cónego dr. Joaquim Manuel Valente e dr. Alberto Lopes Rodrigues; os bispos de Eurêa e de Vila Real caminhavam atrás do pálio e, a seguir, o Governador Civil do distrito, o Presidente da Câmara, vereadores, a ladear a bandeira do município, magistrados e demais entidades oficiais.

Procissão de S. Cristóvão, a 27 de Julho de 1952.
In: Notícias de Ovar, *n.º extraordinário dos Centenários*

À noite, a Câmara ofereceu, no hotel Mar-e-Sol, na praia do Furadouro, um banquete, em honra das altas entidades eclesiásticas a que presidiu o chefe do distrito de Aveiro.

Integrada nas Comemorações Centenárias foi levada a efeito no período de 5 a 18 de Outubro, no Parque Marques da Silva, uma *exposição industrial*, dirigida e orientada pelo dr. António Zagalo dos Santos, que havia organizado a exposição industrial de Julho de 1927.

Figuraram na exposição, entre outras, a fábrica de tintas e vernizes de Abreu, Silva & Gomes, a fábrica de feltros Alçada, a fundição de F. Augusto da Silva, F. Ramada, Manuel Marques Rola, Filhos, de Cortegaça, Ovarlite, Rabor, Siol, Sociedade Industrial de Cordoaria, Limitada, de Cortegaça, Soja de Portugal, Vareira Exportadora, e ainda a Imprensa Pátria.

As festas encerraram-se no dia 28 de Dezembro de 1952, presididas pelo Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes.

Inauguração do painel da Artista Beatriz Campos.
In: Notícias de Ovar, *n.º extraordinário dos Centenários*

Cerca das 15 horas, chegaram ao largo da Igreja Matriz o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, o Arcebispo-bispo de Aveiro D. João Evangelista de Lima Vidal e o Bispo de Vila Real D. António Valente da Fonseca, este natural da freguesia de Válega, sendo recebidos pelo Presidente da Câmara António Coentro de Pinho, vereação, Junta de Turismo, provedor e mesários da Misericórdia e outras entidades. Realizou-se na Igreja, que o Bispo do Porto visitava pela primeira vez oficialmente, um solene Te Deum, no qual pregou o padre Miguel de Oliveira, natural de Válega.

O padre Miguel de Oliveira pregando na Igreja Matriz, a 28 de Dezembro de 1952. In: João Semana, *de 1 de Dezembro de 1997*

28 de Dezembro de 1952.
Na escadaria da Igreja Matriz, no centro, da esquerda para a direita, o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, o Arcebispo-bispo de Aveiro D. João Evangelista de Lima Vidal, e o Bispo de Vila Real.

Posteriormente, no interior da Câmara, o Presidente descerrou um painel de azulejos embutidos na parede fronteira ao primeiro lanço de escadas, figurando as armas de Ovar e com diversas alusões ao artesanato do concelho, enquadradas numa cercadura de rede das artes da praia do Furadouro, oferecido e executado pela artista ovarense Beatriz Campos.

Sessão solene de encerramento das Festas Centenárias, na Câmara Municipal, a 28 de Dezembro de 1952.
In: Notícias de Ovar, *n.º extraordinário dos Centenários*

28 de Dezembro de 1952.
Na Câmara Municipal de Ovar, da esquerda para a direita, o Abade Félix, os Bispos do Porto, Aveiro e Vila Real, o Presidente da Câmara e o Cónego Valente.

Às cinco horas, houve uma sessão solene presidida por aquele António Coentro de Pinho, em representação do Governador Civil de Aveiro, impossibilitado de comparecer por motivo de doença, em que usaram da palavra o rev. dr. Alberto Lopes Rodrigues, o Bispo do Porto e o Presidente da Câmara, que leu ainda um curioso trabalho do dr. António Zagalo dos Santos.

A Câmara, em homenagem aos venerandos prelados, ofereceu-lhes um jantar no salão de festas da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar, com a assistência das entidades oficiais, clero e imprensa, e no qual discursaram o Presidente de Câmara, monsenhor Fonseca Soares, dr. Salviano Pereira da Cunha, cónego dr. Joaquim Manuel Valente, Manuel Colares Pinto, pela imprensa, dr. José Eduardo de Sousa Lamy e o Bispo Porto D. António Ferreira Gomes.

Por ocasião das festas foi composto o *hino de Ovar*, de autoria de Manuel Colares Pinto e com música do Abade de Ovar, padre Agostinho de Olivéira Félix:

I

Vareiros, gente do mar,
Aos temporais costumada,
Erguei alto a Terra Amada
– A nossa bem linda Ovar –;
Que vos sirva de fanal,
Nas rudes fainas da vida,
A lembrança sempre qu'rida
das quinas de Portugal.

Refrão

Engrandeçamos Ovar
Que foi berço abençoado
Dum povo nobre e honrado,
Sempre pronta a labutar.

Erguendo bem alto a flama
Desta terra sem rival,
Nós ateamos a chama
Que ilumina Portugal.

II

Ovar, o nosso brasão
Em fundo contém a Ria
Que simboliza alegria,
E por escudo um coração;
os remos são suas palmas
– As armas velha grei –,
Mostrando que nossas almas
São Portuguesas de Lei.

Refrão

Engrandeçamos Ovar
Que foi berço abençoado, etc.

28 de Dezembro de 1952.
Na sessão solene na Câmara Municipal discursa o Bispo do Porto,
D. António Ferreira Gomes.

III

A mui nobre Torre-Espada,
Na tua rubra bandeira,
É a expressão verdadeira
Do teu valor, Terra Amada.
E, ao cimo, Santa Maria
Esfumada entre castelos,
Demonstra bem os desvelos
Do povo da Beira-Ria.

Refrão

Engrandeçamos Ovar
Que foi berço abençoado, etc.

Jantar no salão de festas da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ovar, a 28 de Dezembro de 1952. Da esquerda para a direita, Padre Miguel de Oliveira, Cónego Valente, Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, Presidente da Câmara António Coentro de Pinho, Bispo de Vila Real D. António Valente da Fonseca, Abade de Ovar Agostinho de Oliveira Félix, Monsenhor Fonseca Soares, Dr. José Eduardo de Sousa Lamy e José Vidal.

O *Notícias de Ovar* publicou um número extraordinário comemorativo dos Centenários de Ovar, com a colaboração dos historiadores locais, padres Miguel de Oliveira e Manuel Lírio, e dr. Zagalo dos Santos.

O Presidente da Câmara dr. José Eduardo de Sousa Lamy (31 de Julho de 1954 - 1959) – a Família Lamy. O vice-presidente da Câmara dr. João Evangeliste Loureiro (31 de Julho de 1954 - 7 de Junho de 1963), vice-reitor da Universidade de Aveiro (29 de Outubro de 1980). Craveiro Lopes e a bandeira do município (1954). Visita das colectividades de recreio do distrito do Porto (31 de Julho de 1955). O novo estandarte municipal (1955)

O dr. José Eduardo de Sousa Lamy nasceu, a 6 de Junho de 1902, na freguesia de Santo Ildefonso, da cidade do Porto, filho do dr. José Delfim de Sousa Lamy e de Cândida Ramos de Sousa Lamy, neto paterno do farmacêutico Delfim José de Sousa Lamy e de Ana Augusta Ferreira da Silva, e neto materno de David Ramos e de Cândida de Morais Sarmento Ramos.

Formou-se em Medicina na Universidade do Porto, a 24 de Julho de 1926, abrindo em Dezembro desse ano consultorio em Ovar.

A 19 de Dezembro de 1926 casou com Maria Celeste Matos de Sousa Lamy, filha de Francisco de Matos e de Rosa dos Santos Fragateiro Matos, neta paterna de José de Matos e de Margarida Correia dos Santos, e neta materna de José Fragateiro de Pinho Branco e de Maria Rosa Correia dos Santos, e que faleceu a 6 de Julho de 1969, com 64 anos, em Ovar.

Depôs no caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto contra os padres Leonardo de Castro e Teófilo de Andrade.

Dr. José Eduardo de Sousa Lamy. 1902-1976

Em 1931, por intermédio da Comissão Paroquial do partido republicano português, fez a adesão a este partido, pedindo a sua filiação.

A 17 de Julho de 1932 foi escolhido para fazer parte da comissão encarregada de tratar da organização da assistência em Ovar; veio a ser o primeiro vice-presidente da assembleia geral da Casa dos Pobres (triénio de 1941-1943), inaugurada a 1 de Dezembro de 1940.

Foi presidente da direcção do Estrela Foot-Ball Club de Ovar (1931-1934 e 1941) e da Associação de Tiro n.º 59, anexa àquele clube.

A 28 de Setembro de 1938 é eliminado de irmão da Misericórdia por ser *mau elemento e desafecto à actual situação politica.*

A Comissão Administrativa da Misericórdia nomeou-o seu *director clínico*, sem remuneração, a 6 de Julho de 1946, exercendo este cargo até 7 de Julho de 1959.

Professor do Colégio Júlio Dinis, é a partir de Outubro de 1950 um dos seus directores.

Foi *Presidente da Câmara* de 31 de Julho de 1954 a 7 de Julho de 1959, data em que se afastou voluntariamente da política, e foi o primeiro médico do dispensário anti-tuberculoso e enfermaria-abrigo, inaugurado a 9 de Maio de 1959.

Teve como Vice-presidente o dr. João Evangelista Loureiro, e, entre os vereadores, José Polónia Figueiredo e Manuel Luís.

Posse do dr. José Eduardo de Sousa Lamy, a 31 de Julho de 1954,
de Presidente da Câmara Municipal, *presidida pelo dr. Francisco Vale Guimarães,*
Governador do Distrito de Aveiro, que tinha à sua esquerda António Coentro de Pinho,
Presidente da Câmara cessante.

Durante os cinco anos da sua presidência na Câmara Municipal verificaram-se os seguintes factos no concelho:

1954. Publicam-se as novas posturas municipais.

1955. É inaugurado, a 14 de Fevereiro, o novo mercado municipal; realiza-se, de 3 a 7 de Agosto, o Congresso do Sagrado Coração de Jesus (a 7 de Agosto faz a consagração do concelho ao Sagrado Coração de Jesus). Inicia-se a obra de abastecimento de águas a Ovar (1955-1966).

1956. Fundação do Grupo Atlético Vareiro, a 2 de Abril. Inicia-se a obra de saneamento de Ovar (1956 a 1968).

1958. Resolve-se a construção do hospital sub-regional (1958-1966).
1959. Inauguração da Casa dos Magistrados a 9 de Maio, e da nova sede da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa, a 15 de Março.

O dr. José Eduardo de Sousa Lamy veio a falecer na sua casa da Rua Coronel Galhardo, a 21 de Julho de 1976, com 74 anos.

Família distinta ovarense, de médicos e farmacêuticos, a *Família Lamy* descende de João Baptista Lamy, do Porto, que casou com Brísida Josefa.

O filho deste casal, Agostinho Lamy, residente na Ruela, casou com Maria Caetano Lamy, filha de Caetano dos Santos Baptista e de Maria Vitória Duarte, do Porto.

A filha do casal Agostinho/Maria Caetano, Joaquina Cândida Lamy (†1837), casou, a 25 de Fevereiro de 1813, com Joaquim da Silva e Sousa, que também usava o nome de Joaquim da Silva Sousa Lamy, filho de Francisco da Silva e de Josefa de Sousa, da Rua do Bajunco. Seu marido foi nomeado, na conferência camarária de 13 de Maio de 1829, *pessoa da governança*, na de 27 de Setembro de 1833 *mordomo-mor do hospital*, e na de 30 de Outubro deste ano depositário dos donativos para o exército.

Filhos do casal Joaquina/Joaquim:

– Ana Luísa do Bom Sucesso Lamy, que casou, a 1 de Setembro de 1835, com o dr. João Ferreira de Azevedo, o *dr. Canha*, que foi Director do Correio de Ovar e imortalizado, no romance *A Morgadinha das Canaviais*, por JÚLIO DINIS, na figura de *Bento Pertunhas*. Ana Luísa faleceu a 4 de Julho de 1878, com 60 a 70 anos, e seu marido no ano seguinte.

– João Maria de Sousa Lamy (†1867), que casou (1841) com Maria Ludovina de Nazaré e Costa (†1879, com 60 anos), filha do boticário de Ovar Manuel da Costa Mendes e de Ana Margarida da Ascensão. Este casal teve vários filhos: – Abel Narciso da Costa Lamy (1851-1922), que foi escriturário da Fazenda, pró-aralista, e casou (1877) com Rosa Maria de Jesus; Afra Camila da Costa Lamy (1847-1899), que casou com seu tio, o boticário José Joaquim de Sousa Lamy; Amália Júlia da Costa Lamy (nasceu em 1849); Ana Amélia da Costa Lamy (1853-1903, com 50 anos); António Plácido da Costa Lamy (1846-1890, com 55 anos), que foi escrivão da Administração do concelho, pró-aralista, e louvado, na sessão camarária de 2 de Agosto de 1881, pelos serviços praticados aquando do incêndio na praia do Furadouro; Cristina Augusta da Costa Lamy (nasceu em 1844), que casou (1873) com António Maria da Moura e Costa; Elísio (nasceu em 1858); João (nasceu em 1842); Maria José da Costa Lamy (†1890, com 27 anos); Sara Judite da Costa Lamy (†1900, com 36 anos).

– Maria José do Nascimento de Sousa Lamy (†1877, com 70 anos), que casou, a 30 de Maio de 1841, com o escrivão de direito Bernardo Ferraz de Abreu. Este casal teve os seguintes filhos: – Eduardo Elísio Ferraz de Abreu, que casou (1877) com Maria Zulmira Camossa Ferraz de Abreu (deste casal nasceu o tenente-coronel Zeferino Camossa Ferraz de Abreu); Gustavo Adolfo Ferraz de Abreu (†1869, com 21 anos); Irene Humbelina Ferraz de Abreu (†1924), que casou (1876) com o dr. Eduardo Augusto Chaves (deste casal nasceu o senador dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves); Manuel Maria Ferraz de Abreu, que casou com Preciosa Peregrina Ferraz de Abreu; e Zeferino Honório Ferraz de Abreu.

– José Joaquim de Sousa Lamy (†1891, com 75 anos)

Farmacêutico, da Rua da Praça, casou (1870) com Afra Camila da Costa Lamy, filha de seu irmão João Maria de Sousa Lamy.

Filhos de José Joaquim de Sousa Lamy:

– António Carmindo de Sousa Lamy, farmacêutico, da antiga Rua da Praça, que nasceu em 1874, casou (1900) com Elisa da Piedade Gomes Pinto Lamy, filha do ourives José Maria Gomes Pinto, e de Rosa de Oliveira da Piedade Pinto, e faleceu em 1951, com 76 anos, tendo sido um dos 68 sócios fundadores da Misericórdia e aderido ao M.U.D. em 1945. Deste casal nasceu o dr. José Afrânio de Sousa Lamy (†1981, com 80 anos), médico, que casou (1931) com Laura Ribeiro Saramago (este casal teve os seguintes filhos: – Carlos Fernando Saramago Lamy e dr.ª Marilena Saramago de Sousa Lamy).

– Francisco de Sousa Lamy (†1860)

– Delfim José de Sousa Lamy, «habilíssimo farmacêutico» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*), filho de José Joaquim de Sousa Lamy e de Delfina Pinto de Jesus (†1897, com 85 anos), que nasceu a 23 de Março de 1849, casou em 1874, com Ana Augusta Ferreira da Silva (†1907, com 58 anos), e faleceu a 12 de Dezembro de 1927, com 78 anos.

Influente *progressista*, fez parte do Centro deste partido em Ovar, que reuniu na sua farmácia, no Largo do Chafariz, a 14 de Dezembro de 1893; e foi um dos 68 sócios fundadores da Misericórdia.

Filhos do casal Delfim José/Ana Augusta:

– Alice Líbia de Sousa Lamy (†1967, com 83 anos)

– Augusto Lamy (1889-1964, com 75 anos), farmacêutico, organizador do Orfeão de Ovar e um dos fundadores do partido liberal em Ovar, casou (1915) com Raquel de Quadros Abragão Lamy (7/12/1892 – †1966, com 74 anos), filha de Frederico Ernesto Camarinha Abragão e de Raquel da Gama Barbosa de Quadros Abragão, neta materna de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, que foi *Presidente da Câmara Municipal* de Ovar (1900-1901). O casal Augusto Lamy/Raquel teve um único filho – Augusto Rui Quadros de Abragão Lamy (1917-1996), que casou no Porto (1946) com Maria Celeste de Albuquerque Bastos Lamy (filhos deste casal: – Maria Helena de Albuquerque Bastos Lamy Sousa Marques e Rui Augusto Bastos Abragão Lamy).

– Aurora Augusta de Sousa Lamy Laranjeira (1882-1974, com 92 anos), que casou (1910) com o republicano democrático José Tarújo Laranjeira (†1938), filho de Manuel Gomes Laranjeira e de Rosa Leite Tarújo. Este casal teve os seguintes filhos: – dr. Eduardo Lamy Laranjeira, que nasceu em 1924, e casou com Adélia Rodrigues Duarte Lamy Laranjeira (este casal teve dois filhos: – eng.º Eduardo Manuel Rodrigues Lamy Laranjeira, que nasceu em 1952 e casou em Coimbra, em 1974, com a dr.ª Deolinda Maria Batalhão de Matos Laranjeira; e José Pedro Rodrigues Lamy Laranjeira, que nasceu em 1957); Edgar Lamy Laranjeira, que casou, (1939) com Maria Fernandes Correia de Sá de quem teve quatro filhos (Edgar Guilherme de Sá Lamy Laranjeira, José Augusto de Sá Lamy Laranjeira, Maria Antónia de Sá Lamy Laranjeira; e Maria Aurora de Sá Lamy Laranjeira Bastos, que faleceu em 1999, com 57

Dr. José Delfim de Sousa Lamy. 1875-1951

anos); José Lamy Laranjeira (†1929); e Maria Dulce Lamy Laranjeira, que casou com António Belo Correia Dias, filho de Joaquim Correia Dias e de Amélia da Silva Natária Dias (este casal teve dois filhos: – Joaquim Delfim Lamy Correia Dias, que casou com Marília de Pinho Leite dos Santos, e José António Lamy Correia Dias).

– Laura Celeste de Sousa Lamy (†1970, com 93 anos)

– Dr. José Delfim de Sousa Lamy, que nasceu a 1 de Janeiro de 1875, casou com Cândida Ramos de Sousa Lamy, filha de David Ramos e de Cândida de Morais Sarmento Ramos, irmã do pintor Júlio Gonzaga Ramos (1868-1945), e faleceu a 4 de Janeiro de 1951, com 76 anos. Sua mulher falecera a 18 de Dezembro de 1949, com 71 anos, no Largo Miguel Bombarda.

Concluindo o seu curso de medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1902, foi cirurgião do partido de Válega (posse a 15 de Maio de 1908), e um dos 68 sócios fundadores da Misericórdia.

O farmacêutico Delfim José de Sousa Lamy e sua mulher Ana Augusta Ferreira da Silva, com os seus cinco filhos (de pé, Aurora, Laura, e Alice; sentados, dr. José Delfim e mulher Cândida; no 1.º plano, Augusto).

Filhos do casal dr. José Delfim/Cândida:

– Lucília Ramos de Sousa Lamy Borges de Pinho, que nasceu a 25 de Novembro de 1903, casou (1924) com o dr. Albino Borges de Pinho (1895-1967), que foi *Pre-*

sidente da Câmara Municipal de Ovar (1923-1925), e presidente da direcção da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa (1953-1957), e faleceu em 1998, com 94 anos. Deste casal nasceu o dr. José Delfim de Sousa Lamy Borges de Pinho (1931-†1998, com 67 anos), que casou (1960) com Maria Manuela Guimarães Ferreira de Lemos Borges de Pinho.

– Dr. José Eduardo de Sousa Lamy (1902-1976, com 74 anos), que casou (1926) com Maria Celeste Matos de Sousa Lamy, e foi *Presidente da Câmara Municipal de Ovar* (1954-1959).

O dr. José Delfim de Sousa Lamy e sua mulher Cândida Ramos de Sousa Lamy (sentados), com seus filhos e netos (da esquerda para a direita: dr. José Eduardo de Sousa Lamy e sua mulher Maria Celeste, com seu filho Alberto Manuel; Lucília e seu marido dr. Alberto Borges de Pinho, com seu filho José Delfim).

O casal dr. José Eduardo/Maria Celeste, teve um único filho, o dr. Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy, advogado e escritor, que nasceu a 19 de Novembro de 1934 e casou (1963) em Refojos, concelho de Santo Tirso, com Rosa Maria Matos Lemos da Veiga Gil Carneiro Lamy, filha de Manuel Gil dos Reis Carneiro e de Maria Matos de Lemos Gil, neta materna do dr. José António Alves Ferreira de Lemos Júnior, que foi *Presidente da Câmara Municipal* de Santo Tirso, chefe do partido regenerador neste concelho, e deputado (1904, 1905 e 1906).

Filhos do casal Alberto Manuel/Rosa Maria:

– Dr.ª Rosa Maria Matos Gil de Sousa Lamy, advogada, que nasceu na freguesia da Sé, da cidade do Porto, e casou na Igreja Matriz de Espinho, a 28 de Março de 1998, com Alfredo Luís Gomes Sampaio, natural do Porto, filho de Alfredo José Rosinha Sampaio e de Maria Fernanda Gomes Sampaio.

– Alberto Manuel Matos Gil de Sousa Lamy, sócio-gerente da firma comercial

Carlos Soares Ferreira Malaquias, Herdeiros, Lda., que nasceu a 28 de Maio de 1967, na freguesia de Santo Ildefonso, da cidade do Porto.

Pioneiro das Ciências da Educação na universidade portuguesa e, em especial, na Universidade de Aveiro, o dr. João Evangelista Loureiro nasceu, a 2 de Fevereiro de 1926, no Seixo de Mira, casou com a dr.ª Esmeralda Nazaré Loureiro, e veio a falecer, a 8 de Março de 1986, quando era vice-reitor da Universidade de Aveiro.

Professor do ensino secundário, viveu muitos anos em Ovar, tendo sido director do Colégio Júlio Dinis, entre 1953/1962, com sua mulher, a dr.ª Esmeralda Nazaré Loureiro, e o dr. José Eduardo de Sousa Lamy. Foi vice-presidente da Câmara Municipal de Ovar, de 31 de Julho de 1954 a 7 de Junho de 1963, nas presidências do dr. José Eduardo de Sousa Lamy e de Carlos de Sousa Nunes da Silva; e, em 1955, foi presidente da direcção da Associação Desportiva Ovarense.

A 4 de Março de 1978, ingressou na Universidade de Aveiro como professor extraordinário; a 1 de Dezembro de 1979 foi nomeado professor catedrático; e, desde 29 de Outubro de 1980, exerceu as funções de vice-reitor.

Dr. João Evangelista Loureiro. 1926-1986

Foi homenageado, a 29 de Maio de 1996, pela Universidade de Aveiro e, a 10 de Junho desse ano, foi-lhe atribuída, a título póstumo, a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, galardoando os altos serviços que prestou à causa da educação e do ensino.

Rua Coronel Galhardo antes do alargamento realizado pela Câmara presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy.

Na sessão camarária de 1 de Setembro de 1954, o Presidente dr. José Eduardo de Sousa Lamy declarou que «não deseja deixar de registar na Acta desta reunião um episódio passado com a bandeira deste município quando esteve presente em Leiria nas últimas festas ali realizadas, episódio essa pelo qual há justa razão para que o Município se sinta honrado, e que foi o seguinte: Quando Sua Ex.ª o Presidente da República passou defronte da nossa bandeira dirigiu-se a quem a empunhava perguntando: *De que Câmara é esta bandeira?* e ao ser-lhe respondido que era da Câmara de Ovar, rematou: *Está muito batida mas tem muito valor*».

Em 1955, o Presidente da Câmara, aquele dr. José Eduardo de Sousa Lamy, teve a iniciativa duma subscrição para o novo estandarte municipal. «O novo estandarte de honra será cópia do existente, confeccionado em damasco de seda pura, natural, com o emblema composto de Brasão e Coroa Real, com a Virgem e Menino Jesus na face principal e, na contraface, o Brasão da Coroa Real e castelos com quinas e besantes, trajalho aplicado e esmaltado a matiz manual».

No dia 31 de Julho de 1955, as colectividades de recreio do distrito do Porto, em número de 60 e com cerca de 700 associados, chegaram de comboio especial a Ovar, tendo sido recebidas na Câmara pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy e aí prestaram homenagem às bandeiras nacional e do município. Visitaram vários locais, depuseram flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra e foram obsequiados com um passeio na ria.

Em 1956-1957, a Câmara alargou a Rua Coronel Galhardo adquirindo, parcialmente, duas casas.

O mercado municipal (14 de Fevereiro de 1955) – o arquitecto Januário Godinho de Almeida. As expropriações à Família Salvador

A ideia da construção dum mercado municipal vem já da Monarquia, com o capitão Marrecas Ferreira e João Pacheco Polónia, em 1910; continuou na Primeira República, em 1914, com António Valente de Almeida; e prosseguiu na Ditadura Militar e no Estado Novo, com Manuel Pacheco Polónia (1927, 1933-1946).

Mas nada se concretizou.

Até que na sessão de 6 de Abril de 1948, a Câmara da presidência de António Coentro de Pinho deliberou encarregar o arquitecto Januário Godinho de Almeida da execução do projecto do mercado municipal, lavrando a escritura do contrato a 11 de Junho.

Na sessão de 3 de Agosto do mesmo ano, o Presidente fez à Câmara uma exposição acerca das diligências efectuadas quanto à Capela de N.ª Sr.ª da Graça com a autoridade eclesiástica da diocese e que tinham sido levadas a bom termo com o representante daquela autoridade, monsenhor Pereira Lopes, e a irmandade de N.ª Sr.ª da Graça. O representante manifestara o desgosto com que a igreja católica via sempre a demolição de qualquer dos seus templos, mas acentuara também que jamais a igreja criara estorvos à realização de obras reveladoras do legítimo progresso material dos povos.

Ficara estabelecido o seguinte acordo, que foi aprovado por unanimidade pela Câmara: «o terreno ocupado pela dita capela e o seu adro serão cedidos por título gratuito ao Município, devendo aquela ser demolida» e «a Câmara por sua vez, fará substituir a Capela a demolir por uma outra, com um cemitério anexo e que possivelmente virá de futuro a ser a Igreja matriz da nova paróquia a criar nesta freguesia. A construção far-se-á em local a determinar pela competente Autoridade Eclesiástica, presumidamente no lugar de Cabanões, sede da futura e projectada paróquia».

Nessa sessão, o Presidente ainda informou que tinham sido feitos acordos com proprietários, não o tendo conseguido com os Salvadores, pelo que propôs que a Câmara fizesse a expropriação pelos meios legais e se requeresse superiormente que fosse decretada de utilidade pública urgente a expropriação do prédio.

O decreto n.º 37.420, de 19 de Maio de 1949, autorizou a Câmara Municipal de Ovar a expropriar, por utilidade pública urgente, uma parcela de terreno, com a área de 4.850 m^2, a destacar de um prédio rústico sito na Rua Gomes Freire, de Ovar, com a área total de 10.288,25 m^2, pertencente ao viúvo Manuel Augusto de Oliveira Salvador e aos herdeiros de Maria Gomes Soares.

A 14 de Setembro de 1950, o Ministro das Obras Públicas, eng.º José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich, declarava a utilidade pública e urgência da expropriação dum terreno necessário para a construção do mercado de Ovar, cujo projecto tinha sido aprovado por despacho de 12 de Julho de 1950. O referido terreno, com a área de 5.170,60 m^2, situado no centro de Ovar, era pertença dos herdeiros de Manuel de Oliveira Salvador, confinando do norte com a Rua Gomes Freire, a nascente com Manuel Gomes da Silva Bonifácio, do sul com o rio Cáster e do poente com terreno já expropriado.

A 6 de Novembro de 1950 a Câmara, por intermédio do seu advogado, dr. Manuel Tarújo de Almeida, interpõe *processo de expropriação por utilidade pública* no tribunal da comarca, para fixação do valor da indemnização a pagar à família expropriada, a dos Salvadores.

A requerente entende que a indemnização a fixar aos requeridos deve ser de 300.240$00; estes, por intermédio do seu advogado, dr. Augusto Júlio Arala Chaves, pretendem uma indemnização de 1.000 contos.

A sentença do juiz, dr. António Augusto de Oliveira Pinto, extenso documento de 75 páginas, datado de 1 de Outubro de 1952, depois de historiar a expropriação: – «Pela requerente ou A. (*autora*) neste processo, Câmara Municipal de Ovar foi deliberado, em sessão de 8 de Setembro de 1934, construir um mercado municipal nesta vila. Para tal fim, ela escolheu como local o prédio rústico denominado Quinta da Graça, situado entre o rio Cáster, a sul, e rua Elias Garcia e adro da Capela da Senhora da Graça a poente, a rua Gomes Freire e prédio que à mesma Câmara já pertence e que foi de António Gonçalves Pinheiro, a norte, e terreno dos herdeiros de Manuel Gomes da Silva Bonifácio a nascente, com a área de 10.020,50 m^2, pertencente esse prédio aos requeridos Maria Augusta de Oliveira Salvador e outros. Por isso em sessão de 3 de Agosto de 1948, quase 14 anos após aquela primeira deliberação, resolveu fazer a expropriação pelos meios legais desse terreno ou prédio destinado a tal construção» –, fixou a quantia total a receber pelos expropriados em 542.350$50, o que não agradou à Câmara que esperava um valor entre 400 a 425.000$00.

O arquitecto Januário Godinho de Almeida apresentou o seu projecto, datado de 26 de Maio de 1950. Com três entradas – a principal, ainda hoje obstruída pela capela de N.ª Sr.ª da Graça, que ainda não foi demolida, a da Rua Elias Garcia e a da Rua Gomes Freire –, é composto de 7 corpos:

I – Legumes e hortaliças	1.044 m^2
II – Flores e frutas (entrada principal)	468 m^2
III – Carnes e derivados (12 talhos)	555 m^2
IV – Frigoríficos e abastecimentos	203 m^2
V – Peixe e mariscos (próximo do rio, com 16 bancas)	480 m^2
VI – Animais de pêlo e pena	346 m^2
VII – Instalações sanitárias, cantinas, etc.	115 m^2
Total	**3.211 m^2** de superfície

Na *memória descritiva* informa-se que o «mercado é constituído por vários corpos de R/chão, um dos quais com galeria subordinados a uma concepção geral que difere um pouco das normas habituais, quanto ao modo de agrupar e organizar os respectivos serviços. A situação privilegiada do terreno, limitado por duas artérias importantes, no centro da vila, sugeriu a ideia dum mercado parque, isto é, agrupar por entre árvores os diversos pavilhões, dando-lhe a feição que este ambiente certamente exige. Os corpos destinados às diferentes especialidades» formam «uma composição única e homogénea», deixando «entre si grandes espaços livres e massas de verdura, permite alargar o mercado sem aumentar a superfície coberta e torna-o tão útil como aprazível, dado os hábitos conhecidos do povo quanto ao conceito tradicional de mercado, na província».

Mercado Municipal de Ovar. | Foto de João Cunha

A 3 de Junho de 1952, a Câmara deliberou fazer a adjudicação da empreitada da construção do novo mercado à Sociedade Construtora Portuguesa, Limitada, pela importância de 2.373.500$00. A escritura foi lavrada a 30 de Julho e a 24 de Setembro desse ano deu-se início à construção, com a cerimónia da cravação da primeira estaca Franki.

Na sessão de 20 de Outubro de 1954, o Presidente da Câmara dr. José Eduardo de Sousa Lamy apresentou o Regulamento Interno do Mercado Municipal de Ovar, que foi aprovado por unanimidade.

O mercado, que em parte ocupa o local do celeiro do Cabido do Porto, construção airosa e bela, veio a ser inaugurado, a 14 de Fevereiro de 1955, pelo Governador Civil do distrito de Aveiro, dr. Francisco Vale Guimarães, na Câmara da presidência daquele dr. José Eduardo de Sousa Lamy.

Aspiração de sucessivas Câmaras, de 1914 a 1952, o mercado veio a ser construído de 24 de Setembro de 1952 a Fevereiro de 1955, custando à Camara 3.129.640$30:

receitas do município	561.147$30
comparticipação do Estado	897.600$00
empréstimo	1.670.893$00
Total	**3.129.640$30**

O arquitecto Januário Godinho de Almeida, «um dos mais consumados mestres de arquitectura do Velho Porto» (Sant'Ana Dionízio), nasceu no lugar do Seixo de Cima, da freguesia de Válega, a 26 de Agosto de 1910, filho de António Godinho de Almeida e de Albina de Jesus Lopes Godinho, falecendo no Porto, a 13 de Julho de 1990, com 79 anos.

Tendo obtido o diploma de arquitectura em 1941, deixou uma obra extensa e variada, sendo «considerado um dos poucos arquitectos modernistas portugueses».

Foi autor de vários projectos na freguesia de S. Cristóvão de Ovar: – mercado municipal (1952-1955), novo tribunal (1961-1966), e capela actual da praia do Furadouro (1966-1968). E também na freguesia de Válega: – Monumento das Comemorações Centenárias de 1940, Casa da Junta de Freguesia (1969-1971) e Capela de N.ª Sr.ª das Dores, de Valdágua (1981).

Arquitecto Januário Godinho. 1910-1990

A *Família Salvador* teve os seus terrenos, a nascente da Capela da Senhora da Graça, expropriados (1949-1951) para a construção do mercado municipal (1952-1955), no Estado Novo; e os seus terrenos a poente da mesma Capela

expropriados após o *25 de Abril* de 1974, para o Parque de N.ª Sr.ª da Graça, Biblioteca Municipal e Casa da Cultura. Foi, assim, uma família muito castigada quanto a expropriações...

O bairro de S. José (27 de Março de 1955)

Às *vicentinas*, como já referimos, deve-se a construção do Bairro de S. José, em terreno oferecido por Francisco de Oliveira Gomes Ramada.

O lançamento da primeira pedra verificou-se a 25 de Julho de 1954 e as primeiras seis casas foram inauguradas a 27 de Março de 1955.

Em meados de 1984, o bairro, na periferia da cidade de Ovar, era constituído por 20 casas de pedra e cal e 16 barracos de madeira, sendo habitado por 368 cidadãos.

O bairro tem a sua Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Bairro de S. José (em 1977 surgiu o Grupo Desportivo do Bairro de S. José).

Bairro de S. José.
In: Reis *de 1979*

A vila de Esmoriz (29 de Março de 1955)

O decreto n.º 40.108, de 29 de Março de 1955, assinado por Francisco Higino Craveiro Lopes, António de Oliveira Salazar e Joaquim Trigo de Negreiros, «considerando o grande desenvolvimento demográfico e urbanístico que se verifica na freguesia de Esmoriz, do concelho de Ovar, e, nomeadamente, na povoação sede da aludida freguesia; considerando o notável incremento industrial e comercial da referida freguesia; considerando que a povoação sede da freguesia é servida por boas vias de comunicação e está dotada de instalações eléctrica e telefónica», elevou à categoria de *vila* a povoação de Esmoriz, sede da freguesia de Esmoriz, do concelho de Ovar.

Por este acontecimento, Esmoriz recebeu uma embaixada da sede do concelho constituída pelo Presidente da Câmara Municipal, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, vereadores e outros cidadãos, tendo-se realizado uma sessão solene na nova vila.

A artista Aurora de Pinho Almeida Libório (18 de Junho de 1955)

Artista de mérito, pintora diversificada (óleo, aguarela, carvão, pastel), Aurora Libório nasceu em Válega, a 8 de Outubro de 1921, filha de Manuel Rodrigues de Almeida e de Rosa Pinho Almeida, tendo casado com Pedro da Conceição Libório.

A sua 1.º Exposição teve lugar no Lobito, Angola, a 18 de Junho de 1955, e a 2.ª em Espinho, a 19 de Agosto de 1961.

É de sua autoria o painel da Igreja de Válega.

A Artista Aurora Libório.
In: *Jornal de Ovar*,
de 12/5/1993

O Clube de Regatas Vasco da Gama visita pela 2.ª vez Ovar (23 e 24 de Junho de 1955)

A 23 e 24 de Junho de 1955 visita Ovar pela 2.ª vez o grupo de futebol do *Club de Regatas Vasco da Gama*, do Rio de Janeiro, fundado em 1898.

Chegou pelas 20 horas do dia 23 ao Largo de S. Miguel, visitando o primeiro presidente do seu clube, o ovarense Francisco Marques da Silva (1881-1959).

No dia seguinte, foi recebido na Câmara pelo Presidente dr. José Eduardo de Sousa Lamy e venceu um misto da Ovarense por 4-3 num jogo de futebol.

O Vasco da Gama *em Ovar (24 de Junho de 1955).*
In*:* Reis *de 1995*

O Congresso do Sagrado Coração de Jesus (3 a 7 de Agosto de 1955) – a 1.ª Exposição de Arte Sacra (3 de Agosto)

No almoço do 2.º Aniversário da Casa do Concelho de Ovar, efectuado em Lisboa, a 1 de Julho de 1954, o padre Miguel de Oliveira propôs que, em 1955, se comemorasse o 2.º Centenário da irmandade do Sagrado Coração de Jesus com um congresso nesta cidade. Tinha sido o Abade de Ovar, padre Agostinho de Oliveira Félix, que à missa, primeiramente, lembrara o Centenário: – a 5 de Dezembro de 1755 D. João da Silva Ferreira, Bispo de Tânger, prelado e deão da capela real de Vila Viçosa, governador e administrador do bispado do Porto, atentendo à petição do vigário e de alguns devotos da freguesia de Ovar, concedera licença para na Capela de N.ª Sr.ª da Graça se erigir a confraria do Santíssimo Coração de Jesus.

De 3 a 7 de Agosto de 1955 efectuou-se em Ovar o *1.º Congresso do Sagrado Coração de Jesus*, o maior acontecimento religioso até à data realizado no concelho.

Princípiou no dia 3 de Agosto com a recepção, cerca das 19 horas, no limite norte do concelho, na vila de Esmoriz, dos prelados – bispos do Porto e de Vila Real, arcebispo-bispo de Aveiro e bispos-auxiliares do Porto e Aveiro. Em cortejo automóvel seguiram os prelados para Ovar, através das freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda, sendo recebidos na Câmara pelo seu Presidente dr. José Eduardo de Sousa Lamy. À saudação deste, respondeu o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes.

Chegada dos prelados à Câmara Municipal.
No 1.º plano, os Bispos do Porto e de Vila Real.

Ainda neste primeiro dia, fez-se a recepção solene na Igreja Matriz da imagem peregrina do Imaculado Coração de Maria que em procissão saíra da Capela dos Campos, e foi inaugurada a *1.ª Exposição de arte sacra*, no salão do Cine-Teatro, constituída por 60 imagens, em pedra, barro, madeira e louça, por paramentos, ricas alfaias do culto, miniaturas, retábulos, valiosos oratórios e originais de estatutos. A alma desta exposição de objectos do século XV ao século XVIII foi João Fernandes Arada e Costa (1917-1989).

No dia 4, o Bispo-auxiliar do Porto D. Florentino de Andrade e Silva deslocou-se à praia do Furadouro para benzer a primeira pedra da nova capela, que só viria a ser inaugurada em 1968; realizou-se um passeio na ria até ao cais da Ribeira e proferiram conferências, de manhã, o prof. dr. Samuel Rodrigues Sanches – *O Sagrado Coração de Jesus e a Caridade das Conferências Vicentinas* –, e à noite, o prof. dr. Lopes Rodrigues – *O Sagrado Coração de Jesus e o Apostolado dos doentes.*

No dia 5 celebrou missa solene com sermão, na Capela de N.ª Sr.ª da Graça, onde fora instituída a segunda Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus no País, monsenhor Miguel de Oliveira; proferiram conferências, de manhã, a dr.ª Esmeralda Miranda Loureiro – *O Sagrado Coração de Jesus e a Família* –, e à noite, a dr.ª Maria José da Conceição e Castro – *O Sagrado Coração de Jesus e o Mundo Moderno.*

No dia 6, sábado, celebrou missa campal na Praça da República o Bispo-auxiliar do Porto e proferiram conferências, à tarde, o dr. Manuel Tarújo de Almeida – *O Sagrado Coração de Jesus e a Educação* –, e à noite, o dr. Albino Borges de Pinho – *O Sagrado Coração de Jesus e as Vocações.* Este último fez «uma desassombrada profissão de católico e repúdio de algum erro que houvesse em qualquer parte da sua vida».

Domingo, 7 de Agosto, foi a festa do encerramento do congresso, com uma missa solene na Igreja Matriz presidida pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, com sermão pelo cónego dr. Joaquim Manuel Valente, natural da freguesia de Válega e o grande impulsionador do congresso.

3 de Agosto de 1955.
O Presidente da Câmara Municipal, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, recebe nos Paços do Concelho os cinco bispos que se deslocaram a Ovar.

À tarde, proferiram conferências a dr.ª Maria Amália da Costa Lima – *O Sagrado Coração de Jesus e a Vida Social* – o prof. dr. Melo Adrião – *O Sagrado Coração de Jesus e o Indivíduo* –, e o Conselheiro dr. Albino dos Reis – *O Valor do Evangelho.*

Pelas 19,30 saiu da Igreja a grandiosa procissão eucarística, na qual se incorporaram todas as irmandades e associações religiosas das freguesias do concelho, com insígnias e estandartes, presidida pelo Bispo do Porto, ladeado pelos Bispos de Vila Real e auxiliar da diocese do Porto.

7 de Agosto de 1955. Procissão eucarística presidida pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes.

Pegaram às varas do pálio o Governador Civil do distrito de Aveiro, dr. Francisco Vale Guimarães, o Presidente da Câmara, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, deputados drs. Urgel Horta, do círculo do Porto, e João Assis Pereira de Melo, do círculo de Aveiro, dr. João Evangelista Loureiro, vice-presidente da Câmara, dr. Manuel Tarújo de Almeida e Carlos de Sousa Nunes da Silva. Na Praça da República, o Presidente da Câmara leu a consagração do concelho ao Sagrado Coração de Jesus e o Bispo do Porto deu a benção ao SS. Sacramento.

Um banquete de homenagem aos congressistas, que teve início pelas 21 horas no salão nobre da Câmara, um concerto musical na Praça e uma sessão de fogo de artifício encerram as festas do Congresso.

7 de Agosto de 1955. Banquete no salão nobre dos Paços do Concelho. Ao fundo o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, tendo ao seu lado direito Maria Celeste Matos de Sousa Lamy, e, ao seu lado esquerdo, Maria Cecília de Almeida Salgado Zenha.

A estrada marginal de Ovar a S. Jacinto – a inauguração duma carreira regular de passageiros entre o Carregal e o lugar do Torrão de Lameiro (10 de Setembro de 1955)

Em 1937 estava em projecto e era muito discutida a estrada *marginal* de Ovar a S. Jacinto, que veio a ser arrematada, no lanço de Ovar à Torreira, somente a 18 de Novembro de 1952 (abertura e terraplanagem).

No dia 10 de Setembro de 1955 foi inaugurada uma carreira regular de passageiros (camionagem) entre o Carregal e o lugar do Torrão de Lameiro; a 6 de Março de 1961 começou nesta estrada (n.º 327) a carreira de caminhetas entre Ovar, Carregal, Torrão de Lameiro, Torreira e S. Jacinto, dispendendo-se na viagem, efectuada pela empresa concessionária do traçado Ovar-Praia do Furadouro, uma hora e 5 minutos.

A iluminação fluorescente (1955). O abastecimento de águas ao domicílio (1956-1966). O saneamento de Ovar (1956-1968). Águas e saneamento na praia do Furadouro (1969) e à zona norte do concelho (1969)

1. *A iluminação fluorescente (1955)*

Em 1953 foi pela primeira vez aplicado no concelho de Ovar, na Avenida Beira-Mar da praia do Furadouro, o sistema de iluminação com lâmpadas Osram, tipo fluorescente, mais práticas e económicas, em braços Cavan.

Dois anos depois, em 1955, na Câmara presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, os Serviços Municipalizados de Electricidade instalaram modernas armaduras de luz fluorescente em Ovar, à altura de 7 metros e à distância de 30 metros, do tipo Siemens, hermeticamente fechadas e compensadas, obtendo-se uma boa iluminação em substituição da antiga, a lâmpadas de incandescência.

Beneficiaram deste moderno e óptimo tipo de iluminação, 10 ruas – Alexandre Herculano, Antero de Quental, Cândido dos Reis, Coronel Galhardo, Elias Garcia, Gomes Freire, Heliodoro Salgado, Luís de Camões, Mártires da República e 31 de Janeiro –; 4 largos – Almeida Garrett, Combatentes da Grande Guerra, Família Soares Pinto e Serpa Pinto –, uma avenida, a da Igreja, e uma travessa, a de Gomes Freire.

Escreveu-se no *Relatório dos S. M. E.* de 1956, que «quer na Avenida Central e transversais da Praia do Furadouro, quer nas principais ruas da Vila, foram instaladas modernas armaduras de luz fluorescente tipo *Siemens*» e «obteve-se uma óptima iluminação que foi já considerada por técnicos competentes, como das melhores que conhecem, incluindo a própria iluminação da cidade de Nova Iork. Mas no Furadouro, não só se obteve uma iluminação uniforme e de boa intensidade, como também, e isto graças ao requintado gosto do Arquitecto Januário Godinho, uma implantação feliz dos postes, que foram também por si ideados».

Nos anos seguintes a iluminação fluorescente foi-se espalhando nesta cidade e nas freguesias do concelho:

Aspecto da iluminação, com luz fluorescente, do Largo da Família Soares Pinto.

Anos	Freguesias	Local
1958	Vila	Largo Mouzinho de Albuquerque e Rua Luís de Camões
1959	Válega	Corga do Sul
1960	Cortegaça	Praia (26 candeeiros). Inauguração a 16 de Julho
1963	Válega	Zona central, da Capela de S. Gonçalo ao extremo sul da ponte de Espinha.
	Vila	Ponte João de Pinho e acessos
1963/1964	Cortegaça, Esmoriz, Maceda e Válega	Estrada nacional
1972	S. Vicente	Zona central. Inauguração a 19 de Junho pelo Presidente da Câmara Francisco José Correia de Almeida
	Maceda	Lugar do Outeiro
	Válega	Da variante da Estrada nacional ao apeadeiro. Inauguração a 29 de Julho

Em 1995, na Câmara presidida pelo dr. Armando França, iniciou-se, no Largo Mousinho de Albuquerque e ruas adjacentes, a iluminação com lampiões (cópia dos antigos usados na iluminação pública).

2. *O abastecimento de águas ao domicílio (1956-1966)*

Reconhecendo que Ovar, embora abastecida de chafarizes e de fontes, carecia de mais água, para distribuição domiciliária e mais fácil recurso em casos de incêndio, a Câmara solicitou um técnico para proceder ao estudo da captação ou melhor aproveitamento das águas. Com essa finalidade deslocou-se à freguesia de Ovar, a 18 de Junho de 1933, o eng.º hidráulico Carlos Vieira, que visitou a Mãe-d'Agua, abastecedora dos chafarizes, e examinou a nascente do Tremedal, no lugar do Carregal.

A 3 de Janeiro de 1939 o inspector-chefe de saúde, Carlos Arruda Frustado, declarava que não havia em Ovar distribuição conveniente de água potável, não existindo esgotos.

Na sessão de 19 de Julho de 1945, a Câmara da presidência de Manuel Pacheco Polónia deliberou, por unanimidade, contratar com o eng.º Alexandre Ribeiro Ferreira Chaves, de Lisboa, a elaboração dos projectos de abastecimento de águas a Ovar e à praia do Furadouro (escritura lavrada a 22 de Agosto desse ano).

Mas quanto ao *abastecimento de águas ao domicílio*, foi a Câmara da presidência do dr. José Eduardo de Sousa Lamy que, encarando de frente o problema das águas e saneamento, resolveu meter energicamente mãos à obra, que entendia ser da maior importância e necessidade para Ovar. E, assim, na sessão de 7 de Novembro de 1956, deliberou encarregar a firma Johann Keller, de Cascais, de efectuar os trabalhos de novas pesquisas de águas no Carregal, para abastecimento de Ovar e da praia do Furadouro.

Nesse ano de 1956, com bom êxito, deu-se início à abertura dos furos. Na sessão de 3 de Julho de 1957, a Câmara toma conhecimento do despacho ministerial concordando com a realização conjunta do saneamento e abastecimento de água a Ovar.

Ainda em 1957, noticiava-se que fora feita já a captação de água no Carregal, com a abertura de três furos pelo processo alemão *Augusta*, sendo o débito de cada um de 77.000 litros por hora de água bacteriologicamente pura. Neste ano de 1957, iniciaram-se os trabalhos de assentamento de canalizações, quer das águas quer do saneamento.

A 4 de Setembro de 1957, a Câmara «como consequência das obras de distribuição de água à vila, que exigem a construção dum depósito ou torre de elevação, deliberou adquirir a Manuel Soares Laranjo e outros, pela importância de 30.000$00, um prédio sito na Travessa da Rua Alexandre Herculano, local previsto no respectivo projecto, destinado à parte da referida elevação»; e na sessão de 5 de Março de 1958 deliberou, ainda para a construção do depósito, proceder à aquisição de outro prédio anexo pertencente a Joaquim da Silva Marques e a Zeferino Gomes Pinto, sito na travessa da Rua Dr. José Falcão, pela importância de 20.000$00.

Na reunião de 19 de Março de 1958, apresentadas 11 propostas ao concurso para adjudicação do *abastecimento de águas e primeira fase do saneamento da vila de Ovar*, deliberou a Câmara presidida pelo dr. José Eduardo de Sousa Lamy, adjudicar a empreitada à TRABEL – Trabalhos de Engenharia, Limitada, com sede em Lisboa, por ter apresentado a proposta mais baixa – 2.927.000$00 (escritura lavrada a 6 de Maio desse ano).

A Câmara, na sessão de 4 de Março de 1959, deliberou considerar criados os serviços de abastecimento de águas e saneamento, a explorar juntamente com os já exis-

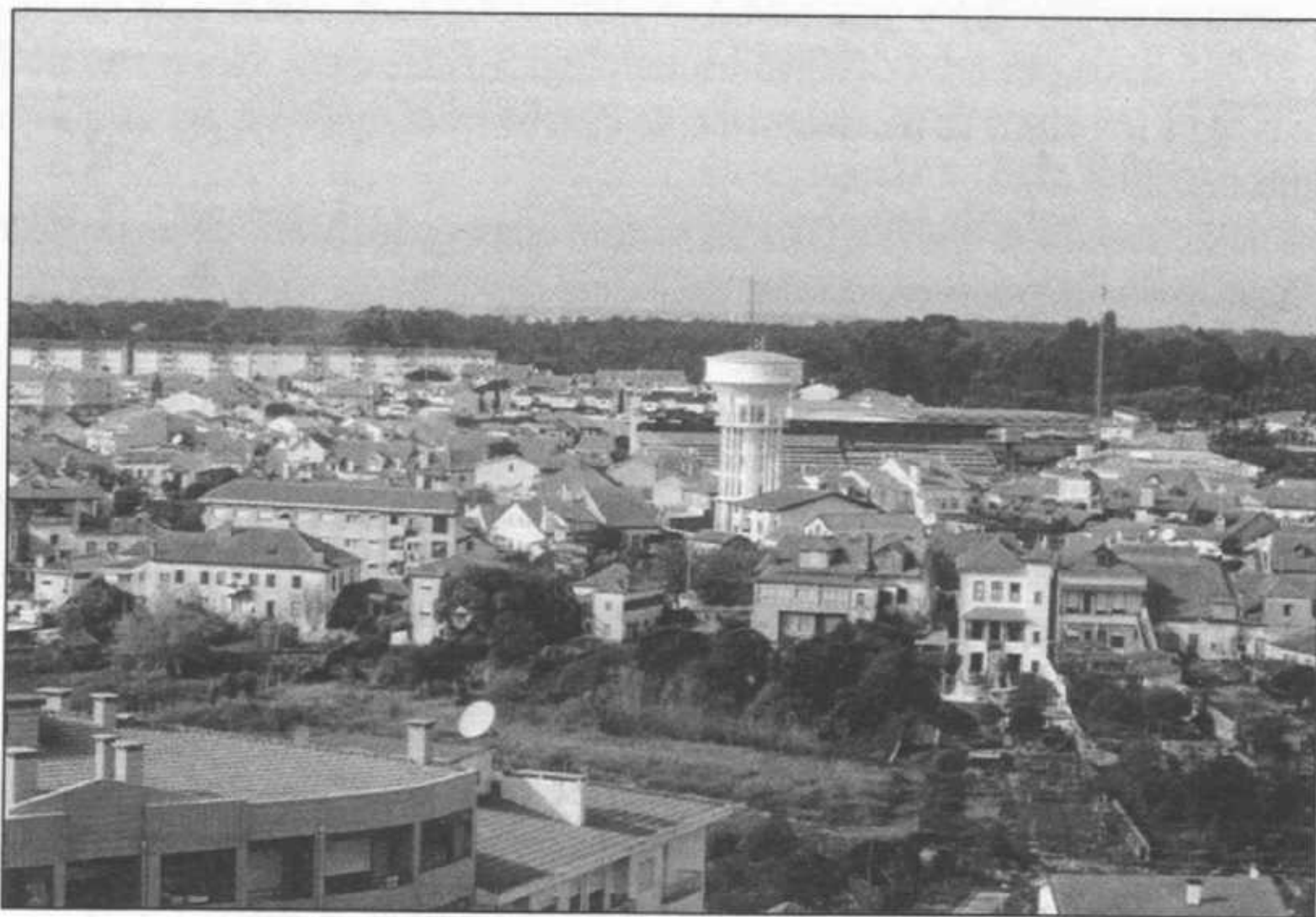
tentes de electricidade. Os serviços, a partir de 1 de Abril de 1959, passaram a denominar-se *Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento.*

Na sessão de 2 de Novembro de 1960, a Câmara de Carlos de Sousa Nunes da Silva deliberou adjudicar à TRABEL a empreitada referente à *segunda fase do abastecimento de águas à vila* por 659.000$00 – trabalhos de movimentos de terras e construção de casetas de bombagem no Carregal, da central elevatória, do reservatório anexo e do reservatório elevado em Ovar (escritura lavrada a 24 de Abril de 1961).

A rede total a instalar tinha, no conjunto, uma extensão de 23.714 metros.

Na sessão de 22 de Março de 1961, a Câmara deliberou adquirir a Maria Fragateiro Soares, de Lisboa, uma parcela de terreno com 1.000 m^2, a extrair dum pinhal sito no Carregal do Norte, parcela destinada à construção duma estação elevatória para o abastecimento de água; na sessão de 7 de Novembro de 1962, deliberou adquirir duas parcelas de terreno para construção da caseta e respectiva protecção do furo de captação de água *JK3*, uma, e outra para o mesmo efeito mas para o furo *JK2*; na sessão de 3 de Abril de 1963, resolveu ainda adquirir várias parcelas de terrenos a vários proprietários no Carregal do Norte.

Em 1961 foi adjudicado o fornecimento e montagem do equipamento electro-mecânico comum da estação elevatória de Ovar e Furadouro, à firma Engenheiro Antunes Ferreira, de Lisboa, por 554.400$00 (escritura lavrada a 7 de Junho de 1962).

Em 1963 ficou concluido o reservatório elevado, no Alto do Abade ou Alto das Correias, em Ovar, com capacidade de 750 m^3, garantindo à distribuição uma pressão de serviço suficiente (funcionando também como regulador de pressão) e oferecendo sob o aspecto estético uma perspectiva interessante da cidade.

Vista da cidade de Ovar, com o reservatório no Alto do Abade ou Alto das Correias.

Ainda em 1963, na zona de captação, ficaram em funcionamento os sistemas de extracção de água nos três furos, com o débito médio de 60 MC/hora cada furo, e foi feita a sua ligação à central elevatória; esta central entrou em funcionamento experimental, verificando-se que a elevação da água é feita com um caudal de 20 MC/hora; iniciou-se a distribuição domiciliaria, em regime precário; na central foi instalada a estação de tratamento químico da água, através do leite de cal para simples regularização do pH. O contrato de fornecimento e montagem da estação de tratamento de água para o abastecimento de Ovar, entre a Câmara e José Joaquim de Serpa Pimentel da Costa Lima, de Lisboa, foi lavrado a 17 de Outubro de 1963, por 76.500$00.

A 17 de Agosto de 1964, o Subsecretário de Estado das Obras Públicas aprovou o *regulamento do serviço de abastecimento de água à vila de Ovar*, cuja oficialização se concretizou através da portaria publicada no *Diário do Governo* de 5 de Setembro desse ano.

A partir desta portaria, começaram a ser instalados contadores em prédios que estavam já a ser abastecidos, em regime experimental.

Ainda em 1964, firmou-se contrato com o laboratório do Instituto de Higiene e Medicina Social de Coimbra que ficou encarregado de, mensalmente, proceder à análise química e bacteriológica da água distribuída.

A 24 de Junho de 1966, aquando da sua visita oficial a Ovar, o Presidente da República Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás inaugurou a *central elevatória de águas*, no Carregal, iniciando-se, oficialmente, a partir desta data o abastecimento de águas à cidade.

O Presidente da República na estação elevatória das águas, a 24 de Junho de 1966, tendo à sua esquerda Carlos Nunes da Silva.
In: Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento *de 1966*

Na sessão de 12 de Outubro de 1974, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, presidida pelo dr. Augusto Arala Chaves, deliberou mandar retirar as letras da placa comemorativa existente na estação de bombagem de água para abastecimento de Ovar.

Na sessão camarária de 20 de Novembro de 1972, presidida por Francisco José Correia de Almeida, foi deliberada a adjudicação do estabelecimento da rede de colectores ao lugar da Ponte Nova, à firma Ernesto Alves Pinto & C.ª Limitada, de Lourosa, Oliveira do Hospital, por 490.930$00. Os trabalhos excluiram o reservatório elevado, sendo entretanto a rede suportada pelo reservatório de Ovar.

A 2.ª fase da *drenagem de águas residuais domésticas*, no referente à instalação da rede geral, foi adjudicada à TRABEL, de Lisboa, por 2.511.049$00.

3. *O saneamento de Ovar (1956-1968)*

A Câmara presidida pelo dr. Jose Eduardo de Sousa Lamy, após uma reunião com o eng.º Celso da Câmara Pestana, a 19 de Novembro de 1955, assinou com este técnico, a 14 de Janeiro de 1956, o contrato para a elaboração do projecto de saneamento de Ovar e praia do Furadouro.

A *primeira fase do saneamento de vila da Ovar* foi adjudicada, juntamente com a empreitada do abastecimento de águas, em 19 de Março de 1958, à TRABEL – Trabalhos de Engenharia, Limitada, de Lisboa, pela importância de 2.927.000$00 (águas e saneamento).

Na sessão de 18 de Abril de 1962, deliberou a Câmara adjudicar a empreitada da segunda fase do saneamento da vila de Ovar, à mesma firma TRABEL, pela importância de 2.538.000$00 (escritura lavrada a 30 de Maio de 1961).

Em 1962, na sessão de 18 de Abril, deliberou adquirir, como terrenos necessários para a construção e protecção da estação de tratamento do saneamento, um prédio sito na Várzea, da freguesia de Ovar, com a área total de 4.221 m², pela importância de 42.210$00 aos seus proprietários – eng.º António Luís Viana Barreto e outros –; e adquiriu outro prédio, a Irene Chaves, na sessão de 18 de Julho desse ano.

Em 1965 é superiormente concedida autorização para utilizar o colector de descarga do rio Cáster, a jusante de Ovar, o que permitiu não só a verificação das condições de funcionamento, como também dar seguimento ao já, então, grande número de pedidos para as respectivas ligações à rede.

Em Abril de 1968 entrou em funcionamento a estação de tratamento de esgotos, onde se fez um investimento superior a 4.000 contos. A instalação nesta do equipamento electro-mecânico esteve a cargo da firma HIDREL – Técnica de Hidráulica e Electricidade, Limitada, com sede na cidade de Lisboa, que o forneceu por 220.000$00 (contrato de 10 de Janeiro de 1964).

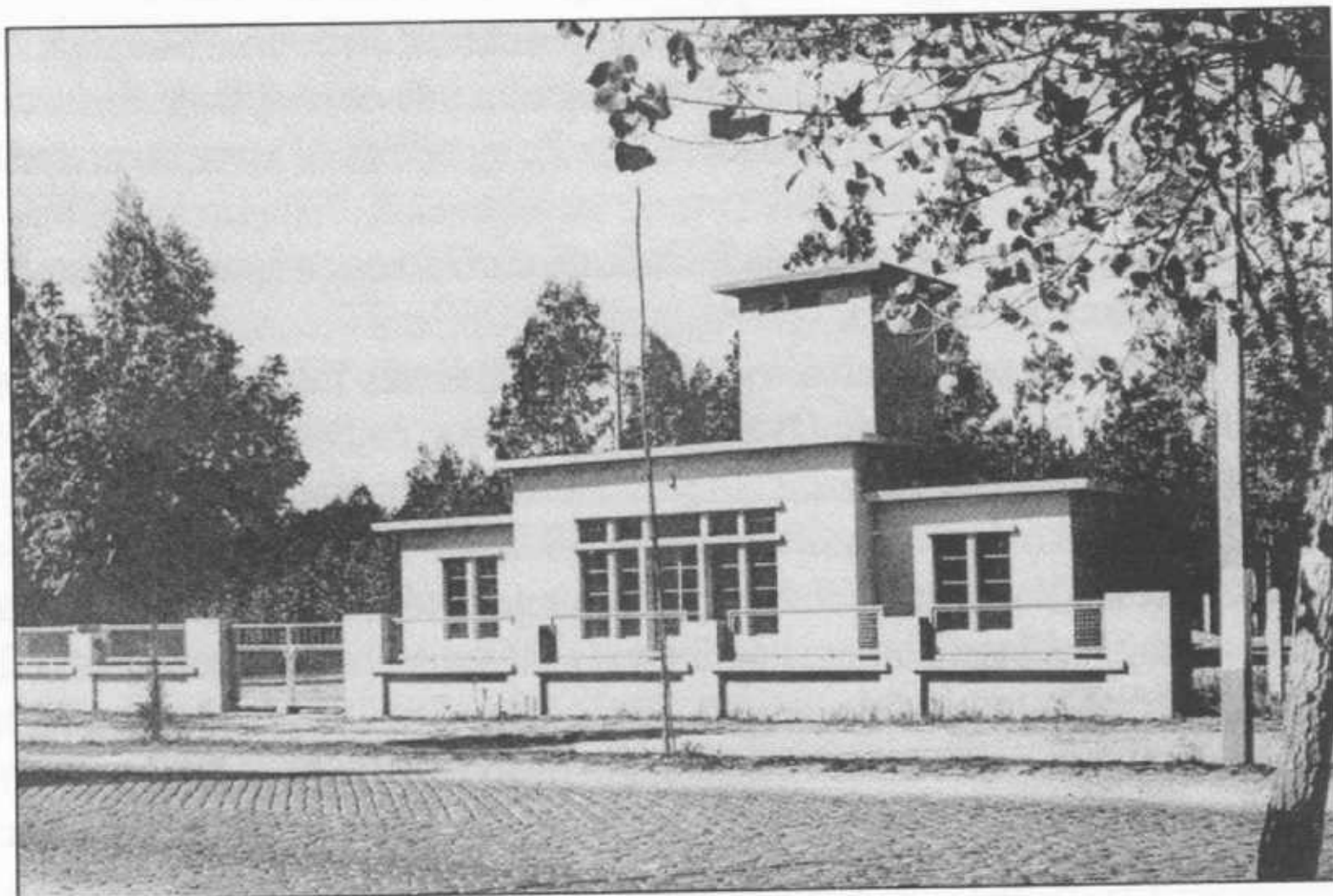
4. *Águas e saneamento na praia do Furadouro (1969)*

Na sessão de 2 de Janeiro de 1963, foi, apresentado pelo eng.º Celso da Câmara Pestana, à Câmara presidida por Carlos de Sousa Nunes da Silva, o projecto do abastecimento de água à praia do Furadouro.

A obra total – águas e saneamento – veio a ser arrematada por 3.064.602$00 à fir-

ma de Anadia – Construções Martins e Ferreira da Silva, Limitada – *Marsil*, na sessão camarária de 16 de Fevereiro (escritura lavrada a 8 de Abril de 1968).

Nesse ano de 1968, nos últimos dias de Agosto, teve início a instalação da rede dos colectores de distribuição de água, da conduta adutora e do reservatório. Este, com a capacidade de 500 m^3, semelhante ao de Ovar, veio a erguer-se a uma altura de 26,50 m, sendo abastecido por um conjunto de dois grupos de electro-bombas funcionando na central do Carregal. A água é bombeada da mesma nascente que abastece a cidade.

A localização do reservatório de águas foi objecto de reclamações de vários cidadãos e criticado no *Notícias de Ovar*.

Estação elevatória das águas (para Ovar e Furadouro),
à margem direita da estrada do Furadouro e na descida do Carregal.

A 8 de Julho de 1968, por 28.000$00, a Câmara adquiriu uma parcela de terreno, com 200 m^2, destinada à construção do depósito para abastecimento de águas ao Furadouro, a António César Soares de Oliveira e outros; a 18 de Novembro do mesmo ano, por 31.500$00, com a mesma finalidade, adquiriu 210 m^2 a Maria José da Silva Faustina e outros.

A partir de Julho de 1969, sem utilização do reservatório, foi possível fornecer, em regime de bombagem directa, água à praia do Furadouro.

Essa distribuição foi feita através de fontanários adaptados a algumas das bocas de incêndio, tendo sido instalados onze ramais domiciliários, embora em regime precário de fornecimento.

A instalação de rede de colectores de esgotos domésticos na praia do Furadouro principiou aquando da instalação da rede de colectores de distribuição de água, nos últimos dias do mês de Agosto de 1968.

A 28 de Junho de 1973 foi lavrada escritura, entre a Câmara e o eng.º Fernando de Oliveira Pinto, para elaboração do projecto de saneamento do Furadouro, por 213.700$00; na sessão de 10 de Dezembro de 1975 a Câmara adjudicou à firma bracarense Carlos Rodrigues e pela quantia de 3.635.459$50 as obras de construção de duas condutas de esgotos na pista do lado sul da Estrada do Furadouro e de duas casas para as estações de bombagem, sendo uma no Furadouro e outra no Carregal; na sessão de 9 de Dezembro de 1976 a Câmara adjudicou à HIDREL, por 702.800$00, o equipamento electro-mecânico do saneamento da praia.

5. *Águas e saneamento à zona norte do concelho (1969), e a inauguração da rede de abastecimento de água a Válega (2000)*

A 23 de Abril de 1969, entre a Câmara da presidência do dr. José Maria de Araújo Abreu e a firma Johann Keller, foi lavrada a escritura de execução de furos de pesquisas e eventual adaptação para abastecimento de água à zona norte do concelho de Ovar, por 380.000$00.

Foi o vereador Álvaro Marques da Silva Rola, de Cortegaça, quem levou pela primeira vez este assunto à Câmara.

Em 1970 foi dada por concluída a empreitada dos três furos de captação, apresentando a água, semelhante à de Ovar, boas condições, embora sujeita a tratamento químico para correcção do pH.

A 25 de Novembro de 1970 a Câmara, por 417.000$00, convencionou com o eng.º Basílio Pinto Fernandes Jorges a elaboração do projecto de abastecimento de água ao norte do concelho, 1.ª fase, abrangendo Esmoriz e Cortegaça e prevendo-se o futuro enquadramento de Maceda. Mais tarde, a 22 de Setembro 1971, a Câmara fez novo contrato, de igual teor, com o eng.º Cândido Augusto Guerra, da cidade do Porto.

A Câmara presidida por Francisco Correia de Almeida resolveu conjugar a obra do abastecimento de água com a do saneamento e a 28 de Junho de 1973, por 1.143.878$60, foi lavrado entre a Câmara e o eng.º Fernando de Oliveira Pinto, do Porto, o contrato para a elaboração do projecto da obra de drenagem e tratamento de esgotos de Esmoriz e Cortegaça.

A 28 de Junho de 1975 a Câmara adjudicou à firma eng.º José Pereira Zagalo, do Porto, a empreitada de abastecimento de água à zona norte do concelho (Esmoriz e Cortegaça – 1.ª parte da 1.ª fase), por 13.920.059$70.

O Presidente da Câmara Municipal, dr. Armando França, inaugurou, a 25 de Abril de 2000, a rede de abastecimento de água a Válega.

O Clube Filatélico de Ovar (1 de Janeiro de 1957) – o dr. António Augusto Baptista Fragoso

Entre os mais antigos e mais conhecidos coleccionadores de selos ovarenses destacaram-se os drs. António Augusto Baptista Fragoso (1903-1976), João de Andrade Pais, José Afrânio de Sousa Lamy e José Eduardo de Sousa Lamy (1902-1976).

A 1 de Janeiro de 1957, foi fundado o *Clube Filatélico de Ovar*, a 1.ª associação

filatélica ovarense, com reuniões na sala da biblioteca municipal, então no rés-do-chão, ala norte, do edifício dos Paços do Concelho. Foram seus co-fundadores: eng.º Manuel Eugénio Rodrigues Leite, António da Costa Laborim e João Peixinho Carvalho Simão.

Aquando das Comemorações Conjuntas (Orfeão, A.D.O. e Bombeiros Voluntários), teve lugar, de 11 a 19 de Dezembro de 1971, no salão nobre dos Bombeiros, a *primeira mostra filatélica de Ovar.*

Em Dezembro de 1971 (estatutariamente, em 1972), surge a Secção Filatélica e Numismática do Orfeão de Ovar, presidida pelo dr. António Augusto Baptista Fragoso, e que levou a cabo, a 28 de Dezembro de 1972 a *1.ª feira do selo.*

De 24 a 29 de Fevereiro de 1989, teve lugar, na Escola Secundária n.º 1, organizada pela Secção Filatélica e Numismática do Orfeão, a *1.ª Exposição Filatélica Inter-Regional*, da qual foi coordenador geral o dr. David Manuel Fernandes Brandão, e coordenador-adjunto Mário Bruges Ramos. A 28 de Novembro de 1992, teve início o *Ciclo António Fragoso – Encontros de Ovar (1992-1996).*

E, em 1993, esteve em Ovar a Secretária de Estado de Juventude Maria do Céu Ramos, na V Exposição Filatélica Nacional Juvenil de Ovar/93, no salão paroquial de S. João. A II Mostra de Filatelia Olímpica de Portugal abriu, a 6 de Outubro de 1996, em Ovar.

Entre os coleccionadores ovarenses salientaram-se, entre tantos outros, António da Costa Laborim (1924), dr. António Augusto Baptista Fragoso (1903-1976), dr. David Manuel Fernandes Brandão, Fernando Alberto da Silva (Nova York, 1958), Fernando Francisco Tigre, dr. João de Andrade Pais, João Peixinho Carvalho Simão (1929), José Afrânio de Sousa Lamy (†1981), José Augusto Almeida (1922-1996), dr. José Eduardo de Sousa Lamy (1902-1976), Luís Manuel Pires dos Reis, eng.º Manuel Eugénio Rodrigues Leite (1921), Mário Mendes Alçada e Mário Bruges Ramos.

Reunião filatélica presidida pelo dr. João de Andrade Pais, que tinha ao seu lado direito Fernando Francisco Tigre. Arquivo do eng.º Manuel Eugénio Gomes Rodrigues Leite

Médico (Porto, 1927), grande autoridade em marcofilia e filatelia, o dr. António Fragoso nasceu em Ovar, a 29 de Agosto de 1903, filho do escrivão de direito António de Sá Fragoso e de Bárbara Ermínia da Gama Baptista, e veio a falecer, a 1 de Março de 1976, em Vila Nova de Gaia, com 72 anos. Seu pai, cunhado do farmacêutico Carlos Alcântara da Gama Baptista, era irmão do Bispo D. Carlos de Sá Fragoso.

Entre os seus inúmeros escritos, acham-se as «Marcas postais antigas de Ovar» (*in*: *O Selo*, Março de 1941) e as «Marcas do Correio de Ovar no século XIX» (*in*: *O Selo*, 1947).

Em 1973, foi homenageado, em Ovar e no Porto, pelos 60 anos de vida filatélica tendo sido inaugurada uma exposição – *60 anos de vida filatélica* – no salão nobre da Câmara Municipal de Ovar, a 5 de Outubro.

A Secção Filátélica do Orfeão de Ovar levou a cabo a jornada filatélica *Ciclo António Fragoso – Encontros de Ovar*, 1992-1996, iniciada a 28 de Novembro de 1992.

Dr. António Fragoso. 1903-1976 In: Notícias de Ovar, *de 25/3/1976*

Os primeiro (3 de Novembro de 1957), segundo (12 de Novembro de 1961) e terceiro (7 de Novembro de 1965) mandatos do deputado dr. Tarújo de Almeida

Em Outubro de 1957 realizou-se o *primeiro congresso republicano* em Aveiro, a cuja inauguração, no Teatro Aveirense, presidiu o dr. António Luís Gomes, único sobrevivente, à data, do governo provisório da Primeira República. Entre as propostas aprovadas a 6 de Outubro, por aclamação, nesse congresso que constituiu valiosíssima contribuição para o estudo e conhecimento dos problemas nacionais, figurou a da constituição em comissão plenária distrital de Aveiro de cidadãos republicanos, entre os quais o distinto advogado de Ovar dr. Augusto Júlio Arala Chaves.

A 3 de Novembro de 1957 realizaram-se as eleições para a 7.ª legislatura da Assembleia Nacional, concorrendo candidatos da U.N. e da oposição.

Para propaganda eleitoral dos seus candidatos pelo círculo de Aveiro, a U.N. levou a efeito no Teatro Avenida, na capital do distrito, a 28 de Outubro, uma sessão presidida pelo Conselheiro Albino dos Reis e em que discursou o candidato dr. Manuel Tarújo de Almeida, distinto advogado ovarense que veio a ser o primeiro deputado deste concelho no Estado Novo.

A *oposição independente* levou a cabo uma sessão a 30 de Outubro, no Cine-Teatro de Ovar, presidida pelo dr. Augusto Júlio Arala Chaves e na qual foram exaltados os princípios da liberdade. Na mesa sentaram-se os drs. Lopes de Oliveira e Vasco da Gama Fernandes e em lugar de honra os candidatos oposicionistas drs. Júlio Calisto e Manuel da Costa e Melo, Manuel das Neves e Virgílio Pereira da Silva, e ainda o dr. João Evangelista Loureiro, vice-presidente do município ovarense, que representava a autoridade, e deputações de democratas do Porto e de Vila Nova de Gaia.

No teatro repleto, e no meio do maior entusiasmo, usaram da palavra os drs. Augusto Júlio Arala Chaves, Júlio Calisto, Manuel da Costa e Melo e Vasco da Gama Fernandes. Para encerrar a sessão, falou novamente o dr. Augusto Chaves e, ao terminar, a assistência manifestou-se em vibrantes aclamações à pátria, à república e à democracia, cantando a *Portuguesa.*

Entre os candidatos da U.N. pelo círculo de Aveiro contavam-se os drs. Belchior Cardoso da Costa, Manuel Homem Ferreira, Manuel José Homem de Melo e Manuel Tarújo de Almeida. Entre os candidatos da oposição independente, que vieram a desistir de ir às urnas, achava-se o dr. Manuel Joaquim da Costa e Melo.

Resultados no concelho de Ovar:

	Inscritos	**Listas contadas**	**Abstenções**	**Votos**	**Percent.**
Ovar – *1.ª secção*	1.083	649	434	648	59,90%
Ovar – *2.ª secção*	1.118	683	435	680	61,09%
Total concelho	**4.975**	**3.650**	**1.325**	**3.650**	**73,30%**

A 6 de Outubro de 1960, referindo-se ao meio século de vida republicana (5/10/ /1910 - 5/10/1960), afirmava o *Notícias de Ovar*: – «Em Ovar, e inexplicavelmente, parece que houve a preocupação de que a gloriosa data passasse quase absolutamente despercebida. Não podemos concordar».

O ano de 1961 foi fértil em acontecimentos nacionais: a 4 de Fevereiro, os nacionalistas angolanos assaltaram as prisões de Luanda; a 22 de Janeiro, Henrique Galvão apodera-se, no Largo das Caraíbas, do paquete *Santa Maria*, na «mais espectacular acção da Oposição portuguesa a Salazar», na «maior empresa publicitária do século»; a 15 de Março, inicia-se a insurreição no norte de Angola; a 13 de Abril, fracassa o golpe de estado do Ministro da Defesa general Botelho Moniz; nas vésperas das eleições, Hermínio da Palma Inácio apodera-se de um avião dos T.A.P. da carreira Casablanca-Lisboa, lançando sobre a capital e cidades da província vários manifestos.

A 31 de Outubro, a *República* publicou o *programa para a democratização da república*, programa que foi «elaborado pela burguesia liberal em colaboração com variados sectores socialistas e radicais» (ÁLVARO CUNHAL, *Rumo à vitória*).

A 12 de Novembro de 1961 realizaram-se as eleições para a 8.ª legislatura da Assembleia Nacional, tendo sido eleito pela 2.ª vez e pelo círculo de Aveiro o advogado ovarense dr. Manuel Tarújo de Almeida, da União Nacional.

Dr. Manuel Tarújo de Almeida

A oposição, que colaborou na farsa eleitoral, no *bom velho estilo* salazarista, para não deixar de desfrutar das poucas e escassas liberdades que lhe eram concedidas para a propaganda eleitoral, desistiu de ir até às urnas.

Resultados no concelho

	Inscritos	**Votantes**	**Percentagem**
Ovar – *1.ª secção*	1.053	734	69,705%
Ovar – *2.ª secção*	1.124	830	73,843%
Total concelho	**5.080**	**3.754**	**73,8 %**

Entre os candidatos da U.N. encontravam-se os drs. Belchior Cardoso da Costa, Manuel Homem de Albuquerque Ferreira e Manuel Tarújo de Almeida.

Em fins de 1961, o general Humberto Delgado entra clandestinamente em Portugal e, a 31 de Dezembro, rebenta em Beja uma rebelião militar, chefiada pelo capitão Varela Gomes, que custou a vida ao Subsecretário de Estado do Exército.

A 10 de Maio de 1963 o Governador Civil do distrito de Aveiro dr. Manuel Lou-

sada visitou Ovar; na sessão de 3 de Julho desse ano o vice-presidente da Câmara, dr. José Maria de Araújo Abreu, propôs que fosse exarado um voto de congratulação pela inauguração da ponte da Arrábida, verdadeiro monumento de engenharia e mão-de-obra portuguesas, e em que tiveram importante e activa interferência os eng.os de origem ovarense José Araújo Sobreira e José Pereira Zagalo.

A 7 de Novembro de 1965 realizaram-se eleições para a 9.ª legislatura da Assembleia Nacional, sendo eleito pela U.N. e pela terceira vez no círculo de Aveiro o advogado de Ovar dr. Manuel Tarújo de Almeida.

Resultados no concelho

	Inscritos	Votantes	Percentagem
Ovar – *1.ª secção*	1.147	814	71,05%
Ovar – *2.ª secção*	1.227	839	68,38%

A *oposição* não apresentou candidatos no círculo de Aveiro, dado que lhe foi impossível entregar as certidões eleitorais a devido tempo no Governo Civil.

As eleições de 1965 foram, assim, mais uma farsa eleitoral, mais uma eleição em família, sem a assistência de adversários, mais umas pseudo-eleições, «cujo resultado já estava definido antes de os próprios cidadãos chegarem a depositar os seus boletins de voto».

A televisão em Ovar (23 de Novembro de 1957)

A 23 de Novembro de 1957 captaram-se, pela primeira vez, em Ovar as imagens emitidas pela Rádio Televisão Portuguesa, da estação da Lousã, o que despertou vivo interesse.

A 28 e 29 de Abril de 1972, na sede do G.A.V. perante público numeroso e interessado, os criticos de TV, Mário Castrim, Correia da Fonseca e Alice Vieira, exercendo a sua actividade em vespertinos de Lisboa, e o professor e pedagogo Calvet de Magalhães, orientaram um colóquio subordinado ao tema *A criança e a televisão.*

O dr. Fernando Raimundo Rodrigues foi membro da Comissão de Fiscalização da RTP (1982-1986).

A televisão por cabo – a TV Cabo Mondego –, iniciou em Fevereiro de 1997 a comercialização dos seus serviços na cidade de Ovar.

Expedicionários na Ásia – David Gomes Viela (Março de 1958)

Em 1954, ano em que principiou o movimento dos invasores pacíficos, os *satyagrahis*, aquando do atentado contra Dadrá e a ocupação do enclave de Nagar-Aveli, a

Câmara enviou um telegrama ao Presidente do Conselho dr. António de Oliveira Salazar.

Na defesa da Índia Portuguesa foi condecorado pelo Ministro da Defesa, com a medalha de cobre de valor militar, e promovido, por distinção, a primeiro-cabo, o soldado radiotelegrafista de engenharia, David Gomes Viela, natural de Ovar, por ter defendido com mais 10 soldados – 2 metropolitanos e 8 indianos – o posto fronteiriço de Anconém, quando este foi atacado, na noite de 17 para 18 de Setembro de 1957, por um numeroso grupo armado proveniente da União Indiana.

David Gomes Viela, em Março de 1958, veio a ficar sem a vista e mão esquerdas quando desarmava um engenho mortífero deixado pelos rebeldes e que explodiu, ferindo-o. Foi-lhe conferido o posto de furriel.

Na sessão de 2 de Julho de 1958, a Câmara da presidência do dr. José Eduardo de Sousa Lamy «atendendo aos relevantes serviços prestados em prol da Pátria durante a sua permanência no destacamento de Engenharia da Índia e considerando a sua actuação, coragem física e moral e o nobre exemplo que deu pela dedicação aos serviços de que era incumbido, de tal maneira que se tornou um exemplo vivo de alta formação moral e das elevadas virtudes militares e patrióticas para todos os seus camaradas que na Índia defenderam o nome e a Pátria Portuguesa, e muito especialmente para a juventude deste concelho, deliberou, por unanimidade, exarar um voto de louvor ao furriel de engenharia David Gomes Viela».

A 18 de Dezembro de 1961, em 36 horas, num «passeio militar», as tropas indianas invadem o Estado da Índia, a 19 o general Vassalo e Silva rendeu-se incondicionalmente, e a 20 a Câmara, por proposta do seu presidente Carlos de Sousa Nunes da Silva, delibera, por unanimidade, exarar um voto de profundo pesar e enorme repulsa pelo traiçoeiro ataque à bem portuguesa provincia da Índia e enviar ao Presidente do Conselho dr. António de Oliveira Salazar um telegrama manifestando o seu repúdio e indignação pela invasão.

O terramoto delgadista – a campanha do general Humberto Delgado (8 de Junho de 1958). O «reviralhismo» e o dr. Augusto Chaves (1945-1959)

A 8 de Junho de 1958 realizaram-se as eleições presidenciais mais movimentadas e mais disputadas do Estado Novo, concorrendo três candidatos: o Contra-Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, pela União Nacional (outros nomes se aventaram pela U.N., designadamente os do prof. José Alberto dos Reis, dr. Albino dos Reis, Almirante Sarmento Rodrigues, dr. Trigo de Negreiros e do próprio Salazar. Para o *New York Times*, de 8 de Junho de 1958, «o nome do vencedor foi por acaso o nome do Contra-Almirante Américo Tomás mas isso não tem qualquer importância, ele não terá qualquer poder e o dr. Salazar podia, da mesma forma, ter escolhido o polícia de trânsito mais à mão»), o general Humberto Delgado, vindo do próprio Estado Novo, pela Oposição Independente, e o dr. Arlindo Vicente, obscuro advogado, pela extrema-esquerda (o P.C.P. apontou em 1.º lugar o eng.º Cunha Leal, que recusou por motivo de saúde. Também se pensou em Manuel João da Palma Carlos e em Ferreira de

Castro, que recusou a candidatura). Este último, após o *pacto de Cacilhas*, a 30 de Maio, que consagrou a fusão das duas candidaturas oposicionistas, desistiu em benefício do general Delgado.

Segundo OLIVEIRA MARQUES (*História de Portugal*, vol. 2.º), «a oposição centro-esquerda escolheu, por pressão de António Sérgio, o general Humberto Delgado, oficial-aviador no activo e ao tempo Director-Geral da Aeronáutica Civil. Delgado fora outrora um partidário acérrimo da Ditadura e admirador de Salazar». O general «mostrou ser o homem adequado às circunstâncias. Demagogo e exaltado, contactou facilmente com as massas populacionais, suscitando enorme entusiasmo em todo o País». De começo, foi vigorosamente atacado pelos comunistas, para quem o era o *general coca-cola*, o *fascista* (MÁRIO SOARES, *Portugal amordaçado*). HUMBERTO DELGADO, nas suas *Memórias*, refere que quando Arlindo Vicente desistiu da candidatura o partido comunista «mudou de atitude para comigo».

Humberto Delgado, então com 51 anos, foi, para uns, «um mártir que deu a vida pela causa da liberdade», «uma espécie de D. Sebastião que regressa, ou como uma senhora de Fátima milagreira, ou Messias» (dr. ABRANCHES FERRÃO); para outros, um despeitado, um homem sem ideologia, um ambicioso.

Além do *general da liberdade*, aventaram-se os nomes de Jaime Cortesão, que recusou por falta de saúde, e de Eduardo Santos Silva.

Em Ovar, a *oposição independente* realizou uma sessão a 4 de Junho, no Cine-Teatro, presidida pelo coronel Helder Ribeiro, ladeado pelo dr. José Macedo Fragateiro, filho do juiz ovarense dr. Arnaldo Fragateiro, e pelo dr. Augusto Júlio Arala Chaves. Discursaram os drs. Augusto Chaves, advogado ovarense que fez parte da Comissão Distrital de Aveiro da candidatura independente do general Humberto Delgado, Alcides Monteiro e Virgílio Pereira da Silva, encerrando a sessão o presidente da mesa.

Visado por um manifesto, o antigo Presidente da Câmara ANTÓNIO COENTRO DE PINHO retorquiu, no seu *Notícias de Ovar* (de 5/6/1958), nestes termos à oposição independente:

> «Num manifesto da oposição há dias distribuído no nosso Concelho e assinado, entre outros, por alguns amigos queridos e até companheiros, não em lutas políticas, mas em prol de Ovar, escreve-se este período: – "Os homens de hoje que chefiam o nosso concelho, podem não ser os de ontem e é preciso que sem precipitação, aguardemos os factos para os classificar com justiça –".
>
> Porque nos honramos ainda hoje, e nos honraremos sempre, de termos sido um dos homens de ontem, e embora não nos consideremos dos tais sem medo – frase de que tanto se abusa no momento presente – sobra-nos contudo, e como nunca nos faltou, coragem cívica para repelirmos – por nós – a aleivosia ou a insinuação».

As eleições realizaram-se com extraordinária concorrência, alto civismo, ordem e compostura em todo o concelho de Ovar, vencendo o candidato da U.N. nas freguesia de Arada, Cortegaça, Ovar, S. Vincente e Válega e o candidato da oposição independente nas de Esmoriz (a oposição aproveitou-se do descontentamento dos operá-

rios tanoeiros) e Maceda (a vitória do candidato independente ficou a dever-se à influência eleitoral do professor Manuel Pinho Moreira).

Em 1914, pela Comissão Executiva da Câmara Municipal, foi nomeado para a escola do sexo masculino da freguesia de Maceda o professor Manuel de Pinho Moreira, natural da freguesia de Arada (1889).

Tendo exercido o cargo, durante 42 anos, na escola Caridade Godinho, o professor Moreira foi homenageado publicamente, no dia 5 de Junho de 1955, na freguesia de Maceda. A 10 de Junho de 1959, em sessão solene realizada no ginásio do liceu D. Filipa de Lencastre, em Lisboa, foram-lhe impostas pelo Presidente da República, Almirante Américo Tomás, as insígnias de *cavaleiro da ordem da instrução pública*, pelos seus altos serviços prestados ao ensino.

O professor Moreira.

Foi o 1.º professor do concelho a receber o mais alto galardão que pode ser concedido a professores primários, falecendo a 28 de Junho de 1974, com 85 anos.

Referindo-se à «monstruosa burla eleitoral» (JOSÉ DIAS COELHO), que foram as eleições de 1958, JOSÉ MAGALHÃES GODINHO, certamente mal informado, escreveu: – «Na freguesia de Maceda, do concelho de Ovar, o almirante Tomás teve 7 votos, e todos os outros, mais de 100 foram para o general Delgado. Pois a mesa certificou as votações exactamente ao contrário» (*Indignidade cívica*, na *República*, de 14 de Agosto de 1974).

Resultados no concelho

Freguesias	Inscritos	Votantes	U.N.	Oposição Independente
Arada	333	290	279 (95,20%)	11 (4,80%)
Cortegaça	508	343	233 (67,90%)	110 (32,10%)
Esmoriz	535	305	137 (44,09%)	168 (55,91%)
Maceda	309	185	60 (32,40%)	125 (76,60%)
Ovar – *1.ª secção*	1.079	654	449 (73,10%)	205 (26,80%)
Ovar – *2.ª secção*	1.114	621	484 (77,09%)	137 (22,06%)
S. Vicente	342	239	175 (73,20%)	64 (26,80%)
Válega	751	502	381 (75,80%)	121 (24,20%)
Totais	**4. 971**	**3.139**	**2.198**	**941**

O *general sem medo*, com a sua *campanha de rua*, que abalou consideravelmente o regime, obteve no País 236.000 votos contra 759.000 do Almirante Américo Tomás. Tendo pedido asilo a 12 de Janeiro de 1959, na Embaixada do Brasil, a 20 de

Abril desse ano partiu para o exílio nesse País. Veio a ser assassinado em Badajoz, Espanha, a 13 de Fevereiro de 1965, num crime executado por razão de Estado.

A 13 de Julho de 1958 o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, enviou uma carta bastante dura ao chefe do governo, dr. António de Oliveira Salazar, atacando severamente o corporativismo (para ÁLVARO CUNHAL, «a corajosa atitude do Bispo do Porto, A. Ferreira Gomes, animou a criação dum movimento católico liberal» (*Rumo à vitória*).

A *rebelião* do bispo afectou intelectuais cristãos de Ovar, especialmente cristãos de esquerda, do *parti gris*, mas a grande maioria dos católicos ovarenses com o seu clero, continuou a apoiar o regime. Em virtude da carta, o bispo da diocese foi obrigado, em 1959, a exilar-se, só regressando ao País a 18 de Junho de 1969.

Após a *vitória* do Almirante Américo Tomás, «o regime nunca mais teve saúde. O próprio Salazar nunca mais foi o mesmo» (dr. JOSÉ MOREIRA DA ASSUNÇÃO).

Em 1959, a 15 de Janeiro, Henrique Galvão evade-se da prisão e Álvaro Cunhal do forte de Peniche.

Resultados das eleições presidenciais na freguesia de Ovar

Eleições	Inscritos	Candidato da U.N.	Candidato da oposição
13-2-1949	1.696	1.210	desistiu
22-7-1951	1.806	1.479	desistiu
08-6-1958	2.193	933	342

Resultados no concelho

Eleições	Inscritos	Candidato da U.N.	Candidato da oposição
13-2-1949	4.163	3.193	desistiu
22-7-1951	4.505	3.665	desistiu
08-6-1958	4.971	2.198	941

Candidatos nas eleições presidenciais com oposição

Eleições	União Nacional	Oposição Independentes	Extrema-esquerda
13-2-1949	General Carmona	Norton de Matos (81 anos)	-
22-7-1951	General Craveiro Lopes	Quintão Meireles (71 anos)	Dr. Rui Luís Gomes (professor)
08-6-1958	Contra-Almirante Américo Tomás	Humberto Delgado (51 anos)	Dr. Arlindo Vicente (advogado)

Sonhando a derrocada do Estado Novo, os oposicionistas de Ovar iniciaram a 18 de Novembro de 1945 o seu longo calvário político, batendo-se com os salazaristas para a conquista da liberdade política, económica e cultural.

Mas a maioria do povo ovarense, despolitizada, com a sua consciência cívica adormecida, foi indiferente, por medo, cautela, comodismo ou por julgar que *tão bons eram uns como os outros*, à propaganda da minoria oposicionista activa, que pecou nos períodos eleitorais por certos excessos demagógicos, impróprios de uma propaganda séria, embora tivesse agido sempre com entusiasmo e fé democrática.

A oposição em Ovar foi sempre uma mistura de várias famílias políticas, nunca formando um partido ou partidos com conteúdo ideológico homogéneo e com uma propaganda, fundamentalmente, anti-Estado Novo.

A oposição era constituída por republicanos históricos, que tinham sido corridos do poder e continuavam a defender os princípios democráticos da Primeira República (dr. Domingos Lopes Fidalgo, Fernando Artur Pereira, o *Carrelhas*, Manuel Augusto Nunes Branco); pelos democráticos fiéis ao P.R.P. (coronel Manuel Rodrigues Leite); pelos comunistas; pelos que se lhe juntaram após o Vinte e Oito de Maio e pelos dissidentes, descontentes, ambiciosos, de convicções instáveis e variáveis conforme a feição dos ventos dominantes.

Na política nunca existira em Ovar, desde 1865, uma coexistência pacífica de homens de diferentes credos – um *modus vivendi* com a oposição, também superdividida em capelas rivais.

Para os oposicionistas, os governamentais eram os fascistas, os salazaristas; e do outro lado da barricada, para os situacionistas, adeptos da teoria de *nós ou eles, amigo ou inimigo*, os oposicionistas eram os comunistas ou aparentados, ou falhados políticos da Primeira República. Para OLIVEIRA MARQUES (*História de Portugal*, vol. 2.º), a oposição englobaria o centro, o centro-esquerdo e a esquerda.

Os actos eleitorais de 1945 a 1965, no governo do dr. Salazar, foram criticados pela oposição em Ovar, que alegou fraudes, irregularidades e ilegalidades garantindo a nomeação exclusiva de elementos obedientes ao governo. Para ela, a situação, com as eleições, somente pretendia a aprovação de determinado estado de coisas, a satisfação de uma certa política, pelo que os actos eleitorais careceram de outro significado. Muitos ovarenses suspeitos de desafectos ao regime foram cortados como eleitores.

Quando tocava a rebate o sino eleitoral, nos períodos da chamada *liberdade suficiente*, umas dezenas, talvez uma centena, de cidadãos movia-se; os demais observavam timidamente, encolhendo os ombros, cépticos ou indiferentes. E isto de 4 em 4 anos!...

O *diálogo* entre as Câmaras nacionalistas e o povo do concelho de Ovar foi sempre um *monólogo dos primeiros*, por falta de semanário ou semanários oposicionistas e, quando os munícipes conseguiam fazer ouvir as suas vozes – normalmente nos períodos pré-eleitorais –, foi um *diálogo de surdos*.

Também é verdade que os oradores da chamada *oposição democrática*, os *opositores burgueses*, nos comícios realizados em Ovar, se esqueceram, lamentavelmente, da afirmação construtiva dos seus princípios, de chamar a atenção para os problemas económicos e sociais da região, dedicando-se na prática, à fúria do *bota abaixo*, à destruição e negação sistemáticas da ideologia dos adversários. E pouco mais!...

Com os nacionalistas, desavindos em muitas emergências mas unidos nas horas graves do perigo em que cerravam fileiras, por instinto de conservação, em volta do governo do dr. Salazar, estiveram em Ovar a maior parte dos comerciantes e industriais, dos grandes e médios proprietários, dos agricultores, dos católicos, dos monárquicos miguelistas; com os liberais, que para alguns situacionistas (*João Semana*) constituíam a *canalhocracia*, o *reviralho* (para Bento Gonçalves, nas *Palavras necessárias*, após o Estado Novo, «a decepção dos oportunistas pequenos e médio burgueses e proletários transformou-se em *reviralhismo*, que esteve em moda durante muito tempo»), estiveram a maior parte dos homens das profissões liberais, dos intelectuais, dos professores e estudantes, e muitos empregados de escritório e alguns operários.

Nunca ao longo das eleições realizadas no governo do dr. Salazar, de 1934 a 1965, foi eleito um único candidato da oposição democrática em todo o País! Quanto muito, um deputado governamental ter-se-ia tornado um deputado da oposição – Henrique Galvão, em 1948.

Com a doença, a velhice e a morte dos principais dirigentes democráticos da Primeira República (em 1929 faleceu o dr. Alberto Tavares; em 1948 o dr. Domingos Lopes Fidalgo; em 1955 o coronel Manuel Rodrigues Leite; em 1949 o dr. Pedro Chaves), a oposição democrática em Ovar, a partir especialmente de 1945, passou a considerar como seu elemento mais preponderante o dr. Augusto Júlio Arala Chaves, advogado distinto na comarca, filho do dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves e de sua mulher Maria Adelaide Estevão Arala Chaves.

Dr. Augusto Júlio Arala Chaves. 1905-1959

Nato em Ovar, a 5 de Novembro de 1905, licenciou-se em direito (1929), casando (1932) em Lisboa com Maria Peregrina Barbosa de Magalhães Godinho (†1973, com 67 anos), filha do coronel Vitorino Henriques Godinho, que foi, na Primeira República, deputado às Constituintes e Ministro dos Negócios Estrangeiros, e de sua mulher Maria José Vilhena Barbosa de Magalhães Godinho.

O dr. Augusto Chaves, membro destacado de uma das mais antigas, ilustres e consideradas famílias de Ovar, foi um *leader* da oposição democrática no distrito de Aveiro nas campanhas eleitorais para deputados de 1945, 1949, 1953 e 1957 e nas presidenciais de 1949, 1951 e 1958.

Ajudou a fundar a Casa dos Pobres (1940), de que foi o primeiro presidente da assembleia geral, e o Grupo Atlético Vareiro (1956), de que foi também o primeiro presidente da assembleia geral.

O dr. Augusto Chaves, que nunca abdicou das ideias liberais, tradicionais na sua família, faleceu inesperadamente, a 3 de Dezembro de 1959, na sua residência do Largo Mousinho de Albuquerque, com 53 anos.

Foi um «democrata, à moda antiga, até à medula dos ossos», que, com tantos outros, acreditou sempre numa revolução que a *oposição* nunca foi capaz de fazer triunfar, quer na Ditadura quer no salazarismo, durante 42 anos!

A *oposição* em Ovar, como aliás em todo o País, *tolerada* nos períodos eleitorais, agiu sempre de improviso, sem quadros, sem sede própria. Para o dr. JAIME NOGUEIRA PINTO (*Ser ou não ser pelo partido único*), director da revista *Política*, órgão da extrema-direita, a oposição democrática, «dividida ainda pelas rivalidades e clientelas da Primeira República, caiu aos poucos no saudosismo, no complexo de perseguição, no sebastianismo do *isto há-de mudar*». A extrema-direita, aliás, considerou sempre a *oposição* um conjunto de antipatriotas, de vendidos, de desordeiros, a antinação.

O avanço do mar no Furadouro – as obras provisórias de defesa da praia (23 de Setembro de 1958). A construção da muralha frontal e de três esporões (1971-1974)

Mau grado o avanço do mar ter tido o seu início de 12 para 13 de Janeiro de 1857 (primeira notícia que possuímos), com as consequentes destruições de palheiros e recoletas e deslocações de areias, só um século depois, a 23 de Setembro de 1958, na Câmara da presidência do dr. José Eduardo de Sousa Lamy, começou a defesa *provisória* da praia do Furadouro, determinada pela direcção dos serviços marítimos, integrada na Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.

Grandes blocos de pedra principiaram, sucessivamente, a ser despejados em frente da Avenida Central e da Rua Álvares Cabral, constituindo um paredão de pedra solta. De 1958 a 1970, nesta solução de emergência, improvisada, foram lançadas milhares de toneladas de pedra (tendo havido dias em que se lançaram 250 toneladas, aproximadamente) por camiões-basculantes na praia do Furadouro.

A 7 de Março de 1970, o Ministro das Obras Públicas, eng.º Rui Sanches, visitou a praia do Furadouro com o propósito de observar *in loco* o problema da sua defesa.

Na sessão da Assembleia Nacional de 28 de Janeiro de 1971, a situação do litoral aveirense esteve na origem dum apelo, ao governo, do deputado pelo círculo dr. Manuel da Silva Soares:

«O litoral do distrito de Aveiro está em perigo. Todos sabem, pelo noticiário

Obras de defesa da praia do Furadouro.

dos jornais, que a praia do Furadouro, do concelho de Ovar, tem sido fortemente atingida nos últimos dias, pela fúria do mar.

O fenómeno não é inteira surpresa, pois há cerca de uma dúzia de anos, que temos assistido ao confrangedor e progressivo desaparecimento de enorme areal de que dispunha a praia do Furadouro. Esta circunstância, já obrigou grande parte da sua população de pescadores a abandonar a sua profissão, para se dedicar a outras actividades.

A despeito de várias obras de protecção levadas a efeito pela Câmara Municipal de Ovar, necessariamente precárias, umas em que investiu alguns milhares de contos, a força hercúlea do mar culminou, ontem com a destruição de grande extensão da Avenida Marginal, danificando alguns prédios e arrastando ou inutilizando alguns haveres dos seus proprietários.

O problema já mereceu a atenção do ministro das Obras Públicas, que, em Março do ano passado, visitou o local, e mandou proceder ao estudo de uma obra, que fosse realmente capaz de proteger. Suponho que o estudo feito pela Direcção dos Serviços Marítimos e o respectivo projecto, estão prontos.

Suponho que o ministro das Obras Públicas, atento como sempre está, ao bem comum, já estará preocupado, tanto ou mais do que eu, com o que se está a passar, mas não será demais, gritar aqui nesta Assembleia, o meu mais veemente apelo ao Governo e em especial a Sua Excelência para que o mais eficaz e urgentemente possível, seja dada protecção àquelas populações, duramente atingidas».

A 3 de Fevereiro de 1971, deslocando-se ao Furadouro acompanhado do Presidente da Câmara Francisco José Correia de Almeida, o Governador Civil dr. Francisco Vale Guimarães anunciou que o Ministro das Obras Públicas, eng.º Rui Sanches, determinara a abertura de concurso público para adjudicação das obras definitivas da defesa da praia, sendo o custo da empreitada de 17.000 contos.

Obras de defesa na praia do Furadouro.

Na sessão de 10 de Fevereiro, o deputado dr. Manuel da Silva Soares agradeceu, em nome da população do Furadouro, a verba de 17.000 contos destinada às obras de recuperação e defesa da praia.

A obra foi adjudicada à *Etermar* – Empresa de obras terrestres e marítimas, S.A.R.L., com sede na cidade de Setúbal, e cujo principal técnico responsável foi o eng.º Pedro Barreto. A pedra continuou a vir da pedreira da Vila da Feira, propriedade de António dos Santos Cavaco.

As obras, que tiveram início a 1 de Outubro de 1971 e terminaram nos princípios de 1974, tiveram uma dupla finalidade: – «a defesa da frente marginal da povoação e o robustecimento da praia, com vista à exploração turística e balnear». Para tal, construiu-se «uma muralha frontal aderente, com cerca de 1.275 metros de extensão, 9 metros de altura, e largura máxima de 7,5 metros, sendo a defesa transversal constituída por três esporões em declive, cada um com 200 metros de comprimento e altura até 5,5 metros, espaçados de 350 metros.

O 1.º esporão ao norte, em frente à larga avenida que, partindo do extremo norte do hotel Mar-e-Sol, se dirige para a capela; o 2.º em frente à Rua do Comércio; o 3.º a sul do Centro Vidreiro, mais ou menos onde existiu o *chalet* Matos.

Segundo *O Século Ilustrado*, de 27 de Fevereiro de 1971, que estamos a transcrever, «os três esporões enraizados na muralha longitudinal farão com que a areia transportada pelas águas se vá, lentamente, acumulando entre eles, o que obrigará à diminuição da energia das vagas do temporal, antes delas atingirem a muralha». Neste projecto de grande envergadura «consumir-se-ão, na totalidade, 76.120 metros cúbicos de pedra – 49.274 para a muralha e 26.846 para os esporões».

A 18 de Junho de 1972, visitou novamente o Furadouro o Governador Civil do

A praia do Furadouro com os seus actuais dois esporões.
O esporão mais ao norte foi desmanchado por se ter tornado desnecessário.

distrito, que apreciou as obras de defesa; na noite de 13 para 14 de Novembro de 1974 o mar atacou mais uma vez e o velho palheiro duma companha ficou suspenso.

É interessante referir que já em 1939 o dr. PEDRO CHAVES (cfr. «Uma carta do comandante Rocha e Cunha sobre a defesa da praia de Espinho», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XV, 1949) salientava a necessidade da defesa do Furadouro. «É preciso obter do Estado a defesa da nossa praia seriamente ameaçada, como Espinho obteve a sua». E preconizava a defesa que o eng.º Von Haffe apontara para Espinho – a construção de ridentes de pedra convenientemente orientados e prolongados para o mar, que diminuem a velocidade das correntes, promovem depósito de areias e estabilizam as praias.

Em Maceda – a Base Aeronaval do Norte de Portugal (26 de Dezembro de 1958) – o General Ramalho Eanes e as comemorações do 25 de Novembro de 1980; o avião invisível (27 de Junho de 1993)

O decreto n.º 42.049, de 26 de Dezembro de 1958, estabeleceu as medidas de segurança indispensáveis para o tráfego aéreo e a salvaguarda dos materiais e valores existentes na Base Aeronaval do Norte de Portugal, localizada na freguesia de Maceda, do concelho de Ovar, promovendo também a protecção das propriedades e vidas da população vizinha desta base aeronaval.

Ficou estabelecida uma zona geral de protecção em volta da base aeronaval limitada exteriormente a norte, pela estrada de Esmoriz-Praia de Esmoriz até ao mar; a

nascente, pela estrada nacional n.º 109 até ao cruzamento de estradas na Ponte Nova, nesta cidade; a sul, pela estrada Ponte Nova-Ovar até ao cruzamento com a linha férrea – aceiro *L* até Furadouro (excluído); a poente, pelo Oceano Atlântico.

Esta base militar, a um passo do mar, tornou-se uma das maiores e melhor apetrechadas da Península, com uma pista principal de 2.500 metros, 25 quilómetros de estradas de serviço interno, amplos hangares, para servir e receber todos os tipos de aviões, dispondo de um centro de equipamento de orientação de aviões à distância, central de emissor, cais de caminho-de-ferro privativo com via electrificada, geradores e depósitos de combustíveis.

Em princípios de 1969 a base, adstrita à comissão executiva da manutenção das infra-estruturas da N.A.T.O., foi visitada pelo Ministro das Comunicações, eng.º Canto Moniz, e a 16 de Outubro desse ano pelos Ministros da Defesa Nacional, General Sá Viana Rebelo, e da Saúde e Assistência, dr. Lopo Cancela de Abreu.

Esta base, que já se pensou em usar para fins civis, alternando com o aeródromo de Pedras Rubras, teve papel relevante nos acontecimentos do *25 de Novembro* de 1975. O General da Força Aérea, dr. Aníbal José Coentro de Pinho Freire, foi um dos mais graduados oficiais do M.F.A. na revolução do *25 de Abril*. Para a derrota da *Novembrada* muito contribuiu a clarividência – criação da *força de dissuasão* em Maceda (Ovar) –, e o sangue frio do General Pinho Freire.

As cerimónias oficiais do *25 de Novembro*, em 1980, realizaram-se na base aérea do Norte de Portugal, em Maceda, com a presença do Chefe de Estado, General Ramalho Eanes, e do Ministro da Defesa, eng.º Adelino Amaro da Costa.

A 27 de Junho de 1993, um avião F-117 da Força Aérea dos Estados Unidos, conhecido por *avião invisível* e famoso pelas suas *performances* nocturnas durante a guerra do Golfo, foi admirado pela primeira vez em Portugal na base aérea de Maceda (Ovar), onde decorreram as comemorações dos 41 anos da Força Aérea Portuguesa. Estiveram presentes o Ministro da Defesa Fernando Nogueira, o Secretário de Estado da Defesa Eugénio Ramos, e o General Soares Carneiro, chefe do Estado-Maior--General das Forças Armadas.

As Casas dos Magistrados (9 de Maio de 1959)

Na sessão camarária de 7 de Novembro de 1956, a Câmara tomou conhecimento do despacho do Ministro da Justiça, professor doutor João de Matos Antunes Varela, datado de 2 desse mês, que concedia à Câmara de Ovar, através do cofre geral dos tribunais, o subsídio de 400 contos para a construção de duas casas para magistrados, ficando estas a constituir propriedade do município que suportaria, desde logo, os encargos com a sua reparação e conservação. Deliberou a Câmara aceitar o subsídio, que permitia a solução do problema das habitações dos magistrados da comarca.

Na sessão de 22 de Maio de 1957, a Câmara deliberou fazer a adjudicação a Manuel Lopes de Andrade da empreitada da construção das casas dos magistrados (escritura lavrada a 30 de Julho).

No sábado, 9 de Maio de 1959, o Ministro da Justiça, prof. dr. Antunes Varela

(que estivera em Ovar, a título particular, em visita ao seu amigo dr. Manuel Tarújo de Almeida, no dia 19 de Maio de 1957), veio a Ovar inaugurar as casas dos magistrados, sendo convidado pela Câmara para inaugurar também o dispensário anti-tuberculoso e enfermaria-abrigo, e a luz eléctrica nos lugares do Torrão de Lameiro e da Marinha.

O ministro foi recebido, entusiasticamente, na freguesia de Válega, no limite sul do concelho, e acompanhado de uma enorme caravana de automóveis desceu na Praça da República, passando revista à guarda de honra constituída pelo corpo activo dos bombeiros. No salão nobre da Câmara efectuou-se uma sessão solene, presidida pelo Ministro da Justiça, e na qual esteve presente o Governador Civil do distrito de Aveiro, dr. Jaime Ferreira da Silva. Discursaram o Presidente da Câmara, dr. José Eduardo de Sousa Lamy, o presidente da U.N. concelhia, dr. Álvaro dos Santos Esperança, o juiz da comarca, dr. Raúl José Dias Leite de Campos, o Governador Civil, o dr. Manuel Tarújo de Almeida, presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia, encerrando o Ministro da Justiça que deu a boa nova de que o *projecto do palácio da justiça estava previsto no orçamento do próximo ano.*

Sessão solene, na Câmara Municipal, a 9 de Maio de 1959, presidida pelo Ministro da Justiça, quando discursava o Presidente dr. José Eduardo de Sousa Lamy.

Procedeu-se, depois, à inauguração simbóica da Casa dos Magistrados, à Rua Gomes Freire, no terreno dos S.M.E. onde se situava a velha lota de peixe. Daqui seguiu o ministro para o Largo de S. Tomé, onde inaugurou o dispensário anti-tuberculso e enfermaria-abrigo, visitou as obras do novo hospital, junto à Misericórdia, e

no Torrão de Lameiro inaugurou a luz eléctrica. Na Marinha, devido ao mau tempo, procedeu à inauguração o vice-presidente da Câmara dr. João Evangelista Loureiro.

À noite, no salão nobre da Câmara, realizou-se um banquete de homenagem ao ministro, discursando o seu Presidente, o deputado dr. Tarújo de Almeida e o prof. dr. Antunes Varela.

A iniciativa da construção destas Casas deve-se ao dr. Manuel Tarújo de Almeida.

ÍNDICE

Capítulo XXI
DA ENTRADA DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA À LIBERTAÇÃO
1916-1919

Capítulo XXII
OS DEMOCRÁTICOS NO PODER
1919-1926

Capítulo XXIII
OVAR NA DITADURA MILITAR
1926-1933

Capítulo XXIV
ESTADO NOVO - MANUEL PACHECO POLÓNIA
1933-1946

A indústria de lacticínios no Carregal (1 de Janeiro de 1933). Manuel Colares Pinto – o justicialismo (1951) e «Ovar ao microfone» (19 de Abril de 1954). As leiteiras / As eleições plebiscitárias de 19 de Março de 1933. Salazar cidadão honorário do concelho de Ovar (19 de Maio de 1934). As eleições legislativas de 1934, 1938 e 1942. Ovar na Câmara Corporativa. As eleições para a Assembleia Nacional de 18 de Novembro de 1945 – o M.U.D. (1945-1948) / Desporto – Ginástica (23 de Abril de 1933), Ténis de Mesa (1933), Andebol (22 de Abril de 1934), Patinagem (15 de Julho de 1934) e Hóquei, Ovar na Volta a Portugal em bicicleta (5 de Setembro de 1935 - 1984), Tiro aos pombos e aos pratos (24 de Maio de 1936), Hóquei em campo (24 de Dezembro de 1939), Parque Marques da Silva (25 de Dezembro de 1939) e Francisco Augusto Marques da Silva, Manuel Belo Correia Dias, o melhor marcador do Campeonato Nacional de futebol da 1.ª divisão (1941-1942) / Os Serviços Municipalizados de Electricidade (5 de Dezembro de 1933) / Perseguições aos democráticos e comunistas (1933-1949). O Partido Comunista na clandestinidade (1940/1943 a 1946/1947). Perseguições políticas em Ovar (1828-1949) / A organização corporativa no concelho. Sindicatos, Grémios e Casas do Povo / Colégio Liceu de Ovar (12 de Outubro de 1934), depois Colégio Júlio Dinis / Maria Albertina – o «Fado da Sardinha Assada» (1934) / Religião – A Associação das Damas de Caridade (13 de Fevereiro de 1935) e a Conferência (feminina) de S. Vicente de Paulo (1945); o padre António Alves Correia de Resende, de Esmoriz, e o Integralismo Lusitano (preso a 20 de Setembro de 1936); o abade Boaventura Valente de Matos (28 de Novembro de 1936 a 1944) e a ressurreição do folar ou compasso; Monsenhor António Augusto da Fonseca Soares (22 de Junho de 1939); o abade Crispim Gomes Leite (1944-1952) e a visita (20 de Julho de 1944) do Bispo do Porto D. Agostinho de Jesus e Sousa; os Santos Populares / *Resenha histórica da freguesia de S. Vicente de Pereira*, do padre Augusto de Oliveira Pinto (de 4 de Maio de 1935 a 27 de Fevereiro de 1937); *A vila de Ovar. Subsídios para a sua história até ao século XVI* (de 1935 a 1938 e em 1942), e *Ovar na Idade Média* (1967), do padre Miguel de Oliveira; José Augusto da Cunha Lima e *Ovar perante as obras de Júlio Dinis. Documentário* (1944) / A inauguração da luz eléctrica na praia do Furadouro (28 de Julho de 1935) e nas freguesias do concelho (1935-1937) / A empresa F. Ramada (1935) – o fabrico de catanas (1956), da cantoneira perfurada Dexion (1958), das chapas e botões *poliester* (1961); a laminagem e estirarem de aços a frio na Cova do Frade (1964); as visitas dos Presidentes da República Américo Tomás (9 de Agosto de 1969) e dr. Mário Soares (25 de Julho de 1989). O fundador Francisco de Oliveira Gomes Ramada. A Família Ramada / A Padaria Progresso (1 de Janeiro de 1937). A indústria de panificação – a Sociedade de Padarias Central de Ovar, Lda. (1962). A Família Resende / A Junta de Turismo da Praia do Furadouro (10 de Janeiro de 1937 - 1982) – o Restaurante Vela Areinho (4 de Abril de 1970). Os restaurantes / Uma nódoa negra na Misericórdia de Ovar (14 de Maio de 1938) / O avanço do mar no Furadouro – a Capela Velha do Mar derrubada a 23 de Fevereiro de 1939 / O arrancamento das vides americanas em Válega (15 de Maio de 1939) / A Legião Portuguesa (2 de Julho de 1939 - 1974) e o 10.º Aniversário da Mocidade Portuguesa (Maio de 1946) / Ovar e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As Comemorações

Capítulo XXV
ESTADO NOVO – O APÓS-GUERRA
1946-1959